GOVERNO DO ESTADO
DE GOIÁS

PROPOSTA TÉCNICA

EDITAL Nº 034/2026-GOINFRA

FASE 1 – VERIFICAÇÃO DA CAPACITAÇÃO E EXPERIÊNCIA DO LICITANTE



CONSÓRCIO
SOLUÇÃO INFRAGO

2026

SIMEMP
SERVIÇOS TÉCNICOS E OBRAS

Prodec

SUMÁRIO

FASE 1 - Capacitação e Experiência do Licitante

Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio	03
Apresentação e Garantia de Proposta	16
Critério para Verificação da Capacitação e Experiência do Licitante	37
Gestão Pública e Apoio Institucional	40 - 91
Comunicação e Marketing Digital	91
Gestão da Informação e Tecnologia	91
Estratégia Organizacional	236
Gestão de Processos e Reestruturação	91
Gerenciamento de Riscos	91
Gerenciamento de Projetos	236 - 262
FASE 02 - QUALITATIVA	315

CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRAGO

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
EDITAL Nº 034/2026-GOINFRA
Contratação nº 115330, Processo nº 202500005021352

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para Assessoramento técnico no âmbito da Presidência, Diretoria de Gestão Integrada e Diretoria de Licitações e Contratações da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA.

CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRAGO

SIMEMP

PRODEC

SCB

TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO



TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO
"CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRA - GO"

Pelo presente instrumento, as empresas:

SIMEMP SERVIÇOS TÉCNICOS E OBRAS LTDA., sociedade brasileira, com sede na cidade de Brasília/DF, Rua 12 Norte, Lote 02, Edifício Corporate Águas Claras, Sala 1001, Águas Claras, CEP 71.909-540, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº 09.237.296/0001-33, registrada na Junta Comercial do Estado do Distrito Federal sob o NIRE 5320144050-8, neste ato representada por seu Sócio-Diretor o Sr. **RENATO GOMES DOS SANTOS,** brasileiro, divorciado, analista de sistemas, portador da cédula de identidade no 08831197-2 - IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 014.690.077-46, residente e domiciliado na cidade de Brasília/DF, doravante denominada simplesmente **"SIMEMP**"; e

SCB SERVIÇOS E CONSULTORIA EM BIM LTDA., sociedade brasileira, com sede na cidade de Brasília/DF, no SHCS qd. 512, bloco C, sobreloja b, n. 37 – Asa Sul, CEP: 70.361-535, inscrita no CNPJ sob o nº 22.642.758/0001-66, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Distrito Federal sob o NIRE nº 5320216375-3, neste ato representado por seu representante legal **RENATO DE QUEIROZ PORTO,** brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº 3645888 SSP/DF e inscrito no CPF sob o nº 058.894.014-32, domiciliado na cidade de Brasília/DF, doravante denominada simplesmente **"SCB";** e

PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO S/S LTDA., sociedade brasileira, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Av. Rio Branco, nº 25, 10º andar, Conjuntos C e D, Centro, CEP 20090-003, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº 34.037.705/0001-03, registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Estado do Rio de Janeiro sob o Registro/Matrícula nº 23852, neste ato representada por seu Sócio-Gerente o Sr. **REYNALDO COSATI MEDEIROS,** brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 07490025-9 - IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 008.537.597-74, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, doravante denominada simplesmente **"PRODEC".**

Denominadas em conjunto **"PARTES"**, individualmente **"PARTE"**, resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO, doravante denominado **"CONSÓRCIO"**, o qual será regido pelas cláusulas a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Compromisso de Constituição de **CONSÓRCIO** tem por finalidade relacionar as diretrizes básicas, normas e demais aspectos sob os quais as "PARTES" trabalharão como vencedoras da licitação **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA EDITAL Nº 034/2026-GOINFRA, Contratação nº 115330, Processo nº 202500005021352,** realizado pela **AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES**, doravante denominado "**CLIENTE**", cujo objeto é Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para

Clicksign aa26e7ba-4897-418e-a00a-6719ec947d3a

Assessoramento técnico no âmbito da Presidência, Diretoria de Gestão Integrada e Diretoria de Licitações e Contratações da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DENOMINAÇÃO

2.1. O **CONSÓRCIO** a ser constituído pelas "**PARTES**" caso os "**SERVIÇOS**" sejam adjudicados ao **CONSÓRCIO**, terá a denominação de "***CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRA - GO*** **"** doravante designado simplesmente **"CONSÓRCIO"**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SEDE

3.1. O **CONSÓRCIO** terá sede na cidade de Brasília/DF, na Rua 12 Norte, Lote 02, Edifício Corporate Águas Claras, Sala 1001, Águas Claras, CEP 71.909-540.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O presente instrumento entrará em vigor na data de sua assinatura e terá duração igual ao prazo de vigência do objeto desse serviço, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, nos termos da legislação vigente, acrescido do tempo necessário ao encerramento do contrato, bem com a extinção das obrigações direta ou indiretamente oriundas do mesmo.

4.2. Caso o **CONSÓRCIO** não seja adjudicado vencedor, o presente compromisso se resolverá ao término do processo licitatório supracitado.

CLÁUSULA QUINTA – DA PARTICIPAÇÃO, PRESTAÇÕES ESPECÍFICAS E OBRIGAÇÕES

5.1. Sem prejuízo da solidariedade definida no presente instrumento, a participação nominal das **PARTES** na composição do **CONSÓRCIO** será conforme os percentuais abaixo indicados, tanto para as despesas comuns incorridas pelo **CONSÓRCIO**, incluindo, mas não se limitando, aos aportes de recursos financeiros e logísticos, lucros e eventuais prejuízos, perdas, receitas e pagamentos, garantias, impostos, taxas, contribuições e demais despesas, como para os serviços prestados:

- **SIMEMP:** 40% (Quarenta por cento) - Líder do Consórcio;
- **SCB:** 30% (Trinta por cento);
- **PRODEC:** 30% (Trinta por cento).

5.1.1. Caberão integralmente às **PARTES**, na proporção estabelecida no item 5.1, todos os custos e despesas, diretos e indiretos, o aporte de todos e quaisquer meios necessários, bem como a repartição dos lucros e eventuais prejuízos, decorrentes da execução dos serviços e obras objeto do contrato com o **CLIENTE**, cabendo a cada **PARTE** prover os recursos necessários na forma prevista neste instrumento.

5.2. Caso as **PARTES** venham a ser contempladas com a adjudicação dos serviços, as mesmas, desde já se comprometem a:

Clicksign aa26e7ba-4897-418e-a00a-6719ec947d3a

5.2.1. Atuar por meio de estrita colaboração e conjugação de esforços, através da cooperação técnica e comercial, trocando todas as informações necessárias, tanto para a entrega da proposta ao **CLIENTE**, como para a execução dos serviços licitados.

5.2.2. Cumprir integralmente o Contrato de Prestação de Serviços, de acordo com a participação proporcional de cada uma das **PARTES**, conforme estabelecido neste Compromisso.

5.2.3. As **PARTES** se comprometem a executar os serviços nos termos do Contrato de Prestação de Serviços que vier a ser assinado com o **CLIENTE**, solidariamente, de acordo com o **EDITAL Nº 034/2026-GOINFRA.**

5.2.4. Cada **PARTE** se compromete e se obriga ainda, a cumprir fiel e integralmente sua parte, conforme estipulado nas áreas e tarefas acordadas juntamente com o **CLIENTE**.

5.2.5. As **PARTES** assumem o compromisso de que o **CONSÓRCIO** não terá sua composição ou constituição alterada, ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia anuência da **CONTRATANTE**, até o termo final do contrato.

5.2.6. Ficam obrigadas a formalizar e apresentar ao **CLIENTE**, o instrumento definitivo de **CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO**, devidamente arquivado, nos termos dos artigos 278 e 279 da Lei 6.404/76, observadas as demais legislações pertinentes, o qual deverá conter as disposições ora acordadas e outras que se fizerem necessárias, inclusive a sua duração, a qual deverá coincidir, no mínimo, com a extinção das obrigações direta ou indiretamente oriundas do contrato, objeto da licitação supracitada, bem como o registro no Conselho no Conselho Regional de Engenharia do Estado e no Cadastro Geral dos Contribuintes – CNPJ.

CLÁUSULA SEXTA – DA LIDERANÇA E REPRESENTAÇÃO

6.1 As **PARTES** designam a empresa **SIMEMP**, para assumir a liderança do **CONSÓRCIO**, a qual nomeia, neste ato, o Sr. **RENATO GOMES DOS SANTOS**, já devidamente qualificado, como o representante legal e formal perante o **CLIENTE**, sendo vedado por qualquer das partes a tomada de quaisquer decisões ou medidas que importem na assunção de compromissos para qualquer das **PARTES** ou para o **CONSÓRCIO**, que possam levar a modificação de suas obrigações contratuais ou renúncia de algum direito, sem que tenha sido, prévia e expressamente, autorizado para tanto pelas outras **PARTES**, possuindo as seguintes responsabilidades e poderes, para isoladamente:

a) Representar o **CONSÓRCIO** perante órgãos públicos em geral; entidades de classe; e, empresas privadas e/ou órgãos públicos de bancos de dados, tais como: Serasa – Centralização de Serviços Bancários S/A e SPC – Serviço Nacional de Proteção ao Crédito.

Clicksign aa26e7ba-4897-418e-a00a-6719ec947d3a

b) Praticar todos os atos necessários ao arquivamento do Instrumento de Constituição do **CONSÓRCIO**, por ter sido o mesmo declarado vencedor na Licitação supra referida.

c) Representar, com exclusividade, as **PARTES**, tanto no decorrer do procedimento administrativo licitatório, como na execução do contrato dela, eventualmente, decorrente, inclusive assinar a proposta a ser apresentada pelo **CONSÓRCIO**, bem como o Contrato de Prestação de Serviços, podendo ainda, participar de reuniões, discussões, receber instruções e pagamentos, dar quitação, transigir e acordar, assumir responsabilidades perante a outra **PARTE**, respondendo pelo integral cumprimento das obrigações das **PARTES**, conduzindo as atividades previstas no escopo contratual, tudo sem prejuízo da responsabilidade solidária mencionada na Cláusula Nona do presente instrumento.

d) Responder administrativamente e/ou judicialmente pelo **CONSÓRCIO**, inclusive receber notificação, intimação e citação.

e) Ter poderes expressos para representar o **CONSÓRCIO** em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo, inclusive, nomear representantes, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os atos necessários, visando à perfeita execução do objeto, até o termo final do contrato.

f) Ao representante legal do **CONSÓRCIO**, Sr. **RENATO GOMES DOS SANTOS**, está, por meio deste instrumento, investida de plenos e totais poderes para representar o **CONSÓRCIO** perante quaisquer estabelecimentos bancários, públicos ou privados, podendo abrir, movimentar e encerrar contas correntes em nome do **CONSÓRCIO**, assinar, emitir e endossar cheques, autorizar débitos e créditos, retirar talões de cheques, efetuar saques e depósitos, retirar cartões magnéticos, registrar, cadastrar e digitar senhas, requisitar saldos e extratos de contas, efetuar aplicações financeiras e resgates, endossar títulos para cobrança simples, protestar cheques e demais títulos de crédito, assinar toda e qualquer correspondência dirigida às instituições bancárias, fornecer instruções sobre as operações bancárias, cadastrar usuários e conceder acessos secundários no sistema bancário, bem como celebrar contratos de abertura, manutenção e encerramento de contas correntes e demais serviços bancários. Os poderes ora concedidos são amplos, gerais e irrestritos, permitindo à representante da líder do CONSÓRCIO atuar com plena autonomia em nome do **CONSÓRCIO**, tendo poderes ainda para:

i. Representar o **CONSÓRCIO** perante repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias e Sociedades de Economia Mista, Postos de Fiscalização Estadual, Municipal, Ministério da Economia, Cartórios de Protestos, Instituições Bancárias, e os respectivos organismos da administração direta e indireta, podendo requerer certidões e demais documentos, juntar e desentranhar papéis e documentos; dar quitações em valores pagos, pagar taxas, impostos e tributos em geral; interpor recursos, juntar provas, desentranhar papéis e documentos, fazer

SIMEMP SERVIÇOS TÉCNICOS E OBRAS Prodec consultoria SCB BIM & GIS
Endereço: R 12 NORTE LOTE 02 Sala 1001
Águas Claras Norte- Brasília/DF. CEP: 71.909-540

Clicksign aa26e7ba-4897-418e-a00a-6719ec947d3a

declarações, concordar, discordar, transigir, requerer e recorrer a bem do interesse do **CONSÓRCIO**; passar recibos, dar quitação, receber citações, notificações e informações judiciais e extrajudiciais, representá-la perante o Ministério do Trabalho, Delegacias do Trabalho, Sindicatos, Comissões de Conciliação Prévia ou qualquer de seus postos de serviços, interpor recursos, admitir empregados, dar baixa em carteiras de trabalho, liberar FGTS, nomear prepostos, representar o **CONSÓRCIO** em audiências trabalhistas, fazer acordos trabalhistas, pagar valores e receber valores referentes a acordos, fazer rescisões contratuais, praticando, enfim, tudo o que se fizer de necessário para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, sendo permitido o substabelecimento de poderes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTABILIDADE E FATURAMENTO

7.1. A contabilidade do **CONSÓRCIO** será realizada em conformidade com a Instrução Normativa n.º 1.199, de 14 de outubro de 2011, da Secretaria da Receita Federal, e Lei nº 12.402, de 02 de maio de 2011.

7.2. O **CONSÓRCIO** abrirá uma conta bancária própria, com a finalidade de receber os valores de suas faturas emitidas contra a **CLIENTE**, bem como para realizar o pagamento de despesas comuns decorrentes da execução dos **SERVIÇOS**, previamente informadas e aprovadas pelas **PARTES**.

7.3. A conta bancária do **CONSÓRCIO** citada no item 7.2. somente poderá ser movimentada mediante assinatura conjunta de, ao menos, 02 (dois) outorgados distintos, indicados por instrumento particular de mandato, com prazo de vigência e poderes específicos, previamente aprovados pelas PARTES.

7.4. Se e quando necessário, cada **CONSORCIADA** efetuará aportes ao **CONSÓRCIO**, em conformidade com sua participação indicada no item 5.1. deste instrumento.

7.5. Mensalmente será feito encontro de contas entre as **PARTES**, de modo que seja obedecida a participação ajustada no item 5.1. do presente instrumento.

7.6. Caso existam variações nos **SERVIÇOS** e/ou preços constantes do **CONTRATO**, as mesmas serão tratadas e resolvidas pelo Conselho Diretor, de modo a buscar-se o equilíbrio estabelecido no item 5.1 do presente instrumento, desta reunião do Conselho Diretor será produzida e assinada correspondente ata, servindo esta como documento complementar ao presente.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DESPESAS COMUNS

8.1. Cada **PARTE** contribuirá nas despesas comuns na razão direta de sua participação na prestação dos serviços.

8.2. Serão enviadas para cada uma das **PARTES**, em tempo hábil, as notas fiscais relativas às despesas comuns do **CONSÓRCIO**, as quais deverão ser rateadas, na proporção estabelecida no item 5.1. supra.

Clicksign aa26e7ba-4897-418e-a00a-6719ec947d3a

8.3. Serão considerados serviços internos os serviços prestados por qualquer uma das **PARTES** ao **CONSÓRCIO**, desde que previamente acordado entre as PARTES, para a realização de qualquer uma das tarefas necessárias a perfeito atendimento das exigências de fornecimento dos SERVIÇOS e/ou FORNECIMENTOS que vierem a fazer parte do Contrato a ser firmado como **CLIENTE**. A **PARTE** que executar tais serviços terá seus CUSTOS, previamente estabelecidos, ressarcidos pelo **CONSORCIO** mediante a apresentação de NOTA de DESPESA e tais despesas serão incluídas nas despesas comuns a serem rateadas entre todas as **PARTES,** na proporção estabelecida no item 5.1.

8.4. As Consorciadas comprometem-se a custear todas as despesas indispensáveis ao regular funcionamento do Consórcio, notadamente aquelas relacionadas à gestão contratual, tais como serviços de contabilidade, recursos humanos, departamento pessoal, assessoria jurídica, bem como quaisquer outros encargos administrativos, contábeis, técnicos e jurídicos, necessários à adequada execução do objeto contratual.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES

9.1. As **PARTES**, desde já declaram assumir perante o **CLIENTE**, responsabilidade solidária pelos atos e omissões que vierem a ser praticados por quaisquer integrantes do **CONSÓRCIO**, tanto na fase da Licitação, quanto na execução do Contrato dela, eventualmente, decorrente, comprometendo-se ainda, a assinar como anuentes o referido Contrato, e solidariamente como responsáveis por todas as obrigações do **CONSÓRCIO**.

9.2. As **PARTES** se comprometem e se obrigam ainda, a responder perante o **CLIENTE**, isolada e solidariamente, por todas as exigências pertinentes ao objeto da presente Licitação até a conclusão dos serviços dela decorrentes, incluindo, mas não se limitando pelas respectivas obrigações de ordem técnica, fiscal e administrativa.

9.3. Cada uma das **PARTES** responderá, contudo; isoladamente, uma perante a outra por todas as exigências pertinentes ao objeto da Licitação supra, até o término do Contrato que vier a ser assinado, inclusive pelos danos ou prejuízos, com exceção de danos indiretos e lucros cessantes, a que tiver dado causa, nos termos do art. 186 do Código Civil Brasileiro.

9.3.1. A responsabilidade de cada uma das **PARTES** no que se refere à execução dos serviços ofertados está estabelecida na proporção constante na Cláusula Quinta do presente instrumento.

9.3.2. As **PARTES** se comprometem a apresentar, antes da assinatura do contrato para a prestação dos serviços, o Termo de Constituição do **CONSÓRCIO**, devidamente registrado na Junta Comercial ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos, de acordo com o que estabelece a Lei n° 14.133/2021.

Clicksign aa26e7ba-4897-418e-a00a-6719ec947d3a

CLÁUSULA DÉCIMA – DO COMPLIANCE

10.1. As Partes expressamente declaram e se comprometem a não prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie, no âmbito público ou privado, que constituam prática ilegal, em especial, mas não se limitando, a práticas anticoncorrenciais, de corrupção ou de atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato.

10.2. Todo e qualquer ato lesivo, especialmente contra a administração e patrimônio públicos, nacionais ou estrangeiros, ou que atente contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, devem ser repudiados pelas Partes, que se comprometem a pautar suas atividades e relacionamentos na mais alta legalidade e moralidade, observando o disposto na legislação vigente, incluindo, sem se limitar, o Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), Lei nº 8.429/1992 (Improbidade Administrativa), Lei n. 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos), Lei nº 9.613/1998 (Crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores), Lei 12.529/2011 (Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência) além de todos os compromissos internacionais anticorrupção assumidos pelo Brasil, especialmente a Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Empresarial Brasileira), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública (i) nacional, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou (ii) estrangeira, sem prejuízo da responsabilização individual de seus dirigentes, administradores ou qualquer pessoa coautora ou partícipe do ato ilícito, além do Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) dos Estados Unidos da América, UK Bribery Act e do Código Penal Español y Legislación Complementária (Ley Orgánica 5/2010).

10.3. As partes, individualmente, declaram que tomaram conhecimento dos preceitos previstos nos Códigos de Ética de cada CONSORCIADA e os observarão para a execução das obrigações previstas neste instrumento.

10.4. Cada Parte, individualmente, garante que seus conselheiros, diretores, executivos, empregados e/ou representantes cumprirão com o disposto nesta Cláusula, bem como adotará medidas razoáveis para assegurar que quaisquer de seus respectivos agentes, subcontratados, prepostos, fornecedores, procuradores ou qualquer outro representante cumpram com o disposto nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

11.1. A direção máxima do **CONSÓRCIO** será exercida por um Conselho Diretor, constituído por um representante de cada **PARTE**, nos termos do subitem 11.1.5 abaixo, investido dos poderes necessários para tomar todas as decisões relacionadas com as atividades, direitos e responsabilidades do **CONSÓRCIO**. Para tanto, aplicar-se-ão as seguintes regras gerais:

11.1.1. As decisões serão sempre tomadas por unanimidade.

Clicksign aa26e7ba-4897-418e-a00a-6719ec947d3a

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CONFIDENCIALIDADE

12.1. Este Instrumento, bem como todos os documentos, dados e informações técnicas, comerciais ou de qualquer outra natureza que deles resultem ou que sejam fornecidos por uma **PARTE** à outra em conexão com a execução do seu objeto terão caráter estritamente confidencial.

12.2. Durante a vigência do presente Instrumento e mesmo após sua extinção, cada **PARTE** deverá salvaguardar e tratar como estritamente confidenciais todas as informações que estejam ou venham a estar em seu poder, relativas aos negócios, conhecimentos técnicos (know-how), estratégias e operações da outra **PARTE** ou do próprio **CONSÓRCIO**, não podendo utilizá-las para outros fins que não os previstos neste instrumento, nem divulga-las a terceiros sem o consentimento prévio e por escrito da outra **PARTE**, ressalvadas as hipóteses de exigência legal ou ordem judicial.

12.3. Caso o **CONSÓRCIO** não seja adjudicatário do objeto da licitação, as **PARTES** se comprometem a manter as informações confidenciais em sigilo pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos após o encerramento do processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. As **PARTES** se comprometem a não alterar a constituição ou composição do **CONSÓRCIO**, sem a expressa autorização do **CLIENTE**.

13.2. O **CONSÓRCIO** não constitui nem se constituirá em pessoa jurídica distinta de seus membros, não tem personalidade jurídica própria, nem tampouco as suas **PARTES** perdem sua própria identidade jurídica, não constituindo ainda, sociedade de fato ou outra categoria análoga.

13.3. As **PARTES** se comprometem em manter exclusividade com relação ao objeto do **CONSÓRCIO**, não participando, quer isoladamente, quer em parceria com outras empresas, do mesmo processo licitatório supracitado.

13.4. As **PARTES** não poderão ceder, total ou parcialmente seus direitos e obrigações, tanto na fase da Licitação, quanto na execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ASSINATURAS

14.1. As **PARTES**, inclusive as testemunhas, concordam desde já quanto à autenticidade, integridade e validade jurídica das assinaturas constantes deste Termo de Compromisso, sejam elas realizadas de forma física, mediante assinatura manuscrita, ou por meio eletrônico, digital ou informático. Reconhecem expressamente a validade e eficácia de assinaturas eletrônicas, digitais ou certificadas, conforme disposto no artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, vigente no Brasil.

Clicksign aa26e7ba-4897-418e-a00a-6719ec947d3a

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. As **PARTES** elegem o foro da Circunscrição Judiciária de Águas Claras/DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou eventuais demandas entre as Partes oriundas do presente instrumento.

Águas Claras/DF, 16 de abril de 2026.

_____	_____
SIMEMP SERVIÇOS TÉCNICOS E OBRAS LTDA **RENATO GOMES DOS SANTOS** **Diretor-Administrador**	**PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO S/S LTDA.** **REYNALDO COSATI MEDEIROS** **Diretor-Administrador**

_____

SCB SERVIÇOS E CONSULTORIA EM BIM LTDA.
RENATO DE QUEIROZ PORTO
Diretor-Administrador

TESTEMUNHAS:

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

Clicksign aa26e7ba-4897-418e-a00a-6719ec947d3a

TCCC - GOINFRA 034.pdf

Documento número #aa26e7ba-4897-418e-a00a-6719ec947d3a

Hash do documento original (SHA256): 0e11862168f2af04a265f8e4fc7f807dbbff866125983b976d552ba28bc73c11

Assinaturas

ALINE TAVARES
CPF: 038.656.781-65
Assinou como testemunha em 16 abr 2026 às 15:47:21

RENATO DE QUEIROZ PORTO
CPF: 058.894.014-32
Assinou como parte em 16 abr 2026 às 16:09:49

Luiz Antonio Teixeira Campos
CPF: 254.219.647-87
Assinou como testemunha em 16 abr 2026 às 17:28:59

RENATO GOMES DOS SANTOS
CPF: 014.690.077-46
Assinou como parte em 16 abr 2026 às 15:47:39

REYNALDO COSATI MEDEIROS
CPF: 008.537.597-74
Assinou como parte em 16 abr 2026 às 21:01:13

Log

16 abr 2026, 15:42:53	Operador com email aline.tavares@simemp.com.br na Conta d47f431d-3183-45dd-bdd1-3402939417d6 criou este documento número aa26e7ba-4897-418e-a00a-6719ec947d3a. Data limite para assinatura do documento: 16 de maio de 2026 (15:42). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
16 abr 2026, 15:46:36	Operador com email aline.tavares@simemp.com.br na Conta d47f431d-3183-45dd-bdd1-3402939417d6 adicionou à Lista de Assinatura: aline.tavares@simemp.com.br para assinar como testemunha, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo ALINE TAVARES.

16 abr 2026, 15:46:36	Operador com email aline.tavares@simemp.com.br na Conta d47f431d-3183-45dd-bdd1-3402939417d6 adicionou à Lista de Assinatura: comercial@simemp.com.br para assinar como parte, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo RENATO GOMES DOS SANTOS.
16 abr 2026, 15:46:36	Operador com email aline.tavares@simemp.com.br na Conta d47f431d-3183-45dd-bdd1-3402939417d6 adicionou à Lista de Assinatura: comercial@prodec.com.br para assinar como parte, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo REYNALDO COSATI MEDEIROS.
16 abr 2026, 15:46:36	Operador com email aline.tavares@simemp.com.br na Conta d47f431d-3183-45dd-bdd1-3402939417d6 adicionou à Lista de Assinatura: adm@scb.eng.br para assinar como parte, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo RENATO DE QUEIROZ PORTO.
16 abr 2026, 15:46:36	Operador com email aline.tavares@simemp.com.br na Conta d47f431d-3183-45dd-bdd1-3402939417d6 adicionou à Lista de Assinatura: lantonio@prodec.com.br para assinar como testemunha, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP.
16 abr 2026, 15:47:21	ALINE TAVARES assinou como testemunha. Pontos de autenticação: Token via E-mail aline.tavares@simemp.com.br. CPF informado: 038.656.781-65. IP: 189.6.36.62. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -15.83601220971305 e longitude -48.01903702418221. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.1423.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
16 abr 2026, 15:47:39	RENATO GOMES DOS SANTOS assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail comercial@simemp.com.br. CPF informado: 014.690.077-46. IP: 189.6.36.62. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -15.83601220971305 e longitude -48.01903702418221. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.1423.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
16 abr 2026, 16:09:49	RENATO DE QUEIROZ PORTO assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail adm@scb.eng.br. CPF informado: 058.894.014-32. IP: 186.235.82.245. Componente de assinatura versão 1.1423.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
16 abr 2026, 17:28:59	Luiz Antonio Teixeira Campos assinou como testemunha. Pontos de autenticação: Token via E-mail lantonio@prodec.com.br. CPF informado: 254.219.647-87. IP: 200.152.118.59. Componente de assinatura versão 1.1423.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
16 abr 2026, 20:19:34	Operador com email aline.tavares@simemp.com.br na Conta d47f431d-3183-45dd-bdd1-3402939417d6 fez alteração em comercial@prodec.com.br: reynaldo@prodec.com.br para assinar como parte
16 abr 2026, 20:40:14	Operador com email aline.tavares@simemp.com.br na Conta d47f431d-3183-45dd-bdd1-3402939417d6 fez alteração em reynaldo@prodec.com.br: reynaldo@prodec.com para assinar como parte

16 abr 2026, 21:01:13	REYNALDO COSATI MEDEIROS assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail reynaldo@prodec.com. CPF informado: 008.537.597-74. IP: 179.134.91.244. Componente de assinatura versão 1.1424.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
16 abr 2026, 21:01:13	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número aa26e7ba-4897-418e-a00a-6719ec947d3a.

Documento assinado com validade jurídica.
Para conferir a validade, acesse https://www.clicksign.com/validador e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº aa26e7ba-4897-418e-a00a-6719ec947d3a, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
EDITAL Nº 034/2026-GOINFRA
Contratação nº 115330, Processo nº 202500005021352

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para Assessoramento técnico no âmbito da Presidência, Diretoria de Gestão Integrada e Diretoria de Licitações e Contratações da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA.

CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRAGO

SIMEMP

PRODEC

SCB

APRESENTAÇÃO



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Á

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES – GOINFRA.

EDITAL Nº 034/2026-GOINFRA (Versão 2)

Contratação nº 115330, Processo nº 202500005021352

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para Assessoramento técnico no âmbito da Presidência, Diretoria de Gestão Integrada e Diretoria de Licitações e Contratações da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA.

Ref.: Carta de apresentação do Documentos integrantes da proposta técnica referente à CONCORRÊNCIA nº **034/2026.**

Prezados senhores,

O CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRA-GO formado pelas empresas **SIMEMP SERVICOS TECNICOS E OBRAS LTDA, (empresa Líder)** pessoa jurídica de direito privado, empresa brasileira, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.237.296/0001-33, **PRODEC Consultoria para Decisão S/S Ltda.**, sociedade brasileira, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Av. Rio Branco, nº 25, 10º andar, Conjuntos C e D, Centro, CEP 20090-003, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº 34.037.705/0001-03, e a empresa **SCB ENGENHARIA S.A.** inscrita no CNPJ sob o nº 02.718.377/0001-06, vem pela presente, encaminhar a V.Sas. os documentos da proposta técnica.

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. RENATO GOMES DOS SANTOS, representante legal da empresa SIMEMP SERVICOS TECNICOS E OBRAS LTDA, portador da carteira de identidade nº 088311972 IFP RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.690.077-46, domiciliado na cidade de Brasília/DF, como representante Legal do **CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRA-GO**.

Atenciosamente,

SIMEMP SERVICOS TECNICOS E OBRAS LTDA:09237296000133

Assinado de forma digital por SIMEMP SERVICOS TECNICOS E OBRAS LTDA:09237296000133
Dados: 2026.04.16 22:12:59 -03'00'

_____

CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRA-GO
RENATO GOMES DOS SANTOS
Representante Legal do Consórcio
CPF nº 014.690.077-46

ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Administração
Superintendência Central de Compras Governamentais e Logística

CRC - CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

Cadastro de Fornecedores do Estado de Goiás

SIMEMP SERVICOS TECNICOS E OBRAS LTDA (09.237.296/0001-33)

A Secretaria de Estado de Administração, por meio do CADFOR - Cadastro de Fornecedores do Estado de Goiás, CERTIFICA, em conformidade com os documentos apresentados, que a empresa **SIMEMP SERVICOS TECNICOS E OBRAS LTDA**, CNPJ: **09.237.296/0001-33**, enquadrada como **NORMAL**, endereço: **RUA 12 NORTE LOTE, 02SALA 1001, NORTE (ÁGUAS CLARAS), CEP: 71909540, BRASILIA - DF,** encontra-se CADASTRADA como fornecedora do Estado de Goiás, e sua situação cadastral na presente data é:

CREDENCIADO HOMOLOGADO	REGULAR
Até 03/09/2026	Até 03/09/2026

* A **REGULARIDADE** do fornecedor está vinculada à validade dos documentos e certidões enviados.

* Para participar de procedimentos aquisitivos no Estado de Goiás, basta que o fornecedor esteja Credenciado Provisoriamente no Sislog.

* Para ser declarado vencedor em um procedimento aquisitivo, bem como para viabilizar recebimento de parcelas contratuais, a empresa deverá estar **CREDENCIADO HOMOLOGADO** e **REGULAR** no Sislog/Cadfor. Caso não esteja, o fornecedor deve participar com os documentos necessários já digitalizados, para serem enviados na fase de habilitação.

Situação Financeira

Validade do Balanço:	0	**Índice - LG - Liquidez Geral:**	0,00
Capital Social:	R$ 1.500.000,00	**Índice - SG - Solvência Geral:**	0,00
Patrimônio Liquido:	R$ R$ 0,00	**Índice - LC - Liquidez Corrente:**	0,00

SISLOG/CADFOR - Telefones: (62) 3201-8744 / (62) 3201-8746 - E-mail: cadfor@goias.go.gov.br
A utilização deste certificado, para os fins previstos em lei, está condicionada à verificação de autenticidade no site www.sislog.goias.gov.br atráves do código de validação:

BD18E4E02E66B997FF6324DA53F199FA-06FDFE8941572B56ADA0FDE706D800CA

EMITIDO DIA 16/04/2026 16:15:38

Goiânia, 16 de Abril de 2026

SIMEMP SERVICOS TECNICOS E OBRAS LTDA
(09.237.296/0001-33)

Representantes Legais		
Socio	RENATO GOMES DOS SANTOS	

Validade da Documentação	
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CADASTRAL (CNPJ) DA EMPRESA	Inderteminada
CONTRATO OU ESTATUTO SOCIAL	Inderteminada
DOCUMENTOS PESSOAIS COM CPF - SÓCIOS, ADMINISTRADORES E/OU DIRETORES	Inderteminada
INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES ESTADUAL OU MUNICIPAL	Inderteminada
*** Atestados de Capacidade Técnica e Autorizações/Alvarás de funcionamento, se necessários, devem ser exigidos pelo pregoeiro de acordo com o objeto da contratação**	

Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE	
7112000	Serviços de engenharia

SISLOG/CADFOR - Telefones: (62) 3201-8744 / (62) 3201-8746 - E-mail: cadfor@goias.go.gov.br
Verificação de autenticidade no site www.sislog.goias.gov.br atráves do código de validação:

BD18E4E02E66B997FF6324DA53F199FA-06FDFE8941572B56ADA0FDE706D800CA

EMITIDO DIA 16/04/2026 16:15:38

Goiânia, 16 de Abril de 2026

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
EDITAL Nº 034/2026-GOINFRA
Contratação nº 115330, Processo nº 202500005021352

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para Assessoramento técnico no âmbito da Presidência, Diretoria de Gestão Integrada e Diretoria de Licitações e Contratações da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA.

CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRAGO

SIMEMP

PRODEC

SCB

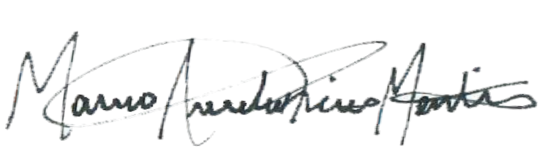
GARANTIA DA PROPOSTA



Prezado(a) **AGENCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES**

A Sombrero Seguros S/A tem a satisfação de encaminhar em anexo a presente apólice de seguro em formato digital, documento este emitido conforme os mais rígidos critérios de segurança em autenticação e certificação digital existentes no mercado. Este documento está em conformidade com a Medida Provisória no 2.200-2/2001 que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira, ICP - Brasil, a qual garante a autenticidade, a integridade e a validade de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais. Isto significa que a apólice digital tem a mesma validade jurídica da apólice impressa, no entanto com as vantagens e segurança das transações eletrônicas certificadas digitalmente.

Apólice de Seguro Garantia nº 01279202600010775705096 4





Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil por: Signatário (as):

Pessoa: MARCIO AURELIO RIOS MARTINS N° de Série do Certificado: 20FA2E8A30832889BAD1E2C5D8C1F0BF

Pessoa: RAQUEL CRISTINA TEDESCO N° de Série do Certificado: 434FEB8589B745B78307E7F43E7154B6

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confre o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º - Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, para garantir a autentiidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

Nº DA APÓLICE: 01279202600010775705096 4 - Nº ENDOSSO 00000
CONTROLE INTERNO: 216601
DATA DA PUBLICAÇÃO/EMISSÃO: 16/04/2026
PUBLICADO POR: SOMBRERO SEGUROS S/A

Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a Apólice ou Endosso foi corretamente registrado no site da Susep - https://www2.susep.gov.br/safe/menumercado/regapolices/pesquisa.asp.

Apólice - Seguro Garantia
SEGURADO SETOR PÚBLICO - CIRC. 662

Dados do Segurado

Nome:AGENCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
CNPJ/CPF: 03.520.933/0001-06
Endereço: AV GOVERNADOR JOSE LUDOVICO DE ALMEIDA
Número: 20
Complemento: BR-153 - KM 3,5
CEP: 74.775-013
Bairro: CONJUNTO CAICARA
Cidade: GOIÂNIA
UF: GO

Dados do Tomador

Nome: SIMEMP SERVICOS TECNICOS E OBRAS LTDA
CNPJ/CPF: 09.237.296/0001-33
Endereço: R 12 NORTE LOTE
Número: 02
Complemento: SALA 1001
CEP: 71.909-540
Bairro: NORTE (AGUAS CLARAS)
Cidade: BRASÍLIA
UF: DF

Limite Máximo de Garantia até o valor de

R$ 184.482,25 (CENTO E OITENTA E QUATRO MIL E QUATROCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)

Objeto da Apólice

Garantir as obrigações do Tomador perante o Segurado exclusivamente relacionadas ao objeto do edital Edital nº 034/2026-GOINFRA (Versão 2) - Processo Administrativo nº 202500005021352 - Contratação Nº 115330.
“Esta Apólice não poderá ser utilizada como complemento ou Endosso de Apólice anteriormente fornecida por esta Seguradora, ou por Seguradora congênere, referente ao mesmo Edital e/ou Contrato, objeto deste seguro.“
Sem prejuízo de outras exclusões e/ou hipóteses de perda de direito previstas nas condições contratuais, esta Apólice não gera efeitos e é nula de pleno direito para os riscos oriundos de uma ou mais das situações descritas abaixo, ainda que estejam previstas no Contrato Principal: Pagamentos de mútuos e afins, devidos pelo Tomador ao Segurado
Repasses financeiros pelo Tomador ao Segurado
Amortização de dívidas do Tomador ao Segurado
Garantia incondicional e/ou Primeira Demanda
Contratos de Adesão
Contrato de Arrendamento e/ou Uso de Espaço
Cobertura para obrigações financeiras de qualquer natureza

Apólice - Seguro Garantia
SEGURADO SETOR PÚBLICO - CIRC. 662

Retomada de Obras

Apólice - Seguro Garantia
SEGURADO SETOR PÚBLICO - CIRC. 662

Modalidade(s) sujeita(s) ao Limite Máximo de Garantia

Modalidade: LICITAÇÕES - CIRC. 662
Importância Segurada: R$ 184.482,25
Vigência: Das 24h de 17/04/2026 a 24h de 17/07/2026
Prêmio: R$ 312,76

Cobertura(s) Adicional(is) sujeita(s) ao Limite Máximo de Garantia

Cobertura Adicional: Não Contratada
Importância Segurada: R$ 0,00
Vigência: Não Contratada
Prêmio: R$ 0,00

A importância Segurada da(s) modalidade(s) e eventual(is) cobertura(s) adicional(is) está limitada individualmente e/ou conjuntamente ao Limite Máximo de Garantia.

Apólice - Seguro Garantia
SEGURADO SETOR PÚBLICO - CIRC. 662

Demonstrativo do prêmio (R$)

Prêmio Líquido: R$ 312,76
Adicional de Fracionamento: R$ 0,00
IOF: R$ 0,00
Prêmio Total: R$ 312,76

Forma de Pagamento

Forma de Pagamento: 341-FICHA DE COMPENSAÇÃO ITAÚ - GARANTIA (2)
Parcelamento: à vista
Parcela: 01 **Valor:** R$ 312,76 **Vencimento:** 04/05/2026

As condições anexas constituem parte integrante e inseparável DESTA APÓLICE para todos os fins de direito. Esta Apólice é emitida em 2 (duas) vias de igual teor, sendo uma via do(s) Segurado(s) e outra da Seguradora.

Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Link: www.susep.gov.br.

Dados Corretor

Corretor: CASTAN ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS L **SUSEP:** 232144706

Apólice - Seguro Garantia
SEGURADO SETOR PÚBLICO - CIRC. 662

Condições Especiais

SEGURO GARANTIA PARA LICITAÇÕES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CONDIÇÕES ESPECIAIS

1. OBJETIVO DO SEGURO – RISCOS COBERTOS
1.1. Este seguro garante o pagamento de Indenização, até o valor do Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes do Inadimplemento do Tomador adjudicatário em assinar o respectivo contrato administrativo, nos termos e condições descritos no Edital, conforme descrito nesta Apólice.
2. RISCOS EXCLUÍDOS
2.1. As Obrigações Garantidas da Seguradora estão limitadas às condições expressamente descritas nesta Apólice.

2.2. Sem prejuízo de outras condições descritas nesta Apólice, estão expressamente excluídos de cobertura quaisquer riscos e/ou prejuízos ocasionados direta ou indiretamente e ocorridos em consequência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

a) Outras modalidades de Seguro Garantia e ramos de seguro distintos do Seguro Garantia, incluindo, sem se limitar, a seguro de riscos de engenharia, responsabiliade civil, eventos e riscos de natureza socioambiental;
b) Custos, despesas, obrigações ou encargos, os de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista, ambiental, cível e comercial, resultantes da (in)execução das Obrigações Garantidas;
c) Perdas e danos contratuais e extracontratuais, lucros cessantes, causados ao próprio Tomador, ao Segurado e/ou a terceiros, bem como perdas e danos contratuais e extracontratuais, incluindo lucros cessantes, causados pelo Tomador, Segurado e/ou terceiros;
d) Eventos de caso fortuito ou força maior, nos termos do Código Civil;
e) Descumprimento de Obrigações Garantidas decorrente de atos, omissões ou fatos praticados por ou de responsabilidade do Segurado e/ou de terceiros;
f) Atraso do Tomador na apresentação desta Apólice e seus Endossos, ou da inadequação da Apólice para garantia do Edital;
g) Atos de hostilidade, guerra, rebelião, insurreição, revolução, confisco, destruição ou requisição decorrentes de qualquer ato de autoridade de fato ou de direito, civil ou militar, bem como quaisquer outros atos verificados fora de um contexto de Estado de Direito e, em geral, todos e quaisquer atos ou consequências desses eventos, assim como atos praticados por qualquer pessoa agindo ou em ligação com qualquer organização cujas atividades visem derrubar pela força o governo ou instigar a sua queda, pela perturbação da ordem política e social do país, incluindo, sem se limitar, por meio de atos de atos de terrorismo, conforme definido por legislação ou regulamentação aplicável, subversão e guerrilhas;
h) Sabotagens, greves, locautes, protestos, tumultos e/ou outros atos contra a ordem pública;
i) Radiação, contaminação, resíduo ou fissão, inclusive, mas não se limitando, às nucleares e ionizantes;
j) Descumprimento de obrigações de sigilo, proteção de dados e quebra de patentes;
k) Descumprimento de obrigações que não estejam expressamente garantidas e previstas nesta Apólice;
l) Violação de normas anticorrupção perpetradas com participação dolosa do Segurado e/ou seus representantes;
m) Alteração das Obrigações Garantidas que tenha sido acordada entre Segurado e Tomador sem anuência prévia da Seguradora por meio da emissão de Endosso;
n) Determinações, atos ou omissões provenientes de órgão da administração pública, direta, indireta e/ou fundacional que prejudiquem ou retardem a execução desta Apólice.
o) Quaisquer das hipóteses previstas no art. 99 e/ou art. 102 da Lei 14.133/2021.
2.2. Em nenhuma hipótese a Seguradora sucederá, contratual ou legalmente, o Tomador, nem mesmo será sub-rogada nas obrigações atribuídas ao Tomador no âmbito do Edital. O Tomador e o Segurado

Apólice - Seguro Garantia
SEGURADO SETOR PÚBLICO - CIRC. 662

se obrigam a tomar todas as medidas necessárias, judiciais ou extrajudiciais, para afastar qualquer tentativa de responsabilização da Seguradora por força de alegação de sucessão e/ou sub-rogação nas obrigações e responsabilidades do Tomador e/ou do Segurado.

3. DECLARAÇÕES INEXATAS, AGRAVAMENTO DE RISCO, AVISO TARDIO DE SINISTRO E PERDA DE DIREITOS

3.1. O Segurado perderá o direito à Indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

a) Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo comprovadamente praticados pelo Segurado, ou ainda pelo seu representante legal;
b) Agravamento intencional pelo Segurado do risco coberto pela Apólice;
c) Descumprimento de obrigações do Tomador decorrentes de atos ou fatos de responsabilidade do Segurado que tenham contribuído de forma determinante para a ocorrência do Sinistro;
d) Declarações inexatas ou omissão de má-fé, pelo Segurado ou seu representante, de circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravamento de risco de inadimplência do Tomador ou que possam influenciar na Aceitação da proposta;
e) Alteração da Obrigação Garantida sem anuência prévia da Seguradora, na medida em que ensejarem agravamento do risco coberto e tenham relação com o Sinistro, ou reste demonstrado pela Seguradora que o Segurado silenciou de má-fé;
f) Ausência de providências pelo Segurado para evitar ou minorar as consequências do Sinistro;
g) Descumprimento de quaisquer obrigações previstas nas Condições Contratuais desta Apólice.

3.2. O Segurado está ciente e concorda com as hipóteses de perda de direito e as suas obrigações e responsabilidades nos termos da Lei 15.040 de 2024, bem como os direitos e faculdades da Seguradora emergentes de tais dispositivos legais.

3.3. Ao aceitar a Apólice e/ou Endossos, conforme aplicável, o Segurado declara à Seguradora que até a data de emissão da presente Apólice e/ou Endossos, conforme aplicável, não há qualquer circunstância, evento ou Inadimplemento do Tomador referente à(s) Obrigação(ões) Garantida(s), que possa gerar uma Expectativa, Reclamação ou Caracterização de Sinistro

4. PRÊMIO

4.1. O Tomador é responsável pelo pagamento do Prêmio correspondente a Apólice, assim como de todos os seus Endossos.

4.1.1. Esta Apólice continuará em vigor mesmo quando o Tomador não pagar o Prêmio nas datas convencionadas.

4.2. Na hipótese de cancelamento da Apólice, a Seguradora procederá a devolução do Prêmio pago, mediante solicitação expressa do Tomador, pro-rata-die, excetuadas as hipóteses de extinção da Apólice pelo término de Vigência ou pelo pagamento da Indenização.

4.2.1. Em caso de devolução do Prêmio, reserva-se à Seguradora o direito de reter ou cobrar do Tomador, pelo menos, a quantia estabelecida a título de despesas de contratação.

4.2.2. Eventual valor de devolução pro-rata-die do Prêmio pago será atualizado mediante aplicação do IPCA, ou índice que lhe venha a substituir, da data de recebimento pela Seguradora da solicitação de cancelamento realizada pelo Tomador, devidamente acompanhada da documentação que comprove a inexistência de risco a ser coberto, incluindo a manifestação do Segurado, até a data de desembolso pela Seguradora.

4.2.3. Caso as informações bancárias para devolução do Prêmio não sejam disponibilizadas pelo responsável ou estejam incorretas, o prazo estipulado nesta cláusula será reiniciado, a contar da data do envio dos dados corretos.

4.3. Quando do cancelamento da Apólice, ou em caso de pagamento de Indenização, a Seguradora poderá realizar a emissão de Endosso de atualização monetária prevista no item 2 para viabilizar a cobrança de Prêmio relativa à atualização monetária aplicável desde o último Endosso até a data de comprovação da extinção do risco, ou pagamento da Indenização.

Apólice - Seguro Garantia
SEGURADO SETOR PÚBLICO - CIRC. 662

4.4 O não pagamento do prêmio nas datas convencionadas sujeitará o Tomador à incidência de juros de mora de 1% ao mês; correção monetária pelo IPCA (ou índice que o substitua); e multa contratual de 10% sobre o valor inadimplido.
4.4.1 Em caso de inadimplência superior a 30 (trinta) dias contados do vencimento original da parcela, o valor devido poderá, a critério exclusivo da Seguradora, ser encaminhado para protesto em cartório, conforme previsto na Lei nº 9.492/1997, bem como para inclusão nos cadastros de inadimplentes, nos termos da legislação aplicável.
4.4.2 A Seguradora poderá promover a cobrança extrajudicial do valor inadimplido por meio de escritório especializado, hipótese em que serão acrescidos honorários advocatícios de 20% sobre o montante devido, além dos custos incorridos com a sua cobrança, conforme artigo 27, parágrafo único, do Decreto Lei 73/1966.
4.4.3 As notificações extrajudiciais relacionadas à inadimplência poderão ser realizadas por qualquer meio eletrônico disponível, incluindo e-mail, aplicativos de mensagens ou plataformas digitais, utilizando os dados de contato fornecidos pelo Tomador ou pelo Corretor de Seguros no momento da contratação da Apólice, ou ainda com base nas informações cadastrais disponíveis na Receita Federal (Consulta CNPJ).
4.4.4 É de responsabilidade exclusiva do Tomador e do Corretor de seguros manter os dados de contato atualizados junto à Seguradora, sob pena de serem considerados válidos os envios realizados aos contatos previamente informados.
4.4.5 O corretor de seguro é responsável pela efetiva entrega ao destinatário dos documentos e outros dados que lhe forem confiados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.
4.4.6 O valor do prêmio inadimplido constitui título executivo extrajudicial, nos termos do Art. 784, III, do Código de Processo Civil, e art. 23 Lei 15.040/2024, podendo ser cobrado judicialmente com os acréscimos previstos nesta cláusula, incluindo multa contratual e honorários advocatícios, além dos custos incorridos com a sua cobrança, conforme artigo 27, parágrafo único, do Decreto Lei 73/1966.
5. ALTERAÇÕES, RENOVAÇÕES E ATUALIZAÇÕES
5.1. Esta Apólice acompanhará as modificações já previstas no Edital, mediante emissão de Endosso ou nova Apólice.

5.2. Para alterações posteriores efetuadas no Edital, em virtude das quais se faça necessária a modificação da Apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que mediante solicitação expressa à Seguradora e seu respectivo aceite, por meio da emissão de Endosso ou nova Apólice.

5.3. As alterações, renovações e atualizações não se presumem e serão precedidas de pedido do Segurado, acompanhado dos documentos que as demonstrem, inclusive para atualização monetária do LMG pelo índice constante do Edital.

5.4. Ao aceitar a presente Apólice, Segurado e Tomador reconhecem o seu dever em comunicar à Seguradora sobre alterações ocorridas no Edital e/ou nas Obrigações Garantidas que influenciem o risco subscrito pela Seguradora, em prazo razoável, nunca superior a 10 (dez) dias úteis após a ocorrência do fato, independentemente da respectiva formalização contratual, sob pena de perda de direitos, conforme previsto no item 3 desta Apólice.
6. RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE SINISTRO
6.1. Não assinado o contrato administrativo licitado nos termos previstos no Edital, o Segurado deverá, imediatamente, realizar a Reclamação de Sinistro mediante envio de comunicação à Seguradora por meio do e-mail sinistros@sombreroseguros.com.br informando-a acerca da conclusão do respectivo processo administrativo para apuração de Prejuízos (“Reclamação de Sinistro”).

6.1.1. A Reclamação de Sinistro deverá ser formalizada pelo Segurado mediante o envio dos seguintes documentos básicos:
a) Cópia do Edital de licitação e seus anexos;
b) Cópia integral do processo licitatório correspondente ao Edital;

Apólice - Seguro Garantia
SEGURADO SETOR PÚBLICO - CIRC. 662

c) Cópia da notificação do Tomador para assinatura do contrato administrativo licitado;
d) Cópia do processo administrativo instaurado para determinar a Inadimplência do Tomador, culminado na aplicação de multas, acompanhado do comprovante de trânsito em julgado, se houver;
e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os Prejuízos sofridos;
f) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
g) Cópia de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre Segurado e Tomador, relacionados à inadimplência do Tomador;
h) Cópia do novo contrato firmado pelo Segurado com o Licitante Substituto, quando aplicável.
6.2. Caracterização do Sinistro: o Sinistro restará caracterizado quando da exigibilidade dos Prejuízos causados ao Segurado, desde que acompanhado dos documentos listados listados no item 6.1.1.

6.3. Regulação do Sinistro: a Seguradora deverá apresentar Relatório Final de Regulação do Sinistro em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Reclamação de Sinistro devidamente acompanhada dos documentos acima listados.

6.3.1. A Seguradora poderá solicitar ao Segurado outros documentos e/ou informações complementares para análise de cobertura da Reclamação de Sinistro, hipótese em que o prazo previsto no item 6.3 será suspenso e retomado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do completo atendimento das exigências da Seguradora.

6.3.2. Em caso de decisão judicial ou arbitral que impeça ou de alguma forma influencie ou suspenda os efeitos da Reclamação de Sinistro comunicada à Seguradora, o prazo previsto no item 6.3 será suspenso e retomado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de comunicação à Seguradora sobre a revogação da decisão ou ausência de efeito suspensivo ao respectivo recurso.
7. INDENIZAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO
7.1. Caracterizado o Sinistro, a Seguradora indenizará o Segurado ou o Beneficiário mediante pagamento em dinheiro dos Prejuízos ocasionados em razão do Inadimplemento do Tomador das Obrigações Garantidas;

7.1.1. O cálculo da Indenização corresponderá ao valor das multas aplicadas ao Tomador, conforme disposto no Edital.

7.1.2. Em complemento ao cálculo descrito no item 7.1.1, eventuais saldos de créditos do Tomador apurados junto ao Segurado serão utilizados para amortização do valor da Indenização, sem prejuízo de seu pagamento no prazo devido. Caso o pagamento da Indenização aconteça antes da apuração dos saldos de créditos do Tomador, o Segurado devolverá à Seguradora os valores por ela pagos em excesso.
7.2. O pagamento da Indenização deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, devendo o Segurado colaborar com a assinatura do termo de quitação ou do termo de retomada, conforme o caso. O não pagamento da Indenização no prazo previsto sujeitará a Seguradora ao pagamento de juros de mora e correção monetária pro-rata temporis, nos termos do Contrato Principal e sua legislação específica.
7.3. Paga a Indenização, a Seguradora se sub-rogará nos direitos e poderes do Segurado contra o Tomador e/ou terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao Sinistro.

7.4. É ineficaz qualquer ato do Segurado que diminua ou extinga, em prejuízo da Seguradora, os direitos de sub-rogação.

7.5 O TOMADOR deverá efetuar o reembolso de todos os pagamentos efetuados pela SEGURADORA, nos termos da cláusula 6, dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias contados da data em que o TOMADOR receber a notificação enviada pela SEGURADORA neste sentido.

Apólice - Seguro Garantia
SEGURADO SETOR PÚBLICO - CIRC. 662

7.6 As notificações extrajudiciais relacionadas ao ressarcimento de sinistro poderão ser realizadas por qualquer meio físico ou eletrônico disponível, incluindo e-mail, aplicativos de mensagens ou plataformas digitais, utilizando os dados de contato fornecidos pelo Tomador ou pelo Corretor de Seguros no momento da contratação da Apólice, ou ainda com base nas informações cadastrais disponíveis na Receita Federal (Consulta CNPJ).

7.7 É de responsabilidade exclusiva do Tomador e do Corretor manter os dados de contato atualizados junto à Seguradora, sob pena de serem considerados válidos os envios realizados aos contatos previamente informados.

7.8 O não pagamento dos valores devidos no prazo da cláusula 6.7. implicarão a incidência de juros de mora de 1% ao mês; correção monetária pelo IGP-M/FGV (ou índice que o substitua); e multa contratual de 10% sobre o valor inadimplido.

7.9 Ainda, o valor devido poderá, a critério exclusivo da Seguradora, ser encaminhado para protesto em cartório, conforme previsto na Lei nº 9.492/1997, bem como para inclusão nos cadastros de inadimplentes, nos termos da legislação aplicável.

7.10 A Seguradora poderá promover a cobrança extrajudicial do valor pago a título de sinistro por meio de escritório especializado, hipótese em que serão acrescidos honorários advocatícios de 20% sobre o montante devido, além dos custos incorridos com a sua cobrança, conforme artigo 27, parágrafo único, do Decreto Lei 73/1966.

7.11 O valor pago pela Seguradora constitui título executivo extrajudicial, nos termos do Art. 784, III, do Código de Processo Civil, e art. 23 Lei 15.040/2024, podendo ser cobrado judicialmente com os acréscimos previstos nesta cláusula, incluindo multa contratual e honorários advocatícios, além dos custos incorridos com a sua cobrança, conforme artigo 27, parágrafo único, do Decreto Lei 73/1966.

8. CONTENÇÃO E SALVAMENTO

8.1. A seguradora reembolsará, até o limite de 1% do Limite Máximo de Indenização aplicável ao tipo de sinistro, as despesas comprovadas com medidas de contenção ou salvamento realizadas para evitar o sinistro iminente ou atenuar seus efeitos, mesmo que ineficazes ou inferiores à franquia contratada, desde que não se trate de medidas notoriamente inadequadas ou de prevenção ordinária.

8.1.1Caso a seguradora recomende expressamente determinada medida, o reembolso será integral, ainda que exceda o limite pactuado. O reembolso não implicará redução da garantia contratada.

8.2. Além das hipóteses constantes do item 2.2, são excluídos da cobertura de Despesas de Contenção e Despesas de Salvamento os valores gastos pelo Segurado para:

a) Prevenção ordinária de Sinistros, Prejuízos e danos em geral, assim considerados também quaisquer despesas de manutenção, segurança, conserto, renovação, reforma, substituição preventiva, ampliação e outras medidas afins;

b) Adoção de medidas inadequadas, inoportunas, desproporcionais ou injustificadas, assim consideradas como medidas ou providências sem relação direta com o possível ou efetivo Sinistro, ou com a Obrigação Garantida, bem como medidas ou providências extemporâneas, ou em valor ou justificativa desproporcional ao risco de Sinistro.

8.3. Para reembolso das Despesas de Contenção e Despesas de Salvamento, aplicam-se as regras e obrigações constantes do item 7.1 e seguintes, devendo o Segurado encaminhar, além dos documentos constantes do item 6.1.1, cópias dos (i) contrato(s) com terceiro(s) do(s) qual(is) resultou(aram) Despesas de Contenção e Despesas de Salvamento; (ii) comprovantes de despesas incorridas pelo Segurado a título de Despesas de Contenção e Despesas de Salvamento; e (iii) comprovantes de pagamento ou desembolso realizados pelo Segurado, referente à Despesas de Contenção e Despesas de Salvamento.

Apólice - Seguro Garantia
SEGURADO SETOR PÚBLICO - CIRC. 662

9. ACEITAÇÃO

9.1. A contratação da Apólice somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado e nomeado, por todos os meios remotos legais admitidos. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

9.2. A Seguradora terá o prazo de 25 (vinte e cinco) dias para se manifestar favoravelmente à proposta ("Aceitação") ou recusar a proposta ("Recusa"), contado da data em que a receber.

9.2.1 A emissão da apólice ou do endosso e sua respectiva disponibilização será feita em até 30 (trinta) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

9.2.2 A inexistência de manifestação expressa da seguradora dentro do prazo de 25 (vinte e cinco) dias contados do protocolo da proposta, implicará na aceitação automática do seguro, salvo se ilícito o objeto do seguro ou se a seguradora provar que o proponente agiu com culpa ou dolo.

9.3. No caso de Recusa da proposta, a Seguradora comunicará o fato ao proponente por e-mail, via plataforma eletrônica ou qualquer outro meio escrito válido.

9.4. Caso a Aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo previsto no item 9.2 será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, hipótese em que Seguradora comunicará tal fato, por escrito, ao proponente, sendo certo que inexistirá cobertura enquanto perdurar a suspensão.

9.5. A Aceitação da proposta está sujeita à análise do risco pela Segurador

10. VIGÊNCIA

10.1. A Vigência da Apólice observará o mesmo prazo previsto para a execução das Obrigações Garantidas estabelecido no Contrato Principal, exceto quando este expressamente indicar de outra forma.

10.2. Se a vigência das Obrigações Garantidas for prorrogada, a Seguradora poderá, a seu exclusivo critério, emitir Endosso para prorrogação da Vigência da Apólice, mediante análise do risco correspondente e cobrança do Tomador, se for o caso, do respectivo Prêmio. A não renovação da Apólice não consiste em hipótese de Sinistro.

10.3. O Tomador poderá se opor à renovação somente se comprovar não haver mais risco a ser coberto pela Apólice ou se apresentada nova garantia aceita pelo Segurado.

11. EXTINÇÃO DA COBERTURA E/OU RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA

11.1. A responsabilidade da Seguradora extinguir-se-á, de pleno direito, quando ocorrer uma das seguintes situações:

a) O contrato administrativo decorrente do Edital garantido pela Apólice for definitivamente assinado entre Segurado e Tomador;
b) Quando a Seguradora e o Segurado assim o acordarem;
c) Quando o pagamento da Indenização ao Segurado atingir o LMG da Apólice;
d) Extinção, por qualquer motivo, do Edital;
e) Término da vigência da Apólice ou Endosso.

11.2. A responsabilidade da Seguradora, nos termos da Apólice, se limita aos Prejuízos decorrentes dos eventos de Inadimplemento ocorridos durante a vigência da Apólice, observado o prazo prescricional de 1 (um) ano aplicável ao contrato de seguro para respectiva caracterização e comunicação à Seguradora.

12. CONCORRÊNCIA DE APÓLICES E GARANTIAS

Apólice - Seguro Garantia
SEGURADO SETOR PÚBLICO - CIRC. 662

12.1. É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir a mesma Obrigação Garantida, salvo no caso de apólices complementares

12.2. Na hipótese de duas ou mais garantias distintas cobrindo as mesmas Obrigações Garantidas, a Indenização deverá ser dividida proporcionalmente entre as garantias apresentadas ao Edital, de modo a não resultar em auferição de lucro ao Segurado.

13. CONTROVÉRSIAS

13.1. Eventuais controvérsias entre Seguradora e Segurado serão processadas no foro do domicílio do Segurado e/ou Beneficiário, exceto se de outra forma disposto na Apólice.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

14.2. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco pela Seguradora.

14.3. Havendo contrariedade e/ou divergência entre as disposições previstas nesta Apólice e/ou Endosso e no Edital, prevalecerão sempre as disposições da Apólice e/ou Endosso.

14.4. Cabe ao Tomador e ao Segurado a conferência das condições e termos desta Apólice e/ou Endosso, estando de pleno acordo que a Seguradora a preste e cumpra, tal como disposto neles disposto, respectivamente.

14.4.1. Para ausência de dúvidas, esta Apólice não contém cláusula de retomada e não oferece cobertura para as hipóteses previstas no art. 102 da Lei 14.133/2021.

14.4.2. Tomador e Segurado reconhecem que a validade do presente negócio jurídico e a eficácia do contrato de seguro é vinculada à aceitação do Segurado da presente Apólice ou Endosso em sua integralidade.

14.4. Esta Apólice é inalienável e irrevogável.

14.5. Considera-se como âmbito geográfico de cobertura todo o território nacional.

14.6. Esta Apólice não conta com franquias, participações obrigatórias do Segurado, carência de qualquer tipo, assim como não permite a reintegração do seu Limite Máximo de Garantia.

14.7. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da SUSEP.

14.8. O Segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no sítio eletrônico https://www.gov.br/susep.

14.9. A Seguradora se compromete a tratar os dados pessoais relacionados a esta Apólice única e exclusivamente no limite necessário para o cumprimento de sua finalidade, e de obrigações legais e regulatórias, e em observância às leis e normativas aplicáveis à segurança da informação e proteção de dados¸ inclusive, não se limitando, à Lei Geral de Proteção de Dados no 13.709/2018. Nesse sentido, a Seguradora declara que segue políticas de privacidade e segurança disponíveis em seu sítio eletrônico, se reservando o direito de compartilhar as informações referents à Apólice com outras empresas que participam da relação securitária, de cosseguro e resseguro.

15. DEFINIÇÕES

Apólice - Seguro Garantia
SEGURADO SETOR PÚBLICO - CIRC. 662

15.1. Em acréscimo aos termos definidos nesta Apólice, aplicam-se também as seguintes definições:
a) Apólice: documento, emitido e assinado pela Seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.
b) Beneficiário: pessoa jurídica, a qual possui interesse legítimo na Obrigação Garantida e que pode incorrer, direta ou indiretamente, em Prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual do Tomador.
c) Condições Particulares: conjunto de cláusulas que complementam ou alteram as Condições Contratuais.
d) Despesa de Contratação: parcela do Prêmio não reembolsável e devido à Seguradora a título de remuneração mínima a partir do momento da emissão do seguro, em razão do consumo de capacidade e seu custo de oportunidade, bem como pela própria garantia securitária prestada desde o momento da emissão da Apólice.
e) Despesas de Contenção: despesas incorridas pelo Segurado com a tomada de medidas imediatas, ou ações emergenciais, para evitar a Caracterização do Sinistro iminente que seria coberto pela Apólice, a partir de um Incidente ou Perturbação à Obrigação Garantida ou ao Contrato Principal, e sem as quais o Sinistro coberto pela Apólice seria inevitável.
f) Despesas de Salvamento: despesas incorridas pelo Segurado com a tomada de medidas imediatas, ou ações emergenciais, após a ocorrência de um evento de Caracterização de Sinistro coberto pela Apólice, de modo a minorar as consequências e Prejuízos relacionados ao Sinistro.
g) Edital: ato indicado no campo Objeto previsto no fronstispício da Apólice, por intermédio do qual o Segurado faz público seu propósito de licitar um objeto determinado, estabelece os requisitos exigidos dos proponentes e das propostas, regula os termos segundo os quais os avaliará e fixa as cláusulas do eventual contrato a ser firmado, contemplando o instrumento de sua publicação, seus anexos, manuais, resumos, projetos e demais informações disponibilizadas pelo Segurado para elaboração de propostas pelos licitantes.
h) Endosso: documento emitido pela Seguradora por meio do qual são formalizadas alterações da Apólice, de comum acordo com o Segurado.
i) Inadimplemento: descumprimento das Obrigações Garantidas assumidas pelo Tomador que causem Prejuízo ao Segurado;
j) Indenização: contraprestação da Seguradora perante o Segurado relativa aos Prejuízos causados pelo Tomador em razão do Inadimplemento das Obrigações Garantidas, até o valor do LMG e na extensão dos Prejuízos apurados cobertos pelo seguro.
k) Limite Máximo de Garantia (LMG): valor máximo que a Seguradora se responsabiliza perante o Segurado para fins de Indenização, considerando uma ou mais coberturas previstas na Apólice.
l) Obrigação Garantida: obrigação assumida pelo Tomador junto ao Segurado no Edital, nos termos da legislação aplicável, para as quais se demandou especificamente cobertura à Seguradora e garantidas pela Apólice;
m) Prejuízo: multas e penalidades aplicadas pelo Segurado ao Tomador, em decorrência da não assinatura do contrato administrativo, conforme definido no Edital, as quais não tenham sido adimplidas no prazo definido no Edital ou notificação ao Tomador.
n) Prêmio: importância devida pelo Tomador à Seguradora, como contraprestação da cobertura de seguro contratada.
o) Prêmio Mínimo: parcela do Prêmio não reembolsável e devido à Seguradora a título de remuneração mínima a partir do momento da emissão do seguro, em razão do consumo de capacidade e seu custo de oportunidade, bem como pela própria garantia securitária prestada desde o momento da emissão da Apólice.
p) Regulação de Sinistro: procedimento de apuração de um Sinistro, no âmbito do qual a Seguradora constatará a existência ou inexistência de cobertura para o Sinistro reclamado e apurará eventuais Prejuízos cobertos.
q) Relatório Final de Regulação de Sinistro: documento no qual a Seguradora comunica as suas conclusões sobre a Regulação de Sinistro.
r) Segurado: ente da Administração Pública que publica o Edital, nos termos da legislação, e credor das obrigações assumidas pelo Tomador.

Apólice - Seguro Garantia
SEGURADO SETOR PÚBLICO - CIRC. 662

s) Seguradora: Sombrero Seguros S/A.
t) Seguro Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo Tomador perante o Segurado, conforme Condições Contratuais da Apólice.
u) Sinistro: Inadimplemento pelo Tomador das Obrigações Garantidas e que é passível de Indenização pelo seguro.
v) Tomador: pessoa jurídica participante de processo licitatório correspondente ao Edital, e devedor das obrigações assumidas perante o Segurado.
w) Vigência: termo de início e término da Apólice às 0h00hs das respectivas datas nela indicadas.
15.2. Para efeito desta modalidade de Seguro Garantia, aplicam-se, também, as definições constantes na legislação aplicável.

Apólice - Seguro Garantia
SEGURADO SETOR PÚBLICO - CIRC. 662

Condições Particulares

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais e Especiais que não tenham sido alteradas pelas presentes Condições Particulares.

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
EDITAL Nº 034/2026-GOINFRA
Contratação nº 115330, Processo nº 202500005021352

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para Assessoramento técnico no âmbito da Presidência, Diretoria de Gestão Integrada e Diretoria de Licitações e Contratações da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA.

CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRAGO

SIMEMP

PRODEC

SCB

FASE 1 – VERIFICAÇÃO DA CAPACITAÇÃO E EXPERIÊNCIA DO LICITANTE

Quadro 1 – Critério para Verificação da Capacitação e Experiência do Licitante



ESTADO DE GOIÁS
SECRETÁRIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA
AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA

ANEXO II

Quadro 1 – Critério para Verificação da Capacitação e Experiência do Licitante

Item	Área Temática	Descrição do Serviço / Comprovação Técnica	Atestado Indicado / Descrição	Nº da CAT
1	Gestão Pública e Apoio Institucional	Execução de serviços de gerenciamento, apoio ao gerenciamento, assessoria, supervisão ou suporte técnico a órgãos da Administração Pública (Federal, Estadual, Municipal ou Distrital).	Prestação de serviços técnicos especializados de assessoramento em gestão pública e engenharia consultiva no âmbito da Diretoria de Planejamento e Pesquisa – DPP/ DNIT.	720230000777.
			Gerenciamento de Apoio Técnico do Programa rodoviário do Espirito Santo II - Programa DIB II.	001071/2013
2	Comunicação e Marketing Digital	Execução de serviços de gerenciamento ou apoio à gestão em comunicação institucional, publicidade, marketing digital, redes sociais ou mídias digitais.	Apoio contínuo às demandas de comunicação institucional, incluindo a elaboração de materiais de divulgação das ações relacionadas ao BIM, produção de conteúdos para mídias impressa e digital e atualização de informações no portal do DNIT. Contempla, ainda, a elaboração de minutas de resposta a demandas do público externo, em conformidade com as normas formais da língua portuguesa e o Manual de Redação da Presidência da República, bem como a articulação com unidades internas para levantamento e consolidação das informações necessárias.	720230000777.

3	Gestão da Informação e Tecnologia	Execução de serviços de gerenciamento de dados, análise de metadados, gerenciamento da informação ou comunicação da informação.	DNIT DPP - operar os sistemas gerenciais, fornecer sistema integrado e gerenciamento de alimentação de dados.	720230000777.
4	Estratégia Organizacional	Capacitação técnica na execução de serviços de planejamento estratégico, preferencialmente baseado no Balanced Scorecard (BSC).	Gerenciamento dos projetos realizado através da implantação de Escritório de Gestão de Projetos - EGP que proporcionou a configuração e implantação de um ambiente para tomada de decisão em grupo (sala de situação) composta por indicadores de desempenho construídos sob a metodologia do BaJanced Scorecard - BSC, abrangendo todos os estágios	59149/2018.
5	Gestão de Processos e Reestruturação	Capacitação técnica na execução de serviços de modelagem, mapeamento, revisão de processos ou reestruturação organizacional.	atividades de assessoramento em gestão pública, incluindo revisão, manutenção e desenvolvimento de processos e fluxos de informação, aprimoramento contínuo da gestão, proposição de melhorias organizacionais e ferramentas gerenciais, bem como realização de ações de capacitação técnica (cursos, oficinas e seminários). Destaca-se ainda a atuação no apoio à implementação da metodologia BIM, com desenvolvimento e análise de modelos, padronização de processos e suporte à modernização organizacional.	720230000777.
6	Gerenciamento de Riscos	Capacitação técnica na realização de consultoria em gerenciamento de riscos, com base nas metodologias, normas e boas práticas internacionais especialmente a ISO 31000:2009	Atividades de assessoramento em gestão pública e engenharia consultiva, contemplando análise, instrução e acompanhamento de processos administrativos, apoio ao planejamento, monitoramento e controle de demandas, bem como suporte à tomada de decisão com base em critérios técnicos, avaliação de cenários e gestão de informações. Inclui ainda a implementação de melhorias gerenciais, controle de riscos operacionais e apoio à governança, alinhados às boas práticas de gestão e planejamento institucional com elaboração de matrizes de risco.	720230000777.

7	Gerenciamento de Projetos	Capacitação técnica em gerenciamento de projetos com base nas práticas do PMBOK® do PMI®, incluindo áreas como escopo, prazo, custo, qualidade, recursos, riscos, integração e comunicação	Serviços Especializados na Área de Consultoria para Desenvolvimento de Estudos, Programas, Proieções e Proposições na Área Rodoviária elaborado por meio da adoção das boas práticas do PMBoK (Project Management Body of Knowledge).	0720200000824.
			Gerenciamento dos projetos realizado através da implantação de Escritório de Gestão de Projetos - EGP para aplicação e integração apropriados dos quarenta e sete processos de gerenciamento de projetos, agrupados em cinco grupos de processos (iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle e encerramento) utilizando a metodologia baseada no PMBok (project Management Body of Knowledgc) do Instituto PMI (project Management Institute), envolvendo as seguintes disciplinas (integração, escopo, tempo, custo, qualidade, recursos humanos, comunicação, risco, aquisições e gerenciamento das partes	59149/2018

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT Nº 001071/2013

Processo Nº: **056705 / 2013**

Requerente..: **REYNALDO COSATI MEDEIROS**

Carteira Nº...: **RJ-901009777/D**

Título.....:**ENGENHEIRO CIVIL**

Nº de Folhas: 002 Folha Nº: 1

CERTIFICAMOS, de ordem do senhor Presidente do CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO,que o profissional acima qualificado, procedeu a(s) ANOTAÇÃO(ÕES) DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-ART, constantes do presente certificado,tendo comprovado a efetiva realização dos serviços de acordo com a Resolução Nº 1025/2009 do CONFEA.

Esta certidão é para fins de Cadastramento e Licitação. E nada mais tendo sido requerido, Eu ELIANA PEREIRA RODRIGUES, TÉCNICO(A) DE SERVIÇOS OPERACIONAIS, lavrei e datei a presente Certidão,que vai por mim assinada , e devidamente visada pelo(a) Gerente de Atendimento Crea/ES, Engº Civil JOSÉ MARIA COLA DOS SANTOS, por delegação da Presidência do CREA - ES

Vitória, 6 de Agosto de 2013.

Eliana Pereira Rodrigues
Téc. de Serv. Operacionais
Mat. 15[illegible] CREA-ES

Engº Civil José Maria Cola dos Santos
Gerente de Atendimento
CREA 460-D/ES

A presente CERTIDÃO tem validade permanente

Válida somente com a chancela do CONSELHO

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT Nº 001071/2013

Profissional: **REYNALDO COSATI MEDEIROS** Protocolo Nº: **056705/2013**

Carteira.....: **RJ-901009777/D**

Título(s) :

ENGENHEIRO CIVIL

ART Nº: 200629952 Art(s) Aditivo(s) - > - 0820130089644 , - 0820130089862 ,

Empresa Executora: CONSÓRCIO ENGER - PRODEC - PLANSERVI

Contratante: DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES, RODOVIAS E TRANSPORTES DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - DERTES

Local da Obra: DIVERSAS LOCALIDADE

Município: VITÓRIA UF: ES

Atividades Técnicas:	Natureza da Obra/Serviço:	Tipo de Obra:
GERENCIAMENTO	RODOVIAS SISTEMAS DE TRANSPORTES PONTES E GRANDES ESTRUTURAS PROGRAMA DE CONTROLE DE MEIO AMBIENTE DO TRABALHO	RODOVIAS

Resumo do Contrato:

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA DE GERENCIAMENTO E APOIO TÉCNICO DO PROGRAMA RODOVIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO - ETAPA II (PROGRAMA BID II) - (CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA/BID II N.º 001/2006 E 02 TERMOS ADITIVOS). ----xxx ---- xxx --- xxx---- xxx----

Documento de Conclusão:

ATESTADO TÉCNICO FINAL EXPEDIDO PELA CONTRATANTE EM 22/12/2011, ASSINADO PELOS ENGENHEIROS TEREZA MARIA SEPULCRI NETO CASOTTI - DIRETORA GERAL, ÉLVIO ANTONIO SARTORIO - DIRETOR PLANEJAMENTO LOGISTICA E PAULO AUGUSTO J. DE REZENDE - COORDENADOR GERAL DA UPG, CERTIFICADO POR ESTE CONSELHO. ----xxx ---- xxx --- xxx---- xxx----

RESTRIÇÕES :

EXCETO SERVIÇOS RELATIVOS À AGRONOMIA COMO VEGETAÇÃO OU REFLORESTAMENTO E ENGENHARIA DE MINAS, NA DEMOLIÇÃO DE ROCHAS COM USO DE EXPLOSIVOS.

Atestado Certificado com aposição de selo(s) de segurança numerado(s) de A 0019800 até A 0019848.

Vitória, 6 de Agosto de 2013.

www.creaes.org.br

Eliane Pereira Rodrigues
Téc. de Serv. Operacionais
Mat. 152 - CREA-ES

Engº Civil José Maria Cola dos Santos
Gerente de Atendimento
CREA 460-D/ES





DECLARAÇÃO

O Consórcio ENGER–PRODEC–PLANSERVI, tendo como líder a ENGER Engenharia S.A., CNPJ nº 51.167.500/0001-53, com sede na Alameda Madeira, 258 – 21º andar – Alphaville Industrial, Barueri – SP, para fins de comprovação perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo – CREA-ES, declara que no Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria/BID II nº 001/2006, celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo – DER-ES, tendo como objeto a execução dos serviços técnicos especializados de Gerenciamento e Apoio Técnico do Programa Rodoviário do Espírito Santo II – Programa BID II, contou com a participação dos seguintes profissionais:

- ENGER ENGENHARIA S.A.

* **Eduardo Souza de Carvalho** - engenheiro civil – Responsável Técnico pela Coordenação (Período: 24/03/2006 à 15/04/2011)

* **Edson Chaccur** - engenheiro civil – Responsável Técnico pela Supervisão (Período: 03/05/2007 à 15/04/2011)

- PLANSERVI ENGENHARIA LTDA

* **Jun Nishikawa** - engenheiro civil – Responsável Técnico pela Coordenação (Período: 24/03/2006 à 15/04/2011)

- PRODEC

* **Reynaldo Cosati Medeiros** - engenheiro civil – Responsável Técnico pelo Gerenciamento (Período: 24/03/2006 à 15/04/2011)

* **José Francisco de Oliveira Mendes** - engenheiro civil e eletrônico – Responsável Técnico pela Supervisão (Período: 24/03/2006 à 02/05/2007) e Responsável Técnico pela Coordenação (Período: 24/03/2006 à 15/04/2011)

CONSÓRCIO
enger engenharia
Prodec
PLANSERVI

* **Henrique Oliveira Mendes** - engenheiro civil – Responsável Técnico pela Supervisão (Período: 18/07/2006 à 24/09/2011)

Declaramos ainda que o presente contrato gerou 2 Aditivos (Valor) encerrou-se em 15/04/2011, e não houve sub empreitada.

Vitória, 15 de Abril de 2011.

EDUARDO SOUZA DE CARVALHO
CONSÓRCIO ENGER – PRODEC – PLANSERVI (Visto: 9599)
LÍDER – ENGER ENGENHARIA S.A.



Vitória-ES, 22 de dezembro de 2011.

ATESTADO TÉCNICO FINAL

Atestamos que o **Consórcio ENGER-PRODEC-PLANSERVI**, formado pelas empresas **ENGER Engenharia S. A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 51.167.500/0001-53, com sede à Al. Madeira, 258 -21° andar, Barueri / São Paulo, **Prodec Consultoria para Decisão S.C. Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.037.705/0001-03, com sede á Av. Rio Branco, 25 - conjuntos C e D, Rio de Janeiro / RJ e **Planservi Engenharia Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 65.525.404/0001-44, com sede na Av. Professor Ascendino Reis, 725 - São Paulo / SP, realizou, para o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo – **DER/ES**, CNPJ: 04.889.717/0001-97, os Serviços de Consultoria de Gerenciamento e Apoio Técnico do Programa Rodoviário do Estado do Espírito Santo - Etapa II (Programa BID II), no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria/BID II nº 001/2006 - Processo nº 30715261 - Edital CAO nº 001/2005.

As empresas participaram conjuntamente de todas as atividades envolvidas na prestação dos serviços, de forma que a **ENGER** (empresa líder) foi responsável por 40% (quarenta por cento) dos trabalhos, a **PRODEC** foi responsável por 30% (trinta por cento) e a **Planservi** foi responsável por 30% (trinta por cento) dos trabalhos.

I. DADOS GERAIS DO PROGRAMA

O Programa Rodoviário do Espírito Santo - Etapa II, denominado Programa BID II, é um programa de obras múltiplas compreendendo a Reabilitação, a Implantação e Pavimentação de Rodovias, a Segurança Rodoviária, o Fortalecimento Institucional, onde será implantado um Plano Diretor Rodoviário, um Plano Diretor de Informática e um Plano de Gestão Ambiental, com apoio de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, assim descrito:

✓ Estudos e Projetos

O Programa BID II contemplou a elaboração de projetos de engenharia para 247,30 Km (Programa BID II) e 309,1Km (Programa PRES III – Montagem do Programa). Segue abaixo os trechos:

Projetos Programa BID II

- ES-313 – Pinheiros – Sayonara - 39,8Km;
- ES-261 – Fundão – Santa Teresa – 26,0Km;
- ES-482 – Cachoeiro do Itapemirim – Alegre – 61,9Km;
- ES-080 – Colatina – São Domingos do Norte – 46,9Km;
- ES-341 – Ângelo Frechiani – Pancas – 24,2Km;
- ES-320 – Três Vendas – Ecoporanga – 48,5Km.



Projetos Programa PRES III – Montagem do Programa

- ES-257 – Ibiraçu – Aracruz – Entrª ES-010 – 35,2Km;
- ES-355 – Santa Maria - Santa Leopoldina – 33,0Km;
- ES-060 – Nova Guarapari – Anchieta – Piúma – 27,0Km;



- ES-297 – Bom Jesus do Norte – Entrª BR-101 – 47,8Km;
- ES-282 - Alegre – Guaçui - Dores do Rio Preto – 48,0Km;
- ES-344 - Vila Valério - São Gabriel da Palha – 26,3Km;
- ES-164/341 - Alto Rio Novo – Pancas – 34,0Km;
- ES-430 - Jaguaré - Água Limpa – 14,8Km;
- ES-130 - Pinheiros - Nova Venécia – 43,0Km.

✓ *Reabilitação, Implantação e Pavimentação de Rodovias.*

- Trechos Rodoviários para as Obras de Implantação e Pavimentação
  - Rodovia ES-264 - O trecho tem seu início no perímetro urbano da localidade denominada Gonçalves, desenvolve-se no sentido Sudoeste, terminando na interseção de acesso à Vila Pontões. Extensão 14,5 km;
  - Rodovia ES-264 - O trecho tem seu início nas proximidades do entroncamento de Acesso a Vila Pontões, desenvolve-se no sentido Sudoeste e termina no entroncamento com a ES-165. Extensão 14,0 km; e

    Totalizando 28,5 km de rodovias implantadas e pavimentadas.
- Trechos Rodoviários para as Obras de Reabilitação
  - Rodovia ES-080 - O trecho desenvolve-se ao longo do vale do rio Santa Maria, interliga as cidades de Cariacica e Santa Leopoldina, atendendo a ligação da Grande Vitória com a região montanhosa a sudoeste da capital. Serve ainda, de interligação entre os municípios de Santa Maria de Jetibá, parte do município de Santa Tereza, Itarana e Itaguaçu. Extensão 28,9 km;
  - Rodovia ES -080 -O trecho tem seu início no Entroncamento da ES-137, proximidades da cidade de São Domingos, desenvolve-se no sentido noroeste, terminando na área urbana da cidade de Águia Branca. Extensão 25,2 km;
  - Rodovia ES-080 - O trecho tem seu início na área urbana de Águia Branca (Ponte sobre o Rio São José), desenvolve-se no sentido norte e intercepta em seu trajeto 2 núcleos urbanos e cruza vários córregos através de obras de arte. O término do segmento dá-se logo a passagem do núcleo urbano de Monte Senir na ponte sobre o Córrego do Óleo. Extensão 26,8km;
  - Rodovia ES-164 - O trecho tem seu início no perímetro urbano da cidade de Vargem Alta, desenvolve-se no sentido sudoeste, terminando na área urbana da localidade de Vargem Grande do Soturno. Extensão 16,4 km;
  - Rodovia ES-164 - O trecho tem seu início no perímetro urbano do distrito de Soturno, desenvolve-se no sentido sudoeste, terminando na área urbana da cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Extensão 11,3 km;
  - Rodovia ES-165 - O trecho tem seu início na ponte sobre o rio Guandu, perímetro urbano de Afonso Cláudio, desenvolve-se no sentido Sudoeste, terminando na localidade denominada Fazenda Guandu. Extensão 20,0 km;
  - Rodovia ES-165 - O trecho tem seu início nas proximidades da localidade denominada Fazenda Guandu, desenvolve-se no sentido sul, terminando no entroncamento com a BR262. Extensão 22,8 km;
  - Rodovia ES-261 – O trecho tem seu início em Fundão no entroncamento com a BR-101, desenvolve-se no sentido oeste, terminando em Santa Teresa. Extensão 25,7 km;
  - Rodovia ES-482 - O trecho tem seu início nas proximidades de da localidade denominada Coutinho, desenvolve-se no sentido oeste, terminando em Alegre. Extensão 43,9 km; e

    Totalizando 221 km de rodovias reabilitadas.

✓ *Segurança Rodoviária*

- Estudos de Levantamento de Pontos Críticos e Projetos de Sinalização e Tratamento de Pontos Críticos para aproximadamente 1.860,0 km de rodovias;
- Projeto de implantação e de acesso aos Postos de Polícia Rodoviária Estadual nas localidades: ES-297 em Bom Jesus do Norte, ES-482 em Coutinho, ES-080 em Santa Leopoldina, ES-080 em Colatina, ES 381 em Nova Venécia e ES-010 em Manguinhos;
- Reforma da Fábrica de Placas e aquisição de equipamentos de serigrafia e de informática e aquisição de um Veículo Automotor – Caminhão e acessórios.

✓ *Fortalecimento Institucional*

- Plano Diretor Rodoviário (PDR) – implantar no DER um plano direcionado para a administração, planejamento e a gestão do planejamento rodoviário bem como o planejamento da construção e da conservação de rodovias, envolvendo o desenvolvimento de um Núcleo de Planejamento Rodoviário na Diretoria de Planejamento, mediante treinamento e capacitação de uma equipe;
- Plano Diretor de Informática – revisão e implantação do PDI já existente no DER e parcialmente implantado, consistindo na aquisição de programas computacionais gerenciais que atenderão aos diversos setores do DER bem como o treinamento e capacitação de pessoal e aquisição de equipamentos de informática para complementação das necessidades identificadas no Plano;
- Plano de Capacitação dos Servidores do DER-ES
  - Gestão e Capacitação de Recursos Humanos – compreendendo o levantamento e análise do perfil dos quadros existentes, as especificações de atividades e área de especialidade e competência de pessoal a ser contratado, a revisão de Plano de Cargos e Salários do Departamento para dotar o DER-ES de instrumento de gestão de quadros e remuneração de pessoal; desenvolver e implementar programa de capacitação técnica para o pessoal de nível universitário e técnico operacional na área rodoviária;
- Revisão das Composições de Custos do DER-ES;
- Elaboração de Normas Técnicas para o DER-ES;
- Implantação de Sítio de Gestão para o DER-ES;
- Elaboração do Regimento Interno do DER-ES;
- Elaboração do Projeto de Reforma da Sede do DER-ES;
- Elaboração de Plano de Gestão e Operação Rodoviária;



- Apoio ao DER-ES na contratação de empresa e na elaboração de edital para realização de Concurso Público, visando novas contratações para o quadro técnico do DER-ES;
- Plano de Gestão Ambiental destinado a fortalecer o setor ambiental do DER na parte de recuperação dos passivos, gestão do transporte de produtos perigosos e dar apoio a Assessoria de Meio Ambiente do DER. Essas ações serão desenvolvidas em planos específicos explicitados adiante, sendo de responsabilidade contratual da Gerenciadora (Consórcio ENGER/PRODEC/PLASERVI);
- Plano de Recuperação do Passivo Ambiental – prevê o cadastramento, classificação e indicação de soluções e custos para todos os passivos ambientais da malha rodoviária a cargo do DER, excluídos os trechos pertencentes ao Programa, cujos projetos já tratam do assunto, mas que estão incluídos no banco de dados do sistema a ser implantado;
- Plano de Gestão do Transporte de Produtos Perigosos – desenvolver uma proposta para atuação do DER na gestão do transporte de produtos perigosos no âmbito de sua malha rodoviária. Estudada a situação atual, o envolvimento dos diversos órgãos e entidades na questão, e a responsabilidade atribuída a cada um.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019803

É importante destacar que o Plano a elaborar objetiva exclusivamente fazer um levantamento da situação desse tipo de carga na malha estadual, e a partir daí, oferecer ao DER um instrumento para estabelecer procedimentos de gestão sobre o transporte dessas cargas;

- Apoio à Assessoria de Meio Ambiente (AMA) do DER – pretende-se, com recursos do Programa, capacitar e treinar as equipes da AMA, criar um sistema de monitoramento ambiental de obras rodoviárias e desenvolver manuais de procedimentos e rotinas para as atividades do setor, especialmente aquelas ligadas ao licenciamento das obras, fiscalização e aprovação dos projetos, além da supervisão ambiental de obras.

Do Programa BID II participaram:

- O Governo do Estado do Espírito Santo como entidade promotora e responsável pelo Programa BID II;
- O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo - DER-ES, como órgão executor do Programa BID II;
- O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, como principal agente financiador; e
- O Governo Federal como avalista das operações de crédito internacionais.

O Programa BID II teve um orçamento da ordem de US$ 149.500.000,00 (cento e quarenta e nove milhões e quinhentos mil dólares), sendo 49% de recursos provenientes do BID e 51% de contrapartida do Estado.

II. ESCOPO DOS SERVIÇOS

1. Gerenciamento do Programa

1.1. Formulação, Implementação e Operação de um Sistema Informatizado

Compreendeu-se neste item, os serviços de desenvolvimento, implementação e operação de um sistema informatizado que contemplou a prestação de contas ao BID, incluindo relatórios correlatos, tais como:

- Saques e depósitos efetivados em conta especial;
- Fluxo da contrapartida estadual, advindo da Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Espírito Santo;
- Manutenção das informações em contas e relatórios separados e individualizados, a fim de propiciar auditorias periódicas;
- Controle de faturamento e pagamentos;
- Controle dos seguros efetuados sobre os bens adquiridos com recursos advindos do contrato de empréstimo como o BID;
- Controle de todas as licitações efetuadas com recursos oriundos do contrato de empréstimo com o BID, em todas as suas fases; e
- Controle e execução de todas as obrigações contratuais assumidas no contrato de empréstimo com o BID, em todas as suas fases.

1.2. Serviços de apoio ao DER-ES no monitoramento e avaliação do Programa

- Elaboração do Relatório da Metodologia para Obtenção e Acompanhamento dos Indicadores do Marco Lógico do Programa BID II que consiste nos objetivos e indicadores do Programa, que foram determinados pelo Banco no início do Programa;
- Apoio ao DER-ES no acompanhamento mensal dos indicadores do Marco Lógico;
- Foi criado, implementado e operado um plano de monitoramento e avaliação do Programa, com a identificação dos serviços e eventos abordados, indicadores de avaliação e forma de monitoramento;
- Foram formulados mensalmente os relatórios de acompanhamento e análise do Programa; e

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0017804

- Apoio na elaboração do Relatório de Conservação Rodoviária, apresentado anualmente ao Banco, que tem por objetivo registrar a evolução do estado de conservação das rodovias estaduais, verificar se os serviços executados e os recursos empregados na manutenção da malha viária estão sendo adequados.

1.3. Apoio ao DER-ES nas contratações necessárias à implementação do Programa

- Apoio na supervisão e análise dos projetos finais de engenharia relativos às obras do Programa;
- Apoio na elaboração dos termos de referência e editais para a contratação das obras, projetos e serviços de engenharia;
- Apoio na elaboração dos termos de referência e edital para contratação de empresa para Auditoria Contábil do Programa e Auditoria Ambiental do Programa;
- Apoio na elaboração dos termos de referência e edital para a contratação do Plano Diretor Rodoviário;
- Apoio na elaboração dos termos de referência e edital para contratação de empresa para implantação do Plano Diretor de Informática do DER-ES, no qual deverão estar incluídos o treinamento e capacitação de pessoal dos diversos setores, aquisição dos equipamentos e dos softwares necessários;
- Apoio na elaboração dos termos de referência e edital para a contratação de empresa para execução do projeto de Sinalização Rodoviária e Tratamento de Pontos Críticos;
- Apoio na elaboração dos editais, na modalidade pregão, para aquisição de equipamentos de Informática e de Serigrafia e aquisição de Veículo Automotor - Caminhão e seus acessórios para o aparelhamento da Fabrica de Placas do DER-ES;
- Apoio ao DER-ES na elaboração dos termos de referencia e edital para contratação e execução de programa destinado à capacitação e treinamento de servidores do DER-ES; e
- Apoio ao DER-ES e à CEL - BID II na preparação dos demais documentos necessários às licitações, tais como anexos aos editais, elaboração dos avisos das licitações, nas comunicações aos licitantes durante o processo licitatório, nos relatórios referentes aos resultados dos processos licitatórios entre outros.

1.4. Apoio nos serviços de supervisão e fiscalização de projetos e obras, aquisições e serviços do Programa

Apoio ao DER-ES no monitoramento de todas as atividades relacionadas ao Programa, na análise e consolidação dos relatórios recebidos, no acompanhamento das medições de serviços efetuados, e propor ao DER-ES eventuais medidas que visem manter o cumprimento das metas estabelecidas quando for o caso, incluindo:

- Visita e avaliação, mensalmente, a todas as obras e serviços;
- Orientação, acompanhamento e análise da elaboração dos projetos finais de engenharia, no sentido de verificar a conformidade com o Edital e com as diretrizes do Banco;
- Orientação e acompanhamento de todos os processos das aquisições de bens e serviços;
- Verificação da elaboração e produtos finais de todos os serviços contratados no Programa; e
- Apresentação mensal de relatórios de andamento físico e financeiro das obras e serviços.

1.5. Elaboração dos estudos de viabilidade econômica

- Elaboração do Relatório da Metodologia a ser usada para Avaliação Econômica dos trechos que compõem o Programa BID II;

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019805

- Estudos de viabilidade econômica nos projetos financiados, com a utilização do modelo HDM - IV (Highway Design and Maintenance Model IV);
- O levantamento dos dados necessários ao funcionamento do Modelo HDM - IV, a partir dos estudos e projetos existentes e dos dados externos de custos e eventuais benefícios; e
- Realização de estudos e elaboração de relatórios de viabilidade técnica / econômica com as análises de sensibilidade recomendadas pelo Banco.

2. Supervisão Ambiental das Obras do Programa

Este item englobou uma série de atividades destinadas para acompanhar a implantação das obras e garantir que sejam observados os cuidados ambientais especificados nos projetos, bem como todas as restrições legais aplicáveis e exigências dos órgãos ambientais, tais como:

- Acompanhamento da seleção do local de implantação dos equipamentos e construções de apoio às obras, verificando sua adequação ao meio ambiente e os cuidados para minimizar os impactos ambientais provocados por essas atividades;
- Avaliação da estratégia de ataque das obras propostas pelas empreiteiras no Plano de Trabalho incluindo o detalhamento em nível executivo dos PCA 's (Plano de Controle Ambiental) e definição final do planejamento e execução;
- Acompanhamento permanente das atividades de construção, em articulação com as supervisoras contratadas, verificando o cumprimento das especificações, colaborando para o adequado encaminhamento de situações não previstas e para a rápida solução de eventuais impactos ambientais, com verificação permanente da ocorrência de impactos às comunidades lindeiras e aos usuários dos trechos rodoviários em obras;
- Vistoria mensal aos trechos de obra para acompanhamento da implantação do Programa BID II, visando sintetizar os resultados dos trabalhos de Supervisão Ambiental por meio de análise dos documentos ambientais e apresentar o acompanhamento das condicionantes relacionadas ao Licenciamento Ambiental de cada obra;
- Preparação de relatórios mensais de acompanhamento, levando em consideração as normas ambientais vigentes, indicando as não-conformidades e pendências a serem resolvidas pelas empreiteiras;
- Atualização do cadastrado dos passivos ambientais dos trechos de obras do Programa BID II (trechos descritos no item I);
- Apoio a Auditoria Ambiental do Programa, através do acompanhamento as vistorias e fornecimento de informações solicitadas;
- Elaboração das Declarações de Conformidade Ambiental - DCA, documento mensal de avaliação do desempenho ambiental de cada empreiteira responsável pela realização das obras, que foram encaminhadas a AMA (Assessoria de Meio Ambiente) e Diretoria de Obras do DER-ES;
- Zelo pelo cumprimento das condicionantes porventura existentes;
- Participação na verificação e aprovação das medições de serviços;
- Acompanhamento da implementação do Plano de Compensação Ambiental;
- Preparação do "as built" relativo às soluções ambientais das obras; e
- Verificação do cumprimento das normas ambientais e fazer o registro das ocorrências.

2.1. Instrumentos técnicos para supervisão ambiental das obras

- Relatório de Inspeção destinado ao registro dos serviços executados e das ocorrências relevantes para o meio ambiente;

- Relatório Mensal de Supervisão Ambiental contendo a síntese dos relatórios de inspeção realizados no mês, com destaque para a solução dos problemas observados nas inspeções, além de uma relação das pendências existentes aos aspectos ambientais e uma avaliação das condições ambientais gerais de cada uma das obras em execução; e
- Declaração de Conformidade Ambiental: documento com periodicidade mensal (por obra), destinado a atestar o cumprimento pelas empreiteiras das especificações, exigências e recomendações ambientais no período, para efeito de aprovação das medições de serviço.

2.2. Programa de monitoramento de impactos sócio ambientais

Considerando a necessidade de serem monitorados os possíveis impactos sócios ambientais decorrentes das obras integrantes do Programa, a Gerenciadora estabeleceu e caracterizou parâmetros e os indicadores desses impactos;

O acompanhamento das medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias previstas foi efetuado no controle do gerenciamento e supervisão ambientais, havendo ainda as auditorias ambientais independentes; e

Para o monitoramento das alterações sócio ambientais foram utilizados indicadores e parâmetros tais como: volume e classificação de cargas transportadas na rodovia, acidentes, inclusive envolvendo o atropelamento de animais silvestres, incremento do comércio lindeiro, novas solicitações de acessos, evolução dos passivos ambientais e outros parâmetros identificados pela Gerenciadora ou pelo DER-ES.

3. EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL DO DER-ES

O Plano de Gestão Ambiental do DER-ES objetivou dotar a sua Assessoria de Meio Ambiente de mecanismos capazes de suprir suas necessidades de gestão, tanto nos aspectos ambientais relativos a projetos de engenharia e execução das obras, quanto nas questões relacionadas aos licenciamentos ambientais pertinentes.

Esse componente do Subprograma de Fortalecimento Institucional envolveu os seguintes planos e propostas:

- Plano de Recuperação do Passivo Ambiental;
- Plano de Gestão do Transporte de Produtos Perigosos; e
- Apoio à Assessoria de Meio Ambiente do DER-ES.

3.1. Plano de recuperação do passivo ambiental (PRPA)

Foi apresentado o Plano de Recuperação do Passivo Ambiental da Malha Rodoviária Estadual, mediante a realização de levantamento, identificação, cadastramento dos passivos ambientais, soluções e custos.

3.2. Plano de gestão do transporte de produtos perigosos (PGTPP)

Foram realizados os serviços de concepção e apresentado o Plano de Gestão do Transporte de Produtos Perigosos para atender as necessidades do DER-ES no âmbito da malha rodoviária sob sua responsabilidade, abrangendo rodovias estaduais e federais delegadas.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019806



3.3. Apoio à Assessoria de Meio Ambiente do DER-ES

Os trabalhos envolveram serviços técnicos destinados a todas as tarefas de gestão ambiental a cargo da Assessoria de Meio Ambiente do DER-ES, envolvendo atividades de planejamento e coordenação; articulação interna com os diversos setores do DER-ES, com as empresas contratadas para elaboração de projetos de engenharia, execução de obras, supervisão ambiental e técnica de obras; articulação externa com os diversos órgãos licenciadores; interação com a comunidade; fiscalização, acompanhamento e avaliação de projetos e prestação de serviços.

4. PLANO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO DER-ES

Foram estabelecidas condições para a realização de serviços técnicos especializados de operacionalização de capacitação de pessoal e procedimentos de gestão necessários à implantação da nova estrutura organizacional do DER-ES, dentro do Subprograma de Fortalecimento Institucional do Programa Rodoviário de Espírito Santo - Etapa II, incluindo:

- Levantamento e análise do perfil dos quadros existentes e as especificações de atividades e área de especialidade e competências de pessoal a ser contratado;
- Revisão, análise e proposta de ajuste no Plano de Cargos e Salários do Departamento para dotar o DER-ES de instrumento de gestão de quadros e de remuneração de pessoal;
- Desenvolvimento e implementação de programa de capacitação técnica para o pessoal de nível universitário e técnico operacional na área rodoviária;
- A criação de banco de dados para gestão de competências e conhecimentos do pessoal do DER-ES;
- Formulação de política de desenvolvimento e de capacitação continuada do quadro de pessoal com o objetivo de manter este quadro competente ao longo do tempo;
- Planejamento, programação, definição dos conteúdos programáticos, metodologias e execução de treinamento de pessoal técnico operacional e de nível universitário;
- Desenvolvimento de treinamento de ambientação para os servidores do DER-ES visando situá-los no novo ambiente institucional e organizacional do órgão.

5. OUTRAS ATIVIDADES DE APOIO

Apoio ao DER-ES na Comissão Especial de Licitação, no acompanhamento das licitações do Programa e na elaboração dos relatórios para o BID; e

Apoio ao DER-ES na Comissão Especial de Desapropriações, no acompanhamento dos procedimentos para as desapropriações contidas nos projetos das obras do Programa.

III. DADOS CONTRATUAIS

Os principais dados contratuais referentes aos serviços de consultoria de Gerenciamento e Apoio Técnico do Programa Rodoviária do Estado do Espírito Santo, Etapa II são os seguintes:

- Valor Total do Contrato:..... R$ 17.931.640,88, data-base agosto/2005
- Prazo contratual:..... 66 meses
- Início do contrato:..... 18/04/2006
- Término do contrato:..... 18/10/2011
- Período executado dos serviços:..... 18/04/2006 à 15/04/2011



IV. EQUIPE TÉCNICA

Declaramos que atuaram nas atividades envolvidas na prestação dos serviços em questão os profissionais, co-responsáveis técnicos, cujas funções e seus períodos de atuação são mostrados no quadro a seguir:

PROFISSIONAL	FUNÇÃO	PERÍODO
José Francisco de Oliveira Mendes	Coordenador do Contrato	18/04/2006 a 02/05/2007
Edson Chacour	Coordenador do Contrato	03/05/2007 a 15/04/2011
Henrique Oliveira Mendes	Engenheiro de Obras	30/09/2006 a 15/11/2008

Declaramos que são também responsáveis técnicos pela prestação dos serviços em questão os seguintes profissionais:

PROFISSIONAL	ART n.°
Eduardo Souza de Carvalho	200617078
Reynaldo Cosati Medeiros	200629952
Jun Nishikawa	200640420

V. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Fizeram parte das atividades do **Consórcio ENGER-PRODEC-PLANSERVI**, os seguintes serviços:

1. APOIO AO DPM (EX-AMA) DO DER-ES

Neste módulo, que teve como objetivo dotar o DPM (ex-AMA) dos instrumentos necessários à formulação e implementação da Política Ambiental no DER-ES e, para tanto, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

✓ *Apoio Técnico, Capacitação e Treinamento*

A Coordenação da Área de Meio Ambiente do Consórcio Gerenciador, responsável pelas atividades de Apoio Técnico, de Capacitação e de Treinamento de funcionários da DPM (ex-AMA), consubstanciou em textos, pareceres e documentos que, dentre outros produtos, estão discriminados a seguir:

- Minutas de textos destinados a instruir as empresas projetistas na formulação de projetos de reabilitação e recuperação dos novos trechos rodoviários a serem licitados no âmbito do Programa BID II;
- Elaboração e implementação do programa de Educação Ambiental e de Comunicação Social;
- Minuta dos Termos de Referência para o Anexo do Edital que deverá reger a seleção de empresa responsável pela realização de Auditoria Ambiental Independente, no âmbito do Programa BID II;
- Minuta dos Termos de Referência do Anexo VII para o Edital que deverá reger a seleção de empresas que serão responsáveis pela elaboração dos projetos de reabilitação e recuperação de novos

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019809

trechos rodoviários componentes do Programa BID II;

- Relatório Técnico: Instruções para os Serviços de Supervisão Ambiental de Obras Rodoviárias - Este documento criou a metodologia a ser obedecida pelos técnicos responsáveis pela fiscalização e monitoramento ambiental das obras do Programa BID II, além de estabelecer as rotinas de atuação, os formulários a serem preenchidos, os procedimentos a serem obedecidos pela equipe da DPL (ex-AMA);
- Relatório Técnico: Plano de Recuperação do Passivo Ambiental da Malha Rodoviária Estadual, onde foi desenvolvida a metodologia a ser obedecida nas atividades de identificação, caracterização e propostas de soluções dos passivos ambientais existentes na malha rodoviária do estado do Espírito Santo, conforme detalhado a seguir;
- Apoio na implantação e incorporação do sistema GEOBASES no desenvolvimento das tarefas de gerenciamento do programa; e
- Treinamento e capacitação de técnicos para utilização da tecnologia de geoprocessamento nas atividades de Supervisão Ambiental das obras do Programa BID II e na implementação do Plano de Recuperação de Passivos Ambientais - PRPA.

2. PLANO DE RECUPERAÇÃO DE PASSIVOS AMBIENTAIS -PRPA

A Coordenação da Área de Meio Ambiente do Consócio Gerenciador, foi responsável pelas atividades desenvolvidas pelo PRPA, que constaram de levantamento, identificação, caracterização, cadastramento dos Passivos Ambientais, em parte da malha rodoviária do Estado do Espírito Santo. A parcela abrangida pelo Plano corresponde a uma extensão de 1.928,21 km de rodovias asfaltadas, além de indicar as soluções para os casos críticos e respectivos custos estimativos. Essas atividades e ações corresponderam a:

- Caracterização Ambiental da Região, com informações sobre localização do Passivo Ambiental, além de uma descrição sucinta dos aspectos físico, biótico e socioeconômico do trecho;
- Levantamento e Cadastramento dos Passivos Ambientais, com levantamentos de campo georeferenciados e caracterização dos Passivos Ambientais identificados;
- Sistematização dos Dados Obtidos, através da montagem de Banco de Dados; e
- Análise e Classificação dos Passivos Ambientais compreendendo a avaliação do grau de risco aos usuários, ao corpo estradal, aos lindeiros e ao meio ambiente e hierarquização dos trechos rodoviários das ocorrências identificadas.

O Plano de Recuperação dos Passivos Ambientais – PRPA, com a consolidação das informações levantadas e a indicação dos Passivos Ambientais considerados críticos, contempla os seguintes assuntos:

- Estudos de Custo para Recuperação dos Passivos Ambientais, com orçamento realizado de forma expedita para recuperação dos Passivos Ambientais críticos;
- Sistema de Monitoramento dos Passivos Ambientais, com o acervo das ocorrências identificadas de forma a permitir o gerenciamento ambiental da malha rodoviária;
- Sistema de Recuperação do Passivo e Gestão Ambiental, contendo as seguintes funcionalidades: (i) Cadastro detalhado de cada Passivo Ambiental; (ii) Cadastro detalhado de informações ambientais; (iii) Emissão de relatórios e mapas; e
- Integração com Outros Sistemas do DER-ES, interligação com Sistema de Composição de Custos e Orçamentos de Obras Rodoviárias e de Edificações, ao Sistema Integrado de Compras e ao Sistema de Gestão de Contratos.

Foram identificados e cadastrados 1.869 passivos numa extensão de 1.928,21 Km da malha rodoviária do Estado, sendo que 398 passivos tiveram orçamento definido a partir de soluções de recuperação propostas

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019810

e 60 outros, com indicação para projetos específicos ou com recuperação a cargo das Superintendências Regionais de Operação.

Foi desenvolvido um sistema para o armazenamento, análise e preparação de relatórios gerenciais com a utilização de software ArcView (aplicativo da família ArcGis desenvolvido pela ESRI), que utiliza a base de dados georreferenciados existentes nos órgãos e entidades da administração estadual e que estão associados ao Sistema Integrado de Bases Georreferenciadas do Estado do Espírito Santo (Geobases), especialmente os dados e informações fornecidos pelo IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, bem como da malha viária cadastrada pelo DER-ES. Esta tecnologia possibilita a utilização das informações existentes nos trabalhos e estudos relacionados com o planejamento rodoviário e o meio ambiente, nas atividades de Supervisão Ambiental das Obras do Programa BID II e no desenvolvimento do Plano de Recuperação de Passivos Ambientais – PRPA.

Os trabalhos foram realizados entre Janeiro de 2007 a abril de 2008.

Segue abaixo a relação das rodovias incluídas no PRPA:

Rodovia	Trecho	Extensão em Km
ES 010	Entr. ES 261 (Para Santa Cruz) / Entr. ES 261 (p/ Fundão)	1,80
	Entr. BR 101 (Laranjeiras) / Jacaraípe (Início Pista dupla)	11,50
	Jacaraípe (Início Pista dupla) / Jacaraípe (Clube dos Oficiais da PMES)	6,10
	Jacaraípe (Clube dos oficiais da PMES) / Entr.ES 264 (Nova Almeida)	7,90
	Entr. ES 264 (Nova Almeida) / Entr. ES 124	2,60
	Entr. ES 124 / Entr. ES 261 (p/ Santa Cruz)	12,70
	Entr. ES-257 (Barra do Riacho) / Entr. ES 010 (Vila do Riacho)	21,11
	Total ES 010	**63,71**
ES 060	Itaipava / Entr. Acesso ES 487	11,00
	Entr. Acesso ES 487 / Entr. Acesso 487 (Barra do Itapemirim)	3,20
	Entr. Acesso 487 (Barra do Itapemirim) / Entr. ES 490 (Marataízes)	4,80
	Entr. ES 478 (Meaipe) / Entr.ES 146 (Anchieta)	16,60
	Entr. ES 146 (Anchieta) / Entr. ES 375 (Piúma)	9,30
	Entr. ES 375 (Piúma) / (Itaipava)	11,20
	Total ES 060	**56,10**
ES 080	Córrego Óleo/Entr.ES 320 Barra de São Francisco	20,00
	Entr. BR 262 (Campo Grande) / Entr. BR 101 (Contorno)	5,20
	Entr.BR 101 (Contorno) / Cariacica	5,80
	Entr. ES 261(p/ Santa Tereza) / Santa Tereza	5,20
	São Roque / Entr. Acesso São Jacinto	9,00
	Entr. ES 080 / São Jacinto (Acesso)	2,30
	Entr. ES 334 (Águia Branca) / Entr. BR 381	17,60
	Entr. BR 381 / Entr. ES 462 (p/ Itaperuna)	4,50
	Entr. ES 426 (p/ Itaperuna) / Entr. ES 320 (A) (Barra de São Francisco)	20,80
	Entr. ES 320 (A) (Barra de São Francisco) / Entr. ES 320 (B) (p/ Ecoporanga)	7,00
	Entr.ES 320 (B) (p/ Ecoporanga) / Água Doce	26,00
	Santa Tereza / Entr. ES 260 (Santo Antônio)	18,50
	Entr. ES 260 (Santo Antônio) / Entr. ES 260 São João Petrópolis	3,60
	Entr. ES 260 São João Petrópolis / São Roque	10,40
	Entr. Acesso São Jacinto / Entr. BR 484 / Entr. ES 248 (Colatina)	20,80
	Total ES 080	**176,70**
ES 124	Entr. BR 101(Guaraná) / Entr. Es 257 (Trevo Aracruz)	18,50
	Total ES 124	**18,50**

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019011

Rodovia	Trecho	Extensão em Km
ES 130	Divisa (ES/MG) / Entr. ES 137 (Água Boa)/Entr.ES 209	23,00
	Entr. ES 209 / Montanha	5,70
	Entr. ES 209 (Montanha) / Vinhático	20,90
	Vinhático / Entr. ES 313/Pinheiros	28,20
	Pinheiros / Entr. ES 315 (Boa Esperança)	17,50
	Entr. ES 315 (Boa Esperança) / Nova venécia	28,40
	Total ES 130	**123,70**
ES 137	Entr. ES 209 / 320 (Mucurici) / Entr. ES 320 (Porto Belo)	4,50
	Entr. BR 381 (A) (Nova Venécia) / Entr. BR 381(B)	8,00
	Entr. ES 344 (São Gabriel da Palha) / Entr. ES 080 (p/ São Domingos)	18,40
	Entr. BR 381(B) / Vila Fartuna / Entr. ES 344 (São Gabriel da Palha)	35,60
	Total ES 137	**66,50**
ES 146	Entr. BR 101 (Jabaquara) / Entr. ES 060 (Anchieta)	3,20
	Alfredo Chaves / Entr. BR 101	11,40
	Entr. BR 262 / Araguaia	11,00
	Total ES 146	**25,60**
ES 162	Entr. BR 101 / Presidente Kennedy	20,30
	Total ES 162	**20,30**
ES 164	Itaimbé (Entr. ES 446) / Entr. ES 260 (Itaguaçu)	24,30
	Entr. ES 334 (p /Vila Verde) / Entr. ES 341 (Pancas)	11,50
	Entr. BR 262 / Entr. ES 383 (Monte Verde)	13,50
	Entr. ES 383 (Monte Verde) / Entr. ES 473 (Taquaraçu)	11,30
	Entr. ES 473 (Taquaraçu) / Entr. ES 475 (Fruteiras)	8,10
	Entr. ES 475 (Fruteiras) / Entr. ES 375 (Vargem Alta)	11,10
	Mantenópolis / Entr. ES 320 (São José)	7,60
	Entr. ES 320 (São José) / Alto Rio Novo	25,40
	Alto Rio Novo / Entr. ES 334 (p/ Vila Verde)	17,60
	Entr. ES 164 / Entr. ES 485 (Acesso a Jaciguá)	2,60
	Total ES 164	**134,00**
ES 165	Entr. BR 262 / Entr. ES 472 (Conceição do Castelo)	6,60
	Total ES 165	**6,60**
ES 166	Entr. ES 472 (Santa Luzia) / Entr. ES 379 (Castelo)	26,30
	Entr. BR 262 (Venda Nova do Imigrante) / Entr. ES 472 (Santa Luzia)	13,50
	Total ES 166	**39,80**
ES 181	Entr. BR 262 / Entr. BR 379 (Muniz Freire)	31,30
	Entr. BR 379 (Muniz Freire) / Entr. BR 482 (Rive) / Alegre	47,90
	Total ES 181	**79,20**
ES 185	Divisa ES/MG / Entr. BR 262 (p/ Ibatiba)	4,80
	Entr. BR 262 (p/ Ibatiba) / Entr. ES 379 (Iúna)	13,20
	Entr. ES 379 (Iúna) / Ibitirama	31,20
	Ibitirama / Entr. ES 498 (p/ Divino São Lourenço)	8,00
	Entr. ES 498 (p/ Divino São Lourenço) / Entr. ES 387 (p/ Celina) (Pratinha)	11,80
	Total ES 185	**69,00**
ES 209	Mucurici / Entr. ES 130 (p/ Divisa ES/MG)	12,50
	Entr. ES 130 (p/ Divisa ES/MG) / Montanha	5,70
	Montanha / Entr. ES 130 (p/ Pinheiros)	4,30
	Total ES 209	**22,50**
ES 220	Nova Venécia / Vila Pavão	29,30
	Total ES 220	**29,30**
ES 245	Entr. ES 080 (Rancho Fundo) / Entr. ES 360 (Governador Lindenberg)	26,70
	Entr. ES 432 (Tiradentes) / Entr. ES 356 (Bananal)	24,50

DER-ES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS – SETOP
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Rodovia	Trecho	Extensão em Km
	Entr. 356 (Bananal / Entr. ES 248 (Linhares) / Entr. BR 101 (A) (Linhares)	45,80
	Total ES 245	**97,00**
ES 248	Entr. ES 245 / Entr. BR 101 (Linhares)	6,30
	Total ES 248	**6,30**
ES 257	Entr. p/ Ibiraçu / Entr. ES 124 (Aracruz)	11,30
	Entr. BR 101 / Entr. p/ Ibiraçu	2,70
	Total ES 257	**14,00**
ES 260	Entr. ES 080 (São João Petrópolis) / Entr. ES 080 (Santo Antônio)	3,60
	Total ES 260	**3,60**
ES 261	Entr. ES 080 (p/ Santa Tereza) / Santa Leopoldina	5,20
	Entr. BR 484 / Entr. ES 164 (Itarana) / Entr. ES 355 (Caldeirão)	28,30
	Entr. ES 368 / Entr. ES 080 (Santa Teresa)	4,20
	Entr. ES 355 (Caldeirão) / Entr. ES 368 / Entr. ES 080 (Santa Teresa)	14,00
	Total ES 261	**51,70**
ES 264	Entr. BR 484 (Afonso Claudio) / Entr. BR 463 (Lajinha)	28,60
	Santa Mª de Jetibá / Santa Leopoldina	33,00
	Total ES 264	**61,60**
ES 289	Entr. BR 482 (B) (cachoeiro de Itapemirim) / Entr. ES 488	5,00
	Entr. ES 488 / Entr.BR 101 (São José do Frade)	8,30
	Entr. BR 393 / Entr. BR 482 (A) (Cachoeiro de Itapemirim)	2,40
	Entr. BR 482 (A) (Cachoeiro do Itapemirim / Entr. BR 482 (B) (Cach. do Itapemirim)	5,80
	Entr. ES 489 (Atílio Vivácqua) / Entr. BR 393	11,70
	Total ES 289	**33,20**
ES 297	Entr. BR 484 (Bom Jesus do Norte) / Entr. ES-492 (Apiacá)	13,10
	Entr. ES 492 (Apiacá) / Entr. ES 177 (Ponte Itabapoana)	14,00
	Entr. ES 177 (Ponte Itabapoana) / Entr. BR 101	20,40
	Total ES 297	**47,50**
ES 313	Entr. ES 130 (p/ Pinheiros) / Pinheiros	5,80
	Ecoporanga/Joaçuba	18,00
	Total ES 313	**23,80**
ES 315	Santo Antônio /Entr. ES 130 (Boa Esperança)	8,00
	Entr. BR 101 (B) (São Mateus) / Entr. ES 423 (p/ Guriri)	4,40
	Total ES 315	**12,40**
ES 320	Mucurici / Porto Belo	4,50
	Entr. ES 080 / Barra de São Francisco	7,00
	Total ES 320	**11,50**
ES 334	Entr. ES 164 / Vila Verde	16,50
	Total ES 334	**16,50**
ES 341	Entr. ES 164 (p/ Mutum) / Pancas	5,30
	Total ES 341	**5,30**
ES 342	Final do Asfalto/Joaçuba	14,00
	Total ES 342	**14,00**
ES 344	Entr. ES 358 (Valério) / Entr. ES 137 (São Gabriel da Palha)	26,90
	Total ES 344	**26,90**
ES 355	Entr. ES 261 (Caldeirão) / Santa Maria de Jetibá	9,70
	Entr. ES 368 (Santa Maria de Jetibá) / Entr. ES 080 (Santa Leopoldina)	33,30
	Total ES 355	**43,00**
ES 356	Entr .ES 360 (Marilândia) / Entr. ES 248	11,20
	Total ES 356	**11,20**
ES 375	Entr. BR 101 (B) / Entr. ES 060 (Pinma)	8,20
	Entr. ES 164 / Entr. ES 164 (Vargem Alta)	1,80



DER-ES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS – SETOP
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Rodovia	Trecho	Extensão em Km
	Total ES 375	**10,00**
ES 379	Entr. ES 190 (Irupi) / Entr. ES 185 (Iúna)	14,30
	Total ES 379	**14,30**
ES 381	Entr. BR 101 (São Mateus) / Entr. BR 342 / ES 137 (Nova Venécia)	62,90
	Entr. ES 080 / ES 320 (Barra São Francisco) / Divisa ES/MG	6,30
	Total ES 381	**69,20**
ES 387	Entr. BR 484 (Pratinha) / Entr. BR 482 (Celina)	15,60
	Entr. BR 482 (Celina) / Alegre)	15,60
	Total ES 387	**31,20**
ES 391	Entr. ES 391 (Mimoso do Sul) / Entr. BR 101	14,70
	Total ES 391	**14,70**
ES 393	Entr. ES 289 (Atílio Vivácqua) / Entr. ES 177 (Muqui)	29,50
	Total ES 393	**29,50**
ES 421	Entr. BR 101 (São Mateus) / Entr. ES 010 (Santana) / Conceição da Barra	20,10
	Total ES 421	**20,10**
ES 423	Entr. ES 315 / Entr. ES 010 (Guriri)	5,90
	Entr. BR 101 (São Mateus) / Entr. ES-315	4,40
	Total ES 423	**10,30**
ES 430	Entr. ES 356 (Jaguaré) / Entr. BR 101 (Água Limpa)	12,00
	Total ES 430	**12,00**
ES 434	Entr. ES-341 / Lajinha	12,00
	Total ES 434	**12,00**
ES 446	Entr. BR 259 (Baixo Guandu) / Entr. ES 164 (Itaimbé)	23,20
	Entr. ES 164 (p/ Itaimbé) / Itaimbé	5,00
	Divisa ES/MG / Entr. BR 259 (Baixo Guandu)	4,40
	Total ES 446	**32,60**
ES 465	Entr. ES 376 (Domingos Martins) / Entr. BR 262	3,00
	Total ES 465	**3,00**
ES 470	Entr. ES 368 (Paraju) / Entr. BR 262	14,10
	Total ES 470	**14,10**
ES 471	Entr. Ponte Florentino Avidos / Viaduto Sobre a rede Ferroviaria Federal	2,50
	Viaduto da Ponte do Pincipe / Início da rodovia Carlos Lindemberg	1,30
	Rodovia Carlos Lindemberg / Entr. ES 060 (p/ Barra do Jucu) Rodovia Darly Santos	5,60
	Total ES 471	**9,40**
ES 472	Entr. ES 166 / Entr. ES 165	10,80
	Total ES 472	**10,80**
ES 478	Entr. ES 060 (Aeroporto Guarapari) / Entr. ES 480	1,00
	Total ES 478	**1,00**
ES 480	Entr. BR 101 / Entr. ES 478	3,80
	Entr. ES 478 / Entr. ES 060 (Guarapari)	1,50
	Total ES 480	**5,30**
BR 482	Entr. ES 387 (B) (Celina) / Entr. BR 484 / ES 185 (Guaçuí)	10,20
	Entr. ES 181 (B) ES-387 (A) (Alegre) / Entr. ES-387 (B) (Celina)	10,50
	Entr. BR 484 / ES 185 (Guaçuí) / Entr. BR 484	4,50
	Entr. BR 484 / Entr. Acesso p/ São Pedro de Rates	14,90
	Entr. Aces p/ São Pedro de Rates / Entr. ES-190 (Div ES/MG) (Dores do R. Preto)	11,80
	Total BR 482	**51,90**
ES 483	Entr. BR 462 (Pacotuba) / Burarama	15,10
	Total ES 483	**15,10**
ES 484	Entr. BR 482 (p/ Guaçuí) / Entr. Acesso p/ Varre-Sai	3,40
	Entr. Acesso p/ Varre-Sai / Entr. ES 181	26,30

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019813

Rodovia	Trecho	Extensão em Km
	Entr. ES-289 (São José do Calçado) / Entr. Acesso a Bom Jesus do Norte	13,90
	Entr. ES 164 (A) ES 260 (Itaguaçu) / Entr. ES 164 (B) (p/ Itarana)	5,50
	Entr.BR 482 (Guaçuí) / Entr.BR 482	4,00
	Entr.ES 181 / Entr. ES 289 (São José do Calçado)	3,20
	Total ES 484	**56,30**
ES 486	Entr. ES 164 (Soturno) / Gironda	7,20
	Itaoca / Entr. ES 166 (p/ Coutinho)	6,60
	Total ES 486	**13,80**
ES 487	Entr. BR 101 (Rio Novo do Sul) / Entr. 060 (Barra do Itapemirim)	21,60
	Total ES 487	**21,60**
ES 489	Atílio Vivácqua / Entr. BR 101	14,10
	Total ES 489	**14,10**
ES 490	Campo Acima / Itapemirim (Acess)	3,70
	Entr. BR 101 (SAFRA) / Entr. ES-060 (Marataízes)	34,40
	Total ES 490	**38,10**
ES 498	Entr. ES 493 (Divino São Lourenço) / Entr. ES 185	6,80
	Total ES 498	**6,80**
	TOTAL GERAL	**1.928,21**

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva EAT
CREA-ES
A 0019814

3. OBRAS DE ARTE ESPECIAIS

Contrato: 008/2006 - ES-080 - Entr. ES-137 (São Domingos) - Águia Branca
- Recuperação e alargamento de ponte sobre Córrego do Café em Águia Branca:
Execução de estacas Tipo Franki, reforço de fundações, pilares e vigas longitudinais, ampliação das vigas transversais e lajes.

Contrato: 009/2006 - ES-080 - Águia Branca - Córrego do Óleo
Ponte sobre Ribeirão Águas Claras com 14 m de extensão:
Infraestrutura : estaca raiz com diâmetro de 250mm executada em solo e em rocha.
Mesoestrutura: execução in loco com forma/armação/concreto e colocação de aparelho de apoio de neoprene.
Superestrutura: com vigas protendidas de 14 m de comprimento e aplicação de pré-laje de concreto.

Ponte sobre Córrego do Café est. 282+1,39
Infraestrutura : estaca raiz com diâmetro de 200mm executada em solo e em rocha.
Mesoestrutura: execução in loco com forma/armação/concreto e colocação de aparelho de apoio de neoprene.
Superestrutura: com vigas protendidas de 14 m de comprimento e aplicação de pré-laje de concreto.

Ponte sobre Córrego do Café est. 395+4,61
Infraestrutura : estaca raiz com diâmetro de 200mm executada em solo e em rocha.
Mesoestrutura: execução in loco com forma/armação/concreto e colocação de aparelho de apoio de neoprene.
Superestrutura: com vigas protendidas de 14 m de comprimento e aplicação de pré-laje de concreto.

Ponte sobre Córrego do Café est. 411+19,48
Infraestrutura : estaca raiz com diâmetro de 200mm executada em solo e em rocha.
Mesoestrutura: execução in loco com forma/armação/concreto e colocação de aparelho de apoio de neoprene.

Superestrutura: com vigas protendidas de 14 m de comprimento e aplicação de pré-laje de concreto.

Ponte sobre Córrego do Café est. 427+12,86
Infraestrutura : estaca raiz com diâmetro de 200mm executada em solo e em rocha.
Mesoestrutura: execução in loco com forma/armação/concreto e colocação de aparelho de apoio de neoprene.
Superestrutura: com vigas protendidas de 14 m de comprimento e aplicação de pré-laje de concreto.

Ponte sobre Córrego do Café est. 510+8,3
Infraestrutura : estaca raiz com diâmetro de 250mm executada em solo e em rocha.
Mesoestrutura: execução in loco com forma/armação/concreto e colocação de aparelho de apoio de neoprene.
Superestrutura: com vigas protendidas de 14 m de comprimento e aplicação de pré-laje de concreto.

Ponte sobre Córrego do Café est. 607+7,91
Infraestrutura : estaca raiz com diâmetro de 200mm executada em solo e em rocha.
Mesoestrutura: execução in loco com forma/armação/concreto e colocação de aparelho de apoio de neoprene.
Superestrutura: com vigas protendidas de 14 m de comprimento e aplicação de pré-laje de concreto.

Ponte sobre Córrego do Café est. 616+2,04
Infraestrutura : estaca raiz com diâmetro de 200mm executada em solo e em rocha.
Mesoestrutura: execução in loco com forma/armação/concreto e colocação de aparelho de apoio de neoprene.
Superestrutura: com vigas protendidas de 14 m de comprimento e aplicação de pré-laje de concreto.

Ponte sobre Córrego do Sertão est. 660+16,79
Infraestrutura : estaca raiz com diâmetro de 200mm executada em solo e em rocha.
Mesoestrutura: execução in loco com forma/armação/concreto e colocação de aparelho de apoio de neoprene.
Superestrutura: com vigas protendidas de 12,50 m de comprimento e aplicação de pré-laje de concreto.

Contrato: 001/2009 - BR-101 (Fundão) - Santa Teresa
Ponte sobre Rio Carneiro com 35m de comprimento e 10,80m de largura
Infraestrutura : estaca metálica TR-68 e blocos de concreto moldados in loco.
Mesoestrutura: execução in loco com forma/armação/concreto e colocação de aparelho de apoio de neoprene.
Superestrutura: execução in loco com forma/armação e concreto.

Contrato: 002/2009 - ES-482 - Entr. ES-166 (Coutinho) – Alegre
Ponte sobre Rio Alegre com 45m de comprimento e 13,40m de largura
Infraestrutura : estaca raiz de 200mm executada em solo e em rocha e blocos de concreto moldados in loco.
Mesoestrutura: execução in loco com forma/armação/concreto e colocação de aparelho de apoio de neoprene.
Superestrutura: execução in loco com forma/armação e concreto.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva ART
CREA-ES
A 0019815



Contrato: 002/2010 - ES-261 - BR-101 (Fundão) - Santa Teresa
Ponte sobre Rio Saltinho I com 22,5m de comprimento e 9,80m de largura
Infraestrutura : estaca raiz e blocos de concreto moldados in loco.
Mesoestrutura: execução in loco com forma/armação/concreto e colocação de aparelho de apoio de neoprene.
Superestrutura: execução in loco com forma/armação e concreto.

Ponte sobre Rio Saltinho II com 30m de comprimento e 10,80m de largura
Infraestrutura : estaca raiz e blocos de concreto moldados in loco.
Mesoestrutura: execução in loco com forma/armação/concreto e colocação de aparelho de apoio de neoprene.
Superestrutura: execução in loco com forma/armação e concreto.

4. PLANO DE GESTÃO DO TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS - PGTPP

Foi elaborado um Plano de Gestão para o transporte de produtos perigosos, incluindo-se tecnologias de segurança rodoviária economicamente viáveis, para fazer face a incidentes / acidentes em rodovias do Estado do Espírito Santo nos termos do Edital LPI001-2005 do DER-ES, englobando:

- Todos os segmentos do processo de planejamento, desde a conceituação do Plano à proposição do esquema institucional adequado à sua implantação;
- A descrição dos procedimentos para a abordagem local e a articulação entre órgãos e entidades públicas e privadas; e
- A definição de atuação, equipamentos, treinamento, sistemas de comunicações e informações sobre as rotas utilizadas e sistemas de deslocamento de transporte.

O trabalho foi estruturado em 7 etapas, ao final das quais foram feitas reuniões com autoridades estaduais e organizações das classes envolvidas, com vista a informar e depurar as recomendações parciais.

1ª Etapa - Planejamento e Diagnóstico, com levantamento do diagnóstico do transporte rodoviário de Produtos Perigosos no Estado do Espírito Santo, que envolveu as seguintes atividades: (i) Pesquisas de Origens e Destino (OD); (ii) Pesquisa de transportadoras e das suas licenças ambientais; (iii) Pesquisas Qualitativas e Quantitativas dos produtos transportados; (iv) Pesquisas e indicações dos centros produtores de produtos perigosos (PP); (v) Pesquisa das cidades que consomem ou produzem PP; (vi) Caracterização das rodovias prioritárias, indicando a localização dos equipamentos rodoviários; (vii) Caracterização ambiental das regiões cortadas pelas rodovias; (viii) Análise dos potenciais impactos de acidentes com PP; (ix) Pesquisas em instituições públicas e privadas no estado: DERTES, IEMA, Corpo de Bombeiros, SEDIT, SAMU, Polícia Militar, CEDEC, Prefeituras Municipais, ARACRUZ e (x) Pesquisas na esfera nacional: IPR/ DNIT, ANTT, NTC, ABCR, ARTESP/SP.

2ª Etapa - Levantamento das Entidades Públicas e Privadas intervenientes em acidentes com produtos perigosos, seus recursos disponíveis para intervenções, identificação das principais deficiências e sistema de integração, que envolveu as atividades: (i) Desenvolvimento com a aplicação de formulários confeccionados para cada tipo de organização existente na região como DERTES, SEAMA/ IEMA, IBAMA/ ES, Polícia Rodoviária Federal – PRF/ ES, Polícia Rodoviária Estadual – PRE, Defesa Civil – CEDEC, Corpo de Bombeiros, Prefeituras Municipais, ONG's e (ii) Reuniões com os órgãos envolvidos.

3ª Etapa - Medidas Estruturais Preventivas, para serem implementadas na fase de melhorias das rodovias estaduais, constando de: (i) estacionamentos e paradouros para viaturas com produtos perigosos; (ii) bases de apoio para respostas emergenciais; (iii) escritórios de fiscalização rodoviária para inspeções em viaturas

portando cargas perigosas; (iv) levantamento e propostas de defensas, barreiras, etc., em segmentos sensíveis - populações lindeiras, invasões na Faixa de Domínio, Unidades de Conservação, APA's, rios e mananciais, (v) sinalização rodoviária especifica para produtos perigosos.

4ª Etapa - Proposta de Implementação do PAM Plano de Ações Mútuas, constando de Sumário do total de recursos logísticos, técnicos e financeiros (equipamentos, treinamento, sistema de comunicações, sistema de deslocamento de transporte, etc.) requeridos para atendimento de ocorrências em tempo hábil, com:

- Sistema logístico de atendimento com tecnologia de segurança rodoviária;
- Criação de centros de controle de operações;
- Elaboração de propostas de cursos para profissionais da área de transporte rodoviário de produtos perigosos (civis e militares);
- Proposta para criação das comissões regionais, com definição de competências e atribuições dos integrantes;
- Logística das competências das organizações.
- Estrutura de atendimento mínimo regional;
- Sistema de comunicações;
- Entidades participantes; e
- Adaptação de veículos para fiscalização conjunta.

5ª Etapa - Alternativas Institucionais Proposta de Modelo: Análise e proposição de alternativas institucionais para lidar com a questão, com delimitação de responsabilidades, mecanismos de integração, e plano indicativo dos reforços requeridos por organização, para colocar em prática o modelo, constando de (i) Criação de uma Comissão Estadual e das Comissões Regionais; (ii) Criação das Competências Institucionais de cada Órgão; (iii) Mecanismos de Integração Propostos entre as entidades envolvidas e (iv) Fortalecimento Institucional.

6ª Etapa - Estimativa dos Custos, com estimativa dos custos igualmente por fases, para implementação e operação do modelo proposto de forma a servir de base a uma política de gestão que se apóie nos segmentos diretamente beneficiados pela atividade preventiva e mitigadora (empresas transportadoras, companhias seguradoras, etc.).

7ª Etapa - Apresentação do modelo final e discussões com as entidades intervenientes sob a coordenação do DER-ES; juntamente com a elaboração, coordenação e participação de workshops, além de apresentações em audiências públicas. Para todas as etapas foram elaborados relatórios de andamento dos serviços, um relatório semestral e um relatório final com anexos que com informações complementares.

Também foi realizado um treinamento para capacitação de profissionais onde foi posta em prática a metodologia para coleta de pontos críticos em rotas rodoviárias, com utilização de GPS e organização de dados para posterior lançamento em Sistema Georreferenciado.

O Plano de Gestão do Transporte de Produtos Perigosos foi estruturado em três componentes principais que são:

1. Plano de Ações Mútua – PAM;
2. Plano de Ações Preventivas; e
3. Sistema de Informações Cadastrais e Gerenciais.



a) Plano de Ações Mútua – PAM

A proposta para o PAM, de uma maneira resumida, trata-se da concepção/proposição de um plano para coordenar e dar mais eficiência no uso dos recursos disponíveis nas entidades intervenientes, institucionais públicas ou não, desenvolvendo um sistema de troca de informações e de estrutura de trabalho conjunta.

Para possibilitar esta proposta foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Pesquisa conjunta com demais órgãos e organismos envolvidos quando ocorrer acidentes com cargas perigosas; e
- Concepção/ proposição ao DER-ES de um fluxograma descrevendo as atividades que lhe são pertinentes no caso de ocorrências.

Para desenvolvimento do PAM foram feitas entrevistas junto às entidades intervenientes para caracterizar suas estruturas organizacionais, os recursos existentes e sua forma de atuação e paralelamente levantamento das normas jurídicas que indicam as atribuições de cada entidade publica interveniente. As entidades pesquisadas foram:

- IBAMA/ES – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais;
- PRF – Polícia Rodoviária Federal;
- BPRv - Batalhão de Transito da Policia Militar;
- Defesa Civil;
- Defesas Civis Municipais;
- IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hidricos.
- Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo;
- SESA – Secretaria de Estado da Saúde e SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência;
- DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes;
- SEAMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hidricos;
- SIDEC – Sistema Estadual de Defesa Civil;
- INFRAERO – Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária;
- TVV – Terminal Portuário de Vila Velha;
- Aracruz Celulose; e
- Canexus Química Ltda.



Com base na análise das competências de cada entidade pesquisada, foi elaborado um fluxograma que define as ações no atendimento a emergências com produtos perigosos, divididas em ações ambientais, ações de fiscalização rodoviária, ações de recuperação, ações de atendimento à emergência e ações de socorro médico.

O PAM propõe a criação de quatro Comissões Regionais, assim definidas:

- Comissão Regional I – Vitória localizada na Sede do Corpo de Bombeiros em Vitória;
- Comissão Regional II – Cachoeiro de Itapemirim localizada na Sede do Corpo de Bombeiros em Cachoeiro de Itapemirim;
- Comissão Regional III – Colatina localizada na sede da Superintendência Regional III; e
- Comissão Regional IV – São Mateus localizada na Sede do Corpo de Bombeiros de São Mateus.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019819

Com base no levantamento dos recursos disponíveis foi estimada a quantidade de recurso (equipamentos, edificações e treinamento de pessoal) para cada Comissão Regional acima descrita.

O PAM ainda prevê a elaboração de cursos de Gestão de produtos perigosos para profissionais da área de transporte rodoviário (civis e militares), cursos de capacitação para profissionais das empresas e organismos envolvidos nos PAM's regionais, criação de folhetos Educativos.

Foi desenvolvido um modelo de folheto a ser distribuído às comunidades lindeiras às rotas de produtos perigosos em campanhas de educação ambiental e de segurança de tráfego. Este folheto tem por objetivo orientar as pessoas sobre como identificar um veículo contendo produto perigoso e demais procedimentos necessários à comunicação da emergência.

b) Plano de Ações Preventivas

As principais medidas preventivas estruturais necessárias inseridas no PAM foram desenvolvidas a partir das informações dos levantamentos realizados nas principais rotas.

Este Plano apresenta propostas de medidas estruturais preventivas para a fase de melhorias nas rodovias do Estado, constando de:

- Estacionamentos e paradouros para viaturas com produtos perigosos - Foram localizados 24 pontos (postos de fiscalização e postos de serviços) ao longo da malha estadual, que mediante intervenções, adequação as normas podem servir de estacionamentos e paradouros;
- Bases de apoio para respostas emergenciais - Os postos já existentes para atendimento de acidentes, como os postos da defesa civil, bombeiros e de outros órgãos municipais podem ser adaptados para atender acidentes com produtos perigosos através de reforços institucionais, mas para isso, devem ser reestruturados para possuir viaturas, pessoal e equipamentos de combate usados no atendimento de acidentes com este tipo de produto;
- Escritórios de fiscalização rodoviária para inspeções em viaturas portando cargas perigosas - O plano de ações preventivas prevê a criação de oito escritórios, sendo 4 em rodovias Federais (BR-101 Sul, BR-101 Norte, BR-259 e BR-262) e 4 em rodovias estaduais (ES-381 – São Mateus, Estrada do Contorno da RM Vitória, ES-137, ES-355). Outra opção é instituir um sistema de 2 trailers móveis com caminhonete de tração, possuindo equipamento de informática, rádio e pessoal especializado treinado para fiscalização de produtos perigosos, se deslocando periodicamente e permanentemente pelas rodovias;
- Propostas para Implantação de Defensas, Barreiras e Outros – O plano prevê a instalação de defensas nas cabeceiras das pontes, no total foram levantadas 60 pontes ao longo das rodovias federais; e
- Sinalização rodoviária de alerta para as áreas sensíveis - É proposta a colocação de placas informativas, barreiras, sonorizadores, olhos de gato e outros sinalizadores específicos para o transporte de produtos perigosos, nos locais críticos das rotas principais, onde há maior ocorrência e probabilidade de acidentes, e nos locais onde há problemas ambientais freqüentes (ventos, neblina, chuva).

Além das medidas estruturais preventivas o Plano ainda prevê um Programa de Educação Ambiental e de Segurança de Tráfego. O plano proposto se baseia no programa TransAPELL (processo de ação cooperativa local, que visa a preparação dos serviços de emergência e da comunidade para eventuais acidentes).

O Programa de Educação Ambiental e de Segurança de Tráfego tem por objetivo educar as comunidades em general sobre o PGTPP, para isso foi elaborado um Plano de Ações que consta de seis pontos básicos: Preparação e distribuição de folheto informativo sobre como proceder em casa de acidente, plano de divulgação para os meios de comunicação, realização de press-release, programas de conscientização pública

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019820

em escolas, grupos sociais, etc. e revisar anualmente e incrementar o programa de conscientização pública.

Foi desenvolvido um modelo de Programa onde foi dimensionada a necessidade de recursos (humanos e equipamentos), a quantidade de palestra e campanhas e as fases para o desenvolvimento do mesmo.

c) Sistema de Informações Cadastrais e Gerenciais

O sistema de informações cadastrais e gerenciais proposto para o PGTPP deverá reunir informações relativas a acidentes ocorridos e à caracterização do cenário do transporte de produtos perigosos ao longo do tempo (dados históricos).

Para o registro de informações relativas a acidentes ocorridos é indicado um formulário padrão que garantirá o cadastramento de informações que poderão ser comparadas com registros efetuados em outras partes do globo, para efeito de estudos.

Para possibilitar que toda informação relativa ao PGTPP esteja sempre atualizada, foi adotado um sistema que permite trabalhar com dados georreferenciados, além de bancos de dados contendo textos, imagens, filmes, entre outros. Foi adotado o módulo ArcView da família ArcGis, pacote de softwares desenvolvidos pela ESRI.

Através deste sistema foram armazenadas as seguintes informações:

- Mapa rodoviário georreferenciado do Espírito Santo;
- Rotas de produtos perigosos com respectivas quantidades estimadas de produtos transportados anualmente;
- Pontos de registro de acidentes com produtos perigosos;
- Pontos críticos apontados no levantamento físico das rotas e respectivas fotos;
- Localização de pontes ao longo das rodovias;
- Filme contendo característica física das rodovias levantadas;
- Localização de postos de fiscalização;
- Localização de produtores/consumidores de produtos perigosos; e
- Localização de instalações de entidades participantes do PGTPP (Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, IEMA, IBAMA, CIODES, etc.).

O PGTPP também quantifica a necessidade de recursos (humanos e equipamentos) necessários para a constante atualização do sistema de informação, bem como prevê treinamentos para os usuários do software utilizado.

Os serviços foram realizados no período de 01/dezembro/2006 a 10/março/2008.

5. SUPERVISÃO AMBIENTAL DAS OBRAS DO PROGRAMA BID II

Criadas e implementadas as metodologias, os procedimentos e os instrumento necessários ao Sistema de Fiscalização e Monitoramento Ambiental de Obras e Serviços do Programa BID II.

Foi desenvolvido um sistema para o armazenamento, análise e preparação de relatórios gerenciais com a utilização de software ArcView (aplicativo da família ArcGis desenvolvido pela ESRI), que utiliza a base de dados georreferenciados existentes nos órgãos e entidades da administração estadual e que estão associa-

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019821

dos ao Sistema Integrado de Bases Georreferenciadas do Estado do Espírito Santo (Geobases), especialmente os dados e informações fornecidos pelo IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, bem como da malha viária cadastrada pelo DER-ES. Esta tecnologia possibilita a utilização das informações existentes nos trabalhos e estudos relacionados com o planejamento rodoviário e o meio ambiente, nas atividades de Supervisão Ambiental das Obras do Programa BID II e no desenvolvimento do Plano de Recuperação de Passivos Ambientais – PRPA, acima relatado.

Este sistema tem capacidade para realizar o armazenamento e o processamento de dados que serão utilizados para a geração de relatórios, informações técnicas, gráficos, mapas, etc.

Outras atividades também foram realizadas no âmbito da Supervisão Ambiental, dentre as quais se destacam:

- Acompanhamento a seleção do local de implantação dos equipamentos e construções de apoio às obras, verificando sua adequação ao meio ambiente e os cuidados para minimizar os impactos ambientais provocados por essas atividades;
- Preparação e realização do Seminário Ambiental de orientação das equipes de DER-ES, das empreiteiras e das supervisoras sobre os cuidados ambientais observados na implementação das obras do Programa BID II;
- Avaliação da estratégia de ataque às obras propostas pelas empreiteiras no Plano de Trabalho, incluindo detalhamento, em nível executivo, dos PCA's (Planos de Controle Ambiental) e definição final do planejamento e execução;
- Execução da Supervisão Ambiental das obras ao Programa BID II, através do acompanhamento permanente das atividades de construção, em articulação com as supervisoras contratadas, verificando o cumprimento das especificações, colaborando para o adequado encaminhamento das situações não previstas e para a rápida solução de eventuais impactos ambientais, com verificação permanente da ocorrência de impactos às comunidades lindeiras e aos usuários dos trechos rodoviários em obras;
- Preparação de relatórios periódicos de acompanhamento, indicando as não conformidades e pendências a serem resolvidas pelas empreiteiras;
- Elaboração das Declarações de Conformidade Ambiental - DCA, documento mensal de avaliação do desempenho ambiental de cada empreiteira responsável pela realização das obras, que foram encaminhadas à DPL (ex-AMA) e Diretoria de Infraestrutura do DER-ES;
- Zelo pelo cumprimento das condicionantes porventura existentes;
- Verificação do cumprimento das normas ambientais e execução do registro das ocorrências; e
- Acompanhamento da implementação do Plano de Compensação Ambiental.

6. ELABORAÇÃO DA CARTA CONSULTA A COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS -COFIEX

Foi elaborada Carta Consulta a Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), objetivando operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para execução do Programa Rodoviário do Espírito Santo III - PRESS III, que prevê a aplicação na ordem de US$ 250 milhões, sendo US$ 175 milhões do financiamento com o BID e US$ 75 milhões de contrapartida do Tesouro Estadual. A operação de crédito pleiteada está adequada à margem de contratação do Estado.

O Programa proposto foi planejado e elaborado em estrita articulação e continuidade com os Programas Rodoviários I e II ambos com o apoio do BID.

VI - RELAÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS REALIZADOS NOS CONTRATOS DE SUPERVISÃO E CONSTRUÇÃO PARA CADA CONTRATO

Abaixo a relação dos contratos de obras, cujos serviços estão quantificados no ANEXO I (pág. 01 a 22) parte integrante do presente atestado:

Contrato	Trecho	Empresa	Período
001/2006	ES-264 - Gonçalves - ENTR. Vila Pontões	A Madeira Industria e Comércio Ltda	01/08/06 a 29/10/09
002/2006	ES-264 - Entr. Vila Pontões - Entr. ES-165 (Lajinha)	A Madeira Industria e Comércio Ltda	01/08/06 a 17/08/09
003/2006	ES-080 - Cariacica - Santa Leopoldina	Construtora Aterpa S/A	06/08/06 a 11/02/08
004/2006	ES-165 - Afonso Claudio - Fazenda Guandu	Delta Construções S/A	03/04/06 a 24/04/09
005/2006	ES-165 - Fazenda GUANDU - ENTR. BR-262	Pelicano Construções Ltda	01/09/06 a 20/08/09
006/2006	ES-164 - Vargem Alta - Soturno	Construtora ÁPIA Ltda	02/05/07 a 22/10/08
007/2006	ES-164 - Soturno - Cachoeiro de Itapemirim	Construtora ÁPIA Ltda	02/05/07 a 22/10/08
008/2006	ES-080 - Entr. ES-137 (São Domingos) - Águia Branca	Redram Construtora de Obras Ltda.	02/10/06 a 31/12/09
009/2006	ES-080 - Águia Branca - Córrego do Óleo	Delta Construções S/A	02/05/07 a 30/11/08
001/2009	BR-101 (Fundão) - Santa Teresa	Almeida & Filho Terraplenagem Ltda.	01/09/09 a 28/07/10
002/2009	ES-482 - Entr. ES-166 (Coutinho) – Alegre	Consórcio Tamasa - Terrayama	16/08/09 a 31/03/11
003/2009	ES-164 - Vargem Alta - Cachoeiro de Itapemirim	A Madeira Indústria e Comércio Ltda	03/08/09 a 31/12/10
002/2010	ES-261 - BR-101 (Fundão) - Santa Teresa	CBEMI-Construtora Brasileira Mineradora Ltda	14/09/10 a 31/03/11

Abaixo a relação dos contratos de supervisão:

Contrato	Objeto	Empresa	Período
002/2006	Supervisão Superintendência Regional I - SRO-01	Prosul - Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda.	24/07/06 a 29/01/11
003/2006	Supervisão Superintendência Regional I - SRO-02	ECR Ltda - Sociedade Civil de Engenharia e Consultoria	05/03/07 a 31/01/11
004/2006	Supervisão Superintendência Regional I - SRO-03/04	STRATA Engenharia Ltda.	01/08/06 a 31/03/10



VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os serviços desenvolvidos pelo **Consórcio ENGER-PRODEC-PLANSERVI** demandaram um total de 236.295 homens x hora, sendo 169.721 homens x hora de nível superior. A equipe de profissionais de cada empresa do **Consórcio ENGER-PRODEC-PLANSERVI**, participou de todas as atividades abrangidas no Contrato, obedecendo a proporção consorcial de cada uma delas e foram executados dentro dos padrões técnicos de engenharia, atendendo plenamente as necessidades e solicitações.

Atenciosamente,

CARTÓRIO FAFA

Engª. Tereza Maria Sepulcri Neto Casotti
DIRETORA GERAL DO DER-ES
CREA-ES: 3018-D/ES

Engº. Élvio Antonio Sartório
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E LOGISTICA DO DER-ES
CREA-ES: 1061-D/ES

CARTÓRIO FAFA

Engº. Paulo Augusto Jabour de Rezende
COORDENADOR GERAL DA UGP – PROGRAMA BID II DO DER-ES
CREA-ES: 1140-D/ES

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS DE VITÓRIA / ES - «CARTÓRIO FAFA»
Reconheço e dou fé por semelhança as firmas de TEREZA MARIA SEPULCRI NETTO CASOTTI, PAULO AUGUSTO JABOUR DE REZENDE.
Em Testemunho da verdade. Vitória-ES, 07/06/2012, 09:54
Cód: 006MXCHIOH
Rute Vianney de Oliveira Goncalves - Escrevente
Selo: 023208.RDS1205.00298 Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
Emolumentos: R$ 3.92 Encargos: R$ 0.68 Total: R$ 4.60

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019823

Relação das Obras e Serviços Realizados nos Contratos de construção por contrato

Código	Descrição	Unidade	Contrato 001/2006	002/2006	003/2006	004/2006	001/2004	005/2006	007/2006	008/2006	009/2006	001/2007	002/2007	003/2007	002/2008	Total
SUB - TERRAPLENAGEM																
1	Rip-rap de pés-chuveiro**	m³	-	-	-	340,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.410,00
001.01	Limpeza, destocamento e destocamento de árvores c/ diâmetro até 15cm	ha	-	-	-	-	-	1.022,70	-	-	-	-	-	-	-	14.303,78
001.02	Destocamento de árvores com diâmetro de 15 a 30cm**	Ud	-	-	-		-	150,00	-	-	-	-	-	-	-	180,00
001.03	Escavação de solos moles c/ transporte até 50m	m³	-	-	-	-	-	841,00	-	-	-	-	-	-	-	841,00
001.04	Espalhamento de material de 1ª cat.	m³	-	-	-	-	-	30.161,53	-	-	-	-	-	-	-	30.745,53
001.05	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat. até 200m, c/ escavadeira**	m³	-	-	-	-	-	798,39	-	-	-	-	-	-	-	7.981,79
001.06	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat., 200 a 400m, c/ escavadeira**	m³	-	-	-	-	-	1.501,43	-	-	-	-	-	-	-	15.047,43
001.07	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat., 2000 a 2500m, c/ escavadeira	m³	-	-	-	-	-	170.413,11	-	-	-	-	-	-	-	17.040,91
001.08	Escavação, carga e transporte de material de 2ª cat., 200 a 400m, c/ escavadeira	m³	-	-	-	-	-	424,90	-	-	-	-	-	-	-	424,90
001.09	Escavação e carga de material de 1ª cat	m³	-	-	-	-	-	30,04	-	-	-	-	-	-	-	30,04
001.10	Compactação de aterros 95% PN	m³	-	-	-	-	-	490,03	-	-	-	-	-	-	-	4.680,33
001.11	Compactação de aterros 100% PN	m³	-	-	-	-	-	1.134,73	-	-	-	-	-	-	-	1.134,73
001.12	Colchão drenante c/ brita	m³	-	-	-	-	-	47,81	-	-	-	-	-	-	-	47,81
001.13	Transporte com caminhão basculante 6m³ - quantidade faturada	t	-	-	-	-	-	21.217,30	-	-	-	-	-	-	-	21.217,30
2	Nivelamento**	m²	-	-	-	10.001,33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.057,33
5	Concreto ciclopico**	m³	-	-	-	355,47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	355,47
6	Concreto ciclopico**	m³	-	-	-	2.857,33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.857,33
17	Transporte local** 0,2500 DP = 0,3200 DS + 0,3100 DS + 0,2900 DT + 0,4000 DE + 0,8000 DS = 0,1000	t	-	-	33.831,67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.831,67
19	Pesado, capina e limpeza (manual)**	m²	-	-	34.933,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34.700,00
130	Escavação e carga de 3ª categoria (Fogo Controlado)**	m³	1.833,33	4.873,30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.870,63
131	Transporte material de Fogo Controlado** 0,2500 DP + 0,3370 DS + 0,3330 DS + 0,4400 DP + 0,8000 DE + 2,4900 DS = 0	t	9.606,21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.606,21
133	Concreto ciclopico com preenchimento de fechamento com brita	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.754,00	-	-	7.671,30	10.036,37
134	Compactação de material de base final	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41.998,61	-	-	38.981,50	80.001,52
135	Demolição e carga de concreto a frio c/ argamassa, empandeiro, remoção c/ escoar, em local até 5km, excluindo transporte**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	336,11	-	-	1.561,44	1.897,55
138	Transporte de material 2ª (Fogo Controlado)** 0,2500 DP + 0,3100 DS + 0,4000 DS + 0,4400 DP + 0,8000 DE + 2,4900 DS = 0,8000	t	-	12.857,70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.857,70
201	Compactação de material de base final**	m³	-	-	-			-	-	-	-	-	625.412,00	-	-	625.412,00
203	Espalhamento de material de 1ª categoria**	m³	-	-	-	14.033,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.333,00
400.01	Escavação, carga e transporte de material de 3ª categoria 2500 a 3000 m, c/ escavadeira**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	104.795,00	-	-	104.795,00
400.21	Transporte de material DMT de 2,1 a 10,0km** 0,4400 DP + 0,4900 DS + 0,4320 DP + 7,0000 DE + 0,0000	t	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.408,84	-	-	13.408,84
99999	Espalhamento de material de 3ª categoria em bota-fora**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.265,23	-	-	4.265,23
03.01.001	Regula, capina e limpeza manual	m²	-	-	-	-	-	170.115,00	94.260,00	-	-	-	-	-	-	272.765,00
10.01.001	TR-450-01 reaterro/dren horizontal (0,15/0,20) FBV=20,0% (areia 35,0%)	t	-	-	51.119,76	208.477,01	8.305,41	-	-	-	-	-	-	-	-	370.428,20
10.01.002	TR-450+01 Cam. basculante c/6t (0,15/0,20) DMT=22,0 km (areia 35,0%) (Fv=0,0900 DP + 0,2100 DS + 0,3900 DS + 0,3100 DS) - Fv= 2,4100** 0,4900 DP + 0,4400 DS + 0,5100 DS + 0,5000 DT = 7,4000 DS + 0,2000 DS = 0,8000	t	-	-	-	-	34.032,39	-	-	-	-	-	53.342,00	-	-	80.578,85
10.01.003	ESCAL. COM DMT DE 2,1 A 5,0KM 0,4400 DP + 0,4870 DS + 1,1400 DP + 0,2040 DS = 0,0000	t	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.214,00	-	-	36.075,80	38.289,80
10.01.005	ESCAL. COM DMT DE 5,1 A 10,0KM 0,5300 DP + 0,5300 DS + 1,4900 DT = 0,4110 DS = 0,0000	t	-	-	-	-	-	-	-	-	-	494,74	-	8.319,40	1.601,40	10.595,05
10.01.002	Transporte de material em para DMT acima de 11 KM 0,2000 DP + 0,2210 DS + 0,3360 DT + 12,0012 DS = 0,0000	t	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	483,30	483,30
11.01.001	Limpeza, destocamento e destocamento de árvores c/ diâmetro até 15cm	m²	-	-	-	-	-	-	52.314,00	-	-	-	-	-	-	52.314,00
11.01.002	Regula capina e limpeza (manual)	m²	5.302,00	-	-	46.713,34	98.845,50	-	30,00	76.402,40	72.204,00	12.102,50	115.619,00	116.021,00	25.270,60	685.452,00
11.01.003	Espalhamento de material de 1ª categoria	m²	-	-	-	-	-	-	12.347,72	-	-	-	-	-	384,96	12.832,68
11.01.004	Limpeza, destocamento e destocamento de árvores c/ diâmetro até 15cm**	m²	84.013,33	165.482,79	141.050,00	12.349,26	6.300,00	-	520,00	124.646,60	174.901,10	110.320,00	226.591,72	19.874,60	12.240,60	1.102.343,10
11.01.005	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat. 400 a 600m c/ outro equipamento	m³	-	-	-	-	-	-	2.402,40	-	-	-	-	-	-	2.402,40
11.01.006	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat. 600 a 800m c/ outro equipamento	m³	-	-	-	-	-	-	2.445,00	-	-	-	-	-	-	2.445,00
11.01.008	Destocamento de árvores com diâmetro de 15 a 30cm**	Ud	-	-	-	102,00	720,00	-	-	-	-	408,00	108,00	96,00	468,00	2.723,00
11.01.008	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat. 1.200 a 1.400m	m³	-	-	-	-	-	-	1.005,30	-	-	-	-	-	-	1.005,30
11.01.009	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat. 1.600 a 1.800m	m³	-	-	-	-	-	-	999,00	-	-	-	-	-	-	999,00
11.01.009	Destocamento de árvores com diâmetro > 30cm**	Ud	-	-	-	120,00	60,00	24,00	12,00	-	-	360,00	120,00	72,00	120,00	1.023,00
11.01.010	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat. 2000 a 2400m	m³	-	-	-	-	-	-	2.201,34	-	-	-	-	-	-	2.201,34
11.01.012	Compactação de aterros 100% PN	m³	-	-	-	-	-	-	459,01	-	-	-	-	-	-	459,01
11.01.012	Remoção de solos moles c/ transporte até 2 Km**	m³	-	8.295,00	-	13.648,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.044,00
11.01.013	Espalhamento de material de 1ª categoria em bota-fora**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	110.796,00	-	110.780,00

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019824

Relação das Obras e Serviços Realizados nos Contratos de construção por contrato

Código	Descrição	Un.	Contratos													
			001/2006	002/2006	003/2006	004/2006	005/2006	006/2006	007/2006	008/2006	009/2006	010/2006	002/2009	003/2009	005/2009	Total
11.01.004	Desmatamento vegetal de pastos, capoeiras e hata fina*	m²	-	-	-	-	-	-	-	10.000,00	-	-	-	-	-	10.000,00
11.01.005	Espalhamento de material de 1ª categoria**	m³	30.835,00	14.913,00	30.000,00	-	-	-	-	39.000,00	-	-	-	41.000,00	-	347.808,00
11.01.006	Destocamento de árvores**	m²	-	-	2.250,00	-	-	1.000,00	-	-	-	-	-	-	-	4.250,00
11.01.007	Rip-rap de pedra arrumada**	m³	-	-	-	-	264,00	-	-	-	-	-	-	4.160,00	-	4.424,00
11.01.008	Acerto e regularização de taludes, manualmente**	m²	-	-	-	-	123.996,00	-	-	-	-	-	-	-	-	125.040,00
11.01.021	Preparo/remoção das camadas inservíveis, com solo compactado**	m²	-	-	-	-	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	101,00
11.02.001	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat. até 200m c/ moto-escavo-transportador**	m³	-	-	-	-	-	-	-	16.340,00	16.660,00	-	-	-	-	82.000,00
11.02.002	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat. 200 a 400m c/ moto-escavo-transportador**	m³	-	-	-	-	-	-	-	3.320,00	16.680,00	-	-	-	-	20.004,00
11.02.004	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat. 600 a 800m c/ moto-escavo-transportador**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	400,00	-	-	-	-	400,00
11.02.005	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat. 800 a 1000m c/ moto-escavo-transportador**	m³	-	-	-	-	-	-	-	900,00	-	-	-	-	-	492,00
11.02.006	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat. 1000 a 1200m c/ moto-escavo-transportador**	m³	-	-	-	-	-	-	-	16.200,00	-	-	-	-	-	16.200,00
11.02.007	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat. 1200 a 1400m**	m³	-	-	-	-	-	-	-	4.032,00	-	-	-	-	-	4.000,00
11.02.008	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat. 1400 a 1600m**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	210,00	-	-	-	-	619,00
11.04.001	Escavação, carga e transp. de mat de 1ª cat. até 100m**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	420,00	-	-	-	420,00
11.04.002	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat. 100 a 200m**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.900,00	-	-	7.980,00
11.04.003	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat. 200 a 400m**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.064,00	-	-	2.064,00
11.04.004	Escavação, carga e transp. de mat de 1ª cat. 400 a 600m***	m³	-	7.000,00	-	-	-	-	-	-	-	396,00	1.300,00	-	1.700,00	10.442,00
11.04.005	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat. 600 a 800m**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	300,00	1.000,00	0,00	-	1.400,00
11.04.006	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat. 800 a 1000m**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60,00	272,00	-	320,00	845,17
11.04.007	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat. 1000 a 1200m**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	125,00	3.432,75	-	49,00	3.657,00
11.04.008	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat. 1400 a 1600m**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56,00	-	-	-	80,00
11.04.011	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat. 1800 a 2000m**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	176,00	-	-	-	176,00
11.04.012	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat. 2000 a 2200m**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	404,00	-	-	140,00	590,00
11.04.013	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat. 2200 a 2400m**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.040,00	-	-	2.968,00	5.100,00
11.04.014	Escavação, carga e transporte de material de 2ª categoria (fogo controlado)**	m³	-	-	-	2.004,00	-	-	-	-	-	-	-	163,00	-	3.477,00
11.04.015	Escavação a fogo em material de 2ª categoria, sendo rocha, a céu aberto, perfuração com compressão**	m³	-	-	40,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	497,00
11.04.016	Demolição de rocha a fogo, até atingir 0,30m de profundidade, com argamassa expansiva, inclusive remoção**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.581,00	-	1.581,00
11.05.002	Escavação e carga de material de 2ª categoria**	m³	-	-	-	102.184,00	-	-	-	-	-	-	6.360,00	-	-	158.562,00
11.05.004	Escavação e carga de material de 2ª categoria (Empolamento = 1,30)**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.216,00	-	-	330,00	1.340,00
11.05.006	Transporte de 1ª e 2ª cat. DMT= 3,30km** 0,0005 3P = 0,0870 3B + 1,3040 3P = 2,3830 3B + 0,0010	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.200,00	-	-	32.200,00
11.05.006.1	Escavação e carga de material de 2ª categoria (Empolamento = 1,30)**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.200,00	-	-	4.200,00
11.07.001	Carga de material de 1ª categoria**	m³	-	-	80.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.000,00
11.07.003	Carga de material de 3ª categoria (rocha)**	m³	-	-	497,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	497,00
11.08.001	Compactação de aterros 95% PN	m³	35.810,00	100.470,00	15.000,00	56.994,00	211,00	-	-	2.650,50	14.600,330	35.212,20	90.990,00	40.000,00	10.042,00	800.000,00
11.08.002	Compactação de aterros 100% PN**	m³	50.335,00	20.470,00	10.100,00	6.890,00	1.050,00	-	-	2.950,00	16.570	3.040,00	25.575,72	5.430,00	4.130,00	140.470,00
11.08.003	Compactação de aterros sem rocha**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.000,00	-	-	14.000,00
11.08.005	Escavação e carga de material de 1ª cat.	m³	-	-	50.000,00	33.334,00	30.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	97.455,00
11.10.001	Escavação, carga e transp. de material de 1ª categoria até 200m, c/ escavadeira**	m³	65.600,00	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	16.871,10	96.190,00	30.000,00	10.000,00	270.000,00
11.10.002	Escavação, carga e transp. de mat de 1ª categoria 200 a 400m, c/ escavadeira**	m³	4.000,00	60.000,00	-	-	-	-	-	-	-	5.277,12	30.000,00	100,00	2.000,00	110.000,00
11.10.003	Escavação, carga e transp. De mat de 1ª cat. 400 a 600m, c/ escavadeira**	m³	-	55.427,57	34,00	-	-	-	-	21.000,00	-	5.027,00	6.000,00	-	7.000,00	95.721,00
11.10.004	Escavação, carga e transp. de mat de 1ª categoria 600 a800m, c/ escavadeira**	m³	22.000,00	50.000,00	-	-	-	-	-	11.000,00	-	12.042,00	10.000,00	2.000,00	700,00	148.000,00
11.10.005	Escavação , carga e transp. de mat de 1ª cat. 800 a 1000m, c/ escavadeira**	m³	-	25.000,00	-	-	-	-	-	-	-	5.000,00	30.000,00	-	1.000,00	62.000,00
11.10.006	Escavação, carga e transp. de mat de 1ª cat. 1000 a 1200, c/ escavadeira**	m³	-	12.000,00	10.000,00	-	-	-	-	-	-	6.000,00	10.000,00	10.000,00	4.000,00	90.000,00
11.10.007	Escavação, carga e transp. de mat de 1ª categoria 1200 a 1400m, c/ escavadeira**	m³	15.000,00	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	8.000,00	70.000,00	-	-	200.000,00
11.10.008	Escavação, carga e transp. de mat de 1ª categoria 1400 a 1600m, c/ escavadeira**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000,00	30.000,00	-	700,00	41.000,00
11.10.009	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria, 1600 a 1800m, c/ escavadeira**	m³	-	1.000,00	-	-	-	-	-	-	-	400,00	10.000,00	-	76,00	92.000,00
11.10.010	Escavação, carga e transp. de mat de 1ª categoria 1800 a 2000m, c/ escavadeira**	m³	3.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000,00	90.000,00	3.000,00	3.000,00	90.000,00
11.10.011	Escavação, carga e transp. de mat de 1ª categoria 2000 a 2200m, c/ escavadeira**	m³	7.000,00	94.000,00	-	-	-	-	-	-	-	5.000,00	70.000,00	1.000,00	-	147.000,00
11.10.012	Escavação, carga e transp. de mat de 1ª categoria 2200 a 2400, c/ escavadeira**	m³	60.000,00	61.000,00	17.000,00	-	-	-	-	-	-	6.000,00	-	16.000,00	20.000,00	230.000,00
11.11.001	Escavação, carga e transp. de mat de 2ª cat até 200m, c/ escadeira**	m³	-	3.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	17.000,00	-	-	20.000,00
11.11.002	Escavação, carga e transp. de mat de 2ª cat, 200 a 400m, c/ escavadeira**	m³	-	4.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	800,00	-	-	5.000,00
11.11.003	Escavação, carga e transp. de mat de 2ª cat, 400 a 600m, c/ escavadeira**	m³	-	1.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000,00
11.11.004	Escavação, carga e transp. de mat de 2ª cat, 600 a 800m, c/ escavadeira**	m³	-	3.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000,00
11.11.005	Escavação, carga e transp. de mat de 2ª cat, 800 a 1000m, c/ escavadeira**	m³	-	300,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	300,00
11.11.006	Escavação, carga e transp. de mat de 2ª cat, 1000 a 1200m, c/ escavadeira**	m³	-	500,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	500,00

Afastado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019825

Relação das Obras e Serviços Realizados nos Contratos de construção por contrato

Código	Serviços	Un.	Quantidades														Total
			001/2004	002/2006	003/2004	004/2006	005/2006	006/2006	007/2006	008/2006	009/2006	001/2005	002/2005	003/2005	004/2005		
11.11.007	Escavação, carga e transp. de mat de 2ª cat. 1200 a 1400m, c/ escavadeira**	m³	-	3.494,00	-	-	-	-	-	-	-	-	5.221,97	-	-		8.977,25
11.11.009	Escavação, carga e transporte de material de 3ª categoria, 1400 a 1600m, c/ escavadeira**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.731,78	-	-		2.731,78
11.11.011	Escavação, carga e transp. de mat de 2ª cat. 2000 a 2500m, c/ escavadeira**	m³	-	2.850,31	-	-	-	-	-	-	-	-	2.856,25	-	-		5.727,95
11.11.013	Escavação, carga e transp. de mat de 2ª cat. 2500 a 3000m, c/ escavadeira**	m³	-	1.383,73	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		1.383,73
DNIT - PAVIMENTAÇÃO																	
5	CBUQ (Ex 3) - assentamento) inclusive fornecimento e transporte comercial do CAP e massa 3% + 0,4% (Ex: 3,4% de**	t	-	-	3.833,34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		3.833,34
8	Demolição e remoção de camada granular de pavimento 040+080m**	m³	-	-	-	425,81	-	-	-	-	-	-	-	-	-		425,81
8	Transporte acidental**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	1.029,96	-	-	-	-		1.029,96
8	Areia pilada**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	42.106,45	-	-	-	-		42.106,45
8	Pavimento de concreto**	m³	-	-	-	[illegible]	-	-	-	-	367,73	-	-	-	-		367,73
1	Revestimento de concreto betuminoso com barra adição de 20 % de brita**	m³	-	-	-	-	-	-	4.215,40	-	-	-	-	-	-		4.215,40
2	Base com mistura de 50 % de solo + 50 % de brita**	m³	-	-	-	-	-	-	9.341,57	-	-	-	-	-	-		9.341,57
002.01	Regularização e compactação de sub-leito [1.00%] (h=0,20m)**	m²	-	-	-	-	38.972,84	30.857,10	-	-	-	-	-	-	-		51.829,41
002.02	Estabilização granulométrica de solo c/ mistura 100% (h=0,15**	m³	-	-	-	-	4.729,17	10.348,62	-	-	-	-	-	-	-		15.918,79
002.03	Meio-fio de brita, 30% sto pass, inclusive transporte da brita**	m³	-	-	-	-	6.166,37	-	-	-	-	-	-	-	-		6.166,37
002.04	Imprimação betuminosa com fornecimento e transporte comercial do material betuminoso	m²	-	-	-	-	-	45.198,15	-	-	-	-	-	-	-		45.198,15
002.05	Imprimação betuminosa com fornecimento e transporte comercial do material betuminoso**	m²	-	-	-	-	108.491,80	111.669,72	-	-	-	-	-	-	-		220.161,52
002.06	Pintura de ligação betuminosa com fornecimento e transporte comercial do material betuminoso**	m²	-	-	-	-	39.108,39	8.271,56	-	-	-	-	-	-	-		139.879,95
002.07	CBUQ (camada porosa - Binder) inclusive fornecimento e transporte comercial do cap, exclusive transporte da massa**	t	-	-	-	-	14.391,58	-	-	-	-	-	-	-	-		14.391,58
002.08	CBUQ (camada porosa - capa) inclusive fornecimento e transporte comercial do cap, exclusive transporte da massa**	t	-	-	-	-	1.914,14	2.283,37	-	-	-	-	-	-	-		4.197,51
7	CBUQ (camada porosa - Binder) inclusive fornecimento e transporte comercial do CAP e transporte da massa**	t	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.150,84	-		6.382,06
8	CBUQ (camada porosa - capa) inclusive fornecimento e transporte comercial do CAP e transporte da massa	t	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.079,83	-		18.979,03
12	CBUQ (massa faixa tipo "B") inclusive fornecimento e transporte comercial do CAP e transporte da massa**	t	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	358,50	-		358,50
13	C.B.U.Q. c/ capa selante reciclado c/ Modificador Sintético incl. fornec. e transporte dos materiais e da mistura**	m²	142.034,63	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		142.034,63
20	CBUQ (camada porosa - capa) inclusive fornecimento e transporte comercial do CAP, inclusive transporte da massa**	t	-	-	-	-	-	-	-	-	-	240,96	-	-	-		240,96
30	CBUQ (camada porosa - capa) inclusive fornecimento e transporte do CAP, inclusive transporte da massa**	t	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67.752,61	-	-		67.752,61
36	Reciclagem de pavimento (base existente + CBUQ) com adição de 30% de brita, inclusive transporte da brita**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	104.290,40	-	-		104.290,40
200	Estabilização granulométrica de solo c/ mistura 100% (CBR 4, limitado pelo laudo)**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.744,67	-		1.744,67
208	Base com brita 50% sto pass , incl. transp. da brita, solo incluído**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.908,57	-		1.908,57
40.167	Reciclagem de pavimento (Base existente + CBUQ) com adição de 3% de cimento e 25% de brita inclusive transporte**	m²	-	-	-	-	-	17.316,52	-	-	-	-	-	-	-		17.316,52
40.007	Pavimentação com paralelepípedo, rejunte com 3 cm, incl. Fornecim. E transporte**	m²	-	-	-	-	325,84	-	-	-	-	-	-	-	-		325,84
50002	Transporte comercial de solo p/ todo bota-e-espraiamento** (0,0400 KP + 3,6700 KE + 1,8600 KP + 21,0000 KE + 0,0000**	t	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55.990,86	-	-		55.990,86
60004	Transporte local de solo p/ aterro/bota-espraiamento de acostamento (DMT > 40,0 Km)* (1,1710,5) + (= 2859,05 + 4.810,36 KP + 30.1250,28 + 0,0000**	t	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59.691,54	-	-		59.691,54
99004	Reciclagem de pavimento (Base existente + CBUQ) com adição de 30% de brita, inclusive transporte da brita**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.684,05	-		2.684,05
05.01.016	Aeração c/ motoniveladora pesada (sobre base/solo)**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.119,20	-	-		5.119,20
30.01.001	Transporte de carga acidental rampada DMT=0,05m**	t	-	-	-	83,73	-	-	-	-	-	-	-	-	-		83,73
30.01.002	Transporte de material granular (solo - pista) DMT=20,24km**	t	-	-	-	704,09	-	-	-	-	-	-	-	-	-		704,09
30.01.003	Transporte de material granular (solo - pista) DMT=29,57km**	t	-	-	-	13.038,59	-	-	-	-	-	-	-	-	-		13.038,59
30.01.004	Transporte de material granular (pedra-pista) DMT=10,210m	t	-	-	-	-	217,07	-	-	-	-	-	-	-	-		217,07
30.01.011	Transporte de material granular (pedra-pista) DMT=25,220m	t	-	-	-	-	9.927,84	-	-	-	-	-	-	-	-		9.927,84
30.02.001	Transporte de massa (usina-pista) DMT= 17,250m**	t	-	-	-	21.106,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-		21.106,50
30.02.004	Transporte de massa (usina-pista) DMT=9,590m**	t	-	-	-	-	302,04	-	-	-	-	-	-	-	-		302,04
30.02.005	Transporte de massa (usina-pista) DMT=11,440m**	t	-	-	-	-	15.711,50	-	-	-	-	-	-	-	-		15.711,50
30.02.006	Transporte de massa (usina-pista) DMT=12,990m**	t	-	-	-	-	728,80	-	-	-	-	-	-	-	-		728,80
30.02.007	Transporte de massa (usina-pista) DMT=15,050m**	t	-	-	-	-	5.999,00	-	-	-	-	-	-	-	-		5.999,00
11.01.015	Espalhamento de material de 1ª categoria (acostamento)**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.827,80	-	-		23.827,80
11.09.001	Escavação e carga de material de 1ª categoria em escavadeira, para solo brita e composição de base de acostamento**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.904,95	-	-		24.904,95
11.10.009	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria, 2000 a 2500m, c/ escavadeira - remoção de camada de base existente	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.468,80	-	-		25.468,80
15.05.008	Alvenaria de barracas c/ PHF inclusive fornecimento e transporte dos materiais betuminosos	t	-	-	-	-	343,20	-	-	-	-	-	-	-	-		343,20
13.03.002	Demolição e remoção de pavimento asfáltico**	m³	-	-	-	-	23.849,50	-	-	-	-	-	-	-	-		23.849,50
30.03.002	Demolição e remoção de camada granular de pavimento 040+080m**	m³	-	-	-	0,70	-	-	-	-	-	-	-	-	-		0,70

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019826

Relação das Obras e Serviços Realizados nos Contratos de construção por contrato

Código	Serviços	Un.	Contratos													
			001/2004	002/2005	003/2005	004/2006	005/2006	006/2006	007/2006	008/2006	009/2006	001/2009	002/2009	003/2009	002/2010	Total
12.01.003	Regularização e compactação de pavimento asfáltico**	m²	-	-	13.412,29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.412,29
12.01.004	Regularização e compactação de sub-leito (100% PN) 0<h≤0,20m**	m²	361.140,41	34.370,67	-	28.87,50	8.654,71	-	-	55.018,40	8.917,00	-	16.687,50	49.291,50	-	417.705,30
12.01.006	Regularização e compactação de sub-leito (100% PN) 0<h≤0,20m (pista)		-	-	41.695,65	-	-	-	-	-	-	2.779,00	-	-	-	47.845,65
12.01.007	Reforço do Sub-leito 100% PN**	m³	-	-	-	6.365,62	350	-	-	-	-	-	-	-	-	1.334,62
12.01.009	Escavação de sub-leito em rocha estabilizado granulometricamente com adição de**	m³	-	5.538,30	1.346,25	5.490,13	1.874,72	-	-	0	-	-	-	-	-	14.055,62
12.01.010	Estabilização Granulométrica de solo s/ mistura 100% P.N - Base**	m³	-	-	-	555,00	2.220,00	-	-	-	-	-	-	-	-	5.085,31
12.01.020	Reciclagem de pavimento (base existente + CBUQ) com adição de 20% de brita, inclusive transporte da brita**	m²	-	-	-	28.955,33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.955,73
12.01.030	Reforço do sub-leito 100% P.N, inclusive escavação dos materiais. 0,00<h<2,00**	m³	26.725,74	2.638,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34.599,54
12.01.038	Reciclagem de pavimento (base existente + cbuq) com adição de 30% de brita, inclusive transporte da brita**	m²	-	-	48.695,62	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48.695,62
12.01.056	Base solo brita, 50% em peso, inclusive transporte da brita**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.629,47	-	-	23.629,47
12.01.058	Base solo brita, 30% em peso, inclusive transporte da brita**	m³	-	-	-	2.917,20	-	-	-	13.981,34	3.209	-	-	-	-	19.819,72
12.01.060	Base solo brita, 70% em peso, inclusive transporte da brita**	m³	-	-	-	2.915,20	-	-	-	13.981,34	36.779,200	-	-	-	-	53.894,80
12.01.069	Sub base de brita linha verde, inclusive transporte da brita (EP= 15.000m)**	m³	-	-	5.248,15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.248,15
12.01.068	Base de brita corrida, inclusive transporte da brita**	m³	-	-	-	493,21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	493,21
12.02.016	Sub-base de brita graduada, inclusive espalhação e transporte da brita**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.400,62	-	5.400,62
12.02.012	Base de brita graduada, inclusive transporte de brita	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	494,21	790,49	5.748,79	-	7.035,69
12.02.038	Escavação de sub-base, inclusive transporte (no material DMT= 10,700m.	m³	31.039,21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.039,21
12.02.015	Base solo cimento 50% de areia grossa peneirada em (# 4,8) e 50% de concreto asfáltico (-04), inclusive transporte dos materiais. DMT=9,32 km	m³	28.440,75	1.635,29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30.476,04
12.02.002	Imprimação betuminosa com fornecimento e transporte do material betuminoso**	m²	154.498,80	20.126,49	202.527,39	186.172,08	37.240,91	-	-	89.480,09	182.880,50	2.442,00	313.647,00	62.912,32	-	1.521.018,58
12.05.004	Pintura de ligação betuminosa com fornecimento e transporte comercial do material betuminoso**	m²	-	-	102.550,10	217.119,30	201.544,83	-	-	324.727,69	600.839,240	2.550,00	934.250,60	272.206,67	-	2.176.502,72
12.03.012	TSD-R, inclusive fornecimento e transporte comercial do CAP**	m²	-	28.236,45	12.543,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.779,45
12.03.027	CBUQ (camada porosa - binder) inclusive fornecimento e transporte comercial do CAP e usina. (P = 12,39; Rt = 3,38 Km)**	t	-	-	1.695,61	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.860,31
12.03.029	CBUQ (camada porosa - capa) inclusive fornecimento e transporte comercial do CAP e usina. (P = 12,65; Rt= 3,00 Km)**	t	-	-	29.877,00	33.696,30	23.939,10	-	-	26.171,20	37.700,891	-	55.136,00	-	-	182.480,47
12.03.029	CBUQ (camada porosa - capa) inclusive fornecimento e transporte comercial do CAP, exclusive transporte da massa. (Rua E)**	t	-	-	-	-	-	-	-	11.906,67	13.637,741	-	-	-	-	25.422,21
12.03.044	Obturação de buracos c/ CBUQ inclusive fornecimento e transporte comercial da massa e CAP (P = 12,39; Rt = 3,00 Km)**	m²	-	-	2.080,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.080,40
12.03.046	Obturação de buracos c/ CBUQ inclusive fornecimento e transporte comercial dos materiais betuminosos**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.050	Obturação de buracos c/ CBUQ inclusive fornecimento e transporte dos materiais betuminosos**	t	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	141,84	-	141,84
12.03.011	Remoção de capa asfáltica ENTED, exclusive transporte**	m²	-	-	-	1.525,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.525,10
12.03.012	Demolição e remoção de pavimento asfáltico**	m³	-	-	4.235,30	-	-	-	-	10.593,03	3.025,014	-	13.370,20	10.018,00	-	40.841,53
12.03.013	Fresagem de pavimento asfáltico e bota-esp.=5cm inclusive transporte do material**	m²	-	-	-	-	-	-	-	2.453,76	2.050,017	-	-	-	-	4.503,62
12.04.010	Execução de pavimento poliédrico**	m²	-	-	1.438,62	-	-	-	-	-	-	-	-	237,41	-	1.676,23
33	Sinalização: 1 - Extensão 0+00 a Extensão 300+2.310m	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.012	Demolição e remoção de pavimento asfáltico	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	485,50	606,04
12.02.012	Base de brita graduada, inclusive transporte da brita	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80,27	80,27
12.10.001	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria, DTR = 1.000m, c/ escavadeira	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	150,00
40	Reciclagem de pavimento (base existente + CBUQ) com adição de materiais	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.098,14	3.199,14
12.05.004	Pintura de ligação inclusive fornecimento e transporte comercial do material betuminoso	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.022,00	18.072,00
31	CBUQ (camada porosa - capa) inclusive fornecimento e transporte comercial do CAP, inclusive transporte da massa	t	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.173,73	1.173,73
32	Sinalização: 2 - Extensão 300 a Extensão 1.200+16,93=2.310m,93=671	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.01.006	Regularização e compactação de sub-leito (100% P.L) 0<2,00m	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.900,00	21.955,30
12.02.012	Base de brita graduada, inclusive transporte da brita	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.418,00	14.418,00
1a	Reciclagem de pavimento (base existente + CBUQ) com adição de 30% de brita, inclusive transporte da brita	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.348,02	22.348,02
12.03.002	Imprimação inclusive fornecimento e transporte comercial do material betuminoso	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	201.032,39	201.032,39
12.05.004	Pintura de ligação inclusive fornecimento e transporte comercial do material betuminoso	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	165.007,41	165.007,41
39	CBUQ (camada porosa - capa) inclusive fornecimento e transporte comercial do CAP, inclusive transporte da massa	t	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.036,10	18.036,10
12.03.012	Demolição e remoção de pavimento asfáltico	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.801,80	6.801,80
12.04.002	Fundamentação c/ blocos de concreto 15x30x20, exclusão meio fio, inclusive transporte dos blocos	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	950,00	950,00
12.02.004	Base solo brita, 50% em peso, inclusive transporte da brita.	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.763,84	1.763,84
12.10.012	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria, 2000 a 3000m, c/ escavadeira	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.848,45	1.848,45
PISTA - DRENAGEM DE ÁGUA SUBTERRÂNEA E DRENAGEM																
0	Base de Solo Tapão**	UM	-	-	-	30,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30,00
0	DRAIN - 200 1,00m - 0<2,0m**	m.	-	-	-	14,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14,00
0	Dreno de PEAD 200 1,00m**	UM	-	-	-	4,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,00

Atestado registrado mediante vinculação a respectiva CAT
CREA-ES
A 0019827

Relação das Obras e Serviços Realizados nos Contratos de construção por contrato

Código	Serviços	Un	Contratos													
			001/2005	002/2006	003/2006	004/2006	005/2006	006/2006	007/2006	008/2006	009/2006	001/2007	002/2007	003/2009	002/2008	Total
8	Transposição de sarjeta - TSS-01 (0,80 0,30m)**	m	-	-	-	442,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	442,50
8	Sarjeta triangular de concreto DP-1 (0,80 0,30 0,3m) valha triangular, inclusive escavação**	m	-	-	-	148,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	148,40
8	Sarjeta de concreto (SCC 30/35) valha triangular, inclusive escavação**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	13.335,60	-	-	-	-	13.335,60
8	Sarjeta de concreto (SCC 21/15) em concreto, inclusive escavação**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	680,50	-	-	-	-	680,50
9	Canaleta de corte especial, retang. (1,00x0,50m) valha fixa e corte regulares**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	1.687,00	-	-	-	-	1.687,00
9	Restauração de dispositivo danificado com concreto FCK=12 mpa**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	88,75	-	-	-	-	88,75
9	Remoção de bueiros existentes**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	22,00	-	-	-	-	22,00
9	Transposição de segmentos de sarjetas - TSS-04**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	384,00	-	-	-	-	384,00
002.01	Limpeza de caixas e meio-fio	m	-	-	-	-	-	31.200,00	-	-	-	-	-	-	-	31.200,00
002.02	Limpeza e desobstrução de caixa coletora	m³	-	-	-	-	-	18,43	-	-	-	-	-	-	-	18,43
002.05	Reparo de sarjeta, inclusive colocação	m	-	-	-	-	-	6.441,00	-	-	-	-	-	-	-	6.441,00
002.06	Reparo de caixa coletora	m	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-	-	-	-	-	1,00
002.07	Plantura de dispositivos de drenagem	m	-	-	-	-	-	-17.162,50	-	-	-	-	-	-	-	-17.162,50
002.09	Roçagem de areas c/ compactação mecânica (compactador manual)	m²	-	-	-	-	-	53,17	-	-	-	-	-	-	-	53,17
002.10	Reconstrução manual de concreto ciclópico no meio-fio	m	-	-	-	-	-	744,00	-	-	-	-	-	-	-	744,00
002.11	Corpo BSTC (grelha) diâmetro 0,40m, CA-2 PB, inclusive escavação e reaterro**	m	-	-	-	-	-	385,00	-	-	-	-	-	-	-	385,00
002.12	Corpo BSTC (grelha) diâmetro 0,60m CA-2 PB inclusive escavação-reaterro	m	-	-	-	-	-	90,00	-	-	-	-	-	-	-	90,00
002.14	Berço de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 0,60m**	m	-	-	-	-	-	385,00	-	-	-	-	-	-	-	385,00
002.15	Berço de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 0,80m	m	-	-	-	-	-	90,00	-	-	-	-	-	-	-	90,00
002.17	Base de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 0,80m	m	-	-	-	-	-	2,00	-	-	-	-	-	-	-	2,00
002.19	Base de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 1,00m	m	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-	-	-	-	-	1,00
002.21	Caixa de passagem para tubos de D=1,00m H= 1,20m**	Un	-	-	-	-	-	7,00	-	-	-	-	-	-	-	7,00
002.22	Caixa de passagem para tubos de D=0,60m H= 1,20m	Un	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-	-	-	-	-	1,00
002.23	Boca de lobo simples**	Un	-	-	-	-	-	5,00	-	-	-	-	-	-	-	5,00
002.26	Meio fio sarjeta de concreto tipo DP-1 (1,00x0,3m) (m) inclusive colação	m	-	-	-	-	-	3.197,25	-	-	-	-	-	-	-	3.197,25
002.27	Meio fio de concreto MFC-05, inclusive colação	m	-	-	-	-	-	702,00	-	-	-	-	-	-	-	702,00
002.28	Sarjeta de concreto DP-1 (0,80 0,30 0,3m) valha triangular, inclusive colação**	m	-	-	-	-	-	8.280,00	-	-	-	-	-	-	-	8.280,00
002.29	Demolição de lajes de concreto simples (valha) c/ colação (EDA-02) manual	m	-	-	-	-	-	144,00	-	-	-	-	-	-	-	144,00
002.34	Demolição de lajes de concreto armado (degraus) c/ colação (EDA-02A) degraus	m	-	-	-	-	-	999,00	-	-	-	-	-	-	-	999,00
002.38	Dobra de lajes de concreto c/ concreto/ colação (EDA-01)	Un	-	-	-	-	-	47,00	-	-	-	-	-	-	-	47,00
002.40	Valeta de proteção de corte, executada em concreto VPC-01**	m	-	-	-	-	-	130,00	-	-	-	-	-	-	-	130,00
002.41	Disjuntor de energia aplicada a caixa de bueiro/detenção d'água de alvenaria (DED-01)	Un	-	-	-	-	-	4,00	-	-	-	-	-	-	-	4,00
002.43	Dip-top c/ segmentos concreto armado 1,0 de bueiro/dissipação e transporte dos materiais**	m³	-	-	-	-	-	144,15	-	-	-	-	-	-	-	144,15
7	Sarjeta de concreto (SCC 30/35) valha triangular, inclusive colação**	m	-	-	-	-	-	-	-	11.535,30	-	-	-	-	-	11.535,30
7	Canaleta de concreto especial, retang. (1,40x0,80m), seções fixa intermediária e inter. regulares**	m	-	-	-	-	-	-	-	503,50	-	-	-	-	-	503,50
8	Restauração de dispositivo danificado com concreto FCK=12mpa**	m²	-	-	-	-	-	-	-	72,38	-	-	-	-	-	72,38
10	Remoção de bueiros existentes**	m	-	-	-	-	-	-	-	30,00	-	-	-	-	-	30,00
11	Transposição de segmentos de sarjeta TSS-06**	m	-	-	-	-	-	-	-	532,20	-	-	-	-	-	532,20
74	Obras de Contenção	SJU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
330	Corpo de BSTC (grelha) D=1,00m envelopado, exclusive escavação e reaterro	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28,50	-	-	-	28,50
331	Corpo de BSTC (grelha) D=0,80m envelopado, exclusive escavação e reaterro	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	58,00	-	-	-	58,00
333	Transporte de pedra g/ atravessadores** 0,2620,33 + 0,3978,93 + 0,4000,65 + 0,4130,50 + 0,0000,00 + 0,0000,00 =	t	1373,40	2249	-	-	-	-	-	449,50	-	-	-	-	-	1.873,90
333	Transporte de pedra g/ atravessadores** 0,3949,63 + 0,3958,93 + 0,4150,00 + 0,4130,50 + 0,0000,00 = 0,3000,00 a 0,0000	t	-	1942,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.942,20
350	Barreira tubular metálica sem interrupção de tráfego BSTM D=1,20m (3,70 mm Espes)**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48,00	-	-	-	48,00
351	Barreira tubular metálica sem interrupção de tráfego BSTM D=2,00m (3,70 mm Espes)**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	116,00	-	-	-	116,00
352	Base de concreto ciclópico para BSTM, diâmetro 1,20m	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,00	-	-	-	3,00
357	Base em concreto estrutural (fck 20MPa) para BSTM, diâmetro 2,00m	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	1,00
358	Base de caixa de dreno profundo BDD-02	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,00	-	-	4,00	13,00
362	Descida d'água de meio em degraus - DSC-01	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,30	-	-	-	5,30
378	Limpeza de valas de drenagens com caminhão, exclusive transporte de material	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.916,70	-	-	-	1.916,70
359	Desvio para OAE - Ponte sobre o Rio Corrente - ESE, 20%	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
364	Alargamento do Rio (Rio Corrente - EST 245)	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
366	Desvio para OAE - Ponte sobre o Córrego Balbino I - Km 420	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
315	sobe-soleiras	S/E	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
300	Corpo BSTC (grelha) d= 0,60m CA-2 PB, incl. escav. e reaterro**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	91,50	-	-	339,00	430,50
301	Corpo BSTC (grelha) d= 0,80m CA-2 PB, incl. escav. e reaterro**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	437,50	-	-	266,00	703,50
302	Caixa de concreto p/ BSTC-0-0,60m h=1,20m**	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,00	-	-	8,00	16,00

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019828

Relação das Obras e Serviços Realizados nos Contratos de construção por contrato

Código	Serviços	Un.	Contratos													
			001/2004	002/2004	003/2004	004/2004	005/2004	006/2004	007/2004	008/2004	009/2004	001/2009	002/2009	003/2009	001/2010	Total
303	Caixa de concreto p/ BSIC.3- 0,80 m h=2,10m**	Ud	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24,00	-	-	3,00	33,00
304	Caixa de concreto p/ BSIC.4- 1,00m h=2,00m**	Ud	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,00	-	-	-	4,00
305	BSIC (pré-moldado) 1,00x1,00m CL 415**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28,00	-	-	-	28,00
306	Corpo de BSCC (pré-moldado) 2,00x2,00x1,00m CL 415**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16,00	-	-	-	16,00
307	Boca de BSCC 2,00x2,00 projeto DNIT	Ud	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00	2,00
308	Meio fio projeto de concreto tipo MF-1 (0,075 m²/m)	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.601,60	8.601,60
309	Meio fio de concreto pré-moldado (12x30x15) cm, incl. colação	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.269,50	2.269,50
310	Sarjeta de concreto SP-1,0,011 m²/m, calha triangular, incl. colação**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	579,60	-	-	5.337,90	5.917,50
311	Sarjeta de concreto (SCA/TS/11), calha triangular, incl. colação	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.139,00	1.139,00
314	Rip rap de arrimo, incl. escavação manual e forrac. de material**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15,18	-	-	60,66	108,18
315	Manipulação de energia após a saída de bocas/dissipadores d'água de concreto (DED-07)*	Ud	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00	-	-	-	2,00
316	Concreto de regularização**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12,54	-	-	-	12,54
317	Concreto ciclópico c/ 70% de conc. de 11Mpa e 30% de pedra de mão**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11,46	-	-	363,54	375,00
318	Remoção manual de concreto armado**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17,14	-	-	68,62	85,76
319	Transposição de segmento de sarjeta - 735.01	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	130,00	130,00
320	Escorramento de pedra arrumada, c/ argam. (com mat. e transp. provenientes de escavação)**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.788,00	-	-	7.549,41	10.337,41
321	Transformação e aplicação de macadame betuminoso**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.501,94	-	-	-	2.501,94
430	Boca de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 1,20m	Ud	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00	-	-	2,00
432	Transposição de segmento de sarjeta - 735.04**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	78,00	-	-	0,00
1000	Drenos em geral de cravação	Ud	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
11415	Corpo BSTC (grota) diâmetro 1,20m CA-2 FB exclusive escavação e reaterro**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	88,00	-	-	88,00
11465	Corpo BSTC (grota) diâmetro 1,20m CA-2 FB exclusive escavação e reaterro	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30,00	-	-	30,00
12518	Boca de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 1,20m**	Ud	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,00	-	-	6,00
12519	Boca de BSCC 1,50x1,50m, projeto DNIT**	Ud	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00	-	-	2,00
12549	Fornecimento e aplicação de manta geotêxtil não tecida com costura de longitudinal e trans (CE 4)/m. (resistência 400 x/m2)	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.461,00	-	-	5.461,00
12565	Corpo de BSTC (grota) diâmetro 1,00m CA-2 FB exclusive escavação e reaterro	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00	-	-	2,00
12555	Boca de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 1,00m	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00	-	-	2,00
12558	Demolição manual de concreto**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	58,41	-	-	58,41
12564	Boca de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 1,20m**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	232,00	-	-	232,00
12567	Corpo BSTC diâmetro 0,40m CA1 FB inclusive escavação e reaterro	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67,00	-	-	67,00
12576	Boca de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 1,20m**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	86,00	-	-	86,00
12581	Boca de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 1,20m**	Ud	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16,00	-	-	16,00
12589	Boca de concreto ciclópico para BTTC diâmetro 1,20m	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	-	-	0,00
12599	Boca de concreto ciclópico para BDTC diâmetro 1,00m	Ud	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	1,00
12900	Corpo de BSCC 1,50 x 1,50m projeto DNIT p/ H<= 2,50m	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15,00	-	-	15,00
12951	Cimentação armado, fundo p/ vedo, lançamento, inclusive fôrma e esc CA-50A, exclusive corte, dobragem e montagem, inclusive forma - Concr. armado, concr. dosado p/ resist. 15 mpa, inclusive lançamento CA-60B, exclusive forma, exclusive corte	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52,44	-	-	52,44
12961	Corpo de BSCC 2,50 x 2,50m projeto DNIT p/ H<= 2,50m	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42,00	-	-	42,00
12964	Corpo de BSCC 2,00x2,00m projeto DNIT p/ H <= 2,00m**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17,00	-	-	17,00
12970	Fôrmas planas de madeira c/ 02 (dois) reaproveitamentos**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	179,20	-	-	179,20
80715	Remanejamento de pedra jogada (exclusive transporte)**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	830,42	-	830,42
05.01.008	Confeccionação de tabuleiro de ponte**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	565,48	-	565,48
05.01.010	Limpeza de sarjeta e meio-fio**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59.000,00	-	60.000,00
05.01.012	Limpeza e desobstrução de valas coletoras	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	-	1,00
05.01.013	Roçagem de meio fio, inclusive coleção**	m	-	-	-	-	-	-	-	151	-	-	-	10,50	-	161,00
06.02.023	Fixação de dispositivos de drenagem	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.881,20	-	24.881,20
10.01.001	LOCAL COM DMT DE 1,1 A 5 KM 0,6090.EP + 0,6870.EX + 1,3440.EP + 0,8000.EX = 0,0000	t	-	-	-	-	-	-	-	-	-	427,07	-	-	15.714,93	16.142,00
10.02.001	TB-102-01 (Escavação) 0,5291.EP + 0,5488.EX.EP + 14,6000 EX = 0,0000	t	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.015,42	193,31	-	237,27	2.345,99
12.06.000	Dreno profundo em valo com tubo de PVC perfurado diam= 0,10 m, envolto por geotextil e areia/brita com brita**	m	-	114,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	114,00
12.01.003	Escavação manual em mat. 1ª cat. H= 0,00 a 1,50m**	m³	-	-	582,97	694,62	365,79	-	-	-	-	-	6.196,04	15,30	-	8.854,72
12.01.004	Escavação manual em mat. 1ª cat. H= 1,50 a 3,00m p/ fiscalização**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	13,00	-	-	-	-	13,00
12.01.005	Escavação manual em mat. 1ª cat. H= 3,00 a 5,00m**	m³	-	-	-	-	-	-	-	259,70	8,30	-	-	-	-	268,00
12.01.027	Escavação mecânica em material de 3ª cat. H= 0,00 a 1,50m**	m³	304,50	1.263,60	-	692,26	215,20	-	-	5.062,40	-	93,24	2.618,80	-	149,69	11.909,09
12.01.028	Escavação mecânica em material de 3ª cat. H=1,50 a 3,00m**	m³	1.170,10	18.693,31	12.148,50	2.788,62	949,29	-	-	5.910,40	3.104,80	4.691,77	15.184,91	-	1.331,69	47.228,20
12.01.029	Escavação mecânica em material de 3ª cat. H= 3,00 a 4,50m**	m³	-	-	128,10	1.388,40	1.979,00	-	-	-	-	2.973,60	-	-	3.699,81	8.168,91
12.01.029	Escavação mecânica em material de 3ª cat. H= 3,00 a 4,50m**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	832,10	832,10
12.01.039	Escavação mecânica em material de 3ª cat. H= 0,00 a 1,50m	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	119,00	-	-	1.445,17	1.824,10

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019829

Relação das Obras e Serviços Realizados nos Contratos de construção por contrato

Código	Serviço	Un.	Contrato													
			001/2009	002/2004	003/2006	004/2006	005/2006	006/2005	007/2005	008/2006	009/2006	001/2009	002/2009	003/2009	003/2010	Total
12.01.040	Escavação mecânica em material de 3ª cat. H= 1,50 a 3,00m	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	163,72	-	-	147,20	310,92
12.01.042	Apiloamento manual	m²	-	-	-	-	-	97,00	-	-	-	-	-	6.576,44	-	6.673,44
12.01.047	Reaterro de cavas c/ compactação manual (apiloamento)	m³	-	-	-	-	-	-	-	2.837,40	998,433	-	3.280,00	-	980,90	8.280,73
12.01.049	Reaterro de cavas c/ compactação mecânica (compactador manual)	m³	186,30	3.841,43	216,00	1.851,67	682,40	-	-	-	-	6.206,31	13.812,00	-	2.085,90	27.904,19
12.01.048	Reaterro de cavas c/ compactação mecânica (compactador manual)	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74,52	-	-	-	74,52
12.01.069	Remoção com carrinho, todo incluído	m³	-	3.841,43	403,20	4.616,00	569,6	97,00	-	283,04	-	-	-	98,00	-	11.005,69
12.01.068	Carga, transporte mecânico em caminhão basculante 6m³ (exc. H=1,50 a 3,00m)**	m³	-	609,84	-	-	-	-	-	-	3.042,000	-	-	-	-	3.751,84
12.02.02	Retirada de dispositivos de drenagem	m	-	-	-	-	-	-	-1.926,20	-	-	-	-	-	-	-1.926,20
12.02.03	Corpo BSTC (parede) diâmetro 0,60m CA-2 MF incluindo escavação e reaterro	m	-	-	-	-	-	-	292,20	-	-	-	-	-	-	292,20
12.02.04	Berço de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 0,60m	m	-	-	-	-	-	-	354,30	-	-	-	-	-	-	354,30
12.02.09A	Formas planas de madeira c/ 02 (dois) reaproveitamentos**	m²	32,32	-	293,60	-	246,20	-	112,2	-	-	364,51	1.225,32	2.906,20	988,32	6.491,09
12.02.05	Base de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 0,40m	m	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-	-	-	-	1,00
12.02.09C	Formas planas de madeira c/ 04 (quatro) reaproveitamentos**	m²	-	-	-	893,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	893,00
12.02.06	Caixa de encontro para BSTC diâmetro 0,60m H=2,00m	Un	-	-	-	-	-	-	16,00	-	-	-	-	-	-	96,00
12.02.03	Corpo BSTC (parede) diâmetro 0,80m CA-2 MF incluindo escavação e reaterro	m	-	-	-	-	-	-	327,70	-	-	-	-	-	-	327,70
12.02.07	Corpo BSTC (parede) diâmetro 0,80m CA-2 MF incluindo escavação e reaterro	m	-	-	-	-	-	-	327,70	-	-	-	-	-	-	327,70
12.02.08	Berço de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 0,80m	m	-	-	-	-	-	-	327,70	-	-	-	-	-	-	327,70
12.02.09	Base de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 0,80m	Un	-	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-	20.664,00	-	-	10.664,00
12.02.10	Caixa de passagem para tubos de D=0,60m; H=1,20m	Un	-	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	0,00
12.02.11	Caixa de passagem para tubos de D=0,80m H=1,20m	Un	-	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	0,00
12.02.12	Demolição manual de concreto simples ou ciclópico	m³	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-	-	-	-	1,00
12.02.14	Meio fio/guia de concreto tipo DF-1 (0,225m²/m) (m) inclusive cotação	m	-	-	-	-	-	-	1.726,30	-	-	-	-	-	-	1.726,30
12.02.15	Sarjeta de concreto DF-3 (0,08 m²/m) calha triangular inclusive cotação	m	-	-	-	-	-	-	4.831,90	-	-	-	-	-	-	4.831,90
12.02.17	Sarjeta de concreto (SCA 70/11) calha triangular inclusive cotação	m	-	-	-	-	-	-	1.301,50	-	-	-	-	-	-	1.301,50
12.02.18	Descida d'água concreto simples (calha) c/ cotação (DSA-01) cad.d	m	-	-	-	-	-	-	22,60	-	-	-	-	-	-	22,60
12.02.19	Descida d'água concreto armado (calha) c/ cotação (DSA-01A) cad	m	-	-	-	-	-	-	4,00	-	-	-	-	-	-	4,00
12.02.22	Descida d'água concreto armado (degraus) c/ cotação (DSA-01A) degraus	m	-	-	-	-	-	-	19,90	-	-	-	-	-	-	19,90
12.02.25	Saída d'água concreto p/ aterro c/ cotação (DSA-02)	Un	-	-	-	-	-	-	8,00	-	-	-	-	-	-	8,00
12.01.027	Transcavação dupla de madeira cep=15cm c/ 1 reaproveitamento**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	369,200	-	-	-	-	369,20
12.02.27	Valeta de proteção de corte revestida em concreto VTC-03	m	-	-	-	-	-	-	379,20	-	-	-	-	-	-	379,20
12.02.28	Escavação mecânica em material de 3ª cat. H= 1,50 a 3,00m	m³	-	-	-	-	-	-	841,35	-	-	-	-	-	-	841,35
12.04.29	Reaterro de cavas c/ compactação manual (apiloamento) (dim. reduz.)	m³	-	-	-	-	-	-	841,35	-	-	-	-	-	-	841,35
12.02.30	Dissipador de energia aplicado a saída de bocas/descida d'água de aterro (DDD-01)	Un	-	-	-	-	277,20	-	3,00	-	-	-	-	-	-	276,22
12.03.036	Tapume de vedação e proteção, executado com chapas de compensado resinado com faixa de sinalização, pintadas, altura=	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	113,60	-	153,80
12.03.001	Alvenaria de pedra de mão argamassada (argamassa cimento-areia 1:4)	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	95,60	-	-	-	163,60
12.03.002	Bloco de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 0,80m**	Un	-	-	-	-	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00
12.03.038	Concreto ciclópico c/ 30% concreto 09,0 MPa e 30% de pedra de mão**	m³	2,10	-	-	-	-	-	-	3,10	5,500	-	-	-	-	11,40
12.03.040	Concreto ciclópico c/ 30% concreto 11,0 MPa e 30% de pedra de mão**	m³	2,00	-	-	-	37,20	-	33,00	-	-	-	-	-	-	93,00
12.03.058	Concreto ciclópico c/ 70% concreto 11 MPa e 30% de pedra de mão**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	177,60	-	-	177,60
12.03.064	Concreto estrutural FCJ(28)=200 kg/cm² (f28=15,8 MPa)	m³	-	-	-	-	-	-	20,20	-	-	-	-	0,20	-	21,47
12.03.065	Concreto estrutural FCJ(28)=225 kg/cm² (f28= MPa)**	m³	16,30	112,48	18,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	305,30
12.03.066	Concreto estrutural FCJ(28)=250 kg/cm² (f28 MPa)**	m³	17,40	-	-	783,79	360,20	-	-	-	30,540	-	-	468,89	11,40	1.412,85
12.03.036	Concreto estrutural fck=15,0 Mpa	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,82	1.910,00	-	-	1.913,82
12.03.040	Concreto estrutural fck=20,0 MPa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	3,000	-	-	-	-	3,000
12.03.020	Concreto estrutural fck= 25,0 MPa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	144,76	-	144,76
12.03.030	Demolição manual alvenaria (pedra ferrada assentada c/ argamassa)**	m³	10,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	204,30	-	215,10
12.03.031	Demolição manual de concreto simples ou ciclópico**	m³	2,40	-	-	-	-	-	-	-	-	693,60	-	705,60	-	801,90
12.03.032	Demolição manual de concreto armado**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	129,60	-	130,80
12.03.033	Demolição mecânica de concreto**	m³	-	-	1.010,80	1.816,00	1.200,90	-	-	-	-	38,64	-	-	98,30	4.260,60
12.03.034	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50**	Kg	622,50	-	1.077,10	-	1.202,80	-	802,90	-	-	98,10	-	0.540,60	-	12.323,90
12.03.049	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas de Aço CA-60**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.264,60	-	4.304,00
12.04.005	Assento corpo padrão (tipo DNIT)*	un	-	-	26,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20,00
12.04.008	Pintura com tinta de concreto	m²	-	-	-	-	-	97,00	-	-	-	-	-	-	-	98,00
12.04.003	Corpo BSTC diâmetro 0,30m CS. MF inclusive escavação e reaterro**	m	-	-	-	123,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	123,00
12.04.005	Corpo BSTC (parede) diâmetro 0,30m CA-1 MF inclusive escavação e reaterro**	m	160,00	23,00	-	-	-	-	-	-	23,000	-	-	-	-	306,00
12.04.006	Berço de concreto ciclópico para BSTC diâmetro 1,50m**	m	-	-	-	6,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,00
12.04.007	Corpo BSTC diâmetro 0,40m CS. FR inclusive escavação e reaterro**	m	-	-	-	737,00	-	316,10	-	-	-	-	-	200,00	78,30	477,00
12.04.009	Corpo BSTC (parede) diâmetro 0,40m CA-1 MF inclusive escavação e reaterro**	m	-	-	-	303,00	-	-	-	43,00	-	-	-	-	-	308,80

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019830

Relação das Obras e Serviços Realizados nos Contratos de construção por contrato

Código	Serviços	Un.	Calendário														
			005/2004	002/2005	003/2006	004/2006	001/2006	006/2006	007/2006	008/2006	009/2006	001/2007	002/2007	003/2007	001/2008	Total
12.06.009	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 0,40m CA-2 MF inclusive escavação e reaterro**	m	-	-	224,00	-	-	-	-	-	336,00	-	-	-	-	796,00
12.06.013	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 0,60m CA-1 PB inclusive escavação e reaterro**	m	-	-	-	418,60	252,90	-	-	-	-	-	-	-	-	671,50
12.06.014	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 0,60m CA-2 MF inclusive escavação e reaterro**	m	-	-	-	-	-	-	-	11,00	220,00	-	-	-	-	240,00
12.06.015	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 0,60m CA-2 PB inclusive escavação e reaterro**	m	330,00	165,00	330,70	-	-	-	-	-	-	-	-	924,40	-	2.280,10
12.07.015	Concreto estrutural fck= 15,0 MPa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41,45	-	-	82,45
12.06.017	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 0,80m CA-1 PB inclusive escavação e reaterro**	m	-	-	-	126,30	268,00	-	-	-	-	-	-	-	-	634,70
12.06.018	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 0,80m CA-2 MF inclusive escavação e reaterro**	m	-	-	-	-	-	-	-	14,00	573,00	-	-	-	-	587,00
12.06.019	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 0,80m CA-2 PB inclusive escavação e reaterro**	m	42,00	14,00	70,00	-	-	-	-	-	-	-	-	631,70	-	867,70
12.06.021	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 1,00 CA-1 PB inclusive escavação e reaterro**	m	-	-	-	296,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	296,10
12.06.022	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 1,00m CA-2 MF inclusive escavação e reaterro**	m	-	-	-	-	-	-	-	15,00	17,00	-	-	-	-	32,00
12.06.023	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 1,00 CA-2 PB inclusive escavação e reaterro**	m	-	33,00	33,00	-	-	-	-	-	-	-	-	632,40	-	1.017,20
12.06.024	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 0,60m CA-2 PB exclusive escavação e reaterro**	m	-	-	-	-	-	-	-	44,00	88,00	-	220,00	-	-	352,00
12.06.033	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 0,80m CA-1 PB exclusive escavação e reaterro**	m	-	-	-	126,90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	126,90
12.06.035	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 1,00m CA-2 PB exclusive escavação e reaterro**	m	-	33,00	42,30	-	-	-	-	308,00	33,00	330,00	961,00	-	-	1.713,30
12.06.037	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 0,80m CA-1 PB exclusive escavação e reaterro**	m	-	-	-	18,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18,00
12.06.039	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 1,00m CA-2 PB exclusive escavação e reaterro**	m	26,00	99,00	36,00	-	-	-	-	45,00	-	47,50	61,00	-	29,70	320,20
12.06.042	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 1,20m CA-1 PB exclusive escavação e reaterro**	m	-	-	-	224,60	19,00	-	-	-	-	-	-	-	-	243,30
12.06.044	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 1,20m CA-2 PB exclusive escavação e reaterro**	m	-	110,00	-	-	-	-	-	-	-	317,00	-	94,00	34,00	455,00
12.06.047	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 1,50m CA-1 PB exclusive escavação e reaterro**	m	-	-	-	6,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,00
12.06.048	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 1,50m CA-2 MF exclusive escavação e reaterro	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45,00	-	-	-	45,00
12.07.004	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 0,40m CA-2 PB exclusive escavação e reaterro**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,00	-	-	-	6,00
12.07.008	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 0,60m CA-2 PB exclusive escavação e reaterro**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	4,000	14,00	-	-	-	18,00
12.07.011	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 1,00m CA-2 MF exclusive escavação e reaterro**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	10,000	-	-	-	-	20,00
12.07.012	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 1,00m CA-2 PB exclusive escavação e reaterro**	m	-	42,00	-	-	-	-	-	-	-	45,70	-	-	-	87,70
12.07.015	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 1,20m CA-1 PB exclusive escavação e reaterro**	m	-	-	-	37,00	40,50	-	-	-	-	-	-	-	-	77,20
12.07.017	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 1,20m CA-2 PB exclusive escavação e reaterro**	m	-	220,00	-	-	-	-	-	-	-	26,00	230,00	-	48,90	482,90
12.07.020	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 1,50m CA-1 PB exclusive escavação e reaterro**	m	-	-	-	6,30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,30
12.08.005	Corpo RSTC (grelha) diâmetro 1,50m CA-1 PB exclusive escavação e reaterro**	m	-	-	-	6,00	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	7,00
12.09.001	Berço de concreto ciclópico para RSTC diâmetro 0,40m**	m	-	-	165,00	300,00	-	12,00	-	-	-	-	-	280,00	26,90	783,90
12.09.002	Berço de concreto ciclópico para RSTC diâmetro 0,60m**	m	220,00	99,00	480,00	418,60	252,90	-	-	56,00	90,00	88,00	220,00	939,00	106,10	3.081,70
12.09.003	Berço de concreto ciclópico para RSTC diâmetro 0,80m**	m	42,00	16,00	91,00	330,30	242,40	-	-	352,00	528,00	844,00	968,00	631,00	266,00	4.612,70
12.09.004	Berço de concreto ciclópico para RSTC diâmetro 1,00m**	m	36,00	132,00	240,00	314,10	-	-	-	66,00	12,00	42,00	42,00	632,00	28,10	1.790,90
12.09.005	Berço de concreto ciclópico para RSTC diâmetro 1,20m**	m	-	330,00	-	339,00	39,00	-	-	-	-	217,00	-	94,00	24,05	715,15
12.10.001	Berço de concreto ciclópico para RPTC diâmetro 0,60m**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,00	-	-	-	6,00
12.10.002	Berço de concreto ciclópico para RPTC diâmetro 0,80m**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	6,000	14,00	-	-	-	20,00
12.10.003	Berço de concreto ciclópico para RPTC diâmetro 1,00m**	m	-	42,00	-	-	-	-	-	-	28,000	77,00	-	-	-	135,00
12.10.004	Berço de concreto ciclópico para RPTC diâmetro 1,20m**	m	-	231,00	-	30,00	49,20	-	-	-	-	18,00	-	-	99,90	328,10
12.10.005	Berço de concreto ciclópico para RSTC diâmetro 2,50m**	m				6,30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,30
12.11.002	Berço de concreto ciclópico para RSTC diâmetro 1,20m**	m		-	-	6,00	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	7,00
12.11.004	Berço de concreto ciclópico para RSTC diâmetro 0,40m	m		-	-	-	-	-	-	-	-	-	42,00	-	-	42,00
12.11.005	Berço de concreto ciclópico para RSTC diâmetro 0,40m**	m		-	-	3,00	-	-	-	2,00	10,00	-	6,00	-	-	18,00
12.12.000	Berço de concreto ciclópico para RSTC diâmetro 0,60m**	m	07	20,00	33,00	9,00	5,00	-	-	16,00	12,00	12,00	17,00	7,00	4,00	145,00
12.12.001	Berço de concreto ciclópico para RSTC diâmetro 0,80m**	m	00	5,00	9,00	20,00	15,00	-	-	24,00	12,000	21,00	16,00	4,00	5,00	230,00
12.12.004	Berço de concreto ciclópico para RSTC diâmetro 1,00m**	m	00	12,00	6,00	6,00	-	-	-	18,00	3,000	3,00	6,00	3,00	3,00	53,00
12.12.005	Berço de concreto ciclópico para RSTC diâmetro 1,20m**	m		6,00	-	3,00	-	-	-	-	-	30,00	-	-	3,00	24,00
12.12.006	Berço de concreto ciclópico para RSTC diâmetro 1,50m**	m		-	-	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00
12.13.001	Berço de concreto ciclópico para RPTC diâmetro 0,60m**	m		-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-	1,00
12.13.002	Berço de concreto ciclópico para RPTC diâmetro 0,80m**	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	2,000	3,00	-	-	-	6,00
12.13.003	Berço de concreto ciclópico para RPTC diâmetro 1,00m**	UN	-	1,00	-	-	-	-	-	-	2,000	8,00	-	-	-	12,00
12.13.004	Berço de concreto ciclópico para RPTC diâmetro 1,20m**	UN	-	33,00	-	2,00	3,00	-	-	-	-	9,00	-	-	4,00	27,00
12.13.005	Berço de concreto ciclópico para RPTC diâmetro 1,50m**	UN	-	-	-	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00
12.14.002	Berço de concreto ciclópico para RPTC diâmetro 1,00m**	UN	-	-	-	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00
12.14.004	Berço de concreto ciclópico para RPTC diâmetro 1,20m**	UN	-	-	-	-	3,00	-	-	-	-	-	-	-	-	3,00
12.15.002	Caixa de concreto para RSTC diâmetro 0,60m H=2,00m**	UN	33,00	33,00	48,00	33,00	-	-	-	20,00	32,000	-	-	21,00	-	180,00
12.15.003	Caixa de concreto para RSTC diâmetro 0,80m H=2,00m	UN	3,00	9,00	6,00	17,00	-	-	-	12,00	25,000	-	-	0,00	-	38,00
12.15.004	Caixa de concreto para RSTC diâmetro 1,00m H=3,00m**	UN	-	4,00	12,00	6,00	-	-	-	1,00	-	-	-	2,00	-	23,00
12.15.005	Caixa de passagem para tubos de D=0,40m H=1,00m	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00	2,00
12.15.006	Caixa de passagem para tubos de D=0,60m H=1,00m**	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	25,000	-	-	29,00	4,00	54,00

Atestado registrado mediante vinculação a respectiva CAT
CREA-ES
A 0019831

Relação das Obras e Serviços Realizados nos Contratos de construção por contrato

Código	Serviços	Un	Contratos													
			001/2004	002/2004	003/2004	004/2004	005/2004	006/2004	007/2004	008/2004	009/2004	001/2009	002/2009	003/2009	003/2010	Total
12.15.007	Caixa de passagem para tubos de D=0,80m H= 1,00m**	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00		-	17,00	3,00	20,00
12.15.008	Caixa de passagem para tubos de D=1,20m H=1,80m**	Un	-	-	-	-	-						-	1,00	-	1,00
12.15.010	Poço de visita [tubo DN=0,40M] H= 1,70 c/ Tampão F.F.A.F**	Un	-	-	-	3,00							-	-	-	5,00
12.15.011	Poço de visita [tubo DN= 0,80M] H= 1,90 c/ Tampão F.F.A.F**	Un	-	-	-	4,00	-						-	11,00	-	17,00
12.15.012	Poço de visita [tubo DN= 1,00M] H= 2,10 c/ Tampão F.F.A.F**	Un	-	-	-	1,00	-						-	16,00	-	21,00
12.15.013	Trecho de poço de visita D= 0,25m**	Un	-	-	10,00	-	-						-	-	-	10,00
12.15.016	Tampa de concreto em grelha (fornecimento e assentamento)	Un	-	-	-	-	-						4,00	-	-	4,00
12.15.017	Caixa ralo de desenho pré moldados em concreto (tudo incluído)**	Un	-	-	10,00	-	-						-	-	-	10,00
12.15.020	Caixa coletora Concreto armado H=2,50m**	Un	-	-	-	1,00	34,00						-	-	-	39,00
12.15.021	Boca de lobo simples	Un	-	-	-	-	-						-	53,00	-	53,00
12.15.023	Remanejamento de ligação e religação de redes de esgoto	m	-	-	500,00	-	-						-	-	-	500,00
12.15.027	Caixa coletora Concreto Armado especial para trecho duplo - CC- BOCC de 800 600m com DN 0,80m**	Un	-	-	-	-	3,00	-	-	-	-	-	-	-	-	3,00
12.15.042	Caixa de passagem em bloco pré-moldado para d=1,20m [1,10x1,10m] TRANSCOL**	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00	-	2,00
12.16.004	Corpo de BSCC 2,50x 2,50m projeto BSCT p/ 0 <=2,50m**	m	-	-	-	-	91,50	-	-	-	-	-	-	-	-	91,50
12.16.007	Corpo de BSCC 1,50 x 1,0 0m projeto BSCT p/ 2,50 < 0 < 5,00m**	m	-	-	33,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33,00
12.16.008	Corpo de BSCC 3,00x2,00m projeto DSCT p/ 2,50 < 0 <5,00m**	m	10,00	177,00	15,00	-	-	-	-	-	8,00	-	-	-	-	217,00
12.16.016	BSCC [pré-moldado] 2,00 x 2,00 (1.45t	m	-	-	-	-	-	12,00	-	-	-	-	-	-	-	12,00
12.19.001	Boca de BSCC 1,00 x 1,00m projeto BSBT**	Un	-	-	2,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00
12.19.002	Boca de BSCC 2,00 x 2,00m projeto BSBT**	Un	2,00	10,00	-	-	-	2,00	-	-	1,00	-	-	-	2,00	17,00
12.19.004	Boca de BSCC 2,50 x 2,50m projeto BSBT**	Un	-	-	-	-	2,00	-	-	-	-	-	3,00	-	-	7,00
12.19.004	Boca de BSCC 2,50x2,50m projeto BSBT**	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00	-	-	2,00
12.22.002	Poste simples tubular metálico, H11M (anel livre - remanejamento apos) = - 0,8 1,45 m - c = 3,45 cm*	m	-	-	-	-	48,00	-	-	-	-	-	-	-	-	48,00
12.22.004	Caixa de BSTM DN 1,60m**	Un	-	-	-	-	2,00	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00
12.22.006	Poste simples tubular metálico, H11M (anel livre - remanejamento apos) = - 0,8 1,45 m - c = 3,45 cm*	m	-	-	-	-	42,24	-	-	-	-	-	-	-	-	42,24
12.23.002	Boca de BSTM DN 1,40m**	Un	-	-	-	-	2,00	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00
12.23.008	Drenos em manta sem tubo de PVC, poder ser dren = 0,10 m, envolto por geotextil e preenchido com brita**	m	274,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	274,00
12.23.011	Drenos de PVC D= 50mm	m	-	-	-	-	-	1.200,00	-	-	-	-	-	-	-	1.200,00
12.23.015	Drenos profundo D= 0,15m c/ enchimento de brita e areia, escavação em material 1ª categoria*	m	-	-	-	1.211,30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.211,30
12.23.016	Drenos profundo D= 0,15m c/ enchimento de brita e areia, escavação em material 2ª categoria*	m	-	-	-	146,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	146,00
12.23.013	Drenos profundo D= 0,20m c/ enchimento de brita e areia, escavação em material 1ª categoria**	m	-	-	3.065,70	-	-	-	-	2.766,40	4.203,00	-	-	1.339,00	-	13.344,09
12.23.014	Drenos profundo D= 0,20m c/ enchimento de brita, escavação em material 3ª categoria (DES-01)	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	280,00	1.264,00	412,00	-	2.031,50
12.23.018	Poço de inspeção em concreto p/ caixa de dissipação em aste**	Un	20,00	2,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22,00
12.23.021	Boca de caixa de drenos profundo PED-01	Un	-	-	14,00	-	-	-	-	10,00	10,00	-	-	-	-	34,00
12.23.023	Cotação de meio fios, sarjetas, etc**	m²	-	-	-	1.770,20	116.086,40	-	-	-	-	-	-	-	-	118.872,60
12.23.024	Meio fio e grelha de concreto tipo DP1 (0,811m² / m) inclusive cotação**	m	-	-	-	12.150,00	-	-	-	3.438,40	11.263,00	-	-	16.581,65	-	43.433,45
12.23.025	Meio fio de concreto MF-1, inclusive cotação**	m	-	-	-	-	7.600,00	-	-	-	-	-	-	-	-	7.600,00
12.23.027	Meio fio de concreto MFC 02, inclusive cotação**	m	-	-	23.870,25	-	-	-	-	7.275,00	1.017,200	-	280,00	7.044,00	-	31.231,25
12.23.029	Meio fio de concreto pré-moldado (10x15x35) cm, inclusive cotação**	m	3.542,00	196,20	6.735,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.477,20
12.23.031	Sarjeta de concreto DP-1 (0,811m3/m) calha triangular, inclusive cotação	m	12.833,10	7.008,00	11.006,60	-	-	-	-	2.138,50	-	-	-	6.423,40	-	40.449,60
12.23.033	Sarjeta de concreto (SCA TO/15) calha triangular, inclusive cotação	m	18.710,00	2.834,00	5.577,60	4.814,70	126,00	-	-	-	-	-	-	1.521,00	-	30.021,10
12.23.034	Sarjeta de concreto (STC-02) calha triangular, em corte à meio inclusive cotação**	m	-	-	-	11.231,00	(3.858,40)	-	-	-	-	-	-	-	-	27.183,14
12.23.036	Cavaleiro de concreto triangular (0,10m²/m) inclusive cotação**	m	31,00	-	-	855,00	974,00	-	39,00	-	-	-	-	100,00	-	2.009,00
12.23.037	Canaleta com grelha DP-1**	m	-	-	42,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42,20
12.23.038	Descida para dissipão d'água DDA-01**	Un	-	-	-	-	-	-	-	61,00	88,00	-	-	-	-	153,00
12.23.039	Descida para dissipão d'água DDA-02**	Un	-	-	-	-	-	-	-	31,00	116,00	-	-	-	-	167,00
12.23.041	Descida d'água concreto simples (calha) c/ solução [DAS-01] canal*	m	-	-	415,00	-	-	-	-	734,00	328,00	20,00	208,00	239	51,00	1.732,00
12.23.042	Descida d'água concreto simples (calha) c/ solução [DSA-01] dispersor	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	-	0,00
12.23.043	Descida d'água concreto simples (calha) c/ solução [DAS-01A] canal**	m	-	-	230,00	909,71	598,30	-	-	-	-	66,10	-	10,00	-	2.231,09
12.23.044	Descida d'água concreto armado (calha) c/ solução [DSA-01A] dispersor**	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,00	-	4,00
12.23.045	Descida d'água concreto simples (degrau) c/ solução [DSA-01] degrau	m	96,00	350,00	-	-	-	-	-	33,00	617,00	-	-	-	-	1.156,00
12.23.047	Descida d'água concreto armado (degrau) c/ solução [DSA-01] dispersor**	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-	1,00
12.23.048	Descida d'água concreto armado (degrau) c/ solução [DSA-01A]**	m	280,00	651,00	462,00	608,00	579,00	-	-	-	-	454,00	16,00	742,00	52,00	3.772,77
12.23.049	Descida d'água concreto armado (degrau) c/ solução [DSA-01A] apoio**	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21,00	13,00	177,00	-	215,00
12.23.050	Descida d'água concreto armado (degrau) c/ solução [DSA-01A] dispersor	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20,00	-	20,00

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019832

Relação das Obras e Serviços Realizados nos Contratos de construção por contrato

Código	Serviço	Un.	Contratos													
			001/2006	002/2006	003/2006	004/2006	005/2006	006/2006	007/2006	008/2006	009/2006	001/2009	002/2009	003/2009	001/2010	Total
12.23.054	Meio-fio/guia concreto p/ corte c/ calação (TIPO II)**	M	54,00	9,00	-	90	3,00	-	-	-	-	-	13,00	-	5,00	180,00
12.23.055	Meio-fio/guia concreto p/ obras c/ calação (SIA-01)**	M	0,00	0,00	68,00	96	0,00	-	-	-	-	1,00	9,00	60,00	3,00	504,00
12.23.056	Meio-fio/guia concreto p/ obras c/ calação (SIA-02)**	M	26,00	4,00	28,00	3,00	-	-	-	-	-	2,00	-	16,00	3,00	80,00
12.23.057	Valeta de proteção de corte-drenante não revestida	m	-	-	-	-	-	-	-	-	625,00	-	-	-	-	625,00
12.23.058	Valeta de proteção de corte VFC-01 (escavação)**	m	3.907,50	2.441,17	-	2.117,00	103,00	-	-	6.121,50	9.861,00	-	-	-	-	25.012,50
12.23.059	Valeta de proteção de corte VFC-02 (revestimento grama)	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	600,00	2.291,00	1.598,00	-	4.589,00
12.23.060	Valeta de proteção de corte revestida em concreto VFC-03**	m	-	-	-	6.760,25	2.336,00	-	-	33,00	-	240,00	447,00	574,00	-	9.390,25
12.23.076	Dreno profundo em saia com tubo de PVC perfurado diam=0,10 m, envolto por geotextil e preenchimento com brita**	m	7.446,30	5.640,00	-	-	2.145,30	-	-	-	-	12.690,30	20.629,00	-	5.304,00	53.855,90
12.23.077	Transposição de segmento de meio-fio - TIPO II**	m	-	-	483,50	-	-	68,00	-	-	-	-	-	237,00	-	788,50
12.24.002	Colchão drenante de areia p/ fundação de aterro**	m²	-	-	-	-	54,00	-	-	-	-	-	-	810,00	-	864,00
12.24.004	Colchão drenante de brita I inclusive fornecimento, espalhamento e compactação**	m²	360,00	810,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.062,00
12.24.005	Colchão drenante de brita 3 inclusive fornecimento, espalhamento e compactação**	m²	-	-	483,33	-	-	-	-	-	-	-	-	2.808,24	5.430,90	8.042,57
12.24.008	Lastro de brita**	m³	36,12	-	-	-	30,00	-	61,00	-	-	72,00	-	-	111,00	285,00
12.24.009	Revestimento de pedra jogada inclusive transporte(utilização de material existente em medição)**	m³	-	600,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	600,00
12.24.010	Revestimento de pedra jogada inclusive transporte**	m²	540,00	2.917,33	-	396,00	40,00	-	-	360,00	156,000	-	-	-	-	4.318,84
12.24.011	Revestimento de pedra de mão argamassada inclusive transporte	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	840,00	1.460,00	-	90,00	2.410,00
12.24.012	Execução de gabião c/ caixas galvanizadas, c/ manta**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	251,000	-	-	-	-	251,00
12.24.014	Rip-rap c/ argamassa (lançado acima cota 1,0, inclusive aquisição e transporte dos materiais**	m³	68,60	-	101,50	-	-	-	61,00	-	-	-	-	140,10	-	428,20
12.24.016	Dissipador de energia aplicado a saída de sarjeta/valeta (DES-01)	Ud	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	1,00
12.24.018	Dissipador de energia aplicado a saída de sarjeta/valeta (DES-02)**	Ud	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,00	-	10,00
12.24.019	Dissipador de energia aplicado a saída de bueiro/descida d'água de aterro (DAB-01)	Ud	-	-	-	-	9,00	-	-	39,00	5,000	-	-	7,00	-	60,00
12.24.020	Dissipador de energia aplicado a saída de bueiro/descida d'água de aterro (DAB-02)	Ud	36,00	8,00	-	-	6,00	-	-	-	-	4,00	-	-	-	60,00
12.24.021	Dissipador de energia aplicado a saída de bueiro/descida d'água de aterro (DAB-03)	Ud	-	-	-	-	9,00	-	-	-	-	26,00	2,00	7,00	4,00	48,00
12.24.022	Dissipador de energia aplicado a saída de bueiro/descida d'água de aterro (DAB-05)	Ud	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-	1,00
12.24.058	Limpeza e desobstrução de BSTC e BSCC**	m	261,64	-	1.113,00	-	14,00	-	-	1.334,01	2.340,000	33,00	-	33,00	27,50	5.150,64
12.24.059	Limpeza e desobstrução de BSTC e BSCC**	m	84,00	-	24,00	-	-	-	-	33,00	108,000	-	-	-	-	240,00
12.24.024	Remoção de bueiros existentes	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	240,00	195,00	-	72,00	507,00
12.24.108	Transposição de tubos	m	676,20	-	-	-	163,20	-	-	-	-	-	-	-	-	1.229,45
12.24.109	Forma/escora e aplicação de manta geotêxtil	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.400,00	-	2.991,00
12.24.052	Remoção de meio-fio**	m	-	-	-	-	-	-	-	3.000,00	-	6.337,70	49.700,00	-	22.453,00	81.085,00
12.25.003	Remoção de gabiões c/ caixas galvanizadas, c/ manta	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	990,00	-	990,00
TS-201.01	Transporte de pedra p/ enrocamento** 0,405X30 + 0,423X38 EP = 26,710X36 = 0,000	t	-	-	-	-	64,00	-	-	-	-	-	-	-	-	64,00
2000 - OBRAS COMPLEMENTARES																
3	Preparo de sub e bicheiramento/aterro**	m²	-	-	-	38067,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38.067,00
3	Regularização de área e preparo para plantio**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	40.888,76	-	-	-	-	40.888,76
1	Regularização da área e preparo para plantio**	m²	-	-	-	-	-	-	-	132.418,50	-	-	-	-	-	132.418,50
11	Guarda-corpo tipo GS1 (DNIT) metálico ou local	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	126,70	-	126,70
12	Tacheia de segurança duplo (DNER-PRO-136/99)	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	252,50	-	252,50
804.01	Serviços Diversos	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
19.07	Injeção de calda de cimento para abastecimento de água**	SC	-	-	-	492,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	492,00
40	Hidrodreno	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
154	Demolição de cerca de madeira com 4 fios**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.121,50	-	-	18.121,50
109	Indenização de rede de água com Ø 0,15mm, inclusive transferência dos ramais.	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36,00	-	-	36,00
108	Indenização de rede de esgoto com Ø# 1,00mm, inclusive transferência de ramais**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72,00	-	-	72,00
05.01.005	Reparo de cerca**	m	-	-	-	-	-	-	-	5.895,30	9.599,034	-	-	-	-	14.494,03
05.01.009	Desobstrução manual de valetas**	m	-	-	-	-	2.735,00	-	-	-	-	-	-	-	-	2.735,00
05.01.012	Limpeza e desobstrução de caixa coletora**	Ud	-	-	-	-	9,00	-	-	-	-	-	-	-	-	9,00
05.01.015	Reparo de meio-fio, inclusive colação**	m	-	-	-	-	748,70	-	-	-	-	-	-	-	-	748,70
05.01.016	Reparo de sarjeta, inclusive colação**	m	-	-	-	-	712,90	-	-	-	-	-	-	-	-	712,90
05.01.017	Reparo de caixa coletora**	Ud	-	-	-	-	5,00	-	-	-	-	-	-	-	-	5,00
05.01.045	Remendo c/ massa asfáltica quente (tapa-buraco)**	m²	-	-	-	-	21058,84	-	-	-	-	-	-	-	-	21.058,84
05.02.004	Escavação manual de valas em material de 1ª categoria, em locais com pouca ou nenhuma interferência, profundidade até 1,30 m**	m³	-	-	-	219,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	219,00
05.02.01	Reaterro manual de valas com material de 1ª categoria**	m³	-	-	-	-	-	500,00	-	-	-	-	-	-	-	500,00
05.02.02	Reaterro manual de valas com material de 2ª categoria**	m³	-	-	-	-	-	-	2.367,50	-	-	-	-	-	-	2.367,50
05.02.03	Calçada de concreto**	m²	-	-	-	-	-	1.211,71	-	-	-	-	-	-	-	1.211,71
12.02.016	Formas planas de madeira nova e reaproveitada c/ 2 reaproveitamentos, e=2,5cm**	m²	-	-	-	399,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	399,00
12.02.018	Andaime de madeira para altura até 7m, com pontaletamento espaçados de no máximo**	m²	-	-	-	1.056,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.056,00



Relação das Obras e Serviços Realizados nos Contratos de construção por contrato

Código	Serviços	Un.	Contratos														
			001/2004	002/2004	003/2004	004/2004	005/2004	006/2004	007/2004	008/2004	009/2004	001/2009	002/2009	003/2009	004/2009	Total
12.01.027	Plantio em covas para mudas de pinhão do 1º ao milho. 1º a 12º	m²	-	-	-	560,70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	560,70
12.01.001	Abertura de poços de solo segmentado (segmentos circulares 1x1)	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34,44	-	-	34,44
12.01.002	Abertura de faixas (20x1,0x1,0)m segmentos 10cm	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	69,00	-	-	69,00
12.01.007	Concreto de regularização	m³	-	-	-	10,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,50
12.02.009	Concreto estrutural FCK(28)=20 kg/cm² (20=20,0 Mpa)**	m³	-	-	-	66,75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	66,75
12.02.008	Execução manual de escavação (pós furada manualmente) c/ argamassa	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7,22	7,22
12.03.014	Fornecimento, dobragem e colocação aço fornecer, de aço CA-50**	Kg	-	-	-	7.844,35	-	-	-	-	-	-	2.021,60	-	-	10.901,95
12.04.021	Tubo de polietileno de alta DENSIDADE ondulado, diâmetro de 32mm**	m	-	-	-	870,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	870,50
12.23.003	Drenagem horizontal (3"x18mm em PVC	m	-	-	-	104,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	104,20
12.24.061	Cerca de tela galvanizada do (12 malha 2"x2)	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33,00	-	-	66,00
12.25.004	Pavimentação de taludes com revestimento de concreto dosado**	m²	-	-	-	112,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	112,00
12.25.006	Assentador para drenos de aço Zaval 10/TS, diâmetro de 32mm**	UN	-	-	-	52,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52,00
12.25.009	Perfuração manual inclinada, em solo, com cerca de 90dia, diâmetro 75mm	m	-	-	-	710,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	710,50
14.01.001	Cerca de arame farpado 4 fios c/ mourões cada 2,0m, estendores de madeira cada 20,0m	m	-	-	1.102,10	-	-	330,10	200,00	17.590,50	7.134,100	-	-	194,00	-	32.603,40
14.01.003	Cerca de arame farpado 4 fios c/ mourões cada 2,0m, estendores de madeira cada 2,0m**	m	-	-	-	4.421,30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.421,30
14.01.004	Deslocamento de cerca de madeira c/ 4 fios de arame**	m	-	-	4.016,00	334,00	98,00	-	-	2.095,00	12.374,100	1.007,00	51,00	1.371,00	1.610,00	27.406,00
14.01.005	Cerca de arame farpado 4 fios c/ postes cada 2,5 m, estruturas de concreto cada 25,0 m**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.491,00	18.100,10	-	-	19.591,10
14.01.009	Passagem de gado (porta)	UN	-	-	2,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00
14.01.011	Porteira**	UN	-	-	3,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,00
14.01.012	Abrigo tipo PMA	UN	30,00	-	30,00	10,00	42,00	-	-	2.100	12.000	-	-	-	-	134,00
14.01.013	Calçada de concreto**	m²	1.370,50	-	8.413,50	2.050,00	2.870,00	-		-	-	0,25	-	-	2.466,40	16.382,15
14.01.016	Demolição de alvenaria de tijolos, com reaproveitamento	m³	-	-	-	-	270,00	-	-	-	-	-	-	-	-	270,00
14.01.017	Calçada de concreto fck=12,5MPa	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	98.370,27	-	98.370,27
14.01.018	Demolição de cerca de madeira com 4 fios	m	-	-	-	-	-	330,00	-	-	-	1.657,00	-	607,00	1.226,00	3.820,10
14.01.021	Abrigo de Óculos Urbano - Padrão estudado - 2.450,0 m²*	Pç	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,00	-	9,00
14.01.024	Abrigo de Óculos - Bolsista Rural - 3.00m x 6,00 m**	UN	24,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24,00	6,00	54,00
14.02.004	Revestimento vegetal de taludes grama em leiva (sob custo)**	m²	-	1.219,50	39.899,27	-	-	-	-	-	24.661,000	-	-	-	-	100.861,70
14.02.005	Revestimento vegetal por hidrossemeadura**	m²	116.154,40	44.683,20	58.899,25	-	-	-	-	132.819,50	6.813,770	-	-	-	-	408.771,42
14.02.006	Arborização	UN	-	-	3.833,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.565,00
14.03.007	Defensa metálica (1 defensa)	m	-	-	-	-	-	-	-	1.020,00	942,000	-	-	3.592,00	-	5.554,40
0000 - PROTEÇÃO AMBIENTAL																
05.00.001	Revestimento vegetal com grama em placas**	m²	-	-	-	-	-	-	-	1.518,20	-	-	-	-	-	1.518,20
05.01.004	Revestimento vegetal de taludes grama em placas (sob custo)**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.714,60	-	14.714,60
05.01.006	Revestimento vegetal de taludes com Manta vegetal (300g/m²)**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.331,67	-	7.331,67
05.01.007	Revestimento vegetal por hidrossemeadura	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.189,00	270.419,83	29.330,25	4.606,30	323.550,85
05.01.008	Revestimento vegetal por hidrossemeadura	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.200,00	-	-	-	1.200,00
05.01.001	Execução de Sifagem com reservatório dim. 0,70m x altura 1,40m. 1 reposicionamento**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	362,00	-	362,00
11.01.038	Acerto e regularização de terreno, manualmente	m²	-	-	-	-	32.558,50	-	-	-	-	-	-	-	-	32.558,50
12.24.014	Rip-rap c/ argamassa rejunte areia 1:4, inclusive escavação e transporte dos materiais**	m³	-	-	-	-	-	-	-	180,20	-	-	-	-	-	180,20
14.02.007	Revestimento vegetal de taludes grama em mudas sob leiva**	m²	-	-	-	-	-	-	-	42.450,00	23.647,210	-	-	-	-	36.780,10
14.02.005	Revestimento vegetal por hidrossemeadura	m²	-	-	36.871,30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36.871,30
14.02.006	Arborização	UN	-	-	417,00	-	-	-	-	-	2.270,000	-	-	-	-	2.727,00
14.02.200	Preparo do solo e hidrossemeadura	m²	-	-	-	-	133.954,50	-	-	-	-	-	-	-	-	133.954,50
99999	Fibrosmanta projetada com cobertura de 100% na aplicação**	m²	-	-	-	-	23.098,80	-	-	-	-	-	-	-	-	23.098,80
0	Regularização de leira e preparo para plantio	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	31.647,310	-	-	-	-	31.647,31
1	Acerto e regularização do terreno	UN	-	-	-	-	-	-	-	44.571,30	-	-	-	-	-	44.571,30
11	Hidrossemeio**	m²	-	-	-	112.118,77	-	-	-	-	-	-	-	-	-	112.118,77
2.1	Preparo do solo e hidrossemeadura**	m²	-	-	-	51.606,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.606,80
2	Fibrosmanta projetada com cobertura de 100% na aplicação**	m²	-	-	-	60.501,90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60.501,90
22	VALORES DE CORTE E ATERRO	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
66	PROTEÇÃO DE CORPO D'AGUA	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
64	Barreira de sifagem com reaproveitamento 2 vezes	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	362,00	-	-	362,00
67	COMUNICAÇÃO SOCIAL	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
68	Placa de comunicação ambiental para acesso	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	1,00
168	VALORES DE CORTE E ATERRO	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
111	Revestimento vegetal de taludes com biomanta vegetal (300g/m²)	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.606,00	6.606,00
116	RECUPERAÇÃO DE JAZIDA DE SOLO	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
216	Bacia 1320+0 à 1329+0 - Lado Esquerdo	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00



Relação das Obras e Serviços Realizados nos Contratos de construção por contrato

Código	Serviço	Un.	Contratos													
			001/2004	002/2004	003/2004	004/2004	001/2005	006/2006	007/2006	008/2006	009/2006	002/2007	002/2009	001/2009	003/2008	Total
209	PROTEÇÃO DE DEFESA (MÃO)	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
210	Barreira de alagem com responsabilidade 2 vezes	m	1.770,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1.770,00	-	-	3.540,00	5.205,00
212	COMUNICAÇÃO SOCIAL	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
214	Reunião de comunicação social inclusive mobilização comunitária	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00	-	-	-	2,00
0002 - DEMOLIÇÃO																
20	Semi pórtico metálico,	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14,00	-	14,00
15	Sinalização Provisória	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
18	Construção e colocação de barreira de segurança Tipo 2 (NBR)	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,00	-	-	-	8,00
19	Construção e colocação de barreira de segurança Tipo 3 (NBR)	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,00	-	-	-	8,00
21	Fornecimento e colocação de cone de sinalização	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,00	-	-	-	10,00
12	Sinalização Provisória	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
16	Construção e colocação de barreira de segurança Tipo 2 (NBR)	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14,00	-	-	14,00
26	Construção e colocação de barreira de segurança Tipo 3 (NBR)**	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26,00	-	-	26,00
28	Transporte e colocação de cone de sinalização**	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	602,00	-	-	602,00
05.01.010	Retirada de placas de sinalização	m²	-	-	32,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32,00
14.01.004	Sinalização horizontal THD=100 vida útil 1 ano; cor=3,0 kg/m² material termoplástico)**	m²	-	-	2.502,00	8.833,00	10.016,74	-	-	12.204,30	11.111,20	-	-	12.997,72	-	57.801,24
14.01.007	Defensa metálica (1 Onda)	m	-	-	3.398,00	1.212,00	744,00	-	-	-	-	-	-	-	-	5.354,00
14.01.009	Sinalização horizontal	m²	-	-	307,01	-	-	-	-	-	72,00	-	-	-	-	379,01
14.01.010	Fornecimento e aplicação de tacha refletiva monodirecional**	Un	-	-	-	960,00	480,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1.440,00
14.01.011	Fornecimento e aplicação de tacha refletiva monodirecional**	Un	-	-	-	348,00	1.230,00	-	-	-	-	-	-	990,00	-	1.578,00
14.01.012	Fornecimento e aplicação de tacha refletiva bidirecional**	Un	-	-	6.897,00	4.218,00	5.334,00	-	-	3.942,00	5.130,00	-	-	12.003,00	-	40.788,00
14.01.013	Fornecimento e aplicação de tacho refletivo bidirecional**	Un	-	-	2.208,00	-	-	-	-	1.656,00	5.607,00	-	-	1.827,00	-	9.099,00
14.01.014	Sinalização vertical com chapa corrediça em película	m²	-	-	104,09	295,54	291,53	-	-	312,09	380,91	22,26	354,66	690,81	-	2.233,29
14.01.018	Pintura acrílica sobre caixa asfáltica	m²	-	-	-	-	-	-	2.376,00	-	-	4.311,26	2.134,00	-	-	8.481,26
14.01.020	Fornecimento e instalação de sinalização semafórica com dispositivo leitor**	un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	882,00	-	-	882,00
0005 - CONSERVAÇÃO CORRETIVA ACOSTAMENTO																
05.01.009	Conformação manual de valetas**	m	-	-	-	810,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	810,00
05.01.012	Limpeza e desobstrução de saídas d'água**	Un	-	-	-	28,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28,00
05.01.013	Reparo de meio-fio, inclusive colação**	m	-	-	-	2823,55	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.823,55
05.01.014	Reparo de sarjeta, inclusive colação**	m	-	-	-	2925,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.925,00
05.01.017	Reparo de saída celerada**	Un	-	-	-	6,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,00
05.01.018	Fornecim.c/ manut. asfáltica quente (tudo incluído)**	m²	-	-	-	1848,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.848,00
10.01.001	TB-101-01, considerando-se: a fator LE 1620/92 FIC= 22,0 (Grade 12,5") (V=0,40xz + 0,94xz + 0,5.xz + 0,01(0,04(T-0,35)hm)** 0,3208 SP + 0,3605 AG + 0,0400 AS + 0,0419 SP + 0,2870 AG + 0,0000 AS + 0,0000	t	-	-	-	200577,01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200.577,01
11.01.002	Roçada, capina e limpeza (manual)**	m²	-	-	-	44713,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44.713,50
11.01.004	Limpeza, descaramento e destocamento de árvores c/ diâmetro até 15cm**	m²	-	-	-	62349,30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62.349,30
11.01.008	Destocamento de árvores com diâmetro de 15 a 30cm**	Un	-	-	-	182,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	182,00
11.01.009	Destocamento de árvores com diâmetro > 30cm**	Un	-	-	-	220,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	220,00
11.01.013	Escavação e carga de material de 1ª categoria**	m³	-	-	-	132184,32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	132.184,32
11.01.014	Escavação, carga e transporte de material de 1ª cat. com escavadeira**	m³	-	-	-	23326,71	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.326,71
11.01.016	Escavação, carga e transporte de material de 3ª categoria(Rocha controlada)**	m³	-	-	-	2054,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.054,10
11.01.021	Compactação de aterros a 95% proctor normal**	m³	-	-	-	50994,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50.994,00
11.01.022	Compactação de aterros a 100% proctor normal**	m³	-	-	-	6885,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.885,60
14.01.019	Pintura acrílica sobre caixa asfáltica	m²	-	-	-	-	-	-	2.912,10	-	-	-	-	-	-	2.912,10
1	Escavação de solo dimensa**	m³	-	-	-	3410,85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.410,85
2	Reassentamento**	m²	-	-	-	39987,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.987,00
5	Cava com retenção vegetal de assentamento e solo compactado**	m²	-	-	-	355,43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	355,43
9	Cava solo compactado**	m²	-	-	-	2897,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.897,00
2.1	Espalhamento de material de 1ª categoria**	m³	-	-	-	14023,63	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.023,63
11.01.012	Remoção de solos moles c/ transporte até 2 km**	m³	-	-	-	14868,82	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.868,82
0007 - OBRAS DE ARTE ESPECIAIS																
12.01.002	Demolição mecânica de concreto**	m³	-	-	-	-	-	-	-	67,64	-	-	-	-	-	67,64
12.06.002	Apicoamento manual de superfície de concreto**	m²	-	-	-	-	-	-	-	1.661,72	-	-	-	-	-	1.661,72
1	Limpeza com jato de água e areia**	m²	-	-	-	-	-	-	-	1.661,72	-	-	-	-	-	1.661,72
12.01	Aplicação de produtos epoxi para colagem de apoio em concreto**	Kg	-	-	-	-	-	-	-	438,31	-	-	-	-	-	438,31
12.01.009	Perfuração mecânica em material de 1ª cat. D= 12,00 a 4,00m**	m³	-	-	-	-	-	-	-	212,70	-	-	-	-	-	212,70
12.01.010	Escavação Manual D= 520mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	826,14	-	-	-	-	-	826,14

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019835

Relação das Obras e Serviços Realizados nos Contratos de construção por contrato

Código	Serviços	Unid.	Contratos													
			001/2006	002/2006	003/2006	004/2006	005/2006	006/2006	007/2006	008/2006	009/2006	001/2009	002/2009	001/2009	002/2010	Total
12.03.020	Concreto estrutural FC(20)=200 kg/cm² (fck=19,6 MPa)**	m³	-	-	-	-	-	-	-	76,00	-	-	-	-	-	76,00
12.02.004	Formas planas de madeira c/ MZ (4x4) reaproveitamento**	m²	-	-	-	-	-	-	-	105,00	-	-	-	-	-	105,00
12.03.014	Armazenamento, dobragem e colocação nas formas do aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	6.263,45	-	-	-	-	-	6.263,45
12.04.003	Concreção manual em material 1ª cat. (h=6m à 10m)**	m³	-	-	-	-	-	-	-	318,72	-	-	-	-	-	318,72
12.02.007	Escoramento em madeira aparelhada - Locação c/ 1 reaproveitamento**	m²	-	-	-	-	-	-	-	98,00	-	-	-	-	-	98,00
12.03.002	Escavação e concreção de pedra manual ao ponto**	m³	-	-	-	-	-	-	-	288,54	-	-	-	-	-	288,54
12.01.007	Locação de obra c/ contratação manual (aplicação)**	m²	-	-	-	-	-	-	-	88,40	-	-	-	-	-	88,40
12.03.018	Concreto estrutural FC (20)=200 kg/cm2 (21,0 Mpa)**	m³	-	-	-	-	-	-	-	18,41	-	-	-	-	-	18,41
12.03.014	Armazenamento, dobragem e colocação nas formas do aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	2.898,42	-	-	-	-	-	2.898,42
12.02.004	Formas planas de madeira c/ MZ (4x4) reaproveitamento**	m²	-	-	-	-	-	-	-	128,55	-	-	-	-	-	128,55
12.04.018	Perfuração de concreto**	m	-	-	-	-	-	-	-	479,00	-	-	-	-	-	479,00
12.016	Andaimes metálicos tubulares de balanço**	m	-	-	-	-	-	-	-	182,40	-	-	-	-	-	182,40
12.02.001	Escoramento e cimbramento (pontas e pontaletes)**	m³	-	-	-	-	-	-	-	3.792,00	-	-	-	-	-	3.792,00
12.03.018	Concreto estrutural FC (20)=200 kg/cm2 (21,0 Mpa)**	m³	-	-	-	-	-	-	-	557,00	-	-	-	-	-	557,00
12.02.004	Formas planas de madeira c/ MZ (4x4) reaproveitamento**	m²	-	-	-	-	-	-	-	2.212,77	-	-	-	-	-	2.212,77
12.04.018	Perfuração de concreto**	m	-	-	-	-	-	-	-	1.870,04	-	-	-	-	-	1.870,04
12.03.024	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas do aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	91.994,74	-	-	-	-	-	91.994,74
108	Concreto projetado com elemento especial**	m³	-	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-	-	-	-	20,00
12.03.018	Concreto estrutural FC(20)=200 kg/cm² (fck=19,6 MPa)**	m³	-	-	-	-	-	-	-	20,23	-	-	-	-	-	20,23
12.25.002	Grelha de FºFº(0=150mm)**	m	-	-	-	-	-	-	-	36,00	-	-	-	-	-	28,00
1	INFRA-ESTRUTURA - PONTE S/CORREGO ÁGUAS CLARAS EST. 179+10.		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.01.020	Escavação em material de 1ª e 2ª**	m³	-	-	-	-	-	-	-	574,20	-	-	-	-	-	574,20
12.03.030	Concreto estrutural FCK=35,0 MPA**	m³	-	-	-	-	-	-	-	59,96	-	-	-	-	-	59,96
12.03.024	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, do aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	5.573,00	-	-	-	-	-	5.573,00
2.1.1.1(10434)	Concreção de escavação rala em solo diâmetro de 250,0mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	104,00	-	-	-	-	-	104,00
2.1.1.2(10435)	Concreção de escavação rala em rocha diam. 250,0mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	296,00	-	-	-	-	-	296,00
2	INFRAESTRUTURA	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.030	Concreto estrutural FCK=35,0 MPA**	m³	-	-	-	-	-	-	-	13,90	-	-	-	-	-	13,90
12.03.024	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, do aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	1.800,00	-	-	-	-	-	1.800,00
12.02.004	Formas planas de placa compensada resinada**	m²	-	-	-	-	-	-	-	180,50	-	-	-	-	-	180,50
12.04.004	Apoio fixo de apoio de neoprene fretado**	kg	-	-	-	-	-	-	-	52,00	-	-	-	-	-	52,00
3	SUPERESTRUTURA	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.028	Fornecimento e aplicação de concreto FCK=30MPA**	m³	-	-	-	-	-	-	-	70,70	-	-	-	-	-	70,70
12.02.004	Formas planas de placa compensada resinada**	m²	-	-	-	-	-	-	-	393,16	-	-	-	-	-	393,16
12.03.024	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, do aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	6.362,00	-	-	-	-	-	6.362,00
9.001	Viga protendida de 14,0m c/ 3 cabos (conforme projeto)**	Un	-	-	-	-	-	-	-	6,00	-	-	-	-	-	8,00
9.001	Viga protendida de 14,0m c/ 4 cabos (conforme projeto)**	Un	-	-	-	-	-	-	-	4,00	-	-	-	-	-	4,00
P1.01	Pré-laje tipo 1 (conforme projeto)**	Un	-	-	-	-	-	-	-	140,00	-	-	-	-	-	140,00
P1.02	Pré-laje tipo 2 (conforme projeto)**	Un	-	-	-	-	-	-	-	140,00	-	-	-	-	-	140,00
4	ACABAMENTOS	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.030	Concreto estrutural FCK=30 MPA	m³	-	-	-	-	-	-	-	17,00	-	-	-	-	-	17,00
12.04.006	Concreto corpo mortífico h = 0,80m**	m	-	-	-	-	-	-	-	28,00	-	-	-	-	-	28,00
12.03.028	Formação de rústico	t	-	-	-	-	-	-	-	46,50	-	-	-	-	-	46,50
12.21.002	Tubo de PVC diâmetro 4"**	UN	-	-	-	-	-	-	-	12,00	-	-	-	-	-	12,00
2.1.1	INFRAESTRUTURA E MESOESTRUTURA	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
2.1.12	Formas de madeira c/ 1 reaproveitamento**	m²	-	-	-	-	-	-	-	349,81	-	-	-	-	-	349,81
2.1.13	Concreto fck = 20Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	179,38	-	-	-	-	-	180,37
2.1.14	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas do aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	14.203,00	-	-	-	-	-	14.203,00
2.1.1.1(10434)	Perfuração rotativa inclinada, em solo, com coroa de Widia, diâmetro 250mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	154,00	-	-	-	-	-	154,00
2.1.1.2(10435)	Perfuração rotativa inclinada, em rocha, com coroa de diamante, diâmetro de 75 mm, inclusive deslocamento e posicionamento em cada furo**	m	-	-	-	-	-	-	-	936,00	-	-	-	-	-	936,00
2.1.1.7(10441)	Alambrados para ferragem de aço Carril 30/33, diâmetro de 32mm**	kg	-	-	-	-	-	-	-	30,00	-	-	-	-	-	30,00
2.1.1.8(10439)	Tirante grauteado em aço GEWI 50/85 ou similar, diâmetro de 32mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	420,00	-	-	-	-	-	420,00
2.1.1.9(10433)	Injeção de calda de cimento para chumbamento de tirantes**	SC	-	-	-	-	-	-	-	300,00	-	-	-	-	-	300,00
5	PONTE S/CORREGO DO CAFÉ - EST.282+1,39		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.01.020	Demolição mecânica de concreto**	m³	-	-	-	-	-	-	-	9,84	-	-	-	-	-	9,84
12.04.012	Apoio móvel de neoprene fretado (1=3 CM)**	m²	-	-	-	-	-	-	-	183,60	-	-	-	-	-	183,60
6	Limpeza manual (pós de água e areia)**	m²	-	-	-	-	-	-	-	183,60	-	-	-	-	-	183,60
12.01	Aplicação de produto especial para colagem de aço em concreto**	kg	-	-	-	-	-	-	-	67,45	-	-	-	-	-	67,45

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
À 0019836

Relação das Obras e Serviços Realizados nos Contratos de construção por contrato

Código	Serviços	Un.	Contratos													
			001/2004	002/2005	003/2005	004/2006	005/2006	006/2006	007/2006	008/2006	009/2006	001/2007	002/2009	003/2009	003/2010	Total
1	OBRA ESTRUTURA conf pag 2	SVI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.01.019	Escavação em material de 1ª a 2ª*	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	215,60	-	-	-	-	215,60
12.01.014	Cravação de estacas tipo/box TR-07**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-	-	0,00
12.03.010	Concreto estrutural FCK=20,0 MPA**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	112,40	-	-	-	-	112,40
12.04.014	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas de aço CA 50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	7.143,00	-	-	-	-	7.143,00
12.01.007 (12012)	Cravação de estacas raiz em solo diam. 240,0mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	38,00	-	-	-	-	38,00
12.01.1 (12012)	Cravação de estacas raiz em rocha diam. 200,0mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	191,50	-	-	-	-	191,50
8	MEIO ESTRUTURA	SVI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.019	Fornecimento e aplicação de concreto FCK=30,0Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	10,30	-	-	-	-	10,30
12.03.014	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas de aço CA-50**	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	3.670,00	-	-	-	-	3.670,00
12.03.019	Formas planas de placa compensada resinada**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	276,50	-	-	-	-	276,50
12.06.004	Aparelho de apoio em neoprene fretado**	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	20,80	-	-	-	-	20,80
12.01.1	Andaime em suspensos com plataformas de trabalho**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	142,00	-	-	-	-	142,00
9	SUPER ESTRUTURA	SVI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.014	Fornecimento e aplicação de concreto FCK=30 MPA**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	8,00	-	-	-	-	8,00
12.06.008	Furos em concreto D=2" profundidade - 15cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	97,00	-	-	-	-	97,00
12.06.010	Furos em concreto D=2,5" profundidade - 20cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	32,00	-	-	-	-	32,00
12.03.014	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas de aço CA-50**	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	4.291,00	-	-	-	-	4.291,00
12.03.042	Concreto projetado com elemento especial (BOLCOR)**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	27,54	-	-	-	-	27,54
12.03.012.2	Protenção mecânica de concreto**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	3,40	-	-	-	-	3,40
12.03.018.2	Fornecimento e aplicação de concreto fck= 30Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	18,30	-	-	-	-	18,30
V.302	Viga protendida de 14,0m com 3 cabos**	Ud	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00	-	-	-	-	2,00
V.004	Viga protendida de 14,0m com 4 cabos**	Ud	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00	-	-	-	-	2,00
PL.05	Prévisão tipo 3**	Ud	-	-	-	-	-	-	-	-	54,00	-	-	-	-	54,00
PL.04	Prévisão tipo 4**	Ud	-	-	-	-	-	-	-	-	54,00	-	-	-	-	54,00
10	ALINHAMENTOS	SVI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.010	Viga de cinta em concreto FCK=25mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	6,37	-	-	-	-	6,37
12.03.030	Pavimentação asfáltica	t	-	-	-	-	-	-	-	-	20,38	-	-	-	-	20,38
12.04.006	Guarda corpo metálico H=2,5m**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	16,90	-	-	-	-	16,90
13.0	DRENAGEM DA OBRA E INFRAESTRUTURA	SVI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
2.2.5.C	Formas planas de madeira c/ 3 reaproveitamentos**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	112,20	-	-	-	-	112,20
13.13.3 (12.03.018)	Fornecimento e aplicação de concreto fck = 30 Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	41,72	-	-	-	-	41,72
13.13.3 (12.03.014)	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	10.097,00	-	-	-	-	10.097,00
13.13.4 (12.03.042)	Concreto projetado com elemento especial (BOLCOR)**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	85,55	-	-	-	-	85,55
13.13.5 (4.03.1)	Perfuração rotativa inclinada, em solo, com coroa de widia, diam. 75mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	48,00	-	-	-	-	48,00
13.13.6 (4.03.2)	Perfuração rotativa inclinada, em rocha, com coroa de widia, diam. 75mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	142,00	-	-	-	-	142,00
13.13.7 (4.03.1)	Acessórios para tirantes de aço (bainha 50/35, diam.32**	Kit	-	-	-	-	-	-	-	-	90,00	-	-	-	-	90,00
13.13.8 (4.03.9)	Tirantes de aço Cord 16/15**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	192,00	-	-	-	-	192,00
13.13.9 (4.03.1)	Injeção de calda**	SC	-	-	-	-	-	-	-	-	150,00	-	-	-	-	150,00
13.15.10 (12.04.010)	Furos em concreto diam = 1" profundidade max= 25,0cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	91,20	-	-	-	-	91,20
13.15.11 (12.04.010)	Furos em concreto diam = 1/8" profundidade max= 25,0cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	60,00	-	-	-	-	60,00
13.15.12 (12.03.9)	Aplicação de produto epóxi p/ colagem de aço em concreto**	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	9,00	-	-	-	-	9,00
11	PONTE S/ CORREDOR DO CAFÉ EST. 315+9,61		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.01.013	Demolição mecânica de concreto**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	1,40	-	-	-	-	1,40
12.04.012	Apicoamento de superfície de concreto (0=3 cm)*	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	79,00	-	-	-	-	79,00
12	limpeza com jato de água e areia**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	79,00	-	-	-	-	79,00
12.0	Aplicação de produto epóxi para colagem de aço em concreto**	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	39,50	-	-	-	-	39,50
13	OBRA-ESTRUTURA	SVI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.01.019	Escavação em material de 1ª a 2ª cat*	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	97,00	-	-	-	-	97,00
12.03.018	Concreto estrutural FCK=30,0Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	90,45	-	-	-	-	90,45
12.03.014	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas de aço CA-50**	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	4.229,00	-	-	-	-	4.229,00
12.01.1 (04.03)	Cravação de estacas raiz em solo diam. 240,0mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	105,40	-	-	-	-	105,40
12.01.2 (04.03)	Cravação de estacas raiz em rocha diam. 200,0mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	145,20	-	-	-	-	145,20
14	MESOESTRUTURA	SVI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.018	Fornecimento e aplicação de concreto FCK=30,00 mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	8,90	-	-	-	-	8,90
12.03.014	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	3.750,00	-	-	-	-	3.750,00
12.01.004	Formas planas de placa compensada resinada**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	171,80	-	-	-	-	171,80
12.04.010	Furos em concreto D=1/8" profundidade - 25cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	99,20	-	-	-	-	99,20

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019837

Relação das Obras e Serviços Realizados nos Contratos de construção por contrato

Código	Descrição	Un.	Contratos													
			001/2005	002/2005	003/2005	004/2005	005/2005	006/2005	007/2005	008/2005	009/2005	001/2009	002/2009	003/2009	003/2010	Total
12.010	Andaimes suspensos com plataforma de trabalho**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	435,00	-	-	-	-	435,00
10	ESTRUTURA	[U]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.010	Fornecimento e aplicação de concreto fck=20mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-	-	0,00
12.02.006	Formas planas de placa compensada resinada**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-	-	0,00
12.03.004	Fornecimento, dobragem e colocação em ferros de aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	1.848,00	-	-	-	-	1.848,00
2.3.4.3(12.03.040)	Concreto projetado com elemento especial (BIOLOG)**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	11,00	-	-	-	-	11,00
2.3.4.2(12.03.011)	Demolição mecânica de concreto**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	1,40	-	-	-	-	1,40
2.3.4.3(12.03.030)	Concreto fck = 30Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	12,00	-	-	-	-	12,00
9.001	Viga protendida de 14,0m com 3 cabos**	[U]	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-	-	1,00
9.004	Viga protendida de 14,0m com 4 cabos**	[U]	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-	-	1,00
9.1.02	Pré-laje tipo 2**	[U]	-	-	-	-	-	-	-	-	27,00	-	-	-	-	27,00
9.1.04	Pré-laje tipo 4**	[U]	-	-	-	-	-	-	-	-	27,00	-	-	-	-	27,00
2.3.4.5(12.04.054)	Aparelho de apoio de neoprene fretado**	dm³	-	-	-	-	-	-	-	-	10,40	-	-	-	-	10,40
16	ACABAMENTO	[U]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.02.008	Escada reta em concreto fck=20MPa	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	5,60	-	-	-	-	5,60
12.03.008	Pavimentação em Bloco	t.	-	-	-	-	-	-	-	-	18,121	-	-	-	-	18,12
12.04.006	Escada corpo metálico e=0,05m**	m.	-	-	-	-	-	-	-	-	14,100	-	-	-	-	14,10
17	REFORÇO ESTRUTURAL	[U]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
2.3.7	REFORÇO DA LAJE E VIGA ESTRUTURAL	[U]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
2.3.7.1	Formas planas de madeira c/ 3 reaproveitamento**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	187,350	-	-	-	-	187,35
2.3.7.2(12.03.010)	Fornecimento e aplicação de concreto fck = 20Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	112,650	-	-	-	-	112,65
2.3.7.3(12.03.004)	Fornecimento, dobragem e colocação em ferros, de aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	19.499,00	-	-	-	-	19.499,00
2.3.7.4(12.03.040)	Concreto projetado com elemento especial (BIOLOG)**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	63,00	-	-	-	-	63,00
2.2.7.5(14004)	Perfuração rotativa inclinada, em solo, com coroa de widia, diam. 75mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	71,00	-	-	-	-	71,00
2.2.7.6(14008)	Perfuração rotativa inclinada, em rocha, com coroa de widia, diam. 75,0mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	91,40	-	-	-	-	91,40
2.2.7.7(14005)	Acoplamento p/ ferro de aço 6mm 10/00, diam.32**	[U]	-	-	-	-	-	-	-	-	18,00	-	-	-	-	18,00
2.2.7.8(14009)	Luvas de aço para 20/00**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	167,20	-	-	-	-	167,20
2.2.7.9	Injeção de calda**	SC	-	-	-	-	-	-	-	-	126,00	-	-	-	-	126,00
2.2.7.10(12.04.030)	Furos em concreto diam = 1" profundidade = até 25,0cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	15,50	-	-	-	-	15,50
2.2.7.11(12.04.030)	Furos em concreto diam = 3/8" profundidade = até = 20,0cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	30,20	-	-	-	-	30,20
2.2.7.12	Aplicação de produto epóxi p/ colagem de aço em concreto**	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	3,48	-	-	-	-	3,48
19	PONTE S/ CORREGO DO CAFÉ - EST. 443+19,48		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.02.011	Demolição mecânica de concreto**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	2,14	-	-	-	-	2,14
12.04.012	Apicoamento de superfície de concreto (0+1CM)**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	19,20	-	-	-	-	19,20
20	Limpeza com jato d'água e areia**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	19,20	-	-	-	-	19,20
12.3	aplicação de produto epoxi para colagem de aço em concreto**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	38,88	-	-	-	-	38,88
21	INFRA ESTRUTURA	[U]	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-	-	0,00
12.03.026	Escavação em material de 1ª+2ª cat**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	215,60	-	-	-	-	215,60
12.03.010	Concreto estrutural fck=25,0 mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	112,45	-	-	-	-	112,45
12.03.004	Fornecimento, dobragem e colocação em ferros de aço CA-50**	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	8.074,00	-	-	-	-	8.074,00
2.4.2.1(10.402)	Execução de estacas raiz em solo diam. 200,0mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	82,40	-	-	-	-	82,40
2.4.2.2(10.403)	Execução de estacas raiz em rocha diam. 200,0 mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	125,30	-	-	-	-	125,30
22	MESOESTRUTURA	[U]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.010	Fornecimento e aplicação de concreto FCK=30,0Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	11,04	-	-	-	-	11,04
12.03.004	Fornecimento, dobragem e colocação em ferros, de aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	3.178,00	-	-	-	-	3.178,00
12.02.004	Formas planas de placa compensado resinado**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	266,40	-	-	-	-	266,40
12.03.008	Furos em concreto D=3/8" profundidade = 25cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	133,50	-	-	-	-	133,50
12.16	Andaimes suspensos com plataforma de trabalho**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	78,20	-	-	-	-	78,20
12.02.021	Transporte c/ caminhão (pessoal e pertences)**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-	-	0,00
23	SUPERESTRUTURA	[U]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.004	Fornecimento, dobragem e colocação em ferros de aço CA-50**	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	2.410,00	-	-	-	-	2.410,00
2.4.4.1(12.03.040)	Concreto projetado com elemento especial (BIOLOG)**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	11,00	-	-	-	-	11,00
2.4.4.2(12.03.020)	Demolição mecânica de concreto**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	2,31	-	-	-	-	2,31
2.4.4.3(12.03.030)	Concreto fck = 30Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	14,10	-	-	-	-	14,10
9.009	Viga protendida de 14,0m com 4 cabos**	[U]	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00	-	-	-	-	2,00
9.1.02	Pré-laje tipo 2**	[U]	-	-	-	-	-	-	-	-	54,00	-	-	-	-	54,00
2.4.4.4(12.04.054)	Aparelho de apoio de neoprene fretado**	dm³	-	-	-	-	-	-	-	-	10,40	-	-	-	-	10,40
24	ACABAMENTOS	[U]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019838

Relação das Obras e Serviços Realizados nos Contratos de construção por contrato

Código	Serviços	Un.	Contratos													
			001/2006	002/2006	003/2006	004/2006	005/2006	006/2006	007/2006	008/2006	009/2006	001/2007	002/2007	003/2007	002/2010	Total
11.01.018	Laje de volta em concreto FCK=25 mpa	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	3.120	-	-	-	-	3,12
11.01.028	Pavimentação asfáltica	t	-	-	-	-	-	-	-	-	19.000	-	-	-	-	19,00
11.04.096	Guarda corpo metálico H=0,9m**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000	-	-	-	-	10,00
25	REFORÇO ESTRUTURAL	S/O	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
25	Reforço viga de cobertura de Obras de carbono	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	60.300	-	-	-	-	60,30
2.4.7	REFORÇO EM VIGA E/OU ESTRUTURA	S/O	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
2.4.7.3 (11.03.004)	Formas planas de madeira c/ 1 reaproveitamento**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	140.000	-	-	-	-	140,10
2.4.7.3 (11.03.010)	Bombeamento e aplicação de concreto fck = 20Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	40.000	-	-	-	-	40,00
2.4.7.3 (11.03.024)	Bombeamento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	12990.000	-	-	-	-	12.990,00
2.4.7.4 (11.03.040)	Concreto projetado com elemento aquecido (BOLCOB)**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	70.000	-	-	-	-	70,00
2.4.7.2 (41.004)	Perfuração rotativa inclinada, em solo, com cravo de widia, diam 15,0cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	48.000	-	-	-	-	48,00
2.4.7.4 (41.005)	Perfuração rotativa inclinada em rocha, com cravo de widia, diam 10,0cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	144.000	-	-	-	-	144,00
2.4.7.3 (41.011)	Ancoragem para tirante de aço Gewi 32,0/85**	un	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000	-	-	-	-	10,00
2.4.7.3 (41.018)	Tirante de aço Gewi 32,0/85**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	182.500	-	-	-	-	182,50
2.4.7.3 (41.022)	Injeção de calda**	SC	-	-	-	-	-	-	-	-	153.000	-	-	-	-	153,00
2.4.7.10 (12.04.008)	Furos em concreto diam. 1" profundidade = ate = 15,0cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	51.300	-	-	-	-	51,30
2.4.7.10 (12.04.012)	Furos em concreto diam. 7/8" profundidade = ate = 25,0cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	55.000	-	-	-	-	55,00
2.4.7.12	Aplicação de produto epóxi para colagem de aço em concreto**	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	9.000	-	-	-	-	9,00
27	PONTE S/ CÓRREGO DO CAFÉ - KM7,457+12,00		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
28	Limpeza de preparação para alargamento	S/O	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.01.011	Demolição manual de concreto**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	2.371	-	-	-	-	2,37
12.04.012	Apicoamento de superfície de concreto (2+1 Cm)**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	118.650	-	-	-	-	118,65
29	Limpeza final (ato de água e areia)**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	118.650	-	-	-	-	118,65
17.01	Aplicação de pintura epóxi para estagios de aço em concreto**	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	190.210	-	-	-	-	190,21
30	Infra estrutura	S/O	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
17.01.019	Escavação em material de 1ª e 2ª cat**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	254.144	-	-	-	-	254,14
12.01.010	Concreto estrutural FCK=>20,0Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	112.480	-	-	-	-	112,48
12.06.024	Bombeamento, dobragem e colocação nas formas de aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	8974.000	-	-	-	-	8.974,00
2.5.1.3 (41.012)	Escavação de estacas rots em solo diam 250,0mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	83.000	-	-	-	-	83,00
2.5.1.2 (41.013)	Escavação de estacas rots em rocha diam 250,0**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	129.200	-	-	-	-	129,20
31	INFRAESTRUTURA	S/O	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.018	Bombeamento e aplicação de concreto FCK=30,0Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	11.040	-	-	-	-	11,04
12.03.024	Bombeamento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	3175.000	-	-	-	-	3.175,00
12.30.004	Formas planas de pica compensado resinado**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	288.480	-	-	-	-	288,48
12.04.018	Furos em concreto D=7/8" profundidade - 25cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	184.500	-	-	-	-	184,50
12.01.11	Andaimes suspensos com plataforma de trabalho**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	77.350	-	-	-	-	77,35
12.04.004	Aparelho de apoio em neoprene fretado**	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	98.400	-	-	-	-	98,40
32	SUPER ESTRUTURA	S/O	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.024	Bombeamento, dobragem e colocação nas formas de aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	2.420.000	-	-	-	-	2.420,00
2.5.4.3 (11.03.040)	Concreto projetado com elemento especial (BOLCOB)**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	33.330	-	-	-	-	33,34
2.5.4.3 (12.03.020)	Demolição manual de concreto**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	2.250	-	-	-	-	2,25
2.5.4.3 (12.03.018)	Concreto fck 30Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	13.330	-	-	-	-	13,33
V.R	Viga protendida de 24,00m com 4 cabos*	Vã	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000	-	-	-	-	2,00
2.5.27.1	Pré-laje tipo T**	M	-	-	-	-	-	-	-	-	98.000	-	-	-	-	98,00
33	ACABAMENTOS	S/O	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.018	Guarda rodas em concreto FCK=25mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	5.620	-	-	-	-	5,62
11.01.028	Pavimentação asfáltica	t	-	-	-	-	-	-	-	-	19.200	-	-	-	-	19,20
11.04.096	Guarda corpo metálico H=0,9m**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	21.000	-	-	-	-	21,00
26	REFORÇO ESTRUTURAL	S/O	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
2.5.7	REFORÇO EM OBRA E MEIO ESTRUTURA	S/O	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
2.5.7.3 (12.03.004)	Formas planas de madeira c/ 1 reaproveitamento**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	154.440	-	-	-	-	154,44
2.4.7.3 (40.011)	Concreto submerso fck = 20Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	80.874	-	-	-	-	80,09
2.4.7.4.1	Bombeamento e aplicação de concreto FCK = 20mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	42.900	-	-	-	-	42,90
2.4.7.3 (12.03.024)	Bombeamento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	25110.000	-	-	-	-	25.110,00
2.4.7.4 (12.03.040)	Concreto projetado com elemento especial (BOLCOB)**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	115.500	-	-	-	-	115,50
2.4.7.2 (41.014)	Perfuração rotativa inclinada, em solo, com cravo de widia, diam 15,0cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	167.700	-	-	-	-	167,70
2.4.7.4 (41.015)	Perfuração rotativa inclinada, em rocha, com cravo de widia, diam 10,0cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	434.100	-	-	-	-	434,10
2.4.7.3 (41.011)	Ancoragem para tirantes de aço Gewi 32,0/85**	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	60.000	-	-	-	-	60,00

Atestado registrado mediante vinculação a respectiva CAT
CREA-ES
A 0019839

Relação das Obras e Serviços Realizados nos Contratos de construção por contrato

Código	Descrição	Un.	Contratos													
			001/2006	002/2006	003/2006	004/2006	005/2006	006/2006	007/2006	008/2006	009/2006	001/2009	002/2009	003/2009	004/2009	Total
2.4.7.8(4.02.02)	Fôrmas de aço Gerdau 50/50**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	681,800	-	-	-	-	681,80
2.4.7.9(4.02.03)	Injeção de calda**	SC	-	-	-	-	-	-	-	-	530,000	-	-	-	-	530,00
2.4.7.10(2.04.04)	Furos em concreto diam. 1" profundidade = ou > 21,0cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	60,000	-	-	-	-	60,00
2.4.7.11(2.04.05)	Furos em concreto diam. 1,25" profundidade = ou > 28,0cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	30,000	-	-	-	-	30,00
2.4.7.12	Aplicação de produto(s) para colagem de aço em concreto**	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	10,200	-	-	-	-	10,20
26	PONTE II/ CÓRREGO DO CAFÉ EST. 510+6,0		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.01.033	Demolição mecânica de concreto**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	2,300	-	-	-	-	2,30
12.04.012	Apicoamento de superfície de concreto (0+3 CM)**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	77,350	-	-	-	-	77,35
27	Limpeza com jato de água e areia**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	77,350	-	-	-	-	77,35
12.03	Aplicação de produto epoxi para colagem de aço em concreto**	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	40,600	-	-	-	-	40,60
28	MESA ESTRUTURA cont pg 3	SV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.01.029	Escavação em material de 1ª e 2ª**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	261,000	-	-	-	-	261,00
12.01.018	Concreto estrutural FCK=20,0 MPA**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	112,480	-	-	-	-	112,48
12.03.024	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas de aço CA-50**	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	8574,000	-	-	-	-	8.574,00
2.6.2.1(4.11.04)	Escavação de estaca solo em rocha diam. 230,0mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	101,400	-	-	-	-	101,40
2.6.2.2(4.11.05)	Escavação de estaca solo em rocha diam. 350,0mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	120,000	-	-	-	-	120,00
29	MESA ESTRUTURA	SV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.010	Fornecimento e aplicação de concreto FCK=20,0 mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	11,040	-	-	-	-	11,04
12.03.018	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	3170,000	-	-	-	-	3.170,00
12.03.014	Fôrmas p/ laje de placa comprimida e enchim**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	267,600	-	-	-	-	267,60
12.04.010	Furos em concreto D=1/2" profundidade - 25cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	116,000	-	-	-	-	116,00
12.05.6	Andaimes suspensos com plataforma de madeira**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	73,760	-	-	-	-	73,76
30	LAJES ESTRUTURA	SV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.024	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas de aço CA-50**	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	1983,000	-	-	-	-	1.983,00
2.6.4.8(2.04.04)	Concreto projetado com elemento especial (MICROSILICA)*	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	11,664	-	-	-	-	11,66
2.6.4.9(2.03.03)	Escavação mecânica de concreto**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	2,268	-	-	-	-	2,27
2.6.4.10(2.03.03)	Concreto fck = 30Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	13,500	-	-	-	-	13,50
8.09	Viga pré-moldada de 14,5m com 4 cabos**	Vol	-	-	-	-	-	-	-	-	2,000	-	-	-	-	2,00
P.U.07.2	Pré-laje tipo 2**	Vol	-	-	-	-	-	-	-	-	54,000	-	-	-	-	54,00
2.6.4.4(2.04.04)	Apicoamento de apoio de aparelhos de apoio**	dm²	-	-	-	-	-	-	-	-	30,800	-	-	-	-	30,80
31	ACABAMENTOS	SV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.10.018	Guarda-rodas em concreto FCK=20mpa**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	3,894	-	-	-	-	3,89
12.10.020	Pavimentação asfáltica	t	-	-	-	-	-	-	-	-	19,440	-	-	-	-	19,44
12.04.006	Guarda corpo metálico H=0,9m**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	16,200	-	-	-	-	16,20
2.6.7	REFORÇO DA VIGA E ACABAMENTO	SV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
2.6.7.1(2.03.03)	Formas planas de madeira c/ 3 reaproveitamento**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	140,000	-	-	-	-	140,00
2.6.7.2(2.03.03)	Fornecimento e aplicação de concreto fck = 20Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	47,100	-	-	-	-	47,10
2.6.7.3(2.03.03)	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	13001,000	-	-	-	-	13.001,00
2.6.7.4(2.03.04)	Concreto projetado com elemento especial (MICROSILICA)**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	76,640	-	-	-	-	76,64
2.6.7.5(4.11.04)	Perfuração rotativa helicoidal, em solo, com cerca de vinte, diam 75,0cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	48,000	-	-	-	-	48,00
2.6.7.6(4.11.05)	Perfuração rotativa helicoidal, em rocha, com cerca de vinte, diam 75,0cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	163,000	-	-	-	-	163,00
2.6.7.7(4.02.01)	Acessórios para tirante de aço Gerdau 50/55**	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	16,000	-	-	-	-	16,00
2.6.7.8(4.02.02)	Fôrmas de aço Gerdau 50/55**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	211,000	-	-	-	-	211,00
2.6.7.9(4.02.03)	Injeção de calda**	SC	-	-	-	-	-	-	-	-	150,000	-	-	-	-	150,00
2.6.7.10(2.04.04)	Furos em concreto diam. 1" profundidade = ou > 21,0cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	23,600	-	-	-	-	23,60
2.6.7.11(2.04.05)	Furos em concreto diam. 1,25" profundidade = ou > 28,0cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	30,000	-	-	-	-	30,00
2.6.7.12	Aplicação de produto epoxi para colagem de aço em concreto**	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	4,000	-	-	-	-	4,00
45	PONTE II/ CÓRREGO DO CAFÉ - EST. 637+7,61		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.01.033	Demolição mecânica de concreto**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	2,370	-	-	-	-	2,37
12.04.012	Apicoamento de superfície de concreto (0+3 CM)**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	87,400	-	-	-	-	87,40
46	Limpeza com jato de água e areia**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	87,400	-	-	-	-	87,40
12.03	Aplicação de produto epoxi para colagem de aço em concreto**	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	42,670	-	-	-	-	42,67
47	MESA ESTRUTURA cont pg 2	SV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.01.029	Escavação em material de 1ª e 2ª**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	183,040	-	-	-	-	183,04
12.03.018	Concreto estrutural FCK=20,0 MPA**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	60,910	-	-	-	-	60,91
12.03.024	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	5343,000	-	-	-	-	5.343,00
2.1.1.1(4.11.03)	Escavação de estaca rocha sob nível diam. 1960,0mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	18,150	-	-	-	-	18,15
2.1.1.2(4.11.04)	Escavação de estaca rocha em rocha diam. 230,0mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	37,400	-	-	-	-	37,40

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019840

Relação das Obras e Serviços Realizados nos Contratos de construção por contrato

Código	Descrição	Un.	Contratos													
			001/2005	002/2005	003/2006	004/2005	005/2005	006/2004	007/2006	008/2005	009/2006	001/2009	002/2009	003/2009	001/2010	Total
06	SUPERESTRUTURA	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.009	Concreto estrutural FCK= 30,0 MPa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	9.100	-	-	-	-	9,10
12.03.016	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	3670,000	-	-	-	-	3.670,00
12.02.016	Formas planas de placa compensada resinada**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	211,000	-	-	-	-	211,00
12.04.010	Furos no concreto D=3/8" profundidade - 22cm**	un.	-	-	-	-	-	-	-	-	826,000	-	-	-	-	189,50
12.05	Andaimes suspensos com plataforma de trabalho**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	87,400	-	-	-	-	87,40
07	SUPERESTRUTURA	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.016	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	1041,000	-	-	-	-	1.041,00
2.1.4.3[12.03.040]	Concreto projetado com elemento especial [FCK,CIM]**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	13,100	-	-	-	-	13,10
2.1.4.3[12.03.022]	Demolição mecânica de concreto**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	1,000	-	-	-	-	1,00
2.3.4.2	Concreto fck= 30Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	0,940	-	-	-	-	0,94
9.10	Viga protendida de 14,0m e/ furos**	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	2,000	-	-	-	-	2,00
9.5.8	Pré-laje tipo II**	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	44,000	-	-	-	-	44,00
2.1.4.4[12.04.004]	Aparelho de apoio de neoprene fretado**	dm³	-	-	-	-	-	-	-	-	10,400	-	-	-	-	10,40
10	ACABAMENTOS	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.018	Guarda-rodas em concreto FCK=20mpa	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	4,534	-	-	-	-	4,53
12.03.020	Pavimentação asfáltica	t	-	-	-	-	-	-	-	-	15,000	-	-	-	-	15,00
12.04.006	Guarda corpo metálico H=0,9m**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	8,700	-	-	-	-	8,70
2.2.7	REFORÇO DA MFAA E INFRAESTRUTURA	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
2.2.7.1[12.02.004]	Formas planas de madeira c/ 1 reaproveitamento**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	119,000	-	-	-	-	119,00
2.2.7.2[12.03.020]	Fornecimento e aplicação de concreto fck = 20Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	48,040	-	-	-	-	48,04
2.2.7.3[12.03.016]	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	11931,000	-	-	-	-	11.931,00
2.2.7.4[12.03.040]	Concreto projetado com elemento especial[FCK=30]**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	63,210	-	-	-	-	63,21
2.2.7.5[14.02.04]	Perfuração rotativa inclinada, em solo, com cerca de vinte, diam. 15,8mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	48,000	-	-	-	-	48,00
2.2.7.6[14.02.06]	Perfuração rotativa inclinada, em rocha, com cerca de vinte, diam. 15,0mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	153,300	-	-	-	-	153,30
2.2.7.7[14.02.01]	Ancoragens para tirante de aço Grau 50,0/13**	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	16,000	-	-	-	-	16,00
2.2.7.8[14.02.08]	Tirante de aço Grau 50,0/13**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	201,200	-	-	-	-	201,20
2.2.7.9[14.02.03]	Injeção de calda**	SC	-	-	-	-	-	-	-	-	150,000	-	-	-	-	150,00
2.2.7.10[12.04.02]	Furos em concreto diam. 1" profundidade = ou > 25,0cm**	un	-	-	-	-	-	-	-	-	48,600	-	-	-	-	48,60
2.2.7.11[12.04.03]	Furos em concreto diam. 3/8" profundidade = ou > 30,0cm**	un	-	-	-	-	-	-	-	-	50,000	-	-	-	-	50,00
2.2.7.12	Aplicação de produto epóxi para colagem de apoio em concreto**	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	9,000	-	-	-	-	9,00
11	PONTES E CÓRREGO DO CAFÉ - EST. 0+14+0,04		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
04	SERVIÇO DE PREPARAÇÃO PARA ALARGAMENTO	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.003	Demolição mecânica de concreto**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	2,100	-	-	-	-	2,10
12.04.012	Apicoamento de superfície de concreto (2=2 cm)**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	75,200	-	-	-	-	75,20
05	Limpeza com jato de água e areia**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	75,200	-	-	-	-	75,20
12.06	Aplicação de produto epoxi para colagem de apoio em concreto**	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	48,210	-	-	-	-	48,21
06	MFAA SUPERIOR	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.01.029	Escavação em material de 1ª a 2ª cat**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	183,000	-	-	-	-	183,00
12.03.010	Concreto estrutural FCK= 20,0 MPa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	60,510	-	-	-	-	60,51
12.03.016	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50**	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	5343,000	-	-	-	-	5.343,00
2.6.2.2[12.02.02]	Escavação de estacas raiz em solo diam. 310,0cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	17,900	-	-	-	-	17,90
2.6.2.3[12.02.03]	Escavação de estacas raiz em rocha diam. 300,0cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	68,200	-	-	-	-	68,20
07	MESOESTRUTURA	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.009	Fornecimento e aplicação de concreto FCK= 25,0Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	9,100	-	-	-	-	9,10
12.03.024	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50**	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	3670,000	-	-	-	-	3.670,00
12.02.016	Formas planas de placa compensada resinada**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	209,000	-	-	-	-	209,00
12.04.020	Furos em concreto D=7/8" profundidade - 25cm**	un	-	-	-	-	-	-	-	-	100,500	-	-	-	-	100,50
12.05	Andaimes suspensos com plataforma de trabalho**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	12,200	-	-	-	-	76,20
08	SUPERESTRUTURA	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.024	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50**	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	985,000	-	-	-	-	985,00
2.6.4.2[12.03.040]	Concreto projetado com elemento especial [FCK=25,0]**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	11,200	-	-	-	-	11,20
2.6.4.3[12.03.022]	Demolição mecânica de concreto**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	1,000	-	-	-	-	1,00
2.3.4.4	Concreto fck = 30Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	4,270	-	-	-	-	4,27
9.11	Viga protendida de 14,0m com 4 cabos**	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	2,000	-	-	-	-	2,00
9.5.8.1	Pré-laje tipo II**	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	32,000	-	-	-	-	32,00
2.6.4.5[12.04.004]	Aparelho de apoio de neoprene fretado**	dm³	-	-	-	-	-	-	-	-	10,400	-	-	-	-	10,40
09	ACABAMENTOS	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00

Atestado registrado mediante vinculação a respectiva CAT
CREA-ES
A 0019841

Relação das Obras e Serviços Realizados nos Contratos de construção por contrato

Código	Serviços	Un.	Contratos													
			001/2004	002/2004	003/2005	004/2005	005/2006	006/2006	007/2006	008/2006	009/2006	001/2007	002/2008	003/2009	002/2009	Total
12.03.010	Guarda-rodas em concreto FCK=15mpa**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	4,21	-	-	-	-	4,21
13.03.010	Pontuação asfáltica	t	-	-	-	-	-	-	-	-	16,32	-	-	-	-	16,32
3.0.7	REPARO DA INFRA E MESOESTRUTURA	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
3.0.7.1[12.02.014]	Formas planas de madeira c/ 1 reaproveitamento**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	309,00	-	-	-	-	309,00
3.0.7.2[12.01.010]	Fornecimento e aplicação de concreto fck = 20Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	47,10	-	-	-	-	47,10
3.0.7.3[12.01.030]	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	11.873,00	-	-	-	-	11.873,00
3.0.7.4[12.01.040]	Concreto projetado com classe especial (BOLCOS)**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	49,30	-	-	-	-	49,30
3.0.7.5[14.01.01]	Perfuração rotativa inclinada, em rocha, com coroa de widia, diam 75,0mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	49,00	-	-	-	-	49,00
3.0.7.6[14.0002]	Perfuração rotativa inclinada, em rocha, com coroa de widia, diam 75,0mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	148,80	-	-	-	-	148,80
3.0.7.7[14.0011]	Ancoragem para tirantes de aço Grau 50/55**	IM	-	-	-	-	-	-	-	-	16,00	-	-	-	-	16,00
3.0.7.8[14.0010]	Tirantes de aço Grau 50/55**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	194,80	-	-	-	-	194,80
3.0.7.9[14.0012]	Injeção de calda**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	150,00	-	-	-	-	150,00
3.0.7.10[12.04.010]	Viaga em concreto diam. 1" profundidade < ou = 25,0cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	37,80	-	-	-	-	37,80
3.0.7.11[12.04.020]	Viaga em concreto diam. 1/8" profundidade < ou = 28,0cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	30,00	-	-	-	-	30,00
3.0.7.12	Aplicação de produto epóxi para colagem de aço em concreto**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	7,00	-	-	-	-	7,00
4.0	PONTE S/ CÓRREGO DO SERTÃO - SIT. 800+16,79	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
4.3	SERVIÇO DE PREPARAÇÃO PARA ALARGAMENTO	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.001	Demolição mecânica de concreto**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	2,20	-	-	-	-	2,20
12.04.011	Apicoamento de superfície de concreto (0 a 2 cm)**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	60,70	-	-	-	-	60,70
4.4	Limpeza com jato de água areia**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	60,700	-	-	-	-	60,70
12.10	Aplicação de produto epóxi para colagem de aço em concreto**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	34,20	-	-	-	-	34,20
4.5	REPARA-ESTRUTURA	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.01.020	Escavação em material de 1ª a 3ª cat**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	183,04	-	-	-	-	183,04
12.02.010	Concreto estrutural FCK=>20,01 mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	60,51	-	-	-	-	60,51
12.03.020	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas de aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	5.343,00	-	-	-	-	5.343,00
3.0.2.1[12.05.01]	Cravação de estacas raiz em solo/rocha. 20cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	37,25	-	-	-	-	37,25
3.0.2.2[12.05.02]	Cravação de estacas raiz em rocha diam. 20cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	37,60	-	-	-	-	37,60
4.6	MESOESTRUTURA	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.010	Fornecimento e aplicação de concreto FCK=25MPA REA**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	9,11	-	-	-	-	9,11
12.03.030	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas de aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	3.670,00	-	-	-	-	3.670,00
12.03.050	Formas planas de placa compensada resinado**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	203,18	-	-	-	-	203,18
12.04.010	Perfuração concreto D=7,5" profundidade - 25cm**	un	-	-	-	-	-	-	-	-	83,50	-	-	-	-	83,50
12.04	Andaimes suspensos com plataforma de trabalho**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	93,75	-	-	-	-	93,75
4.7	SUPERESTRUTURA	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.004	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas de aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	780,00	-	-	-	-	780,00
3.0.6.1[12.01.040]	Concreto projetado com classe especial (BOLCOS)**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	9,50	-	-	-	-	9,50
3.0.6.2[12.02.010]	Demolição mecânica de concreto**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	1,30	-	-	-	-	1,30
3.0.6.3[12.01.010]	Concreto fck = 20Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	8,11	-	-	-	-	8,11
5.10	Viga pretendida de 12,50m com 4 cabos**	un	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00	-	-	-	-	2,00
5.1.9	Pré-laje/placa 9**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	52,00	-	-	-	-	52,00
3.0.4.6[12.04.004]	Apicoamento de apoio de aparelho Pratado**	dm²	-	-	-	-	-	-	-	-	10,40	-	-	-	-	10,40
4.8	ACABAMENTOS	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.03.010	Guarda-rodas em concreto FCK=15mpa	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	3,30	-	-	-	-	3,30
13.03.020	Pavimentação asfáltica	t	-	-	-	-	-	-	-	-	11,35	-	-	-	-	11,35
12.04.006	Guarda-corpo metálico H=0,9m**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-	-	0,00
3.0.7	REPARO DA INFRA E MESOESTRUTURA	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
3.0.7.1[12.02.008]	Formas planas de madeira c/ 1 reaproveitamento**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	128,67	-	-	-	-	128,67
3.0.7.2[12.01.010]	Fornecimento e aplicação de concreto fck = 20Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	13,26	-	-	-	-	13,26
3.0.7.3[12.01.030]	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	12.020,00	-	-	-	-	12.020,00
3.0.7.4[12.01.040]	Concreto projetado com classe especial (BOLCOS)**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	62,80	-	-	-	-	62,80
3.0.7.5[14.01.01]	Perfuração rotativa inclinada, em rocha, com coroa de widia, diam 75,0mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	49,00	-	-	-	-	49,00
3.0.7.6[14.0002]	Perfuração rotativa inclinada, em rocha, com coroa de widia, diam 75,0mm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	144,80	-	-	-	-	144,80
3.0.7.7[14.0011]	Ancoragem para tirantes de aço Grau 50/55**	un	-	-	-	-	-	-	-	-	16,00	-	-	-	-	16,00
3.0.7.8[14.0010]	Tirantes de aço Grau 50/55**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	992,80	-	-	-	-	992,80
3.0.7.9[14.0012]	Injeção de calda**	cc	-	-	-	-	-	-	-	-	150,00	-	-	-	-	150,00
3.0.7.10[12.04.010]	Viaga em concreto diam. 1" profundidade < ou = 25,0cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	47,50	-	-	-	-	47,50
3.0.7.11[12.04.020]	Viaga em concreto diam. 1/8" profundidade < ou = 28,0cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	30,00	-	-	-	-	30,00
3.0.7.12	Aplicação de produto epóxi para colagem de aço em concreto**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	9,00	-	-	-	-	9,00

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019842

Relação das Obras e Serviços Realizados nos Contratos de construção por contrato

Código	Serviço	Unid.	Contratos													
			001/2006	002/2006	003/2006	004/2006	005/2006	006/2006	007/2006	008/2006	009/2006	001/2009	002/2009	003/2009	012/2012	Total
91	PONTE 1/ CÓRREGO DO ÓLEO - EST. 1320+16,70		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
92	SERVIÇO DE PREPARAÇÃO PARA ALARGAMENTO	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.01.012	Demolição mecânica de concreto*	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	0,51	-	-	-	-	0,51
12.04.012	Apicoamento de superfície de concreto (0<1 Cm)**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	0,66	-	-	-	-	0,66
93	Limpeza nas juntas de água e areia**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	0,66	-	-	-	-	0,66
12.10	Aplicação de produto especial para endurecimento do concreto*	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	1,50	-	-	-	-	1,50
94	INFRA-ESTRUTURA	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.01.019	Concreto estrutural FCK>=25,0MPa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	1,69	-	-	-	-	1,70
12.03.036	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas de aço CA-50**	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	99,00	-	-	-	-	99,00
95	MESOESTRUTURA	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
13.01.018	Furo em concreto D=110" profundidade - 15cm**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	3,50	-	-	-	-	3,50
96	SUPERESTRUTURA	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
13.02.009	Formas planas de placa compensada resinada**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	13,96	-	-	-	-	13,96
97	ACABAMENTOS	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
13.01.028	Pavimentação asfáltica	t	-	-	-	-	-	-	-	-	7,20	-	-	-	-	7,20
13.04.006	Guarda corpo metálico H=0,9m**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	18,00	-	-	-	-	18,00
249	OBRA DE CONTENÇÃO	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
241	Estaca I 16 a 127 (L=20m) - UE - Muro de Pedra de Mão Argamassada	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.01.049	Remoção com areia, lado inclinado	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	487,84	-	-	-	487,84
328	OBRAS DE ARTE ESPECIAIS	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
339	Ponte sobre o Rio Carneiro (Compr. = 35,00 m - Largura = 10,00m)	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
340	Infra e Meso-Estrutura	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.01.004	Escavação manual em mat. 2ª cat. E> 1,50 a 3,00m	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72,00	-	-	-	72,00
13.02.001	Fôrmas metálicas, levantamento, transporte, perdas, colas, manuais, corte e execução de TS. 60	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	224,00	-	-	-	224,00
12.02.007	Cava em rio de regularização	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,52	-	-	-	2,52
12.01.005	Formas planas de madeirit resinado aparelhamento c/ 1 reaproveitamento esp.=15mm	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	118,08	-	-	-	118,08
12.02.024	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.204,50	-	-	-	4.204,50
12.01.020	Concreto estrutural fck=25,0 MPa	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46,15	-	-	-	46,15
12.02.014	Aparelho de apoio de neoprene fretado	dm³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32,00	-	-	-	32,00
340	Super-Estrutura	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.01.005	Formas planas de madeirit resinado aparelhamento c/ reaproveitamento esp.=15mm	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	889,56	-	-	-	889,56
12.02.024	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.352,00	-	-	-	20.352,00
12.01.020	Concreto estrutural fck=25,0 MPa	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	189,40	-	-	-	189,40
17.01.009	Escoramento e cimbramento (pontes e passarelas)	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.447,72	-	-	-	1.447,72
340	PONTE SOBRE O RIO SALTINHO-II - EST. 6+6+0,75 (Comprimento = 30,00m - Largura = 10,00m)	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
341	Infra e Meso-Estrutura	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
17.01.005	Formas planas de madeirit resinado aparelhamento c/ 1 reaproveitamento esp.=15mm	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	183,36	-	-	-	183,36
12.02.024	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.894,00	-	-	-	2.894,00
12.01.020	Concreto estrutural fck=25,0 MPa	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35,42	-	-	-	35,42
400	Super-Estrutura	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
17.01.004	Formas planas de madeirit resinado aparelhamento c/ 1 reaproveitamento esp.=14mm	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	140,00	-	-	-	140,00
12.02.024	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.379,00	-	-	-	1.379,00
12.01.020	Concreto estrutural fck=25,0 MPa	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19,00	-	-	-	19,00
12.13.002	Dreno de PVC D=100mm	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,00	-	-	-	5,00
487	OBRA DE CONTENÇÃO	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
494	Estacas 1679 A 1693 (L= 40m) - UE - Cortina com fundação em estaca escavada	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
502	Concreto dreno com pedra do solo - Fechamento com bota**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.149,00	-	-	1.149,00
547	Estacas 2365 - Muro em gabião e terra armada	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
549	Muro em terra armada, em camadas (C=4m e 2,0m), Ø=1,0m em PVC, inclus. fornec. e transporte do aterro do solo e material não incluso remuneração = 200kg/m²	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90,00	-	-	90,00
552	Execução de gabiões c/ colchão galvanizados, s/ manta	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	190,00	-	-	190,00
553	Fornecimento e aplicação de manta geotêxtil	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	124,00	-	-	124,00
554	Estacas 2367 - Muro em gabião e terra armada	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	-	-	0,00
555	Muro em terra armada, em camadas (C=4m e 2,0m), Ø=1,0m em PVC, inclus. fornec. e transporte do aterro do solo e material não incluso remuneração = 200kg/m²	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90,00	-	-	90,00
559	Execução de gabiões c/ colchão galvanizados, s/ manta	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	165,00	-	-	165,00
560	Fornecimento e aplicação de manta geotêxtil	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	124,00	-	-	124,00
561	PASSARELA SOBRE O RIO BRANCO NA LOCALIDADE DE SOSSEGO - Comp. = 36,00m - est. 1656+10,11 (lado direito - Lo1,00) e lado esquerdo - Lo1,50m)	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
562	Infra e meso estrutura	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00

Atestado registrado mediante vinculação a respectiva CAT
CREA-ES
A 0017843

Relação das Obras e Serviços Realizados nos Contratos de construção por contrato

Código	Serviços	Un.	Contratos													
			001/2004	002/2004	003/2004	004/2005	005/2005	006/2005	007/2006	008/2006	009/2006	001/2009	002/2009	003/2009	002/2010	Total
165	Escavação mecânica em material de 1ª categoria H=0,00 a 1,50m**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	272,00	-	-	272,00
167	Execução e cópia de madeira esp. < 5cm c/ reaproveitamento	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	89,70	-	-	89,70
170	Concreto de regularização**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14,65	-	-	14,65
171	Formas planas de madeira nova e reaproveitamento c/ 3 reaproveitamentos esp< 17mm	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	129,12	-	-	129,12
172	Ferro barras, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	654,00	-	-	654,00
173	Concreto estrutural Fck=21,0 Mpa	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36,45	-	-	36,45
174	SUPER-ESTRUTURA	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
175	Formas planas de madeira nova e reaproveitada c/ reaproveitamento esp< 17mm**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	331,00	-	-	331,00
176	Ferro barras, dobragem e colocação nas formas de aço CA-50	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.905,00	-	-	3.905,00
177	Concreto estrutural Fck=21,00 Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43,00	-	-	43,00
178	Impermeabilização e isolamento (pontos e pontilhão)**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	417,19	-	-	417,19
179	ACABAMENTO E OBRAS COMPLEMENTARES	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
180	Guarda-corpo metálico	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	108,00	-	-	108,00
181	Dreno vertical h=15mm em PVC	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,00	-	-	8,00
182	Concreto estrutural Fck=21,00 Mpa	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,00	-	-	3,00
184	PASSARELA SOBRE O CÓRREGO CRISTAL - Estaq. = 11,00m - est.1955 + 8,85 (Lado direito - L=1,80 e Lado esquerdo - L=1,20m)	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
192	Aterro e reaterro extraforma	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
193	Escavação mecânica em material de 1ª categoria H=0,00 a 1,50m	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120,00	-	-	120,00
197	Execução e cópia de madeira esp. < 5cm c/ reaproveitamento	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-	20,00
200	Concreto de regularização	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14,65	-	-	14,65
201	Formas planas de madeira nova e reaproveitada c/ 3 reaproveitamentos esp< 17mm	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49,04	-	-	49,04
202	Ferro barras, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	295,00	-	-	295,00
203	Concreto estrutural Fck=21,0 Mpa	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,32	-	-	4,32
204	SUPER-ESTRUTURA	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
205	Formas planas de madeira nova e reaproveitada c/ reaproveitamento esp< 17mm	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79,70	-	-	79,70
206	Ferro barras, dobragem e colocação nas formas de aço CA-50	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	808,00	-	-	808,00
207	Concreto estrutural Fck=21,00 Mpa	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,76	-	-	9,76
208	Impermeabilização e isolamento (pontos e pontilhão)	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	127,50	-	-	127,50
209	ACABAMENTO E OBRAS COMPLEMENTARES	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
210	Guarda-corpo metálico	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22,00	-	-	22,00
211	Dreno vertical h=15mm em PVC	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,00	-	-	8,00
212	CONCRETO estrutural Fck=21,00 Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,50	-	-	0,50
213	Pintura com tinta de concreto	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60,00	-	-	60,00
214	PASSARELA SOBRE O CÓRREGO DA MATA - Estaq. = 14,00m - est.1917 + 16,30 (Lado direito - L=2,00 e Lado esquerdo - L=1,00m)	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
218	Reaterro de manual em material de 1ª categoria H=0,00 a 1,50m	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,84	-	-	9,84
219	Concreto de regularização	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,39	-	-	0,39
220	Formas planas de madeira nova e reaproveitada c/ 3 reaproveitamentos esp< 17mm	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17,84	-	-	17,84
221	Ferro barras, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	184,00	-	-	184,00
222	Concreto estrutural Fck=25,0 Mpa	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00	-	-	2,00
223	SUPER-ESTRUTURA	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
224	Formas planas de madeira nova e reaproveitada c/ reaproveitamento esp< 17mm	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	103,00	-	-	103,00
225	Ferro barras, dobragem e colocação nas formas de aço CA-50	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.344,00	-	-	1.344,00
226	Concreto estrutural Fck=25,00 Mpa	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21,12	-	-	21,12
227	Impermeabilização e isolamento (pontos e pontilhão)	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	239,00	-	-	239,00
228	ACABAMENTO E OBRAS COMPLEMENTARES	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
229	Dreno vertical h=15mm em PVC	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,00	-	-	8,00
247	PONTE SOBRE O RIO ALAGRE - Estaq. = 45,00m - est.1944 + 8,69 (Lado direito - L=12,40)	S/U	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
251	Grade metálica, fornecimento, transporte, perdas, solda, emenda, corte e colocação	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	624,00	-	-	624,00
252	Fornecimento e montagem de estacas, diâmetro 30cm em chapa de blindar, preenchimento c/ concreto auto adensável (320Kg/m)	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	88,00	-	-	88,00
253	Estaca raiz com diâmetro de 30,0cm perfurada em solo para carga de 50t, incluindo fornecimento de todos os materiais e locação	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42,00	-	-	42,00
254	Estaca raiz com diâmetro de 20,0cm, perfurada em rocha até para carga de 25t (Excluindo fornecimento de todos os materiais e locação)**	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37,00	-	-	37,00
259	Concreto de regularização	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,92	-	-	1,92
260	Formas planas de madeira nova e reaproveitada c/ 3 reaproveitamentos esp< 17mm	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	365,00	-	-	365,00
261	Ferro barras, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.000,00	-	-	13.000,00
262	Concreto estrutural Fck=25,0 Mpa	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	124,00	-	-	124,00
263	Aparelho de apoio de neoprene fretado**	Dm³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39,00	-	-	39,00



Relação das Obras e Serviços Realizados nos Contratos de construção por contrato

Código	Serviços	Un.	Contratos													
			001/2005	002/2006	003/2006	004/2006	005/2006	006/2006	007/2006	008/2006	009/2006	001/2009	002/2009	003/2009	002/2010	Total
001	[illegible]	[illegible]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
002	Formas planas de madeirit nova e reaproveitamento c/ 1 reaproveitamento exp=1 Mad**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.039,22	-	-	1.039,22
003	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38.219,00	-	-	38.219,00
007	Concreto estrutural Fck=25,0 Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	245,91	-	-	245,91
008	Fornecimento e lançamento (pontos e postos)**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.001,45	-	-	4.001,45
009	Escoras de segurança	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
010	Formas planas de madeirite nova e reaproveitamento c/ 1 reaproveitamento exp=1 Mad**	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200,00	-	-	200,00
011	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50 (fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.385,00	-	-	1.385,00
012	Concreto estrutural Fck=25,0 Mpa**	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27,44	-	-	27,44
013	Viga de travamento	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
014	Formas planas de madeirit nova e reaproveitamento c/ 1 reaproveitamento exp=1 Mad	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200,00	-	-	200,00
015	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50 (fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.785,00	-	-	1.785,00
016	Concreto estrutural Fck=25,0 Mpa	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27,44	-	-	27,44
017	Acabamento e Obras complementares	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
018	Drenos de PVC D=100mm	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	-	-	0,00
019	Concreto estrutural Fck=20,00 Mpa	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59,00	-	-	59,00
020	Pintura com nata de cimento	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	900,00	-	-	900,00
023	DESAPROPRIAÇÃO DA PONTE SOBRE O RIBEIRÃO VALA SECA NA ESTACA 1616+15,65 (304,65 + 16,65) - Lavoura e 0,30 m²	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
027	Aparelho de apoio neoprene fretado**	Dm³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12,40	-	-	12,40
028	Sistema de escapamento para aparo-escoramento de pontes (4 macacos)	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	1,00
043	Drenos 516 a 517 (1x20cm) - LD - Muro de Pedra de Mão Argamassada	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.02.015	Escavação em vala, rocha branda	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42,40	-	42,40
303	Escavação 697+15 a 698+10 (L=25m) - LD - Muro em Terra-armada	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
304	Muro em TERRA-ARMADA em planos,0+3m e 2,0m Lin 1,0 m em PVC,inclusive concreto e tratamento de pedra de mão e geotextil não tecido,gramatura=300g/m2	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120,00	-	-	120,00
330	[illegible]	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
364	PONTE SOBRE O RIO SALTO RIO I - EST. 450 + 6,43 (Comprimento=33,00m - Largura=9,00m)	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
365	Selo e Mísula Horizontal	Un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.02.016	Formas planas de madeirit nova e reaproveitamento c/ 1 reaproveitamento exp=1 Tbua	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50,84	-	-	50,84
12.02.014	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.156,00	-	-	1.156,00

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019845

Relação das Obras e Serviços Realizados nos Contratos de construção por contrato

Código	Serviços	Un.	Contratos													
			001/2006	002/2006	003/2006	004/2006	005/2006	006/2006	007/2006	008/2006	009/2006	010/2009	011/2009	012/2009	002/2009	002/2010	Total
12.03.020	Concreto estrutural fck=25,0 MPa	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14,00	-	14,00
390	PONTE SOBRE O RIO SALTINHO II - EST. 606+0,75 (Comp.=16,00m - Largura=10,00m)	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
391	Solo e Mão - Estrutura	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
17.02.014	Aparelho de apoio de neoprene fretado	dm³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44,80	-	44,80
400	Super - Estrutura	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
13.01.005	Formas planas de madeira nova e aproveitamento e/ reaproveitamento exp.=15mm	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	740,33	-	740,33
12.02.014	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.730,00	-	27.730,00
12.03.020	Concreto estrutural fck=25,0 MPa	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	170,71	-	170,71
17.01.009	Escoramentos e cimbramentos (pontaletes)	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.709,20	-	1.709,20
405	Serviço de Segurança	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
17.01.014	Formas planas de madeira nova e aproveitamento e/ 1 reaproveitamento exp.= 1 mm	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	140,00	-	140,00
12.02.014	Fornecimento, dobragem e colocação nas formas, de aço CA-50	kg	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.962,00	-	3.962,00
12.03.020	Concreto estrutural fck= 25,0 MPa	m³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19,00	-	19,00
452	RECUPERAÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO TIMBUÍ - ESTACA 1008+4,85 (Comp.=106,00m - Largura=10,00m)	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
28.20.020	Limpeza e pintura de guarda-corpo	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40,00	-	40,00
460	RECUPERAÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO TIMBUÍ - ESTACA 1194+6,32 (Comp.=25,00m Largura=9,00m)	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
95.01.021	Limpeza e pintura de guarda-corpo	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92,00	-	92,00
12.04.000	Pintura com saia de cimento	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	690,00	-	690,00
17.02.009	Rebaixamento de superfície de concreto	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	690,00	-	690,00
470	RECUPERAÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO TIMBUÍ - ESTACA 1286+8,98 (Comp.=32,00m - Largura=10,00m)	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
12.04.009	Pintura com saia de cimento	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	390,00	-	390,00
17.02.009	Rebaixamento de superfície de concreto	m²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	390,00	-	390,00
9000 - EDIFICAÇÃO E ACESSÓRIOS																	
81	Fornecimento e instalação de ponta de concreto engastada de seção circular (115m de altura) exclusiv cravação padrão	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,00	-	-	10,00
82	Para. e inst. de luminária com lâmpada vapor sódio em multimpor metálica de 400w a prova intempe 220V/127v c/ Reator de ext. 110/220v/Ignitor para	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-	20,00
84	Para. e inst. de relógio duplo tipo pétala p/luminárias em aço de baixo teor de carbono galv. a fogo interna e externamente com isolação dupla	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,00	-	-	10,00
85	Para. e inst. de Refletor elíptico iodeto halogenetos para fixação galv. com face 300mm, potência nominal 1000 w	EU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,00	-	-	10,00
14.01.021	Vidro colorido grau anti-ruído dimensão 3/8" a 1,4m (fornecimento e instalação)	EU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-	20,00
14.01.001	Fornecimento de cabo de cobre nú - Seção de 35mm²	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40,00	-	-	40,00
88	Fornecimento e instalação de caixa de passagem, dimensões 30x30x40cm	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,00	-	-	10,00
89	Construção de caixa de passagem subterrânea de concreto, dimensões 60x60x80cm com tampa de ferro fundido	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,00	-	-	3,00
12.04.003	Fornecimento e assentamento de eletroduto tipo Ferrolux diâmetro 2"	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	230,00	-	-	230,00
91	Fornecimento e instalação de eletroduto de ferro galvanizado, com diâmetro de 100mm(4") inclusive curvas e emendas	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15,00	-	-	15,00
92	Fornecimento e instalação de eletroduto de ferro galvanizado, com diâmetro de 100mm(4") inclusive curvas e emendas	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	280,00	-	-	280,00
94	Fornecimento e instal. de cabo isolado p/ 1000v de cobre,cap.bitola 35mm2[4]pç/pol.	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	240,00	-	-	240,00
96	Fornecimento e instal. de cabo isolado p/ 1000v de cobre,cap.bitola 35mm2[4]pç/pol	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.805,00	-	-	1.805,00
97	Fornecimento e instal. de cabo isolado p/ 1000v de cobre,cap.bitola 50 mm2 [4]pç/ pol.	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	285,00	-	-	285,00
14.03.021	Fornecimento e instalação de cabo de duto inclusive caixa Lei	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	630,00	-	-	630,00
900	Fornecimento e instalação em balanço em de luminária em aço galvanizado, 3º ponto, altura 25m (+2m de arandela) suporte de mastaço, incl. acessórios de fixação e baixa tensão	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	1,00
901	Fornecimento e instalação de Chave isolável em poste metálico, inclusive conexões e acessórios de fixação	UN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	1,00
902	Fornecimento e instal. de cabo isolado p/ 1100v de cobre,cap.bitola 4mm2 [4]pç/ pol.	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	470,00	-	-	470,00

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-ES
A 0019846

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução n° 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-DF

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
0720230000777

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Atividade em andamento

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução n° 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - Crea-DF o Acervo Técnico do profissional **DIEGLES SIMOES DE TOLEDO PEREIRA** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **DIEGLES SIMOES DE TOLEDO PEREIRA** RNP: **1403400903** Registro: **85665/D-MG**

Título profissional: **Engenheiro Civil**

Número da ART: **0720230009346**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **06/02/2023** ....
Forma de registro: **Substituição** à **0720230005504**..... Participação técnica: **Equipe**..... à **0720200086047**.....
Empresa contratada: **14687 -..CONSORCIO STE/SIMEMP**.....

Contratante: **Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes DNIT** CPF/CNPJ: **04.892.707/0001-00**

SAUN Quadra 3 Bloco A..... Número: 00..... Bairro: Asa Norte..... CEP: 70040-902

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: .....

E-Mail: cgmrr@dnit.gov.br..... Fone: (61....)33154000....

Contrato: 325/2020.. Celebrado em: 0 Valor R$: 116.120.511,78.

Vinculada a ART: ..... Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: SAUN Quadra 3 Bloco A..... Número: 00.....

Bairro: Asa Norte..... CEP: 70040-902

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: .....

Data de Início: 03/08/2020 Situação: "atividade em andamento" Coordenadas Geográficas: .....,.....

Finalidade: **Outro.....** Código/Obra pública: .....

Proprietário(a): **Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes DNIT** CPF/CNPJ: **04.892.707/0001-00**

E-Mail: cgmrr@dnit.gov.br... Fone: (61....) 33154000..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Assessoria** Assessoria de infraestrutura rodoviária , 1.797,0000 dia;**2 - Assessoria** Assessoria de pavimentação asfáltica para rodovias , 1.797,0000 dia;**3 - Assessoria** Assessoria de base e sub-base para rodovias , 1.797,0000 dia;**4 - Assessoria** Assessoria de pontes , 1.797,0000 dia;**5 - Assessoria** Assessoria de estudos geotécnicos , 1.797,0000 dia;**6 - Assessoria** Assessoria de sistemas de drenagem para obras civis , 1.797,0000 dia;**7 - Assessoria** Elaboração de orçamento de infraestrutura rodoviária , 1.797,0000 dia;**8 - Assessoria** Elaboração de orçamento de sondagem geotécnica , 1.797,0000 dia;**9 - Assessoria** Elaboração de orçamento de contenções , 1.797,0000 dia;**10 - Assessoria** Elaboração de orçamento de proteção de encostas , 1.797,0000 dia;**11 - Assessoria** Elaboração de orçamento de edificação de alvenaria, 1.797,0000 dia;**12 - Assessoria** Elaboração de orçamento de reforma de edificação , 1.797,0000 dia;**13 - Assessoria** Estudo de viabilidade técnico-econômico de infraestrutura rodoviária , 1.797,0000 dia;**14 - Assessoria** Planejamento de infraestrutura rodoviária , 1.797,0000 dia;

Observações

Serv. de Engenh.consultiva p/ DNIT-DPP. Produto 05 (Coord.-Geral de desenvolv.de projetos)Elaborar relatórios de Análise técnica anteprojetos,Proj Básicos e Executivos,vistoria:Orçamento,Plano de execução obra,Estudo de viabilidade.Geologia,Geotecnia,Pavimentação,Estudo de tráfego,Drenagem e pontes.

Número da ART: **0720230010662**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **08/02/2023** ....
Forma de registro: **Complementar** à **0720230009346**..... Participação técnica: **Equipe**..... à **0720200086047**.....
Empresa contratada: **14687 -..CONSORCIO STE/SIMEMP**.....

Contratante: **Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes DNIT** CPF/CNPJ: **04.892.707/0001-00**

SAUN Quadra 3 Bloco A..... Número: 00..... Bairro: Asa Norte..... CEP: 70040-902

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: .....

E-Mail: cgmrr@dnit.gov.br..... Fone: (61....)33154000....

Contrato: 325/2020.. Celebrado em: 0 Valor R$: 186.850.935,73.

Vinculada a ART: ..... Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: SAUN Quadra 3 Bloco A..... Número: 00.....

Bairro: Asa Norte..... CEP: 70040-902

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: .....

Data de Início: 03/08/2020 Situação: "atividade em andamento" Coordenadas Geográficas: .....,.....

Finalidade: **Outro.....** Código/Obra pública: .....

Proprietário(a): **Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes DNIT** CPF/CNPJ: **04.892.707/0001-00**

E-Mail: cgmrr@dnit.gov.br... Fone: (61....) 33154000..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Assessoria** Assessoria de infraestrutura rodoviária , 1.797,0000 dia;**2 - Assessoria** Assessoria de pavimentação asfáltica para rodovias , 1.797,0000 dia;**3 - Assessoria** Assessoria de base e sub-base para rodovias , 1.797,0000 dia;**4 - Assessoria** Assessoria de pontes , 1.797,0000 dia;**5 - Assessoria** Assessoria de estudos geotécnicos , 1.797,0000 dia;**6 - Assessoria** Assessoria de sistemas de drenagem para obras civis , 1.797,0000 dia;**7 - Assessoria** Elaboração de orçamento de infraestrutura rodoviária , 1.797,0000 dia;**8 - Assessoria** Elaboração de orçamento de sondagem geotécnica , 1.797,0000 dia;**9 - Assessoria** Elaboração de orçamento de contenções , 1.797,0000 dia;**10 - Assessoria** Elaboração de orçamento de proteção de encostas , 1.797,0000 dia;**11 - Assessoria** Elaboração de orçamento de edificação de alvenaria, 1.797,0000 dia;**12 - Assessoria** Elaboração de orçamento de reforma de edificação , 1.797,0000 dia;**13 - Assessoria** Estudo de viabilidade técnico-econômico de infraestrutura rodoviária , 1.797,0000 dia;**14 - Assessoria** Planejamento de infraestrutura rodoviária , 1.797,0000 dia;

Observações

1º TA: Acréscimo de R$20.730.423,95 a partir de 01/11/2020.Serviço de Eng. Consultiva p/DNIT-DPP. Prod. 05:Elaborar Relatório de Análise téc. Anteprojeto,Projeto Básico e Executivo,Vistoria,Orçamento,Plano de execução Obra,Estudo de Viabil.,Geotecnia,Pavimentação,Estudo de Tráfego,Drenagem e Pontes.

Número da ART: **0720230010663**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **08/02/2023** ....
Forma de registro: **Complementar** à **0720230009346**..... Participação técnica: **Equipe**..... à **0720200086047**.....
Empresa contratada: **14687 -..CONSORCIO STE/SIMEMP**.....

Contratante: **Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes DNIT** CPF/CNPJ: **04.892.707/0001-00**

SAUN Quadra 3 Bloco A..... Número: 00..... Bairro: Asa Norte..... CEP: 70040-902

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: .....

E-Mail: cgmrr@dnit.gov.br..... Fone: (61....)33154000....

Contrato: 325/2020.. Celebrado em: 0 Valor R$: 187.261.433,47.

Vinculada a ART: ..... Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: SAUN Quadra 3 Bloco A..... Número: 00.....

Bairro: Asa Norte..... CEP: 70040-902

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: .....

Data de Início: 03/08/2020 Situação: "atividade em andamento" Coordenadas Geográficas: .....,.....

Finalidade: **Outro.....** Código/Obra pública: .....

Proprietário(a): **Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes DNIT** CPF/CNPJ: **04.892.707/0001-00**

E-Mail: cgmrr@dnit.gov.br... Fone: (61....) 33154000..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Assessoria** Assessoria de infraestrutura rodoviária , 1.797,0000 dia;**2 - Assessoria** Assessoria de pavimentação asfáltica para rodovias , 1.797,0000 dia;**3 - Assessoria** Assessoria de base e sub-base para rodovias , 1.797,0000 dia;**4 - Assessoria** Assessoria de pontes , 1.797,0000 dia;**5 - Assessoria** Assessoria de estudos geotécnicos , 1.797,0000 dia;**6 - Assessoria** Assessoria de sistemas de drenagem para obras civis , 1.797,0000 dia;**7 - Assessoria** Elaboração de orçamento de infraestrutura rodoviária , 1.797,0000 dia;**8 - Assessoria** Elaboração de orçamento de sondagem geotécnica , 1.797,0000 dia;**9 - Assessoria** Elaboração de orçamento de contenções , 1.797,0000 dia;**10 - Assessoria** Elaboração de orçamento de proteção de encostas , 1.797,0000 dia;**11 - Assessoria** Elaboração de orçamento de edificação de alvenaria, 1.797,0000 dia;**12 - Assessoria** Elaboração de orçamento de reforma de edificação , 1.797,0000 dia;**13 - Assessoria** Estudo de viabilidade técnico-econômico de infraestrutura rodoviária , 1.797,0000 dia;**14 - Assessoria** Planejamento de infraestrutura rodoviária , 1.797,0000 dia;

Observações

2º TA: Acréscimo de R$410.497,74 a partir de 20/12/2021.Serviço de Eng. Consultiva p/DNIT-DPP. Prod. 05:Elaborar Relatório de Análise téc. Anteprojeto,Projeto Básico e Executivo,Vistoria,Orçamento,Plano de execução Obra,Estudo de Viabil.,Geotecnia,Pavimentação,Estudo de Tráfego,Drenagem e Pontes.

Número da ART: **0720230010664**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **08/02/2023** ....
Forma de registro: **Complementar** à **0720230009346**..... Participação técnica: **Equipe**..... à **0720200086047**.....
Empresa contratada: **14687 -..CONSORCIO STE/SIMEMP**.....

Contratante: **Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes DNIT** CPF/CNPJ: **04.892.707/0001-00**

SAUN Quadra 3 Bloco A..... Número: 00..... Bairro: Asa Norte..... CEP: 70040-902

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: .....

E-Mail: cgmrr@dnit.gov.br..... Fone: (61....)33154000....

Contrato: 325/2020.. Celebrado em: 0 Valor R$: 191.118.927,14.

Vinculada a ART: ..... Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: SAUN Quadra 3 Bloco A..... Número: 00.....

Bairro: Asa Norte..... CEP: 70040-902

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: .....

Data de Início: 03/08/2020 Situação: "atividade em andamento" Coordenadas Geográficas: .....,.....

Finalidade: **Outro.....** Código/Obra pública: .....

Proprietário(a): **Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes DNIT** CPF/CNPJ: **04.892.707/0001-00**

E-Mail: cgmrr@dnit.gov.br... Fone: (61....) 33154000..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Assessoria** Assessoria de infraestrutura rodoviária , 1.797,0000 dia;**2 - Assessoria** Assessoria de pavimentação asfáltica para rodovias , 1.797,0000 dia;**3 - Assessoria** Assessoria de base e sub-base para rodovias , 1.797,0000 dia;**4 - Assessoria** Assessoria de pontes , 1.797,0000 dia;**5 - Assessoria** Assessoria de estudos geotécnicos , 1.797,0000 dia;**6 - Assessoria** Assessoria de sistemas de drenagem para obras civis , 1.797,0000 dia;**7 - Assessoria** Elaboração de orçamento de infraestrutura rodoviária , 1.797,0000 dia;**8 - Assessoria** Elaboração de orçamento de sondagem geotécnica , 1.797,0000 dia;**9 - Assessoria** Elaboração de orçamento de contenções , 1.797,0000 dia;**10 - Assessoria** Elaboração de orçamento de proteção de encostas , 1.797,0000 dia;**11 - Assessoria** Elaboração de orçamento de edificação de alvenaria, 1.797,0000 dia;**12 - Assessoria** Elaboração de orçamento de reforma de edificação , 1.797,0000 dia;**13 - Assessoria** Estudo de viabilidade técnico-econômico de infraestrutura rodoviária , 1.797,0000 dia;**14 - Assessoria** Planejamento de infraestrutura rodoviária , 1.797,0000 dia;

Observações

3º TA: Acréscimo de R$3.857.493,67 a partir de 21/04/2022.Serviço de Eng. Consultiva p/DNIT-DPP. Prod. 05:Elaborar Relatório de Análise téc. Anteprojeto,Projeto Básico e Executivo,Vistoria,Orçamento,Plano de execução Obra,Estudo de Viabil.,Geotecnia,Pavimentação,Estudo de Tráfego,Drenagem e Pontes.

Informações Complementares

CERTIFICAMOS QUE A **CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT** FOI CONCEDIDA PELA **CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL, MINAS E GEOLOGIA - CEECMG,** EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 778 DE 24/04/2023, DE ACORDO COM O **PROCESSO Nº 07.818.202804/2023** CERTIDÃO VÁLIDA SOMENTE PARA OS SERVIÇOS DE ASSESSORIA E ENGENHARIA CONSULTIVA EM SERVIÇOS TÉCNICOS, ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTOS, ESTUDOS DE VIABILIDADE E PLANEJAMENTO, SOMENTE PARA OS SERVIÇOS CONSTANTES NA(S) ART(S) E NO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, REFERENTE AO PERÍODO DE 03/08/2020 À 30/09/2022 E QUE SÃO CONDIZENTES COM AS **ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS DO ARTIGO 7º DA RESOLUÇÃO Nº 218/73, DO CONFEA.**

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 140152 a 140209, o atestado contendo <58> página(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 0720230000777
Data: 26/04/2023 Hora: 18:22:43
Código de Controle: JOPEPCS

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.
A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnicoprofissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.
A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-DF (www.creadf.org.br).
A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal
SGAS 901 - Conj. "D" Asa Sul Brasília-DF - CEP: 70390-010
Tel: (61) 3961-2800 Fax: E-mail: informacao@creadf.org.br

CREA-DF

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS - CONTRATO EM ANDAMENTO

ATESTADO PARCIAL DE CAPACIDADE TÉCNICA

Processo nº 50600.010560/2020-33
Interessado: **Consórcio STE-SIMEMP**

Atestamos, para os devidos fins de acervo técnico, que o **Consórcio STE-SIMEMP**, formado pela empresa **STE - SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S.A**, inscrita no CNPJ nº **88.849.773/0001-98** e a empresa **SIMEMP SERVICOS TECNICOS E OBRAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **09.237.296/0001-33**, com sede à rua Saldanha da Gama, 225, bairro Harmonia, na cidade de Canoas/RS, detentor do **Contrato 00 00325/2020,** exarado no processo 50600.010560/2020-33, firmado com o **DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES**, ente autárquico federal vinculado ao Ministério da Infraestrutura, com sede na capital do Distrito Federal - Brasília/DF - Setor de Autarquias Norte, Edifício Núcleo dos Transportes, Quadra 03, Lote A, CEP 70.040-902, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.892.707/0001-00 doravante simplesmente denominado DNIT, executou, no período compreendido entre **01/08/2020, data de início da primeira medição e 30/09/2022**, os serviços técnicos especializados no Assessoramento em Gestão Pública e Engenharia Consultiva, no âmbito da **DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PESQUISA – DPP/DNIT**, em conformidade com as Normas e Procedimentos Administrativos sobre Contratações de Obras e Serviços de Engenharia, vigentes no DNIT.

1. **DADOS DO CONTRATO**

1.1. Os dados relativos ao contrato nº 0325/2020 são os seguintes:

Item	Descrição
Nº do Edital	RDC n. 032/2020-00 (50600.010560/2020-33 - SEI nº 5010256)
Termo de Referência	SEI nº 4922216
Contrato	00 00325/2020 (SEI nº 5648400)
Data da celebração	19/05/2020
Empresa	Consórcio STE-SIMEMP
CNPJ STE	88.849.773/0003-50
CNPJ SIMEMP	09.237.296/0001-33
Percentuais de Participação	90% STE 10% SIMEMP
Objeto	Prestação de serviços técnicos especializados no assessoramento em gestão pública e engenharia consultiva no âmbito da Diretoria de Planejamento e Pesquisa - DPP/DNIT.
Extrato Contratual	07/05/2020 (SEI nº 5679082)
Ordem de Início dos Serviços	01/08/2020 (SEI nº 5854166)
Valor Original do Contrato	R$166.120.511,78
1º Aditivo	R$ 20.730.423,95
2º Aditivo	R$ 4[illegible]497,74



Item	Descrição
3º Aditivo	R$ 3.857.493,67
Valor Vigente (PI)	R$ 191.118.927,13
PI+R+A	R$ 212.505.539,17
Prazo de Vigência	19/05/2020 até 17/04/2026
Prazo de Execução	01/08/2020 até 05/07/2025
Modalidade de Licitação	Regime Diferenciado de Contratação – RDC
Regime de Contratação	Empreitada por preço global
Processo base nº.:	50600.009050/2019-80 (Licitação) 50600.010560/2020-33 (Contrato)

Tabela 1 - Informações contratuais

1.2. Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento dos Serviços nomeada por meio da Portaria nº 2956, de 01 de junho de 2022.

Membros	Status	Matrícula
LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO	Fiscal Titular e Gestor	Mat. DNIT nº 3700
BRUNO VENDRAMINI DOS SANTOS	Fiscal Suplente e Fiscal Adm. Substituto	Mat. DNIT nº 5355
THIAGO CÉSAR MARTINS DURÃES	Fiscal Administrativo	Mat. DNIT nº 3679
ANDRÉ DE OLIVEIRA NUNES	Membro	Mat. DNIT nº 3982
CYNTHIA PIEDADE DOS REIS FERREIRA	Membro	Mat. DNIT nº 2985
RODRIGO PORTAL DE MATOS	Membro	Mat. DNIT nº 3989
EDIMARQUES PEREIRA MAGALHÃES	Membro	Mat. DNIT nº 2824
JOÃO FELIPE LEMOS CUNHA	Membro	Mat. DNIT nº 4071
ALEXANDRE GUIMARÃES BILICH NEUMANN	Membro	Mat. DNIT nº 4166-1
CAROLINE BURATTO DE LIMA OLIVEIRA	Membro	Mat. DNIT nº3769-9
GALILEU SILVA SANTOS	Membro	Mat. DNIT nº 4171-8
THIAGO DAVI ROSA	Membro	Mat. DNIT nº 4732-5
MICHELE MITIE ARAKE FRAGOSO	Membro	Mat. DNIT nº 4112-2
YONARA PATRÍCIA PRADO LÔBO	Membro	Mat. DNIT nº 4859-3



Tabela 2 - Comissão Especial de Fiscalização

2. OBJETO DO CONTRATO

2.1. O contrato nº 325/2020, tem como objeto a prestação de serviços técnicos especializados no assessoramento em gestão pública e engenharia consultiva no âmbito da Diretoria de Planejamento e Pesquisa - DPP/DNIT.

2.2. O contrato nº 325/2020, resumidamente, apoia a Diretoria de Planejamento e Pesquisa , no planejamento, supervisão e execução de ações relativas à gestão e à programação de investimentos anual e plurianual para a infraestrutura do Sistema Federal de Viação; formulação dos planos gerais de outorgas dos segmentos da infraestrutura viária; planejamento estratégico relativo aos empreendimentos de infraestrutura de transportes, aprovação e supervisão da política de gestão ambiental, bem como as atividades de meio ambiente nos empreendimentos de infraestrutura e operação dos transportes; pesquisas e estudos nas áreas de engenharia da infraestrutura de transportes, considerando, inclusive, os aspectos relativos ao meio ambiente; definição dos padrões de levantamento de dados relativos à infraestrutura de transportes sob competência do DNIT; definição de padrões e normas técnicas para o desenvolvimento e controle de projetos e obras de infraestrutura de transportes rodoviários; pesquisas e estudos experimentais nas áreas de infraestrutura aquaviária e ferroviária; planejamento, promoção, implementação e monitoramento dos programas de desenvolvimento tecnológico e de capacitação técnica; subsídio ao Ministério da Infraestrutura na articulação com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, para obter financiamento de programas, projetos e obras, bem como realizar programas de estudos e pesquisas; organização, manutenção e divulgação de informações estatísticas do setor de infraestrutura de transportes; supervisão das ações para elaboração e análise de projetos de engenharia aquaviária, ferroviária e rodoviária, e aprovação desses projetos; gestão das desapropriações e do reassentamento nos empreendimentos de infraestrutura de transportes federais; gerenciamento de programas que tenham por objetivo a regularização das faixas de domínio das vias federais; e apreciação das solicitações de delegação de competência para análise e aprovação de estudos e projetos.

2.3. Os objetivos pretendidos com a contratação são os seguintes:

I - Assessoramento em gestão pública: manter e desenvolver os procedimentos de estruturação, gerenciamento e manutenção das informações técnicas e gerenciais sob responsabilidade das áreas da DPP; apoiar as setoriais da DPP nas ações relacionadas à revisão, manutenção e desenvolvimento dos processos e fluxos de informações mapeados e disponíveis, proporcionando um aprimoramento contínuo da gestão a partir da estrutura existente; manter ambientes específicos para as tomadas de decisões em grupo;

II - Assessoramento em engenharia no setor de transportes: subsidiar/apoiar os profissionais servidores públicos na análise, instrução e revisão de conteúdos técnicos sob responsabilidade da DPP; identificar as necessidades e oferecer apoio técnico constante aos servidores a partir das melhorias introduzidas pela gestão pública e a pela engenharia consultiva.

2.4. Os serviços do contrato estão organizados em 8 (oito) Produtos, que se subdividem em ações, atividades e subatividades específicas, conforme resumido na tabela a seguir:

Resumo dos Quantitativos Previstos				
Item	**Produto**	**Frequência**	**Unidade**	**Quantidade**
1.0	Produto 1 - DPP	mensal	Mês	60
2.0	Produto 2 - CGMAB	mensal	Mês	60
3.0	Produto 3 - CGPLAN	mensal	Mês	60
4.0	Produto 4 - CGDR	mensal	Mês	60
5.0	Produto 5 - CGDESP	mensal	Mês	60
6.0	Produto 6 - CGIPT-IPR	mensal	Mês	60
7.0	Produto 7 - Assessoramento Técnico Especializado	sob demanda	u.d.	48
8.0	Produto 8 - Diárias e Deslocamentos	sob demanda	u.d.	600/180

Tabela 3 - Resumo dos Quantitativos Previstos



2.5. **ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL – ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO DO CONTRATO Nº 325/2020**

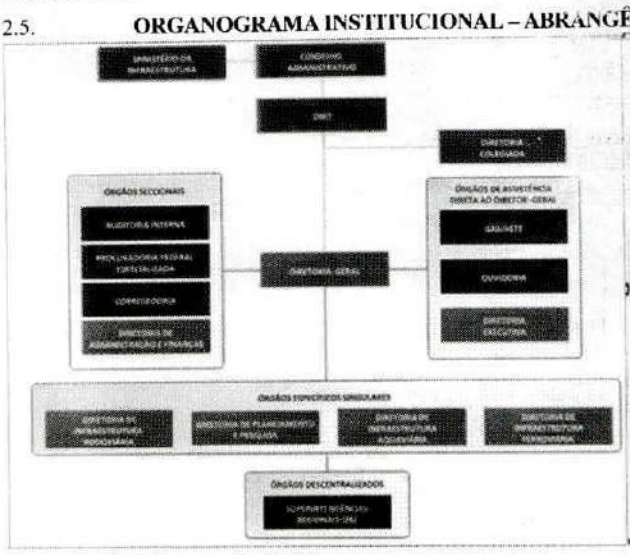


Figura 1 – Organograma do DNIT

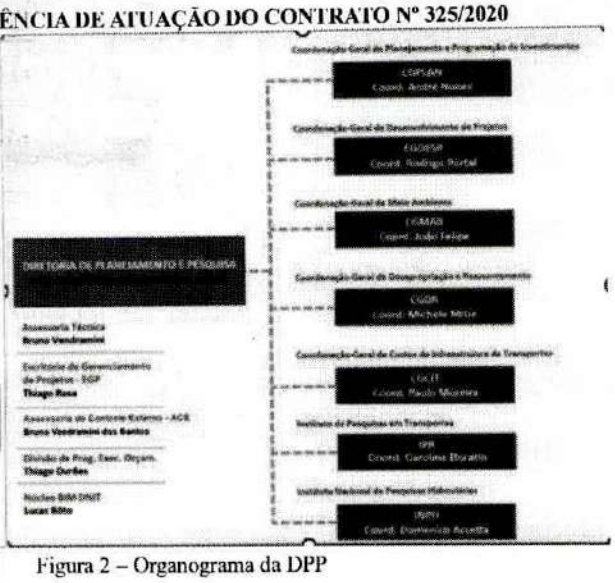


Figura 2 – Organograma da DPP

2.6. **EXECUÇÃO CONTRATUAL**

2.6.1. O modelo de execução contratual é conduzido pela entrega de produtos específicos e com a definição de metas capazes de subsidiar na avaliação e na remuneração do contrato em função do desempenho obtido, conforme hierarquia a seguir:

a) PRODUTO: distribuído por Coordenação-Geral da DPP e pela Assessoria da DPP, a divisão por produto organiza as entregas individuais e por macro áreas da DPP;

b) AÇÃO: em segundo nível hierárquico, para cada Produto existe uma ou mais Ações vinculadas, distribuídas por temas específicos e que visam a descrição das atividades que as compõem;

c) ATIVIDADE: como terceiro nível, a classificação por atividade auxilia na especificação dos serviços que integram as ações e também agrega maior objetividade na definição das metas e dos parâmetros de avaliação dos produtos. As atividades são classificadas de acordo com as características de temporalidade:

2.6.2. Permanente: atividade cuja execução é ininterrupta durante toda a vigência do contrato sem que haja a necessidade de solicitação prévia por parte da fiscalização;

2.6.3. Programada: atividade cuja execução depende de solicitação prévia da fiscalização do contrato e que pressupõe, pela sua natureza, a apresentação de um cronograma físico ou um plano de trabalho para cumprimento de um objetivo específico.

2.6.4. Permanente/Programa (mista): atividade cuja definição pode ser enquadrada concomitantemente na classificação de permanente e programada.

2.6.5. As subatividades são classificadas individualmente quando do processo de avaliação do Produto.

a) SUB-ATIVIDADE: como quarto e último nível, as subatividades representam, unitariamente, as demandas atendidas e que agrupadas formam as atividades.

2.6.6. As avaliações realizadas pela fiscalização do DNIT, no contrato seguem os critérios preestabelecidos no Termo de Referência do Edital, Ponderação, Desempenho, Criticidade, Prazo, Forma e Argumento e estão integralmente refletidos no sistema informatizado de gestão e avaliação, elaborado pelo Consórcio STE-SIMEMP, denominado SS KANBAN, que em termos finalísticos seus resultados são utilizados pela fiscalização para fins de acompanhamento dos trabalhos e elaboração das medições de serviços mensais do contrato.



2.7. **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.8. Relação da equipe técnica do Consórcio STE-SIMEMP responsável pelos serviços:

Lista de Profissionais Responsáveis pelo Contrato					
Nome do Profissional	**Formação**	**Nº Reg. Conselho**	**Atuação**	**Vinculação/Serviço**	**Participação**
José Maria Saud Morheb	Engº Civil	8247/D-DF	Coordenador-Geral e Responsável Técnico	Coordenação Geral do Contrato e Gerenciamento dos Produtos de 1 a 8.	01/08/2020 – 30/09/2022
Lindomar Ferreira dos Santos	Engº Ambiental	115303/D-TO	Coordenador Setorial (CGMAB) e Responsável Técnico	Produto 2 – Ações: 1 a 3	01/08/2020 – 30/09/2022
Janaina Tatto	Engº Civil	21283/D-DF	Coordenador Setorial (CGPLAN) e Responsável Técnico	Produto 3 – Ações: 1 a 9	01/01/2021-30/09/2022
Rosângela Santos Vieira Gasel	Engº Civil	21163/D-DF	Coordenador Setorial (CGDR) e Responsável Técnico	Produto 4 – Ações: 1 a 5	04/01/2021 - 30/09/2022

Marcus André Almeida	Engº Civil	19314/D-DF	Coordenador Setorial (CGDESP) e Responsável Técnico	Produto 5 – Ações: 1 a 5	01/08/2020 - 01/05/2022
Zélia Silveira D'Azevedo	Engº Civil	RS074693	Coordenador Setorial (CGDESP) e Responsável Técnico	Produto 5 – Ações: 1 a 5	17/08/2022 - 30/09/2022
Roney de Moura Gomes	Engº Civil	2011107509/D-RJ	Coordenador Setorial (CGIPT-IPR) e Responsável Técnico	Produto 6 – Ações: 1 a 3	01/08/2020 - 15/06/2021
Antonia Simone da Silva	Engº Civil	5434/D-RN	Coordenador Setorial (CGIPT-IPR) e Responsável Técnico	Produto 6 – Ações: 1 a 3	22/12/2021 - 30/09/2022
Adalto Matheus Nogueira da Silva	Engº Civil	5063785535/D-SP	Equipe Técnica (CGIPT-IPR)	Produto 6 – Ações: 1	04/01/2021 - 24/03/2022
Allan Melo Ribeiro	Administrador	022297/DF	Equipe Técnica (DPP)	Produto 1 - Ação 5	01/08/2020 - 31/01/2022
Gabriela Fumagali	Arquiteta	A52984-2	Equipe Técnica (DPP)	Produto 1 - Ação 5	03/11/2020 – 30/09/2022
Maura Satiko Asakawa	Arquiteta	A80738-9	Equipe Técnica (DPP)	Produto 1 - Ação 5	03/11/2020 – 30/09/2022
José Augusto Barreiros da Costa Ribeiro	Engº Civil	24649/D-DF	Equipe Técnica (DPP)	Produto 1 - Ação 5	03/11/2020 – 30/09/2022
Giovana Freire de Moura Claude	Engº Civil	17797/D-PA	Equipe Técnica (DPP)	Produto 1 - Ação 5	03/11/2020 – 30/09/2022
Pedro Guilherme Alves Chaves	Arquiteto	A124890-1	Equipe Técnica (DPP)	Produto 1 - Ação 5	06/10/2021 – 30/09/2022
Bárbara Rocha Pinto Bonnet	Bióloga	Não aplicável	Equipe Técnica (CGMAB)	Produto 2 – Ações: 1 a 3	03/08/2020 - 30/09/2022
Ravella Machado	Engº Ambiental	14921/D-MS	Equipe Técnica (CGMAB)	Produto 2 – Ações: 1 a 3	03/08/2020 - 30/09/2022
Rodrigo Novaes Leite	Biólogo	Não aplicável	Equipe Técnica (CGMAB)	Produto 2 – Ações: 1 a 3	18/07/2022 - 30/09/2022
Rodrigo Zolini Dias	Engº Ambiental	16383/D-DF	Equipe Técnica (CGMAB)	Produto 2 – Ações: 1 a 3	03/08/2022 - 30/09/2022
Sandra Flores Nunes	Engº Agrônoma	058347-1/D-SC	Equipe Técnica (CGMAB)	Produto 2 – Ações: 1 a 3	04/04/2022 - 30/09/2022
Ary Franck Cordeiro	Engº Civil	18896/D-DF	Equipe Técnica (CGDESP)	Produto 5 – Ações: 1 a 5	13/07/2021 - 30/09/2022
Ana Carolina Sorrentino Ramos	Engº Civil	2009139917/D-RJ	Equipe Técnica (CGDESP)	Produto 5 – Ações: 1 a 5	05/08/2021 - 30/09/2022
Diegles Simões de Toledo Pereira	Engº Civil	85665/D-MG	Equipe Técnica (CGDESP)	Produto 5 – Ações: 1 a 5	03/08/2020 - 30/09/2022
Márcio dos Santos Herrera	Engº Civil	97141/D-RS	Equipe Técnica (CGDESP)	Produto 5 – Ações: 1 a 5	03/08/2020 - 30/09/2022


Atestado registrado mediante
vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 140156

Márcio Rodrigues Ferreira Santos	Engº Civil	2007112467/D-RJ	Equipe Técnica (CGDESP)	Produto 5 – Ações: 1 a 5	06/08/2021 - 30/09/2022

Tabela 4 - Equipe Técnica do Contrato

2.9. Conforme previsto no Termo de Referência que integra o contrato, na sequência são apresentados os Produtos cujas execuções são de responsabilidade do Consórcio STE-SIMEMP, correspondentes a cada Setorial subordinada à Diretoria de Planejamento e Pesquisa, com suas respectivas ações, atividades, classificações e especificações e situação quanto à execução.

PRODUTO 1 – Diretoria de Planejamento e Pesquisa					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
AÇÃO 1 Assessoria Técnico-Administrativa	1.1	Coordenar a execução dos serviços previstos para a Ação 1, 2, 3 e 4 da Diretoria de Planejamento e Pesquisa, além de exercer a função de Coordenador Geral do Contrato.	Permanente	O coordenador será responsável por monitorar e assegurar que todas as ações previstas para a Diretoria de Planejamento e Pesquisa sejam concluídas com a qualidade e no tempo especificado, com a maior produtividade possível. Para isso, o coordenador deverá avaliar estratégias, criar um planejamento, implantar tecnologias, gerir o uso de equipamentos e ferramentas gerenciais, além de administrar os termos exigidos em edital. Este profissional deverá trabalhar em colaboração com os fiscais do contrato, devendo promover as relações necessárias com os diversos setores e profissionais do DNIT-Sede e Superintendências Regionais para cumprimento das atividades. Por isso, o coordenador deverá ter experiência compatível com a prática de gerenciamento de projetos e dominar os diversos aspectos técnicos relacionados ao ramo da engenharia de infraestrutura de transportes, devendo, para tanto, atender a qualificação exigida para o cargo especificado, conforme consta da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT - Instrução de Serviço DG nº 03, de 07 de março de 2012. O profissional acumulará as atribuições de Coordenador Geral do Contrato, respondendo também pelo gerenciamento dos demais produtos previstos no contrato.	Em execução
	1.2	Analisar e auxiliar na gestão de processos, elaborar pareceres e notas técnicas assessoradas.	Permanente	Os profissionais deverão subsidiar os servidores públicos do DNIT na análise e instrução de processos administrativos a cargo da Diretoria de Planejamento e Pesquisa, devendo desenvolver atividades meio, dentre as quais destacam-se: a. Elaborar minutas de encaminhamento segundo os aspectos formais da língua portuguesa e em atendimento às exigências do Manual de Redação da Presidência da República; b Elaborar minutas de pareceres técnicos e administrativos com vistas a subsidiar a instrução de processos e demandas atribuídas à DPP. c. Efetivar a tramitação dos processos administrativos entre os diversos setores do DNIT através dos sistemas informatizados disponíveis; d. Apoiar nas análises processuais, elaboração de notas, possibilitando a produção de informações que deverão integrar a estrutura de dados gerenciais;	Em execução
	1.3	Aprimorar o controle e padronização da Assessoria DPP, manter os controles e estatísticas dos processos e demandas no âmbito da DPP, além de acompanhar os prazos das atividades e processos.	Permanente/Programada	Os profissionais deverão apoiar os servidores públicos do DNIT na manutenção dos sistemas operacionais existentes e auxiliar no controle das demandas a cargo da Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Os profissionais deverão zelar pelo prazo de atendimento das demandas, além do aprimoramento contínuo dos controles administrativos preexistentes ou até mesmo a proposição de novas ferramentas gerenciais com vistas a garantir a eficiência e efetividade de atendimento das demandas sob responsabilidade da Diretoria e de suas setoriais.	Em execução



PRODUTO 1 – Diretoria de Planejamento e Pesquisa					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
Ação 2 **Assessoria de** **Controle Externo**	2.1	Elaborar respostas Técnicas assessoradas ao Controle Externo e Interno, além de demandas de Órgãos Judiciais	Permanente	Os profissionais deverão subsidiar os servidores públicos do DNIT na análise e instrução de assuntos relacionados à área de controle externo e interno, além de demandas judiciais, devendo desenvolver atividades meio, dentre as quais destacam-se: a. Elaborar minutas de encaminhamento segundo os aspectos formais da língua portuguesa e em atendimento às exigências do Manual de Redação da Presidência da República; b. Subsidiar na instrução de processos administrativos e na elaboração de respostas aos Órgãos de Controle Interno, Externo e Judiciais; atentando-se para tanto aos princípios básicos que regulam o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, com destaque à correta aplicação de princípios e conceitos legais.	Em execução
	2.2	Subsidiar na elaboração e análise de relatos a serem deliberados na Diretoria Colegiada do DNIT e na instrução de consultas à PFE/DNIT-Sede.	Permanente	Os profissionais deverão auxiliar na elaboração de minutas e na análise de relatos a serem deliberados na Diretoria Colegiada do DNIT, atentando-se à correta aplicação de conceitos legais e administrativos. Auxiliar na elaboração de consultas à Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT - PFE/DNIT-Sede. Auxiliar na instrução dos processos com o objetivo de atender as recomendações proferidas pela PFE/DNIT-Sede.	Em execução
	2.3	Apoiar na elaboração de Pareceres relacionados a Processos Administrativos de Apuração de responsabilidade.	Permanente	Os profissionais deverão auxiliar na instrução dos processos, devendo para tanto atentar-se aos aspectos legais-administrativos e às normas que regulam os processos administrativos de apuração de responsabilidade no âmbito da Administração Pública Federal e do próprio DNIT. Em resumo, as principais atividades serão: a .Elaborar minuta de notas técnicas; b. Elaborar minuta de encaminhamentos diversos - despachos, ofícios e notificações; c. Realizar o controle dos prazos regulamentados; d. Realizar a tramitação interna dos processos aos setores competentes do DNIT.	Em execução
	2.4	Acompanhar, analisar e Controlar Acórdãos e Relatórios afetos aos Órgãos de Controle Externo e Interno relacionados às atividades da DPP.	Permanente	Os profissionais deverão manter controles atualizados sobre as temáticas ligadas às áreas da Diretoria de Planejamento e Pesquisa, com apuração histórica de todas as recomendações e determinações exaradas pelos Órgãos de Controle Interno, Externo e Judiciário. Associado a isto, os controles deverão detalhar o status de atendimento de todas as recomendações e determinações afetas às áreas de interesse da DPP, cabendo ainda aos profissionais contratados apoiar os servidores públicos do DNIT no monitoramento periódico das demandas com o objetivo de subsidiar o cumprimento dos prazos regulamentados e das determinações proferidas.	Em execução



PRODUTO 1 – Diretoria de Planejamento e Pesquisa					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
Ação 3 **Escritório de Gerenciamento de Projetos**	3.1	Elaborar atlas gerencial de todos os empreendimentos, contendo informações pertinentes às temáticas da DPP.	Permanente	Os profissionais deverão elaborar e manter atualizado um relatório gerencial (Atlas Gerencial) dos empreendimentos ligados à infraestrutura de transportes, contendo informações associadas às obrigações regimentais da DPP, estejam estas informações no âmbito de gestão do DNIT-Sede ou das Superintendências Regionais. O relatório deverá seguir e abordar, no mínimo, o que consta no **ANEXO II** deste Termo de Referência.	Em execução
	3.2	Dar suporte às demandas de comunicação em assuntos afetos à Diretoria de Planejamento e Pesquisa.	Permanente	Os profissionais deverão elaborar minuta de resposta a questionamentos do público externo, devendo para tanto seguir os aspectos formais da língua portuguesa e as exigências do Manual de Redação da Presidência da República, além dos prazos estipulados pela fiscalização para atendimento da demanda. Caberá à contratada promover todas as ações necessárias para obtenção das informações, como consulta às Coordenações Setoriais, Superintendências Regionais e aos sistemas informatizados do DNIT.	Em execução
	3.3	Assessorar, com elaboração de conteúdo técnico, em reuniões internas e externas realizadas pelos servidores públicos do DNIT.	Permanente	Elaborar Notas Técnicas específicas com o objetivo de subsidiar os servidores públicos do DNIT em reuniões internas ou externas, com descrição pormenorizada de assuntos afetos às áreas de interesse da Diretoria de Planejamento e Pesquisa.	Em execução
	3.4	Manter e operar os sistemas gerenciais existentes na DPP, bem como a proposição de novas soluções em Tecnologia da Informação com vistas a acompanhar as metas institucionais da Diretoria.	Permanente/Programada	Os profissionais deverão realizar diagnóstico preliminar nos sistemas gerenciais existentes na Diretoria de Planejamento e Pesquisa com vistas a reconhecer a linguagem de programação empregada, estruturação do banco de dados, funcionalidades, entre outros. Caberá à contratada realizar a manutenção periódica e eventuais melhorias nos sistemas gerenciais com o objetivo de manter as suas funcionalidades, respeitando para tanto as regras institucionais relacionadas à tecnologia de informação. A empresa será responsável ainda por levantar quaisquer requisitos necessários junto ao setor do DNIT responsável pela área de TI para o desenvolvimento de suas atividades.	Em execução



PRODUTO 1 – Diretoria de Planejamento e Pesquisa					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
Ação 4 Divisão de Desenvolvimento e Acompanhamento	4.1	Controle da Programação e Execução Orçamentária dos Instrumentos Contratuais	Permanente/Programada	Os profissionais serão responsáveis pelas seguintes atividades de apoio: a. Realizar a programação das necessidades de recursos apresentadas pelas coordenações setoriais da DPP; b. Implementar mecanismos de disponibilização desses dados para que as próprias coordenações setoriais da DPP reavaliem e promovam as atualizações constantes, dispensando necessidade de levantamentos ad hoc para efeito de programação orçamentária e identificar necessidade de suplementações; c. Realizar o controle por instrumento em que conste: valor do instrumento, vigência, saldo a executar, valores declarados, valores inscritos em RP, valores empenhados, valores liquidados, valor a executar no exercício, necessidade de empenho para o exercício; d. Elaborar relatório que conste os recursos passíveis de remanejamento, discriminando tanto os valores que podem estar à disposição em outra unidade ou valores empenhados em contratos de forma desnecessária. e. Elaborar relatório em que conste a alocação de todos os recursos sob gestão da DPP. Para todos os efeitos, consideram-se recursos sob gestão da DPP tanto os créditos originários (20UA) quanto aqueles recebidos por descentralização. Portanto, em todos as demonstrações orçamentárias devem constar com o mesmo nível de detalhamento. O relatório deve listar todos os empenhos por instrumento, seja contrato, convênio, empenhos para pagamentos de taxas, perícias, desapropriações etc. f. Elaborar relatório com destaques orçamentários realizados para Universidades, Exército e outros entes, discriminando o saldo das Notas de Crédito e valores repassados; g. Auxiliar na programação de empenhos, isto é, planejamento da distribuição da dotação autorizada para os contratos.	Em execução
	4.2	Controle de Demandas Técnico - Administrativas	Permanente	Os profissionais serão responsáveis pelas seguintes atividades de apoio: a. Realizar a listagem das demandas recebidas de forma avulsa no setor; b. Relatório de inconsistências de sistemas, indicando medidas de ajuste; c. Monitorar a tramitação dos recursos solicitados via crédito suplementar, valores solicitados a outras diretorias e quadros em andamento; e. Realizar relatório diário retratando a execução orçamentária dos recursos sob gestão da DPP, isto é, dotação atualizada, declarações emitidas, total empenhado, destaques concedidos, empenhos em andamento, saldo a declarar, saldo a empenhar; f. Promover apoio da gestão técnico - administrativa dos processos administrativos a cargo do setor, incluindo a elaboração de despachos e encaminhamentos diversos.	Em execução



PRODUTO 1 – Diretoria de Planejamento e Pesquisa					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
Ação 5 (*) **Implementação do BIM** (Aditivo ao Contrato - NT Nº: 17/2020/DPP/DNIT SEDE - SEI 6525118)	5.1	Assessoria na implementação do BIM no DNIT	Programada	Os profissionais deverão subsidiar os servidores públicos do DNIT na implementação do BIM na Autarquia (Building Information Modeling), considerando as boas práticas de Gestão de Projetos e os diversos casos de uso BIM, bem como as diretrizes legais que cercam o tema junto à Administração Pública: Em resumo as principais atividades serão: 1. Auxiliar na elaborar referenciais normativos para uniformizar e padronizar a contratação de estudos,anteprojetos e projetos em BIM no âmbito do DNIT; 2. Auxiliar na elaboração das especificações dos Termos de Referência para contratação de estudos, anteprojetos e projetos BIM. 3. Criar, manter e aprimorar modelos (templates) e famílias BIM previamente existentes no âmbito do DNIT, a ponto de que seja possível aplicá-los nos estudos, anteprojetos e projetos básicos e executivos de engenharia; 4. Implementar padrões para checagem automática de projetos(model checkers) e detecção de interferências físicas e funcionais (clash detection); 5. Subsidiar o DNIT na análise e interpretação de normativos,instruções e referências nacionais e internacionais relativos ao BIM; 6. Subsidiar o DNIT nas reuniões relativas ao BIM com as entidades públicas e privadas; 7. Prestar apoio técnico ao Núcleo BIM. 8. Auxiliar no mapeamento dos perfis de competências desejáveis para os casos de uso BIM a serem desenvolvidos pelo DNIT. 9. Desenvolver o mapeamento IFC dos modelos BIM do PROARTE. 10. Estruturação e manutenção de ferramentas de gestão do conhecimento em BIM no DNIT. 11. Auxiliar a proposição e estruturação de ambiente comum de dados (CDE) para estudos e projetos BIM. 12. Subsidiar o DNIT na análise e interpretação dos aspectos legal que cercam a adoção do BIM no âmbito da autarquia,em conformidade com as diretrizes legais, os quais deverão ser submetidas as Administrações Públicas.	Em execução



PRODUTO 1 – Diretoria de Planejamento e Pesquisa					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
	5.2	Apoio na análise de estudos, anteprojetos e projetos rodoviários	Permanente	Os profissionais deverão subsidiar os servidores públicos do DNIT na elaboração de análises técnicas de estudos, anteprojetos e projetos elaborados na metodologia BIM, inclusive quanto à qualidade do modelo. Desenvolvimento e atualização de rotinas automatizadas de verificação e análise de estudos, anteprojetos e projetos BIM do DNIT.	Em execução
	5.3	Realizar adequações e/ou propor novas soluções em Tecnologia da Informação com vistas a adequar os fluxos de trabalho à metodologia BIM	Programada	Os profissionais deverão realizar diagnóstico preliminar nos sistemas gerenciais existentes na Diretoria de Planejamento e Pesquisa com vistas a reconhecer a linguagem de programação empregada, estruturação do banco de dados, funcionalidades,entre outros. Caberá à contratada realizar adequações e/ou propor novas soluções para adequar os fluxos de trabalho da Diretoria à metodologia BIM, respeitando para tanto as regras institucionais relacionadas à tecnologia de informação. Dar suporte ao desenvolvimento de API (Application Programming Interface) para Integração do Modelos BIM do DNIT aos softwares de orçamentação e planejamento 4D. A empresa será responsável ainda por levantar quaisquer requisitos necessários junto ao setor do DNIT responsável pela área de TI para o desenvolvimento de suas atividades.	Em execução
	5.4	Dar suporte às demandas de comunicação em assuntos afetos ao BIM	Permanente	Os profissionais deverão elaborar materiais de divulgação das ações realizadas no âmbito da implementação do BIM, preparar conteúdos para mídia impressa e digital, obedecendo às diretrizes internas da ASCOM, bem como manter atualizado o material para divulgação no site do DNIT. Caberá também aos profissionais,elaborar minuta de resposta a questionamentos do público externo, devendo para tanto seguir os aspectos formais da língua portuguesa e as exigências do Manual de Redação da Presidência da República	Em execução
	5.5	Auxiliar na capacitação técnica e atualização profissional dos técnicos do DNIT	Programada	A contratada deverá propor e realizar cursos, palestras, oficinas e seminários para transferência de conhecimentos e capacitação profissional dos técnicos do DNIT, tendo em vista inovações tecnológicas, novas pesquisas e práticas afetas à metodologia BIM.	Em execução
	5.6	Auxiliar nas ações legais afetas ao BIM.	Permanente	A contratada deverá subsidiar os servidores públicos no desenvolvimento de normativos internos e na interpretação das especificações legais afetas ao BIM no âmbito da Administração Pública, abrangendo o assessoramento na elaboração de Termos de Referência, elaboração de minutas e documentos técnicos-normativos e nas demais atividades associadas aos aspectos legais envolvendo o BIM no âmbito da Diretoria de Planejamento e Pesquisa.	Em execução



PRODUTO 2 – COORDENAÇÃO-GERAL DE MEIO AMBIENTE					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
Ação 1 Coordenação Técnica, Gerenciamento e Comunicação Ambiental	1.1	Coordenar a execução dos serviços previstos para a Ação 1, 2 e 3 da CGMAB	Permanente	O coordenador será responsável por monitorar e assegurar que todas as ações previstas para a Coordenação Geral de Meio Ambiente sejam concluídas com a qualidade e no tempo especificado, com a maior produtividade possível. Para isso, o coordenador deverá avaliar estratégias, criar planejamento, implantar tecnologias, gerir o uso de equipamentos e ferramentas gerenciais, além de administrar os termos exigidos em edital. Este profissional deverá trabalhar em colaboração com os fiscais do contrato, devendo promover as relações necessárias com os diversos setores e profissionais do DNIT-Sede e Superintendências Regionais para cumprimento das atividades. Por isso, o coordenador deverá ter experiência compatível com a prática de gerenciamento de projetos e dominar os diversos aspectos técnicos relacionados ao ramo da engenharia de infraestrutura de transportes, devendo, para tanto, atender a qualificação exigida para o cargo especificado, conforme consta da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT - Instrução de Serviço DG nº 03, de 07 de março de 2012.	Em execução



PRODUTO 2 - COORDENAÇÃO-GERAL DE MEIO AMBIENTE					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**



PRODUTO 2 – COORDENAÇÃO-GERAL DE MEIO AMBIENTE					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
	1.2	Assessorar Técnica e Administrativamente a CGMAB na Gestão e Planejamento das atividades ambientais	Permanente/Programada	• Subsidiar o desenvolvimento de atividades gerenciais e de planejamento programadas pelos gestores da CGMAB; • Dar suporte à implantação de um Gerenciamento centralizado dos contratos e instrumentos congêneres atinentes à Gestão Ambiental – tanto da Sede quanto das unidades descentralizadas; • Subsidiar a proposição de um Plano Anual de Ação Ambiental; • Apoiar a execução e monitoramento das ações de governança e planejamento estratégico de meio ambiente; • Subsidiar e monitorar o desenvolvimento das ações estratégicas em consonância com as diretrizes socioambientais do Ministério da Infraestrutura; • Subsidiar o desenvolvimento e monitoramento dos indicadores atinentes às atividades da CGMAB. **PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS:** Arqueólogo, Antropólogo, Sociólogo, Biólogo, Geólogo, Engenheiro Florestal, Geógrafo.	Em execução
	1.3	Assessorar na padronização, tratamento e divulgação de dados dos empreendimentos sob responsabilidade do DNIT	Permanente/Programada	• Elaborar, sistematizar e organizar o repositório de documentos, informações, estudos, normativos, procedimentos e manuais afetos às atividades da CGMAB; • Apoiar a padronização de documentos administrativos e técnicos (relatórios, notas, pareceres); • Apoiar a padronização e sistematização das informações ambientais dos empreendimentos; • Sistematizar e propor metodologias de coleta de dados e padronização de conteúdo mínimo obrigatório para cada estudo/projeto/plano/programa/relatório; • Apoiar a elaboração de guias, manuais e no mapeamento e gestão de processos internos; • Apoiar a promoção da integração das informações ambientais dos empreendimentos de forma padronizada nos diversos repositórios e sistemas utilizados pela CGMAB, bem como na atualização periódica destas; • Dar suporte ao desenvolvimento, implantação e manutenção de ferramenta de Informações Ambientais geoespacializadas, inclusive com assessoramento para integração com os demais sistemas do DNIT, dos órgãos ambientais (federais e estaduais), demais vinculadas do Ministério da Infraestrutura, bem como demais agentes envolvidos; • Dar suporte à produção de informações geoespacializadas para compor os diversos documentos ambientais, inclusive com o desenvolvimento de Banco de Dados Geoespacializado de informações ambientais; • Dar suporte à análise, consolidação, aprimoramento, tratamento e estatística de todos os dados ambientais disponíveis, devendo ser orientados e estruturados para a inteligência de negócios (Business Intelligence); • **PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS:** Arqueólogo, Antropólogo, Sociólogo, Biólogo, Geólogo, Analista de Desenvolvimento de Sistemas, Geógrafo, Engenheiro Florestal.	Em execução
	1.4	Abertura, monitoramento, controle, apoio e subsídio a todas as fases dos Processos de Licenciamento	Permanente/Programada	• Subsidiar os procedimentos para a abertura dos processos de licenciamento ambiental junto ao IBAMA e demais órgãos licenciadores; • Dar apoio ao monitoramento do Ciclo de Vida Ambiental dos empreendimentos (escopo, custos, ações, licenças, riscos, prazos, indicadores, etc.), mantendo registros do andamento do licenciamento ambiental; • Subsidiar o controle e monitoramento de prazos, execução, bem como a renovação e publicação de todas as licenças ambientais (e instrumentos congêneres), acompanhando também o cumprimento de suas condicionantes. • Subsidiar a CGMAB na resolução de entraves e nas diversas tratativas de assuntos específicos do licenciamento ambiental dos empreendimentos. [A título de exemplificação, destacamos a seguir alguns entes intervenientes no processo de licenciamento ambiental na esfera federal e os possíveis profissionais para atuarem na análise ou elaboração de estudos, projetos, relatórios, planos e programas: ◦ Assuntos específicos de fauna: Biólogo (herpetofauna, ictiofauna, avifauna, mastofauna), Veterinário; ◦ Assuntos específicos de flora: Engenheiro Florestal, Engenheiro Ambiental, Engenheiro Agrônomo;	Em execução

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 140165

PRODUTO 2 – COORDENAÇÃO-GERAL DE MEIO AMBIENTE					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
				◦ Comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas), junto à Fundação Palmares e FUNAI: Antropólogo, Sociólogo, Geógrafo; ◦ População do entorno afetada direta ou indiretamente pelo empreendimento, junto ao Ministério das Cidades e INCRA: Sociólogo, Antropólogo, Relações Públicas, Geógrafo; ◦ Patrimônio histórico, cultural, arqueológico, junto ao IPHAN: Arqueólogo, Geólogo, Sociólogo, Antropólogo, Geógrafo; ◦ Cavidades Naturais e Unidades de Conservação: Biólogo, Engenheiro Florestal, Geógrafo, Geólogo; Licenciamento de empreendimentos do modal aquaviário e tratativas com a ANA: Engenheiro Hídrico, Biólogo, Engenheiro Florestal, Geógrafo, Geólogo; ◦ Tratativas relacionadas ao potencial Malarígeno e doenças endêmicas junto ao Ministério da Saúde: ◦ Biólogo, Geógrafo, Agente/Técnico de Saúde; **PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS:** Arqueólogo, Antropólogo, Sociólogo, Biólogo, Geólogo, Geógrafo, Engenheiro Florestal.	
	1.5	Elaboração e consolidação de Relatórios ambientais para envio aos órgãos licenciadores, aos intervenientes, bem como Relatórios gerenciais de atividades	Permanente/Programada	• Elaborar e/ou subsidiar relatórios e painéis gerenciais das atividades ambientais da CGMAB, dos variados modais e nas atividades da CGMAB relacionados ao meio físico, biótico (fauna, flora) e meio socioeconômico dos empreendimentos, para finalidades diversas (reuniões internas e externas, eventos, etc.) e sob demanda; • Elaborar e/ou subsidiar relatórios para envio aos órgãos licenciadores e/ou intervenientes; • Desenvolver, elaborar e/ou subsidiar volume informativo (Atlas) das ações e atividades ambientais desenvolvidas pela CGMAB, contendo, além dos elementos textuais, registros fotográficos, gráficos, mapas e tabelas; • Subsidiar a CGMAB quando das salas de situação para acompanhamento da evolução dos Empreendimentos; • Elaborar e/ou subsidiar a Prestação de Contas Anual à Presidência da República e o Relatório de Gestão, no que concerne às questões ambientais; **PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS:** Arqueólogo, Antropólogo, Sociólogo. Biólogo, Geólogo, Geógrafo, Engenheiro Florestal.	Em execução
	1.6	Assessoria nas atividades de Comunicação Social Ambiental do DNIT	Permanente/Programada	• Dar suporte no desenvolvimento do Plano de Comunicação Social para os empreendimentos (unificado e padronizado), em consonância com as diretrizes do plano de comunicação do DNIT; • Apoiar o desenvolvimento, implantação e monitoramento do Plano de Comunicação Social integrado do DNIT, no que se refere à temática ambiental, que contemple todos os empreendimentos, em suas diversas fases e tipologias; • Padronizar e controlar as ações de Comunicação Social atinentes à temática ambiental; • Apoiar a comunicação e tratativas com demais setores do DNIT, bem como com outros entes relacionados às atividades ambientais dos empreendimentos; • Apoiar o estabelecimento de comunicações padronizadas e procedimentos a serem seguidos por todos os Programas de Comunicação Social inseridos no escopo das ações de Gestão Ambiental dos empreendimentos, bem como apoiar o monitoramento desta atividade; **PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS:** Relações Públicas	Em execução



PRODUTO 2 – COORDENAÇÃO-GERAL DE MEIO AMBIENTE					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
Ação 2 **Assessoria Orçamentário-Financeira e Contratações**	2.1	Assessorar na gestão e fiscalização administrativa de contratos, convênios e instrumentos congêneres	Permanente	• Apoiar o controle dos prazos de execução, vencimento, aditamentos, de prazo e valor, e demais informações de contratos, convênios e instrumentos congêneres atinentes aos produtos e serviços ambientais; • Apoiar no monitoramento da situação financeira/orçamentária dos contratos, convênios e instrumentos congêneres; • Apoiar a gestão e fiscalização contratual, de convênios e instrumentos congêneres da Sede e das unidades descentralizadas; • Subsidiar a instrução processual em todas as fases da gestão contratual; • Apoiar a instrução processual quando do pagamento de licenças, autorizações e afins; • Apoiar a instrução processual de medições contratuais e de descentralizações quando de convênios e congêneres; • Apoiar no cadastro de informações de contratos, convênios e congêneres nos diversos sistemas, Ex.: SIAC, SIPROD, SGF e outros; • Apoiar a análise e avaliação de prestações de contas atinentes aos diversos instrumentos; • Apoiar a análise documental, quanto a impostos e regularidade fiscal de contratados e seus respectivos processos de pagamento; • Subsidiar a CGMAB com informações e painéis gerenciais de aplicações de recursos; • Apoiar a programação e a gestão financeira e orçamentária atinentes às demandas ambientais; **PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS:** Administrador/Contador, Eng. Florestal.	Em execução



PRODUTO 2 – COORDENAÇÃO-GERAL DE MEIO AMBIENTE					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
	2.2	Apoiar na contratação de produtos e serviços ambientas	Permanente/Programada	• Apoiar a elaboração de Termos de Referência/Projeto Básico, orçamentos e demais documentos atinentes à contratação de estudos, projetos, planos, programas, gestão ambiental e serviços diversos, consoantes às atividades da CGMAB (Ex: Componente Ambiental e Projeto de Paisagismo dos Projetos de Engenharia, Eia/Rima, PCA/RCA, PBA, RAP, PRAD, etc.). • Apoiar e Subsidiar a CGMAB na elaboração de modelos, templates e guias para elaboração de Termos de Referência e demais documentações pertinentes aos diversos tipos de contratações de produtos e serviços; • Apoiar a CGMAB no desenvolvimento de quantitativo de equipes e orçamentos-referenciais; • Apoiar o aprimoramento das estratégias de otimização do dimensionamento e dos custos das contratações ambientais; • Subsidiar a compilação e estruturação das informações dos custos ambientais dos empreendimentos, inclusive com apresentação de painéis, fornecendo base de dados estruturada que permita a retroalimentação da modelagem dos custos das contratações de estudos e gestão ambientais; • Subsidiar/apoiar a CGMAB na elaboração do Plano Anual de Contratações; • Subsidiar a elaboração de atos preparatórios na fase interna das licitações de estudos e gestão ambientais; • Monitorar o andamento dos processos de licitação de estudos, serviços e gestão ambientais; **PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS:** Eng. Florestal, Administrador/Contador	Em execução
	2.3	Apoiar a gestão dos autos de infração e demandas judiciais ambientais	Permanente	• Controlar e acompanhar o andamento dos processos atinentes às infrações ambientais; • Subsidiar a defesa administrativa em face dos autos de infração; • Promover levantamento para subsidiar a instauração dos Processos Administrativos de Apuração de Responsabilidade – PAAR e Processos de Apuração de Custos Ambientais – PRCA; • Apoiar a elaboração de resposta, contestações, recursos, dentre outros, de demandas judiciais, auditorias, órgãos de controle e afins; • Subsidiar a proposição de orientações gerais, instruções e/ou normativos que visem diminuir o risco de aplicação de novos autos de infração. **PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS:** Administrador/Contador, Bacharel em Direito	Em execução



PRODUTO 2 – COORDENAÇÃO-GERAL DE MEIO AMBIENTE					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
Ação 3 **Assessoria Técnica Ambiental.**	3.1	Promover suporte técnico no acompanhamento das atividades de licenciamento e regularização ambiental.	Permanente	• Apoio no desenvolvimento e análise de relatório de controle ambiental; • Apoiar a CGMAB nas ações de Regularização Ambiental dos empreendimentos do DNIT Sede e das unidades descentralizadas; • Subsidiar a CGMAB no apoio às atividades ambientais das unidades descentralizadas. **PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS:** Engenheiro Florestal, Engenheiro Hídrico, Geólogo, Sociólogo, Biólogo, Antropólogo, Arqueólogo	Em execução



PRODUTO 2 – COORDENAÇÃO-GERAL DE MEIO AMBIENTE					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
	3.2	Promover suporte técnico especializado em estudos, projetos, programas e relatórios afetos à temática ambiental.	Permanente/Programada	• Apoio técnico na análise, bem como na elaboração de projetos, estudos, programas, planos e relatórios ambientais de temáticas diversas (por exemplo: Estudo de Impacto Ambiental–EIA, Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, Componente Ambiental de Projetos de Engenharia, Projeto de Paisagismo, Estudos de Componente Indígena, Plano Básico Ambiental - PBA e Plano de Controle Ambiental – PCA, Relatório Ambiental Preliminar – RAP, Plano Básico Ambiental, Inventário Florestal, Projeto de Plantio Compensatório, Relatório de Comunicação das Obras, Plano/Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas-PRAD, Caracterização de Área de Preservação Permanente –APP, Levantamentos Florísticos e Faunísticos, Estudos Malarígenos, Arqueológicos, Espeleológicos); conforme demandado nos processos de licenciamento ambiental dos diversos modais e nas atividades da CGMAB; • Dar suporte técnico especializado nas tratativas com os diversos entes envolvidos nas atividades ambientais em face dos empreendimentos, nas diversas temáticas envolvidas no licenciamento ambiental: meio físico, meio biótico (fauna geral e grupos faunísticos específicos, flora, unidades de conservação), meio socioeconômico (população afetada, quilombolas, indígenas), etc. [A título de exemplificação, destacamos a seguir alguns entes intervenientes no processo de licenciamento ambiental na esfera federal e os possíveis profissionais para atuarem na análise ou elaboração de estudos, projetos, relatórios, planos e programas: Assuntos específicos de fauna: Biólogo (herpetofauna, ictiofauna, avifauna, mastofauna), Veterinário; • Assuntos específicos de flora: Engenheiro Florestal, Engenheiro Ambiental, Engenheiro Agrônomo; Comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas), junto à Fundação Palmares e FUNAI: Antropólogo, Sociólogo, Geógrafo; • População do entorno afetada direta ou indiretamente pelo empreendimento, junto ao Ministério das Cidades e INCRA: Sociólogo, Antropólogo, Relações Públicas, Geógrafo; • Patrimônio histórico, cultural, arqueológico, junto ao IPHAN: Arqueólogo, Geólogo, Sociólogo, Antropólogo, Geógrafo; • Cavidades Naturais e Unidades de Conservação, junto ao ICMbio: Biólogo, Engenheiro Florestal, Geógrafo, Geólogo; • Licenciamento de empreendimentos do modal aquaviário e tratativas com a ANA: Engenheiro Hídrico, Biólogo, Engenheiro Florestal, Geógrafo, Geólogo; • Tratativas relacionadas ao potencial Malarígeno e doenças endêmicas junto ao Ministério da Saúde: Biólogo, Geógrafo, Agente/Técnico de Saúde; • Dar apoio/assessoramento na realização de vistorias técnicas às obras para avaliar o atendimento das exigências dos órgãos ambientais e entes intervenientes nos processos de licenciamento, bem como para outras finalidades técnicas; • Subsidiar a elaboração de levantamentos, estudos, projetos e programas ambientais, dos diversos modais, relacionados ao meio físico, biótico (fauna, flora) e meio socioeconômico dos empreendimentos. **PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS**: Engenheiro Florestal, Engenheiro Hídrico, Geólogo, Sociólogo, Biólogo, Antropólogo, Arqueólogo.	Em execução
	3.3	Assessorar na elaboração de respostas aos órgãos externos e que envolvam a temática ambiental, bem como apoiar na instrução técnica de processos administrativos.	Permanente	• Apoiar com equipe especializada na elaboração de respostas técnicas à auditoria, órgãos de controle e afins; • Apoiar a instrução processual de assuntos técnicos diversos afetos às atividades ambientais; • Estruturar e manter atualizada base de dados contendo o histórico de recomendações, determinações e respectivas respostas da CGMAB em processos de auditoria externa e interna. **PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS:** Engenheiro Florestal, Engenheiro Hídrico, Geólogo, Sociólogo, Biólogo, Antropólogo, Arqueólogo.	Em execução

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 140170

PRODUTO 3 – COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
Ação 1 **Assessoria Técnico-Administrativa**	1.1	Coordenar a execução dos serviços previstos para o Produto 3.	Permanente	O coordenador será responsável por monitorar e assegurar que todas as ações previstas para a Assessoria da CGPLAN sejam concluídas com a qualidade e no tempo especificado, com a maior produtividade possível. Para isso, o coordenador deverá avaliar estratégias, criar um planejamento, implantar tecnologias, gerir o uso de equipamentos e ferramentas gerenciais, além de administrar os termos exigidos em edital.	Em execução



PRODUTO 3 – COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
	1.2	Analisar processos, elaborar pareceres e notas técnicas assessoradas.	Permanente	Os profissionais deverão subsidiar os servidores públicos do DNIT na análise e instrução de processos administrativos a cargo da CGPLAN, devendo desenvolver atividades meio, dentre as quais destacam-se: a. Elaborar minutas de encaminhamento segundo os aspectos formais da língua portuguesa e em atendimento às exigências do Manual de Redação da Presidência da República; b. Elaborar minutas de pareceres técnicos e administrativos com vistas a subsidiar a instrução de processos e demandas atribuídas à CGPLAN; c. Efetivar a tramitação dos processos administrativos entre os diversos setores do DNIT através dos sistemas informatizados disponíveis.	Em execução
	1.3	Aprimorar o controle e padronização da Assessoria CGPLAN, manter os controles e estatísticas dos processos e demandas no âmbito da CGPLAN, além de acompanhar os prazos das atividades e processos.	Permanente	Os profissionais deverão apoiar os servidores públicos do DNIT na manutenção dos sistemas operacionais existentes e auxiliar no controle das demandas a cargo da CGPLAN. Os profissionais deverão zelar pelo prazo de atendimento das demandas, além do aprimoramento contínuo dos controles administrativos pré-existentes ou até mesmo a proposição de novas ferramentas gerenciais com vistas a garantir a eficiência e efetividade de atendimento das demandas sob responsabilidade da Coordenação Geral e de suas setoriais.	Em execução
	1.4	Elaborar respostas Técnicas assessoradas ao Controle Externo e Interno, além de demandas de Órgãos Judiciais	Permanente	Os profissionais deverão subsidiar os servidores públicos do DNIT na análise e instrução de assuntos relacionados à área de controle externo e interno, além de demandas judiciais, devendo desenvolver atividades meio, dentre as quais destacam-se: a. Elaborar minutas de encaminhamento segundo os aspectos formais da língua portuguesa e em atendimento às exigências do Manual de Redação da Presidência da República; b. Subsidiar na instrução de processos administrativos e na elaboração de respostas aos Órgãos de Controle Interno, Externo e Judiciais; atentando-se para tanto aos princípios básicos que regulam o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, com destaque à correta aplicação de princípios e conceitos legais.	Em execução
	1.5	Apoiar na elaboração de Pareceres relacionados a Processos Administrativos de Apuração de Responsabilidade	Permanente	Os profissionais deverão auxiliar na instrução dos processos, devendo para tanto atentar-se aos aspectos legais-administrativos e às normas que regulam os processos administrativos de apuração de responsabilidade no âmbito da Administração Pública Federal e do próprio DNIT. Em resumo, as principais atividades meio serão: a. Elaborar minuta de notas técnicas; b. Elaborar minuta de encaminhamentos diversos - despachos, ofícios e notificações; c. Realizar o controle dos prazos regulamentados; d. Realizar a tramitação interna dos processos aos setores competentes do DNIT.	Em execução
	1.6	Subsidiar a instrução de processos de licitação, formalização de contratos e alterações contratuais e	Permanente	Os profissionais deverão auxiliar na elaboração de minutas de documentos oficiais visando a instrução de processos de licitação, formalização de contratos e alterações contratuais, para avaliação da Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT - PFE/DNIT-Sede, bem como para submissão à Diretoria Colegiada do DNIT, atentando-se à correta aplicação de conceitos legais e administrativos.	Em execução


Atestado registrado mediante
vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 140172

PRODUTO 3 – COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
		consultas à PFE/DNIT-Sede.		Auxiliar na elaboração de consultas à Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT - PFE/DNIT-Sede. Auxiliar na instrução dos processos com o objetivo de atender as recomendações proferidas pela PFE/DNIT-Sede.	
	1.7	Apoiar a gestão dos contratos da CGPLAN	Permanente	Os profissionais deverão manter controle e acompanhamento dos contratos sob gestão da CGPLAN, auxiliando na instrução e procedimentos para: programação orçamentária e financeira, cadastramento de informações nos sistemas do DNIT (contratos, aditivos, garantias, empenhos, reajustamentos, etc), atualização de garantias contratuais, formalização de reajustamentos, solicitações de empenhos e remanejamentos internos, entre outras atividades correlatas.	Em execução
	1.8	Apoiar a CGPLAN nos processos de medição	Permanente	Os profissionais deverão apoiar os servidores do DNIT e fiscais na realização dos procedimentos relativos à medição de serviços dos contratos sob gestão da CGPLAN.	Em execução
	1.9	Dar suporte às demandas de comunicação em assuntos afetos à CGPLAN.	Permanente	Os profissionais deverão elaborar minuta de resposta a questionamentos do público externo, devendo para tanto seguir os aspectos formais da língua portuguesa e as exigências do Manual de Redação da Presidência da República, além dos prazos estipulados pela fiscalização para atendimento da demanda. Caberá à contratada promover todas as ações necessárias para obtenção das informações, como consulta às Setoriais da CGPLAN e aos sistemas informatizados do DNIT, bem como à outras áreas do DNIT, se houver necessidade. Sob demanda do Coordenador Geral, elaborar matérias e apoiar as demandas de divulgação das ações da CGPLAN	Em execução
	1.10	Apoio na manutenção e melhoria de sistemas de informação	Permanente/Programada	Manter atualizados os sistemas disponíveis no DNIT e/ou propor novos sistemas que auxiliem na tomada de decisão dos gestores, em relação às áreas sob responsabilidade da Assessoria da CGPLAN, bem como coordenar as ações ligadas à Tecnologia da Informação de toda a CGPLAN	Em execução



PRODUTO 3 – COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
Ação 2 Assessoria Técnico-Administrativa – COLEP	2.1	Identificação de requisitos para suprir as necessidades das coordenações e assessoramento para elaboração de Termos de Referência e Orçamentos.	Permanente/Programada	O profissional será responsável por monitorar e assegurar que todas as competências regimentais previstas para a Coordenação de Levantamentos para Planejamento sejam equacionadas. Deverá identificar os requisitos de levantamentos, desenvolver atividades de elaboração de Termos de Referências, aditivo contratual, assessorar a coordenação no controle físico financeiro dos contratos e realizar estudos para propor solução de aquisição de informações, tais como, contratos, convênios, Termos de cooperação e correlatos. Para isso, o coordenador deverá avaliar estratégias, criar um planejamento, implantar tecnologias, gerir o uso de equipamentos e ferramentas gerenciais	Em execução
	2.2	Analisar processos, elaborar pareceres e notas técnicas assessoradas, aprimorar o controle e padronização da Assessoria da Coordenação de Levantamentos para Planejamento	Permanente	Os profissionais deverão subsidiar os servidores públicos do DNIT na análise e instrução de processos administrativos a cargo da Coordenação de Levantamentos para Planejamento-COLEP, devendo desenvolver atividades meio, dentre as quais destacam-se: a. Elaborar minutas de encaminhamento segundo os aspectos formais da língua portuguesa e em atendimento às exigências do Manual de Redação da Presidência da República; b. Elaborar minutas de pareceres técnicos e administrativos com vistas a subsidiar a instrução de processos e demandas atribuídas à DPP, além do aprimoramento contínuo dos controles administrativos. c. Efetivar a tramitação dos processos administrativos entre os diversos setores do DNIT através dos sistemas informatizados disponíveis;	Em execução
	2.3	Tramitar os processos administrativos da Assessoria Coordenação de Levantamentos para Planejamento, manter os controles e estatísticas dos processos e demandas no âmbito da Coordenação, além de acompanhar os prazos das atividades e processos.	Permanente	Os profissionais deverão apoiar os servidores públicos do DNIT na manutenção dos sistemas operacionais existentes e auxiliar no controle das demandas a cargo da Coordenação de Levantamentos para Planejamento. Os profissionais deverão zelar pelo prazo de atendimento das demandas. .Elaborar minutas de despachos com vistas a subsidiar a instrução de processos e demandas atribuídas à Coordenação, efetivar a tramitação dos processos administrativos entre os diversos setores do DNIT através dos sistemas informatizados disponíveis;	Em execução
Ação 3 Aquisição e consolidação de informações referente à as built, EVTEA e Estudos e Projetos	3.1	Aquisição e consolidação de informações referente à As Built	Permanente	Os profissionais deverão apoiar os servidores públicos do DNIT na identificação, na aquisição e na consolidação de dados obtidos nos relatórios de as built dos contratos de construção e manutenção para alimentar o Sistema de Gerência de Pavimentos do DNIT.	Em execução
	3.2	Aquisição e consolidação de informações referente à EVTEA	Programada	Os profissionais deverão apoiar os servidores públicos do DNIT na identificação, na aquisição e na consolidação de dados obtidos nos Estudo de Viabilidade Técnica e Ambiental - EVTEA de forma a criar uma base de dados compatível com o Sistema de Gerência de Pavimentos do DNIT e com vistas a subsidiar futuros estudos e projetos.	Em execução
	3.3	Aquisição e consolidação de informações referente aos Estudos e Projetos	Programada	Os profissionais deverão apoiar os servidores públicos do DNIT na identificação, na aquisição e na consolidação de informações obtidas nos Estudos e Projetos de forma a criar uma base de dados para subsidiar o Sistema de Gerência de Pavimentos do DNIT.	Em execução


Atestado registrado mediante
vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 1401?4

PRODUTO 3 – COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
Ação 4 Gestão do Sistema Nacional de Viação - SNV, Gestão da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE e Transferência da infraestrutura de transportes	4.1	Desenvolver e manter as bases de dados georreferenciadas e tabulares do Sistema Nacional de Viação	Permanente/Programada	Os profissionais deverão auxiliar os servidores públicos do DNIT na manutenção da base tabular e vetorial georreferenciada do Sistema Nacional de Viação - SNV rodoviário, assim como na elaboração e manutenção das bases dos SNV's hidroviário e ferroviário. Além disso os profissionais deverão ser capazes de compilar as bases de dados, manter a organização cadastral, gerar e manter a base vetorial e realizar a compatibilização vetorial-tabular, publicação e armazenamento dos dados gerados. As competências necessárias são: conhecimento de Banco de Dados (PostgreSQL e SQLServer), Python (scripts) e Excel, além dos softwares de geoprocessamento (ArcGis e QGis).	Em execução
	4.2	Prestar assessoria na análise de processos, elaboração de pareceres e notas técnicas referentes às alterações e atualizações do Sistema Nacional de Viação, incluindo aqueles que envolvam criação ou exclusão de trechos, federalização de rodovias estaduais e alienação de trechos federais.	Permanente	Em atendimento à legislação e normas vigentes específicas de cada processo, os profissionais deverão subsidiar os servidores do DNIT na análise processual, elaboração de notas técnicas, pareceres, pesquisa de informações, incluindo estabelecimento de contato com as unidades locais ou superintendências do DNIT ou demais instituições públicas, quando necessário. Os profissionais devem organizar e manter um banco de dados contendo todas as informações pertinentes às alterações solicitadas, negadas e efetuadas no SNV, assim como contribuir para a construção de dados históricos referentes ao assunto, fornecendo subsídios e informações às atualizações do SNV.	Em execução
	4.3	Realizar a análise e gestão da CIDE	Programada	Em atendimento à Lei nº 10.336/2001 e à Lei nº 10.866/2004, assim como à Portaria MT nº 197/2006, os profissionais deverão subsidiar os servidores públicos do DNIT: a. na manutenção dos contatos com os responsáveis em cada um dos órgãos rodoviários estaduais; b. no recebimento e na análise dos dados tabulares e georreferenciados recebidos dos órgãos rodoviários estaduais; c. na compilação dos dados e elaboração de roteiros, notas técnicas e relatórios intermediários, até a elaboração do produto final a ser encaminhado ao TCU. Para realização destas atividades os profissionais devem ter conhecimento básico de dados vetoriais georreferenciados e avançado em excel e word.	Em execução



PRODUTO 3 – COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
Ação 5 Levantamentos de campo GNSS - Aerolevantamentos via Drones	5.1	Levantamentos de campo Global Navigation Satellite System - GNSS e Validação de levantamentos contratados	Programada	Os profissionais deverão apoiar os servidores do Setor de Geotecnologias Aplicadas do DNIT na operação de receptor GNSS de dupla frequência, de propriedade do órgão, e na validação de dados GNSS contratados. A partir das atividades: a. Execução de apoio de campo para coleta de pontos GNSS e pósprocessamento dos dados coletados; b. Validação e avaliação de dados GNSS contratados, ou recebidos de terceiros, avaliando os padrões de coleta, possíveis erros e arquivos encaminhados; c. Ajuste e Validação posicional de Ortoimagens e Modelo Digital do Terreno - MDT;	Em execução
	5.2	Aerolevantamentos via Drones e processamento de imagens	Programada	O profissional deverá ser habilitado para pilotagem e operação de aerolevantamentos a partir de drones, apoiando os servidores da autarquia tanto na pilotagem como no pós processamentos das imagens coletadas, além da análise e validação de dados de aerolevantamentos contratados.	Em execução
Ação 6 Geração e Avaliação de Ortoimagens e MDT	6.1	Geoprocessamento aplicado à geração/ avaliação de Ortoimagens, MDS e MDT	Permanente	Os profissionais deverão apoiar os servidores do Setor de Geotecnologias Aplicadas do DNIT na compilação de dados, avaliação e confecção de ortoimagens e modelos digitais de superfície, além da extração/edição/avaliação de modelos digitais de terreno, a partir das atividades e insumos listados a seguir: a. Processamento fotogramétrico de imagens orbitais e aéreas obtidas por drones, utilizando softwares especializados, para a extração, via correlação de pares estéreos, de Modelos Digitais de Elevação; b. Validação/Avaliação de qualidade de produtos de aerolevantamentos e orbitais, adquiridos tanto por contratos da autarquia, quanto os gerados pelo órgão; c. Edição de Modelos Digitais de Superfície para extração de Modelos Digitais de Terreno;	Em execução



PRODUTO 3 – COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
Ação 7 **Estudos de Traçados** **e Building Information** **Modeling (BIM)**	7.1	Estudos de Traçados com Análises e Estudos Geológicos e Geotécnicos	Permanente	Os profissionais deverão subsidiar os servidores do DNIT na análise e execução de estudos para definição de traçados para rodovias e ferrovias, a partir das principais atividades listadas a seguir: a. Compilação, organização, análise e atualização constante dos padrões e parâmetros geométricos, além dos custos referenciais de materiais e infraestruturas de rodovias, ferrovias e hidrovias do DNIT; b. Compilação, organização, análise e atualização de bases de dados geográficos, em diferentes escalas, conforme cada projeto/estudo de traçado; c. Compilação, análise e definição, em softwares especializados, de corredores de implantação/adequação de rodovias, ferrovias e hidrovias, a partir de bases de dados georreferenciados, dos parâmetros geométricos e dos custos referenciais atualizados. Definindo estes corredores em diferentes escalas, conforme a demanda; d) Os profissionais deverão apoiar a análise e execução de estudos de traçados em rodovias e ferrovias, a partir da definição de unidades geológico-geotécnicas, em diferentes escalas, com levantamentos de campo e compilação de bases geográficas. Contribuindo para o refinamento e melhor definição de corredores de implantação/adequação de rodovias e ferrovias. Obedecendo, principalmente, o detalhado na INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DG Nº 01 DE 23 DE JANEIRO DE 2018. As especificações aplicam-se também ao modal hidroviário.	Em execução
	7.2	Modelagem BIM/ Maquete Virtual	Permanente/Programada	O profissional deverá apoiar a COLEP e a CGPLAN na construção e compilação de bases de dados georreferenciadas de estudos preliminares, anteprojetos e projetos, a partir da unificação e padronização, por meio da modelagem BIM, de todo os trabalhos e análises pertinentes à estudos preliminares de traçados, projetos de implantação/adequação de rodovias e ferrovias, implantação de estruturas aquaviárias, e demais projetos pertinentes à coordenação.	Em execução
Ação 8 **Assessoria** **Técnico-** **Administrativa à** **COVIDE**	8.1	Assessoramento Técnico e Administrativo para Atendimento das Demandas de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA	Permanente	Efetuar suporte à análise de EVTEAs; Efetuar suporte à análise das atualizações de EVTEAs remanescentes; Efetuar suporte a análise e/ou elaboração de Avaliação Econômica da Solução Técnica Adotada - AESTA; Efetuar suporte à elaboração e/ou análises de EVTEAs simplificados para fins de absorção de rodovias; Os profissionais deverão subsidiar os servidores públicos do DNIT na análise e instrução de processos administrativos a cargo da COVIDE, devendo desenvolver atividades meio, dentre as quais destacam-se: a. Elaborar minutas de encaminhamento segundo os aspectos formais da língua portuguesa e em atendimento às exigências do Manual de Redação da Presidência da República; b. Elaborar minutas de pareceres técnicos e administrativos com vistas a subsidiar a instrução de processos e demandas atribuídas à COVIDE; d. Efetivar a tramitação dos processos administrativos entre os diversos setores do DNIT através dos sistemas informatizados disponíveis; Promover apoio da gestão técnico - administrativa dos processos administrativos a cargo do setor, incluindo a elaboração de despachos e encaminhamentos diversos; Efetuar suporte à elaboração de Declaração de Serviços Executados; Efetuar suporte à elaboração de PAAR e análises das respectivas justificativas do contratado; Efetuar suporte à alimentação de dados e respectiva emissão de relatórios no SGPLAN; Esta especificação aplica-se aos modais: rodoviário, ferroviário e hidroviário.	Em execução

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 140177

PRODUTO 3 – COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
Ação 9 **Apoio Técnico** **para elaboração da** **Proposta Orçamentária e do Plano Plurianual** **das áreas finalísticas do** **DNIT e para o Planejamento da Infraestrutura de** **Transportes.**	9.1	Acompanhamento da Execução Física, Financeira e Orçamentária dos Empreendimentos do DNIT (área finalística)	Permanente/Programada	a. Consolidar base de dados e fornecer sistema integrado aos demais sistemas do DNIT, para acompanhamento orçamentário, financeiro e físico dos Empreendimentos, de modo a proporcionar transparência na utilização dos recursos realizados pelo poder público, de modo a fornecer informações e elementos necessários ao planejamento e suporte à gestão dos referidos empreendimentos; b. Produzir a cada trimestre um extrato de consolidação física e financeira, que represente o desempenho gerencial no período; c. Sistematizar o cadastro de demandas de Estudos e Projetos para o Planejamento do DNIT; d. Apoiar análises processuais, elaboração de relatos e notas técnicas, possibilitando a produção de informações que deverão integrar a estrutura de dados gerenciais.	Em execução
	9.2	Apoio Técnico na elaboração da proposta do PLOA e PPA para área finalística do DNIT	Permanente	a. Auxiliar na elaboração da 1ª Etapa do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) e acompanhar as demais etapas; b. Auxiliar na elaboração, consolidação e acompanhamento do Plano Plurianual (PPA); c. Fornecer suporte técnico nos Fóruns de Planejamento, com a finalidade de enquadramento das demandas orçamentárias; d. Elaborar nota técnica e documentos que auxiliem a tomada de decisão do gestor do DNIT; e. Fornecer ferramentas e suporte técnico para aprimorar os métodos de priorização de estudos/projetos/empreendimentos adotados pelo DNIT.	Em execução



PRODUTO 4 – COORDENAÇÃO-GERAL DE DESAPROPRIAÇÃO E REASSENTAMENTO					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
AÇÃO 1 **Assessoria ao Planejamento e Gestão**	1.1	Coordenar a execução dos serviços previstos para a Ação 1, 2, 3, 4 e 5 da Coordenação Geral de Desapropriação e Reassentamento.	Permanente	O coordenador será responsável por monitorar e assegurar que todas as ações previstas para a Coordenação Geral de Desapropriação e Reassentamento (CGDR) sejam concluídas com a qualidade e no tempo especificado, com a maior produtividade possível. Para isso, o coordenador deverá avaliar estratégias, criar um planejamento, implantar tecnologias, gerir o uso de equipamentos e ferramentas gerenciais, além de administrar os termos exigidos em edital. O coordenador deverá ter experiência compatível com a prática de gerenciamento de projetos e dominar os diversos aspectos técnicos relacionados ao ramo da engenharia de infraestrutura de transportes, devendo, para tanto, atender a qualificação exigida para o cargo especificado, conforme consta da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT - Instrução de Serviço DG nº 03, de 07 de março de 2012.	Em execução



PRODUTO 4 – COORDENAÇÃO GERAL DE DESAPROPRIAÇÃO E REASSENTAMENTO					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
	1.2	Apoiar o desenvolvimento e implantação de iniciativas estratégicas sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Desapropriação e Reassentamento, inseridas no escopo do Projeto de Aprimoramento do Processo de Gestão das desapropriações e reassentamentos.	Programada	Os profissionais deverão elaborar plano de ação para a implantação das iniciativas estratégicas já desenvolvidas pela CGDR, realizar análise do Processo de Gestão das desapropriações e reassentamentos, propondo ações de melhoria.	Em execução
	1.3	Assessorar na elaboração do relatório de gestão para fins de Prestação de Contas Anual ao Tribunal de Contas da União.	Programada	Os profissionais deverão realizar o levantamento de informações e elaborar a consolidação e análise dos dados no Relatório de Gestão solicitado pelo TCU.	Em execução
	1.4	Apoiar a supervisão e análise dos Planos Anuais/PADR e elaboração do Programa Nacional de Desapropriação e Reassentamento/PNDR.	Programada	Os profissionais deverão levantar todas as informações necessárias para a Elaboração/consolidação do Plano Anual/Plano Nacional de Desapropriação e Reassentamento.	Em execução
	1.5	Elaborar painel gerencial de todos os empreendimentos, contendo informações pertinentes às temáticas da CGDR.	Programada	Os profissionais deverão elaborar e manter atualizado um painel gerencial dos empreendimentos ligados à infraestrutura de transportes, contendo informações das etapas do processo de desapropriação/reassentamento, estejam estas informações no âmbito de gestão do DNIT-Sede ou das Superintendências Regionais.	Em execução
	1.6	Dar suporte às demandas de comunicação em assuntos afetos à Coordenação-Geral de Desapropriação e Reassentamento.	Permanente	Os profissionais deverão elaborar minuta de resposta a questionamentos do público externo, devendo para tanto seguir os aspectos formais da língua portuguesa e as exigências do Manual de Redação da Presidência da República, além dos prazos estipulados pela fiscalização para atendimento da demanda. Caberá à contratada promover todas as ações necessárias para obtenção das informações, como consulta às Coordenações Setoriais, Superintendências Regionais e aos sistemas informatizados do DNIT.	Em execução
	1.7	Assessorar a CGDR, com elaboração de conteúdo técnico, em reuniões internas e externas.	Programada	Os profissionais deverão elaborar Notas Técnicas específicas com o objetivo de subsidiar a CGDR em reuniões internas ou externas, com descrição pormenorizada de assuntos afetos à CGDR.	Em execução

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 140180

PRODUTO 4 – COORDENAÇÃO-GERAL DE DESAPROPRIAÇÃO E REASSENTAMENTO					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
	1.8	Assessoramento à capacitação e suporte à implantação dos processos de desapropriação e reassentamento nas Superintendências Regionais, segundo o projeto de implantação e modelos de processos elaborados na Coordenação-Geral de Desapropriação e Reassentamento.	Programada	Os profissionais deverão elaborar cronograma de implantação dos processos, dar suporte técnico à CGDR e às Superintendência Regionais do DNIT na capacitação dos servidores e monitorar o andamento dos processos.	Em execução
	1.9	Aprimorar o controle e padronização da Assessoria CGDR, manter os controles e estatísticas dos processos e demandas no âmbito da CGDR, além de acompanhar os prazos das atividades e processos.	Permanente/Programada	Os profissionais deverão apoiar os servidores públicos do DNIT na manutenção dos sistemas operacionais existentes e auxiliar no controle das demandas a cargo da CGDR. Os profissionais deverão zelar pelo prazo de atendimento das demandas, além do aprimoramento contínuo dos controles administrativos pré-existentes ou até mesmo a proposição de novas ferramentas gerenciais com vistas a garantir a eficiência e efetividade de atendimento das demandas sob responsabilidade da CGDR e de suas setoriais.	Em execução
AÇÃO 2 Assessoria à Gestão da Informação	2.1	Apoiar as atividades de levantamento de Informações junto às Superintendências Regionais do DNIT, visando o monitoramento dos serviços de desapropriação e reassentamento dos empreendimentos.	Permanente	 Os profissionais deverão subsidiar a CGDR com informações inerentes aos serviços de desapropriação e reassentamento referentes aos empreendimentos do DNIT, no âmbito do DNIT SEDE e Superintendências Regionais.	Em execução
	2.2	Manter e operar os sistemas gerenciais existentes na CGDR, bem como a proposição de novas soluções em Tecnologia da Informação com vistas a acompanhar as metas institucionais da Coordenação Geral.	Permanente/Programada	Os profissionais deverão realizar diagnóstico preliminar nos sistemas gerenciais existentes na CGDR com vistas a reconhecer a linguagem de programação empregada, estruturação do banco de dados, funcionalidades, entre outros. Caberá à contratada realizar a manutenção periódica e eventuais melhorias nos sistemas gerenciais com o objetivo de manter as suas funcionalidades, respeitando para tanto as regras institucionais relacionadas à tecnologia de informação. A empresa será responsável ainda por levantar quaisquer requisitos necessários junto ao setor do DNIT responsável pela área de TI para o desenvolvimento de suas atividades	Em execução

PRODUTO 4 – COORDENAÇÃO-GERAL DE DESAPROPRIAÇÃO E REASSENTAMENTO					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
AÇÃO 3 Assessoria Administrativa	3.1	Apoiar o gerenciamento orçamentário e financeiro, incluindo a movimentação e controle dos recursos orçamentários e financeiros referentes às atividades de desapropriação e reassentamento.	Permanente	Os profissionais serão responsáveis pelas seguintes atividades de apoio: a. Realizar a programação das necessidades de recursos apresentadas pelas Superintendência Regionais; b. Realizar o controle por instrumento em que conste: valor do instrumento, vigência, saldo a executar, valores declarados, valores inscritos em RP, valores empenhados, valores liquidados, valor a executar no exercício, necessidade de empenho para o exercício; c. Elaborar relatório com destaques orçamentários realizados para Convênios e congêneres, além dos valores repassados; d. Auxiliar na programação de empenhos, isto é, planejamento da distribuição da dotação autorizada para os contratos; e. Realizar o controle das solicitações e descentralizações de recursos orçamentários e financeiros para o pagamento de indenizações de desapropriação/reassentamento.	Em execução
	3.2	Apoiar as atividades de Assessoria para o Gerenciamento de Contratos e Instrumentos de Delegação.	Permanente	Os profissionais serão responsáveis por promover apoio à gestão administrativa dos contratos, convênios e instrumentos congêneres, incluindo a elaboração de despachos e encaminhamentos diversos, controlar os prazos de vencimentos dos instrumentos; examinar e controlar a atualização da documentação habilitatória do contratado, tendo em vista, inclusive, subsidiar a comprovação das regularidades jurídica e fiscal necessárias para o pagamento ao contratado; controlar as garantias contratuais prestadas pelo contratado; apoiar a confecção e publicação dos termos contratuais e possíveis alterações, bem como dos aditivos e apostilamentos; garantir e controlar a designação de representantes da Administração para desempenharem o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos.	Em execução
AÇÃO 4 Assessoria Técnica	4.1	Assessorar as atividades inerentes às Coordenações Setoriais da CGDR por meio do desenvolvimento de análises processuais, elaboração de pareceres e notas técnicas.	Programada	Os profissionais deverão realizar vistorias ou visitas técnicas que visem o levantamento de dados necessários às análises/elaboração dos produtos que compõem os Projetos de Desapropriação e/ou Reassentamento.	Em execução
	4.2	Suporte Técnico na análise e elaboração dos estudos preliminares de desapropriação e reassentamento.	Programada	Os profissionais deverão realizar vistorias ou visitas técnicas que visem o levantamento de dados necessários às análises/elaboração dos estudos preliminares de Desapropriação e/ou Reassentamento.	Em execução
	4.3	Suporte Técnico na realização de mutirões de conciliação de Desapropriação e Reassentamento.	Programada	Os profissionais deverão prestar suporte técnico em mutirões de conciliação de desapropriação e reassentamento realizados nas Superintendências, sempre que requisitados.	Em execução

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 140182

PRODUTO 4 – COORDENAÇÃO GERAL DE DESAPROPRIAÇÃO E REASSENTAMENTO					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
AÇÃO 5 PROFAIXA	5.1	Assessorar a CGDR na Gestão do Programa Federal de Faixas de Domínio do DNIT.	Permanente	O coordenador será responsável por monitorar e assegurar que todas as ações previstas para o PROFAIXA sejam concluídas com a qualidade e no tempo especificado, no âmbito das ações da CGDR, e gerenciar as ações e os cronogramas de execução previstos nas Superintendências Regionais do DNIT.	Em execução
	5.2	Apoiar o levantamento de informações necessárias à identificação e definição das faixas de domínio.	Permanente/Programada	Os profissionais deverão levantar e manter organizadas todas as informações documentais referentes à identificação das faixas de domínio das rodovias federais requisitadas pela CGDR.	Em execução



PRODUTO 5 – COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
Ação 1 – Assessoria Técnico-Administrativa da CGDESP	1.1	Coordenar a execução dos serviços previstos para a Ação 1, 2, 3, 4 e 5 da Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Projetos.	Permanente	O coordenador será responsável por monitorar e assegurar que todas as ações previstas para a Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Projetos sejam concluídas com a qualidade e no tempo especificado, com a maior produtividade possível. Para isso, o coordenador deverá avaliar estratégias, criar um planejamento, implantar tecnologias, gerir o uso de equipamentos e ferramentas gerenciais, além de administrar os termos exigidos em edital. Este profissional deverá trabalhar em colaboração com os fiscais do contrato, devendo promover as relações necessárias com os diversos setores e profissionais do DNIT-Sede e Superintendências Regionais para cumprimento das atividades. Por isso, o coordenador deverá ter experiência compatível com a prática de gerenciamento de projetos e dominar os diversos aspectos técnicos relacionados ao ramo da engenharia de infraestrutura de transportes, devendo, para tanto, atender a qualificação exigida para o cargo especificado, conforme consta da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT – Instrução de Serviço DG nº 03, de 07/03/2012.	Em execução



PRODUTO 5 – COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
	1.2	Elaborar painel gerencial de todos os empreendimentos, contendo informações pertinentes às temáticas da CGDESP.	Permanente	Os profissionais deverão subsidiar os servidores públicos do DNIT na análise e instrução de processos administrativos a cargo da Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Projetos, devendo desenvolver atividades meio, dentre as quais destaca-se: 1. Elaborar minutas de encaminhamentos segundo os aspectos formais da língua portuguesa e em atendimento às exigências do Manual de Redação da Presidência da República; 2. Elaborar minutas de pareceres técnicos e administrativos com vistas a subsidiar a instrução de processos e demandas atribuídas à CGDESP; 3. Efetivar a tramitação dos processos administrativos entre os diversos setores do DNIT através dos sistemas informatizados disponíveis; e 4. Consolidar documentação técnica para licitação, tais como termos de referência e atos preparatórios para contratação de estudos, anteprojetos e projetos de engenharia pertinentes à sua área.	Em execução
	1.3	Aprimorar o controle e padronização da Assessoria da CGDESP, manter os controles e estatísticas dos processos e demandas no âmbito da CGDESP, além de acompanhar os prazos das atividades e processos	Permanente/Programada	Os profissionais deverão apoiar os servidores do DNIT na manutenção dos sistemas operacionais existentes e auxiliar no controle das demandas a cargo da Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Projetos, como as análises de estudos, projetos e anteprojetos. Os profissionais deverão zelar pelo prazo de atendimento das demandas, além do aprimoramento contínuo dos controles administrativos preexistentes ou até mesmo propor novas ferramentas gerenciais com vistas a garantir a eficiência e efetividade de atendimento das demandas sob responsabilidade da Unidade e de suas setoriais.	Em execução
	1.4	Manter e operar os sistemas operacionais existentes na CGDESP, bem como propor novas soluções em Tecnologia da Informação com vistas a atingir as metas institucionais da Diretoria	Permanente/Programada	Os profissionais deverão realizar diagnóstico preliminar nos sistemas gerenciais existentes na Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Projetos com vistas a reconhecer a linguagem de programação empregada, estruturação do banco de dados, funcionalidades, entre outros. Caberá à contratada realizar a manutenção periódica e eventuais melhorias nos sistemas gerenciais com o objetivo de manter e/ou aprimorar as suas funcionalidades, respeitando, para tanto, as regras institucionais relacionadas à tecnologia da informação. A contratada será responsável ainda por levantar quaisquer requisitos necessários junto ao setor do DNIT responsável pela área de TI para o desenvolvimento de suas atividades.	Em execução
	1.5	Analisar pedidos de delegação de competência e orientações a Órgãos Descentralizados	Permanente	A contratada deverá prover assessoramento à CGDESP na realização de análises de pedidos de delegação de competência para elaboração de Termos de Referência para licitações, bem como pedidos de análises de estudos, projetos e anteprojetos rodoviários diretamente nos Órgãos Descentralizados. Deverá também assessorar a CGDESP em orientar os Órgãos Descentralizados na execução e fiscalização de atividades relacionadas a estudos e levantamentos de campo, desenvolvimento de anteprojetos e projetos de infraestrutura rodoviária.	Em execução
	1.6	Assessoria na elaboração ou revisão de padrões, instruções, normas técnicas e especificações para o desenvolvimento	Permanente	Em consonância com as Coordenações ligadas à Diretoria de Planejamento e Pesquisa, bem como os Órgãos Descentralizados, os profissionais deverão promover estudos sobre a elaboração de projetos e prestar assessoria técnica à CGDESP na avaliação de instruções, normas técnicas e especificações para o desenvolvimento e controle de projetos de engenharia. Quando necessário e pertinente, deverão também ser apresentadas sugestões para auxiliar a Coordenação do Instituto de Pesquisas Rodoviárias na elaboração ou revisão de seus normativos.	Em execução


Atestado registrado mediante
vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 140185

PRODUTO 5 – COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
		e controle de projetos e obras			
	1.7	Auxílio na capacitação técnica e atualização profissional dos colaboradores da CGDESP	Permanente/Programada	A contratada deverá apresentar propostas para realização de cursos, palestras, oficinas e seminários para transferência de conhecimentos e capacitação profissional dos técnicos da CGDESP, tendo em vista inovações tecnológicas, novas pesquisas e metodologias afetas ao planejamento, execução e desenvolvimento de levantamentos, estudos e projetos de engenharia, bem como quaisquer lacunas de conhecimento técnico eventualmente diagnosticadas.	Em execução
Ação 2 – Apoio Técnico ao Desenvolvimento de Projetos	2.1	Promover a manutenção dos sistemas de controle com a atualização permanente dos dados	Permanente	Atuação no desenvolvimento e manutenção de controles para os acompanhamentos físico, administrativo, financeiro e orçamentário, no que couber, dos contratos, convênios e instrumentos congêneres sob gestão da CGDESP	Em execução
	2.2	Controle da programação e execução orçamentária dos instrumentos contratuais	Permanente	Os profissionais serão responsáveis pelas seguintes atividades de apoio: 1. Realizar a programação das necessidades de recursos apresentadas pelas coordenações setoriais da CGDESP; 2. Realizar o controle por instrumento em que conste: valor do instrumento, vigência, saldo a executar, valores declarados, valores inscritos em restos a pagar, valores empenhados, valores liquidados, valor a executar no exercício, necessidade de empenho para o exercício; 3. Elaborar critério com destaques orçamentários realizados para Universidades, Exército e outros entes da Administração Pública, discriminando o saldo das Notas de Crédito e valores repassados.	Em execução
	2.3	Controle de Demandas Técnico-Administrativas	Permanente/Programada	Os profissionais serão responsáveis pelas seguintes atividades de apoio: 1. Relatório de inconsistências de sistemas, indicando medidas de ajuste; 2. Promover apoio da gestão técnico-administrativa dos processos administrativos a cargo do setor, incluindo a elaboração de despachos e encaminhamentos diversos; e 3. Desenvolver e manter controles, em apoio à CGDESP, para o bom andamento das ações de coordenação, orientação e consolidação das informações para elaboração de Relatório Anual de Gestão, no que se refere à sua esfera de atribuições e competências.	Em execução
Ação 3 – Coordenação de Projetos de Construção Rodoviária	3.1	Apoio na análise de estudos, anteprojetos e projetos rodoviários	Permanente	A atividade consiste em dar suporte à Coordenação de Projetos de Construção Rodoviária na elaboração de análises técnicas, de estudos, projetos, anteprojetos e especificações de obras, afetas às suas atividades, em consonância com as normas vigentes. Assuntos relacionados: construção rodoviária, tais como implantação, adequação de capacidade, duplicação, mudanças de diretrizes de projetos, contornos, dentre outros.	Em execução
	3.2	Apoio na realização de estudos técnicos especializados referentes a anteprojetos e projetos em andamento e sob a gestão da CGDESP	Programada	Os profissionais deverão estar à disposição, quando demandados, para realização de visitas de campo, vistorias, elaboração de laudos, notas técnicas, especificações e apresentação de subsídios para respostas a Órgãos de Controle externo e interno, no que se refere a projetos e anteprojetos sob responsabilidade da CGDESP.	Em execução

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 140186

PRODUTO 5 – COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
Ação 4 – Coordenação de Projetos de Manutenção e Restauração Rodoviária	4.1	Assessoria na verificação, acompanhamento e consolidação de Anteprojetos e Projetos básicos referenciais.	Programada	A atividade consiste em dar suporte à CGDESP, mediante solicitação, no desenvolvimento dos seguintes serviços de consultoria: assessoramento técnico nas adequações e revisões de Projetos referenciais; assessoramento técnico na elaboração de especificações técnicas; análise prévia da eficiência dos projetos em relação às condições estruturais e funcionais das rodovias e a consolidação das informações técnicas pertinentes.	Em execução
	4.2	Assessoria na verificação, Acompanhamento e consolidação de Anteprojetos e Projetos básicos referenciais	Programada	A atividade consiste em dar suporte à CGDESP, mediante solicitação, no desenvolvimento dos seguintes serviços de consultoria: assessoramento técnico nas adequações e revisões de Projetos referenciais; assessoramento técnico na elaboração de especificações técnicas; análise prévia da eficiência dos projetos em relação às condições estruturais e funcionais das rodovias e a consolidação das informações técnicas pertinentes.	Em execução
	4.3	Apoio na realização de estudos técnicos especializados referentes a anteprojetos e projetos em andamento e sob a gestão da CGDESP	Programada	Os profissionais deverão estar à disposição, quando demandados, para realização de visitas de campo, vistorias, elaboração de laudos, notas técnicas, especificações e apresentação de subsídios para respostas a Órgãos de Controle externo e interno, no que se refere a projetos e anteprojetos sob responsabilidade da CGDESP.	Em execução
	5.1	Apoio na análise de estudos, anteprojetos e projetos rodoviários	Permanente	A atividade consiste em dar suporte à Coordenação de Projetos de Estruturas na elaboração de análises técnicas, de estudos, projetos, anteprojetos e especificações de obras, afetas às suas atividades, em consonância com as normas vigentes. Assuntos relacionados: estruturas rodoviárias como pontes, viadutos, passarelas, obras de contenção e túneis.	Em execução
	5.2	Apoio na realização de estudos técnicos especializados referentes a anteprojetos e projetos em andamento e sob a gestão da CGDESP	Programada	Os profissionais deverão estar à disposição, quando demandados, para realização de visitas de campo, vistorias, elaboração de laudos, notas técnicas, especificações e apresentação de subsídios para respostas a Órgãos de Controle externo e interno, no que se refere a projetos e anteprojetos sob responsabilidade da CGDESP.	Em execução
Ação 5 - Coordenação de Projetos de Estruturas	5.1	Apoio na análise de estudos, anteprojetos e projetos rodoviários	Permanente	A atividade consiste em dar suporte à Coordenação de Projetos de Estruturas na elaboração de análises técnicas, de estudos, projetos, anteprojetos e especificações de obras, afetas às suas atividades, em consonância com as normas vigentes. Assuntos relacionados: estruturas rodoviárias como pontes, viadutos, passarelas, obras de contenção e túneis.	Em execução
	5.2	Apoio na realização de estudos técnicos especializados referentes a anteprojetos e projetos em andamento e sob a gestão da CGDESP	Programada	Os profissionais deverão estar à disposição, quando demandados, para realização de visitas de campo, vistorias, elaboração de laudos, notas técnicas, especificações e apresentação de subsídios para respostas a Órgãos de Controle externo e interno, no que se refere a projetos e anteprojetos sob responsabilidade da CGDESP.	Em execução


Atestado registrado mediante
vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A140187

PRODUTO 5 – COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
Ação 6 (*) - Assessoria em Projetos de Infraestrutura Aquaviária (TA1 6722116 - Aditivo ao Contrato - NT Nº: 17/2020/DPP/DNIT SEDE - SEI 65251118)	6.1	Apoio na análise de Estudos, Anteprojetos e Projetos Aquaviários	Permanente	As atividades consistem em dar suporte à Coordenação de Projetos de Infraestrutura Aquaviária na elaboração de Notas Técnicas, Estudos, Projetos, Anteprojetos e Especificações de Obras, afetas às suas atividades, em consonância com as Normas vigentes. Assuntos relacionados: Infraestruturas Portuárias (IP4) e Hidroviárias (Derrocamentos).	Em execução
	6.2	Apoio na realização de Estudos Técnicos Especializados, referentes a Anteprojetos e Projetos em andamento e sob a Gestão da CGDESP	Programada	Os Profissionais deverão estar à disposição, quando demandados, para realização de Visitas de Campo, Vistorias, Elaboração de Laudos, Notas Técnicas, Especificações e apresentação de subsídios para respostas a Órgãos de Controle externo e interno, no que se refere a Projetos e Anteprojetos sob responsabilidade da CGDESP.	Em execução



PRODUTO 6 – COORDENAÇÃO-GERAL DO INSTITUTO DE PESQUISAS EM TRANSPORTES - IPR					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
AÇÃO 1 **Assessoria Técnico-Administrativa**	1.1	Coordenar a execução dos serviços previstos para a Ação 1, 2 e 3 do IPR	Permanente	O coordenador será responsável por monitorar e assegurar que todas as ações previstas para o Instituto de Pesquisas Rodoviárias sejam concluídas com a qualidade e no tempo especificado, com a maior produtividade possível. Para isso, o coordenador deverá avaliar estratégias, criar um planejamento, implantar tecnologias, gerir o uso de equipamentos e ferramentas gerenciais, além de administrar os termos exigidos em edital. Este profissional deverá trabalhar em colaboração com os fiscais do contrato, devendo promover as relações necessárias com os diversos setores e profissionais do DNIT-Sede e Superintendências Regionais para cumprimento das atividades. Por isso, o coordenador deverá ter experiência compatível com a prática de gerenciamento de projetos e dominar os diversos aspectos técnicos relacionados ao ramo da engenharia de infraestrutura de transportes, devendo, para tanto, atender a qualificação exigida para o cargo especificado, conforme consta da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT - Instrução de Serviço DG nº 03, de 07 de março de 2012.	Em execução



PRODUTO 6 – COORDENAÇÃO-GERAL DO INSTITUTO DE PESQUISAS EM TRANSPORTES - IPR					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
	1.2	Analisar e auxiliar na gestão de processos, elaborar pareceres e notas técnicas assessoradas.	Permanente	Os profissionais deverão subsidiar os servidores públicos do DNIT na análise e instrução de processos administrativos a cargo do Instituto de Pesquisas, devendo desenvolver atividades meio, dentre as quais destacam-se: a. Elaborar minutas de encaminhamento segundo os aspectos formais da língua portuguesa e em atendimento às exigências do Manual de Redação da Presidência da República; b. Elaborar minutas de pareceres técnicos e administrativos com vistas a subsidiar a instrução de processos e demandas atribuídas ao Instituto; c. Efetivar a tramitação dos processos administrativos entre os diversos setores do DNIT através dos sistemas informatizados disponíveis; d. Elaborar minuta de notas técnicas; e. Realizar o controle dos prazos regulamentados; f. Realizar a tramitação interna dos processos aos setores competentes do DNIT; g. Auxiliar nas atividades desenvolvidas na divisão de capacitação e desenvolvimento; h. Assessorar no controle administrativo dos contratos do Instituto; i. Assessorar nos trabalhos a serem desenvolvidos referente a cargas perigosas j. Assessorar, mediante profissional de pedagogia, na gestão/controle nos cursos de capacitação principalmente na elaboração, desenvolvimento e controle de processos/instrumentos de possíveis parcerias do IPR com outras instituições que promovam cursos de capacitação.	Em execução
	1.3	Auxiliar na divulgação do Instituto e na organização de eventos	Permanente	a.O profissional deve assessorar a Coordenação na divulgação das informações a serem disponibilizadas no site do Instituto, além de manter atualizadas as informações quanto as atividades/pesquisas que estão sendo realizadas, visando dar transparência e permitir o acompanhamento por parte dos interessados nos trabalhos desenvolvidos e em andamento; b.Na organização em eventos propostos pelo Instituto ou em eventos com possibilidade de divulgação das atividades do Instituto.	Em execução
	1.4	Assessorar nas atividades atreladas ao sítio eletrônico do Instituto e na criação/atualização de ferramentas computacionais.	Permanente/Programada	Desenvolvimento e atualização do sitio eletrônico do Instituto visando a divulgação das atividades e otimização do acesso às informações constantes no site. Criar e manter atualizada o acervo técnico da biblioteca virtual do Instituto; Desenvolver planilhas ou ferramentas que otimizem os trabalhos em desenvolvimento no Instituto; Atualizar os softwares desenvolvidos pelo Instituto.	Em execução
	1.5	Revisão e Tradução de documentos Técnicos	Permanente	O profissional, bacharel em letras português/inglês, realizará traduções de documentos técnicos e também auxiliará na revisão dos aspectos formais da língua portuguesa dos documentos produzidos no Instituto.	Em execução

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 140190

PRODUTO 6 – COORDENAÇÃO-GERAL DO INSTITUTO DE PESQUISAS EM TRANSPORTES - IPR					
Ação	**Item**	**Atividade**	**Classificação**	**Especificação**	**Situação**
AÇÃO 2 Assessoria no Desenvolvimento de Pesquisas	2.1	Elaborar de pareceres e notas técnicas referentes às demandas do Instituto.	Permanente	Os profissionais deverão subsidiar os servidores públicos do DNIT na análise e elaboração de documentos técnicos referentes a assuntos relacionados à área de pesquisa rodoviária e ferroviária, devendo desenvolver atividades meio, dentre as quais destacam-se: a. Elaborar minutas de encaminhamento segundo os aspectos formais da língua portuguesa e em atendimento às exigências do Manual de Redação da Presidência da República; b. Elaborar pareceres e notas técnicas referentes as atividades de pesquisas ou de solicitação de informações sobre os normativos do Instituto.	Em execução
	2.2	Realização de Pesquisas Bibliográficas	Permanente	Os profissionais deverão realizar pesquisas voltadas para sugestões de novas tecnologias a serem implementadas na engenharia rodoviária e ferroviária; além de efetuar revisões bibliográficas nacionais e internacionais referente visando dar suporte as pesquisas em desenvolvimento no Instituto.	Em execução
	2.3	Subsidiar na elaboração das minutas do normativos	Permanente/Programada	Os profissionais deverão auxiliar na instrução dos processos e na elaboração das minutas dos normativos técnicos do Instituto (criação/atualização de normas, manuais, Instrução de Serviço, entre outros).	Em execução
AÇÃO 3 Assessoria para Publicações Técnicas e Parcerias	3.1	Suporte Técnico na elaboração, revisão e atualização dos normativos	Permanente	Elaborar Notas Técnicas específicas com o objetivo de subsidiar os servidores públicos do DNIT na finalização dos normativos, elaborando documentos necessários até o processo final de publicação da norma.	Em execução
	3.2	Auxiliar na atualização de cadastros de pesquisadores e centros de excelência	Permanente/Programada	Os profissionais deverão criar e manter atualizado cadastro de pesquisadores por área, tanto do setor rodoviário quando do ferroviário, assim como de centros de excelência para possíveis parcerias com o Instituto.	Em execução

Tabela 5 - Produtos e serviços (Termo de Referência)

3. **SERVIÇOS EXECUTADOS PELO CONSÓRCIO DE 01/08/2020 a 30/09/2022**

3.1. Na tabela a seguir, são apresentados os quantitativos gerais das atividades realizadas pelo Consórcio STE-SIMEMP, durante o período compreendido entre **01/08/2020 a 30/09/2022**, que totalizaram **37.275 atividades**.

DEMANDAS EXECUTADAS - POR ANO Ago-2020/Set-2022	
Atividades	**Contagem de Atividades**
Produto 1	**19.818**
Assessoria de Controle Externo	4155
Assessoria Técnico-Administrativa	9051
Assessoria Tecnologia da Informação	6
Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos	2145
Gestão Orçamentária e Financeira	4130
Implementação da Metodologia BIM (*)	331


Atestado registrado mediante
vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 140191

DEMANDAS EXECUTADAS - POR ANO Ago-2020/Set-2022	
Atividades	**Contagem de Atividades**
Produto 2	**2491**
Assessoria Orçamentário-Financeira e Contratações	1206
Assessoria Técnica Ambiental	424
Coordenação Técnica, Gerenciamento e Comunicação Ambiental	861
Produto 3	**6.660**
Assessoria em Estudos, Projetos, as built	30
Assessoria Técnico-Administrativa	5.915
Assessoria Tecnologia da Informação	67
Estudos de Traçados e Metodologia BIM	54
Geração e Avaliação de Ortoimagens e MDT	30
Gestão da Malha Rodoviária Federal	123
Gestão Orçamentária e Financeira	398
Levantamento de Campo	43
Produto 4	**2640**
Assessoria à Gestão de Informação	127
Assessoria ao Planejamento e Gestão	613
Assessoria em Regularização da Faixa de Domínio	580
Assessoria Técnica em Desapropriação e Reassentamento	685
Assessoria Técnico-Administrativa	635
Produto 5	**2953**
Apoio Técnico ao Desenvolvimento de Projetos	755
Assessoria Técnico-Administrativa	963
Coordenação de Projetos Aquaviários	233
Coordenação de Projetos de Construção Rodoviária	466
Coordenação de Projetos de Estruturas	323
Coordenação de Projetos de Manutenção e Restauração Rodoviária	213
Produto 6	**2930**



DEMANDAS EXECUTADAS - POR ANO Ago-2020/Set-2022	
Atividades	**Contagem de Atividades**
Assessoria no Desenvolvimento de Pesquisas	177
Assessoria para publicações técnicas e parcerias	519
Assessoria Técnico-Administrativa	2238
Total Geral	**37.275**

Tabela 6 - Resumo dos serviços executados pelo Consórcio

(*) Aditivo ao Contrato - NT Nº: 17/2020/DPP/DNIT SEDE - SEI 6525118)

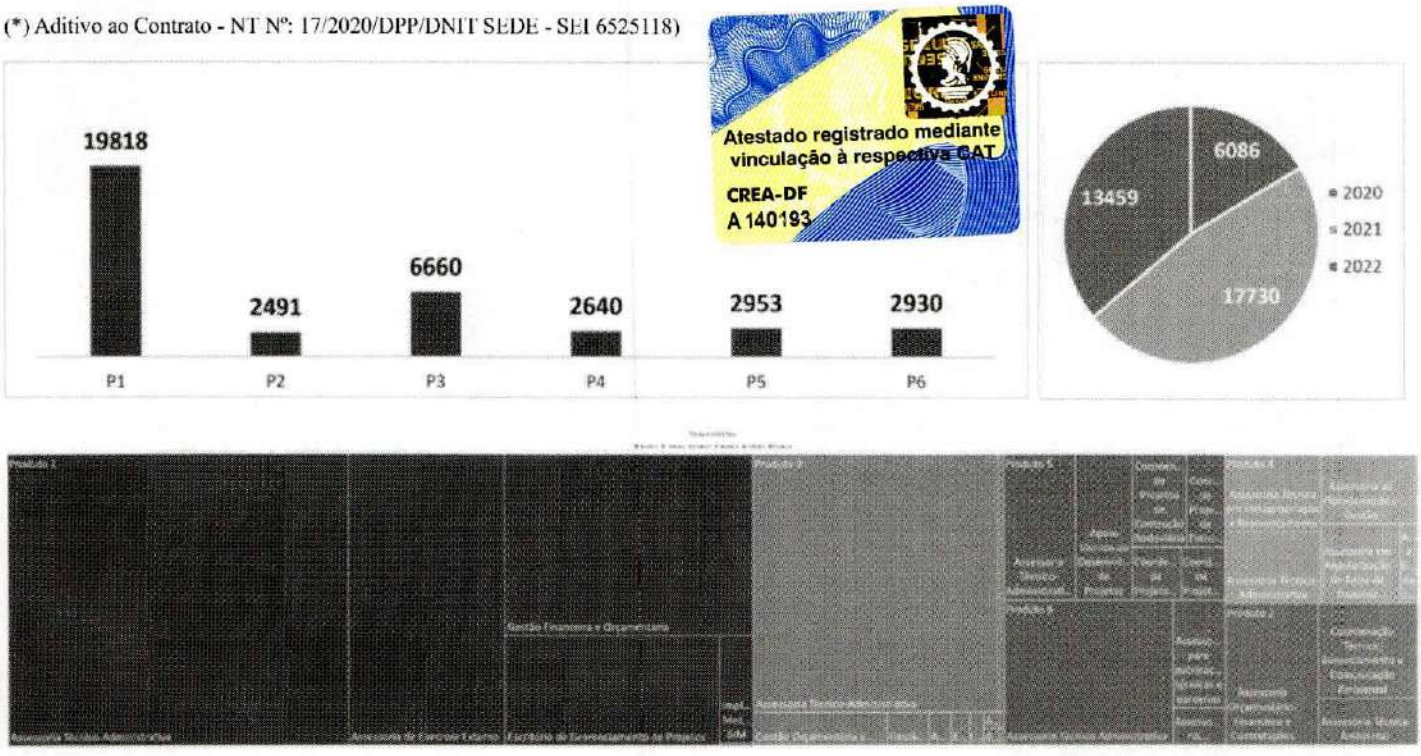


Figura 1 - Quantidade de atividades executadas pelo Consórcio Produtos / Ações (2020/2021/2022)

3.2. Devido ao grande volume de demandas executadas no âmbito do contrato nº 325/2020, apresenta-se nas tabelas a seguir, amostra considerada representativa dos serviços executados, os quais podem ser consultados, na sua totalidade, por meio da ferramenta de gestão de demandas SS Kanban, link: www.ste-simemp.com.br.

PRODUTO 1 – Assessoria DPP		
Ação	**Descrição da Atividade**	**Situação**
1	Assessoria Técnico-Administrativa - Adequação dos Projetos Executivos de Duplicação da Rodovia BR-469/PR - Trevo de Acesso à Argentina e o Portão de Entrada do Parque Nacional do Iguaçu	Concluído
1	Assessoria Técnico-Administrativa - Desapropriação de Áreas Urbanas - BR-153 - Goiânia/GO.	Concluído
1	Assessoria Técnico-Administrativa - Descentralização de recursos - Adequação/Duplicação BR-163/MT (cópia)	Concluído
1	Assessoria Técnico-Administrativa - Licenciamento ambiental BR-158/MT – Contorno Leste	Concluído
1	Assessoria Técnico-Administrativa - Suplementação de PTRES - Gestão Ambiental BR-280/SC - PLN 30/2020	Concluído
2	Assessoria de Controle Externo - Ação Civil Pública nº 1002110-60.2019.4.01.3803 – BR – 365/MG.	Concluído

PRODUTO 1 – Assessoria DPP		
Ação	**Descrição da Atividade**	**Situação**
2	Assessoria de Controle Externo - Ação de Nunciação de Obra Nova c/c Pedido de Tutela Antecipada ou Liminar (autos n. 5000564-53.2012.404.7006) ajuizada pelo DNIT.	Concluído
2	Assessoria de Controle Externo - Acompanhamento de acordo para recuperação do passivo ambiental na Terra Indígena Waimiri-Atroari - Procedimento Administrativo nº 1.13.000.0002047/2013-27	Concluído
2	Assessoria de Controle Externo - Atendimento à Solicitação de Auditoria nº 838209/01 (CGU) - Obras de Implantação do Plano Rodoviário de Juiz de Fora, na Rodovia BR-440/MG.	Concluído
2	Assessoria de Controle Externo - BR-230/422/PA – Contrato PP-508/11-00 - Execução dos serviços de Gestão Ambiental.	Concluído
2	Assessoria de Controle Externo - Consulta Pública nova Metodologia de Engenharia Consultiva de Supervisão e Gerenciamento de Obras Rodoviárias do DNIT	Concluído
2	Assessoria de Controle Externo - Contrato nº 559/2018, celebrado entre o DNIT e a Fundação Getúlio Vargas.	Concluído
2	Assessoria de Controle Externo - Denúncia narrando supostas irregularidades envolvendo a retirada de estabelecimento comercial localizado na faixa de domínio da BR-414, km 47.	Concluído
2	Assessoria de Controle Externo - Denúncia relacionada a construção de interseção na rodovia BR-163/SP	Concluído
2	Assessoria de Controle Externo - Elaboração de Termo Aditivo de Supressão - Contrato PP-915/2018 - ECOPLAN	Concluído
2	Assessoria de Controle Externo - Parceria do DNIT e o COPPE/UFRJ, na realização de pesquisas.	Concluído
2	Assessoria de Controle Externo - Proposta de Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre MInfra, DNIT, EPL, VALEC e ANTT.	Concluído
2	Assessoria de Controle Externo - Solicitação de Auditoria nº: 850393/03 - CGU	Concluído
2	Assessoria de Controle Externo - TCE - Termo de Compromisso nº. 221/2012, transferência SIAFI (672.629).	Concluído
3	50600.011030/2021-93 - Duplicação da rodovia BR-153/TO, trecho entre as cidades de Aliança/TO e Aguiarnópolis/TO. (C1)	Concluído
3	Assessoria Tecnologia da Informação - Análise e desenvolvimento de solução tecnológica - Atlas Gerencial	Concluído
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: 50600.018140/2019-61 -Proposta de licitação para obras de restauração da Ponte Internacional Barão de Mauá.	Concluído
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Assessoramento para Inclusão de trecho para elaboração de EVTEA - BR-435/RO.	Concluído
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Contratação de empresa para a execução dos serviços de Gestão Ambiental das obras da BR-230/PA, BR-163/PA/MT e BR-422/PA.	Concluído
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Desenvolvimento de Guia para Elaboração do Termo de Referência - Projetos Rodoviários - BR-259/ES.	Concluído
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Destinação de verba ao Distrito de Rosário para construção de uma passarela e de uma via marginal lateral na rodovia BR-020/BA, na altura do km 01. (C1)	Concluído
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Duplicação da BR-110/RN, em Mossoró.	Concluído
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Duplicação da BR-116/CE, entre os municípios de Pacajus e Boqueirão do Cesário	Concluído
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Elaboração de material técnico de empreendimentos	Concluído


Atestado registrado mediante
vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 140194

PRODUTO 1 – Assessoria DPP		
Ação	**Descrição da Atividade**	**Situação**
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Elaboração de projeto para implantação da rodovia BR-251/BA, interligando a BA-270 (Potiraguá) ao Município de Pau Brasil/BA. (C1)	Concluído
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Implantação de segmento rodoviário de contorno da área urbana do Município de Várzea Alegre - Rodovia BR-230/CE	Concluído
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Informações sobre a rodovia BR-116, no trecho que liga Três Rios-Muriaé.	Concluído
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Informações sobre o Derrocamento do Pedral do Lourenço, no Rio Tocantins. (C2)	Concluído
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Liberação de recursos, com vistas à implantação do Anel Rodoviário de Uberaba/MG.	Concluído
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: MP 932/2020 - Revisão Contratual - Metodologia de cálculo.	Concluído
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Projeto da Interseção do Contorno de Balsas/MA com a rodovia federal BR-230/MA, e Projetos de Engenharia da MA-006.	Concluído
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Assessoramento na Elaboração do Termo de Referência para Contratação de empresa especializada para a Elaboração de Estudos e Projetos Básicos e Executivos de Engenharia visando a execução das obras de Implantação, Pavimentação, Adequação de Capacidade e Melhorias de Segurança com Eliminação de Pontos Críticos, inclusive segmentos planejados da Rodovia BR-402/MA/PI.	Concluído
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Assessoramento na Elaboração do Termo de Referência para Contratação de empresa especializada para a Elaboração de Estudos e Projetos Básicos e Executivos de Engenharia visando a realização das Obras de Adequação de Capacidade, (Duplicação) e de Restauração/Reabilitação com Melhorias de Segurança com Eliminação de Pontos Críticos, inclusive segmentos planejados da Rodovia Federal BR-316/MA.	Concluído
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Assessoramento na Elaboração do Termo de Referência para Contratação de empresa especializada para a Elaboração de Estudos e Projetos Básicos e Executivos de Engenharia para obras de Adequação de Capacidade, (Duplicação) e de Restauração/Reabilitação com melhorias para segurança de rodovia, inclusive segmentos planejados da Rodovia BR-010/MA.	Concluído
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Assessoramento na Elaboração do Termo de Referência para Contratação de empresa especializada para a Elaboração de Estudos e Projetos Básicos e Executivos de Engenharia para obras de Implantação em Pista Dupla do Prolongamento da Rodovia BR-448/RS até o Entroncamento com a ERS-240, totalizando 18,70 km de extensão	Concluído
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Assessoramento na Elaboração do Termo de Referência para Contratação de empresa especializada para a Elaboração de Estudos e Projetos Básicos e Executivos de Engenharia visando a execução das obras de Duplicação, Adequação de Capacidade, e Melhorias de Segurança com Eliminação de Pontos Críticos da Rodovia BR-282/SC, entre o Entroncamento com a BR-116/SC (Lages) e o Entroncamento com a BR-163/SC (São Miguel do Oeste).	Concluído
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimento: Desenvolvimento de relatório e controle das Delegações de Competência	Concluído
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Capacitações dos integrantes do Consórcio em atividades como: Power BI, – Mapeamento de processos no âmbito da DPP e Módulo Repositório – Atlas, Elaboração de mapas na ferramenta QGIS, Processo de elaboração de TR e demais artefatos de licitação, Gerenciamento do Cronograma e as Ferramentas do MS Project e Orçamento Público x DPP	Concluído
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Elaboração de processo padrão de Contratação para todas as Coordenações da DPP, inclusive com a definição de responsabilidades.	Concluído
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Elaboração de procedimento padrão de gestão de portfólio para gestão das principais ações da DPP.	Andamento
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Apresentação dos resultados da Diretoria. Resumo executivo das ações da DPP em cada uma das áreas.	Permanente


Atestado registrado mediante
vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 140195

PRODUTO 1 – Assessoria DPP		
Ação	**Descrição da Atividade**	**Situação**
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Assessoramento na Elaboração do Estudo Técnico Preliminar da Contratação de empresa especializada para a construção da sede da Escola Nacional de Infraestrutura (ENINFRA/DNIT).	Andamento
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Suporte às demandas de comunicação em assuntos afetos à Diretoria de Planejamento e Pesquisa.	Permanente
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Operação e atualização dos sistemas gerenciais existentes na DPP, bem como a proposição de novas soluções em Tecnologia da Informação com vistas a acompanhar as metas institucionais da Diretoria. Principalmente o Atlas Gerencial.	Permanente
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Assessoramento com, com elaboração de conteúdo técnico, em reuniões internas e externas realizadas pelos servidores públicos do DNIT.	Permanente
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Sistematização, consolidação e registro dos Planos de Contratações Anuais da DPP.	Concluído
3	Escritório de Gerenciamento de Projetos - Gestão de Empreendimentos: Desenvolvimento do controle dos principais empreendimentos discutidos no Fórum de Desempenho da DPP.	Concluído
4	Gestão Orçamentária e Financeira: Caderno de Acompanhamento Orçamentário	Concluído
4	Gestão Orçamentária e Financeira: Descentralização de Recursos para pagamento de Honorários Periciais Atendimento - SMCO nº. 2020/0149/DDA-DPP.	Concluído
4	Gestão Orçamentária e Financeira: Informação sobre crédito e contratos de empresas contratadas pelo DNIT	Concluído
4	Gestão Orçamentária e Financeira: Nota de Crédito - SMCO 0102/2021/DPP, referente a BR-304/RN.	Concluído
4	Gestão Orçamentária e Financeira: Pagamento da 68ª Medição do Contrato nº 00 01030/2014 - Consórcio Dynatest - SD	Concluído
4	Gestão Orçamentária e Financeira: Pagamento de ASV - BR 116/RS - Rio dos Sinos	Concluído
4	Gestão Orçamentária e Financeira: Processamento da 68ª medição do contrato PP-940/2014-00, firmado entre o DNIT e a empresa PROSUL.	Concluído
4	Gestão Orçamentária e Financeira: Trata-se da 8ª Medição Provisória do Contrato nº 00 00401/2020, a cargo do Consórcio ÚNICA-FARES.	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Análise e desenvolvimento de fluxograma de projetos em BIM - PROARTE	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Análise técnica de Maturidade BIM do DNIT	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Apoio Técnico para a elaboração do Caderno de Requisitos Técnicos BIM do DNIT (BIM Mandate)	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Apoio Técnico para a elaboração do Termo de Referência BIM do DNIT para Obras de Arte Especiais (OAEs)	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Assessoramento jurídico em manifestação de resposta ao Acórdão 3448/2012-TCU - Atinente às Ações BIM na Autarquia	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Assessoramento na avaliação da Contratação de empresa especializada para a elaboração de projetos executivos de engenharia e arquitetura de edificação em sistema Building Information Modeling (BIM) - Retrofit	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Avaliação da Pesquisa de Maturidade BIM - RECEPETi	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Avaliação técnica dos levantamentos utilizando laser scanner e fotogrametria em 03 OAEs (Contrato 00 00951/2017)	Concluído


Atestado registrado mediante
vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 140198

PRODUTO 1 – Assessoria DPP		
Ação	**Descrição da Atividade**	**Situação**
5	Implementação da Metodologia BIM - Avaliação tecnológica de quantitativos de licenças de software BIM	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Criar Instrução Normativa sobre priorização de Empreendimentos do PROARTE para implementação do BIM	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Desenvolvimento e estruturação de portal web BIM do DNIT	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Elaboração de IN de priorização de empreendimentos visando implementação BIM	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Elaboração de Matriz de Responsabilidade BIM	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Elaboração de Matriz de Riscos BIM	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Elaboração de Planejamento para implementação do BIM no DNIT	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Elaboração do Plano de Capacitação BIM	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Elaboração do Plano de Comunicação BIM do DNIT	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Elaboração do Plano de Gestão do Conhecimento BIM	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Elaboração do Plano de Gestão Mudanças BIM	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Elaboração do Plano de implementação BIM (BIP)	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Elaborar PEB - Projeto Piloto PROARTE	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Enquadramento de empreendimentos PROARTE utilizando IN de priorização	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Planejamento de ações para a expansão da Pesquisa de Maturidade BIM DNIT	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Planejamento e elaboração de metodologia para realização da Pesquisa Inicial de Maturidade BIM do DNIT	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Planejamento e organização de evento nacional sobre a Metodologia BIM DNIT	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Planejamento e Realização de testes BIM - Projeto Piloto de OAEs	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Planejamento e Realização de testes BIM em Obras lineares	Planejado
5	Implementação da Metodologia BIM - Modelagem BIM do Álbum de Projetos-Tipo de Passarela de Pedestres (IPR-748)	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Modelagem BIM do Álbum de Projetos-Tipo de Ponte Semipermanente (IPR-751)	Andamento
5	Implementação da Metodologia BIM - Modelagem BIM do Álbum de Projetos-Tipo de Dispositivos de Drenagem (IPR-736)	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Elaboração de template de OAE para subsidiar processo de contratação BIM voltadas para o PROARTE	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Elaboração de template de passarela de pedestres para subsidiar a elaboração de projetos em BIM	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Elaboração de template de ponte semi permanentes (concreto e metálica) para subsidiar a elaboração de projetos em BIM	Andamento


Atestado registrado mediante
vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 140187

PRODUTO 1 – Assessoria DPP		
Ação	**Descrição da Atividade**	**Situação**
5	Implementação da Metodologia BIM - Apoio técnico na elaboração de Estudos para definição de contratação ou elaboração do Ambiente Comum de Dados – CDE	Andamento
5	Implementação da Metodologia BIM - Capacitação BIM para os servidores e colaboradores do DNIT	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Programa de Palestras Online BIM Enfoque BIM para os servidores e colaboradores do DNIT	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Elaboração de Diretrizes Institucionais relativas à Metodologia BIM	Concluído
5	Implementação da Metodologia BIM - Acompanhamento das contratações de OAEs prioritárias em BIM	Andamento
5	Implementação da Metodologia BIM - Estruturação de chamamento público para estabelecer Acordo de Cooperação Técnica para atividades de orçamento, estrutura e infraestrutura rodoviária em BIM	Andamento
5	Implementação da Metodologia BIM - Prestação de Contas Anual Relatório de Gestão - TCU	Concluído

Tabela 7 – Serviços unitários (amostra – PRODUTO 1 - DPP)

PRODUTO 2 – Coordenação-Geral de Meio Ambiente		
Ação	**Especificação**	**Situação**
1	Preenchimento de Ficha de Caracterização da Atividade (FCA-IBAMA) relativa ao licenciamento ambiental de instalação do trecho complementar da BR-364/AC	Concluído
1	Elaboração do Plano de Controle Ambiental (PCA) relativo às obras de instalação de nova ponte rodoviária sobre o rio Ibicuí e respectivos acessos (BR-472/RS) e solicitação, no SISGLAF-IBAMA, da licença ambiental de instalação (LI).	Concluído
1	Preparação e encaminhamento ao Ministério da Infraestrutura (MINFRA) de informações sobre o licenciamento ambiental de várias rodovias que serão objeto de concessão para a iniciativa privada.	Concluído
1	Solicitação, via SISGLAF-IBAMA e por estado (UF), de autorização ambiental para as rodovias federais, sob administração do DNIT, e que estão operando sem licença ambiental (Regularização Ambiental).	Concluído
1	Análise de Proposta de Programas Básicos Ambientais do Componente Indígena relativo à BR-163/PA.	Concluído
1	Análise do cumprimento das condições de validade da Autorização de Coleta, Captura e Transporte de Material Biológico (ABio), relativa à implantação da ponte sobre o rio Parnaíba (BR-235/PI).	Concluído
1	Elaboração do Termo de Referência para a contratação da gestão ambiental das obras na BR-235/BA, no trecho do km 601,30 ao km 663,60.	Concluído
1	Contribuições às informações da CGMAB que integram o Relatório de Gestão 2020 do DNIT.	Concluído
1	Atualização do painel de licenças ambientais do Atlas da DPP	Em execução
1	Subsídios para elaboração, pelo BNDES, de Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica e Ambiental (EVTEAs).	Concluído
1	Levantamento de todas as demandas indígenas pendentes na CGMAB, com respectivas ações a serem conduzidas e orçamentos estimados.	Concluído
1	Elaboração de Plano de Controle Ambiental (PCA), visando a obtenção da Licença de Instalação para as obras da nova ponte sobre o rio Ibicuí, na BR-472/RS, com respectivos acessos.	Concluído
1	Elaboração do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), visando a obtenção da Licença de Instalação para as obras de Implantação de acostamento com alargamento da plataforma da rodovia BR-158/PA, do km 590,50 até o km 889,60, com 299,10 km de extensão. Trecho: Entr. BR-155 (Redenção) - Divisa PA/MT.	Concluído


Atestado registrado mediante
vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 140198

PRODUTO 2 – Coordenação-Geral de Meio Ambiente		
Ação	**Especificação**	**Situação**
1	Apoio na Retificação da Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) da BR-070/MT, no trecho desde o Trevo de Lagarto até Cáceres.	Concluído
1	Contribuições às informações da CGMAB que integram o Relatório de Gestão 2021 do DNIT.	Concluído
1	Apoio na Renovação da Licença de Instalação (LI) para as obras de manutenção / conservação no "Trecho do Meio" da BR-319/AM (LI nº 1144/2016).	Concluído
1	Apoio na obtenção da ASV da BR-285/SC, no trecho desde Timbé do Sul até a Divisa SC/RS.	Concluído
1	Apoio na Retificação da ASV da BR 265/MG, relativa às pontes em Ilicínia, Boa Esperança, Ribeirão Água Verde e Jeribá.	Concluído
1	Apoio na obtenção da ASV da BR-040/RJ, no trecho desde o Trevo de Acesso a Petrópolis até o Entroncamento com o Acesso a Pedro do Rio.	Concluído
1	Apoio na obtenção da ASV da BR-319/AM, no trecho relativo à reconstrução do Lote C (km 198,2 ao km 250).	Concluído
1	Apoio na obtenção da ASV da BR-251/MG, no trecho desde o Entroncamento com a BR-116/MG(B) até a Divisa MG/GO.	Concluído
1	Apoio na obtenção da ASV da BR-352/MG, no trecho desde a Divisa GO/MG (Ponte sobre o rio Paranaíba) até o Entroncamento com a MG-190 (Abadia dos Dourados).	Concluído
1	Apoio na obtenção da ASV da BR-428/PE, relativa à duplicação para adequação de capacidade da Travessia Urbana de Petrolina.	Concluído
1	Apoio na obtenção da ASV da BR-290/RS, relativa ao trecho desde o Entroncamento com a BR-116(B) (p/ Guaíba) até o Entroncamento com a BR-471 (Pântano Grande).	Concluído
1	Apoio na obtenção da ASV da BR-422/PA, relativa ao trecho desde o Entroncamento com a BR-230 até o Entroncamento com a PA-156 (Tucuruí).	Concluído
1	Apoio na obtenção da LI da BR-280/SC, relativa às obras de adequação e melhorias no trecho de São Francisco do Sul até Jaraguá do Sul (LI nº 1433/2022.	Concluído
1	Apoio na Renovação da Licença de Operação do Complexo de 5 pontes e respectivos acessos na BR-487/PR, próximo à localidade de Porto Camargo (RLO nº 1023/2011).	Concluído
1	Apoio na obtenção da LP relativa às obras de restauração e melhorias no "Trecho do Meio" da BR-319/AM (LP n/ 672/2022).	Concluído
1	Apoio nas tratativas com o IBAMA visando a obtenção da LP para as obras de dragagem e derrocamento no rio Tocantins (Pedral do Lourenço).	Em execução
1	Contribuições às informações da CGMAB que integram o Relatório de Gestão 2022 do DNIT.	Concluído
2	Apoio à CGMAB no acompanhamento dos seus indicadores e iniciativas estratégicas.	Em execução
2	Apoio na revisão do Plano Anual de Contratações 2021 do DNIT.	Concluído
2	Apoio na elaboração de resposta a questionamentos do TCU quanto à gestão ambiental de obras na BR-230/PB.	Concluído
2	Elaboração de termo de referência para a contratação integrada de estudos e programas ambientais atinentes à execução de obras na BR-135/MG/BA.	Concluído
2	Elaboração de termo de referência para a contratação da execução de programas ambientais indígenas (PBAis) na BR-163/PA.	Concluído
2	Apoio à CGMAB no acompanhamento da execução dos seus contratos de estudos ambientais e no acompanhamento da execução dos seus contratos de gestão ambiental.	Em execução


Atestado registrado mediante
vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 140199

PRODUTO 2 – Coordenação-Geral de Meio Ambiente		
Ação	**Especificação**	**Situação**
2	Apoio à CGMAB na obtenção de renovação da ABio n° 88/2012, relativa à dragagem de Manutenção da Hidrovia do Alto Paraguai.	Concluído
2	Elaboração do termo de referência para a contratação da gestão ambiental das obras de pavimentação e melhoramentos no "Trecho do Meio" da BR-319/AM.	Concluído
2	Elaboração de termo de referência para a contratação de serviços de gestão ambiental das obras na BR-101/PE/AL/SE/BA.	Concluído
2	Apoio à CGMAB na elaboração de nova instrução normativa relativa à responsabilidade ambiental das empresas contratadas pelo DNIT.	Em execução
2	Desenvolvimento do Sistema de Gestão Ambiental da CGMAB (EcoSistema).	Em execução
2	Apoio à CGMAB nas defesas administrativas contra autos de infração ambiental imputados contra o DNIT.	Em execução
2	Apoio na contratação da Gestão Ambiental BR-319/AM/RO (Contrato n°116/2021).	Concluído
2	Apoio na contratação de consultoria ambiental especializada na elaboração de estudos ambientais necessários para a obtenção de LP, LI e ASV de empreendimentos prioritários para o DNIT (contratos n° 93/2022, n° 94/2022 e n° 95/2022).	Concluído
2	Apoio à gestão dos contratos de consultoria ambiental especializada na elaboração de estudos ambientais necessários para a obtenção de LP, LI e ASV de empreendimentos prioritários para o DNIT (contratos n° 93/2022, n° 94/2022 e n° 95/2022).	Em execução
2	Apoio na contratação da Gestão Ambiental BR-101/PE/AL/SE/BA (Contrato n° 320/2022).	Concluído
2	Apoio na elaboração do termo de referência e orçamento que resultou na contratação integrada de estudos, projetos e obras na BR-135/MG, no trecho desde Manga até Itacarambi (Contrato n° 277/2022).	Concluído
2	Elaboração do termo de referência e orçamento para a contratação da execução de plantio compensatório na BR-230/PA.	Concluído
2	Elaboração do termo de referência e orçamento para a contratação da elaboração, implantação, manutenção e monitoramento de Projetos de Plantio Compensatório na BR-101/PE.	Concluído
2	Elaboração de termos de referência e orçamentos para a contratação de serviços de gestão ambiental em diversas rodovias federais.	Concluído
2	Elaboração do termo de referência e orçamento para a contratação da gestão ambiental da BR-290/RS.	Concluído
2	Elaboração de Termo de Referência e orçamento para a contratação da Gestão Ambiental da BR-135/MG/BA.	Concluído
2	Elaboração de Termo de Referência e orçamento para a contratação de projeto e execução das obras da Ponte Internacional Porto Xavier BR-392/RS.	Concluído
2	Elaboração de Termo de Referência e orçamento para a aquisição de veículos previstos no Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI) da BR-101/AL.	Concluído
2	Elaboração de termos de referência e orçamentos para a contratação da implementação de diversos planos básicos ambientais de componentes indígenas relativos a rodovias federais.	Concluído
2	Elaboração de termos de referência e orçamentos para a contratação de diversos serviços arqueológicos em rodovias federais.	Concluído
2	Elaboração de Termo de Referência e orçamento para a contratação de execução, manutenção e monitoramento do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD na BR-319/AM/RO.	Concluído
2	Apoio na elaboração de Termo de Referência e orçamento para a contratação das obras relativas aos Portais da Amazônia, previstos para serem implantados na BR-319/AM.	Concluído
3	Apoio à CGMAB na análise do componente indígena relativo ao licenciamento ambiental das obras de implantação e pavimentação da rodovia BR-080/MT.	Concluído


Atestado registrado mediante
vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 140200

PRODUTO 2 – Coordenação-Geral de Meio Ambiente		
Ação	**Especificação**	**Situação**
3	Análise de programas ambientais em execução na BR-163/PA.	Concluído
3	Apoio à CGMAB para o reinício do licenciamento ambiental da dragagem do Canal de Navegação da Lagoa Mirim 2.	Concluído
3	Análise do Plano de fauna elaborado para o licenciamento ambiental das obras de implantação da BR-242/MT.	Concluído
3	Apoio à CGMAB na obtenção de ABio relativa à fauna cavernícola identificada na BR-242/TO.	Concluído
3	Apoio à CGMAB no atendimento de exigências e recomendações do IBAMA quanto ao licenciamento ambiental do "Trecho do Meio" da BR-319/AM.	Em execução
3	Apoio à CGMAB na continuidade do licenciamento ambiental da dragagem na Hidrovia do Rio Madeira, entre Porto Velho (RO) e Manicoré (AM).	Concluído
3	Apoio à CGMAB na análise do EIA/RIMA das obras de pavimentação e melhoramentos no "Trecho do Meio" da BR-319/AM.	Concluído
3	Apoio à CGMAB na análise do Estudo do Componente Indígena relativo às obras de pavimentação e melhoramentos no "Trecho do Meio" da BR-319/AM.	Concluído
3	Elaboração de Relatório Consolidado de atendimento às condicionantes da LP nº 590/2018, visando a obtenção de LI parcial para obras na BR-080/GO no segmento contíguo à ponte sobre o rio Luiz Alves.	Concluído
3	Apoio técnico sobre o licenciamento ambiental da 2ª ponte sobre o rio Jaguarão, na BR-116/RS.	Concluído
3	Apoio técnico em resposta ao Ministério Público de São Paulo acerca da conclusão do Relatório de Controle Ambiental da BR-101/SP.	Concluído
3	Apoio técnico na análise do EIA Preliminar (versão de setembro/2021) das obras de pavimentação da BR-242/MT.	Concluído
3	Apoio técnico durante a realização das Audiências Públicas relativas ao EIA das obras de restauração e melhorias do "Trecho do Meio" da BR-319/AM.	Concluído
3	Apoio técnico nas respostas aos questionamentos recebidos durante as Audiências Públicas relativas ao EIA das obras de restauração e melhorias do "Trecho do Meio" da BR-319/AM.	Concluído
3	Apoio técnico no atendimento das pendências apontadas Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA/SC), de 03/06/2022, referente ao processo de anuência para autorização de supressão de vegetação do Contorno Ferroviário de São Francisco do Sul/SC.	Concluído
3	Análise dos Estudos Preliminares – Levantamento Ambiental relativo às obras de adequação de capacidade, restauração, melhoria da segurança e eliminação de pontos críticos na rodovia BR-230/MA.	Concluído
3	Análise do componente ambiental dos Estudos e Projetos Básico e Executivo de Engenharia para Implantação e Pavimentação na Rodovia BR-156/AP.	Concluído
3	Elaboração de Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAIPA) e de Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Imaterial (PAIPI), relativos às obras complementares na BR-265/MG, conforme Termo de Referência Específico emitido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).	Concluído
3	Análise do componente ambiental do Anel Metropolitano de Belo Horizonte, na BR-381/MG.	Concluído
3	Análise de "Laudo de Impactos da Mineração na Região, Buscando Medidas Compensatórias para a Comunidade Quilombola de Morro Alto/RS", na BR-101/RS.	Concluído
3	Apoio técnico na resposta ao Ministério Público Federal relativa às obras no Trecho Sul da BR-156/AP, interceptando a Reserva Extrativista do Rio Cajari (RESEX) em sua borda norte.	Concluído
3	Revisão do EIA visando a continuidade do licenciamento ambiental da 2ª ponte internacional Brasil-Ururguai, sobre o rio Jaguarão, na BR-116/RS.	Concluído


Atestado registrado mediante
vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A140201

PRODUTO 2 – Coordenação-Geral de Meio Ambiente		
Ação	**Especificação**	**Situação**
3	Elaboração do Plano de Controle Ambiental da Ponte Ayrton Senna e respectivos acessos, visando a renovação da sua Licença de Operação (LO n° 001/1998).	Concluído

Tabela 8 – Serviços unitários (amostra – PRODUTO 2 - CGMAB)

PRODUTO 3 – Coordenação-Geral de Planejamento e Programação de Investimentos		
Ação	**Especificação**	**Situação**
1	Assessoramento na instrução de Termos de Referências - Contratação dos novos EVTEAs rodoviários (119/2022) e Assessoramento ao PNMR (506/2021).	Concluído
1	Apoio na formalização dos contratos no âmbito do PNCT (827/2020, 828/2020, 829/2020, 830/2020, 831/2020), PNMR (506/2021) e 119/2022.	Concluído
1	Apoio na emissão de 25 Ordem de Início de Serviços referentes aos contratos do PNCT, VDR (185/2020, 186/2020, 187/2020 e 188/2020) e 119/2022.	Concluído
1	Apoio na emissão de 52 apostilas aos contratos sob gestão da CGPLAN (aumento da parcela de reajustamento, alteração de domicílio bancário e substituição de profissional da equipe técnica.	Concluído
1	Apoio na instrução de 19 Termos Aditivos aos contratos sob gestão da CGPLAN.	Concluído
1	Apoio na emissão de 16 notificações preliminares de PAAR no âmbito dos contratos da CGPLAN.	Concluído
2	Apoio na elaboração de TR para contratação de novos EVTEAS rodoviários.	Concluído
2	Apoio na elaboração de TR para contratação de novos levantamentos de OAEs, levantamento topográfico e impressão de mapas multimodais.	Em execução
2	Coleta e atualização das informações gerenciais mensais para o painel POWER BI, no âmbito da CGPLAN.	Concluído
2	Apoio na Integração SGPLAN empreendimentos e SGPLAN projetos (KAFKA).	Concluído
2	Apoio a coordenação na elaboração do relatório de gestão.	Concluído
3	Estruturação do Banco de Dados e Elaboração de diversos Painéis de Monitoramento na Plataforma do Power BI.	Concluído
3	Apoio na elaboração de layouts, estruturação e tratamento dos dados no painel gerencial mensal do Power BI.	Concluído
3	Elaboração dos mapas do ICS/UF.	Concluído
3	Definição de objetivos e metas para a elaboração de indicadores estratégicos relativos às iniciativas da CGPLAN no ano de 2021, alimentando o Power BI.	Concluído
3	Levantamento e organização da base de OAE inservíveis, OAE de madeira e dados de sondagens.	Concluído
3	Apoio na alimentação do Sistema AS BUILT.	Concluído
4	Mapeamento de processos de alteração do SNV e análise comparativa das alterações do SNV vigente e anterior.	Concluído
4	Elaboração/Atualização da base georreferenciada de rodovias estaduais-ano base 2020.	Concluído
4	Elaboração do shapefile SNV ferroviário.	Concluído
4	Formatação de Guia SNV utilizando o software Publisher.	Concluído


Atestado registrado mediante
vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 140202

PRODUTO 3 – Coordenação-Geral de Planejamento e Programação de Investimentos		
Ação	**Especificação**	**Situação**
4	Tratamento da malha rodoviária CIDE para publicação no VGEO.	Concluído
4	Elaboração do banco de dados dos mapas multimodais e atualização dos mapas.	Concluído
5	Levantamento GNSS e VANT na Paraíba.	Concluído
5	Avaliação de Ortoimagens - BR-135/MA	Concluído
5	Avaliação de Perfis Topográficos Altimétricos.	Concluído
5	Execução de campanha de nivelamento geométrico no reservatório da UHE Três irmãos, à jusante da UHE Nova Avanhandava.	Concluído
5	Prova de Conceito - Levantamento de Eixo Ferroviário; Caracterização Topográfica de Contenções Rodoviárias; e Poligonal GNSS para estações de referência.	Concluído
5	Elaboração de Nota Técnica - Requisitos Técnicos - PPK para drones Phantom 4 Pro	Concluído
6	Fusão de MDT.	Concluído
6	Avaliação de Curvas de Nível - BR-230/PA - Contorno de Altamira.	Concluído
6	Geração de MDT e Ortomosaico - BR-242/MT.	Concluído
6	Correção de Arquivos Matriciais - Modelos Digitais de Terreno.	Concluído
7	Elaboração do Caderno de Empreendimentos da BR-324/BA.	Concluído
7	Apoio na elaboração do EVTEA da Travessia Urbana de Altamira.	Concluído
7	Planejamento Integrado BIM dos Cadernos de Empreendimentos.	Concluído
7	Estudo de Traçado da BR-480/RS.	Concluído
8	Especificação de adaptação da ferramenta Quantm ao novo SICRO.	Concluído
8	Suporte na organização dos dados referentes a pesquisa OD e CVC para realização do EVTEA do Contorno de Altamira/PA.	Concluído
8	Suporte à revisão do normativo EB-101: EVTEA de Rodovias e IS-229: Estudos de viabilidade econômica de rodovias (área rural).	Em execução
8	Apoio na elaboração do 5º Termo Aditivo e apoio na elaboração do plano de trabalho - EVTEA BR-010/222/PA (Travessia urbana Dom Eliseu).	Concluído
8	Suporte ao cadastramento de TAEVs no âmbito do contrato PP-940 e contratos Individuais; e espacialização em shapefile e cadastro dos arquivos físicos (TAEVs).	Concluído
8	Suporte Técnico na reavaliação de notificações emitidas em relação aos lotes 16, 17, 18, 19, 21 e 22 do contrato PP-940/2014.	Concluído
8	Suporte Técnico a análise de viabilidade econômica do melhoramento da hidrovia do madeira.	Concluído
8	Apoio na elaboração do Termo de Referência envolvendo atualização dos EVTEAS no modo Aquaviário.	Em execução
8	Apoio na análise da Instrução Normativa Nº 63/DNIT Sede, de 17 de setembro de 2021 (SEI 9245491).	Concluído
8	Apoio na elaboração de Cronograma para gestão e monitoramento do Contrato PP - 119/2022.	Concluído



PRODUTO 3 – Coordenação-Geral de Planejamento e Programação de Investimentos		
Ação	**Especificação**	**Situação**
9	Apoio na Priorização de Investimentos.	Em execução
9	Apoio na elaboração da nova Proposta da RINTER.	Em execução
9	Apoio no desenvolvimento do Plano de Avaliação da Efetividade do Programa CREMA.	Concluído
9	Apoio na elaboração da proposta de priorização do PLOA.	Concluído
9	Apoio no monitoramento das transferências administrativas.	Em execução
9	Metodologia do Estudo Estimativo de Desapropriação.	Concluído

Tabela 9 – Serviços unitários (amostra – PRODUTO 3 - CGPLAN)

PRODUTO 4 – Coordenação-Geral de Desapropriação e Reassentamento		
Ação	**Especificação**	**Situação**
1	Assessoramento Relatório - TCU: Assessoramento para Elaboração do Relatório de Gestão do DNIT (CGDR)	Concluída
1	Suporte à comunicação: Criação de logotipo para o aplicativo Sinet (PBVS)	Concluída
1	Assessoramento em Gestão: Apuração de Metas Institucionais 2020-2021 (CGDR)	Concluída
1	Assessoramento em Gestão: Monitoramento dos Indicadores e Diretrizes CGDR/DPP	Concluída
2	Operação de sistemas gerenciais: Atualização de empreendimentos (Desapropriação) - DIREX	Concluída
2	Levantamento de Informações: Arrolamento de Bens BR-381/MG e 262/MG.	Concluída
2	Levantamento de Informações: PLOA 2022 - Indenizações e Contratos	Concluída
3	Assessoramento na gestão de contratos/convênios: Apostilamento de Ajustamento Contratual - Contrato nº 756/2018.	Concluída
3	Assessoramento na gestão de contratos/convênios: Assessoramento na gestão de contratos/convênios (Análise Jurídica - Minuta do Quinto Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo)	Concluída
3	Assessoramento na gestão de contratos/convênios: Publicação da Portaria de Fiscalização do Contrato nº 00 00283/2021	Concluída
4	Análise processual, elaboração de pareceres e notas técnicas: Demandas Jurídicas - Desapropriação (Prestação de Contas Final relativa ao Convênio PG 151/99 da Rodovia BR-364/AC)	Concluída
4	Análise processual, elaboração de pareceres e notas técnicas: Demandas Técnicas (Revisão IPR 746 - Diretrizes Básicas para Desapropriação)	Concluída
4	Análise processual, elaboração de pareceres e notas técnicas: Demandas Gerais - Reassentamento (Análise de PBVS BR - 101/BA)	Concluída
4	Análise processual, elaboração de pareceres e notas técnicas: Elaboração de TR - Reassentamento (Elaboração de TR e planilhas orçamentárias, composição de custos e cronograma físico-financeiro para contratação dos serviços de Trabalho Social, Demolições e limpeza das áreas, Projeto de urbanização de assentamentos precários e tratamento de áreas remanescentes em substituição ao TC 941/2012)	Concluída
4	Vistorias e visitas técnicas: Elaboração de RGV (BR-365/MG com emissão de ART)	Concluída
4	Análise processual, elaboração de pareceres e notas técnicas: Análise de Volume 3D3 (BR-487/PR - 01-50/100 CTDs parte 1/2)	Concluída

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 140204

PRODUTO 4 – Coordenação-Geral de Desapropriação e Reassentamento		
Ação	**Especificação**	**Situação**
4	Análise processual, elaboração de pareceres e notas técnicas: Análise de Volume 3D2 (Vol. 3D2 RGV da BR-060/MS)	Concluída
4	Análise processual, elaboração de pareceres e notas técnicas: Análise de Volume 3D1 (Vol. 3D1 DUP para BR-222/CE)	Concluída
4	Análise processual, elaboração de pareceres e notas técnicas: Elaborar nota técnica de encaminhamento do IPR 746/2022	Concluída
4	Análise processual, elaboração de pareceres e notas técnicas: Modelo de plantas para IN nº 75/2021	Concluída
4	Análise processual, elaboração de pareceres e notas técnicas: Elaboração de RMA para terreno da Universidade de Brasília (UnB)	Concluída
5	Levantamento de informações (Faixa de Domínio): Levantamento de informações (Faixa de Domínio) - BR-437/CE	Concluída
5	Assessoria na gestão de conflitos (FD): Assessoria na gestão de conflitos (FD) - BR 262/MG km 172,6	Concluída
5	Assessoria na gestão do PROFAIXA: Assessoria na gestão do PROFAIXA (Informações acerca do avanço do PROFAIXA)	Concluída
5	Geoprocessamento: Geoprocessamento (Tratamento de dados disponibilizados pelo INCRA)	Concluída
5	Levantamento de informações (Faixa de Domínio): TR PROFAIXA (Regularização Fundiária) - Orçamentos	Concluída

Tabela 10 – Serviços unitários (amostra – PRODUTO 4 - CGDR)

PRODUTO 5 – Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Projetos		
Ação	**Especificação**	**Situação**
1	Atualização do Modelo de Termo de Referência para Contratação de Empresas para Elaboração de Estudos e Projetos de Engenharia.	Concluído
1	Elaboração do Termo de Referência com Orçamento para Contratação de Empresas para Elaboração de Estudos e Projetos da BR-020 GO/BA.	Concluído
1	Atualização do Termo de Referência da BR-135/MG	Concluído
1	Assessoramento para subsidiar a análise da Apólice (SEI nº 6204531) apresentada pela Strata Engenharia Ltda. no processo 50600.031683/2019-74, referente ao Contrato nº 491/2020, levando em conta a IS/DG nº 01, de 06/01/2017.	Concluído
1	Organização do Acervo- Mapeamento de Processos	Concluído
2	Emissão de certidões Contrato 502-2020 BR-222/MA	Concluído
2	50600.008618/2013-50 - PAAR - Relato do histórico do processo, com sugestão de providências subsequentes a serem tomadas para a conclusão do assunto, uma vez que o mesmo se encontra aberto no SEAT desde 07/2018.	Concluído
2	Assessoramento para subsidiar o cálculo das despesas fiscais referentes à 31ª medição do Contrato 947/2013 - Future ATP Serviços de Engenharia Consultiva Ltda.	Concluído
2	00408.044284/2020-15 - Ação Judicial - Correção Monetária	Concluído
2	Assessoramento para subsidiar o cálculo das despesas fiscais referentes à 18ª Medição do Contrato nº 857/2014 - SPAZIO Consultoria e Projetos Ltda.	Concluído
2	Processamento da medição e cálculo das despesas fiscais.	Concluído


Atestado registrado mediante
vinculação à respectiva ART
CREA-DF
A 140205

PRODUTO 5 – Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Projetos		
Ação	**Especificação**	**Situação**
3	Análise do projeto da BR-319-AM- LOTE C- Hidrologia e Drenagem	Concluído
3	Análise do Projeto da BR-319-AM- LOTE C- Topografia	Concluído
3	Análise do Projeto da BR-319-AM- LOTE C- Geometria	Concluído
3	Análise do Projeto da BR-319-AM- LOTE C- Obras Complementares	Concluído
3	Análise do Orçamento DA BR-101/BA	Concluído
3	Análise do projeto de pavimentação da BR-222/MA	Concluído
3	BR-101/ES - Variante de Mestre Álvaro - Iluminação – Análise do projeto de iluminação	Concluído
3	Análise de Estudos de Tráfego e Geotecnia REF. ao Projeto da BR-222-MA	Concluído
3	Análise do Projeto da BR-222/MA - Orçamento e Plano de Execução	Concluído
3	Análise do Projeto da BR-030/BA - lote 2 - Terraplenagem	Concluído
3	Análise do Projeto da BR-158/PA - lote 2 - Sinalização e Obras Complementares	Concluído
3	Análise do Projeto da BR-277/PR - Aduanas - Projeto Básico Arquitetura	Concluído
3	Análise do Projeto da BR-080/DF - geometria - interseção DF-180	Concluído
3	Análise do Projeto da BR-156/AP - lote 3 norte - est. 0 a 450 - Pavimentação	Concluído
4	Demanda Permanente: Planejamento, priorização, acompanhamento e suporte técnico variado – 2020-2021 – Núcleo de Planejamento de Projetos CREMA.	Concluído
4	Demanda Permanente: Validação de levantamentos – CREMA e Restauração Rodoviária- 2020/2021	Concluído
4	Demanda Permanente: Estudos preliminares – CREMA e Restauração- 2020/2021	Concluído
4	BR-135/MA Processo 50600.014318/2018-14. análise da revisão do Projeto de Terraplenagem- Restauração	Concluído
4	BR-135/MA Processo 50600.014318/2018-14. análise da revisão dos Projetos de Drenagem e Geometria- Restauração	Concluído
4	BR-135/MA Processo 50600.014318/2018-14. análise da revisão do Orçamento - Restauração	Concluído
4	BR-259/ES, Processo 50617.001238/2018-10. Apoio na análise do Projeto Executivo Geométrico (SEI 5252406). Restauração	Concluído
4	BR-158/MS Processos 50600.013350/2020-05, 50600.013359/2020-16 e 50600.013360/2020-32. Análise da revisão dos Estudos de Tráfego (SEI nº 7928830, 7928851 e 7928865). RESTAURAÇÃO.	Concluído
4	BR-158/MS. Análise da Avaliação Estrutural do Pavimento Existente - Lote 1.	Concluído
5	BR-156/AP - Lote 03- Análise dos projetos de OAEs	Concluído
5	BR-277/PR - Acesso à Ponte Internacional- Análise do Projeto	Concluído
5	BR-277/PR - Ponte Internacional sobre o Rio Paraná- análise OAE	Concluído


Atestado registrado mediante
vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 140208

PRODUTO 5 – Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Projetos		
Ação	**Especificação**	**Situação**
5	BR-226/RN e BR-304/RN- ANÁLISE PROJETO OAEs	Concluído
6	Análise de Projeto Executivo - Nova Avanhandava na Hidrovia do Rio Tietê | Geotecnia	Concluído
6	Análise de Projeto Executivo - Nova Avanhandava na Hidrovia do Rio Tietê | Naval	Concluído
6	Análise de Projeto Executivo - Barreirinha na Hidrovia do Rio Andirá/Paraná do Ramos | Geometria AQUAVIÁRIA	Concluído
6	Análise de Projeto Básico - Barreirinha na Hidrovia do Rio Andirá/Paraná do Ramos | TOPOBATIMETRIA	Concluído
6	Build Information Modeling Mandate - Revisão do Termo de Referência (OAE)	Concluído
6	Contenção de Porto (IP4) - IP4 no Município de Parintins/AM / Orçamento Aquaviário	Concluído
6	Licitação - IP4 no Município de Jutaí/AM | Planejamento	Concluído

Tabela 11 – Serviços unitários (amostra – PRODUTO 5 - CGDESP)

PRODUTO 6 - Coordenação-Geral do Instituto de Pesquisas em Transportes (CGIPT-IPR)		
Ação	**Especificação da Atividade**	**Situação**
1	Acompanhamento de Processos no SEI	Concluído
1	Acompanhamento/avaliação das Diretrizes Estratégicas do IPR	Concluído
1	Resposta aos e-mails da caixa do IPR	Concluído
1	Emissão de Certificados de Cadastramento de Cargas Perigosas no STRPP (Sistema de Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos)	Concluído
1	Resposta aos e-mails da caixa do STRPP	Concluído
1	Atualizações no site do IPR	Concluído
1	Elaboração de elementos gráficos (banners, cartazes e figuras) de divulgação de normativos, cursos e eventos	Concluído
1	Abertura e instrução de processos de GECC (Gratificação por Encargo de Curso e Concurso)	Concluído
1	Emissão de Certificados para participantes de Cursos de Capacitação	Concluído
1	Instrução de processos em geral	Concluído
1	Elaboração de Relatórios Semanais	Concluído
1	Apoio na gestão, fiscalização e acompanhamento de Contratos diretos, Termos de Execução Descentralizada, Acordos de Cooperação e congêneres	Concluído
1	Apoio na elaboração de notas técnicas de análise gerencial dos Termos de Execução Descentralizada	Concluído
1	Elaboração de notas técnicas (exemplos: novas exigências em anteprojetos e projetos de obras de arte especiais - VUP, ciclo de vida e durabilidade, solo saturado em obras rodoviárias, serviços de drenagem SICRO)	Concluído
1	Elaboração de um Guia do Usuário para as atividades envolvendo produtos perigosos	Concluído

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 140207

PRODUTO 6 - Coordenação-Geral do Instituto de Pesquisas em Transportes (CGIPT-IPR)		
Ação	**Especificação da Atividade**	**Situação**
1	Diagnóstico do sistema de produtos perigosos	Concluído
1	Elaboração do "Guia do Instrutor" para cursos de capacitação	Concluído
1	Elaboração de sistema para banco de dados de normas e manuais do IPR	Concluído
1	Elaboração de propostas pedagógicas de cursos	Concluído
1	Elaboração de minutas de Resoluções, Instruções Normativas, Portarias e outros atos normativos	Concluído
1	Apoio na instrução processual de PAAR - Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidades	Concluído
1	Revisão de materiais didáticos dos cursos de capacitação, dos conteúdos de normativos e outros documentos processuais	Concluído
1	Apoio na inserção de cursos autoinstrucionais do IPR na Plataforma da ENAP	Concluído
1	Elaboração da Minuta de Instrução Normativa que instituiu a Revista ENINFRA	Concluído
1	Apoio na elaboração e publicação da Revista ENINFRA número 1	Concluído
2	Elaboração de notas técnicas sobre minutas de normativos DNIT em revisão	Concluído
2	Elaboração de notas técnicas sobre assuntos específicos (exemplos: RAP, ensaios para o MeDiNa, cotação de preços de equipamentos do laboratório no RJ, material fresado, proteção catódica para estruturas, avaliação de mistura asfáltica com polímero a ser utilizada em projeto da BR-230/Paraíba)	Concluído
2	Revisão do Guia do Pro MeDiNa	Concluído
2	Apoio ao catálogo de equipamentos recebidos do antigo laboratório do IPR no Rio de Janeiro	Concluído
2	Prestação de contas dos equipamentos transportados para a Unidade Local situada no Gama	Concluído
2	Elaboração de orçamento dos equipamentos para Laboratórios do IPR	Concluído
2	Apoio em viagens e visitas técnicas	Concluído
2	Elaboração de normas e manuais do IPR	Concluído
2	Revisão de normas e manuais do IPR	Concluído
3	Catálogo e organização de Normas e Manuais	Concluído
3	Acompanhamento do status de normas e manuais que serão revistas/criadas	Concluído
3	Revisão e formatação de normativos para a Consulta Pública	Concluído
3	Revisão e formatação do Guia do Pro MeDiNa	Concluído
3	Revisão de normas e manuais para a Publicação	Concluído
3	Instrução de processos relativos a normativos no SEI	Concluído
3	Elaboração de notas técnicas relativas aos assuntos específicos nos normativos em revisão.	Concluído



Tabela 12 – Principais Serviços unitários (amostra – PRODUTO 6 - CGIPT-IPR)

(Assinado Eletronicamente)
Luiz Guilherme Rodrigues de Mello
Mat. DNIT nº 3700
Diretor de Planejamento e Pesquisa
Gestor e Fiscal Titular do Contrato nº 00 00325/2020

Documento assinado eletronicamente por **Luiz Guilherme Rodrigues de Mello, Diretor de Planejamento e Pesquisa**, em 13/12/2022, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13194966** e o código CRC **1A007188**.

Referência: Processo nº 50600.010560/2020-33 SEI nº 13194966

DNIT MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A
CEP 70040-902
Brasília/DF |

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 140209

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 50600.009050/2019-80

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados no assessoramento em gestão pública e engenharia consultiva no âmbito da Diretoria de Planejamento e Pesquisa - DPP/DNIT.

1.2. O código do item a ser contratado em conformidade com o Catálogo de Serviços (CATSER), do Sistema de Serviços Gerais (SISG) é:134-1

1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.4. O **prazo de execução dos serviços do contrato é de 60 (sessenta) meses ou 1.800 (hum mil e oitocentos) dias corridos**, enquanto que o **prazo de vigência do contrato é de 72 (setenta e dois) meses ou 2.160 (dois mil cento e sessenta) dias corridos**, em consonância com diretriz exarada pela Procuradoria Federal Especializada por meio da Nota nº 00572/2019/PFE-DNIT/PGF/AGU (SEI nº 2975149) § 12, item c.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT é uma autarquia responsável pela política de transportes determinada pelo Governo Federal. Criado pela Lei nº. 10.233/2001, sob regime de autarquia vinculada ao então Ministério dos Transportes, sucedido pelo Ministério da Infraestrutura, foi implantado em fevereiro de 2002 para desempenhar as funções relativas à construção, manutenção e operação de infraestrutura dos segmentos do Sistema Federal de Viação - SFV sob administração direta da União nos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário, conforme Decreto nº. 4.129 de 13/02/2002.

2.2. Regulamentado pela Resolução Nº 10, de 31 de janeiro de 2007, que instituiu Regimento Interno da autarquia. Neste Regimento Interno, por meio do CAPÍTULO III - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, foi estabelecido que a Diretoria Colegiada é o órgão executivo.

2.3. Os seguintes órgãos atuam na assistência direta ao Diretor-Geral:

a) Gabinete

b) Diretoria Executiva

c) Ouvidoria

2.4. A Diretoria Executiva – DIREX é integrada pelas seguintes coordenações:

a) Coordenação-Geral de Cadastro e Licitações - Coordenação de Licitações de Serviços Administrativos e Aquisições de Bens e Coordenação de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia.

b) Coordenação-Geral de Custos de Infraestrutura

2.5. A estrutura contempla os seguintes órgãos seccionais:

a) Procuradoria Federal Especializada

b) Corregedoria

c) Auditoria Interna

d) Diretoria de Administração e Finanças

2.6. Também integram a estrutura os seguintes órgãos específicos singulares:

a) Diretoria de Infraestrutura Rodoviária

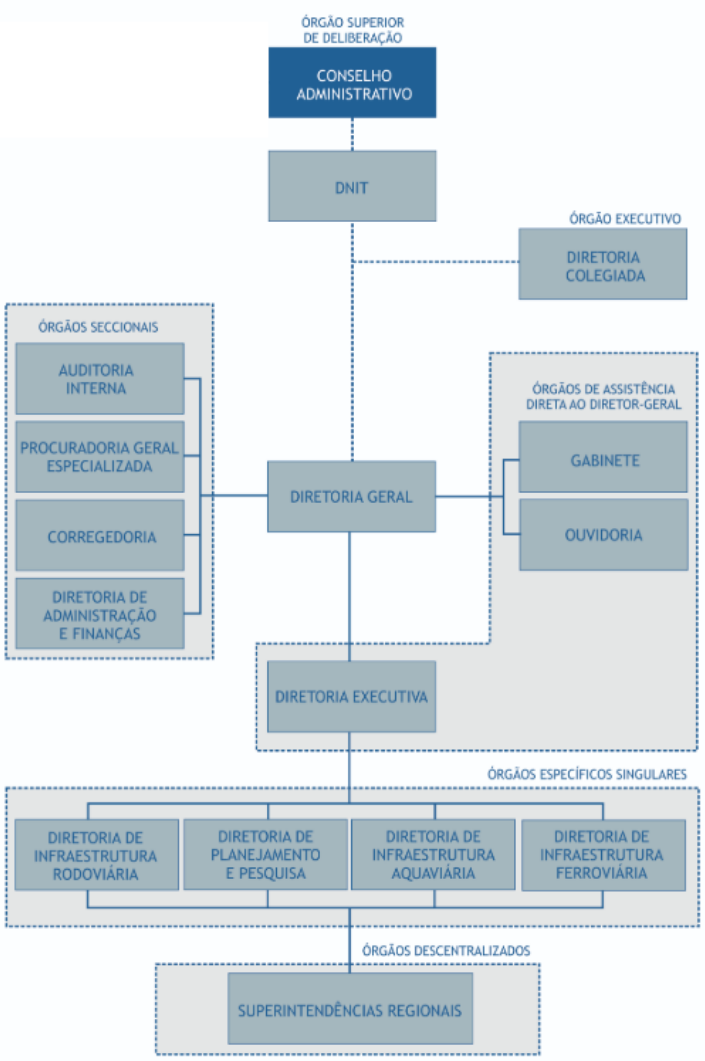
b) Diretoria de Infraestrutura Ferroviária

c) Diretoria de Infraestrutura Aquaviária

d) Diretoria de Planejamento e Pesquisa

2.7. Por fim, a estrutura organizacional abrange como órgãos descentralizados as Superintendências Regionais nos Estados e Distrito Federal. A seguir, apresenta-se o organograma vigente no DNIT

Figura 1 - Organograma do DNIT



Fonte: Disponível em: http://www.dnit.gov.br/acesso-a-informacao/insitucional/GERAL.jpg

2.8. Entre as diretorias e órgãos provedores de informações afetas as ações de planejamento e gestão, segundo suas atribuições regimentais, destacamos as atividades precípuas da Diretoria de Planejamento e Pesquisa - DPP, setorial incluída na estrutura organizacional do DNIT e cujas atribuições constam de seu atual Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº. 26 de 5 de maio de 2016, conforme segue:

> *"Art. 104. À **Diretoria de Planejamento e Pesquisa** compete:*
>
> *I - planejar, supervisionar e executar ações relativas à gestão e à programação de investimentos anual e plurianual para a infraestrutura do Sistema Federal de Viação, sob jurisdição do DNIT;*
>
> *II - subsidiar o DNIT nos aspectos relacionados à sua participação na formulação dos planos gerais de outorgas dos segmentos da infraestrutura viária;*
>
> *III - coordenar o planejamento estratégico relativo aos empreendimentos de infraestrutura de transportes;*
>
> *IV - aprovar e supervisionar a política de gestão ambiental, bem como as atividades de meio ambiente nos empreendimentos de infraestrutura e operação dos transportes;*
>
> *V- promover pesquisas e estudos nas áreas de engenharia da infraestrutura de transportes, considerando, inclusive, os aspectos relativos ao meio ambiente;*
>
> *VI - definir padrões de levantamento de dados relativos à infraestrutura de transportes sob competência do DNIT*
>
> *VII - definir padrões e normas técnicas para o desenvolvimento e controle de projetos e obras de infraestrutura de transportes rodoviários;*
>
> *VIII - realizar, conjuntamente com a Diretoria de Infraestrutura Aquaviária e com a Diretoria de Infraestrutura Ferroviária, pesquisas e estudos experimentais nas áreas de infraestrutura aquaviária e ferroviária, considerando, inclusive, os aspectos relativos ao meio ambiente;*
>
> *IX - planejar, promover, implementar e monitorar programas de desenvolvimento tecnológico e de capacitação técnica;*
>
> *X - subsidiar o Ministério dos Transportes na articulação com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, para obter financiamento de programas, projetos e obras, bem como realizar programas de estudos e pesquisas;*
>
> *XI - organizar, manter e divulgar informações estatísticas do setor de infraestrutura de transportes;*
>
> *XII - supervisionar as ações para elaboração e análise de projetos de engenharia aquaviária, ferroviária e rodoviária;*
>
> *XIII - aprovar projetos de engenharia aquaviária, ferroviária e rodoviária;*
>
> *XIV - promover a gestão das desapropriações e do reassentamento nos empreendimentos de infraestrutura de transportes federais;*
>
> *XV - gerenciar programas que tenham por objetivo a regularização das faixas de domínio das vias federais; e*
>
> *XVI - apreciar solicitações de delegação de competência para análise e aprovação de estudos e projetos"*

2.9. As atribuições da Diretoria de Planejamento e Pesquisa são exercidas com o apoio de suas Coordenações Gerais, conforme organograma e atribuições destacadas na sequência.

Figura 2 - Organograma da DPP



Fonte: Autor

2.10. Conforme consta do Art. 106, do Regimento Interno do DNIT, compete ao **Instituto de Pesquisas Rodoviárias - IPR**:

I - *Propor, elaborar e supervisionar pesquisas e estudos experimentais na área de engenharia rodoviária, incluindo os aspectos relativos ao meio ambiente, à desapropriação e ao reassentamento;*

II - *Elaborar, atualizar e revisar normativos, manuais e publicações técnicas, na área de engenharia rodoviária, incluindo os aspectos relativos ao meio ambiente, à desapropriação e ao reassentamento;*

III - *Promover a publicação de normativos, manuais, relatórios, periódicos e trabalhos técnicos, na área de engenharia rodoviária;*

IV - *Propor à Diretoria de planejamento e pesquisa contratos, convênios e instrumentos congêneres necessários à realização de estudos experimentais e pesquisas, na área de engenharia rodoviária;*

V - *Propor à diretoria de planejamento e pesquisa parcerias com centros de excelências nacionais e internacionais para o desenvolvimento de estudos e pesquisas experimentais na área de engenharia rodoviária;*

VI - *Realizar estudos, avaliações e ensaios visando respaldar pesquisas, controles tecnológicos e auditorias na área de engenharia rodoviária;*

VII - *Auxiliar nos estudos e análises de gerência de pavimentos e no desenvolvimento de anteprojetos e projetos de engenharia rodoviária;*

VIII - *Propor e realizar, em consonância com o plano educacional anual do DNIT, a capacitação técnica de servidores;*

IX - *Promover apoio tecnológico ao DNIT;*

X - *Representar o DNIT nas entidades destinadas a elaborar normas, manuais e publicações técnicas referentes à engenharia rodoviária;*

XI - *Manter o intercâmbio de informações sobre pesquisas e normalização em transporte com organizações nacionais e internacionais;*

XII - *Manter e atualizar cadastros de instrutores, órgãos rodoviários, instituições e empresas vinculadas à área de engenharia rodoviária, objetivando a elaboração de normas, manuais, publicações técnicas e o planejamento dos programas de treinamento e debates;*

XIII - *Promover a tradução de trabalhos técnicos publicados em livros ou periódicos estrangeiros e propor sua divulgação;*

XIV - *Classificar e renovar as informações de trabalhos técnicos publicados no brasil e no exterior e disseminar em periódicos editados pela coordenação do instituto de pesquisas rodoviárias;*

XV - *Manter e controlar o arquivo técnico da biblioteca especializada do instituto de pesquisas rodoviárias;*

XVI - *Acompanhar os sistemas internacionais de informações sobre pesquisas em Transportes e realizar levantamentos periódicos das pesquisas de transporte;*

XVII - *Apoiar tecnicamente na definição de métodos de pesquisa de tráfego e de origem e destino, bem como de levantamento cadastral, necessários ao planejamento rodoviário;*

XVIII - *Auxiliar nas atividades de acompanhamento tecnológico referente à engenharia e à segurança de trânsito;*

XIX - *Realizar pesquisas e estudos sobre equipamentos e veículos utilizados nas atividades de operação rodoviária;*

XX - *Realizar pesquisas para o desenvolvimento e aprimoramento de metodologias de levantamento de dados de tráfego e de acidentes rodoviários;*

XXI - *Gerar produtos científicos, tecnológicos e análises técnicas dos programas do DNIT relacionados ao modo rodoviário; e*

XXII - *Realizar outras atividades compatíveis com a sua área de competência ou que lhe sejam determinadas pela chefia imediata.*

2.11. Conforme consta do Art. 110, do Regimento Interno do DNIT, compete à **Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Projetos - CGDESP:**

I - *Exercer o gerenciamento técnico e administrativo das áreas sob sua coordenação;*

II - *Analisar pedidos de delegação de competência para licitação de projetos diretamente nos Órgãos Descentralizados;*

III - *Manter sistemas de controle de análise de projetos;*

IV - *Orientar os Órgãos Descentralizados na execução e fiscalização das atividades relacionadas à elaboração de projetos de infraestrutura de transportes;*

V - *Propor e auxiliar a Coordenação do Instituto de Pesquisas Rodoviárias na elaboração ou revisão de padrões, instruções, normas técnicas e especificações para o desenvolvimento e controle de projetos e obras;*

VI - *Propor a realização de cursos, palestras e seminários para a reciclagem dos técnicos da Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Projetos;*

VII - *Coordenar, orientar e consolidar as informações para a elaboração do Relatório Anual de Gestão, da Prestação de Contas do Presidente e da Mensagem Presidencial; e*

VIII - *Promover estudos necessários à elaboração de projetos, em consonância com os Órgãos Descentralizados e com a Coordenação Geral de Planejamento e Programação de Investimentos.*

2.12. Conforme consta do Art. 115, do Regimento Interno do DNIT, compete à **Coordenação-Geral de Planejamento e Programação de Investimentos – CGPLAN:**

I - *Exercer o gerenciamento técnico e administrativo das áreas sob sua coordenação;*

II - *Coordenar e executar as atividades de planejamento da infraestrutura de transportes sob gestão do Ministério dos Transportes e as atividades relativas à elaboração de propostas de programação de investimentos anual e plurianual;*

III - *Gerenciar o planejamento de empreendimentos executados pelo DNIT, observando o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual e os limites estabelecidos no Orçamento Geral da União;*

IV - *Manter informações e estatísticas inerentes ao Sistema Nacional de Viação;*

V - *Coordenar estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental;*

VI - *Desenvolver relatórios gerenciais, de atividades e desempenho;*

VII - *Manter atualizada e unificada base de dados de informações geográficas georreferenciadas da infraestrutura de transportes sob jurisdição do Ministério dos Transportes;*

VIII - *Acompanhar e consolidar, no âmbito da Diretoria de Planejamento e Pesquisa, as informações referentes aos objetivos, iniciativas e metas definidas pelo Planejamento Estratégico do Departamento;*

IX - *Coordenar os procedimentos de federalização de rodovias;*

X - *Coordenar o desenvolvimento e a gestão do cadastro georreferenciado do Sistema Federal de Viação;*

XI - *Coordenar a organização, a manutenção e a divulgação da infraestrutura de dados espaciais do DNIT; e*

XII - *Analisar normas, especificações, projetos, instruções e estudos relacionados ao uso das informações geográficas no DNIT e suas aplicações.*

2.13. Conforme consta do Art. 120, do Regimento Interno do DNIT, compete à **Coordenação-Geral de Meio Ambiente - CGMAB**

I - *Exercer o gerenciamento técnico e administrativo das áreas sob sua coordenação;*

II - *Coordenar e executar as atividades de elaboração de estudos e gestão ambiental, em todas as fases dos projetos, das obras e dos serviços de infraestrutura de transportes do DNIT;*

III - *Analisar e elaborar documentos, bem como apresentar subsídios em questões ambientais relativas a projetos, anteprojetos, obras e serviços de infraestrutura de transportes do DNIT;*

IV - *Orientar, coordenar e controlar as atividades relacionadas ao licenciamento ambiental de projetos, serviços e obras de infraestrutura de transportes, administrados diretamente pelo DNIT;*

V - *Orientar e supervisionar a execução dos contratos, convênios e instrumentos congêneres de infraestrutura de transportes a cargo do DNIT;*

VI - *Fiscalizar, quanto aos aspectos técnicos dos respectivos produtos ou serviços, os contratos, convênios e instrumentos congêneres do DNIT Sede necessários à elaboração de estudos e execução de gestão ambiental dos projetos, obras e serviços de infraestrutura de transportes;*

VII - *Orientar e prestar apoio às atividades relacionadas ao licenciamento ambiental estadual ou municipal de responsabilidade dos Órgãos Descentralizados;*

VIII - *Propor a política de gestão ambiental do DNIT, bem como métodos, processos, projetos e campanhas ambientais;*

IX - *Desenvolver, implantar e coordenar o sistema de gestão ambiental rodoviária, ferroviária e aquaviária dos empreendimentos do DNIT; e*

X - *Representar o DNIT na realização e na participação em eventos técnicos, de promoção e em fóruns que tratem da questão ambiental.*

2.14. Conforme consta do Art. 125, do Regimento Interno do DNIT, compete à **Coordenação-Geral de Desapropriação e Reassentamento - CGDR:**

I - *Exercer o gerenciamento técnico e administrativo das áreas sob sua coordenação;*

II - *Planejar, coordenar e executar as atividades de desapropriação e reassentamento nos modos terrestre e aquaviário;*

III - *Promover a contratação de estudos, projetos e programas de desapropriação e reassentamento, bem como analisar pedidos de delegação de competência para contratação direta pelos Órgãos Descentralizados;*

IV - *Recomendar a aprovação ou aceitação de estudos, projetos e programas de desapropriação e reassentamento;*

V - *Aprovar as solicitações de declaração de utilidade pública, bem como promover e controlar as publicações de suas portarias;*

VI - *Elaborar anualmente o Programa Nacional de Desapropriações e Reassentamento e propor a respectiva demanda orçamentária;*

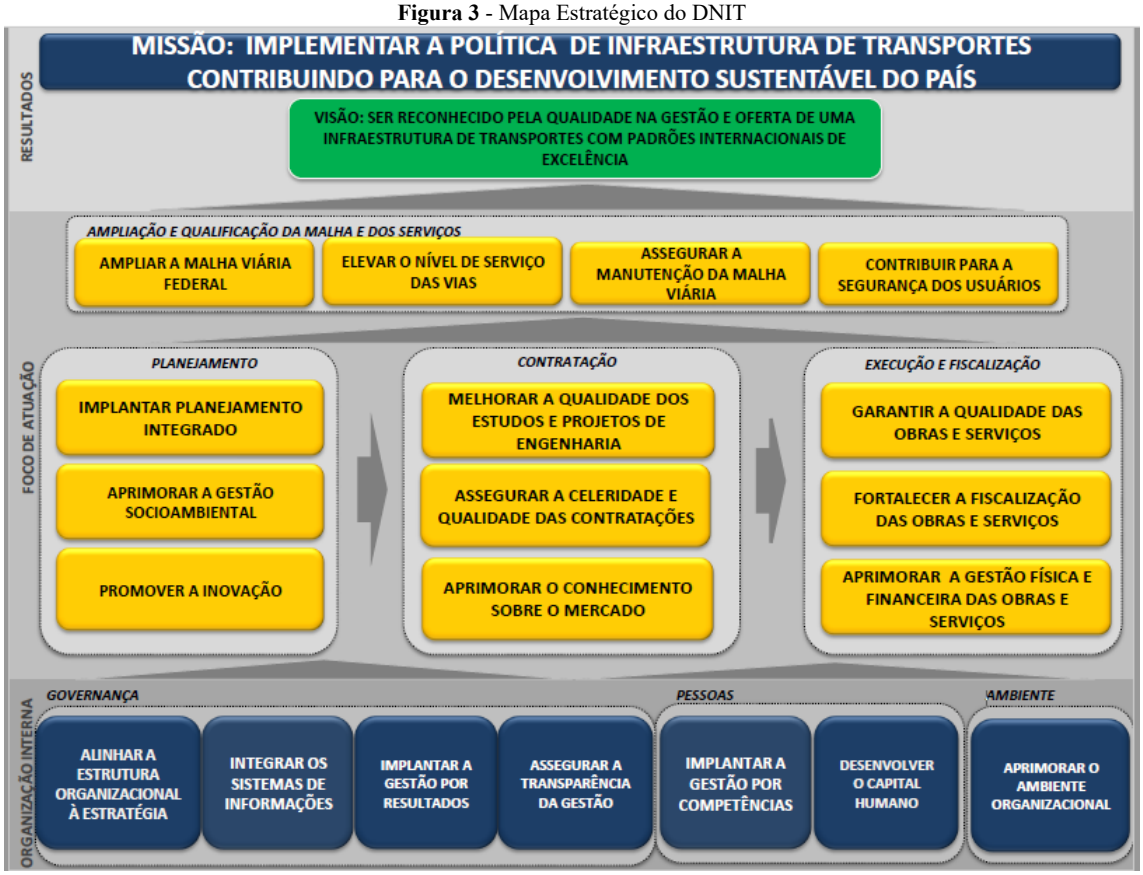
VII - *Coordenar programas de cadastro e de regularização patrimonial das faixas de domínio das vias federais;*

VIII - *Promover a articulação interinstitucional para viabilizar a realização de mutirões judiciais de conciliação; e*

IX - *Propor estudos necessários à elaboração e revisão de normas, de instruções e de procedimentos de desapropriação e de reassentamento;*

2.15. Associado às atribuições regimentais da Diretoria de Planejamento e Pesquisa propriamente dita e de suas Coordenações Gerais, o DNIT possui como principal modelo de gestão de desempenho o seu Mapa Estratégico, formalizado por intermédio da Portaria de nº 159, de 26 de setembro de 2013, no qual foram definidos os níveis de atuação da estratégia como sendo "*Organização Interna", "Foco de Atuação*" e os "*Resultados*" a serem alcançados pela instituição. No nível da organização interna, foram definidos objetivos de governança, gestão de pessoas e ambiente interno. No nível de foco de atuação foram definidos objetivos relativos ao Planejamento, Contratação, Execução e Fiscalização de Empreendimentos de Infraestrutura de Transportes sob a responsabilidade do DNIT. O desenho do atual Mapa Estratégico da autarquia é apresentado a seguir.

Figura 3 - Mapa Estratégico do DNIT



Fonte: Disponível em: http://www.dnit.gov.br/acesso-a-informacao/planejamento-estrategico

2.16. Os objetivos estratégicos correlatos à Diretoria de Planejamento e Pesquisa são aqueles relacionados aos temas de *"Ampliação e qualificação da malha e dos serviços", "Planejamento*" e "*Contratação*", regulados pela Portaria 1.1811, de 18 de novembro de 2018, conforme detalhado a seguir:

AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA MALHA E DOS SERVIÇOS

I - **Ampliar a malha viária federal:** Ampliar a malha rodoviária federal visando a expansão das áreas de fronteira agrícola, industrial e mineral, o escoamento da produção, a integração com países da América do Sul e a redução das desigualdades regionais;

II - **Elevar o nível de serviço das vias:** Oferecer nível de serviço adequado por meio da adequação ou duplicação da malha rodoviária ou da implantação/adequação de contornos e travessias urbanas, visando a redução do tempo de viagem e do custo logístico, com conforto, fluidez e confiabilidade dos serviços de transporte;

III - **Assegurar a manutenção da malha viária:** Assegurar a manutenção da malha viária por meio de programas de manutenção estruturados que garantam a funcionalidade e qualidade a longo prazo nas rodovias federais para proporcionar a redução do tempo de viagem e do custo logístico, aumentando a segurança, conforto, a fluidez e confiabilidade dos serviços;

IV - **Contribuir para a segurança dos usuários:** Reduzir os pontos de acidentes recorrentes e, com efeito, o número de acidentes nas estradas federais, e induzir um comportamento do usuário de acordo com a legislação vigente em relação à velocidade e aos limites de peso;

PLANEJAMENTO

V - **Implantar o planejamento integrado:** Implantar o processo de planejamento reduzindo o tempo de entrega dos produtos, efetuando a integração de todas as fases do empreendimento (estudos, projetos, desapropriações, licenças, construção, manutenção etc.) evitando a duplicidade e morosidade de atividades, eliminando custos desnecessários e dando celeridade aos empreendimentos;

VI - **Aprimorar a gestão socioambiental:** Aperfeiçoar a gestão socioambiental a partir do entendimento dos desafios socioambientais, incorporando seus custos e impactos no planejamento e orçamento dos empreendimentos, bem como contribuir para a obtenção de um melhor marco regulatório do setor;

VII - **Promover a inovação:** Promover a inovação tecnológica por meio de pesquisas e utilização de novas técnicas aplicadas ao setor de transportes por meio da estruturação de um centro de excelência visando a identificação de melhores práticas/tecnologias aplicadas ao setor;

CONTRATAÇÃO

VIII - **Melhorar a qualidade de estudos e projetos de Engenharia:** Melhorar a análise e aprovação dos estudos e projetos sem prejuízo da celeridade, permitindo ao DNIT melhorar a qualidade das obras e mitigar o risco de obras deficitárias e a necessidade de aditivos para correção de projetos deficientes;

IX - **Assegurar a celeridade e qualidade das contratações:** Aperfeiçoar e dar celeridade ao processo licitatório/contratação visando reduzir o ciclo e melhorar a qualidade e normatização dos Termos de Referência e Editais;

X - **Aprimorar o conhecimento sobre o mercado:** Adquirir novos conhecimentos especializados nos diversos segmentos do mercado de engenharia necessários para fortalecer a qualidade das licitações, melhorar a avaliação das propostas de engenharia, e

possibilitar maior segurança na seleção de projetos com a avaliação do porte da empresa vis-à-vis a capacidade operacional de execução dos serviços demandados.

2.17. Observa-se que as atribuições da Diretoria de Planejamento e Pesquisa estão diretamente ligadas ao desempenho estratégico da autarquia, com repercussão nas diretorias setoriais finalísticas: Diretoria de Infraestrutura Rodoviária-DIR, Diretoria de Infraestrutura Aquaviária-DAQ e Diretoria de Infraestrutura Ferroviária-DIF. Este mesmo planejamento estratégico busca orientar as setoriais do DNIT no exercício de suas funções, a ponto de que seja possível atender as diretrizes, objetivos e metas constantes no Plano Plurianual da União - PPA, e que para o período de 2020 a 2023 foi instituído pela Lei n° 13.971, de 27 de dezembro de 2019 (Anexo III - SEI n° 4777031).

2.18. Como um elemento balizador entre as atribuições da DPP e um diagnóstico da infraestrutura de transporte nacional, destaca-se que a infraestrutura viária brasileira carece de pesados investimentos e, diante de uma forte restrição fiscal, o uso adequado dos recursos orçamentários deve ser regra na administração pública. Diante de outros países que possuem características similares, o Brasil aparece em situações alarmantes no que se refere à oferta de infraestrutura. Segundo o Índice de Desempenho Logístico (LPI) do Banco Mundial, o Brasil encontra-se em 56° dentre 160 países em 2018. Dessa forma, a percepção do usuário em relação aos serviços de transporte do Brasil é ruim, um sintoma evidente de descontentamento do setor produtivo com a situação atual da infraestrutura no país. Esse *déficit* em infraestrutura aumenta o custo logístico do país, prejudicando as exportações e a produtividade da indústria e do agronegócio. Segundo a pesquisa feita pela Fundação Dom Cabral, o Brasil tem, em média, custos logísticos que equivalem a cerca de 12% do seu PIB, um número alto comparado ao nível de 8-10% do PIB observado nos Estados Unidos e nos países da OCDE. Além disso, esse custo vem aumentado nos últimos anos.

2.19. Diante de um cenário de crise econômica, caracterizado por uma crise fiscal da União, que revelou sua plenitude entre os anos de 2015 e 2017, com uma queda acumulada de 7.2% (IBGE) no PIB no biênio 2015-2016, é esperado que o financiamento público permaneça restringido por medidas vigentes de ajuste fiscal para os próximos anos. Assim, se faz necessário fomentar a participação do setor privado por meio de concessões, privatizações e PPPs (Parceria Público Privado). Essa participação tem aumentado, embora de forma lenta, nos últimos anos. Segundo informações do Sistema Nacional de Viação - SNV, o País tem 21 concessões federais, que somam 9.682 km de extensão, sendo que dessas, apenas 3.631,10 km são em rodovias duplicadas.

2.20. Entende-se que, mesmo com o aumento da participação privada na gestão do ativo rodoviário, grande parte da malha federal, que tem, segundo dados do SNV 2019, 53.148,20 km, ficará sob gestão pública. Isso porque, um diagnóstico geral da rede rodoviária federal mostrou que, desse total que ainda está sob administração pública, por volta de 12.000 km (22%) poderiam ter viabilidade para concessões, 24.000 km (44%) não teriam condição de serem implementadas pedágios, por tráfegos baixos demais, e 17.000 km (34%) estão numa situação intermediaria.

2.21. Nesse cenário, fica evidente que o setor público continuará tendo, ainda por um longo período, uma função muito importante na gestão direta das infraestruturas. Isso demandará um esforço para que os órgãos responsáveis tratem de ser mais eficientes com menos recursos. Isso gera a necessidade de que o ciclo de projeto, desde as fases iniciais de planejamento até a conclusão das obras, seja revisado para reverter as tendências na degradação das condições da rede por falta de manutenção adequada, execução com soluções ou tecnologias defasadas, além de possibilitar a retomada de um programa de expansão da rede. Para isso é necessário que ferramentas modernas de desenvolvimento, pesquisa, gestão e monitoramento sejam implementadas para atingir tal objetivo.

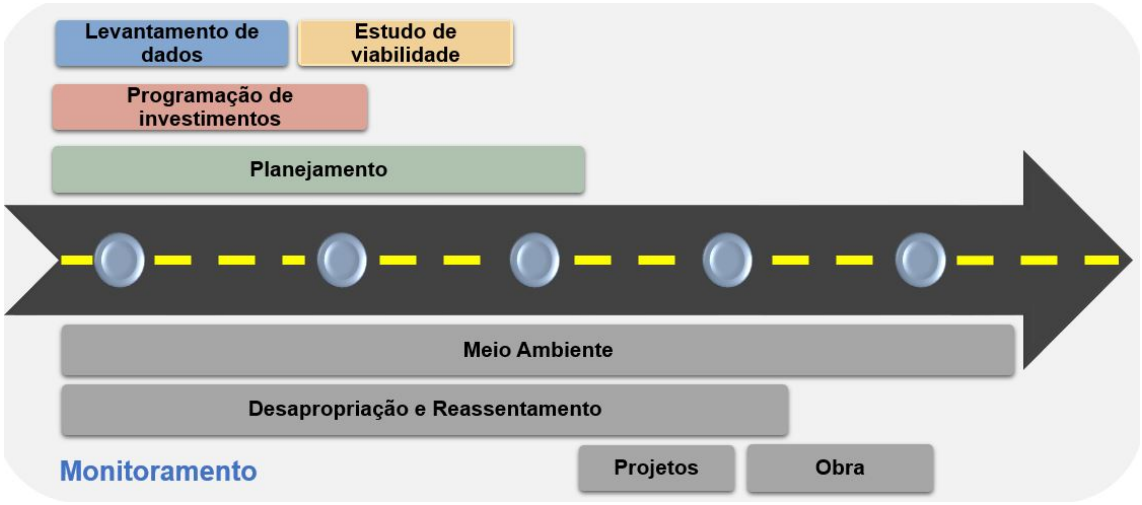
2.22. Esse é, portanto, um diagnóstico da infraestrutura de transporte com repercussões diretas no DNIT, e que, sob a ótica das atividades institucionais da Diretoria de Planejamento e Pesquisa, gera a preocupação em desenvolver as suas atribuições de forma compatível com as necessidades da infraestrutura nacional, conforme orienta o PPA 2020-2023, e com os limites impostos pela própria realidade econômica do País. Em atenção a esta realidade, repercutida em restrições orçamentárias e financeiras no DNIT, busca-se intensificar os esforços nos campos de pesquisa, estudos e projetos, que ao todo representam aproximadamente R$ 88 milhões (1%) na Lei Orçamentária de 2019 destinada ao DNIT, a ponto de que seja possível, com a melhora da situação econômica do País, ter a capacidade de reação com a retomada otimizada dos investimentos públicos na ampliação, adequação e manutenção das infraestruturas de transportes. Destaca-se ainda que os investimentos voltados à parte de pesquisa, estudos e projetos mantêm uma margem histórica de pouca representatividade no orçamento do DNIT. Em contrapartida, o resultado de seu exercício torna-se fundamental para a correta destinação e aplicação dos recursos públicos pelas demais diretorias finalísticas da autarquia, a exemplo dos valores disponíveis no orçamento de 2019 do DNIT (incluídos créditos) para operação, manutenção e construção rodoviária, com um total aproximado de R$ 6.3 bilhões (85%).

2.23. Ademais, como evidência da importância institucional do DNIT na infraestrutura nacional, com o advento da Medida Provisória n° 882, de 3 de maio de 2019, a autarquia absorveu parte das atribuições da antiga Secretaria de Portos da Presidência da República, dentre as quais a de projetar, acompanhar e executar, direta ou indiretamente, obras e serviços de engenharia em portos organizados, com repercussões significativas na Diretoria de Infraestrutura Aquaviária (DAQ). Parte destas novas atribuições recaíram à DPP, não só naquelas atividades voltadas ao planejamento, pesquisa e desenvolvimento de projetos, mas também na gestão e fiscalização de instrumentos contratuais, como o **Termo de Execução Descentralizada n° 11/2013** e o **Termo de Execução Descentralizada n° 01/2017**. Ambos instrumentos estão sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Meio Ambiente - CGMAB. Este fato só reforça a importância do DNIT no planejamento e desenvolvimento de políticas voltadas à infraestrutura de transporte multimodal.

2.24. Alinhado à política de desenvolvimento estratégico do DNIT e ao que consta no PPA 2020-2023, projeta-se para os próximos meses a contratação de projetos na extensão aproximada de 4.600 km, total este limitado à parte dos Estudos de Viabilidade Técnico e Ambiental - EVTEA até então aprovados pelo DNIT. Em adição à projeção realizada, deve-se incluir nestes outros 26.000 km de EVTEA's em execução pela DPP, e outros 11.000 km de estudos de viabilidade a serem contratados no início do ano de 2020. Se considerados, portanto, os projetos de engenharia provenientes dos estudos de viabilidade em execução e a contratar, estima-se o desenvolvimento de projetos na extensão total de 41.600 quilômetros para os próximos anos. Busca-se com esta diretriz criar uma carteira de projetos capaz de atender, em médio ou longo prazo, as necessidades voltadas à melhoria e ampliação da infraestrutura rodoviária nacional. Ademais, deve-se observar aquilo que consta no § 2º, art. 8º da Lei n° 13.971/2019 (PPA 2020-2023), ao dispor: "*§ 2º A partir de 2021, os novos projetos de investimentos de grande vulto* ***somente poderão ser iniciados*** *se constarem do registro centralizado a que alude o § 15 do art. 165 da Constituição Federal,* ***mediante prévio atesto da viabilidade técnica e socioeconômica****, nos termos do que dispuser regulamento do Poder Executivo*" (grifado e destacado). O desenvolvimento dos referidos EVTEA's reforça o alinhamento das ações da DPP com aquilo que está previsto no referido plano plurianual, sobretudo para garantia de novos projetos de investimento de grande vulto a partir do ano de 2021.

2.25. Importa esclarecer ainda que os estudos e projetos representam uma parcela das fases de um empreendimento, devendo-se destacar que seu processo de execução não fica restrito a uma única setorial da Diretoria de Planejamento e Pesquisa. A **Figura 4** exemplifica a existência de interdependências e superposição entre etapas de um empreendimento rodoviário, com atuação distinta de todas as coordenações gerais subordinadas à DPP, com uma maior concentração de atribuições nas fases preliminares, mas que engloba também a fase de execução propriamente dita das obras, a exemplo das temáticas afetas ao meio ambiente, desapropriação e reassentamento. Busca-se reforçar o entendimento de que estas temáticas, independentemente do tipo de modal analisado, demandam a atuação de todas as coordenações setoriais subordinadas à DPP.

Figura 4 - Fases de um Empreendimento Rodoviário



Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

2.26. Importa destacar também que a contratação de serviços técnicos especializados no âmbito da Diretoria de Planejamento e Pesquisa tem como objetivo auxiliar, naquilo que está sob a responsabilidade institucional do DNIT, a União no cumprimento dos objetivos e metas constantes no **Plano Plurianual da União para o período de 2020 e 2023 (*Lei n° 13.971, de 27 de dezembro de 2019*)** e que estão relacionados à infraestrutura de transportes, em específico ao *Programa 3006 - Transporte Terrestre e Trânsito* e aos empreendimentos associados ao mesmo (Anexo III - SEI n° 4777031). Assim, as diretrizes constantes do PPA 2020-2023 trazem consigo a indireta necessidade de promover suporte aos servidores públicos da DPP no exercício de suas funções, de tal forma que as obrigações vinculadas à autarquia sejam devidamente desempenhadas e em consonância com os planos instituídos pelo Estado brasileiro, conforme preceitua o art. 22 da Lei 13.971/2019, ao dispor em seu ***caput***:

> *"Art. 22. Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional promoverão o alinhamento contínuo entre os instrumentos de planejamento sob sua responsabilidade, com vistas ao fortalecimento da governança pública."*

2.27. Em contrapartida, é clara a redução do número de profissionais servidores ao longo dos últimos anos na diretoria, seja em função das aposentadorias, desconcentração de servidores para as regionais ou pela escolha por outras carreiras da administração pública. A defasagem de profissionais servidores na DPP não é recente e vem sendo apontada pelos Órgãos de Controle nos últimos anos. Os apontamentos dos relatórios de auditoria anual de contas do DNIT, realizados pela Controladoria Geral da União-CGU, direcionam a este entendimento comum. Neste sentido, destaca-se:

a) Relatório de Gestão do DNIT - Exercício de 2015 (disponível em: http://www.dnit.gov.br/acesso-a-informacao/relatorio-de-gestao/relatorio-de-gestao-2015)

> GCDESP - (às páginas 8/9): " *(...) verifica-se no setor um déficit considerável de pessoal – trinta e nove servidores – considerando-se a previsão julgada necessária pelo DNIT para as demandas planejadas/programadas, relativas às análises de projetos. Soma-se a isso o elevado número de terceirizados pertencentes ao quadro de pessoal da CGDESP, os quais – conforme orientações do TCU - devem ser gradativamente substituídos por servidores efetivos de carreira.*
>
> *Tal medida vem sendo adotada pelo DNIT ao longo dos anos, essencialmente com a realização de dois concursos públicos nos anos de 2009 e 2013. Entretanto, embora vários servidores tenham sido efetivados pelos dois certames, o número de servidores continua aquém para a demanda de trabalho do setor em virtude de vários fatores, tais como política de remuneração, progressão na carreira, evasão para outras carreiras, dentre outros.*
>
> *Tal situação (déficit de servidores) pode se tornar um empecilho para o pleno exercício de suas atividades – quais sejam, análises de projetos e elaboração de anteprojetos - de maneira eficaz e eficiente.*
>
> *De acordo com as informações prestadas, conclui-se que os concursos realizados foram suficientes apenas para substituir em torno de 60% dos terceirizados sem, contudo, aumentar a força de trabalho então disponível na CGDESP que permaneceu estacionária em números absolutos. Como esse quantitativo é considerado insuficiente, com déficit apontado de trinta e nove servidores, faz-se necessário que o DNIT avalie a possibilidade de realocação de engenheiros, de maneira a mitigar esse déficit."*

2.28. O diagnóstico realizado pela CGU no ano de 2015 permanece válido na DPP, intensificado inclusive pela evasão de servidores ao longo dos últimos 4 (quatro) anos e pela falta de expectativa quanto à realização de concurso público para recomposição de seu efetivo profissional. A título de evidência, é apresentado a seguir a quantidade de profissionais servidores alocados na DPP propriamente dita e em suas Coordenações Setoriais.

Quadro 1 – Disponibilidade de servidores públicos

Setor	Categoria Profissional	Quantidade
DPP	Analista em Infraestrutura de Transportes	3
	Administrador (a)	1
	Agente de Portaria	1
	Técnico (a) Administrativo	2
	Técnico (a) de Suporte em Infraestrutura de Transportes	1
	SUB TOTAL	**8**

Setor	Categoria Profissional	Quantidade
CGPLAN	Analista em Infraestrutura de Transportes	20
	Administrador (a)	2
	Engenheiro (a)	2
	Economista	1
	Técnico (a) de Suporte em Infraestrutura de Transportes	1
	SUB TOTAL	**26**
CGMAB	Analista em Infraestrutura de Transportes	25
	Engenheiro (a)	1
	Analista Administrativo	1
	Agente Administrativo	2
	Técnico Administrativo	2
	SUB TOTAL	**31**
CGDRR	Analista em Infraestrutura de Transportes	9
	SUB TOTAL	**9**
CGDESP	Analista em Infraestrutura de Transportes	22
	Especialista em Infraestrutura	1
	Técnico Administrativo	2
	Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes	1
	SUB TOTAL	**26**
IPR	Analista em Infraestrutura de Transportes	6
	SUB TOTAL	**6**
TOTAL	**Analista em Infraestrutura de Transportes**	**85**
	Administrador (a)	**3**
	Analista Administrativo	**1**
	Agente de Portaria	**1**
	Agente Administrativo	**2**

Setor	Categoria Profissional	Quantidade
	Técnico (a) Administrativo	**6**
	Técnico (a) de Suporte em Infraestrutura de Transportes	**3**
	Engenheiro (a)	**3**
	Especialista em Infraestrutura	**1**
	Economista	1
	TOTAL	**106**

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

2.29. Além disso, com o advento do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), foi possível mensurar a quantidade de processos que tramitaram pelas áreas da DPP. O quadro a seguir apresenta a quantidade de processos geridos em cada um dos subsetores em um período de um ano, considerando o interstício de abril de 2018 à abril de 2019 (20/04/18 à 19/04/19).

Quadro 2 – Processos eletrônicos tramitados entre abril/2018 e abril/2019

Setor	Caixa SEI	Quantidade
DPP	Assessoria	2.653
	Assessoria de Controle Externo - ACE	571
	Divisão de Desenvolvimento e Acompanhamento - DDA	1.422
	SUBTOTAL	**4.646**
CGPLAN	Coordenação Geral	2.335
	Coordenação de Planejamento	1.336
	Coordenação de Avaliação de Viabilidade	526
	Coordenação de Programação de Investimentos	578
	Setor de Geotecnologias Aplicadas	393
	SUBTOTAL	**5.168**
CGMAB	CGMAB/Assessoria	1.855
	SAA/CGMAB	1.891
	CRIAM	1.387
	CEPAM	493
	CAAOS	1.026
	SUBTOTAL	**6.652**
CGDRR	Coordenação Geral	1.244

Setor	Caixa SEI	Quantidade
	Coordenação de Desapropriação	448
	Coordenação de Reassentamento	257
	SUBTOTAL	**1.949**
CGDESP	Coordenação de Projetos de Estruturas	376
	Coordenação de Projetos de Infraestrutura Terrestre	315
	Setor de Apoio Técnico ao Desenvolvimento de Projetos	635
	SUBTOTAL	**1.505**
IPR	Coordenação - IPR	363
	Divisão de Pesquisas	90
	Divisão de Laboratórios	96
	Divisão de Normas e Publicações	104
	SUBTOTAL	**653**
TOTAL		**20.573**

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

2.30. Uma comparação direta entre o volume de processos tramitados nos setores no período considerado e o quadro de profissionais servidores públicos reflete a incapacidade física de atuarem na gestão e resolução de todas as demandas que estão sob suas responsabilidades, sem que isto seja feito com o apoio de serviços de assessoria especializada. Fica evidente, contudo, que a análise não pondera o nível de complexidade inerente a cada processo administrativo, tampouco a contabilização de demandas que não tramitavam via SEI e que, ainda assim, demandam tempo e esforço dos profissionais.

2.31. Um registro da disparidade existente entre o volume de demandas e a quantidade de profissionais DNIT está na DPP propriamente dita. Isso porque dos três analistas em infraestrutura de transportes alocados na diretoria, um é o próprio diretor setorial e os outros dois são servidores públicos com funções de assessoria técnica e administrativa, sendo um responsável pela gestão de todos os processos tramitados na caixa SEI denominada *"Assessoria",* com um total de 2.653 (dois mil seiscentos e cinquenta e três) geridos no período de um ano, enquanto que o outro responde pela caixa SEI *"Assessoria de Controle Externo – ACE*", com o atendimento de todas as demandas provenientes dos Órgãos de Controle Externo, Interno, Ministério Público e Justiça, entre outras atividades correlatas à assessoria administrativa e técnica da DPP.

2.32. Em que pese as limitações impostas pelo reduzido quadro de servidores públicos, a DPP mantêm o entendimento de que deve promover a constante revisão de procedimentos ligados às suas funções regimentais com o fito de melhor gerir e aplicar os recursos públicos. Inclusive, recentes recomendações e determinações emitidas pelo Tribunal de Contas da União-TCU conduzem a esta diretriz, a exemplo do Acórdão n° 2075/2018- TCU – Plenário, Acórdão n° 2725/2016 – TCU – Plenário e Acórdão n° 1884/2016-TCU-Plenário, todos eles dirigidos ao DNIT. Em resumo, as principais recomendações e determinações foram:

a) Obrigatoriedade de realizar Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA previamente à contratação de obras por meio do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – modalidade integrada, incluindo nesses casos o momento anterior à elaboração do anteprojeto;

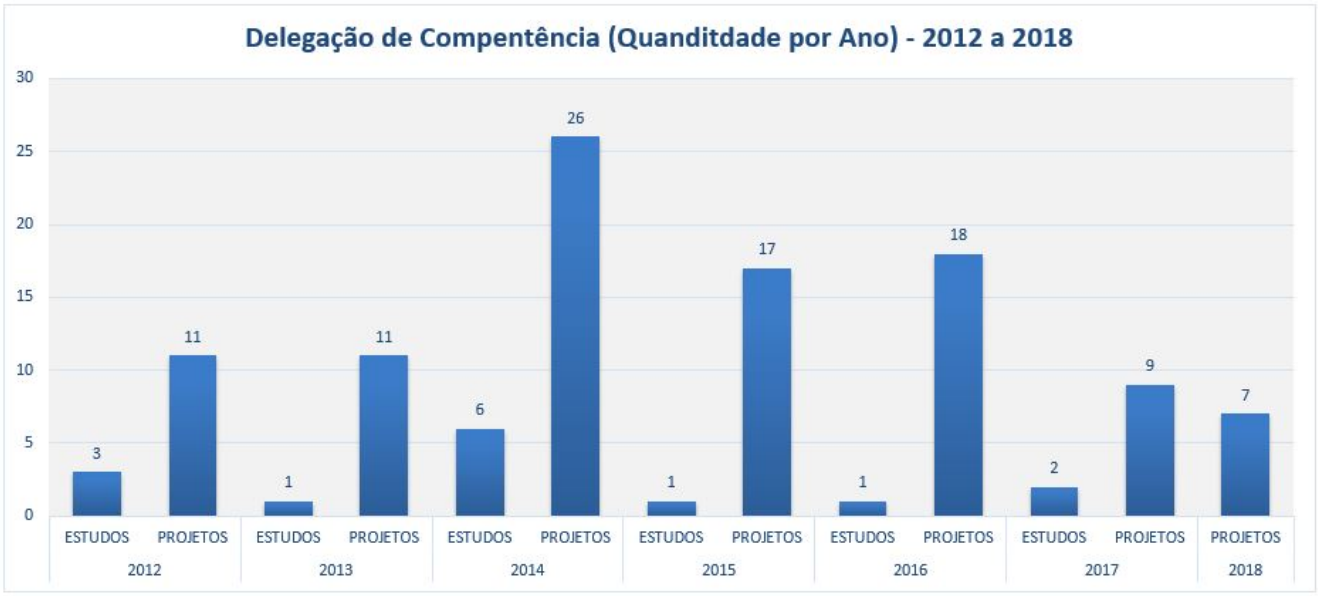
b) Necessidade de readequação de parte dos estudos e levantamentos constantes dos anteprojetos de engenharia, sejam eles elaborados pelo DNIT, recebidos por meio de contrato ou por meio de doação, com implicações diretas em seus processos, como o acréscimo de tempo e recursos técnicos para desenvolvimento e análise;

c) Obtenção de licença prévia ambiental antes da licitação de obras pelo regime de contratação integrada do RDC;

d) Revisão dos critérios empregados para delegação de competência às superintendências regionais do DNIT para elaboração e análise de anteprojetos de engenharia, **com implicação direta no volume de demandas das coordenações setoriais da DPP, motivadas pela necessidade de avocação de delegações pretéritas e pela centralização de novos estudos e projetos pelo DNIT-Sede**.

2.33. Em específico à orientação descrita na *alínea d* do *subitem 2.32*, a DPP promoveu alterações no processo que regula o critério de delegação de competência às Superintendências Regionais do DNIT para análise, elaboração e aprovação de anteprojetos, projetos e estudos de engenharia, conforme consta da Portaria n° 4.675, de 4 de julho de 2019. Em relação a esta revisão de procedimento, cabe pontuar que ao longo dos últimos anos houve uma política de desconcentração de parte das atribuições ligadas à DPP para as regionais do DNIT, o que culminou com o retrato apresentado nas **Figuras 5 e 6**. Em termos práticos, com a publicação da aludida Portaria, é previsto que parte dos estudos e projetos a cargo das regionais sejam reintegrados às coordenações subordinadas à DPP, assim como a condução de novos projetos e estudos de engenharia, o que culminará no acréscimo das atividades destas coordenações.

Figura 5 - Quantidade Estudos e Projetos Delegados



Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

Figura 6 - Extensão de Estudos e Projetos Delegados (km)



Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

2.34. Sendo assim, em atenção às diretrizes, objetivos e metas constantes no Plano Plurianual da União - PPA para o período de 2020 a 2023 e com a projeção do novo contexto da política de infraestrutura de transportes, torna-se evidente a necessidade de manter o aprimoramento da gestão pública federal, com eficiência administrativa, além da concentração de esforços nos campos de pesquisa, estudos e projetos, com atuação desde as fases iniciais de planejamento até a conclusão dos empreendimentos. Além disso, o reforço do papel institucional do DNIT na implementação de soluções logísticas multimodais ratifica o entendimento de que o pleno exercício das obrigações regimentais da DPP, com o cumprimento dos objetivos pretendidos para os próximos anos, remete à contratação de serviços de consultoria especializada para aquelas atividades classificadas como instrumentais ou de suporte às ações da diretoria.

2.35. Por fim, os objetivos pretendidos com a contratação podem ser organizados em duas categorias, quais sejam:

I - **Assessoramento em gestão pública**: manter e desenvolver os procedimentos de estruturação, gerenciamento e manutenção das informações técnicas e gerenciais sob responsabilidade das áreas da DPP; apoiar as setoriais da DPP nas ações relacionadas à revisão, manutenção e desenvolvimento dos processos e fluxos de informações mapeados e disponíveis, proporcionando um aprimoramento contínuo da gestão a partir da estrutura existente; manter ambientes específicos para as tomadas de decisões em grupo;

II - **Assessoramento em engenharia no setor de transportes:** subsidiar/apoiar os profissionais servidores públicos na análise, instrução e revisão de conteúdos técnicos sob responsabilidade da DPP; identificar as necessidades e oferecer apoio técnico constante aos servidores a partir das melhorias introduzidas pela gestão pública e a pela engenharia consultiva.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

DETALHAMENTO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO E ENTREGA

3.1. Os trabalhos, objeto deste Termo de Referência, compreendem a execução de serviços técnicos especializados, de caráter subsidiário e temporário em atividades meio, no assessoramento em gestão pública e engenharia consultiva no âmbito da Diretoria de Planejamento e Pesquisa - DPP/DNIT. Assim, os serviços técnicos especializados, objeto da contratação, estão organizados em 8 (oito) Produtos, que se subdividem em ações, atividades e sub-atividades específicas. As ações destes Produtos representam as unidades de medição dos trabalhos a serem prestados, apresentando-se com diferentes frequências de entrega, as quais serão mensal ou sob demanda, conforme discriminado a seguir:

Quadro 3 - Tipo, Quantidade e Frequência dos Produtos

Item	Produto	Frequência	Unidade	QTDE

1.0	PRODUTO 1 - DPP	mensal	mês	60
2.0	PRODUTO 2 - CGMAB	mensal	mês	60
3.0	PRODUTO 3 - CGPLAN	mensal	mês	60
4.0	PRODUTO 4 - CGDR	mensal	mês	60
5.0	PRODUTO 5 - CGDESP	mensal	mês	60
6.0	PRODUTO 6 - IPR	mensal	mês	60
7.0	PRODUTO 7- ASSESSORAMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO	sob demanda	u.d.[1]	48
8.0	PRODUTO 8 - DIÁRIAS E DESLOCAMENTOS	sob demanda	u.d.[1]	[2]

[1] u.d. - unidade de despesa
[2] vide **Quadros nº 46 e 47**
Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI nº3557400

3.2. Com o objetivo de empregar um modelo de execução contratual conduzido pela entrega de Produtos específicos e com a definição de metas capazes de subsidiar na avaliação e na remuneração em função do desempenho obtido pela Contratada, os Produtos foram organizados da seguinte forma:

a) **PRODUTO:** distribuído por Coordenação Geral e pela Assessoria da DPP, a divisão por Produto propriamente dito visa organizar as entregas individuas e por macro áreas da DPP. Representa, portanto, o primeiro nível descritivo do Produto em si;

b) **AÇÃO:** em segundo nível hierárquico, para cada Produto existe uma ou mais Ações vinculadas, distribuídas por temas específicos e que visam a descrição das atividades que as compõem;

c) **ATIVIDADE:** como terceiro nível hierárquico, a classificação por atividade foi estruturada com o objetivo de auxiliar na especificação dos serviços que integram as ações e também para agregar maior objetividade na definição das metas e dos parâmetros de avaliação dos Produtos. As atividades podem ainda ser classificadas de acordo com as características de temporalidade:

Permanente: atividade cuja execução é ininterrupta durante toda a vigência do contrato sem que haja a necessidade de solicitação prévia por parte da fiscalização;

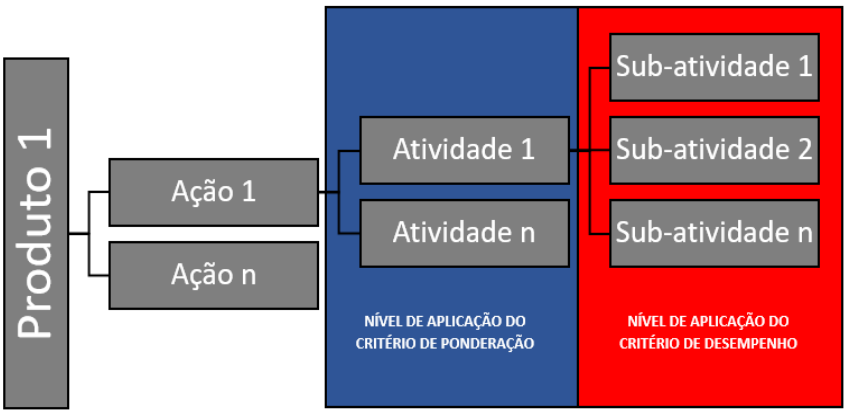
Programada: atividade cuja execução depende de solicitação prévia da fiscalização do contrato e que pressupõe, pela sua natureza, a apresentação de um cronograma físico ou um plano de trabalho para cumprimento de um objetivo específico.

Permanente / Programa (mista): atividade cuja definição pode ser enquadrada concomitantemente na classificação de permanente e programada. Não obstante, é necessário que as sub-atividades sejam classificadas individualmente quando do processo de avaliação do Produto.

a) **SUB-ATIVIDADE:** como quarto e último nível hierárquico, as sub-atividades representam, unitariamente, as demandas atendidas pela Contratada e que agrupadas formam as atividades. Assim, como o produto representa em si a entrega de atividades e sub-atividades organizadas em diversas ações, busca-se neste nível hierárquico a definição de parâmetros capazes de aferir o desempenho do Produto como um todo.

3.3. Neste ponto, deve ficar entendido que os Produtos propriamente ditos estão organizados em quatro níveis hierárquicos, conforme **Figura 7**. Entretanto, o que deve constar como um item de medição para fins de remuneração à Contratada é a Ação, cujo desempenho individual é obtido pela verificação de requisitos previamente estabelecidos. Desta feita, o Produto nada mais é do que uma forma de organização das ações, atividades e sub-atividades, com métricas e critérios de avaliação definidos nestes dois últimos níveis hierárquicos.

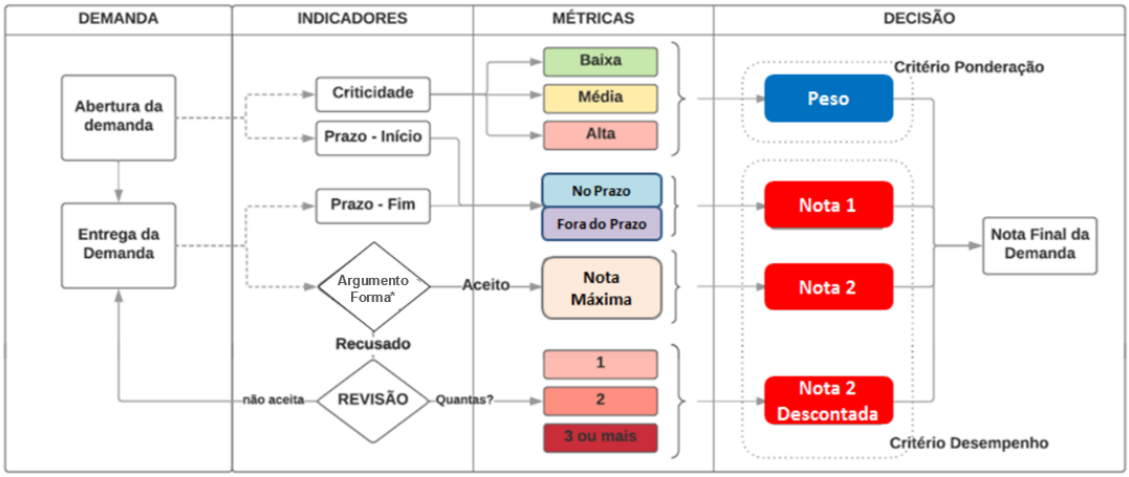
Figura 7- Estruturação Hierárquica dos Produtos



Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI nº3557400

3.4. Em atenção à estrutura da **Figura 7**, fica definido um modelo capaz de associar, após a especificação de métricas e critérios de avaliação, uma nota final para cada uma da Ações. A metodologia de avaliação está estabelecida, simplificadamente, na **Figura 8**.

Figura 8 - Metodologia de Avaliação



NOTA: O critério **Forma** não deve ser considerado quando se tratar de sub-atividade programada.
Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI nº3557400

3.5. A Figura anterior demonstra que a decisão da Fiscalização DNIT, quando da aplicação da metodologia de avaliação, será pautada por dois critérios, sendo um denominado CRITÉRIO DE PONDERAÇÃO, voltado às atividades, e o outro CRITÉRIO DE DESEMPENHO, vinculado às sub-atividades. As especificidades destes critérios são apresentadas na sequência.

3.6. **CRITÉRIO DE PONDERAÇÃO (*Atividade*):** com o objetivo de sopesar os diferentes graus de complexidade atrelados ao processo de execução de uma determinada atividade e, associado a isto, ao resultado que a sua entrega representa na ação como um todo, o CRITÉRIO DE PONDERAÇÃO deve ser aplicado no nível das atividades, adotando-se as seguintes definições:

a) **Complexidade**: relacionada ao processo de execução, como quantidade de etapas e tempo médio de execução; quantidade de agentes e setores envolvidos; categoria e nível de experiência dos profissionais ligados à sua execução;

b) **Relevância:** entendida como o grau de importância ou necessidade de determinada atividade para o bom e regular exercício das atribuições regimentais das áreas técnicas da DPP, existentes em um dado contexto. Em regra, quanto maior o nível de relevância de uma determinada atividade, maiores são as consequências de seu desempenho nas áreas da DPP, seja em termos administrativos ou técnicos.

I - A metodologia de cálculo do CRITÉRIO DE PONDERAÇÃO considera a subdivisão das atividades em cinco categorias de Complexidade e Relevância, conforme notas e conceitos do **Quadro 4**.

Quadro 4 - Categorias de Complexidade e Relevância

COMPLEXIDADE	RELEVÂNCIA
1 - Sem Complexidade	1- Pouca Relevância
2- Pouco Complexo	2- Baixa Relevância
3 - Complexo	3- Média Relevância
4 - Muito Complexo	4- Alta Relevância
5 - Extremamente Complexo	5- Extrema Relevância

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI nº3557400

II - Com base na relevância e complexidade de cada de atividade, serão definidos níveis de criticidade após a multiplicação de suas notas, conforme **Quadro 5**. Desta forma, conceitua-se criticidade como a combinação dos níveis de complexidade e relevância, segundo escala constante da Matriz de Criticidade.

Quadro 5 - Matriz Criticidade (Relevância x Complexidade)

CRITICIDADE		RELEVÂNCIA				
		1	2	3	4	5
COMPLEXIDADE	1	1	2	3	4	5
	2	2	4	6	8	10
	3	3	6	9	12	15
	4	4	8	12	16	20
	5	5	10	15	20	25

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI nº3557400

III - A nota final remete à padronização de três níveis de criticidade e à associação de pesos específicos para cada Atividade, conforme escala definida no **Quadro 6**.

Quadro 6 - Nível de Criticidade e Peso das Atividades

ESCALA	NÍVEL DE CRITICIDADE	PESO
1 ≤ Criticidade ≤ 6	Baixo	1.0
6 < Criticidade ≤ 10	Médio	1.5
10 < Criticidade ≤ 25	Alto	2.0

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

IV - Caberá à Fiscalização DNIT e aos Coordenadores Setoriais da DPP, se necessário for, alterar as notas de Relevância e Complexidade para as atividades previstas no Termo de Referência, atentando-se aos conceitos metodológicos do presente documento. Como balizador inicial da contratação, foram definidos os pesos constantes do **Quadro 7.**

V - Em que pese os pesos do **Quadro 7** estarem organizados por ação, estes devem ser classificados no nível da atividade. A Fiscalização DNIT poderá, uma vez obedecidos os conceitos do CRITÉRIO DE PONDERAÇÃO, atribuir pesos distintos entre as atividades que compõem uma mesma ação do Produto.

VI - Competirá ainda à Fiscalização DNIT verificar periodicamente a necessidade de revisão das notas de relevância e complexidade e, com o devido registro, programar e implementar as alterações necessárias. A implementação de quaisquer alterações relacionadas às notas de relevância e complexidade, com possível influência nos pesos atribuídos às atividades, deverá seguir os conceitos do CRITÉRIO DE PONDERAÇÃO e ser previamente comunicado à Contratada, inadmitindo-se o imediato emprego nos Produtos já atestados, protocolados para fins de avaliação ou recebimento pelo DNIT ou cujo período de execução ainda estiver vigente.

3.7. **CRITÉRIO DE DESEMPENHO (S*ub-atividade)*:** o critério de desempenho é representado por 3 (três) parâmetros, PRAZO*,* FORMA e ARGUMENTO, conforme segue:

a) **PRAZO:** caberá à Contratada obedecer, na realização de suas sub-atividades, os prazos máximos previamente estabelecidos. **Critério:**

I - **Nota 1:** sub-atividade atendida dentro do prazo especificado ou previamente pactuado com a fiscalização;

II - **Nota 0:** sub-atividade atendida fora do prazo especificado ou previamente pactuado com a fiscalização;

III - Como balizador inicial dos prazos de atendimento, deverão ser adotados aqueles constantes do **Quadro 7**, cabendo esclarecer que os mesmos foram tomados como estimados e levaram em consideração o tempo médio de execução dos serviços que compõem ações de contratações anteriormente celebradas pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Estes prazos poderão ser alterados pelos Coordenadores Setoriais ou pela Fiscalização DNIT ao longo da execução do contrato, inclusive com a atribuição de prazos distintos para sub-atividades que compõem uma mesma ação e/ou atividade do Produto, desde que previamente comunicado à contratada. Destaca-se ainda que a duração conta com o atendimento final na qualidade requerida, considerando, inclusive, o tempo gasto devido à necessidade de ajustes solicitados por parte da Fiscalização DNIT.

Quadro 7 - Prazo Máximo e Peso das Atividades Integrantes das Ações

Produto	Ação	Nível da Atividade				Nível da Sub-atividade
		Relevância	Complexidade	Criticidade	Peso	Duração Máxima (dias)
PRODUTO 1 (DPP)	Ação 1 - Assessoria Técnico-Administrativa	2	1	2	1.0	5
	Ação 2 - Assessoria de Controle Externo	5	4	20	2.0	3
	Ação 3 - Escritório de Gerenciamento de Projetos	3	3	9	1.5	4
	Ação 4 - Divisão de Desenvolvimento e Acompanhamento	3	3	9	1.5	5
PRODUTO 2 (CGMAB)	Ação 1 Coordenação Técnica, Gerenciamento e Comunicação Ambiental	5	5	25	2.0	15
	Ação 2 – Assessoria Orçamentário-Financeira e Contratações	2	2	4	1.0	5
	Ação 3 – Assessoria Técnica Ambiental	3	3	9	1.5	30
PRODUTO 3 (CGPLAN)	Ação 1 - Assessoria Técnico-Administrativa - CGPLAN	2	1	2	1.0	5
	Ação 2 - Assessoria Técnico-Administrativa COLEP	2	1	2	1.0	5
	Ação 3 - Aquisição e consolidação de informações referente a As built, EVTEA e Estudos e Projetos	2	4	8	1.5	30
	Ação 4 - Gestão do SNV, Gestão da CIDE e Transferência da infraestrutura de transportes	2	4	8	1.5	30
	Ação 5 - Levantamentos de campo GNSS - Aerolevantamentos via Drones	2	4	8	1.5	21
	Ação 6 - Geração e avaliação de Ortoimagens e MDT	2	4	8	1.5	21
	Ação 7 - Estudos de Traçados + BIM	2	4	8	1.5	15
	Ação 8 - Assessoria Técnico-Administrativa à COVIDE	2	1	2	1.0	30
	Ação 9 - Apoio Técnico para elaboração da Proposta Orçamentária e do Plano Plurianual das áreas finalísticas do DNIT e para o Planejamento da Infraestrutura de Transportes	5	5	25	2.0	30
PRODUTO 4 (CGDR)	Ação 1 – Assessoria ao Planejamento e Gestão	3	3	9	1.5	30
	Ação 2 – Assessoria à Gestão de Informação	3	3	9	1.5	2
	Ação 3 – Assessoria Administrativa	2	1	2	1.0	2
	Ação 4 – Assessoria Técnica	5	5	25	2.0	20
	Ação 5 - Assessoria ao PROFAIXA	3	3	9	1.5	5
PRODUTO 5 (CGDESP)	Ação 1 - Assessoria Técnico-Administrativa	2	1	2	1.0	5
	Ação 2 – Apoio Técnico ao Desenvolvimento de Projetos	5	5	25	2.0	5
	Ação 3 – Coordenação de Projetos de Construção Rodoviária	5	5	25	2.0	10

	Ação 4 – Coordenação de Projetos de Manutenção e Restauração Rodoviária	5	5	25	2.0	10
	Ação 5 – Coordenação de Projetos de Estruturas	5	5	25	2.0	10
PRODUTO 6 (IPR)	Ação 1 – Assessoria Técnico-Administrativa	2	1	2	1.0	15
	Ação 2 – Assessoria no Desenvolvimento de Pesquisas	5	5	25	2.0	30
	Ação 3 – Assessoria para Publicações Técnicas e Parcerias	2	4	8	1.5	30

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

IV - Deve-se entender que os pesos e prazos constante do **Quadro 7**, em que pese padronizados por ação (nível 2), deverão ser aplicados às atividades (nível 3) e às suas sub-atividades (nível 4), respectivamente.

a) **FORMA:** relacionadas à formatação de documentos, apresentação dos documentos e redação compatível com o Manual de Redação da Presidência da República e às normas cultas da Língua Portuguesa. **Critério:**

V - **Nota 1**: minuta do documento original sem erro de forma;

VI - Uma vez recusado o documento pelo DNIT por erro de forma, poderão ser atribuídas três notas após a apresentação da minuta revisada pela contratada. A **Nota 0.5** será atribuída para aqueles documentos recusados uma única vez pelo DNIT e que na sequência foram revisados pela contratada e tiveram o saneamento do erro. A **Nota 0.3** para aqueles documentos recusados pelo DNIT por duas vezes e que na sequência foram revisados pela contratada e tiveram o saneamento do erro. A **Nota 0.0** para aqueles documentos recusados pelo DNIT por mais de duas vezes, não retirando da Contratada a obrigação de apresentar a minuta do documento com o saneamento total do erro.

VII - Caso a Contratada não apresente a minuta revisada com o saneamento total do erro no prazo especificado pelo DNIT, a sub-atividade será classificada como **NÃO ATENDIDA** e o valor final de sua **Nota Parcial (N.P)** deverá ser **0.0** (zero), independentemente do atendimento dos demais parâmetros do critério de desempenho.

a) **ARGUMENTO**: relacionadas ao adequado emprego de referências normativas e técnicas, utilização de parâmetros técnico-administrativos coerentes e argumentação técnica-administrativa consistente. **Critério:**

VIII - **Nota 1**: minuta do documento original sem erro de argumento;

IX - Uma vez recusado o documento pelo DNIT por erro de argumento, poderão ser atribuídas três notas após a apresentação da minuta revisada pela contratada. A **Nota 0.5** será atribuída para aqueles documentos recusados uma única vez pelo DNIT e que na sequência foram revisados pela contratada e tiveram o saneamento do erro. A **Nota 0.3** para aqueles documentos recusados pelo DNIT por duas vezes e que na sequência foram revisados pela contratada e tiveram o saneamento do erro. A **Nota 0.0** para aqueles documentos recusados pelo DNIT por mais de duas vezes, não retirando da Contratada a obrigação de apresentar a minuta do documento com o saneamento total do erro.

X - Caso a Contratada não apresente a minuta revisada com o saneamento total do erro no prazo especificado pelo DNIT, a sub-atividade será classificada como **NÃO ATENDIDA** e o valor final de sua da **Nota Parcial (N.P)** deverá ser **0.0** (zero), independentemente do atendimento dos demais parâmetros do critério de desempenho.

3.8. Os Critérios de PONDERAÇÃO e de DESEMPENHO são independentes entre si e deverão serão aplicados para obtenção da Nota Final (NF) de cada Ação. Neste ponto é importante esclarecer que aquelas atividades relacionadas à **Coordenação** (item 1.1 de cada um dos Produtos) não serão submetidas a uma metodologia de avaliação específica, por considerar que seu desempenho está refletido nas demais atividades componentes do Produto.

3.9. A título de exemplo, é apresentado no **Quadro 8** a aplicação do modelo de avaliação, com detalhes pormenorizados no **ANEXO I-A.**

Quadro 8 - Exemplo de Aplicação do Modelo de Avaliação

Ação	Atividade	Sub-atividade	Classificação	Critério de Ponderação		Critério de Desempenho[1]			Nota Parcial - N.P (B * (C + D + E) / n)
				(A) Criticidade	(B) Peso	(C) Prazo	(D) Forma	(E) Argumento	
1	1.2	1.2.1	Permanente	2	1,0	0,0	1,0	0,5	0,50
		1.2.2	Permanente	2	1,0	1,0	1,0	1,0	1,00
		1.2.3	Permanente	2	1,0	1,0	NA	1,0	0,00
	1.3	1.3.1	Permanente	2	1,0	1,0	0,5	NA	0,00
		1.3.2	Programada	2	1,0	0,0	-	0,50	0,25
		1.3.3	Programada	2	1,0	1,0	-	0,30	0,65
			Soma Peso = ∑ (S.P.)		6,0		Soma Nota Parcial = ∑ (N.P.)		2,4

[1]NA: Não Atendida

Nota Final (NF) = ∑ (N.P.) / ∑ (S.P.)	
NOTA FINAL DA AÇÃO:	0,40

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

3.10. O exemplo do **Quadro 8** demonstra que no período considerado, a Ação n° 1, vinculada a um determinado Produto, ficou com uma Nota Final (NF) de 0,40. Assim, o valor final mensal da ação, a ser medido e pago à contratada em função de seu desempenho, deverá ser obtido segundo critério definido no **Quadro 9**, tomando-se para tanto a EQUAÇÃO N° 1.1.

V.F.M.(P1): F.P.M x V.O. EQUAÇÃO N° 1.1

Onde:

V.F.M (P1): Valor Final Mensal da Ação

V.O: Valor Ofertado pela Contratada para a Ação

F.P.M.: Fator de Ponderação da Medição

Quadro 9 - Critério de Medição da Ação

Desempenho	Intervalo da N.F	Fator de Ponderação da Medição (F.P.M)
Alto	NF >= 0,8	1,0
Médio	0,8 < NF <=0,6	0,8
Baixo	NF < 60	0,6

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

3.11. Para o caso em tela, exposto no exemplo do **Quadro 8**, o Valor Final da Medição (V.F.M) para a Ação n° 1 no mês avaliado seria igual ao próprio Valor Ofertado (V.O.) para aquela Ação multiplicado por 0,6, tendo em vista que o desempenho foi Baixo e o Fator de Ponderação da Medição (F.P.M) foi igual a 0,6.

3.12. Caso a Contratada venha a obter desempenho classificado como **baixo**, caberá a mesma apresentar à Fiscalização DNIT um PLANO DE RECUPERAÇÃO com a descrição das causas, providências, responsáveis e prazos para saneamento dos motivos que levaram àquele desempenho. O PLANO DE RECUPERAÇÃO deverá ser apresentado dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da ciência da Nota Final (N.F) da Ação pela Contratada, para análise a aprovação da Fiscalização DNIT. **A reiteração do desempenho baixo em qualquer uma das Ações por 3 meses consecutivos ou a não apresentação do PLANO DE RECUPERAÇÃO no prazo especificado poderá ensejar a instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade contra a Contratada,** não retirando da Fiscalização a prerrogativa de instauração do referido processo a qualquer momento ou quando do acometimento de outra infração praticada pela Contratada.

3.13. Ademais, caberá à contratada planejar, executar e manter mecanismos, incluído nestes programas e ferramentas informatizados, com o objetivo de prover o gerenciamento integral e o controle amplo das sub-atividades vinculadas a cada Ação. Este controle deverá ser capaz de individualizar as sub-atividades por atividade, Ação e Produto, além de possibilitar a aplicação da metodologia e dos critérios de avaliação apresentados nesta seção, atentando-se para tanto aos quesitos constantes na **Figura 8** e aos exemplos do **Quadro 8 e ANEXO I-A**. Caberá ainda à Contratada garantir a operacionalização deste controle **no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da ordem de início dos serviços**. Neste período, a Contratada **PODERÁ** realizar levantamentos e diagnósticos em sistemas ou em softwares gerenciais existentes e em uso pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa com o objetivo de avaliar a sua potencial aplicação na execução dos serviços, ficando sob sua responsabilidade promover toda e qualquer adequação necessária para fins de seu efetivo emprego, uma vez constatada a sua aplicabilidade nos termos exigidos nesta seção do Termo de Referência. Contudo, a existência de sistemas operacionais ou softwares gerenciais na diretoria não vincula qualquer obrigação da Administração Pública em oferecê-los ou disponibilizá-los em condições de uso à Contratada. Cada sub-atividade desempenhada deverá ser apresentada de forma individualizada, organizada por atividade, ação e produto, com os seguintes atributos mínimos:

a) Criticidade (associado à atividade);

b) Peso (associado à atividade);

c) Data de abertura;

d) Data de entrega;

e) Número de revisões realizadas, e

f) Notas do Critério de Desempenho (prazo, forma e argumento).

3.14. Ainda no que tange à operacionalização do modelo de avaliação, os mecanismos a serem planejados, executados e manutenidos pela Contratada deverão possibilitar à Fiscalização DNIT realizar a avaliação conforme entregas efetuadas ao longo do próprio mês de execução dos serviços. Compete à Contratada, em comum acordo com a fiscalização, propor e implementar um Método de Segurança de Informação e Comunicação do referido modelo de avaliação, com o intuito de controlar, viabilizar e assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade de suas informações (Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 13 de junho de 2008). **Este método de segurança deverá ser definido e implementado no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contatos da ordem de início dos serviços.**

3.15. A fiscalização e os Coordenadores Setoriais da Diretoria de Planejamento e Pesquisa deverão ter acesso irrestrito ao modelo de avaliação, devendo a Contratada promover todos os meios necessários para divulgação das informações em plataforma *web*.

3.16. Ao final de cada período de execução, caberá à Contratada apresentar relatórios dos Produtos com a estrutura mínima especificada no **ANEXO I-B** deste Termo de Referência.

3.17. Por fim, busca-se com a implementação dos critérios de organização e avaliação dos Produtos o atendimento do disposto no Informativo de Licitações e Contratos n° 341/2018 do TCU (remuneração por resultado) e a mitigação de eventuais problemas ligados à qualidade dos Produtos deste Termo de Referência, em específico à tempestividade e qualidade de atendimento das atividades e sub-atividades que integram os Produtos. Ademais, busca-se com a definição metodológica criar um mecanismo capaz de subsidiar a Fiscalização DNIT na identificação de eventuais descumprimentos dos termos editalícios e contratuais.

3.18. O PRODUTO 7- ASSESSORAMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO e o PRODUTO 8 - DIÁRIAS E DESLOCAMENTOS, constantes do **Quadro 3**, não seguem a metodologia de execução e entrega definidos na presente seção, mas sim as particularidades dispostas nos ***itens 3.36 e 3.37*** deste Termo de Referência.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.19. A descrição da solução visa elencar, de forma integrada, os elementos necessários para atingimento dos resultados pretendidos pelas áreas da Diretoria de Planejamento e Pesquisa.

3.20. Na sequência são apresentados os Produtos de cada setorial subordinada à Diretoria de Planejamento e Pesquisa, com suas ações, atividades, classificações e especificações. Salienta-se que as especificações descritas para as atividades não esgotam o rol de serviços a serem executados pela contratada, devendo a mesma atender as exigências da Fiscalização DNIT que se enquadrem no escopo da ação componente do Produto, consoante descrição apresentada nos quadros a seguir.

3.21. **PRODUTO 1 - Diretoria de Planejamento e Pesquisa (DPP)**. O Produto em questão é composto por **4 (quatro) ações**, a saber

a) **Ação 1** – Assessoria Técnico-Administrativa;

b) **Ação 2** – Assessoria de Controle Externo;

c) **Ação 3** – Escritório de Gerenciamento de Projetos; e

d) **Ação 4**- Divisão de Desenvolvimento e Acompanhamento.

3.22. A descrição das atividades que compõem as ações do PRODUTO 1 constam do **Quadro** apresentado a seguir.

Quadro 10 - Descrição das atividades – **PRODUTO 1 (DPP)**

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação
Ação 1 Assessoria Técnico-Administrativa	1.1	Coordenar a execução dos serviços previstos para a Ação 1, 2, 3 e 4 da Diretoria de Planejamento e Pesquisa, além de exercer a função de Coordenador Geral do Contrato.	Permanente	O coordenador será responsável por monitorar e assegurar que todas as ações previstas para a Diretoria de Planejamento e Pesquisa sejam concluídas com a qualidade e no tempo especificado, com a maior produtividade possível. Para isso, o coordenador deverá avaliar estratégias, criar um planejamento, implantar tecnologias, gerir o uso de equipamentos e ferramentas gerenciais, além de administrar os termos exigidos em edital. Este profissional deverá trabalhar em colaboração com os fiscais do contrato, devendo promover as relações necessárias com os diversos setores e profissionais do DNIT-Sede e Superintendências Regionais para cumprimento das atividades. Por isso, o coordenador deverá ter experiência compatível com a prática de gerenciamento de projetos e dominar os diversos aspectos técnicos relacionados ao ramo da engenharia de infraestrutura de transportes, devendo, para tanto, atender a qualificação exigida para o cargo especificado, conforme consta da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT - Instrução de Serviço DG n° 03, de 07 de março de 2012. O profissional acumulará as atribuições de Coordenador Geral do Contrato, respondendo também pelo gerenciamento dos demais produtos previstos no contrato.
	1.2	Analisar processos, elaborar pareceres e notas técnicas assessoradas.	Permanente	Os profissionais deverão subsidiar os servidores públicos do DNIT na análise e instrução de processos administrativos a cargo da Diretoria de Planejamento e Pesquisa, devendo desenvolver atividades meio, dentre as quais destacam-se: a. Elaborar minutas de encaminhamento segundo os aspectos formais da língua portuguesa e em atendimento às exigências do Manual de Redação da Presidência da República; b Elaborar minutas de pareceres técnicos e administrativos com vistas a subsidiar a instrução de processos e demandas atribuídas à DPP. c. Efetivar a tramitação dos processos administrativos entre os diversos setores do DNIT através dos sistemas informatizados disponíveis; d. Apoiar nas análises processuais, elaboração de notas, possibilitando a produção de informações que deverão integrar a estrutura de dados gerenciais;
	1.3	Aprimorar o controle e padronização da Assessoria DPP, manter os controles e estatísticas dos processos e demandas no âmbito da DPP, além de acompanhar os prazos das atividades e processos.	Permanente /Programada	Os profissionais deverão apoiar os servidores públicos do DNIT na manutenção dos sistemas operacionais existentes e auxiliar no controle das demandas a cargo da Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Os profissionais deverão zelar pelo prazo de atendimento das demandas, além do aprimoramento contínuo dos controles administrativos pré-existentes ou até mesmo a proposição de novas ferramentas gerenciais com vistas a garantir a eficiência e efetividade de atendimento das demandas sob responsabilidade da Diretoria e de suas setoriais.
Ação 2 Assessoria de Controle Externo	2.1	Elaborar respostas técnicas assessoradas ao Controle Externo e Interno, além de demandas de Órgãos Judiciais.	Permanente	Os profissionais deverão subsidiar os servidores públicos do DNIT na análise e instrução de assuntos relacionados à área de controle externo e interno, além de demandas judiciais, devendo desenvolver atividades meio, dentre as quais destacam-se: a. Elaborar minutas de encaminhamento segundo os aspectos formais da língua portuguesa e em atendimento às exigências do Manual de Redação da Presidência da República; b. Subsidiar na instrução de processos administrativos e na elaboração de respostas aos Órgãos de Controle Interno, Externo e Judiciais; atentando-se para tanto aos princípios básicos que regulam o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, com destaque à correta aplicação de princípios e conceitos legais.

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação
	2.2	Subsidiar na elaboração e análise de relatos a serem deliberados na Diretoria Colegiada do DNIT e na instrução de consultas à PFE/DNIT-Sede.	Permanente	Os profissionais deverão auxiliar na elaboração de minutas e na análise de relatos a serem deliberados na Diretoria Colegiada do DNIT, atentando-se à correta aplicação de conceitos legais e administrativos. Auxiliar na elaboração de consultas à Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT - PFE/DNIT-Sede. Auxiliar na instrução dos processos com o objetivo de atender as recomendações proferidas pela PFE/DNIT-Sede.
	2.3	Apoiar na elaboração de pareceres relacionados a Processos Administrativos de Apuração de responsabilidade.	Permanente	Os profissionais deverão auxiliar na instrução dos processos, devendo para tanto atentar-se aos aspectos legais-administrativos e às normas que regulam os processos administrativos de apuração de responsabilidade no âmbito da Administração Pública Federal e do próprio DNIT. Em resumo, as principais atividades serão: a .Elaborar minuta de notas técnicas; b. Elaborar minuta de encaminhamentos diversos - despachos, ofícios e notificações; c. Realizar o controle dos prazos regulamentados; d. Realizar a tramitação interna dos processos aos setores competentes do DNIT.
	2.4	Acompanhar, analisar e controlar Acórdãos e Relatórios afetos aos Órgãos de Controle Externo e Interno relacionados às atividades da DPP.	Permanente	Os profissionais deverão manter controles atualizados sobre as temáticas ligadas às áreas da Diretoria de Planejamento e Pesquisa, com apuração histórica de todas as recomendações e determinações exaradas pelos Órgãos de Controle Interno, Externo e Judiciário. Associado a isto, os controles deverão detalhar o status de atendimento de todas as recomendações e determinações afetas às áreas de interesse da DPP, cabendo ainda aos profissionais contratados apoiar os servidores públicos do DNIT no monitoramento periódico das demandas com o objetivo de subsidiar o cumprimento dos prazos regulamentados e das determinações proferidas.
Ação 3 Escritório de Gerenciamento de Projetos	3.1	Elaborar atlas gerencial de todos os empreendimentos, contendo informações pertinentes às temáticas da DPP.	Permanente	Os profissionais deverão elaborar e manter atualizado um relatório gerencial (Atlas Gerencial) dos empreendimentos ligados à infraestrutura de transportes, contendo informações associadas às obrigações regimentais da DPP, estejam estas informações no âmbito de gestão do DNIT-Sede ou das Superintendências Regionais. O relatório deverá seguir e abordar, no mínimo, o que consta no **ANEXO II** deste Termo de Referência.
	3.2	Dar suporte às demandas de comunicação em assuntos afetos à Diretoria de Planejamento e Pesquisa.	Permanente	Os profissionais deverão elaborar minuta de resposta a questionamentos do público externo, devendo para tanto seguir os aspectos formais da língua portuguesa e as exigências do Manual de Redação da Presidência da República, além dos prazos estipulados pela fiscalização para atendimento da demanda. Caberá à contratada promover todas as ações necessárias para obtenção das informações, como consulta às Coordenações Setoriais, Superintendências Regionais e aos sistemas informatizados do DNIT.
	3.3	Assessorar, com elaboração de conteúdo técnico, em reuniões internas e externas realizadas pelos servidores públicos do DNIT.	Permanente	Elaborar Notas Técnicas específicas com o objetivo de subsidiar os servidores públicos do DNIT em reuniões internas ou externas, com descrição pormenorizada de assuntos afetos às áreas de interesse da Diretoria de Planejamento e Pesquisa.

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação
	3.4	Manter e operar os sistemas gerenciais existentes na DPP, bem como a proposição de novas soluções em Tecnologia da Informação com vistas a acompanhar as metas institucionais da Diretoria.	Permanente /Programada	Os profissionais deverão realizar diagnóstico preliminar nos sistemas gerenciais existentes na Diretoria de Planejamento e Pesquisa com vistas a reconhecer a linguagem de programação empregada, estruturação do banco de dados, funcionalidades, entre outros. Caberá à contratada realizar a manutenção periódica e eventuais melhorias nos sistemas gerenciais com o objetivo de manter as suas funcionalidades, respeitando para tanto as regras institucionais relacionadas à tecnologia de informação. A empresa será responsável ainda por levantar quaisquer requisitos necessários junto ao setor do DNIT responsável pela área de TI para o desenvolvimento de suas atividades.
Ação 4 Divisão de Desenvolvimento e Acompanhamento	4.1	Controle da Programação e Execução Orçamentária dos Instrumentos Contratuais	Permanente /Programada	Os profissionais serão responsáveis pelas seguintes atividades de apoio: a. Realizar a programação das necessidades de recursos apresentadas pelas coordenações setoriais da DPP; b. Implementar mecanismos de disponibilização desses dados para que as próprias coordenações setoriais da DPP reavaliem e promovam as atualizações constantes, dispensando necessidade de levantamentos ad hoc para efeito de programação orçamentária e identificar necessidade de suplementações; c. Realizar o controle por instrumento em que conste: valor do instrumento, vigência, saldo a executar, valores declarados, valores inscritos em RP, valores empenhados, valores liquidados, valor a executar no exercício, necessidade de empenho para o exercício; d. Elaborar relatório que conste os recursos passíveis de remanejamento, discriminando tanto os valores que podem estar à disposição em outra unidade ou valores empenhados em contratos de forma desnecessária. e. Elaborar relatório em que conste a alocação de todos os recursos sob gestão da DPP. Para todos os efeitos, consideram-se recursos sob gestão da DPP tanto os créditos originários (20UA) quanto aqueles recebidos por descentralização. Portanto, em todos as demonstrações orçamentárias devem constar com o mesmo nível de detalhamento. O relatório deve listar todos os empenhos por instrumento, seja contrato, convênio, empenhos para pagamentos de taxas, perícias, desapropriações etc. f. Elaborar relatório com destaques orçamentários realizados para Universidades, Exército e outros entes, discriminando o saldo das Notas de Crédito e valores repassados; g. Auxiliar na programação de empenhos, isto é, planejamento da distribuição da dotação autorizada para os contratos.
	4.2	Controle de Demandas Técnico - Administrativas	Permanente	Os profissionais serão responsáveis pelas seguintes atividades de apoio: a. Realizar a listagem das demandas recebidas de forma avulsa no setor; b. Relatório de inconsistências de sistemas, indicando medidas de ajuste; c. Monitorar a tramitação dos recursos solicitados via crédito suplementar, valores solicitados a outras diretorias e quadros em andamento e. Realizar relatório diário retratando a execução orçamentária dos recursos sob gestão da DPP, isto é, dotação atualizada, declarações emitidas, total empenhado, destaques concedidos, empenhos em andamento, saldo a declarar, saldo a empenhar; f. Promover apoio da gestão técnico - administrativa dos processos administrativos a cargo do setor, incluindo a elaboração de despachos e encaminhamentos diversos.

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

3.23. **PRODUTO 2 - Coordenação Geral de Meio Ambiente (CGMAB)**. O Produto em questão é composto por **3 (três) ações,** a saber:

a) **Ação 1** – Coordenação Técnica, Gerenciamento e Comunicação Ambiental

b) **Ação 2** – Assessoria Orçamentário-Financeira e Contratações

c) **Ação 3** – Assessoria Técnica Ambiental.

3.23.1. A descrição das atividades que compõem as ações do PRODUTO 2 constam do **Quadro** apresentado a seguir.

Quadro 11 - Descrição das atividades – **PRODUTO 2 (CGMAB)**

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação
Ação 1 Coordenação Técnica, Gerenciamento e Comunicação Ambiental	1.1	Coordenar a execução dos serviços previstos para a Ação 1, 2 e 3 da CGMAB	Permanente	O coordenador será responsável por monitorar e assegurar que todas as ações previstas para a Coordenação Geral de Meio Ambiente sejam concluídas com a qualidade e no tempo especificado, com a maior produtividade possível. Para isso, o coordenador deverá avaliar estratégias, criar planejamento, implantar tecnologias, gerir o uso de equipamentos e ferramentas gerenciais, além de administrar os termos exigidos em edital. Este profissional deverá trabalhar em colaboração com os fiscais do contrato, devendo promover as relações necessárias com os diversos setores e profissionais do DNIT-Sede e Superintendências Regionais para cumprimento das atividades. Por isso, o coordenador deverá ter experiência compatível com a prática de gerenciamento de projetos e dominar os diversos aspectos técnicos relacionados ao ramo da engenharia de infraestrutura de transportes, devendo, para tanto, atender a qualificação exigida para o cargo especificado, conforme consta da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT - Instrução de Serviço DG n° 03, de 07 de março de 2012.
	1.2	**Assessorar Técnica e Administrativamente** a CGMAB na Gestão e Planejamento das atividades ambientais	Permanente /Programada	• Subsidiar o desenvolvimento de atividades gerenciais e de planejamento programadas pelos gestores da CGMAB; • Dar suporte à implantação de um Gerenciamento centralizado dos contratos e instrumentos congêneres atinentes à Gestão Ambiental – tanto da Sede quanto das unidades descentralizadas; • Subsidiar a proposição de um Plano Anual de Ação Ambiental; • Apoiar a execução e monitoramento das ações de governança e planejamento estratégico de meio ambiente; • Subsidiar e monitorar o desenvolvimento das ações estratégicas em consonância com as diretrizes socioambientais do Ministério da Infraestrutura; • Subsidiar o desenvolvimento e monitoramento dos indicadores atinentes às atividades da CGMAB. **PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS:** Arqueólogo, Antropólogo, Sociólogo, Biólogo, Geólogo, Engenheiro Florestal, Geógrafo.
	1.3	Assessorar na **padronização, tratamento e divulgação de dados** dos empreendimentos sob responsabilidade do DNIT	Permanente /Programada	• Elaborar, sistematizar e organizar o repositório de documentos, informações, estudos, normativos, procedimentos e manuais afetos às atividades da CGMAB; • Apoiar a padronização de documentos administrativos e técnicos (relatórios, notas, pareceres); • Apoiar a padronização e sistematização das informações ambientais dos empreendimentos; • Sistematizar e propor metodologias de coleta de dados e padronização de conteúdo mínimo obrigatório para cada estudo/projeto/plano/programa/relatório; • Apoiar a elaboração de guias, manuais e no mapeamento e gestão de processos internos; • Apoiar a promoção da integração das informações ambientais dos empreendimentos de forma padronizada nos diversos repositórios e sistemas utilizados pela CGMAB, bem como na atualização periódica destas; • Dar suporte ao desenvolvimento, implantação e manutenção de ferramenta de Informações Ambientais geoespacializadas, inclusive com assessoramento para integração com os demais sistemas do DNIT, dos órgãos ambientais (federais e estaduais), demais vinculadas do Ministério da Infraestrutura, bem como demais agentes envolvidos; • Dar suporte à produção de informações geoespacializadas para compor os diversos documentos ambientais, inclusive com o desenvolvimento de Banco de Dados Geoespacializado de informações ambientais; • Dar suporte à análise, consolidação, aprimoramento, tratamento e estatística de todos os dados ambientais disponíveis, devendo ser orientados e estruturados para a inteligência de negócios (*Business Intelligence*); • **PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS:** Arqueólogo, Antropólogo, Sociólogo, Biólogo, Geólogo, Analista de Desenvolvimento de Sistemas, Geógrafo, Engenheiro Florestal.

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação
	1.4	Abertura, monitoramento, controle, apoio e subsídio a todas as fases dos **Processos de Licenciamento**	Permanente /Programada	• Subsidiar os procedimentos para a abertura dos processos de licenciamento ambiental junto ao IBAMA e demais órgãos licenciadores; • Dar apoio ao monitoramento do Ciclo de Vida Ambiental dos empreendimentos (escopo, custos, ações, licenças, riscos, prazos, indicadores, etc.), mantendo registros do andamento do licenciamento ambiental; • Subsidiar o controle e monitoramento de prazos, execução, bem como a renovação e publicação de todas as licenças ambientais (e instrumentos congêneres), acompanhando também o cumprimento de suas condicionantes. • Subsidiar a CGMAB na resolução de entraves e nas diversas tratativas de assuntos específicos do licenciamento ambiental dos empreendimentos. [A título de exemplificação, destacamos a seguir alguns entes intervenientes no processo de licenciamento ambiental na esfera federal e os possíveis profissionais para atuarem na análise ou elaboração de estudos, projetos, relatórios, planos e programas: ◦ Assuntos específicos de fauna: Biólogo (herpetofauna, ictiofauna, avifauna, mastofauna), Veterinário; ◦ Assuntos específicos de flora: Engenheiro Florestal, Engenheiro Ambiental, Engenheiro Agrônomo; ◦ Comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas), junto à Fundação Palmares e FUNAI: Antropólogo, Sociólogo, Geógrafo; ◦ População do entorno afetada direta ou indiretamente pelo empreendimento, junto ao Ministério das Cidades e INCRA: Sociólogo, Antropólogo, Relações Públicas, Geógrafo; ◦ Patrimônio histórico, cultural, arqueológico, junto ao IPHAN: Arqueólogo, Geólogo, Sociólogo, Antropólogo, Geógrafo; ◦ Cavidades Naturais e Unidades de Conservação: Biólogo, Engenheiro Florestal, Geógrafo, Geólogo; ◦ Licenciamento de empreendimentos do modal aquaviário e tratativas com a ANA: Engenheiro Hídrico, Biólogo, Engenheiro Florestal, Geógrafo, Geólogo; ◦ Tratativas relacionadas ao potencial Malarígeno e doenças endêmicas junto ao Ministério da Saúde: Biólogo, Geógrafo, Agente/Técnico de Saúde; • **PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS:** Arqueólogo, Antropólogo, Sociólogo, Biólogo, Geólogo, Geógrafo, Engenheiro Florestal.
	1.5	Elaboração e consolidação de **Relatórios ambientais** para envio aos órgãos licenciadores, aos intervenientes, bem como **Relatórios gerenciais** de atividades	Permanente /Programada	• Elaborar e/ou subsidiar relatórios e painéis gerenciais das atividades ambientais da CGMAB, dos variados modais e nas atividades da CGMAB relacionados ao meio físico, biótico (fauna, flora) e meio socioeconômico dos empreendimentos, para finalidades diversas (reuniões internas e externas, eventos, etc.) e sob demanda; • Elaborar e/ou subsidiar relatórios para envio aos órgãos licenciadores e/ou intervenientes; • Desenvolver, elaborar e/ou subsidiar volume informativo (Atlas) das ações e atividades ambientais desenvolvidas pela CGMAB, contendo, além dos elementos textuais, registros fotográficos, gráficos, mapas e tabelas; • Subsidiar a CGMAB quando das salas de situação para acompanhamento da evolução dos Empreendimentos; • Elaborar e/ou subsidiar a Prestação de Contas Anual à Presidência da República e o Relatório de Gestão, no que concerne às questões ambientais; **PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS**: Arqueólogo, Antropólogo, Sociólogo, Biólogo, Geólogo, Geógrafo, Engenheiro Florestal.

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação
	1.6	Assessoria nas atividades de **Comunicação Social Ambiental** do DNIT	Permanente /Programada	• Dar suporte no desenvolvimento do Plano de Comunicação Social para os empreendimentos (unificado e padronizado), em consonância com as diretrizes do plano de comunicação do DNIT; • Apoiar o desenvolvimento, implantação e monitoramento do Plano de Comunicação Social integrado do DNIT, no que se refere à temática ambiental, que contemple todos os empreendimentos, em suas diversas fases e tipologias; • Padronizar e controlar as ações de Comunicação Social atinentes à temática ambiental; • Apoiar a comunicação e tratativas com demais setores do DNIT, bem como com outros entes relacionados às atividades ambientais dos empreendimentos; • Apoiar o estabelecimento de comunicações padronizadas e procedimentos a serem seguidos por todos os Programas de Comunicação Social inseridos no escopo das ações de Gestão Ambiental dos empreendimentos, bem como apoiar o monitoramento desta atividade; **PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS:** Relações Públicas
Ação 2 Assessoria Orçamentário-Financeira e Contratações	2.1	Assessorar na **gestão e fiscalização administrativa** de contratos, convênios e instrumentos congêneres	Permanente	• Apoiar o controle dos prazos de execução, vencimento, aditamentos, de prazo e valor, e demais informações de contratos, convênios e instrumentos congêneres atinentes aos produtos e serviços ambientais; • Apoiar no monitoramento da situação financeira/orçamentária dos contratos, convênios e instrumentos congêneres; • Apoiar a gestão e fiscalização contratual, de convênios e instrumentos congêneres da Sede e das unidades descentralizadas; • Subsidiar a instrução processual em todas as fases da gestão contratual; • Apoiar a instrução processual quando do pagamento de licenças, autorizações e afins; • Apoiar a instrução processual de medições contratuais e de descentralizações quando de convênios e congêneres; • Apoiar no cadastro de informações de contratos, convênios e congêneres nos diversos sistemas, Ex.: SIAC, SIPROD, SGF e outros; • Apoiar a análise e avaliação de prestações de contas atinentes aos diversos instrumentos; • Apoiar a análise documental, quanto a impostos e regularidade fiscal de contratados e seus respectivos processos de pagamento; • Subsidiar a CGMAB com informações e painéis gerenciais de aplicações de recursos; • Apoiar a programação e a gestão financeira e orçamentária atinentes às demandas ambientais; **PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS**: Administrador/Contador, Engenheiro Florestal.

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação
	2.2	Apoiar na **contratação** de produtos e serviços ambientas	Permanente/Programada	• Apoiar a elaboração de Termos de Referência/Projeto Básico, orçamentos e demais documentos atinentes à contratação de estudos, projetos, planos, programas, gestão ambiental e serviços diversos, consoantes às atividades da CGMAB (Ex: Componente Ambiental e Projeto de Paisagismo dos Projetos de Engenharia, Eia/Rima, PCA/RCA, PBA, RAP, PRAD, etc.). • Apoiar e Subsidiar a CGMAB na elaboração de modelos, *templates* e guias para elaboração de Termos de Referência e demais documentações pertinentes aos diversos tipos de contratações de produtos e serviços; • Apoiar a CGMAB no desenvolvimento de quantitativo de equipes e orçamentos-referenciais; • Apoiar o aprimoramento das estratégias de otimização do dimensionamento e dos custos das contratações ambientais; • Subsidiar a compilação e estruturação das informações dos custos ambientais dos empreendimentos, inclusive com apresentação de painéis, fornecendo base de dados estruturada que permita a retroalimentação da modelagem dos custos das contratações de estudos e gestão ambientais; • Subsidiar/apoiar a CGMAB na elaboração do Plano Anual de Contratações; • Subsidiar a elaboração de atos preparatórios na fase interna das licitações de estudos e gestão ambientais; • Monitorar o andamento dos processos de licitação de estudos, serviços e gestão ambientais; **PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS**: Engenheiro Florestal, Administrador/Contador
	2.3	Apoiar a gestão dos **autos de infração** e **demandas judiciais ambientais**	Permanente	• Controlar e acompanhar o andamento dos processos atinentes às infrações ambientais; • Subsidiar a defesa administrativa em face dos autos de infração; • Promover levantamento para subsidiar a instauração dos Processos Administrativos de Apuração de Responsabilidade – PAAR e Processos de Apuração de Custos Ambientais – PRCA; • Apoiar a elaboração de resposta, contestações, recursos, dentre outros, de demandas judiciais, auditorias, órgãos de controle e afins; • Subsidiar a proposição de orientações gerais, instruções e/ou normativos que visem diminuir o risco de aplicação de novos autos de infração. **PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS**: Administrador/Contador, Bacharel em Direito.
Ação 3 Assessoria Técnica Ambiental.	3.1	Promover suporte técnico no acompanhamento das atividades de **licenciamento e regularização ambiental**.	Permanente	• Apoio no desenvolvimento e análise de relatório de controle ambiental; • Apoiar a CGMAB nas ações de Regularização Ambiental dos empreendimentos do DNIT Sede e das unidades descentralizadas; • Subsidiar a CGMAB no apoio às atividades ambientais das unidades descentralizadas. **PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS**: Engenheiro Florestal, Engenheiro Hídrico, Geólogo, Sociólogo, Biólogo, Antropólogo, Arqueólogo

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação
	3.2	Promover suporte técnico especializado em estudos, projetos, programas e relatórios afetos à temática ambiental.	Permanente /Programada	• Apoio técnico na análise, bem como na elaboração de projetos, estudos, programas, planos e relatórios ambientais de temáticas diversas (por exemplo: Estudo de Impacto Ambiental–EIA, Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, Componente Ambiental de Projetos de Engenharia, Projeto de Paisagismo, Estudos de Componente Indígena, Plano Básico Ambiental - PBA e Plano de Controle Ambiental – PCA, Relatório Ambiental Preliminar – RAP, Plano Básico Ambiental, Inventário Florestal, Projeto de Plantio Compensatório, Relatório de Comunicação das Obras, Plano/Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas-PRAD, Caracterização de Área de Preservação Permanente –APP, Levantamentos Florísticos e Faunísticos, Estudos Malarígenos, Arqueológicos, Espeleológicos); conforme demandado nos processos de licenciamento ambiental dos diversos modais e nas atividades da CGMAB; • Dar suporte técnico especializado nas tratativas com os diversos entes envolvidos nas atividades ambientais em face dos empreendimentos, nas diversas temáticas envolvidas no licenciamento ambiental: meio físico, meio biótico (fauna geral e grupos faunísticos específicos, flora, unidades de conservação), meio socioeconômico (população afetada, quilombolas, indígenas), etc. [A título de exemplificação, destacamos a seguir alguns entes intervenientes no processo de licenciamento ambiental na esfera federal e os possíveis profissionais para atuarem na análise ou elaboração de estudos, projetos, relatórios, planos e programas: ◦ Assuntos específicos de fauna: Biólogo (herpetofauna, ictiofauna, avifauna, mastofauna), Veterinário; ◦ Assuntos específicos de flora: Engenheiro Florestal, Engenheiro Ambiental, Engenheiro Agrônomo; ◦ Comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas), junto à Fundação Palmares e FUNAI: Antropólogo, Sociólogo, Geógrafo; ◦ População do entorno afetada direta ou indiretamente pelo empreendimento, junto ao Ministério das Cidades e INCRA: Sociólogo, Antropólogo, Relações Públicas, Geógrafo; ◦ Patrimônio histórico, cultural, arqueológico, junto ao IPHAN: Arqueólogo, Geólogo, Sociólogo, Antropólogo, Geógrafo; ◦ Cavidades Naturais e Unidades de Conservação, junto ao ICMbio: Biólogo, Engenheiro Florestal, Geógrafo, Geólogo; ◦ Licenciamento de empreendimentos do modal aquaviário e tratativas com a ANA: Engenheiro Hídrico, Biólogo, Engenheiro Florestal, Geógrafo, Geólogo; ◦ Tratativas relacionadas ao potencial Malarígeno e doenças endêmicas junto ao Ministério da Saúde: Biólogo, Geógrafo, Agente/Técnico de Saúde; • Dar apoio/assessoramento na realização de vistorias técnicas às obras para avaliar o atendimento das exigências dos órgãos ambientais e entes intervenientes nos processos de licenciamento, bem como para outras finalidades técnicas; • Subsidiar a elaboração de levantamentos, estudos, projetos e programas ambientais, dos diversos modais, relacionados ao meio físico, biótico (fauna, flora) e meio socioeconômico dos empreendimentos. • **PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS**: Engenheiro Florestal, Engenheiro Hídrico, Geólogo, Sociólogo, Biólogo, Antropólogo, Arqueólogo.
	3.3	Assessorar na elaboração de **respostas aos órgão externos** e que envolvam a temática ambiental, bem como apoiar na instrução técnica de processos administrativos.	Permanente	• Apoiar com equipe especializada na elaboração de respostas técnicas à auditoria, órgãos de controle e afins; • Apoiar a instrução processual de assuntos técnicos diversos afetos às atividades ambientais; • Estruturar e manter atualizada base de dados contendo o histórico de recomendações, determinações e respectivas respostas da CGMAB em processos de auditoria externa e interna. **PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS**: Engenheiro Florestal, Engenheiro Hídrico, Geólogo, Sociólogo, Biólogo, Antropólogo, Arqueólogo.

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação

[1] NA: Não se aplica

1. Os Profissionais envolvidos em cada uma das atividades/sub-atividades são utilizados apenas para referência de alocação dos profissionais e para dimensionamento das equipes;
2. Os profissionais listados não necessariamente deverão ser os listados nos quadros acima, mas sim aqueles constantes da Equipe Referencial relativa à Ações do Produto 2;
3. Os profissionais envolvidos execução dos serviços, em razão das especificidades apresentadas, poderão atuar indistintamente em diversas atividades ou sub-atividades que compõem uma mesma Ação do Produto.

3.24. **PRODUTO 3 - Coordenação Geral de Planejamento e Programação de Investimento (CGPLAN).** O Produto em questão é composto por **9 (nove) ações**, a saber:

a) **Ação 1** - Assessoria Técnico-Administrativa ;

b) **Ação 2** - Assessoria Técnico-Administrativa –COLEP;

c) **Ação 3** - Aquisição e consolidação de informações referente a *as built*, EVTEA e Estudos e Projetos;

d) **Ação 4** - Gestão do SNV, Gestão da CIDE e Transferência da infraestrutura de transportes;

e) **Ação 5** - Levantamentos de campo GNSS - Aerolevantamentos via Drones;

f) **Ação 6** - Geração e Avaliação de Ortoimagens e MDT;

g) **Ação 7** - Estudos de Traçados + BIM;

h) **Ação 8** - Assessoria Técnico-Administrativa à COVIDE, e

i) **Ação 9** - Apoio Técnico para elaboração da Proposta Orçamentária e do Plano Plurianual das áreas finalísticas do DNIT e para o Planejamento da Infraestrutura de Transportes.

3.24.1. A descrição das atividades que compõem as ações do PRODUTO 3 constam do **Quadro** apresentado a seguir.

Quadro 12 - Descrição das atividades – **PRODUTO 3** (**CGPLAN**)

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação
Ação 1 Assessoria Técnico-Administrativa	1.1	Coordenar a execução dos serviços previstos para o Produto 3.	Permanente	O coordenador será responsável por monitorar e assegurar que todas as ações previstas para a Assessoria da CGPLAN sejam concluídas com a qualidade e no tempo especificado, com a maior produtividade possível. Para isso, o coordenador deverá avaliar estratégias, criar um planejamento, implantar tecnologias, gerir o uso de equipamentos e ferramentas gerenciais, além de administrar os termos exigidos em edital.
	1.2	Analisar processos, elaborar pareceres e notas técnicas assessoradas.	Permanente	Os profissionais deverão subsidiar os servidores públicos do DNIT na análise e instrução de processos administrativos a cargo da CGPLAN, devendo desenvolver atividades meio, dentre as quais destacam-se: a. Elaborar minutas de encaminhamento segundo os aspectos formais da língua portuguesa e em atendimento às exigências do Manual de Redação da Presidência da República; b. Elaborar minutas de pareceres técnicos e administrativos com vistas a subsidiar a instrução de processos e demandas atribuídas à CGPLAN. c. Efetivar a tramitação dos processos administrativos entre os diversos setores do DNIT através dos sistemas informatizados disponíveis;
	1.3	Aprimorar o controle e padronização da Assessoria CGPLAN, manter os controles e estatísticas dos processos e demandas no âmbito da CGPLAN, além de acompanhar os prazos das atividades e processos.	Permanente	Os profissionais deverão apoiar os servidores públicos do DNIT na manutenção dos sistemas operacionais existentes e auxiliar no controle das demandas a cargo da CGPLAN. Os profissionais deverão zelar pelo prazo de atendimento das demandas, além do aprimoramento contínuo dos controles administrativos pré-existentes ou até mesmo a proposição de novas ferramentas gerenciais com vistas a garantir a eficiência e efetividade de atendimento das demandas sob responsabilidade da Coordenação Geral e de suas setoriais.

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação
	1.4	Elaborar respostas técnicas assessoradas ao Controle Externo e Interno, além de demandas de Órgãos Judiciais.	Permanente	Os profissionais deverão subsidiar os servidores públicos do DNIT na análise e instrução de assuntos relacionados à área de controle externo e interno, além de demandas judiciais, devendo desenvolver atividades meio, dentre as quais destacam-se: a. Elaborar minutas de encaminhamento segundo os aspectos formais da língua portuguesa e em atendimento às exigências do Manual de Redação da Presidência da República; b. Subsidiar na instrução de processos administrativos e na elaboração de respostas aos Órgãos de Controle Interno, Externo e Judiciais; atentando-se para tanto aos princípios básicos que regulam o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, com destaque à correta aplicação de princípios e conceitos legais.
	1.5	Apoiar na elaboração de pareceres relacionados a Processos Administrativos de Apuração de Responsabilidade.	Permanente	Os profissionais deverão auxiliar na instrução dos processos, devendo para tanto atentar-se aos aspectos legais-administrativos e às normas que regulam os processos administrativos de apuração de responsabilidade no âmbito da Administração Pública Federal e do próprio DNIT. Em resumo, as principais atividades meio serão: a.Elaborar minuta de notas técnicas; b. Elaborar minuta de encaminhamentos diversos - despachos, ofícios e notificações; c. Realizar o controle dos prazos regulamentados; d. Realizar a tramitação interna dos processos aos setores competentes do DNIT.
	1.6	Subsidiar a instrução de processos de licitação, formalização de contratos e alterações contratuais e consultas à PFE/DNIT-Sede.	Permanente	Os profissionais deverão auxiliar na elaboração de minutas de documentos oficiais visando a instrução de processos de licitação, formalização de contratos e alterações contratuais, para avaliação da Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT - PFE/DNIT-Sede, bem como para submissão à Diretoria Colegiada do DNIT, atentando-se à correta aplicação de conceitos legais e administrativos. Auxiliar na elaboração de consultas à Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT - PFE/DNIT-Sede. Auxiliar na instrução dos processos com o objetivo de atender as recomendações proferidas pela PFE/DNIT-Sede.
	1.7	Apoiar a gestão dos contratos da CGPLAN	Permanente	Os profissionais deverão manter controle e acompanhamento dos contratos sob gestão da CGPLAN, auxiliando na instrução e procedimentos para: programação orçamentária e financeira, cadastramento de informações nos sistemas do DNIT (contratos, aditivos, garantias, empenhos, reajustamentos, etc), atualização de garantias contratuais, formalização de reajustamentos, solicitações de empenhos e remanejamentos internos, entre outras atividades correlatas.
	1.8	Apoiar a CGPLAN nos processos de medição	Permanente	Os profissionais deverão apoiar os servidores do DNIT e fiscais na realização dos procedimentos relativos à medição de serviços dos contratos sob gestão da CGPLAN.
	1.9	Dar suporte às demandas de comunicação em assuntos afetos à CGPLAN.	Permanente	Os profissionais deverão elaborar minuta de resposta a questionamentos do público externo, devendo para tanto seguir os aspectos formais da língua portuguesa e as exigências do Manual de Redação da Presidência da República, além dos prazos estipulados pela fiscalização para atendimento da demanda. Caberá à contratada promover todas as ações necessárias para obtenção das informações, como consulta às Setoriais da CGPLAN e aos sistemas informatizados do DNIT, bem como à outras áreas do DNIT, se houver necessidade. Sob demanda do Coordenador Geral, elaborar matérias e apoiar as demandas de divulgação das ações da CGPLAN.
	1.10	Apoio na manutenção e melhoria de sistemas de informação	Permanente /Programada	Manter atualizados os sistemas disponíveis no DNIT e/ou propor novos sistemas que auxiliem na tomada de decisão dos gestores, em relação às áreas sob responsabilidade da Assessoria da CGPLAN, bem como coordenar as ações ligadas à Tecnologia da Informação de toda a CGPLAN

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação
Ação 2 Assessoria Técnico-Administrativa – COLEP	2.1	Identificação de requisitos para suprir as necessidades das coordenações e assessoramento para elaboração de Termos de Referência e Orçamentos.	Permanente /Programada	O profissional será responsável por monitorar e assegurar que todas as competências regimentais previstas para a Coordenação de Levantamentos para Planejamento sejam equacionadas. Deverá identificar os requisitos de levantamentos, desenvolver atividades de elaboração de Termos de Referências, aditivo contratual, assessorar a coordenação no controle físico financeiro dos contratos e realizar estudos para propor solução de aquisição de informações, tais como, contratos, convênios, Termos de cooperação e correlatos. Para isso, o coordenador deverá avaliar estratégias, criar um planejamento, implantar tecnologias, gerir o uso de equipamentos e ferramentas gerenciais
	2.2	Analisar processos, elaborar pareceres e notas técnicas assessoradas, aprimorar o controle e padronização da Assessoria da Coordenação de Levantamentos para Planejamento.	Permanente	Os profissionais deverão subsidiar os servidores públicos do DNIT na análise e instrução de processos administrativos a cargo da Coordenação de Levantamentos para Planejamento-COLPE, devendo desenvolver atividades meio, dentre as quais destacam-se: a. Elaborar minutas de encaminhamento segundo os aspectos formais da língua portuguesa e em atendimento às exigências do Manual de Redação da Presidência da República; b.Elaborar minutas de pareceres técnicos e administrativos com vistas a subsidiar a instrução de processos e demandas atribuídas à DPP, além do aprimoramento contínuo dos controles administrativos. c. Efetivar a tramitação dos processos administrativos entre os diversos setores do DNIT através dos sistemas informatizados disponíveis;
	2.3	Tramitar os processos administrativos da Assessoria Coordenação de Levantamentos para Planejamento, manter os controles e estatísticas dos processos e demandas no âmbito da Coordenação, além de acompanhar os prazos das atividades e processos.	Permanente	Os profissionais deverão apoiar os servidores públicos do DNIT na manutenção dos sistemas operacionais existentes e auxiliar no controle das demandas a cargo da Coordenação de Levantamentos para Planejamento. Os profissionais deverão zelar pelo prazo de atendimento das demandas. .Elaborar minutas de despachos com vistas a subsidiar a instrução de processos e demandas atribuídas à Coordenação, efetivar a tramitação dos processos administrativos entre os diversos setores do DNIT através dos sistemas informatizados disponíveis;
Ação 3 Aquisição e consolidação de informações referente a as built, EVTEA e Estudos e Projetos	3.1	Aquisição e consolidação de informações referente à *As Built*	Permanente	Os profissionais deverão apoiar os servidores públicos do DNIT na identificação, na aquisição e na consolidação de dados obtidos nos relatórios de *as built* dos contratos de construção e manutenção para alimentar o Sistema de Gerência de Pavimentos do DNIT.
	3.2	Aquisição e consolidação de informações referente à EVTEA	Programada	Os profissionais deverão apoiar os servidores públicos do DNIT na identificação, na aquisição e na consolidação de dados obtidos nos Estudo de Viabilidade Técnica e Ambiental - EVTEA de forma a criar uma base de dados compatível com o Sistema de Gerência de Pavimentos do DNIT e com vistas a subsidiar futuros estudos e projetos.
	3.3	Aquisição e consolidação de informações referente aos Estudos e Projetos	Programada	Os profissionais deverão apoiar os servidores públicos do DNIT na identificação, na aquisição e na consolidação de informações obtidas nos Estudos e Projetos de forma a criar uma base de dados para subsidiar o Sistema de Gerência de Pavimentos do DNIT.
Ação 4 Gestão do Sistema Nacional de Viação - SNV, Gestão da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE e Transferência da infraestrutura de transportes	4.1	Desenvolver e manter as bases de dados georreferenciadas e tabulares do Sistema Nacional de Viação	Permanente /Programada	Os profissionais deverão auxiliar os servidores públicos do DNIT na manutenção da base tabular e vetorial georreferenciada do Sistema Nacional de Viação - SNV rodoviário, assim como na elaboração e manutenção das bases dos SNV´s hidroviário e ferroviário. Além disso os profissionais deverão ser capazes de compilar as bases de dados, manter a organização cadastral, gerar e manter a base vetorial e realizar a compatibilização vetorial-tabular, publicação e armazenamento dos dados gerados. As competências necessárias são: conhecimento de Banco de Dados (*PostgreSQL e SQLServer*), *Python (scripts*) e Excel, além dos softwares de geoprocessamento (*ArcGis e QGis*).

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação
	4.2	Prestar assessoria na análise de processos, elaboração de pareceres e notas técnicas referentes às alterações e atualizações do Sistema Nacional de Viação, incluindo aqueles que envolvam criação ou exclusão de trechos, federalização de rodovias estaduais e alienação de trechos federais.	Permanente	Em atendimento à legislação e normas vigentes específicas de cada processo, os profissionais deverão subsidiar os servidores do DNIT na análise processual, elaboração de notas técnicas, pareceres, pesquisa de informações, incluindo estabelecimento de contato com as unidades locais ou superintendências do DNIT ou demais instituições públicas, quando necessário. Os profissionais devem organizar e manter um banco de dados contendo todas as informações pertinentes às alterações solicitadas, negadas e efetuadas no SNV, assim como contribuir para a construção de dados históricos referentes ao assunto, fornecendo subsídios e informações às atualizações do SNV.
	4.3	Realizar a análise e gestão da CIDE	Programada	Em atendimento à Lei nº 10.336/2001 e à Lei nº 10.866/2004, assim como à Portaria MT nº 197/2006, os profissionais deverão subsidiar os servidores públicos do DNIT: a. na manutenção dos contatos com os responsáveis em cada um dos órgãos rodoviários estaduais; b. no recebimento e na análise dos dados tabulares e georreferenciados recebidos dos órgãos rodoviários estaduais; c. na compilação dos dados e elaboração de roteiros, notas técnicas e relatórios intermediários, até a elaboração do produto final a ser encaminhado ao TCU. Para realização destas atividades os profissionais devem ter conhecimento básico de dados vetoriais georreferenciados e avançado em excel e word.
Ação 5 Levantamentos de campo GNSS - Aerolevantamentos via Drones;	5.1	Levantamentos de campo Global Navigation Satellite System - GNSS e Validação de levantamentos contratados	Programada	Os profissionais deverão apoiar os servidores do Setor de Geotecnologias Aplicadas do DNIT na operação de receptor GNSS de dupla frequência, de propriedade do órgão, e na validação de dados GNSS contratados. A partir das atividades: a. Execução de apoio de campo para coleta de pontos GNSS e pós-processamento dos dados coletados; b. Validação e avaliação de dados GNSS contratados, ou recebidos de terceiros, avaliando os padrões de coleta, possíveis erros e arquivos encaminhados; c. Ajuste e Validação posicional de Ortoimagens e Modelo Digital do Terreno - MDT;
	5.2	Aerolevantamentos via Drones e processamento de imagens	Programada	O profissional deverá ser habilitado para pilotagem e operação de aerolevantamentos a partir de drones, apoiando os servidores da autarquia tanto na pilotagem como no pós processamentos das imagens coletadas, além da análise e validação de dados de aerolevantamentos contratados.
Ação 6 Geração e Avaliação de Ortoimagens e MDT	6.1	Geoprocessamento aplicado à geração/avaliação de Ortoimagens, MDS e MDT	Permanente	Os profissionais deverão apoiar os servidores do Setor de Geotecnologias Aplicadas do DNIT na compilação de dados, avaliação e confecção de ortoimagens e modelos digitais de superfície, além da extração/edição/avaliação de modelos digitais de terreno, a partir das atividades e insumos listados a seguir: a. Processamento fotogramétrico de imagens orbitais e aéreas obtidas por drones, utilizando softwares especializados, para a extração, via correlação de pares estéreos, de Modelos Digitais de Elevação; b. Validação/Avaliação de qualidade de produtos de aerolevantamentos e orbitais, adquiridos tanto por contratos da autarquia, quanto os gerados pelo órgão; c. Edição de Modelos Digitais de Superfície para extração de Modelos Digitais de Terreno;

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação
Ação 7 Estudos de Traçados e *Building Information Modeling* (BIM)	7.1	Estudos de Traçados com Análises e Estudos Geológicos e Geotécnicos	Permanente	Os profissionais deverão subsidiar os servidores do DNIT na análise e execução de estudos para definição de traçados para rodovias e ferrovias, a partir das principais atividades listadas a seguir: a. Compilação, organização, análise e atualização constante dos padrões e parâmetros geométricos, além dos custos referenciais de materiais e infraestruturas de rodovias, ferrovias e hidrovias do DNIT; b. Compilação, organização, análise e atualização de bases de dados geográficos, em diferentes escalas, conforme cada projeto/estudo de traçado; c. Compilação, análise e definição, em softwares especializados, de corredores de implantação/adequação de rodovias, ferrovias e hidrovias, a partir de bases de dados georreferenciados, dos parâmetros geométricos e dos custos referenciais atualizados. Definindo estes corredores em diferentes escalas, conforme a demanda; d) Os profissionais deverão apoiar a análise e execução de estudos de traçados em rodovias e ferrovias, a partir da definição de unidades geológico-geotécnicas, em diferentes escalas, com levantamentos de campo e compilação de bases geográficas. Contribuindo para o refinamento e melhor definição de corredores de implantação/adequação de rodovias e ferrovias. Obedecendo, principalmente, o detalhado na INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DG Nº 01 DE 23 DE JANEIRO DE 2018. As especificações aplicam-se também ao modal hidroviário.
	7.2	Modelagem BIM/Maquete Virtual	Permanente /Programada	O profissional deverá apoiar a COLEP e a CGPLAN na construção e compilação de bases de dados georreferenciadas de estudos preliminares, anteprojetos e projetos, a partir da unificação e padronização, por meio da modelagem BIM, de todo os trabalhos e análises pertinentes à estudos preliminares de traçados, projetos de implantação/adequação de rodovias e ferrovias, implantação de estruturas aquaviárias, e demais projetos pertinentes à coordenação.
Ação 8 Assessoria Técnico-Administrativa à COVIDE	8.1	Assessoramento Técnico e Administrativo para Atendimento das Demandas de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA	Permanente	Efetuar suporte à análise de EVTEAs; Efetuar suporte à análise das atualizações de EVTEAs remanescentes; Efetuar suporte à análise e/ou elaboração de Avaliação Econômica da Solução Técnica Adotada - AESTA; Efetuar suporte à elaboração e/ou análises de EVTEAs simplificados para fins de absorção de rodovias; Os profissionais deverão subsidiar os servidores públicos do DNIT na análise e instrução de processos administrativos a cargo da COVIDE, devendo desenvolver atividades meio, dentre as quais destacam-se: a. Elaborar minutas de encaminhamento segundo os aspectos formais da língua portuguesa e em atendimento às exigências do Manual de Redação da Presidência da República; b. Elaborar minutas de pareceres técnicos e administrativos com vistas a subsidiar a instrução de processos e demandas atribuídas à COVIDE; d. Efetivar a tramitação dos processos administrativos entre os diversos setores do DNIT através dos sistemas informatizados disponíveis; Promover apoio da gestão técnico - administrativa dos processos administrativos a cargo do setor, incluindo a elaboração de despachos e encaminhamentos diversos; Efetuar suporte à elaboração de Declaração de Serviços Executados; Efetuar suporte à elaboração de PAAR e análises das respectivas justificativas do contratado; Efetuar suporte à alimentação de dados e respectiva emissão de relatórios no SGPLAN;Esta especificação aplica-se aos modais: rodoviário, ferroviário e hidroviário.
Ação 9 Apoio Técnico para elaboração da Proposta Orçamentária e do Plano Plurianual das áreas finalísticas do DNIT e para o Planejamento da Infraestrutura de Transportes.	9.1	Acompanhamento da Execução Física, Financeira e Orçamentária dos Empreendimentos do DNIT (área finalística)	Permanente /Programada	a. Consolidar base de dados e fornecer sistema integrado aos demais sistemas do DNIT, para acompanhamento orçamentário, financeiro e físico dos Empreendimentos, de modo a proporcionar transparência na utilização dos recursos realizados pelo poder público, de modo a fornecer informações e elementos necessários ao planejamento e suporte à gestão dos referidos empreendimentos; b. Produzir a cada trimestre um extrato de consolidação física e financeira, que represente o desempenho gerencial no período; c. Sistematizar o cadastro de demandas de Estudos e Projetos para o Planejamento do DNIT; d. Apoiar análises processuais, elaboração de relatos e notas técnicas, possibilitando a produção de informações que deverão integrar a estrutura de dados gerenciais.

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação
	9.2	Apoio Técnico na elaboração da proposta do PLOA e PPA para área finalística do DNIT	Permanente	a. Auxiliar na elaboração da 1ª Etapa do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) e acompanhar as demais etapas; b. Auxiliar na elaboração, consolidação e acompanhamento do Plano Plurianual (PPA); c. Fornecer suporte técnico nos Fóruns de Planejamento, com a finalidade de enquadramento das demandas orçamentárias; d. Elaborar nota técnica e documentos que auxiliem a tomada de decisão do gestor do DNIT; e. Fornecer ferramentas e suporte técnico para aprimorar os métodos de priorização de estudos/projetos/empreendimentos adotados pelo DNIT.

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

3.25. **PRODUTO 4 - Coordenação-Geral de Desapropriação e Reassentamento (CGDR).** O Produto em questão é composto por **5 (cinco) ações**, a saber:

a) **Ação 1** – Assessoria ao Planejamento e Gestão

b) **Ação 2** – Assessoria à Gestão de Informação;

c) **Ação 3** – Assessoria Administrativa;

d) **Ação 4** – Assessoria Técnica;

e) **Ação 5** – Assessoria ao Programa de Regularização da Faixa de Domínio-PROFAIXA

3.25.1. A descrição das atividades que compõem as ações do PRODUTO 4 constam do **Quadro** apresentado a seguir.

Quadro 13 - Descrição das atividades – **PRODUTO 4** (**CGDR**)

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação
AÇÃO 1 Assessoria ao Planejamento e Gestão	1.1	Coordenar a execução dos serviços previstos para a Ação 1, 2, 3, 4 e 5 da Coordenação Geral de Desapropriação e Reassentamento.	Permanente	O coordenador será responsável por monitorar e assegurar que todas as ações previstas para a Coordenação Geral de Desapropriação e Reassentamento (CGDR) sejam concluídas com a qualidade e no tempo especificado, com a maior produtividade possível. Para isso, o coordenador deverá avaliar estratégias, criar um planejamento, implantar tecnologias, gerir o uso de equipamentos e ferramentas gerenciais, além de administrar os termos exigidos em edital. O coordenador deverá ter experiência compatível com a prática de gerenciamento de projetos e dominar os diversos aspectos técnicos relacionados ao ramo da engenharia de infraestrutura de transportes, devendo, para tanto, atender a qualificação exigida para o cargo especificado, conforme consta da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT - Instrução de Serviço DG n° 03, de 07 de março de 2012.
	1.2	Apoiar o desenvolvimento e implantação de iniciativas estratégicas sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Desapropriação e Reassentamento, inseridas no escopo do Projeto de Aprimoramento do Processo de Gestão das desapropriações e reassentamentos.	Programada	Os profissionais deverão elaborar plano de ação para a implantação das iniciativas estratégicas já desenvolvidas pela CGDR, realizar análise do Processo de Gestão das desapropriações e reassentamentos, propondo ações de melhoria.
	1.3	Assessorar na elaboração do relatório de gestão para fins de Prestação de Contas Anual ao Tribunal de Contas da União.	Programada	Os profissionais deverão realizar o levantamento de informações e elaborar a consolidação e análise dos dados no Relatório de Gestão solicitado pelo TCU.
	1.4	Apoiar a supervisão e análise dos Planos Anuais/PADR e elaboração do Programa Nacional de Desapropriação e Reassentamento/PNDR.	Programada	Os profissionais deverão levantar todas as informações necessárias para a Elaboração/consolidação do Plano Anual/Plano Nacional de Desapropriação e Reassentamento.

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação
	1.5	Elaborar painel gerencial de todos os empreendimentos, contendo informações pertinentes às temáticas da CGDR.	Programada	Os profissionais deverão elaborar e manter atualizado um painel gerencial dos empreendimentos ligados à infraestrutura de transportes, contendo informações das etapas do processo de desapropriação/reassentamento, estejam estas informações no âmbito de gestão do DNIT-Sede ou das Superintendências Regionais.
	1.6	Dar suporte às demandas de comunicação em assuntos afetos à Coordenação Geral de Desapropriação e Reassentamento.	Permanente	Os profissionais deverão elaborar minuta de resposta a questionamentos do público externo, devendo para tanto seguir os aspectos formais da língua portuguesa e as exigências do Manual de Redação da Presidência da República, além dos prazos estipulados pela fiscalização para atendimento da demanda. Caberá à contratada promover todas as ações necessárias para obtenção das informações, como consulta às Coordenações Setoriais, Superintendências Regionais e aos sistemas informatizados do DNIT.
	1.7	Assessorar a CGDR, com elaboração de conteúdo técnico, em reuniões internas e externas.	Programada	Os profissionais deverão elaborar Notas Técnicas específicas com o objetivo de subsidiar a CGDR em reuniões internas ou externas, com descrição pormenorizada de assuntos afetos à CGDR.
	1.8	Assessoramento à capacitação e suporte à implantação dos processos de desapropriação e reassentamento nas Superintendências Regionais, segundo o projeto de implantação e modelos de processos elaborados na Coordenação-Geral de Desapropriação e Reassentamento.	Programada	Os profissionais deverão elaborar cronograma de implantação dos processos, dar suporte técnico à CGDR e às Superintendência Regionais do DNIT na capacitação dos servidores e monitorar o andamento dos processos.
	1.9	Aprimorar o controle e padronização da Assessoria CGDR, manter os controles e estatísticas dos processos e demandas no âmbito da CGDR, além de acompanhar os prazos das atividades e processos.	Permanente /Programada	Os profissionais deverão apoiar os servidores públicos do DNIT na manutenção dos sistemas operacionais existentes e auxiliar no controle das demandas a cargo da CGDR. Os profissionais deverão zelar pelo prazo de atendimento das demandas, além do aprimoramento contínuo dos controles administrativos pré-existentes ou até mesmo a proposição de novas ferramentas gerenciais com vistas a garantir a eficiência e efetividade de atendimento das demandas sob responsabilidade da CGDR e de suas setoriais.
AÇÃO 2 Assessoria à Gestão da Informação	2.1	Apoiar as atividades de levantamento de Informações junto às Superintendências Regionais do DNIT, visando o monitoramento dos serviços de desapropriação e reassentamento dos empreendimentos.	Permanente	Os profissionais deverão subsidiar a CGDR com informações inerentes aos serviços de desapropriação e reassentamento referentes aos empreendimentos do DNIT, no âmbito do DNIT SEDE e Superintendências Regionais.
	2.2	Manter e operar os sistemas gerenciais existentes na CGDR, bem como a proposição de novas soluções em Tecnologia da Informação com vistas a acompanhar as metas institucionais da Coordenação Geral.	Permanente /Programada	Os profissionais deverão realizar diagnóstico preliminar nos sistemas gerenciais existentes na CGDR com vistas a reconhecer a linguagem de programação empregada, estruturação do banco de dados, funcionalidades, entre outros. Caberá à contratada realizar a manutenção periódica e eventuais melhorias nos sistemas gerenciais com o objetivo de manter as suas funcionalidades, respeitando para tanto as regras institucionais relacionadas à tecnologia de informação. A empresa será responsável ainda por levantar quaisquer requisitos necessários junto ao setor do DNIT responsável pela área de TI para o desenvolvimento de suas atividades

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação
AÇÃO 3 Assessoria Administrativa	3.1	Apoiar o gerenciamento orçamentário e financeiro, incluindo a movimentação e controle dos recursos orçamentários e financeiros referentes às atividades de desapropriação e reassentamento.	Permanente	Os profissionais serão responsáveis pelas seguintes atividades de apoio: a. Realizar a programação das necessidades de recursos apresentadas pelas Superintendência Regionais; b. Realizar o controle por instrumento em que conste: valor do instrumento, vigência, saldo a executar, valores declarados, valores inscritos em RP, valores empenhados, valores liquidados, valor a executar no exercício, necessidade de empenho para o exercício; c. Elaborar relatório com destaques orçamentários realizados para Convênios e congêneres, além dos valores repassados; d. Auxiliar na programação de empenhos, isto é, planejamento da distribuição da dotação autorizada para os contratos; e. Realizar o controle das solicitações e descentralizações de recursos orçamentários e financeiros para o pagamento de indenizações de desapropriação/reassentamento.
	3.2	Apoiar as atividades de Assessoria para o Gerenciamento de Contratos e Instrumentos de Delegação.	Permanente	Os profissionais serão responsáveis por promover apoio à gestão administrativa dos contratos, convênios e instrumentos congêneres, incluindo a elaboração de despachos e encaminhamentos diversos, controlar os prazos de vencimentos dos instrumentos; examinar e controlar a atualização da documentação habilitatória do contratado, tendo em vista, inclusive, subsidiar a comprovação das regularidades jurídica e fiscal necessárias para o pagamento ao contratado; controlar as garantias contratuais prestadas pelo contratado; apoiar a confecção e publicação dos termos contratuais e possíveis alterações, bem como dos aditivos e apostilamentos; garantir e controlar a designação de representantes da Administração para desempenharem o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos.
AÇÃO 4 Assessoria Técnica	4.1	Assessorar as atividades inerentes às Coordenações Setoriais da CGDR por meio do desenvolvimento de análises processuais, elaboração de pareceres e notas técnicas.	Permanente	Os profissionais deverão dar suporte técnico às Coordenações Setoriais na análise de processos inerentes à temática de desapropriação e reassentamento, por meio de nota técnica, parecer ou relatórios.
	4.2	Levantar insumos, por meio de vistorias técnicas, para auxiliar nas análises/elaboração dos produtos que contemplam o Projeto de Desapropriação e Reassentamento, mediante emissão de pareceres técnicos.	Programada	Os profissionais deverão realizar vistorias ou visitas técnicas que visem o levantamento de dados necessários às análises/elaboração dos produtos que compõem os Projetos de Desapropriação e/ou Reassentamento.
	4.3	Suporte Técnico na análise e elaboração dos estudos preliminares de desapropriação e reassentamento.	Programada	Os profissionais deverão realizar vistorias ou visitas técnicas que visem o levantamento de dados necessários às análises/elaboração dos estudos preliminares de Desapropriação e/ou Reassentamento.
	4.4	Suporte Técnico na realização de mutirões de conciliação de Desapropriação e Reassentamento.	Programada	Os profissionais deverão prestar suporte técnico em mutirões de conciliação de desapropriação e reassentamento realizados nas Superintendências, sempre que requisitados.
AÇÃO 5 PROFAIXA	5.1	Assessorar a CGDR na Gestão do Programa Federal de Faixas de Domínio do DNIT.	Permanente	O coordenador será responsável por monitorar e assegurar que todas as ações previstas para o PROFAIXA sejam concluídas com a qualidade e no tempo especificado, no âmbito das ações da CGDR, e gerenciar as ações e os cronogramas de execução previstos nas Superintendências Regionais do DNIT.
	5.2	Apoiar o levantamento de informações necessárias à identificação e definição das faixas de domínio.	Permanente /Programada	Os profissionais deverão levantar e manter organizada todas as informações documentais referentes à identificação das faixas de domínio das rodovias federais requisitadas pela CGDR.

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação
	5.3	Apoiar as atividades de geoprocessamento.	Permanente /Programada	Os profissionais deverão realizar as atividades necessárias para identificar e gerar as faixas de domínio georreferenciadas, de modo a disponibilizá-las ao Sistema Vgeo do DNIT.
	5.4	Assessorar na resolução de conflitos referentes ao reconhecimento de limites junto aos confrontantes e aos tabelionatos envolvidos.	Permanente	Os profissionais deverão dar suporte técnico para a resolução de possíveis conflitos identificados na delimitação das faixas de domínio e seus confrontantes.
	5.5	Apoiar as atividades de capacitação e suporte à implantação da metodologia de identificação e regularização das faixas de domínio nas Superintendências Regionais.	Programada	Os profissionais deverão dar suporte técnico nas atividades de capacitação das Superintendências Regionais do DNIT na execução das ações do PROFAIXA.

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

3.26. **PRODUTO 5 - Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Projetos (CGDESP).** O Produto em questão é composto por **5 (cinco) ações**, a saber:

a) **Ação 1** – Assessoria Técnico-Administrativa;

b) **Ação 2** – Apoio Técnico ao Desenvolvimento de Projetos;

c) **Ação 3** – Coordenação de Projetos de Construção Rodoviária;

d) **Ação 4** – Coordenação de Projetos de Manutenção e Restauração Rodoviária;

e) **Ação 5** – Coordenação de Projetos de Estruturas

3.26.1. A descrição das atividades que compõem as ações do PRODUTO 5 constam do **Quadro** apresentado a seguir.

Quadro 14 - Descrição das atividades – **PRODUTO 5** (**CGDESP**)

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação
Ação 1 – Assessoria Técnico-Administrativa da CGDESP	1.1	Coordenar a execução dos serviços previstos para a Ação 1, 2, 3, 4 e 5 da Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Projetos.	Permanente	O coordenador será responsável por monitorar e assegurar que todas as ações previstas para a Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Projetos sejam concluídas com a qualidade e no tempo especificado, com a maior produtividade possível. Para isso, o coordenador deverá avaliar estratégias, criar um planejamento, implantar tecnologias, gerir o uso de equipamentos e ferramentas gerenciais, além de administrar os termos exigidos em edital. Este profissional deverá trabalhar em colaboração com os fiscais do contrato, devendo promover as relações necessárias com os diversos setores e profissionais do DNIT-Sede e Superintendências Regionais para cumprimento das atividades. Por isso, o coordenador deverá ter experiência compatível com a prática de gerenciamento de projetos e dominar os diversos aspectos técnicos relacionados ao ramo da engenharia de infraestrutura de transportes, devendo, para tanto, atender a qualificação exigida para o cargo especificado, conforme consta da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT – Instrução de Serviço DG nº 03, de 07/03/2012.
	1.2	Analisar processos, elaborar pareceres e notas técnicas assessoradas	Permanente	Os profissionais deverão subsidiar os servidores públicos do DNIT na análise e instrução de processos administrativos a cargo da Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Projetos, devendo desenvolver atividades meio, dentre as quais destaca-se: 1. Elaborar minutas de encaminhamentos segundo os aspectos formais da língua portuguesa e em atendimento às exigências do Manual de Redação da Presidência da República; 2. Elaborar minutas de pareceres técnicos e administrativos com vistas a subsidiar a instrução de processos e demandas atribuídas à CGDESP; 3. Efetivar a tramitação dos processos administrativos entre os diversos setores do DNIT através dos sistemas informatizados disponíveis; e 4. Consolidar documentação técnica para licitação, tais como termos de referência e atos preparatórios para contratação de estudos, anteprojetos e projetos de engenharia pertinentes à sua área.

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação
	1.3	Aprimorar o controle e padronização da Assessoria da CGDESP, manter os controles e estatísticas dos processos e demandas no âmbito da CGDESP, além de acompanhar os prazos das atividades e processos	Permanente /Programada	Os profissionais deverão apoiar os servidores do DNIT na manutenção dos sistemas operacionais existentes e auxiliar no controle das demandas a cargo da Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Projetos, como as análises de estudos, projetos e anteprojetos. Os profissionais deverão zelar pelo prazo de atendimento das demandas, além do aprimoramento contínuo dos controles administrativos preexistentes ou até mesmo propor novas ferramentas gerenciais com vistas a garantir a eficiência e efetividade de atendimento das demandas sob responsabilidade da Unidade e de suas setoriais.
	1.4	Manter e operar os sistemas operacionais existentes na CGDESP, bem como propor novas soluções em Tecnologia da Informação com vistas a atingir as metas institucionais da Diretoria	Permanente /Programada	Os profissionais deverão realizar diagnóstico preliminar nos sistemas gerenciais existentes na Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Projetos com vistas a reconhecer a linguagem de programação empregada, estruturação do banco de dados, funcionalidades, entre outros. Caberá à contratada realizar a manutenção periódica e eventuais melhorias nos sistemas gerenciais com o objetivo de manter e/ou aprimorar as suas funcionalidades, respeitando, para tanto, as regras institucionais relacionadas à tecnologia da informação. A contratada será responsável ainda por levantar quaisquer requisitos necessários junto ao setor do DNIT responsável pela área de TI para o desenvolvimento de suas atividades.
	1.5	Analisar pedidos de delegação de competência e orientações a Órgãos Descentralizados	Permanente	A contratada deverá prover assessoramento à CGDESP na realização de análises de pedidos de delegação de competência para elaboração de Termos de Referência para licitações, bem como pedidos de análises de estudos, projetos e anteprojetos rodoviários diretamente nos Órgãos Descentralizados. Deverá também assessorar a CGDESP em orientar os Órgãos Descentralizados na execução e fiscalização de atividades relacionadas a estudos e levantamentos de campo, desenvolvimento de anteprojetos e projetos de infraestrutura rodoviária.
	1.6	Assessoria na elaboração ou revisão de padrões, instruções, normas técnicas e especificações para o desenvolvimento e controle de projetos e obras	Permanente	Em consonância com as Coordenações ligadas à Diretoria de Planejamento e Pesquisa, bem como os Órgãos Descentralizados, os profissionais deverão promover estudos sobre a elaboração de projetos e prestar assessoria técnica à CGDESP na avaliação de instruções, normas técnicas e especificações para o desenvolvimento e controle de projetos de engenharia. Quando necessário e pertinente, deverão também ser apresentadas sugestões para auxiliar a Coordenação do Instituto de Pesquisas Rodoviárias na elaboração ou revisão de seus normativos.
	1.7	Auxílio na capacitação técnica e atualização profissional dos colaboradores da CGDESP	Permanente /Programada	A contratada deverá apresentar propostas para realização de cursos, palestras, oficinas e seminários para transferência de conhecimentos e capacitação profissional dos técnicos da CGDESP, tendo em vista inovações tecnológicas, novas pesquisas e metodologias afetas ao planejamento, execução e desenvolvimento de levantamentos, estudos e projetos de engenharia, bem como quaisquer lacunas de conhecimento técnico eventualmente diagnosticadas.
Ação 2 – Apoio Técnico ao Desenvolvimento de Projetos	2.1	Promover a manutenção dos sistemas de controle com a atualização permanente dos dados	Permanente	Atuação no desenvolvimento e manutenção de controles para os acompanhamentos físico, administrativo, financeiro e orçamentário, no que couber, dos contratos, convênios e instrumentos congêneres sob gestão da CGDESP

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação
	2.2	Controle da programação e execução orçamentária dos instrumentos contratuais	Permanente	Os profissionais serão responsáveis pelas seguintes atividades de apoio: 1. Realizar a programação das necessidades de recursos apresentadas pelas coordenações setoriais da CGDESP; 2. Realizar o controle por instrumento em que conste: valor do instrumento, vigência, saldo a executar, valores declarados, valores inscritos em restos a pagar, valores empenhados, valores liquidados, valor a executar no exercício, necessidade de empenho para o exercício; 3. Elaborar critério com destaques orçamentários realizados para Universidades, Exército e outros entes da Administração Pública, discriminando o saldo das Notas de Crédito e valores repassados.
	2.3	Controle de Demandas Técnico-Administrativas	Permanente /Programada	Os profissionais serão responsáveis pelas seguintes atividades de apoio: 1. Relatório de inconsistências de sistemas, indicando medidas de ajuste; 2. Promover apoio da gestão técnico-administrativa dos processos administrativos a cargo do setor, incluindo a elaboração de despachos e encaminhamentos diversos; e 3. Desenvolver e manter controles, em apoio à CGDESP, para o bom andamento das ações de coordenação, orientação e consolidação das informações para elaboração de Relatório Anual de Gestão, no que se refere à sua esfera de atribuições e competências.
Ação 3 – Coordenação de Projetos de Construção Rodoviária	3.1	Apoio na análise de estudos, anteprojetos e projetos rodoviários	Permanente	A atividade consiste em dar suporte à Coordenação de Projetos de Construção Rodoviária na elaboração de análises técnicas, de estudos, projetos, anteprojetos e especificações de obras, afetas às suas atividades, em consonância com as normas vigentes. Assuntos relacionados: construção rodoviária, tais como implantação, adequação de capacidade, duplicação, mudanças de diretrizes de projetos, contornos, dentre outros.
	3.2	Apoio na realização de estudos técnicos especializados referentes a anteprojetos e projetos em andamento e sob a gestão da CGDESP	Programada	Os profissionais deverão estar à disposição, quando demandados, para realização de visitas de campo, vistorias, elaboração de laudos, notas técnicas, especificações e apresentação de subsídios para respostas a Órgãos de Controle externo e interno, no que se refere a projetos e anteprojetos sob responsabilidade da CGDESP.
Ação 4 – Coordenação de Projetos de Manutenção e Restauração Rodoviária	4.1	Apoio na análise de estudos, anteprojetos e projetos rodoviários	Permanente	A atividade consiste em dar suporte à Coordenação de Projetos de Manutenção e Restauração Rodoviária nos assuntos afetos a projetos, programas e anteprojetos rodoviários que se enquadrem nas atividades de manutenção e restauração.
	4.2	Assessoria na verificação, acompanhamento e consolidação de Anteprojetos e Projetos básicos referenciais.	Programada	A atividade consiste em dar suporte à CGDESP, mediante solicitação, no desenvolvimento dos seguintes serviços de consultoria: assessoramento técnico nas adequações e revisões de Projetos referenciais; assessoramentos técnico na elaboração de especificações técnicas; análise prévia da eficiência dos projetos em relação às condições estruturais e funcionais das rodovias e a consolidação das informações técnicas pertinentes.
	4.3	Apoio na realização de estudos técnicos especializados referentes a anteprojetos e projetos em andamento e sob a gestão da CGDESP	Programada	Os profissionais deverão estar à disposição, quando demandados, para realização de visitas de campo, vistorias, elaboração de laudos, notas técnicas, especificações e apresentação de subsídios para respostas a Órgãos de Controle externo e interno, no que se refere a projetos e anteprojetos sob responsabilidade da CGDESP.
Ação 5 – Coordenação de Projetos de Estruturas	5.1	Apoio na análise de estudos, anteprojetos e projetos rodoviários	Permanente	A atividade consiste em dar suporte à Coordenação de Projetos de Estruturas na elaboração de análises técnicas, de estudos, projetos, anteprojetos e especificações de obras, afetas às suas atividades, em consonância com as normas vigentes. Assuntos relacionados: estruturas rodoviárias como pontes, viadutos, passarelas, obras de contenção e túneis.

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação
	5.2	Apoio na realização de estudos técnicos especializados referentes a anteprojetos e projetos em andamento e sob a gestão da CGDESP	Programada	Os profissionais deverão estar à disposição, quando demandados, para realização de visitas de campo, vistorias, elaboração de laudos, notas técnicas, especificações e apresentação de subsídios para respostas a Órgãos de Controle externo e interno, no que se refere a projetos e anteprojetos sob responsabilidade da CGDESP.

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

3.27. **PRODUTO 6 - Instituto de Pesquisas Rodoviárias (IPR).** O Produto em questão é composto por **(3) três ações**, a saber:

a) **Ação 1** – Assessoria Técnico-Administrativa;

b) **Ação 2** – Assessoria no Desenvolvimento de Pesquisas;

c) **Ação 3** – Assessoria para publicações técnicas e parcerias.

3.27.1. A descrição das atividades que compõem as ações do PRODUTO 6 constam do **Quadro** apresentado a seguir.

Quadro 15 - Descrição das atividades – **PRODUTO 6 (IPR)**

Ação	Item	Atividade	Classificação	Especificação
AÇÃO 1 Assessoria Técnico-Administrativa	1.1	Coordenar a execução dos serviços previstos para a Ação 1, 2 e 3 do IPR	Permanente	O coordenador será responsável por monitorar e assegurar que todas as ações previstas para o Instituo de Pesquisas Rodoviárias sejam concluídas com a qualidade e no tempo especificado, com a maior produtividade possível. Para isso, o coordenador deverá avaliar estratégias, criar um planejamento, implantar tecnologias, gerir o uso de equipamentos e ferramentas gerenciais, além de administrar os termos exigidos em edital. Este profissional deverá trabalhar em colaboração com os fiscais do contrato, devendo promover as relações necessárias com os diversos setores e profissionais do DNIT-Sede e Superintendências Regionais para cumprimento das atividades. Por isso, o coordenador deverá ter experiência compatível com a prática de gerenciamento de projetos e dominar os diversos aspectos técnicos relacionados ao ramo da engenharia de infraestrutura de transportes, devendo, para tanto, atender a qualificação exigida para o cargo especificado, conforme consta da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT - Instrução de Serviço DG n° 03, de 07 de março de 2012.
	1.2	Analisar e auxiliar na gestão de processos, elaborar pareceres e notas técnicas assessoradas.	Permanente	Os profissionais deverão subsidiar os servidores públicos do DNIT na análise e instrução de processos administrativos a cargo do Instituto de Pesquisas, devendo desenvolver atividades meio, dentre as quais destacam-se: a. Elaborar minutas de encaminhamento segundo os aspectos formais da língua portuguesa e em atendimento às exigências do Manual de Redação da Presidência da República; b. Elaborar minutas de pareceres técnicos e administrativos com vistas a subsidiar a instrução de processos e demandas atribuídas ao Instituto; c. Efetivar a tramitação dos processos administrativos entre os diversos setores do DNIT através dos sistemas informatizados disponíveis; d.Elaborar minuta de notas técnicas; e.Realizar o controle dos prazos regulamentados f.Realizar a tramitação interna dos processos aos setores competentes do DNIT; g.Auxiliar nas atividades desenvolvidas na divisão de capacitação e desenvolvimento; h.Assessorar no controle administrativo dos contratos do Instituto. i.Assessorar nos trabalhos a serem desenvolvidos referente a cargas perigosas j.Assessorar, mediante profissional de pedagogia, na gestão/controle nos cursos de capacitação principalmente na elaboração, desenvolvimento e controle de processos/instrumentos de possíveis parcerias do IPR com outras instituições que promovam cursos de capacitação.
			Permanente	

	1.3	Auxiliar na divulgação do Instituto e na organização de eventos		a.O profissional deve assessorar a Coordenação na divulgação das informação a serem disponibilizadas no site do Instituto, além de manter atualizadas as informações quanto as atividades/pesquisas que estão sendo realizadas, visando dar transparência e permitir o acompanhamento por parte dos interessados nos trabalhos desenvolvidos e em andamento; b.Na organização em eventos propostos pelo Instituto ou em eventos com possibilidade de divulgação das atividades do Instituto.
	1.4	Assessorar nas atividades atreladas ao sítio eletrônico do Instituto e na criação/atualização de ferramentas computacionais.	Permanente /Programada	Desenvolvimento e atualização do sitio eletrônico do Instituto visando a divulgação das atividades e otimização do acesso às informações constantes no site. Criar e manter atualizada o acervo técnico da biblioteca virtual do Instituto; Desenvolver planilhas ou ferramentas que otimizem os trabalhos em desenvolvimento no Instituto; Atualizar os softwares desenvolvidos pelo Instituto.
	1.5	Revisão e Tradução de documentos Técnicos	Permanente	O profissional, bacharel em letras português/inglês, realizará traduções de documentos técnicos e também auxiliará na revisão dos aspectos formais da língua portuguesa dos documentos produzidos no Instituto.
AÇÃO 2 Assessoria no Desenvolvimento de Pesquisas	2.1	Elaborar de pareceres e notas técnicas referentes às demandas do Instituto.	Permanente	Os profissionais deverão subsidiar os servidores públicos do DNIT na análise e elaboração de documentos técnicos referentes a assuntos relacionados à área de pesquisa rodoviária e ferroviária, devendo desenvolver atividades meio, dentre as quais destacam-se: a. Elaborar minutas de encaminhamento segundo os aspectos formais da língua portuguesa e em atendimento às exigências do Manual de Redação da Presidência da República; b. Elaborar pareceres e notas técnicas referentes as atividades de pesquisas ou de solicitação de informações sobre os normativos do Instituto.
	2.2	Realização de Pesquisas Bibliográficas	Permanente	Os profissionais deverão realizar pesquisas voltadas para sugestões de novas tecnologias a serem implementadas na engenharia rodoviária e ferroviária; além de efetuar revisões bibliográficas nacionais e internacionais referente visando dar suporte as pesquisas em desenvolvimento no Instituto.
	2.3	Subsidiar na elaboração das minutas do normativos.	Permanente /Programada	Os profissionais deverão auxiliar na instrução dos processos e na elaboração das minutas dos normativos técnicos do Instituto (criação/atualização de normas, manuais, Instrução de Serviço, entre outros).
AÇÃO 3 Assessoria para Publicações Técnicas e Parcerias	3.1	Suporte Técnico na elaboração, revisão e atualização dos normativos	Permanente	Elaborar Notas Técnicas específicas com o objetivo de subsidiar os servidores públicos do DNIT na finalização dos normativos, elaborando documentos necessários até o processo final de publicação da norma
	3.2	Auxiliar na atualização de cadastros de pesquisadores e centros de excelência	Permanente /Programada	Os profissionais deverão criar e manter atualizado cadastro de pesquisadores por área, tanto do setor rodoviário quando do ferroviário, assim como de centros de excelência para possíveis parcerias com o Instituto.

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

RECURSOS PREVISTOS PARA DESENVOLVIMENTO DOS PRODUTOS

3.28. A previsão das quantidades de profissionais associados a cada um dos Produtos foi realizada em consideração às atividades listadas em cada ação. Na sequência, são apresentadas as quantidades e os requisitos de qualificação e experiência dos profissionais que integram cada uma das ações dos Produtos. Deve-se entender, portanto, que as informações constantes dos **Quadros 16 a 44** estão classificadas como MÍNIMAS.

3.29. Os profissionais listados nos **Quadros 16 a 44** deverão cumprir com a formação e experiência profissional descritas. A experiência profissional poderá ser realizada por meio de “atestados” e/ou “certidões” e/ou “declarações” e/ou "cópias da carteira de trabalho e previdência social-CTPS" e/ou "contratos de trabalho ou similar", e que em pelo menos um deles conste que tenham exercido as funções especificadas, categorias profissionais e tempo de experiência a comprovar. Cabe observar que os critérios especificados nos **Quadros 16 a 44** não estão classificados como requisitos de habilitação, mas tão somente como características essenciais dos profissionais para o melhor desempenho dos serviços que integram os Produtos, e que só serão exigidos quando da efetiva contratação, não se configurando, dessa forma, como um critério subjetivo a ser avaliado no procedimento licitatório.

3.30. **DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PESQUISA (PRODUTO 1)**

Quadro 16 – Equipe referencial – **PRODUTO 1 - AÇÃO 1**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	----	Coordenador Geral	Exigências previstas na ***alínea b.1*** do **Quadro 50.**	mês	1
2	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Administração, Administração Pública, Gestão Pública, Ciências Contábeis ou equivalente e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada.	mês	6

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

Quadro 17 – Equipe referencial – **PRODUTO 1 - AÇÃO 2**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Direito e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada. Desejável conhecimento em Direito Administrativo. Desejável experiência profissional no serviço público (em qualquer instituição).	mês	4

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

Quadro 18 – Equipe referencial – **PRODUTO 1 - AÇÃO 3**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	---	Profissional	Exigências previstas na ***alínea b.7*** do **Quadro 50.**	mês	1
2	P3	Profissional Júnior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada.	mês	4
3	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Ciências da Computação, Tecnologia da Informação ou equivalente e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada..	mês	1

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

Quadro 19 – Equipe referencial – **PRODUTO 1 - AÇÃO 4**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	P1	Profissional Sênior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Administração ou Ciências Contábeis, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 08 (oito) anos de experiência profissional comprovada. Desejável conhecimento em gestão, acompanhamento e avaliação de execução orçamentária e financeira do Setor Público.	mês	2
2	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Administração ou Ciências Contábeis, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada. Desejável conhecimento em Gestão de Contratos Administrativos.	mês	1
3	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Administração, Ciências Contábeis ou Tecnologia da Informação, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada. Desejável conhecimento na área de Orçamento Público.	mês	1
4	P3	Profissional Júnior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Administração ou Ciências Contábeis, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada. Desejável conhecimento na área de Orçamento Público.	mês	1

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

3.31. **COORDENAÇÃO-GERAL DE MEIO-AMBIENTE (PRODUTO 2)**

Quadro 20 – Equipe referencial – **PRODUTO 2 - AÇÃO 1**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	------	Coordenador Setorial	Exigências previstas na ***alínea b.2*** do **Quadro 50.**	mês	1

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
2	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Geologia, Engenharias, ou equivalente, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada. Desejável experiência em elaboração e execução de projetos, estudos, relatórios, planos e/ou programas ambientais relativos ao meio físico dos empreendimentos, condução de processos de licenciamento ambiental junto a órgão federal ou estadual de meio ambiente.	mês	1
3	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Sociologia, Ciências Sociais, ou equivalente, com registro no devido conselho profissional (quando houver) e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada. Desejável experiência em elaboração e execução de projetos, estudos, relatórios, planos e/ou programas ambientais relativos ao meio socioeconômico dos empreendimentos, condução de processos de licenciamento ambiental junto a órgão federal ou estadual de meio ambiente.	mês	1
4	P1	Profissional Sênior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Ciências Biológicas, Veterinário, Biologia, ou equivalente, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 08 (oito) anos de experiência profissional comprovada. Necessária experiência em elaboração e execução de projetos, estudos, relatórios, planos e/ou programas ambientais relativos ao meio biótico (flora e fauna) dos empreendimentos, condução de processos de licenciamento ambiental junto a órgão federal ou estadual de meio ambiente.	mês	1
5	P3	Profissional Júnior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Ciências Biológicas, Veterinário, Biologia, ou equivalente, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada. Desejável experiência em elaboração e execução de projetos, estudos, relatórios, planos e/ou programas ambientais relativos ao meio biótico (flora e fauna) dos empreendimentos, condução de processos de licenciamento ambiental junto a órgão federal ou estadual de meio ambiente.	mês	1
6	P1	Profissional Sênior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Florestal, ou equivalente, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 08 (oito) anos de experiência profissional comprovada. Necessária experiência em elaboração e execução de projetos, estudos, relatórios, planos e/ou programas ambientais relativos ao meio biótico (flora) dos empreendimentos, elaboração de projetos de recuperação de área degradada, recomposição florestal ou plantio compensatório e condução de processos de licenciamento ambiental junto a órgão federal ou estadual de meio ambiente..	mês	1
7	P3	Profissional Júnior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Florestal, ou equivalente, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada. Desejável experiência em elaboração e execução de projetos, estudos, relatórios, planos e/ou programas ambientais relativos ao meio biótico (flora) dos empreendimentos, elaboração de projetos de recuperação de área degradada, recomposição florestal ou plantio compensatório e condução de processos de licenciamento ambiental junto a órgão federal ou estadual de meio ambiente.	mês	1
8	P1	Profissional Sênior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Ciências da Computação, Tecnologia da Informação, ou equivalente, e pelo menos 08 (oito) anos de experiência profissional comprovada em desenvolvimento de *softwares*. Necessária experiência profissional com planejamento, desenvolvimento e manutenção de sistemas no serviço público (em qualquer instituição).	mês	1
9	P3	Profissional Júnior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Ciências da Computação, Tecnologia da Informação, ou equivalente, e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada em desenvolvimento de *softwares*. Desejável experiência profissional com planejamento, desenvolvimento e/ou manutenção de sistemas no serviço público (em qualquer instituição).	mês	1

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
10	P1	Profissional Sênior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Ciências Sociais, Antropologia, ou equivalente, com registro no devido conselho profissional (quando houver) e pelo menos 08 (oito) anos de experiência profissional comprovada. Necessária experiência em elaboração e execução de projetos, estudos, relatórios, planos e/ou programas ambientais relativos ao meio socioeconômico dos empreendimentos junto à comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como na condução de processos de licenciamento ambiental junto a órgão federal ou estadual de meio ambiente, tratativas junto à FUNAI e demais intervenientes relacionados aos povos indígenas e às comunidades tradicionais.	mês	1
11	P3	Profissional Júnior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Ciências Sociais, Antropologia, ou equivalente, com registro no devido conselho profissional (quando houver) e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada. Desejável experiência em elaboração e execução de projetos, estudos, relatórios, planos e/ou programas ambientais relativos ao meio socioeconômico dos empreendimentos junto à comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como na condução de processos de licenciamento ambiental junto a órgão federal ou estadual de meio ambiente, tratativas junto à FUNAI e demais intervenientes relacionados aos povos indígenas e às comunidades tradicionais.	mês	1
12	P1	Profissional Sênior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Arqueologia, com registro no devido conselho profissional (quando houver) e pelo menos 08 (oito) anos de experiência profissional comprovada. Necessária experiência em elaboração e execução de projetos, estudos, relatórios, planos e/ou programas ambientais relativos ao meio físico e socioeconômico dos empreendimentos, bem como na condução de processos de licenciamento ambiental junto a órgão federal ou estadual de meio ambiente, tratativas junto ao IPHAN e demais intervenientes relacionados ao patrimônio cultural, histórico, arqueológico e demais bens acautelados por lei.	mês	1
13	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Geologia, Engenharias, Geografia, ou equivalente, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada. Necessário comprovar experiência com Geoprocessamento/Sistemas de Informação Geográfica-SIG, relacionada à projetos e estudos ambientais. Desejável experiência na elaboração e execução de projetos, estudos, relatórios, planos e/ou programas ambientais relativos ao meio físico e socioeconômico dos empreendimentos, bem como na condução de processos de licenciamento ambiental junto a órgão federal ou estadual de meio ambiente.	mês	1
14	P1	Profissional Sênior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Comunicação Social, Publicidade, Relações Públicas, Propaganda e Marketing ou equivalente, com registro no devido conselho profissional (se couber) e pelo menos 08 (oito) anos de experiência profissional comprovada. Necessária experiência em planejamento e execução de ações de Comunicação Social no serviço público (em qualquer instituição),. Desejável experiência na elaboração de *clipping*, *mailing*, gravação e edição textos/informes para diferentes mídias (rádio, site, TV, mídias sociais).	mês	1

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

Quadro 21 – Equipe referencial – **PRODUTO 2 - AÇÃO 2**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	P1	Profissional Sênior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Administração, Administração Pública, Gestão Pública, Ciências Contábeis, ou equivalente e pelo menos 08 (oito) anos de experiência profissional comprovada. Desejável domínio dos recursos de editor de textos, planilhas, e experiência em gestão de contratos, convênios e instrumentos congêneres.	mês	1
2	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Administração, Administração Pública, Gestão Pública, Ciências Contábeis, ou equivalente e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada. Desejável conhecimento de editor de textos, planilhas, e experiência em gestão de contratos, convênios e instrumentos congêneres.	mês	2

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
3	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Direito e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada. Desejável conhecimento em Direito Administrativo e/ou Ambiental. Desejável experiência profissional no serviço público (em qualquer instituição).	mês	3
4	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharias, Geologia, ou equivalente, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada. Desejável experiência na elaboração e execução de estudos, projetos, planos e programas ambientais, bem como elaboração de orçamentos e termos de referência relacionados à temática ambiental e à condução de processos de licenciamento ambiental junto a órgão federal ou estadual de meio ambiente.	mês	2

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

Quadro 22 – Equipe referencial – **PRODUTO 2 - AÇÃO 3**

tem	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Florestal, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada. Desejável experiência na elaboração e execução de projetos, estudos, relatórios, planos e/ou programas ambientais relativos ao meio biótico (flora) dos empreendimentos, elaboração de projetos de recuperação de área degradada, recomposição florestal ou plantio compensatório e condução de processos de licenciamento ambiental junto a órgão federal ou estadual de meio ambiente.	mês	4
2	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil/Hidráulica/Ambiental, ou equivalente, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada em projetos e serviços de engenharia hídrica. Desejável experiência na elaboração e execução de projetos, estudos, relatórios, planos e/ou programas ambientais relativos ao meio físico e biótico dos empreendimentos do modal aquaviário e condução de processos de licenciamento ambiental junto a órgão federal ou estadual de meio ambiente.	mês	1
3	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Geologia, Engenharias, ou equivalente, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada. Desejável experiência em elaboração de projetos e execução de serviços de meio ambiente, condução de processos de licenciamento ambiental junto a órgão federal ou estadual de meio ambiente.	mês	2
4	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Sociologia, Ciências Sociais, ou equivalente, com registro no devido conselho profissional (quando houver) e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada. Desejável experiência em elaboração e execução de projetos, estudos, relatórios, planos e/ou programas ambientais relativos ao meio socioeconômico dos empreendimentos junto à comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como na condução de processos de licenciamento ambiental junto a órgão federal ou estadual de meio ambiente, tratativas junto à FUNAI e demais intervenientes relacionados aos povos indígenas e às comunidades tradicionais.	mês	2
5	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Ciências Biológicas ou Biologia, ou equivalente, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada. Desejável experiência em elaboração e execução de projetos, estudos, relatórios, planos e/ou programas ambientais relativos ao meio biótico (flora e fauna) dos empreendimentos, condução de processos de licenciamento ambiental junto a órgão federal ou estadual de meio ambiente.	mês	2

tem	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
6	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Ciências Sociais ou Antropologia, com registro no devido conselho profissional (quando houver) e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada. Desejável experiência em elaboração e execução de projetos, estudos, relatórios, planos e/ou programas ambientais relativos ao meio socioeconômico dos empreendimentos junto à comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como na condução de processos de licenciamento ambiental junto a órgão federal ou estadual de meio ambiente, tratativas junto à FUNAI e demais intervenientes relacionados aos povos indígenas e às comunidades tradicionais.	mês	2
7	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Arqueologia, com registro no devido conselho profissional (quando houver) e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada. Desejável experiência em elaboração e execução de projetos, estudos, relatórios, planos e/ou programas ambientais relativos ao meio físico e socioeconômico dos empreendimentos, bem como na condução de processos de licenciamento ambiental junto a órgão federal ou estadual de meio ambiente, tratativas junto ao IPHAN e demais intervenientes relacionados ao patrimônio cultural, histórico, arqueológico e demais bens acautelados por lei.	mês	2

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

3.32. **COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS (PRODUTO 3)**

Quadro 23 – Equipe referencial – **PRODUTO 3 - AÇÃO 1**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	----	Coordenador Setorial	Exigências previstas na ***alínea b.3*** do **Quadro 50.**	mês	1
2	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Ciências da Computação, Tecnologia da Informação ou equivalente e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada. Desejável conhecimento em manutenção de sistemas, modelagem ou manipulação de banco de dados.	mês	1
3	P3	Profissional Junior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Administração, Administração Pública, Gestão Pública, Ciências Contábeis, Direito ou equivalente e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada.	mês	2
4	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Direito e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada. Desejável conhecimento em Direito Administrativo. Desejável experiência profissional no serviço público (em qualquer instituição).	mês	1
5	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Administração ou Ciências Contábeis, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada. Desejável conhecimento em Orçamento Público.	mês	4

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

Quadro 24 – Equipe referencial – **PRODUTO 3 - AÇÃO 2**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	P1	Profissional Sênior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1
2	P3	Profissional Junior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Administração, Administração Pública, Gestão Pública, Ciências Contábeis, Direito ou equivalente e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1
3	P3	Profissional Junior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Ciências da Computação, Tecnologia da Informação ou equivalente e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada. Desejável conhecimento em levantamento, análise e documentação de requisitos técnicos de software.	mês	1

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

Quadro 25 – Equipe referencial – **PRODUTO 3 - AÇÃO 3**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1
2	P3	Profissional Junior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1
3	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Ciências da Computação, Tecnologia da Informação ou equivalente e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada. Desejável conhecimento em levantamento, análise e documentação de requisitos técnicos de software.	mês	1

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

Quadro 26 – Equipe referencial – **PRODUTO 3 - AÇÃO 4**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1
2	P3	Profissional Júnior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada em Geoprocessamento.	mês	1
3	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Ciências da Computação, Tecnologia da Informação ou equivalente e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

Quadro 27 – Equipe referencial – **PRODUTO 3 - AÇÃO 5**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	P3	Profissional Junior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

Quadro 28 – Equipe referencial – **PRODUTO 3 - AÇÃO 6**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	P3	Profissional Junior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada.	mês	2

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

Quadro 29 – Equipe referencial – **PRODUTO 3 - AÇÃO 7**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, Geologia, Geografia ou equivalente, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1
2	P3	Profissional Junior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

Quadro 30 – Equipe referencial – **PRODUTO 3 - AÇÃO 8**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	P1	Profissional Sênior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 08 (oito) anos de experiência profissional comprovada.	mês	2
2	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada.	mês	2

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
3	P3	Profissional Júnior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada.	mês	2

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

Quadro 31 – Equipe referencial – **PRODUTO 3 - AÇÃO 9**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada.	mês	2
2	P3	Profissional Junior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada.	mês	2
3	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1
4	P3	Profissional Junior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

3.33. COORDENAÇÃO-GERAL DE DESAPROPRIAÇÃO E REASSENTAMENTO (PRODUTO 4)

Quadro 32 – Equipe referencial – **PRODUTO 4 - AÇÃO 1**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	---	Coordenador Setorial	Exigências previstas na ***alínea b.4*** do **Quadro 50.**	mês	1
2	P1	Profissional Sênior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e certificação *PMP,* com pelo menos 8 (oito) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1
3	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e certificação *PMP*, e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1
4	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Direito e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada. Desejável conhecimento em Direito Administrativo. Desejável experiência profissional no serviço público (em qualquer instituição).	mês	1
5	P3	Profissional Júnior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Designer Gráfico, Marketing ou equivalente e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1
6	P3	Profissional Júnior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Administração, Administração Pública, Gestão Pública, Ciências Contábeis, Direito ou equivalente e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

Quadro 33– Equipe referencial – **PRODUTO 4 - AÇÃO 2**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Ciências da Computação, Tecnologia da Informação ou equivalente e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1
2	P3	Profissional Júnior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Administração, Administração Pública, Gestão Pública, Ciências Contábeis, Direito ou equivalente e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada.	mês	2

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

Quadro 34 – Equipe referencial – **PRODUTO 4 - AÇÃO 3**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Administração ou Ciências Contábeis, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada.	mês	2

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

Quadro 35– Equipe referencial – **PRODUTO 4 - AÇÃO 4**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	P1	Profissional Sênior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 08 (oito) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1
2	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada em avaliações e perícias de bens imóveis.	mês	3
3	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Direito e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada. Desejável conhecimento em Direito Administrativo. Desejável experiência profissional no serviço público (em qualquer instituição).	mês	2
4	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Assistência Social, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada em elaboração de pareceres sociais e serviços de mobilização de comunidades.	mês	1
5	P3	Profissional Júnior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada.	mês	2

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

Quadro 36 – Equipe referencial – **PRODUTO 4 - AÇÃO 5**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	P1	Profissional Sênior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 08 (oito) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1
2	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada em avaliações e perícias de bens imóveis.	mês	1
3	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Direito e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada. Desejável conhecimento em Direito Administrativo. Desejável experiência profissional no serviço público (em qualquer instituição).	mês	1
4	P3	Profissional Junior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Direito e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada. Desejável conhecimento em Direito Administrativo. Desejável experiência profissional no serviço público (em qualquer instituição).	mês	1
5	P3	Profissional Junior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada.	mês	2
6	P3	Profissional Junior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada em Geoprocessamento.	mês	3
7	P3	Profissional Junior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Administração, Administração Pública, Gestão Pública, Ciências Contábeis, Direito ou equivalente e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

3.34. **COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS (PRODUTO 5)**

Quadro 37– Equipe referencial – **PRODUTO 5 - AÇÃO 1**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	---	Coordenador Setorial	Exigências previstas na ***alínea b.5*** do **Quadro 50.**	mês	1
2	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Ciências da Computação, Tecnologia da Informação ou equivalente e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1
3	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Administração, Administração Pública, Gestão Pública, Ciências Contábeis, Direito ou equivalente e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada.	mês	4

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

Quadro 38– Equipe referencial – **PRODUTO 5 - AÇÃO 2**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Direito e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada. Desejável conhecimento em Direito Administrativo. Desejável experiência profissional no serviço público (em qualquer instituição).	mês	3
2	P3	Profissional Júnior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Administração, Administração Pública, Gestão Pública, Ciências Contábeis, Direito ou equivalente e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada.	mês	2
3	P3	Profissional Júnior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Administração ou Ciências Contábeis, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada. Desejável conhecimento em Orçamento Público.	mês	2
4	P3	Profissional Júnior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Administração, Arquivologia, Biblioteconomia ou equivalente e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

Quadro 39 – Equipe referencial – **PRODUTO 5 - AÇÃO 3**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada em elaboração ou análise de estudos topográficos e projetos de terraplenagem e geometria rodoviária.	mês	2
2	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada em elaboração ou análise de estudos de tráfego, estudos geotécnicos e projetos de pavimentação.	mês	1
3	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada em elaboração ou análise de estudos hidrológicos e projetos de drenagem rodoviária.	mês	1
4	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada em elaboração ou análise de projetos de sinalização e obras complementares.	mês	1
5	P1	Profissional Sênior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 08 (oito) anos de experiência profissional comprovada em elaboração ou análise de orçamentos para projetos/obras de infraestrutura de transportes.	mês	1

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
6	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Elétrica, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada em elaboração ou análise de projetos de iluminação pública.	mês	1
7	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada em geologia aplicada à engenharia.	mês	1

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

Quadro 40 – Equipe referencial – **PRODUTO 5 - AÇÃO 4**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada em elaboração ou análise de projetos de manutenção rodoviária.	mês	1
2	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada em elaboração ou análise de estudos topográficos e projetos de terraplenagem e geometria rodoviária.	mês	1
3	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada em elaboração ou análise de estudos hidrológicos e projetos de drenagem rodoviária.	mês	1
4	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada em elaboração ou análise de projetos de sinalização viária e obras complementares.	mês	1
5	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada em elaboração ou análise de estudos de tráfego, estudos geotécnicos e projetos de pavimentação rodoviária.	mês	1
6	P1	Profissional Sênior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 08 (oito) anos de experiência profissional comprovada em elaboração ou análise de orçamentos para projetos/obras de infraestrutura de transportes.	mês	1

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

Quadro 41 – Equipe referencial – **PRODUTO 5 - AÇÃO 5**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	P2	Profissional Pleno	Engenheiro Civil com diploma registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada na elaboração ou análise de projetos estruturais de obras de arte especiais em concreto armado ou protendido.	mês	1
2	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada em elaboração ou análise de projetos em estruturas metálicas.	mês	1
3	P1	Profissional Sênior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 08 (oito) anos de experiência profissional comprovada em elaboração ou análise de orçamentos para projetos/obras de infraestrutura de transportes.	mês	1
4	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada em elaboração ou análise de projetos estruturais de obras de arte especiais.	mês	3

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
5	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada em elaboração ou análise de projetos de fundações.	mês	1

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

3.35. **INSTITUTO DE PESQUISAS RODOVIÁRIAS (PRODUTO 6)**

Quadro 42 – Equipe referencial – **PRODUTO 6 - AÇÃO 1**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	---	Coordenador Setorial	Exigências previstas na ***alínea b.6*** do **Quadro 50.**	mês	1
2	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada.	mês	2
3	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Direito e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada. Desejável conhecimento em Direito Administrativo. Desejável experiência profissional no serviço público (em qualquer instituição).	mês	1
4	P3	Profissional Júnior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Administração, Administração Pública, Gestão Pública, Ciências Contábeis, Direito ou equivalente e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1
5	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Pedagogia e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada em atividades de capacitação profissional.	mês	1
6	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Designer Gráfico, Marketing ou equivalente e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1
7	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Ciências da Computação, Tecnologia da Informação ou equivalente e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1
8	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Letras e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada em tradução de documentos técnicos (português/inglês).	mês	1
9	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Administração, Administração Pública, Gestão Pública, Ciências Contábeis, Direito ou equivalente e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada.	mês	4

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

Quadro 43 – Equipe referencial – **PRODUTO 6 - AÇÃO 2**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	P1	Profissional Sênior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 08 (oito) anos de experiência profissional comprovada.	mês	2
2	P1	Profissional Sênior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Geologia ou Engenharia Geológica, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 08 (oito) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1
3	P3	Profissional Junior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada.	mês	1

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

Quadro 44 – Equipe referencial – **PRODUTO 6 - AÇÃO 3**

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade

Item	Sigla	Tipo	Descrição	Unidade	Quantidade
1	P3	Profissional Junior	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no devido conselho profissional e pelo menos 02 (dois) anos de experiência profissional comprovada	mês	1
2	P2	Profissional Pleno	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Administração, Administração Pública, Gestão Pública, Ciências Contábeis, Direito ou equivalente e pelo menos 05 (cinco) anos de experiência profissional comprovada.	mês	2

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

3.36. **ASSESSORAMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO** – (**PRODUTO 7)**

3.36.1. O PRODUTO **7** é composto por uma única ação, qual seja:

a) **Ação 1 - Consultoria Especializada** (*Por Demanda*)**:** Tem por objetivo prover a Diretoria de Planejamento e Pesquisa de consultoria especializada nas atividades de Estudo, Pesquisa e Planejamento relacionadas com as demandas da infraestrutura de transporte no âmbito do DNIT.

3.36.2. O PRODUTO 7 tem como objetivo contribuir para a condução dos empreendimentos afetos aos diversos modais de transporte, atendendo as necessidades e dirimindo questões técnicas com a elaboração de estudos e pareceres técnicos, auxiliando na solução de conflitos que possam surgir na condução dos empreendimentos. A ação deste Produto será solicitada por demanda, a qualquer tempo, devendo a empresa vencedora prover os serviços quando requerido. O serviço de consultoria será prestado por consultor ou equipe de consultores especializados, com experiência em seus respectivos ramos e poderá ser desenvolvido nas dependências do DNIT (visitas, inspeções, reuniões) ou no escritório da Contratada (relatórios, pareceres, laudos e notas técnicas).

3.36.3. A Contratada poderá subcontratar os serviços de consultoria demandados pelo DNIT dentro do limite máximo de 30% (trinta por cento) do total do orçamento licitado, sendo que os nomes dos profissionais, consultores, acompanhado dos respectivos *curriculum vitae* e documentos comprobatórios ("atestado" e/ou "certidões" e/ou "declarações"), deverão ser submetidos à prévia análise e aprovação pela fiscalização demandante para confirmação da qualificação profissional exigida.

3.36.4. A qualificação mínima dos consultores será as especificadas na Tabela de Consultoria do DNIT, regulada pela Instrução de Serviço DG nº 03, de 07 de março de 2012, sendo: engenheiro ou profissional com pelo menos 15 (quinze) anos de experiência na área de interesse ou possuir grau de Doutor na área de interesse. Para cada serviço solicitado a fiscalização demandante promoverá análise da capacidade dos consultores indicados, conforme as exigências específicas de cada trabalho.

3.36.5. Cada unidade de medida da **Ação 1 do PRODUTO 7** será denominada UD1 (Unidade de Despesas) e corresponderá à uma consultoria especializada equivalente a 220 horas trabalhadas por 01 (um) consultor, onde estão inclusas as taxas constantes da Tabela de Consultoria do DNIT (Instrução de Serviço DG nº 03, de 07 de março de 2012) relativas a este tipo de profissional.

3.36.6. Quando solicitado, a Contratada deverá apresentar, juntamente com a relação dos profissionais indicados, um plano de execução da consultoria ao Assessoramento Especializado para a fiscalização demandante, que irá avaliar a carga horária atribuída, contabilizando a quantidade de UD1´s equivalentes, autorizando assim a execução dos serviços.

3.36.7. O PRODUTO 7 deverá ser entregue por meio do "***Relatório de Assessoramento Especializado"*** e deverá constar todo o detalhamento dos serviços realizados, correspondentes à quantidade de UD1 contabilizada no referido relatório. Caberá à Contratada propor a forma de apresentação das informações constantes deste Produto. Esta proposta deverá ser apresentada no ***"Relatório de Mobilização e Planejamento"***, devendo ser aprovada pela Fiscalização DNIT. A estimativa da quantidade de horas de Consultoria Especializada foi realizada com base no histórico de execução deste mesmo tipo de serviço no Contrato n° 1153/2014 e também pela estimativa apresentada pelas áreas técnicas da DPP. As quantidades previstas constam do **Quadro** apresentado a seguir.

Quadro 45 – Quantidade Estimada – **PRODUTO 7 - AÇÃO 1**

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Consultoria especializada nas atividades de Estudos, Pesquisa e Planejamento relacionadas com as demandas da infraestrutura de transporte no âmbito do DNIT.	UD1	48

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

3.36.8. A Ação do Produto em questão, pela natureza singular de sua execução e com o objetivo de manter a isonomia do processo seleção, não poderá sofrer desconto nas propostas de preços das licitantes.

3.37. **DIÁRIAS E DESLOCAMENTOS** – (**PRODUTO 8)**

3.37.1. O PRODUTO 8 é composto por duas Ações, quais sejam:

a) **Ação 1** - **Fornecimento de Deslocamento para Execução de Atividades Específicas** – (*Por Demanda*): Tem por objetivo o fornecimento dos meios de deslocamentos, aéreos e terrestres, nacionais necessários para o desenvolvimento de atividades específicas pelos profissionais mobilizados em cada um dos Produtos.

b) **Ação 2** - **Fornecimento de Diárias para Execução de Atividades Específicas** – (*Por Demanda*): Tem por objetivo o fornecimento das diárias correspondentes às despesas com alimentação, hospedagem e deslocamento local, realizadas em deslocamentos nacionais necessários para o desenvolvimento de atividades específicas pelos profissionais mobilizados em cada um dos Produtos.

3.37.2. A **Ação 1** - **Fornecimento de Deslocamento para Execução de Atividades Específicas** tem por objetivo o fornecimento dos meios de deslocamentos, aéreos e terrestres, nacionais necessários para o desenvolvimento das atividades de estudos e pesquisas pelos profissionais mobilizados

em cada um dos Produtos. Cada unidade da **Ação 1 do Produto 8** será denominado UD2 (Unidade de Despesa) e corresponde a uma unidade de deslocamento composta pela média dos valores correspondentes aos tipos de deslocamentos previstos (aéreo e terrestres).

3.37.3. Quando solicitado, a Contratada deverá apresentar, à Fiscalização DNIT, um orçamento detalhado envolvendo todos os custos diretos e indiretos para o deslocamento a ser exercido pelo profissional mobilizado, que após avaliação dos custos envolvidos e contabilizadas as quantidade de UD2´s equivalentes, emitirá a devida autorização do deslocamento previamente.

Quadro 46 – Quantidade Estimada – **PRODUTO 8 - AÇÃO 1**

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
2	Fornecimento de Deslocamento para Execução das Atividades Específicas nos demais Produtos	UD2	180

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

3.37.4. Para a **Ação 2 - Fornecimento de Diárias para Execução de Atividades Específicas** será denominado UD3 (Unidade de Despesa) e corresponde a uma unidade de diária. Quando solicitado, a Contratada deverá apresentar uma programação das diárias a ser utilizadas pelo profissional mobilizado à equipe técnica do DNIT, que irá avaliar os custos envolvidos e contabilizar a quantidade de UD3´s equivalentes, autorizando assim a utilização das diárias previamente.

3.37.5. As diárias previstas na **Ação 2 do Produto 8** devem manter conformidade com o estabelecido pelo Decreto No. 6.907, de 21 de julho de 2009 (ou outra legislação que venha substituir), compatibilizando as diárias nacionais aos valores pagos para indenização de diárias aos servidores públicos federais no País.

Quadro 47 – Quantidade Estimada – **PRODUTO 8 - AÇÃO 2**

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
2	Fornecimento de Diárias para Execução das Atividades de Planejamento e Gestão	UD3	600

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

3.37.6. As Ações do Produto em questão, pela natureza singular de sua execução e com o objetivo de manter a isonomia do processo seleção, não poderão sofrer desconto nas propostas de preços das licitantes.

3.38. QUADRO RESUMO - PRODUTOS E EQUIPES REFERENCIAIS

3.38.1. O Quadro apresentado a seguir resume as quantidades totais de profissionais previstos para cada Produto, organizados por ações, com frequência de execução, unidades de medida e as quantidades propriamente ditas em cada ação.

Quadro 48 - Resumo das Quantidades de Profissionais

Item	Ação	Profissionais	Frequência	Unidade	QTDE
1.0	**PRODUTO 1 - DPP**	**22**			
1.1	AÇÃO 1 - Assessoria Técnico-Administrativa	7	mensal	mês	60
1.2	AÇÃO 2 - Assessoria de Controle Externo	4	mensal	mês	60
1.3	AÇÃO 3 - Escritório de Gerenciamento de Projetos	6	mensal	mês	60
1.4	AÇÃO 4 - Divisão de Desenvolvimento e Acompanhamento	5	mensal	mês	60
2.0	**PRODUTO 2 - CGMAB**	**37**			
2.1	AÇÃO 1 - Coordenação Técnica, Gerenciamento e Comunicação Ambiental	14	mensal	mês	60
2.2	AÇÃO 2 - Assessoria Orçamentário-Financeira e Contratações	8	mensal	mês	60
2.3	AÇÃO 3 - Assessoria Técnica Ambiental	15	mensal	mês	60
3.0	**PRODUTO 3 - CGPLAN**	**35**			
3.1	AÇÃO 1 - Assessoria Técnico-Administrativa	9	mensal	mês	60
3.2	AÇÃO 2 - Assessoria Técnico-Administrativa - COLEP	3	mensal	mês	60
3.3	AÇÃO 3 - Aquisição e consolidação de informações referente a As built, EVTEA e Estudos e Projetos	3	mensal	mês	60
3.4	AÇÃO 4 - Gestão do SNV, Gestão da CIDE e Transferência da infraestrutura de transportes	3	mensal	mês	60
3.5	AÇÃO 5 - Levantamentos de campo GNSS - Aerolevantamentos via Drones	1	mensal	mês	60
3.6	AÇÃO 6 – Geração e Avaliação de Ortoimagens e MDT	2	mensal	mês	60
3.7	AÇÃO 7 – Estudos de Traçados + BIM	2	mensal	mês	60
3.8	AÇÃO 8 - Assessoria Técnico-Administrativa à COVIDE	6	mensal	mês	60
3.9	AÇÃO 9 - Apoio Técnico para elaboração da Proposta Orçamentária e do Plano Plurianual das áreas finalísticas do DNIT e para o Planejamento da Infraestrutura de Transportes.	6	mensal	mês	60
4.0	**PRODUTO 4 - CGDR**	**30**			
4.1	AÇÃO 1 - Assessoria ao Planejamento e Gestão	6	mensal	mês	60
4.2	AÇÃO 2 - Assessoria à Gestão da Informação	3	mensal	mês	60
4.3	AÇÃO 3 - Assessoria Administrativa	2	mensal	mês	60
4.4	AÇÃO 4 - Assessoria Técnica	9	mensal	mês	60
4.5	AÇÃO 5 - PROFAIXA	10	mensal	mês	60
5.0	**PRODUTO 5 - CGDESP**	**35**			
5.1	AÇÃO 1 - Assessoria Técnico-Administrativa da CGDESP	6	mensal	mês	60
5.2	AÇÃO 2 - Apoio Técnico ao Desenvolvimento de Projetos	8	mensal	mês	60

Item	Ação	Profissionais	Frequência	Unidade	QTDE
5.3	AÇÃO 3 - Coordenação de Projetos de Construção Rodoviária	8	mensal	mês	60
5.4	AÇÃO 4 - Coordenação de Projetos de Manutenção e Restauração Rodoviária	6	mensal	mês	60
5.5	AÇÃO 5 - Coordenação de Projetos de Estruturas	7	mensal	mês	60
6.0	**PRODUTO 6 - IPR**	**20**			
6.1	AÇÃO 1 - Assessoria Técnico-Administrativa	13	mensal	mês	60
6.2	AÇÃO 2 - Assessoria no Desenvolvimento de Pesquisas	4	mensal	mês	60
6.3	AÇÃO 3 - Assessoria para Publicações Técnicas e Parcerias	3	mensal	mês	60
7.0	**PRODUTO 7 - ASSESSORAMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO**	**-**			
7.1	AÇÃO 1 - Consultoria Especializada	-	sob demanda	UD1	48
8.0	**PRODUTO 8 - DIÁRIAS E DESLOCAMENTOS**	-			
8.1	AÇÃO 1 - Fornecimento de Deslocamento para Execução de Atividades Específicas	-	sob demanda	UD2	180
8.2	AÇÃO 2 - Fornecimento de Diárias para Execução de Atividades Específicas	-	sob demanda	UD3	600

Fonte: Estudo Técnico Preliminar SEI n°3557400

4. CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE OS PRODUTOS

4.1. EQUIPES MOBILIZADAS

4.1.1. A composição das equipes apresentadas foi estimada em função das práticas atuais dos processos e dos fluxos de informações em operação na Diretoria de Planejamento e Pesquisa e em suas Coordenações Setoriais. Entretanto, é de RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA atender as atividades e sub-atividades expressas em cada um dos **Produtos**, organizados, materializados e aferidos por meio da metodologia definida em DETALHAMENTO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO E ENTREGA, em conformidade ao ***item 3*** deste Termo de Referência.

4.1.2. Os **Produtos** correspondem ao desenvolvimento de serviços que compõem as demandas por assessoramento, de modo que não haja perdas ou atrasos no atendimento das sub-atividades, devendo a Contratada, aumentar a eficiência dos processos ou da quantidade de profissionais alocados nos Produtos para fins de atendimento dos objetivos pretendidos, sendo RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA a assunção de quaisquer custos adicional motivados por este tipo de situação.

4.1.3. A Contratada deverá manter, NO MÍNIMO, 100% das estruturas referenciais das equipes apresentadas mobilizadas nas dependências do DNIT-Sede, NA FORMA ORIGINAL, contados da ordem de início, proporcionando uma maior segurança a Administração quanto à eficiência e efetividade no atendimento das obrigações previstas neste Termo de Referência. Não será permitido o acúmulo de funções dentro do contrato, ou em qualquer outro instrumento celebrado com a administração pública, por um mesmo profissional. Todos os profissionais indicados neste Termo de Referência, seja para fins de habilitação ou para composição das equipes referenciais, deverão ter participação média mensal de 100%, na quantidade e período especificados. O dimensionamento considerou uma carga horária equivalente à 220 horas/mês trabalhadas por profissional, onde estão inclusas as taxas pertinentes e constantes da Tabela de Consultoria do DNIT (Instrução de Serviço DG nº 03, de 07 de março de 2012).

4.1.4. Caberá à Contratar apresentar ao final de cada período de execução mensal a relação de equipe mobilizada, organizada por Ação, responsável pela execução dos Produtos para fins de ateste pela Fiscalização DNIT. Este controle deverá compor o relatório de entrega dos Produtos, em conformidade ao **ANEXO I-B** deste Termo de Referência.

4.2. FUNÇÃO DOS COORDENADORES SETORIAIS

4.2.1. Os Coordenadores Setoriais mobilizados terão atuação direta na gestão das equipes mobilizadas para o desenvolvimento dos serviços previstos em cada um dos Produtos, atuando na figura de Gerente Executivo entre a Contratada e os fiscais do DNIT.

4.2.2. Estes profissionais responderão pontualmente pelo desempenho dos Produtos, pelo cumprimento do cronograma de execução e atendimento às diretrizes expressas no DETALHAMENTO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO E ENTREGA, em conformidade ao ***item 3*** deste Termo de Referência, para o qual ele foi mobilizado, e terá a responsabilidade de consolidar as informações que deverão representar o andamento dos serviços no período, integrando estas, ao relatório mensal de apresentação dos Produtos.

4.3. DIÁRIAS E PASSAGENS

4.3.1. Ao longo da execução dos serviços previstos nos Produtos podem ser necessárias viagens das equipes (parcialmente ou em sua totalidade) responsáveis pela execução dos serviços. Esses valores de viagem e estadia devem ser custos diretos para profissionais vinculados à sua execução.

4.3.2. No caso em questão, esse custo é direto. Por exemplo, quando um integrante da equipe de um Produto precisa se deslocar para realizar uma vistoria em campo e não tem tempo hábil para retornar no mesmo dia. Contudo, no caso de profissionais não mobilizados diretamente na execução do Produto é necessário ressaltar que esses custos NÃO SERÃO CONSIDERADOS DIRETOS, tendo em vista que estão incluídos na parcela de administração central, incluída na taxa administrativa de 30%, aplicada sob o valor total de mão-de-obra mobilizada.

4.3.3. Salienta-se ainda que, o disposto no Memorando-Circular nº 687/2018/DNIT preconiza que a previsão de passagens aéreas e diárias como itens de planilha em um orçamento referencial para contratação de serviços de engenharia consultiva **deve estar devidamente justificada e associada à execução de determinado serviço ou produto do contrato**, tais como: a realização de campanhas de ensaios e sondagens, levantamentos topográficos, contagens de tráfego, etc., ou seja, mostra-se razoável a inclusão destes custos somente quando os mesmos vincularem-se objetivamente aos produtos e objetos do contrato e permitirem a apresentação de memórias de cálculo detalhadas, condizente portanto com as condições impostas no presente Termo de Referência.

4.3.4. RECURSOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELA CONTRATADA

4.3.4.1. Softwares e Licenças: custos inerentes à aquisição de softwares e licenças estão inclusos na taxa administrativa de 30%, aplicada sob o valor total de mão-de-obra mobilizada.

- A empresa deverá dispor de software de planejamento, preferencialmente o MS Project, na última versão disponível no mercado, quando do início dos serviços;
- A empresa deverá dispor de plataforma (Hardware/Software) compatível com a necessidade de se realizar, em meio digital, trabalhos que necessitem de levantamento de dados de topografia, desenho de seções ou serviços afins, análise orçamentária, por meio dos softwares: Autocad e Civil 3D ou similar; TOPOGRAPH ou similar; MS PROJECT ou similar;
- A empresa deverá dispor de licença obtida junto a Google para utilização do Google Earth Professional, bem como, acesso à base de dados SRTM;

- Software Operacional + Office para Computador (Notebook ou Desktop);
- Aplicativo Gráfico / Web;
- Aplicativo Gráfico para Desenho Técnico (Auto CAD Ultimate / Civil 3D); e
- Deverá ser apresentada declaração formal emitida pela licitante de que os Softwares e Licenças necessários para execução dos Serviços de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação. Esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria "in loco" pelo DNIT, por ocasião da contratação e sempre que necessário.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO

5.1. O objeto será contratado sem dedicação exclusiva de mão de obra, mediante licitação na modalidade **Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC** , em sua forma eletrônica, cujo critério de julgamento será menor preço. A presente contratação está enquadrada no atual empreendimento MT00659, que tem por título "*Gestão e Elaboração de Estudos e Projetos de Empreendimentos de Infraestrutura Viária*".

5.2. Assim, o objeto em contratação está amparado pelo disposto no Inciso VIII do Art. 1º da Lei nº 12.642/2011, de 04 de agosto de 2011, e legislações complementares pertinentes a mesma, conforme transcrito a seguir:

> *"VIII - das obras e serviços de engenharia, relacionadas a melhorias na mobilidade urbana ou ampliação de infraestrutura logística; e (Incluído pela Lei nº 13.190, de 2015)".*

5.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

5.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. DEFINIÇÕES/INFORMAÇÕES ESSENCIAIS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os requisitos necessários para atendimento da necessidade são aqueles constantes no corpo do presente documento, juntamente com os anexos apensos a este, e abrangem o que está disposto a seguir.

6.2. **Serviços contínuos**: **NÃO**, uma vez que a contratação dos serviços tem como objetivo auxiliar, naquilo que está sob a responsabilidade institucional do DNIT, a União no cumprimento dos objetivos e metas constantes no **Plano Plurianual da União para o período de 2020 e 2023 (*Lei n° 13.971, de 27 de dezembro de 2019*)** e que estão relacionados à infraestrutura de transportes, em específico ao *Programa 3006 - Transporte Terrestre e Trânsito* e aos empreendimentos associados ao mesmo - Anexo III (SEI n° 4777031).

6.3. **Critérios e práticas de sustentabilidade**: **SIM**, devendo-se cumprir fielmente as Instruções de Serviços do DNIT, em especial, a IS nº 3, de 04 de fevereiro de 2011, a qual define a Responsabilidade Ambiental das Contratadas – RAC.

6.4. **Duração inicial do contrato**: O prazo de execução dos serviços do contrato é de **60 (sessenta) meses ou 1.800 (hum mil e oitocentos) dias corridos**, enquanto que o **prazo de vigência do contrato é de 72 (setenta e dois) meses ou 2.160 (dois mil cento e sessenta) dias corridos**, em consonância com diretriz exarada pela Procuradoria Federal Especializada por meio da Nota nº 00572/2019/PFE-DNIT/PGF/AGU (SEI nº 2975149) § 12, item c.

6.5. **Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas**: **SIM.** A contratada deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas conforme art. 69 da Instrução Normativa SEGES/MPDG n° 05/2017.

6.6. **Elaboração de quadro com soluções de mercado**: **NÃO APLICÁVEL.**

6.7. **Enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da classificação brasileira de ocupações (cbo), caso haja disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva**: **NÃO SE APLICA**.

6.8. **Exclusividade/benefício ME – Micro Empresa/EPP– Empresa de Pequeno Porte** (Art. 48 Lei Complementar 123/2006): **NÃO APLICÁVEL.** A exclusividade de "Micro Empresas" ou "Empresas de Pequeno Porte" não se enquadra ao objeto deste Termo de Referência, em decorrência do valor do orçamento, conforme disposto no art. 6º do Decreto nº 8.538, de 06/10/2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal, in verbis:

> *"Art. 6º Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)."*

6.9. **Participação/ME – Micro Empresa/EPP – Empresa de Pequeno Porte: APLICÁVEL.** Desde que atenda aos requisitos da Lei Complementar nº 147/2014, que alterou a redação da Lei Complementar 123/2006. Conforme art. 47 da Lei Complementar nº 147/2014, nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica

6.10. **Permite a participação de consórcios ou empresas estrangeiras**: **SIM**, de no máximo 02 (duas) empresas tendo em vista a possibilidade de facilitar a oportunidade de compor uma equipe técnica multidisciplinar com expertise comprovada para atender as necessidades das diversas áreas técnicas da Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Haverá uma administração única, que se dará através da líder do consórcio, para a garantia de uniformidade técnica no desenvolvimento das atividades. A limitação de 2 (duas) empresas está amparada no inciso I do art. 14 da Lei 12.462/2011.

6.11. **Parcelamento do objeto**: **NÃO**, optou-se pelo não parcelamento ou divisão do objeto da contratação. O parcelamento causaria prejuízo na condução dos serviços, tanto na questão técnica quanto na questão econômica pelo custo que a administração teria em gerir vários contratos concomitantes, conforme Súmula 247 – TCU. Ademais, pela própria característica interdisciplinar das atividades desenvolvidas no âmbito da Diretoria de Planejamento e Pesquisa, associadas ao planejamento, pesquisa e desenvolvimento de ações voltadas à programas e empreendimentos específicos, entende-se que a divisão do objeto de contratação poderá incorrer em prejuízos, pois os Produtos mantêm correlações entre si, repercutindo em todas as Coordenações Setoriais da DPP e no consequentemente desempenho das obrigações regimentais da Diretoria. Desta forma, existe a necessidade de alinhamento entre os produtos para que sejam atingidos os objetivos pretendidos com a contratação.

6.12. **Modalidade de Licitação**: **REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - RDC,** consoante justificativas apresentadas no ***item 5*** deste Termo de Referência**.**

6.13. **Regime de execução**: **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração.

6.14. **Tipo de licitação: MENOR PREÇO**, respeitando-se os valores de referência da administração previstos para cada item que compõe os produtos.

6.15. **Dos orçamentos e preços referenciais**: Os salários dos profissionais que deram origem ao orçamento referencial foram obtidos do **RELATÓRIO DE ANÁLISE DA VALORAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE ENGENHARIA CONSULTIVA FGV IBRE** – (Processo n° 50600.014573/2018-67) - **ANEXO IV(A)** e **ANEXO IV(B)** deste Termo de Referência, com relação dos salários para as categorias utilizadas na Engenharia Consultiva constantes na Planilha (SEI N° 3109408), com **mês/ano-base janeiro/2019**. Sob os valores dos salários dos profissionais foram aplicadas as taxas constantes da Tabela de Consultoria do DNIT, oficializada pela Instrução de Serviço/DG nº 03, de 07 de março de 2012, publicada no Boletim Administrativo nº 010 de 05 a 09 de março de 2012, que atualizou os valores e alíquotas constantes do anexo à Instrução de Serviço Nº 07/DG, de 24/12/2008, publicado no BA nº 050/08. O orçamento referencial inclui também previsão de custos com deslocamentos e diárias, consoante ***item 21*** deste Termo de Referência. As taxas empregadas no orçamento referencial foram:

a) Encargos Sociais (Mensalista): 84,04%

b) Encargos Sociais (Consultor Especial - PJ): 20,00%

c) Custos Administrativos: 30,00%

d) Remuneração da Empresa: 12,00%

e) Despesas Fiscais (PIS/COFINS/ISSQN): 16,62%

f) Na obtenção da alíquota de 16,62% para o item "Despesas Fiscais", foram considerados os percentuais para PIS, COFINS e ISSQN de 1,65%, 7,60% e 5,00%, respectivamente, adotando-se o Regime Tributário do LUCRO REAL.

6.16. **Orçamento estimado: R$ 230.211.352,25** (duzentos e trinta milhões, duzentos e onze mil trezentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos)

6.17. **Modo de disputa**: Optou-se pelo modo de disputa **ABERTO.**

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria no DNIT-Sede, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 18 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa (**Contatos: (61) 3315-4444 | 3315-4166**).

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.4. Todas as empresas, mesmo aquelas que não desejarem realizar a visita técnica, deverão apresentar Declaração de que têm pleno conhecimento das condições do local onde serão realizados os serviços e das informações técnicas necessárias à elaboração de sua proposta, a qual será juntada à Documentação de Habilitação, nos termos do inciso III do Artigo 30, da Lei 8.666/93 de 21/06/93.

7.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes relevantes para a elaboração da proposta e para a execução dos serviços a serem contratados, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1. O modelo de execução do contrato está atrelado a entrega de Produtos específicos, consoante organização e disposição metodológica apresentada no ***item 3.0*** deste Termo de Referência. O cronograma para execução deverá conter os prazos estabelecidos para entrega dos Produtos, inclusive das etapas preliminares necessárias para acompanhamento e atestação dos serviços pela Fiscalização DNIT, consoante ***itens 3.12; 3.13; 3.14 e 3.15,*** em conformidade com o Cronograma Físico -Financeiro apresentado no **ANEXO V** deste Termo de Referência.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

9.1. A gestão do contrato será realizada pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa (DPP), com o subsídios de suas Coordenações Gerais subordinadas.

9.2. As entregas devem ser protocoladas no Apoio da Diretoria de Planejamento e Pesquisa (DPP), localizado na sala 11.24 do primeiro andar, do prédio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, localizado no seguinte endereço: SAN Quadra 03, Bloco A, Asa Norte, via L2 Norte – Brasilia-DF.

9.3. A elaboração das medições será de responsabilidade do fiscal do contrato.

9.4. A aceitação do produto está vinculada à metodologia de execução e entrega, consoante ***item 3.0*** deste Termo de Referência.

9.5. As medições serão processadas mensalmente, baseadas nos Produtos entregues e demais despesas correlatas, acordadas. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços aprovada.

9.6. A empresa vencedora deverá apresentar juntamente com a medição mensal, relatórios com a estrutura mínimo especificada no **ANEXO I-B** deste Termo de Referência.

9.7. Todas as revisões de produtos, por parte da contratada, devem atender às especificações técnicas contidas neste Termo de Referência e, ainda, as exigências do Edital de licitação, do contrato e as disposições normativas do DNIT e da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT, quando aplicáveis, inclusive aquelas solicitações decorrentes das análises feitas pelo próprio DNIT.

9.8. Com relação às sanções, a aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se a Lei nº 12.462/2011, a Lei nº 8.666, de 1993, a Lei nº 9.784, de 1999 e a Instrução Normativa nº 6, de 24 de maio de 2019, Instrução Normativa n° 10/DNIT, de 22 de agosto de 2019 ou outra que vier a substituí-las ou complementá-las, conforme detalhado em item específico deste Termo de Referência.

9.9. As garantias de execução contratual são tratadas em item especifico deste Termo de Referência.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.2. Indicar um ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes ao objeto contratado, conforme dispõe o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93.

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais inconsistências, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

10.4. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017.

10.5. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

10.6. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

10.7. Arquivar, entre outros documentos, produtos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios diversos após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

10.8. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento/execução em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada e com as especificações do Edital e seus anexos.

10.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada com relação ao objeto desta licitação.

10.10. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

10.11. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme aprovação dos produtos.

10.12. Constituem direitos e prerrogativas do DNIT, além dos previstos em outras leis, os constantes dos artigos 58, 59 e 77 a 80 da Lei no 8.666, de 21/06/93, e suas alterações posteriores, e no que couber, os normativos e instruções sobre contratações de obras e serviços de engenharia, vigentes no DNIT, que a Contratada aceita e a eles se submete.

10.13. A qualquer tempo a Diretoria de Planejamento e Pesquisa ou a Fiscalização DNIT poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da licitante vencedora, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos. Esta substituição não pode impactar negativamente nas condições de habilitação da contratada, desde que o novo membro da equipe técnica possua habilitação profissional igual ou superior ao do profissional que venha suceder.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A empresa vencedora da licitação será responsável pelo cumprimento integral das exigências constantes do Edital, das normas e especificações de serviços do DNIT, pertinentes aos serviços de consultoria especializada, assim como pelas demais atribuições descritas neste Edital.

11.2. Manter o(s) Profissional(is) que comprovou(varam) ter(em) capacidade técnica para habilitar a empresa no procedimento licitatório exclusivo(s) ao Contrato durante todo o período efetivo de execução das respectivas etapas dos serviços para os quais foram habilitados.

11.3. Manter a quantidade e especialidade de profissionais tecnicamente habilitados para acompanhar o ritmo dos trabalhos executados pela consultora.

11.4. Manter, durante todo o período da execução efetiva dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5. Manter a quantidade de equipamentos e outros que se fizerem necessários e suficientes para o perfeito desenvolvimento dos serviços.

11.6. Elaborar o cronograma de utilização da equipe/equipamentos, detalhando todas as etapas de execução dos serviços dentro da metodologia que será adotada pela empresa, dentro dos prazos estabelecidos para sua conclusão, permitindo a análise e aprovação da fiscalização do DNIT.

11.7. Sempre que solicitado pelo Fiscal do Contrato, comprovar a vinculação dos funcionários ao Contrato.

11.8. Providenciar, junto ao Conselho de Classe competente da Unidade da Federação, onde se localizam os serviços, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativa aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.

11.9. Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho das tarefas.

11.10. A inadimplência da Licitante vencedora, com referência aos encargos decorrentes do Contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao DNIT, nem poderá onerar o objeto desta licitação, razão pela qual a Licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o DNIT.

11.11. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente Edital.

11.12. Quando da contratação de profissionais para serem vinculados ao Contrato que será celebrado com o DNIT, a empresa vencedora deverá cumprir as exigências Sindicais e/ou de Conselhos Profissionais quanto aos valores mínimos de salários estabelecidos para a categoria profissional correspondente.

11.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.16. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.17. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

11.18. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010.

11.19. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.20. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

11.21. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.22. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

11.23. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.24. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.26. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

11.27. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a”e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.27.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.27.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.27.3. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

11.27.4. O não atendimento das solicitações feitas pela fiscalização será considerado motivo para apuração de responsabilidade, podendo a Administração, inclusive, aplicar das sanções contratuais.

11.27.5. Providenciar junto ao CREA as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Lei n. 6.496/77).

11.27.6. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

11.27.7. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos.

11.27.8. Observar as cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas disposto na Instrução Normativa nº 6, de 6 de julho de 2018, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Excepcionados os serviços de consultoria demandados pelo CONTRATANTE para o Produto 7 (Ação n° 1), consoante ***item 3.36*** deste Termo de Referência, fica vedada a subcontratação das demais parcelas que constituem o objeto da contratação, pois se trata de uma prestação de serviço que necessita de uma administração única para a garantia de uniformidade técnica no desenvolvimento das atividades. Para todos os efeitos, a subcontratação deverá ficar dentro do limite máximo de 30% (trinta por cento) do total do orçamento licitado.

12.2. No caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas dos serviços relacionados ao Produto 7, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços de que trata este Edital, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.

12.3. A subcontratação depende de autorização prévia por parte do CONTRATANTE, ao qual cabe avaliar se a Subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços objeto do Produto 7, consoante disposições do ***item 3.36*** deste Termo de Referência.

12.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12.5. A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O DNIT indicará, por meio de Portaria, um ou mais representantes da Administração para acompanhar e Fiscalizar a execução das atividades inerentes ao objeto contratado, conforme dispõe o Art. 67 da Lei nº. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações.

14.2. Caberá ao Fiscal do Contrato, designado por portaria da Diretoria da Autarquia, fazer cumprir todas as exigências do DNIT, descritas no Termo de Referência.

14.3. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4. Durante a execução do objeto, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.5. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência e no ato convocatório.

14.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

15.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, estiverem executados em sua totalidade e aprovados pela equipe técnica do DNIT.

15.3. Os serviços executados serão avaliados pelo fiscal do contrato concomitantemente às medições realizadas, de acordo com os critérios estabelecidos na Instrução de Serviço DG nº 11, de 07 de junho de 2016.

15.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

15.5. A aceitação da parcela do objeto, pelo fiscal do contrato, não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1. Os serviços executados serão medidos periodicamente e pagos por preço global, e em conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro, sendo de responsabilidade do Fiscal do Contrato a elaboração das medições.

16.2. O pagamento será efetuado apenas para os serviços devidamente prestados e atestados pelo Fiscal do Contrato, respaldado pelo resultado final advindo da aplicação da METODOLOGIA DE EXECUÇÃO E ENTREGA dos Produtos, consoante ***item 3*** deste Termo de Referência.

16.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

16.4. Nos termos da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, Anexo XI, considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o Autarquia atestar a execução do objeto do contrato. Deste modo, o pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

16.5. Os prazos referidos nos itens anteriores começarão a fluir quando a contratada apresentar a fatura acompanhada de todos os documentos comprobatórios da execução do serviço, não contabilizando o início do prazo, no caso de apresentação de documentação contendo erros ou incompleta.

16.6. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias corridos, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

16.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, serão tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 ou outra que vier a substituí-la.

16.9. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) O prazo de validade;

b) A data da emissão;

c) Os dados do contrato e do órgão contratante;

d) O período de prestação dos serviços;

e) O valor a pagar; e

f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.10. Conforme disposto no item 1, do Anexo VIII-A, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a) Não produziu os resultados acordados;

b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.12. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.15. Persistindo a irregularidade, a contratante poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.18. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6/100)}{365}$$

I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. **REAJUSTE**

17.1. Caso decorra período superior a um ano - **CONTADO A PARTIR DA DATA BASE DO ORÇAMENTO REFERENCIAL** - os preços contratuais serão reajustados mediante a aplicação de índices setoriais, com fundamento no art. 3º da Lei n. 10.192/01.

17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3. Os índices de reajustamento a serem utilizados são aqueles aferidos pela sistemática e mensalmente calculados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e divulgados pela Coordenação-Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes, subordinada à Diretoria Executiva do DNIT, em consonância com a Instrução de Serviço Nº 01-DG/DNIT SEDE, de 02 de janeiro de 2019, disponibilizada no site do DNIT. A atualização dos preços deverá empregar para tanto a Tabela de Índice de Reajustamento elaborado pela FGV - disponível em:https://www.dnit.gov.br/custos-e-pagamentos/indices-de-reajustamentos-de-obras/indices-de-reajustamentos-de-obras-rodoviario/indices-de-reajustamentos-de-obras-rodoviarias com a associação ao índice de **CONSULTORIA**.

17.4. Os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados pela seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I_i - I_0)}{I_0} \, x \, V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado;

Io = Índice de preço verificado no mês do orçamento do DNIT;

Ii = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado.

17.5. Para itens de contratos que necessitem ser reajustados por mais de um índice, as parcelas que compõem esses itens deverão ser desmembrados passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice.

17.6. Para efeito de cumprimento da determinação anterior, deve-se adotar o seguinte procedimento:

a) Verificar na planilha de quantidades e preços unitários dos contratos os itens que devem sofrer desmembramento;

b) Na planilha de preços unitários, manter o preço da proposta até o mês “m” do primeiro reajustamento após a adoção dos novos índices. A partir do mês seguinte (mês “m + 1”), a planilha de medição deve incluir, além do item original com a respectiva quantidade prevista igual à quantidade acumulada medida até o mês “m”, os itens deles desmembrados cujas quantidades previstas devem ser iguais ao saldo não medido do item original após o mês “m”.

c) O total do item não deve sofrer quaisquer alterações após o desmembramento.

17.7. Não se admitirá nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

17.8. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

17.9. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.11. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**

18.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a vigência do contrato, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

18.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar a garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

a) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

b) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

18.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

18.4. O adjudicatário deverá apresentar garantia adicional prevista no § 2º do Art. 48, da Lei 8.666/93, o qual prevê que *"§ 2º Dos licitantes classificados na forma do parágrafo anterior cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b", será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta,* conforme disposições trazidas pelo Memorando Circular n° 12/2017/CGCL/DIREX, de 18 de julho de 2017.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Sem prejuízo das regras previstas no art. 47 da Lei nº 12.462/11, e no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, comete ato passível de sanção o Licitante que:

19.1.1. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses previstas no parágrafo único do art. 40 e no art. 41 da Lei n° 12.462/2011;

19.1.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;

19.1.3. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

19.1.4. Não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

19.1.5. Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;

19.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

19.1.7. Der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

19.2. As sanções aplicáveis são advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, nos termos do estabelecido no art. 47 da Lei nº 12.462 de 04 de agosto de 2011, no Capítulo IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Instrução Normativa nº 6, de 24 de maio de 2019, Instrução Normativa n° 10/DNIT, de 22 de agosto de 2019 ou outra que vier a substituí-las ou complementá-las e demais disposições da legislação vigente. As Instruções Normativas encontram-se disponíveis no endereço eletrônico *http://www.dnit.gov.br/instrucoes-normativas/instrucoes-normativas/2019.*

19.3. O descumprimento do objeto contratual possibilitará à Administração Pública, além da aplicação de multa, a aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até cinco anos.

19.4. Para cálculo da aplicabilidade da multa mencionada no item anterior deverão ser observados os critérios dispostos na Instrução Normativa nº 6, de 24 de maio de 2019, Instrução Normativa n° 10/DNIT, de 22 de agosto de 2019 ou outra que vier a substituí-las ou complementá-las.

19.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o previsto na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 12462/2011, na Lei nº 9.784, de 1999 e a e na Instrução Normativa nº 6, de 24 de maio de 2019, Instrução Normativa n° 10/DNIT, de 22 de agosto de 2019 ou outra que vier a substituí-las ou complementá-las.

19.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.8. As sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/1993 se aplicam às licitações e aos contratos regidos pela Lei nº 12462/2011.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

20.1. HABILITAÇÃO

20.1.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.1.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pela licitante estão previstos no edital.

20.1.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pela licitante serão:

20.1.3.1. **ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA**: em atendimento ao disposto no art. 8º e art. 9º da Instrução Normativa nº 01/MT, de 04 de outubro de 2007, tem-se:

20.1.3.1.1. Prova de registro ou inscrição da empresa junto ao Conselho Profissional Competente, quando couber.. No caso de formação de consórcio, sendo uma das empresas relacionadas a Engenharia Consultiva, a mesma deverá ser registrada junto ao CREA, bem como o próprio consórcio.

20.1.3.2. CAPACIDADE OPERACIONAL - CAPACIDADE TÉCNICA DA PROPONENTE

20.1.3.2.2. Atestado(s) de capacidade técnico-operacional (em caso de consórcio, de quaisquer das EMPRESAS que o compõem, que comprove(m) que a Licitante tenha executado, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para EMPRESA privada, experiência na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, que comprove a parcela relevante, conforme anotação em acervo técnico e atestado de execução, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, consoante requisitos do **Quadro 49.**

20.1.3.2.3. Os atestados deverão conter no mínimo o nome do contratado e da contratante, a identificação do objeto do contrato e os serviços executados (discriminação e quantidades), sendo que os atestados referentes às alíneas ***a.1 e a.2*** deverão estar registrados pelo órgão fiscalizador competente.

20.1.3.2.4. Para os atestados relativos às alíneas ***a.3 a a.8***, as licitantes poderão apresentar atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outras sociedades brasileiras ou internacionais que façam parte da mesma Estrutura Global da licitante, devendo-se observar que:

a) Entende-se por sociedades que façam parte da mesma Estrutura Global da licitante, aquelas que, ainda que financeiramente e juridicamente independentes, estejam sujeitas a um mesmo compartilhamento global de conhecimento, de governança e de políticas corporativas e que possuam identidade denominativa e marcária.

b) Atestados emitidos em língua estrangeira deverão ser traduzidos por tradutor juramentado e devidamente consularizado no país de emissão do documento, conforme Art.32º. § 4º.da lei 8.666/1993;

c) Na data exigida pelo DNIT para apresentação da documentação habilitatória, a proponente vencedora poderá apresentar cópias autenticadas dos atestados devidamente traduzidos para a língua portuguesa, sem a consularização. Neste caso, os mesmos documentos devidamente consularizados deverão ser apresentados como condição prévia à assinatura do contrato.

Quadro 49 - Critério para Habilitação da Capacidade Operacional da Licitante

Referencia	Experiência	Nº de Atestados / Certidões
a.1	Ter executado serviços de gerenciamento e/ou apoio ao gerenciamento e/ou assessoria ao gerenciamento de Programas e/ou Empreendimentos de **grande porte**. Os Programas e/ou Empreendimentos mencionados deverão totalizar, no mínimo, **R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais)**, **na soma de até três atestados.**	3
a.2	Ter executado serviços de gerenciamento e/ou apoio ao gerenciamento e/ou supervisão e/ou assessoria técnica e/ou assistência técnica e/ou fiscalização de projetos e/ou de obras rodoviárias públicas (contratada por entidade federal, estadual, distrital ou municipal) e/ou concessão rodoviária (contratada pelo poder concedente) para manutenção ou recuperação ou ampliação da capacidade ou trechos novos, em uma extensão de no **mínimo 10.000 km (dez mil quilômetros)**, **na soma de até seis atestados**.	6
a.3	Capacitação comprovada de execução dos serviços de estratégia organizacional (Planejamento Estratégico – baseado em *Balanced Scorecard*)	1
a.4	Capacitação comprovada de realização de serviços de revisão e/ou modelagem e/ou mapeamento e/ou revisão de processos e/ou controles de processos operacionais.	1
a.5	Capacitação comprovada de realização de serviços de reestruturação organizacional.	1
a.6	Capacitação comprovada de realização de serviços de consultoria em gerenciamento de riscos, baseados na metodologia COSO – *The Comittee of Sponsoring Organizations of The Treadway Commission* e/ou COBIT	1
a.7	Capacitação comprovada de realização de serviços de consultoria, auditoria ou verificador independente, com a análise de procedimentos de controle e indicadores de desempenho referente a contratos de prestação de serviços, aquisição de materiais ou equipamentos	1
a.8	Capacitação comprovada de gerenciamento de projetos (PMO, envolvendo o uso das boas práticas de mercado descritas no PMBOK® do PMI® apresentadas nas áreas de conhecimento de gerenciamento de escopo, prazo, custos, qualidade, recursos humanos, qualidade, contratos, integração, riscos e comunicação.	1

Nota 1: Quando a certidão ou atestado não for emitido pelo contratante principal, deverá ser juntada documentação comprobatória do contratante principal confirmando que o Licitante tenha participado da execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, descrito nos Termos de Referência.

Nota 2: Conceitua-se programa e/ou empreendimento de grande porte aquele que tenha movimentado, no mínimo, 1/3 do montante solicitado para comprovação da Capacidade Técnica Operacional da ***alínea a*** (R$ 500 milhões).

Nota 3: O montante especificado na ***alínea a*** representa parcela do valor total dos empreendimentos com atuação interveniente da Diretoria de Planejamento e Pesquisa, onde o valor de R$ 500 milhões representa menos de 50% do valor total previsto para os próximos 5 (cinco) anos em programas, ações e atividades sob responsabilidade da Diretoria.

Nota 4: A extensão solicitada para comprovação da capacidade técnica-operacional da ***alínea a.2***, que se dará com a soma de até 6 (seis) atestados/certidões, representa menos de 20% da malha rodoviária sob responsabilidade do DNIT.

Nota 5: A imposição do **limite máximo de 3 (três)** atestados para a ***alínea a.1*** e do **limite máximo de 6 (seis)** atestados para a ***alínea a.2*** resulta da necessidade por parte da Administração de garantir, de forma única e exclusiva, que a vencedora do certame detenha condições técnicas e operacionais de mobilização, planejamento e execução dos serviços objeto da contratação, obedecendo as normas, as exigências e os critérios de avaliação estipulados.

Nota 6: Comprovação da Capacidade Técnica Operacional das ***alíneas a.1*** e ***a.2***: No caso de Consórcio de 2(duas) empresas será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica com o objetivo de atender as quantidades máximas especificadas.

20.1.3.2.5. Os valores dos Atestados, apresentados pelas Licitantes para atendimento a ***alínea a.1***, para efeito de avaliação, poderão ser atualizados desde a data de ocorrência da experiência relatada até 30 dias anteriores à data de apresentação da proposta, pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC/ FIPE.

20.1.3.2.6. Empresas detentoras de contratos celebrados diretamente com a Diretoria de Planejamento e Pesquisas, relativos a gerenciamento ou supervisão ambiental ou a elaboração de estudos, pesquisas ou projetos ou a desapropriação ou a reassentamento, estarão impedidas de atuarem

diretamente ou indiretamente nos serviços com potenciais conflitos de interesse, relacionados aos Produtos previstos neste Termo de Referência.

20.1.3.2.7. Empresa que vier a ser contratada para executar os serviços relativos ao Termo de Referência em questão, estará impedida de atuar diretamente ou indiretamente nos serviços em conflito de interesse, ocasionados por contratações futuras junto a Diretoria de Planejamento e Pesquisa, para os serviços relativos a gerenciamento ou supervisão ambiental ou a elaboração de estudos, pesquisas ou projetos ou a desapropriação ou a reassentamento.

20.1.3.3. **CAPACIDADE PROFISSIONAL – CAPACIDADE DA EQUIPE TÉCNICA**

20.1.3.3.8. Atestados de capacidade técnica, em nome dos profissionais designados para os serviços, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

20.1.3.3.9. Os profissionais devem possuir curso superior completo, com diploma registrado pelo MEC, e quando couber, validado pelo Conselho Profissional Competente.

20.1.3.3.10. Os profissionais indicados pela Licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional **deverão participar do serviço objeto da licitação**, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pelo DNIT.

20.1.3.3.11. Para qualificação técnica-profissional não é exigido que o atestado esteja em nome da Empresa licitante, mas que os profissionais que desejam comprovar a qualificação figurem com suas respectivas funções dentro do atestado de capacidade técnica.

20.1.3.3.12. Os atestados deverão conter no mínimo o nome do contratado e da contratante, a identificação do objeto do contrato e os serviços executados (discriminação e quantidades), sendo que os atestados referentes aos profissionais das alíneas ***b.1 a b.6*** deverão estar registrados pelo órgão fiscalizador competente, que comprove a capacidade técnico-profissional em relação ao objeto da licitação. A comprovação das experiências do profissional elencado na alínea ***b.7*** será feita através de atestados de capacidade técnica emitidos pela contratante ou beneficiária do serviço prestado, onde deverá estar clara a participação do profissional em uma das áreas constantes das alíneas ***a.3 a a.8*** do **Quadro 49**.

20.1.3.3.13. Os profissionais a serem apresentados para fins de habilitação da equipe técnica devem cumprir com os requisitos elencados no **Quadro 50.**

Quadro 50- Exigências para Habilitação da Equipe Técnica

Referencia	Categoria Profissional	Número de Profissional	Serviços Requeridos [1]
b.1	Engenheiro Civil (**Coordenador Geral-DPP**)	1	Ter exercido a função de responsável técnico, ou de Coordenador, ou de Gerente, ou de Supervisor em Serviços de Engenharia Consultiva, ou de Gerenciamento de Empreendimentos, função esta relacionada à Infraestrutura de Transportes e na qual esteja contemplado o Planejamento de Empreendimento **ou** o Assessoramento em Projetos **ou** o Assessoramento em Estudos de Engenharia.
b.2	Engenheiro Civil, ou Florestal ou Ambiental **(Coordenador Setorial-CGMAB)**	1	Ter exercido a função de responsável técnico, ou de Coordenador, ou de Gerente, ou de Supervisor em Serviços de Engenharia Consultiva, ou de Gerenciamento de Empreendimentos, função esta relacionada à Infraestrutura de Transportes e na qual esteja contemplado o Assessoramento em Processos de Licenciamento Ambiental.
b.3	Engenheiro Civil (**Coordenador Setorial- CGPLAN**)	1	Ter exercido a função de responsável técnico, ou de Coordenador, ou de Gerente, ou de Supervisor em Serviços de Engenharia Consultiva, ou de Gerenciamento de Empreendimentos, função esta relacionada à Infraestrutura de Transportes e na qual esteja contemplado o Assessoramento em Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental de Engenharia.
b.4	Engenheiro Civil (**Coordenador Setorial-CGDR**)	1	Ter exercido a função de responsável técnico, ou de Coordenador, ou de Gerente, ou de Supervisor em Serviços de Engenharia Consultiva, ou de Gerenciamento de Empreendimentos, função esta relacionada à Infraestrutura de Transportes e na qual esteja contemplado o Assessoramento em Processos de Desapropriação **e** Reassentamento de Áreas.
b.5	Engenheiro Civil (**Coordenador Setorial-CGDESP**)	1	Ter exercido a função de responsável técnico, ou de Coordenador, ou de Gerente, ou de Supervisor em Serviços de Engenharia Consultiva, ou de Gerenciamento de Empreendimentos, função esta relacionada à Infraestrutura de Transportes e na qual esteja contemplado o Assessoramento em Projetos de Engenharia.
b.6	Engenheiro Civil (**Coordenador Setorial-IPR**)	1	Ter exercido a função de responsável técnico, ou de Coordenador, ou de Gerente, ou de Supervisor em Serviços de Engenharia Consultiva, ou de Gerenciamento de Empreendimentos, função esta relacionada à Infraestrutura de Transportes e na qual esteja contemplado o Assessoramento em Pequisas **ou** em Projetos de Engenharia.

b.7	Profissional (**Profissional-DPP**)	1	Profissional com formação superior completa, registro no Conselho Responsável, quando couber; possuir certificado *Project Management Professional* – PMP, emitido pelo *Project Management Institute* - PMI, e experiência profissional comprovada em uma das áreas constante das ***alíneas a.3 a a.8*** do **Quadro 49**.
[1] **NOTA 1** - QUANTO AO NÚMERO DE ATESTADOS: TANTOS QUANTOS FOREM NECESSÁRIOS PARA COMPROVAR A EXPERIÊNCIA REQUERIDA, SEGUNDO CATEGORIA PROFISSIONAL, DESCONTADAS AS SUPERPOSIÇÕES.			

20.1.3.3.14. Os profissionais indicados deverão compor o quadro permanente da Licitante. A comprovação do vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviços de profissional autônomo, desde que haja declaração expressa deste de que se responsabilizará tecnicamente pela execução dos serviços.

20.1.3.3.15. Não será permitido o acúmulo de funções dentro do contrato, ou em qualquer outro instrumento celebrado com a Administração Pública ou Privada, por um mesmo profissional, sob pena de inabilitação da empresa. Todos os profissionais elencados neste Termo de Referência, seja para fins de habilitação ou para composição das equipes referenciais, deverão ter participação efetiva e com frequência média mensal de 100%, em obediência ao formato das equipes listadas e à frequência mensal de execução de cada um dos Produtos e Ações. O dimensionamento das equipes considerou uma carga horária equivalente à 220 horas/mês trabalhadas por profissional, onde estão inclusas as taxas pertinentes e constantes da Tabela de Consultoria do DNIT (Instrução de Serviço DG nº 03, de 07 de março de 2012).

20.2. **PROPOSTA**

20.2.1. A proposta de preços, que compreende a descrição do material ou serviço ofertado pelo licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos, bem como atender as seguintes exigências:

20.2.2. Descrição do material ou serviço, observadas as mesmas especificações constantes do Termo de Referência, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como preços unitários e total detalhados em planilha.

20.2.3. O licitante não poderá cotar e colocar preços totais de cada serviço superiores aos estabelecidos por este Termo de Referência e seus anexos, sejam eles no preço unitários ou no valor total dos serviços. Não serão permitidas alterações nas quantidades, frequência de entregas ou exclusões dos itens constantes das composições de custos unitários.

20.2.4. O licitante deverá apresentar demonstrativo detalhado da composição do percentual adotado para as taxas que compõem a sua proposta orçamentária.

20.2.5. Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, em consonância com o art. 64, § 3º , da Lei 8.666/93.

20.2.6. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

a) Valor Global: **R$ 230.211.352,25** (duzentos e trinta milhões, duzentos e onze mil trezentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos).

b) Por tratar-se de regime de execução de empreitada por preço global, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.

20.2.7. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

20.2.8. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

21.1. Os salários dos profissionais que deram origem ao orçamento referencial foram obtidos do **RELATÓRIO DE ANÁLISE DA VALORAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE ENGENHARIA CONSULTIVA FGV IBRE** – (Processo n° 50600.014573/2018-67) - **ANEXO IV(A)** e **ANEXO IV(B)** deste Termo de Referência, com relação dos salários para as categorias utilizadas na Engenharia Consultiva constantes da Planilha (SEI N° 3109408), com **mês/ano-base janeiro/2019**. Sob os valores dos salários dos profissionais foram aplicadas as taxas constantes da Tabela de Consultoria do DNIT, oficializada pela Instrução de Serviço/DG nº 03, de 07 de março de 2012, publicada no Boletim Administrativo nº 010 de 05 a 09 de março de 2012, que atualizou os valores e alíquotas constantes do anexo à Instrução de Serviço Nº 07/DG, de 24/12/2008, publicado no BA nº 050/08, e ainda:

21.1.1. **Deslocamentos:** Valor Unitário: **R$ 558,61 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta e um centavos)** - Inclui: Cotação (24/08/2019): Ida 04/09/2019 e Volta 04/10/2019 em vôos diretos nacionais, para os trajetos listados abaixo, bem como valor diário de aluguel de um veículo Sedam 71 a 115 CV (inclusos aluguel e combustível), tendo como base a Tabela de Consultoria do DNIT(mês/ano base:Janeiro/2019), além da incidência da taxa de despesas fiscais no valor de 16,62%. A valor unitário adotado corresponde ao valor médio encontrado entre vôos diretos nacionais e o valor do aluguel de veículo. Sob o valor da cotação dos vôos foi aplicado o fator de correção de 0,9810 (razão do índice geral da Tabela de Consultoria do DNIT (K-agosto/2019/k-janeiro/2019), com o objetivo de adequar a data em que foi realizada a cotação ao mês/ano base: janeiro/2019.

a) Brasília - Manaus;

b) Brasília - Porto Alegre;

c) Brasília - Recife;

d) Brasília - São Paulo;

e) Brasília - Belo Horizonte;

f) Brasília - Cuiabá

21.1.2. **Diárias:** Valor Unitário: **R$ 236,74 (duzentos e trinta e seis reais e setenta e quatro centavos) -** Adotados os valores médios constantes do Anexo I do DECRETO nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006 Cargo/Emprego/Função "F"*, com a incidência das taxas de despesas fiscais no valor de 16,62%.

21.2. Mês/Ano de Referência: janeiro/2019.

21.3. No orçamento de referência do DNIT foram consideradas as taxas descritas a seguir, as quais deverão ser consideradas como limite pelas licitantes:

a) Encargos Sociais: 84,04%

b) Encargos Sociais Consultor Especial (pessoa jurídica): 20,00%

c) Custo Administrativo: 30,00%

d) Remuneração da Empresa: 12,00%

e) Despesas Fiscais (PIS/COFINS/ISSQN): 16,62%

21.4. As taxas descritas no ***subitem 21.3*** são aquelas especificadas na Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, aprovada pela Instrução de Serviço DG nº 03, de 07 de março de 2012.

21.5. O custo estimado da contratação é previsto no **Valor Global R$ 230.211.352,25 (duzentos e trinta milhões, duzentos e onze mil trezentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos)**, conforme Cronograma Físico-Financeiro -**ANEXO V**.

21.6. A Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços, que originou o Cronograma Físico-Financeiro, consta no **ANEXO IV (C)**.

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (DPP)

22.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, sob rubrica 26.121.0032.20UC.0001 - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes, conforme Declaração de Adequação Orçamentária (SEI n° 4100066) assinada pelo Diretor Setorial e Declaração Exigida na Lei de Responsabilidade Fiscal (SEI n° 4101686) assinada pelo Ordenador de Despesas do DNIT.

22.2. **Gestão/Unidade**: 39252 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

22.3. **UGR**: 393005 – Diretoria de Planejamento e Pesquisa

22.4. **Programa de Trabalho**: 26.121.0032.20UC.0001

22.5. **Fonte**: 100

22.6. **Elemento de Despesa**: 39

22.7. **Plano Interno (PI)**: MT00659

23. ANEXOS

23.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

23.2. ANEXO I -A - EXEMPLO DE APLICAÇÃO DO MODELO DE AVALIAÇÃO

23.2.1. ANEXO I -B - ESTRUTURA MÍNIMA REFERENCIAL DOS RELATÓRIOS MENSAIS DOS PRODUTOS

23.2.2. ANEXO II - CONTEÚDO MÍNIMO DO ATLAS GERENCIAL

23.2.3. ANEXO III - LEI N° 13.971/2019 (PPA 2020-2023) (SEI N° 4777031)

23.2.4. ANEXO IV (A) - SALÁRIOS REFERENCIAIS DOS PROFISSIONAIS- FGV IBRE (MÊS/ANO REFERENCIAL: JANEIRO DE 2019) (SEI N° 4071537)

23.2.5. ANEXO IV (B) - RELATÓRIO DE ANÁLISE DA VALORAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE ENGENHARIA CONSULTIVA- FGV IBRE ((MÊS/ANO REFERENCIAL: JANEIRO DE 2019)) (SEI N° 4071762)

23.2.6. ANEXO IV (C) - PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (SEI N°4071854)

23.2.7. ANEXO V - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (SEI N° 4071928)

23.2.8. ANEXO VI - MODELO DO QUADRO "PROPOSTA DA LICITANTE" (SEI N° 4072739)

23.2.9. ANEXO VII - QUADROS A SEREM APRESENTADOS NA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA (SEI N° 4072842)

24. RESPONSÁVEIS E ASSINATURAS

24.1. Declaro que sou responsável pela elaboração deste Termo de Referência e pelo Orçamento Referencial, que tem por objetivo realizar a contratação de empresa para realização de trabalhos de consultoria especializada no assessoramento multidisciplinar em gestão pública e engenharia consultiva no setor de transportes, bem como apoio técnico e administrativo no âmbito da Diretoria de Planejamento e Pesquisa - DPP/DNIT.

(assinado eletronicamente)
BRUNO VENDRAMINI DOS SANTOS
Analista em Infraestrutura de Transportes

(*assinado eletronicamente*)
THIAGO DAVI ROSA
Analista em Infraestrutura de Transportes

Ciente e de acordo com as informações prestadas, aprovo o presente Termo de Referência.

(assinado eletronicamente)
LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO
Diretor de Planejamento e Pesquisa

25. ANEXO I -A - EXEMPLO DE APLICAÇÃO DO MODELO DE AVALIAÇÃO

25.1. Com o intuito de demonstrar a aplicação do processo de avaliação das ações componentes de cada Produto é importante abordar um caso exemplificativo para que se esclareça todos os pontos relevantes da aplicação. Pra isso, foi tomado como exemplo a "Ação 1 - Assessoria Técnico-Administrativa" do Produto 1 - DPP.

25.2. Conforme explicitado no **Quadro 10** do deste Termo de Referência a Ação 1 é composta por 3 Atividades, com correspondentes classificações, além disso, de acordo com o **Quadro 7** foi possível verificar que o **PESO** das atividades integrantes da Ação 1 é **1,0**.(um) vide **Quadro 1A**.

Quadro 1A - Atividades

Ação	Peso	Item	Atividade	Classificação
Ação 1 - Assessoria Técnico-Administrativa	**1,0**	1.1	Coordenar a execução dos serviços previstos para a Ação 1, 2, 3 e 4 da Diretoria de Planejamento e Pesquisa.	Permanente
		1.2	Analisar processos, elaborar pareceres e notas técnicas assessoradas.	Permanente
		1.3	Aprimorar o controle e padronização da Assessoria DPP, manter os controles e estatísticas dos processos e demandas no âmbito da DPP, além de acompanhar os prazos das atividades e processos.	Permanente /Programada

25.3. De posse das informações supracitadas foram listadas todas as sub-atividades realizadas no período analisado e aplicado o Processo de Avaliação (vide ***Quadro 7** deste Termo de Referência*) para que fosse possível obter a Nota Final relativa a Ação em análise. O processo estratificado de cálculo está apresentado no **Quadro 2A** a seguir.

Quadro 2A - Processo de Avaliação

Ação	Atividade	Sub-atividade	Classificação	Critério de Ponderação		Critério de Desempenho[1]			Nota Parcial - N.P (B * (C + D + E) / n)
				(A) Criticidade	(B) Peso	(C) Prazo	(D) Forma	(E) Argumento	
1	1.2	1.2.1	Permanente	2	1,0	0,0	1,0	0,5	0,50
		1.2.2	Permanente	2	1,0	1,0	1,0	1,0	1,00
		1.2.3	Permanente	2	1,0	1,0	NA	1,0	0,00
	1.3	1.3.1	Permanente	2	1,0	1,0	0,5	NA	0,00
		1.3.2	Programada	2	1,0	0,0	-	0,50	0,25
		1.3.3	Programada	2	1,0	1,0	-	0,30	0,65
			Soma Peso = ∑ (S.P.)		**6,0**		**Soma Nota Parcial = ∑ (N.P.)**		**2,4**

[1]NA: Não Atendida

Nota Final (NF) = ∑ (N.P.) / ∑ (S.P.)	
NOTA FINAL DA AÇÃO:	**0,40**

25.4. Destaca-se que, conforme exposto no Termo de Referência, a Atividade 1.1, referente à Coordenação do Produto, não foi alvo do Processo de Avaliação tendo em vista que o desempenho desta atividade de coordenação é diretamente proporcional ao desempenho obtido nas demais atividades componentes do Produto.

25.5. Salienta-se, ainda, que conforme apresentado no Termo de Referência, a Atividade 1.3 possui classificação "Permanente / Programada", motivo pelo qual as sub-atividades que compõe essa atividade foram classificadas individualmente de acordo com as suas características.

25.6. Conforme avaliado no **Quadro 2A**, a Nota Final (NF) da Ação 1 foi **0,40**. Entretanto, é necessário que esta nota seja enquadrada nos critérios de ponderação expostos no **Quadro 9** do Termo de Referência para que se obtenha o Fator de Ponderação da Medição (F.P.M). O **Quadro 3A** demonstra o enquadramento supracitado.

Quadro 3A - Critério de Medição da Ação

Desempenho	Intervalo da NF	Fator de Ponderação da Medição (F.P.M)
Alto	NF >= 0,8	1,0
Médio	0,8 < NF <=0,6	0,8
Baixo	**NF < 0,6**	**0,6**

25.7. Do quadro anterior, verifica-se que, como a **NF** < 0,6, o **F.P.M** para a Ação 1 é igual a **0,6**. Com isso, aplica-se a *Equação nº 1 do Estudo Técnico Preliminar* conforme segue:

V.F.M.(P1) = F.P.M x V.O

Em que:

V.F.M (P1): Valor Final Mensal da Ação (a preços iniciais)

V.O: Valor Ofertado pela Contratada para a Ação = R$ 115.604,08 (suponto que o valor ofertado coincide com o valor orçado pela Administração)

F.P.M.: Fator de Ponderação da Medição = 0,6 (conforme Quadro 3A)

Com isso:

V.F.M.(P1) = 0,6 x 115.604,08

V.F.M.(P1) = R$ 69.362,45

25.8. Portanto, considerando a memória de cálculo apresentada o valor da medição da Ação 1 para o período avaliado foi de **R$69.362,45** (sessenta e nove mil trezentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), a preços iniciais, aplicando-se o Processo de Avaliação descrito no Termo de Referência.

26. ANEXO I -B - ESTRUTURA MÍNIMA REFERENCIAL DOS RELATÓRIOS MENSAIS DOS PRODUTOS

26.1. Os Relatórios mensais referentes às atividades a serem realizadas pela contratada em relação a cada Ação/Produto deverão conter, no que couber, as informações descritas a seguir:

a) Capa e Contracapa;

b) Índice;

c) Apresentação;

d) Caracterização do Contrato;

e) Recursos mobilizados;

f) Acompanhamento, Monitoramento e Controle das fases de cada Demanda;

g) Indicação de não-conformidades e Plano de Recuperação;

h) Conclusões e Recomendações;

i) Anexos;

j) Logomarcas.

26.1.1. Capa e Contracapa

26.1.1.1. As capas e contracapas dos relatórios devem, obrigatoriamente, conter os elementos gráficos e informações indicados a seguir : Titulo do Relatório, indicação do Produto, mês de referência, descrição do objeto, logomarca da empresa (s), logomarca DNIT, Ministério da Infraestrutura (ou que vier a substituir) e Governo Federal.

26.1.2. Índice

a) O relatório deverá conter um índice com itens, subitens e paginação correspondente ao texto do documento. Deverão constar também:

b) Lista de Figuras e Tabelas·

c) Lista de Abreviaturas e Siglas;

d) Referências Bibliográficas;

e) Anexos

26.1.3. Apresentação

a) Deverá apresentar, dentre outros, os seguintes dados:

b) Número, periodicidade e produto do relatório (por exemplo, 1º Relatório Mensal - Produto 1 - DPP);

c) Número do contrato;

d) Mês e ano das atividades a que se refere o Relatório

26.1.4. Caracterização do Contrato

26.1.4.1. Deverá apresentar todos os dados referentes ao contrato, tais como:

a) Processo administrativo (número);

b) Edital (número e objeto);

c) Publicação;

d) Número do Contrato;

e) Vigência;

f) Objeto do Contrato;

g) Prazo de execução;

h) Valor e caução;

i) Apostilas de reajustamento (quando houver) com valor e caução;

j) Aditivos (quando houver);

k) Dados de execução físico-financeira;

l) Escopo dos serviços: detalhamento do objeto do contrato e do produto afeto ao relatório, contendo a descrição sucinta das ações, cumprimento de condicionantes e outros.

26.1.5. Recursos mobilizados

a) Relação dos profissionais alocados no Produto naquele perídio, especificando:

b) Nome;

c) Formação;

d) Função/Participação no contrato:

- Indicar a qual Ação o profissional está vinculado;
- Indicar quais as atividades desempenhadas pelo profissional.

e) Lotação.

26.1.5.1. Descrição da infraestrutura montada para execução dos serviços, especificando sua localização e composição das equipes neles lotadas.

26.1.5.2. A contratada deverá apresentar a relação completa dos Materiais, Software, Licenças, Elementos de Multimídia, dentre outros, alocados no contrato, bem como apresentar a relação completa dos equipamentos de apoio alocados no contrato, tais como, Câmeras Fotográficas, Computadores,

Impressoras, dentre outros.

26.1.6. **Indicação de não-conformidades e Plano de Recuperação**

26.1.6.1. A Contratada deverá apresentar o panorama de todas as não-conformidades apresentadas na execução do Produto, bem como aquelas demandas que não obtiveram desempenho satisfatório na avaliação da fiscalização, com o detalhamento necessário ao entendimento da questão.

26.1.6.2. Deverá apresentar, ainda, o detalhamento dos planos de recuperação vigentes ou a serem implementados pela Contratada para o saneamento de não-conformidades ou melhorias nos processos relacionados à execução do Produto.

26.1.7. **Acompanhamento, Monitoramento e Controle das Demandas**

26.1.7.1. Deverá conte a listagem de todas as tarefas demandas/executadas no período com:

a) Indicação da ação;

b) Descrição da atividade;

c) Data de início;

d) Prazo para atendimento;

e) Data prevista de entrega;

f) Data efetiva de entrega.

g) Responsável pela execução.

h) Parâmetros de desempenho e ponderação atribuídos pela fiscalização do DNIT.

26.1.7.2. Listagem de toda a documentação produzida no período, incluindo documentos eletrônicos como relatórios, projetos, desenhos, dentre outros, com descrição sucinta de seu conteúdo e/ou objetivo

26.1.8. **Conclusões e Recomendações**

26.1.8.1. Destacar os principais resultados obtidos no período e recomendações para o próximo relatório, detalhando com clareza as providências, medidas e encaminhamentos sugeridos a serem demandados pela DPP.

26.1.9. **Anexos**

26.1.9.1. Cópias de todos os documentos produzidos no período:

a) Ofícios, Despachos, Notas Técnicas, Pareceres etc.;

b) Ordem de serviços;

c) Atas de reunião;

d) Dentre outros;

26.1.10. **Logomarcas**

26.1.10.1. Todo material produzido pela contratada que envolva a imagem do DNIT, como cartilhas, folder, cartazes, site, identidade visual, entre outros, deverá ser, obrigatoriamente, encaminhado à DPP para revisão e aprovação no mínimo 15 dias antes de sua publicação e distribuição. Desta forma deve-se:

a) Encaminhar, por meio de expediente formal, o material (folders, cartazes, site, identidade visual, entre outros), que deverá ser protocolado no Apoio da DPP/DNIT;

b) O material deverá ser aprovado pela equipe da DPP e também pela Assessoria de Comunicação do DNIT – ASCOM, após o que o mesmo poderá ser publicado/divulgado

26.1.10.2. A utilização das logomarcas do DNIT e do Governo Federal nas publicações deve seguir estritamente o previsto nos Manuais de Identidade Visual conforme pode ser acessado no sítio http://www.dnit.gov.br/copy_of_sala-de-imprensa/marcas-e-manuais.

27. ANEXO II - CONTEÚDO MÍNIMO DO ATLAS GERENCIAL

27.1. O Atlas Gerencial deverá seguir as premissas constantes normativas do Instituto de Pesquisa Rodoviária -IPR, disponível em http://ipr.dnit.gov.br/normas-e-manuais/index_html, e da Associação Brasileia de Normas Técnicas - ABNT, dentre os quais destacam-se:

DNIT 125/2010-PAD - Elaboração de desenhos para apresentação de projetos e para documentos técnicos em geral;

DNIT 126/2017-PAD - Codificação de documentos técnicos de engenharia;

Manual de Editoração - Publicação IPR n° 652;

Glossário de termos técnicos - Publicação IPR n° 700;

Glossário de termos da qualidade - Publicação IPR n° 701;

Glossário de termos técnicos ambientais - Publicação IPR n° 721;

NBR 6023:2018: Informação e documentação - Referência - Elaboração;

NBR 6024:2012: Informação e documentação - Numeração progressiva das seções de um documento - Apresentação;

NBR 6027:2012: Informação e documentação - Sumário - Apresentação;

NBR 6028:2003: Informação e documentação - Resumo - Apresentação;

NBR 6029:2006: Informação e documentação - Livros e folhetos - Apresentação;

NBR 6034:2004: Informação e documentação - Índice - Apresentação;

NBR 10520:2002: Informação e documentação - Citações;

27.2. Associado às disposições normativas listadas, a Atlas Gerencial conter as informações apresentadas a seguir, devendo-se tomá-las como mínimas.

I - CAPÍTULO I - INFORMAÇÕES TÉCNICO-ADMINISTRATIVAS

Resumo da carteira de contratos estratificada por Coordenação-Geral, contendo no mínimo:

Número de contratos;

Valor;

Extensão (estudos de viabilidade, projetos, desapropriação, declaração de utilidade pública vigente, gestão e estudo ambiental, licenças de instalação, licenças previas etc.)

Execução financeira, contendo no mínimo:

Informações atualizadas da LOA (orçamento autorizado, valor empenhando, valor liquidado, valor pago);

Restos a pagar – RAP (inscrito, liquidado, pago);

Valores liquidados de execução em relação a LOA + RAP.

Resumo da malha rodoviária federal e espacialização contendo no mínimo:

Malha pavimentada;

Malha não pavimentada;

Malha planejada.

II - CAPÍTULO II- INDICADORES DE DESEMPENHO E RESULTADOS

Indicadores afetos à Diretoria de Planejamento e Pesquisa propriamente dita e de suas Coordenações Setoriais, contendo no mínimo:

Nome e indicação do indicador;

Modelo matemático e forma de apuração;

Periodicidade e forma de coleta;

Histórico de apuração;

Análise crítica do desempenho apurado, com recomendação de providências, prazos e responsáveis se constatadas inconsistências ou oportunidades de melhorias.

III - CAPÍTULO III- ACOMPANHAMENTO DE LEVANTAMENTOS, ESTUDOS E PROJETOS

Mapas temáticos estratificados por área de estudo (CGPLAN, CGDESP, CGMAB e CGDR) divididos por região/estado, contendo os elementos gráficos necessários ao pleno entendimento e apresentando, no mínimo:

Rodovias federais;

Principais cidades;

Status dos estudos/projetos/empreendimentos;

Localização dos contratos, inclusive trechos, lotes, pontos, OAEs etc.;

Situação ambiental e de desapropriação e reassentamento;

Legendas.

Planilhas e gráficos gerencias de apoio aos mapas temáticos, contendo os elementos necessários ao pleno entendimento, inclusive das evoluções contratuais, e apresentando, de acordo com a característica de cada um dos produtos, no mínimo:

Coordenação;

Empreendimento;

Rodovia;

Trecho (km inicial – final);

Extensão;

Objeto;

Tipo (ação);

Contratada;

Status do Contrato;

Prazos (cronogramas);

Execução física e financeira;

Questões judiciais e afetas à Órgãos de Controle

IV - CONCLUSÃO

V - TERMO DE ENCERRAMENTO

28. **ANEXO III - LEI 13.971/2019 (PPA 2020-2023)**

28.1. Os documentos relativos ao Anexo IIII se encontram no SEI nº 4777031.

29. **ANEXO IV (A) - SALÁRIOS REFERENCIAS DOS PROFISSIONAIS (MÊS/ANO BASE: JANEIRO DE 2019)**

29.1. Os documentos relativos ao Anexo IV(A) se encontram no SEI nº 4071537.

30. **ANEXO IV (B) - RELATÓRIO DE ANÁLISE DA VALORAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE ENGENHARIA CONSULTIVA (REF. JANEIRO DE 2019)**

30.1. Os documentos relativos ao Anexo IV(B) se encontram no SEI nº 4071762.

31. **ANEXO IV (C) - PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

31.1. Os documentos relativos ao Anexo IV(C) se encontram no SEI nº 4071854.

32. **ANEXO V - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

32.1. Os documentos relativos ao Anexo V se encontram no SEI nº 4071928.

33. **ANEXO VI - MODELO DO QUADRO "PROPOSTA DA LICITANTE"**

33.1. Os documentos relativos ao Anexo VI se encontram no SEI nº 4072739.

34. **ANEXO VII - QUADROS A SEREM APRESENTADOS NA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA**

34.1. Os documentos relativos ao Anexo VII se encontram no SEI nº 4072842.

Documento assinado eletronicamente por **Bruno Vendramini dos Santos**, **Analista em Infraestrutura de Transportes**, em 03/02/2020, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Luiz Guilherme Rodrigues de Mello**, **Diretor de Planejamento e Pesquisa**, em 03/02/2020, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Thiago Davi Rosa**, **Analista em Infraestrutura de Transportes**, em 03/02/2020, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4922216** e o código CRC **42C1EF31**.

Referência: Processo nº 50600.009050/2019-80 SEI nº 4922216

Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A
CEP 70040-902
Brasília/DF | (061) 3315-4165

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº: 59149/2018

*** CERTIDÃO VÁLIDA SOMENTE COM A(S) RESSALVA(S) E OBSERVAÇÃO(ÇÕES) ***
*** ACOMPANHA ESTA CERTIDÃO ATESTADO(S) CONTENDO 12 FOLHA(S) **********

CERTIFICO PARA FINS DE ACERVO TÉCNICO QUE NOS ARQUIVOS DESTE CREA, CONSTA(M) ART(S) EM NOME DO PROFISSIONAL: .....

REYNALDO COSATI MEDEIROS.....

Registro.....: 1990100977.....

Titulo Profissional.....: ENGENHEIRO CIVIL .....

ART Nº IN00907099 - de 01/11/2012..... Natureza: OBRA E SERVICO.....

Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....

EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..

Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....

Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....

Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): ASSISTENCIA.....
(3): AVALIACAO.....

Especificação da Atividade (1): OUTROS.....

Complemento (1): RODOVIA .....

Informação Complementar: .....

RESP. TÉCNICO E ENG. SÊNIOR NOS SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E APOIO TÉCNICO PARA A ...
REALIZ. DE TRABALHOS DE GERENCIAMENTO VOLTADOS À ANÁLISE DE PROJETOS DE ENG., ...
GERENCIAMENTO AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E CONTROLE (APOIO TÉCNICO À SERVIÇOS REALIZADOS
PELA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA FUNDAÇÃO DER-RJ) .....

Nº do contrato: 024/2010.....

Data de Início: 04/05/2010.....

Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....

Valor de Contrato/Honorário: R$ 6.575.729,01.....

Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10º ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....

Vinculada a ART principal Nº: IN00381223 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....

Profissional: REYNALDO COSATI MEDEIROS.....

RNP Nº: 2005964085.....ENGENHEIRO CIVIL .....

.....

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

ART Nº IN00907124 - de 01/11/2012..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): AVALIACAO.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
1º ADITIVO DE READEQUAÇÃO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO. RESP. TÉCNICO E ENG. .....
SÊNIOR NOS SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E APOIO TÉC. PARA A REALIZ. DE TRAB. DE .....
GERENCIAMENTO VOLTADOS Á ANÁLISE DE PROJETOS DE ENG., GERENC. AMBIENTAL, PLANEJAMENTO
E CONTROLE (APOIO TÉCNICO Ã SERVIÇOS REALIZADOS PELA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA ...
FUNDAÇÃO DER-RJ) .....
Nº do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 04/05/2010.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 6.575.729,01.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10º ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal Nº: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP Nº: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART Nº IN00907157 - de 01/11/2012..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): AVALIACAO.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
2° ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO. RESP. TÉCNICO E ENG. SÊNIOR NOS SERV. .....
CONTÍNUOS DE CONSULT. E APOIO TÉC. PARA A REALIZ. DE TRAB. DE GERENCIAMENTO VOLTADOS .
À ANÁLISE DE PROJETOS DE ENG., GERENC. AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E CONTROLE (APOIO .....
TÉCNICO À SERVIÇOS REALIZADOS PELA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA FUNDAÇÃO DER-RJ) ....
N° do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 04/05/2010.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 6.575.729,01.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10° ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal N°: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP N°: 2001606811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART N° IN00907177 - de 01/11/2012..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): AVALIACAO.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
1° APOST. - RESP. TÉCNICO E ENG. SÊNIOR NOS SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E APOIO TÉC. .
PARA A REALIZ. DE TRAB. DE GERENCIAMENTO VOLTADOS À ANÁLISE DE PROJETOS DE ENG., ...
GERENC. AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E CONTROLE (APOIO TÉCNICO À SERVIÇOS REALIZADOS PELA .
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA FUNDAÇÃO DER-RJ) .....
N° do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 04/05/2010.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 6.680.254,21.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10° ANDAR - CENTRO.....

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal Nº: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP Nº: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART Nº IN00907193 - de 01/11/2012..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): AVALIACAO.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
3º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO + 365 E ACRÉSCIMO DO VALOR R$6.575.729,01. .
RESP. TÉCNICO E ENG. SÊNIOR NOS SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E APOIO TÉC. PARA A .....
REALIZ. DE TRAB. DE GERENCIAMENTO VOLTADOS À ANÁLISE DE PROJETOS DE ENG., GERENC. ....
AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E CONTROLE (APOIO TÉCNICO À SERVIÇOS REALIZADOS PELA .....
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA FUNDAÇÃO DER-RJ) .....
Nº do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 04/05/2011.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 13.151.458,02.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10º ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal Nº: IN00908655 - Data de Pagamento: 05/11/2012.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP Nº: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART Nº IN00907203 - de 01/11/2012..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): AVALIACAO.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
2° APOST. - RESP. TÉCNICO E ENG. SÊNIOR NOS SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E APOIO TÉC. .
PARA A REALIZ. DE TRAB. DE GERENCIAMENTO VOLTADOS À ANÁLISE DE PROJETOS DE ENG., ...
GERENC. AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E CONTROLE (APOIO TÉCNICO À SERVIÇOS REALIZADOS PELA .
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA FUNDAÇÃO DER-RJ) .....
N° do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 05/05/2011.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 13.680.038,13.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10° ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal N°: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP N°: 2001606811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART N° IN00907214 - de 01/11/2012..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): AVALIACAO.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
4° TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR DE R$1.640.880,09 - RESP. TÉCNICO E ENG. .....
SÊNIOR NOS SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E APOIO TÉC. PARA A REALIZ. DE TRAB. DE .....
GERENCIAMENTO VOLTADOS À ANÁLISE DE PROJETOS DE ENG., GERENC. AMBIENTAL, PLANEJAMENTO
E CONTROLE (APOIO TÉCNICO À SERVIÇOS REALIZADOS PELA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA ...

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

FUNDAÇÃO DER-RJ) .....
Nº do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 05/05/2011.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor do Contrato/Honorário: R$ 15.320.918,22.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10º ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal Nº: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP Nº: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART Nº IN00907227 - de 01/11/2012..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): AVALIACAO.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
5º TERMO ADITIVO DE READEQUAÇÃO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO. RESP. TÉCNICO E ENG. SÊNIOR NOS SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E APOIO TÉC. PARA A REALIZ. DE TRAB. DE ..... GERENCIAMENTO VOLTADOS À ANÁLISE DE PROJETOS DE ENG., GERENC. AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E CONTROLE (APOIO TÉCNICO À SERVIÇOS REALIZADOS PELA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA ... FUNDAÇÃO DER-RJ) .....
Nº do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 05/05/2011.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor do Contrato/Honorário: R$ 15.320.918,22.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10º ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal Nº: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP Nº: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

.....
ART Nº IN00907233 - de 01/11/2012..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): AVALIACAO.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
3º APOST. - RESP. TÉCNICO E ENG. SÊNIOR NOS SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E APOIO TÉC. .
PARA A REALIZ. DE TRAB. DE GERENCIAMENTO VOLTADOS À ANÁLISE DE PROJETOS DE ENG., ...
GERENC. AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E CONTROLE (APOIO TÉCNICO À SERVIÇOS REALIZADOS PELA .
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA FUNDAÇÃO DER-RJ) .....
Nº do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 04/05/2012.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 15.426.737,07.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10º ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal Nº: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP Nº: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART Nº IN00907244 - de 01/11/2012..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): AVALIACAO.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
6° TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO + 365 DIAS E ACRÉSCIMO DE R$8.216.609,07. RESP. .....
TÉCNICO E ENG. SÊNIOR NOS SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E APOIO TÉC. PARA A REALIZ. DE .
TRAB. DE GERENCIAMENTO VOLTADOS À ANÁLISE DE PROJETOS DE ENG., GERENC. AMBIENTAL, ...
PLANEJAMENTO E CONTROLE (APOIO TÉCNICO À SERVIÇOS REALIZADOS PELA ASSESSORIA DE .....
PLANEJAMENTO DA FUNDAÇÃO DER-RJ) .....
N° do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 04/05/2012.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 23.643.346,14.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10° ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal N°: IN00908683 - Data de Pagamento: 03/12/2012.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP N°: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART N° IN00907252 - de 01/11/2012..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): AVALIACAO.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
4° APOST. - RESP. TÉCNICO E ENG. SÊNIOR NOS SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E APOIO TÉC. .
PARA A REALIZ. DE TRAB. DE GERENCIAMENTO VOLTADOS À ANÁLISE DE PROJETOS DE ENG., ...
GERENC. AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E CONTROLE (APOIO TÉCNICO À SERVIÇOS REALIZADOS PELA .
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA FUNDAÇÃO DER-RJ) .....
N° do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 04/05/2012.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 24.970.769,70.....

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10° ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal N°: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP N°: 2001686811.....ENGENHKIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART N° IN01289106 - de 11/08/2014..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): ASSISTENCIA.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
7° ADITIVO - SEM REFL. FIN. - CORRESP. TÉCNICO NOS SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E .....
APOIO TÉC. PARA A REALIZ. DE TRAB. DE GERENCIAMENTO VOLTADOS À ANÁLISE DE PROJETOS DE
ENG., GERENC. AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E CONTROLE (APOIO TÉCNICO À SERV. REALIZADOS ...
PELA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA FUND. DER-RJ). .....
N° do contrato: 024/2010.....
Data de Inicio: 04/05/2012.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor da Contrato/Honorário: R$ 24.970.769,70.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10° ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal N°: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP N°: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART N° IN01289123 - de 11/08/2014..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): AVALIACAO.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
8º ADIT. PRORROG. (365 DIAS), AUMENTO VALOR R$ 8.216.609,07 - RESP. TÉC./ENG. SÊNIOR .
NOS SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E AP. TÉC. P/ A REALIZ. DE TRAB. DE GERENC. VOLTADOS .
À ANÁLISE DE PROJ. DE ENG., GERENC. AMB., PLANEJ. E CONTROLE (AP. TÉC. À SERV. .....
REALIZADOS PELA ASSES. DE PLANEJ. DA FUND. DER-RJ) .....
Nº do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 04/05/2013.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 33.187.378,77.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10º ANDAR - CONJ. C E D - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal Nº: IN01235868 - Data de Pagamento: 26/05/2014.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP Nº: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART Nº OL00236320 - de 20/08/2015..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ANALISE.....
(2): ASSESSORIA.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
5º APOSTILA, AUMENTO VALOR R$ 1.864.334,38 - CORRESP. TÉC. NOS SERV. CONTÍNUOS DE ....
CONSULT. E AP. TÉC. P/ A REALIZ. DE TRAB. DE GERENC. VOLTADOS À ANÁLISE DE PROJ. DE ..
ENG., GERENC. AMB., PLANEJAMENTO E CONTROLE (AP. TÉC. À SERV. REALIZADOS PELA ASSES. .
DE PLANEJAMENTO DA FUND. DER-RJ) .....

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

Nº do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 30/12/2013.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....124 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 35.051.713,15.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10º ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal Nº: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP Nº: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART Nº OL00236330 - de 20/08/2015..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ANALISE.....
(2): ASSESSORIA.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
9º ADIT. PRORROG. (365 DIAS), ACRÉSC. DE R$ 8.126.609,07 - RESP. TÉC./ENG SÊNIOR - ...
SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E AP. TÉC. P/ A REALIZ. DE TRAB. DE GERENC. VOLTADOS Ã ...
ANÁLISE DE PROJ. DE ENG., GERENC. AMB., PLANEJAMENTO E CONTROLE (AP. TÉC. Ã SERV. ....
REALIZADOS PELA ASSES. DE PLANEJ. DA FUND. DER-RJ) .....
Nº do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 04/05/2014.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 43.268.322,22.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10º ANDAR - CONJ. C E D - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal Nº: OL00234577 - Data de Pagamento: 18/08/2015.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP Nº: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART Nº OL00236344 - de 20/08/2015..... Natureza: OBRA E SERVICO.....

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ANALISE.....
(2): ASSESSORIA.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
6º APOSTILA, AUMENTO VALOR R$ 1.864.334,38 - RESP. TÉC./ENG. SÊNIOR NOS SERV. .....
CONTÍNUOS DE CONSULT. E AP. TÉC. P/ A REALIZ. DE TRAB. DE GERENC. VOLTADOS À ANÁLISE .
DE PROJ. DE ENG., GERENC. AMB., PLANEJAMENTO E CONTROLE (AP. TÉC. À SERV. REALIZADOS .
PELA ASSES. DE PLANEJAMENTO DA FUND. DER-RJ) .....
Nº do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 20/08/2014.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....256 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 45.875.515,13.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10º ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal Nº: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP Nº: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART Nº OL00289953 - de 12/11/2015..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): CONSULTORIA.....
(2): PLANEJAMENTO.....
(3): PROJETO.....
Especificação da Atividade (1): REFORMA.....
Complemento (1): EDIFICACAO COMERCIAL .....
Informação Complementar: .....

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

SERVIÇOS DE CONSULTORIA E APOIO TÉCNICO NO GERENCIAMENTO, SUPERVISÃO, ACOMPANHAMENTO . E CONTROLE DO PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESTINADOS A REFORMA COM ALTERAÇÃO DE LEIAUTE E MODERNIZAÇÃO, "RETROFIT", DO EDIFÍCIO SEDE DA ..... FUNDAÇÃO DER-RJ. .....

Nº do contrato: 024/2010.....

Quantificação: 12.800,00 m2.....

Data de Início: 31/08/2011.....

Prazo do Contrato: DETERMINADO.....150 dia(s).....

Valor de Contrato/Honorário: R$ 6.575.729,01.....

Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10º ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....

Vinculada a ART principal Nº: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....

Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....

RNP Nº: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....

.....

ART Nº OL00298899 - de 25/11/2015..... Natureza: OBRA E SERVICO.....

Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....

EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..

Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....

Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....

Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): ASSISTENCIA.....
(3): CONSULTORIA.....

Especificação da Atividade (1): OUTROS.....

Complemento (1): RODOVIA .....

Informação Complementar: .....

7º APOSTILA, AUMENTO VALOR R$ 125.228,19 - CORRESP. TÉC. NOS SERV. CONTÍNUOS DE ..... CONSULT. E AP. TÉC. P/ A REALIZ. DE TRAB. DE GERENC. VOLTADOS À ANÁLISE DE PROJ. DE .. ENG., GERENC. AMB., PLANEJAMENTO E CONTROLE (AP. TÉC. À SERV. REALIZADOS PELA ASSES. . DE PLANEJAMENTO DA FUND. DER-RJ). .....

Nº do contrato: 024/2010.....

Data de Início: 02/05/2015.....

Prazo do Contrato: DETERMINADO.....1 dia(s).....

Valor de Contrato/Honorário: R$ 46.000.742,42.....

Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10º ANDAR - CONJ. C E D - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

Vinculada a ART principal Nº: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP Nº: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
RESSALVAS: .....
O Atestado em anexo não confere reconhecimento de habilitação profissional para o(s) .
serviço(s) referente(s) a GEOLOGIA [ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E ESTUDOS ..
GEOLÓGICOS], GEOGRAFIA [ELABORAÇÃO DE MAPAS TEMÁTICOS] E AGRONOMIA [ANÁLISE E .....
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E ESTUDOS DE ZOOPASSAGENS, DE REPOSIÇÃO FLORESTAL, DE ....
PLANTIOS COMPENSATÓRIOS E DE SUPRESSÃO VEGETAL] o(s) qual(is) e(são) atribuiçao(es) ..
que exige(m) responsabilidade Técnica de um GEÓLOGO, GEÓGRAFO E ENGENHEIRO AGRÔNOMO ..
OBSERVAÇÕES: .....
Atestado complementar ao atestado vinculado à CAT nº 79272/2015, de 02/12/2015. .....

Rio de Janeiro, 25 de Junho de 2018

ROSIANE DA SILVA MOULIN CURTI
Coordenadora de Acervo Técnico - Mat. 584
(POR DELEGAÇÃO)

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CREA-RJ

Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Obras
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

CERTIDÃO Nº 56 /2018

Certifico, em cumprimento do despacho exarado em vinte e um de maio de dois mil e dezoito pela Diretoria de Administração da Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ 28.521.870/0001-25, para fins de averbação em Conselho de Entidade de Classe, que de acordo com o consignado no processo número E-17/003.004396/2018, que teve como origem o requerimento da Empresa PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE CIVIL LTDA., CERTIFICO em complemento a Certidão nº 046/2015, datada de 09/11/2015, que as fls 04 à 12 do processo acima mencionado consta o seguinte: DADOS CONTRATUAIS: Licitação: Nº 007/2010, Concorrência: ALC Nº 003/2010, Número do Processo Administrativo: E-17/200.259/2010, Número do Contrato: 024/2010, Data de Assinatura: 20/04/2010, Data Publicação do Extrato no DOE/RJ: 27/04/2010, Data do Inicio dos Serviços: 04/05/2010, Prazo contratual: 365 dias, Data Prevista para o Término dos Serviços: 03/05/2013, Data do Término do Serviços: 03/05/2015, Valor Original: R$ 6.575.729,01, 1ª Periodicidade anual (Termo de Apostilamento): R$ 104.525,20, 1ª Periodicidade anual – 1ª complementação (Termo de Apostilamento): R$ 424.054,91, 1ª Periodicidade anual – 2ª complementação (Termo de Apostilamento): R$ 105.818,85, 2ª Periodicidade anual (Termo de Apostilamento): R$ 1.327.423,56, 3ª Periodicidade anual (Termo de Apostilamento): R$ 1.864.334,38, 4ª Periodicidade anual (Termo de Apostilamento): R$ 2.607.192,01, 5ª Periodicidade anual (Termo de Apostilamento): R$ 125.228,19, Termo Aditivo I: Readequação do Cronograma Físico-Financeiro, sem reflexo financeiro, Termo Aditivo II: Alteração do Orçamento Oficial do Contrato, sem reflexo financeiro; Termo Aditivo III: R$ 6.575.729,01 – Prorrogação de 365 dias; Termo Aditivo IV: R$ 1.640.880,09; Termo Aditivo V: Readequação do Cronograma Físico-Financeiro, sem reflexo financeiro; Termo Aditivo VI: R$ 8.216.609,07 – Prorrogação de 365 dias; Termo Aditivo VII: Retificação e Ratificação, readequação do cronograma físico-financeiro, sem reflexo financeiro; Termo Aditivo VIII: R$ 8.216.609,07 – Prorrogação de 365 dias; Termo Aditivo IX: R$ 8.216.609,07 – Prorrogação de 365 dias; Valor Total do Contrato: R$ 46.000.742,42. Os serviços foram parcialmente financiados pela CAF –

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ, JUNTO COM A(S) ART(s) DE NÚMERO: IN00907099 IN00907124 IN00907157 IN00907177 IN00907193 IN00907203 IN00907214 IN00907227 IN00907233 IN00907244 IN00907252 IN01289105 IN01289123 OL00236320 OL00236330 OL00236344 OL00289953 OL00289999 , FAZENDO PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO NÚMERO: 58148/2018, FOLHA NÚMERO: 15/26 RIO DE JANEIRO, 25/06/2018

Autenticação Cartório

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA-RJ

Coordenadora de Acervo Técnico (POR DELEGAÇÃO)

Corporação Andina de Fomento, envolvendo recursos externos da ordem de US$ 319.675.000 (dólares americanos), de acordo com o contrato assinado com o Estado do Rio de Janeiro, aprovado em 13.09.2012, desembolsados na forma definida entre as partes. OBJETO DO CONTRATO: Serviços contínuos de consultoria e apoio técnico para realização de trabalhos de gerenciamento voltados à análise de projetos de engenharia, gerenciamento ambiental, planejamento e controle (apoio técnico a serviços realizados pela Assessoria de Planejamento – APL da Fundação DER-RJ.

AS PRINCIPAIS ATIVIDADES ENVOLVERAM, AINDA:

Gerenciamento dos projetos realizado através da implantação de Escritório de Gestão de Projetos – EGP para aplicação e integração apropriados dos quarenta e sete processos de gerenciamento de projetos, agrupados em cinco grupos de processos (iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle e encerramento) utilizando a metodologia baseada no PMBok (Project Management Body of Knowledge) do Instituto PMI (Project Management Institute), envolvendo as seguintes disciplinas (integração, escopo, tempo, custo, qualidade, recursos humanos, comunicação, risco, aquisições e gerenciamento das partes interessadas), o que proporcionou a configuração e implantação de um ambiente para tomada de decisão em grupo (sala de situação) composta por indicadores de desempenho construídos sob a metodologia do Balanced Scorecard – BSC, abrangendo todos os estágios.

ANÁLISE DE PROJETOS E ESTUDOS ELABORADOS POR TERCEIROS:

Dentre os estudos e projetos analisados, destacam-se:

- Projeto executivo de engenharia para restauração da Rodovia RJ-116, trecho Miracema (CD) – Laje de Muriaé (CD), com 27,80 km de extensão, Travessia Urbana de Miracema e Laje do Muriaé, incluindo alargamento e reforço de OAEs.
- Projeto de engenharia para restauração da Rodovia RJ-220, trecho Entr. BR-356 (Trevo de Raposo/Itaperuna) – Div. RJ/MG (Porciúncula), com 38,40 km de extensão, Travessia Urbana de Natividade e Porciúncula, incluindo alargamento e reforço de OAEs.
- Projeto de engenharia para implantação da Rodovia RJ-230, trecho fim do pavimento (Rosal/Bom Jesus do Itabapoana) – início do pavimento (Santa Rita do Prata/Varre-Sai), com 16,20 km de extensão, incluindo a implantação de OAE.

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ, JUNTO COM A(S) ART(s) DE NÚMERO: IN00907099 IN00907124 IN00907157 IN00907177 IN00907193 IN00907203 IN00907214 IN00907227 IN00907233 IN00907244 IN00907252 IN01289106 IN01289123 OL00236320 OL00236330 OL00236344 OL00289953 OL00289999 , FAZENDO PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO NÚMERO: 59149/2018, FOLHA NÚMERO: 16/26 RIO DE JANEIRO - 25/06/2018

Autenticação Cartório

- Projeto de engenharia para implantação da Rodovia RJ-230, trecho Entr. RJ-214 (Faz. Providência/Varre-Sai) – início do pavimento (Santa Clara/Porciúncula), com 15,20 km de extensão, incluindo a implantação de OAE.

- Projeto de engenharia para restauração da Rodovia RJ-192, trecho BR-116 (Ponto de Pergunta/Itaocara) – Entr. RJ-158 (Dois Rios/São Fidélis), com 26,90 km de extensão.

- Projeto de engenharia para restauração da Rodovia RJ-158, trecho Entr. BR-116 (Trevo de Itaocara/Itaocara) – Ponte da Bóia (Div. Itaocara/Cambuci), com 18,80 km de extensão, Travessia Urbana de Portela e de Itaocara, incluindo reforço e recuperação de OAE.

- Projeto de engenharia para implantação da Rodovia RJ-158, trecho Entr. RJ-194/A1 (Ponte da Bóia/Itaocara) – Entr. RJ-234 (Angelin/São Fidélis), com 11,20 km de extensão.

- Projeto de engenharia para implantação da Rodovia RJ-206, trecho Entr. RJ-234 (Penedo/São Fidélis) – Entr. 202 (São João do Paraíso/Cambuci), com 18,80 km de extensão.

- Projeto de engenharia para implantação da Rodovia RJ-194, trecho Três Irmãos (Cambuci) – Entr. RJ-194/A1 (Ponte da Bóia/Cambuci), com 10,00 km de extensão.

- Projeto de engenharia para restauração da Rodovia RJ-194, trecho Entr. RJ-194/A1 (Ponte da Bóia/Cambuci) – Entr. RJ-234 (Pureza/São Fidélis), com 10,60 km de extensão.

- Projeto de engenharia para implantação da Rodovia RJ-198, trecho Entr. RJ-202 (Cruzeiro/Cambuci) – Entr. RJ-186 (Três Barras/São José de Ubá), com 13,50 km de extensão.

- Projeto de engenharia para implantação da Rodovia RJ-202, trecho Entr. RJ-198 (Cruzeiro/Cambuci) – Entr. RJ-206 (São João do Paraíso/Cambuci), com 11,00 km de extensão.

- Projetos básico/executivo de engenharia para restauração com alargamento e implantação de variante, terceiras faixas e acostamentos na Rodovia RJ-180, trecho Guriri (Campos dos Goytacazes) – BR-101 (Ponta da Lama/Campos dos Goytacazes), com 7,80 km de extensão, bem como o alargamento da ponte sobre o Rio Guriri, incluindo a Travessia Urbana de Guriri (construção de estacionamento, calçadas e ponto de ônibus).

- Projetos básico/executivo de engenharia para restauração com alargamento de terceiras faixas e acostamentos na Rodovia RJ-204, trecho Entr. BR-356 (Carcunda/Cardoso Moreira) – Entr. RJ-228 (Vila

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ, JUNTO COM A(S) ART(s) DE NÚMERO: IN00907099 IN00907124 IN00907157 IN00907177 IN00907193 IN00907203 IN00907214 IN00907227 IN00907233 IN00907244 IN00907252 IN01286106 IN01286123 OL00236320 OL00236330 OL00236344 OL00286953 OL00286999 , FAZENDO PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO NÚMERO 59149/2018, FOLHA NÚMERO 17/26.RIO DE JANEIRO - 26/06/2018

Autenticação Cartório

Nova de Campos/Campos dos Goytacazes), com 19,60 km de extensão, bem como a elevação e reimplantação da ponte sobre o Rio Muriaé.

- Projetos básico/executivo de engenharia para restauração com alargamento de terceiras faixas e acostamentos na Rodovia RJ-194, trecho Entr. BR-101 (Campos dos Goytacazes) – Entr. RJ-196 (Campo Novo/São Francisco do Itabapoana), com 27,70 km de extensão, incluindo a Travessia Urbana de Campos.

- Projetos básico/executivo de engenharia para implantação e restauração na Rodovia RJ-196, trecho Entr. RJ-216 (Campo Limpo/Campos dos Goytacazes) – Div. Campos dos Goytacazes/São João da Barra (Pipeiras), com 13,40 km de extensão.

- Projetos básico/executivo de engenharia para restauração com alargamento e implantação de variante e acostamentos na Rodovia RJ-196, trecho Entr. RJ-232 (Guaxindiba/São Francisco de Itabapoana) – Barra de Itabapoana (São Francisco de Itabapoana), com 22,50 km de extensão, incluindo as Travessias Urbanas de Guaxindiba, Barrinha, Buena e Lagoa Doce.

Lote 04:

- Projetos executivo de engenharia para restauração com duplicação na Rodovia RJ-106, trecho Entr. RJ-106/RJ-104 (fim da pista dupla/São Pedro da Aldeia) – Botafogo, com 17,17 km de extensão, implantação de ciclovia na Travessia Urbana de São Pedro da Aldeia, restauração e reimplantação de OAEs.

- Projetos executivo de engenharia para implantação na Rodovia RJ-140, trecho Entr. RJ-140 (São Vicente de Paulo/Araruama) – Entr. BR-101 (Professor Souza/Casemiro de Abreu), com 35,70 km de extensão, incluindo a implantação de OAEs.

- Projetos executivo de engenharia para implantação na Rodovia RJ-162, trecho Entr. BR-101 (Rio Dourado/Casemiro de Abreu) – Ponte do Baião (Sobre o Rio Macaé), com 10,70 km de extensão, incluindo a implantação de OAE.

- Projeto executivo de engenharia para implantação, pavimentação e restauração da Rodovia RJ-115, trecho fim do pavimento (Miguel Pereira/CD) – início do pavimento (Tinguá/Vassouras), com 22,00 km de extensão.

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ,
JUNTO COM A(S) ART(s) DE NÚMERO: IN00907099
IN00907124 IN00907157 IN00907177 IN00907183 IN00907203
IN00907214 IN00907227 IN00907233 IN00907244 IN00907252
IN01289106 IN01289123 OL00236320 OL00236330
OL00236344 OL00289953 OL00298899 , FAZENDO PARTE
INTEGRANTE DA CERTIDÃO NÚMERO: 59149/2018, FOLHA
NÚMERO: 1B/26 RIO DE JANEIRO - 26/06/2018

Autenticação Cartório

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CREA-RJ

- Projeto executivo de engenharia para implantação, pavimentação e restauração da Rodovia RJ-123, trecho Entr. BR-393 (Massambara/Vassouras) – Secretário/CD (Petrópolis), com 53,00 km de extensão.

- Projeto executivo de engenharia para implantação, pavimentação e restauração da Rodovia RJ-127, trecho Mendes – Entr. BR-393 (Trevo de Vassouras), com 14,30 km de extensão, incluindo a implantação de OAE.

- Projeto executivo de engenharia para implantação, pavimentação e restauração da Rodovia RJ-130, trecho Teresópolis (Entr. BR-116) – Nova Friburgo (Entr. RJ-116), com 66,70 km de extensão, incluindo reforço e alargamento de OAEs.

- Projeto executivo de engenharia para implantação, pavimentação e restauração da Rodovia RJ-134, trecho Posse (Petrópolis) – Entr. BR-116 (Sobradinho/Teresópolis), com 39,40 km de extensão.

- Projeto executivo de engenharia para implantação e pavimentação da Rodovia RJ-141, trecho Dorândia/CD (Barra do Piraí) – Entr. RJ-143 (São José do Turvo/Barra do Piraí), em área urbana, com 16,50 km de extensão, incluindo implantação de OAEs.

- Projeto executivo de engenharia para implantação e pavimentação da Rodovia RJ-141, trecho Entr. Rua Capitão Manoel Torres – Vargem Alegre (Barra do Piraí), com 22,30 km de extensão, incluindo implantação de OAEs.

- Projeto executivo de engenharia para restauração da Rodovia RJ-145, trecho Entr. BR-393 (Barra do Piraí) – Entr. RJ-147 (Valença), com 32,50 km de extensão, incluindo implantação de novas OAEs e recuperação, reforço e alargamento das existentes, implantação de ciclovia.

- Projeto executivo de engenharia para implantação e pavimentação (asfalto borracha) da Rodovia RJ-151, trecho Entr. BR-145 (Manuel Duarte/Valença) – Entr. RJ-137 (Ponte do Zacarias/Valença), com 77,70 km de extensão, com Travessia Urbana em Parapeúna, incluindo implantação de novas OAEs e recuperação, reforço e alargamento das existentes.

- Projeto executivo de engenharia para implantação e pavimentação da Rodovia RJ-161, trecho fim do pavimento (Casa da Lua/Resende) – Div. RJ/SP, com 18,50 km de extensão, incluindo recuperação, reforço e alargamento das existentes.

P.6

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ, JUNTO COM A(S) ART(s) DE NÚMERO: IN00907099 IN00907124 IN00907157 IN00907177 IN00907193 IN00907203 IN00907214 IN00907227 IN00907233 IN00907244 IN00907252 IN01289106 IN01289123 OL00236320 OL00236330 OL00236344 OL00289863 OL00289899 , FAZENDO PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO NÚMERO: 5914/2018, FOLHA NÚMERO: 19/26.RIO DE JANEIRO - 25/06/2018

Rosângela da S. Andrade Cunha
Coordenadora de Acervo Técnico
(POR DELEGAÇÃO)
Crea-RJ

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CREA-RJ

Autenticação Cartório

- Projeto executivo de engenharia para implantação e pavimentação da RJ 178/180, trecho Div. Quissamã/Campos dos Goytacazes – Dores de Macabu/Campos dos Goytacazes, em perímetro urbano, com 7,10 km de extensão, incluindo implantação de OAEs.

- Projeto básico/executivo para restauração da Rodovia RJ-158, trecho angelim (São Fidélis) – Entr. RJ-192 (Dois Rios/São Fidélis), com 3,70 km de extensão, incluindo recuperação e reforço de OAE.

- Projeto executivo para implantação e pavimentação da Rodovia RJ-194/196, trecho Div. Campos dos Goytacazes/São Francisco de Itabapoana – Gargaú (São Francisco de Itabapoana), área urbana, com 18,30 km de extensão, incluindo recuperação e reforço de OAE.

- Projeto básico/executivo para restauração da Rodovia RJ-180, trecho Dores de Macabu (Campos dos Goytacazes) – Guriri (Campos dos Goytacazes), com 14,80 km de extensão, incluindo implantação, recuperação e reforço de OAE.

- Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Financeira do Sistema Rodoviário RJ-106.

- Projeto executivo de engenharia para restauração da Rodovia RJ-196/BR-356, trecho interseção RJ-196/BR-356 – Campos dos Goytacazes para compatibilização o acesso sul à nova ponte sobre o Rio Paraíba do Sul, com 0,396 km de extensão.

- Projeto básico de engenharia para implantação e pavimentação da Via Light (Lote 01), trecho Rio Pavuna – interseção com a Avenida Brasil na Rua Gaspar Adorno, com 3,40 km de extensão (pista dupla), inclusive túneis.

- Projeto de implantação da Estrada Parque RJ-165, trecho Parati – Cunha, com 11.50km de extensão, incluindo a substituição de OAEs e implantação de ciclovia.

- Projeto Executivo de Engenharia para implantação e pavimentação da Interseção do Acesso ao novo Aeroporto de São Tomé com a RJ-216, localizada no Município de Campos dos Goytacazes.

DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS:

Dentre os estudos e projetos elaborados no decorrer do contrato, destacam-se:

- Projeto de engenharia para reabilitação do pavimento e melhorias operacionais na Rodovia RJ-186, trecho Div. MG/RJ – Div. RJ/ES, passando pelo perímetro urbano de Santo Antônio de Pádua, com 102km de extensão, abrangendo implantação de faixas adicionais e acostamentos, alargamento e reforço

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ.
JUNTO COM A(S) ART(s) DE NÚMERO: IN00907099
IN00907124 IN00907157 IN00907177 IN00907193 IN00907203
IN00907214 IN00907227 IN00907233 IN00907244 IN00907252
IN01289106 IN01289123 OL00236320 OL00236330
OL00236344 OL00289953 OL00289899 , FAZENDO PARTE
INTEGRANTE DA CERTIDÃO NÚMERO: 56149/2018, FOLHA
NÚMERO: 20/26 RIO DE JANEIRO - 25/06/2018

Rosilene Ma S. Martin Curti
Coordenadora de Apoio Técnico
(POR DELEGAÇÃO)

Autenticação Cartório

do viaduto e das pontes ao longo da rodovia (1 viaduto e 16 pontes), incluindo interseções, retornos e acessos.

- Projeto básico de construção da ponte de ligação dos municipios de Resende e Porto Real e seus acessos, numa extensão aproximada de 741m, com contenção de terra armada.

- Projeto básico de pavimentação e melhorias na Rodovia RJ-159, trecho Falcão Zelina – Ponte Zelinda com 5,44 km de extensão, passando por área urbana.

- Projeto de engenharia da interseção entre a RJ-234 e a BR-356 em Italva, com inclusão de retorno na BR-356 para acesso a RJ-234, trecho de áreas rural e urbana.

- Projeto básico para restauração e implantação/pavimentação de terceira faixa na Rodovia dos Metalúrgicos, trecho entre Volta Redonda – Entr. BR-116 (Rodovia Presidente Dutra), com 4,4 km de extensão.

- Projeto básico para correção de erosões e drenagem na Rodovia RJ-156 (entre o km 10 e km 11).

- Projeto básico para restauração e implantação/pavimentação de terceiras faixas na Rodovia RJ-163 (Rodovia Dr. Rubens Tramujas Mader), trecho Entr. BR-116/RJ (Penedo) – Resende, com 13,42 km de extensão, envolvendo a substituição da Ponte sobre o Ribeirão das Pedras (18 m) e da Ponte sobre o Rio Alambri (25 m) e o reforço da Ponte sobre o Rio Pirapetinga (22,90 m).

- Projeto básico para restauração da RJ-116 na Travessia do Rio Grande em Bom Jardim/RJ, das interferências com as vias urbanas e para melhoria do tráfego.

- Projeto de engenharia para construção do viaduto rodoviário sobre o ramal de Engenheiro Pedreira para o fechamento em nível de Queimados, com 733,89 m de extensão, e seus acessos.

- Projeto básico para as obras de complementação do sistema viário da Estrada da Barrinha RJ-131, trecho Paraíba do Sul – Três Rios, com extensão de 10,10km.

- Projeto básico de reconstrução da ponte na Estrada Municipal Affonso Rodrigues Bittencourt, que dá acesso ao km 55 da BR-116.

Os projetos de obras de arte especiais tiveram como responsáveis os engenheiros Luiz Antonio Teixeira Campos e Marcelo Donato Barbosa Marotta.

GERENCIAMENTO AMBIENTAL:

Tiveram, ainda, as seguintes atividades:

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ, JUNTO COM A(S) ART(s) DE NÚMERO: IN00907099 IN00907124 IN00907157 IN00907177 IN00907193 IN00907203 IN00907214 IN00907227 IN00907233 IN00907244 IN00907252 IN01289108 IN01289123 OL00236320 OL00236330 OL00236344 OL00289953 OL00298899 , FAZENDO PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO NÚMERO: 59149/2018, FOLHA NÚMERO: 21/26 RIO DE JANEIRO - 25/06/2018

Autenticação Cartório

• O Gerenciamento ambiental dos empreendimentos rodoviários definidos pela Fundação DER-RJ, envolveram os meios físico, biótico e socioeconômico;

• Desenvolvimento de Pesquisas, Serviços e Levantamentos na Área Ambiental: Elaboração de pareceres para INEA, SEOBRAS, ICMBio, IAB; Análise e resposta a notificações diversas de organismos ambientais, envolvendo a emissão de histórico, parecer e despacho; Apoio no preparo de carta de intenção para participação do DER/RJ no Conselho Consultivo do Parque Estadual Cunhambebe; Vistoria técnica em várias rodovias estaduais; Discussão dos processos de licenciamento ambiental de diversas obras planejadas pelo DER/RJ; Revisão dos termos de referência para contratação de serviços de arqueologia; Acompanhamento dos serviços em execução e suas implicações ambientais nas rodovias RJ-163 trecho Capelinha-Mauá e RJ-151 trecho Parati-Cunha; Estudo, análise e avaliação de PBAs (Planos Básicos Ambientais); Elaboração do modelo de plano de controle ambiental de obras padrão para o DER/RJ;

• Gerenciamento da obtenção do Documento de Origem Florestal – DOF;

• Elaboração, implantação e operação de sistema de gestão ambiental utlizando base de dados digitais, via web, georreferenciados visando o controle das obras e de sua área de influência, definindo as rotinas e procedimentos para o acompanhamento físico dos serviços rodoviários e dos estudos e projetos ambientais, desde o licenciamento ambiental até a conclusão das obras, inclusive com módulo de acompanhamento das atividades de supervisão ambiental, com a finalidade de formular os indicadores ambientais das obras.

• Os especialistas ambientais foram responsáveis pela elaboração dos projetos de meio ambiente voltados para o licenciamento ambiental para as obras rodoviárias a cargo do DER-RJ;

• Projetos de Recuperação de Área Degradada;

• Diágnóstico ambiental (meios físico, biótico e socioeconômico);

• Os especialistas ambientais foram responsáveis pelos serviços atinentes a área ambiental, dentre os quais destacam-se:

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de restauração do pavimento com aplicação de micro revestimento, sistema de drenagem e implantação de sinalização da Rodovia RJ-117, trecho Vale das Videiras – Araras, com 19,00 km de extensão, município de Petropólis;

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ, JUNTO COM A(S) ART(s) DE NÚMERO: IN00907099 IN00907124 IN00907157 IN00907177 IN00907183 IN00907203 IN00907214 IN00907227 IN00907233 IN00907244 IN00907252 IN01289108 IN01289123 OL00236320 OL00236330 OL00236344 OL00289953 OL00289999 , FAZENDO PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO NÚMERO: 59149/2018, FOLHA NÚMERO: 22/26.RIO DE JANEIRO - 25/06/2018

Autenticação Cartório

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de restauração do pavimento, implantação de acostamento, construção de passeio, implantação de sistema de drenagem, implantação de sinalização e execução de obras de contenção de encostas e terraplenagem da Rodovia RJ-125, trecho Japeri – Miguel Pereira, com 34,50 km de extensão, municípios de Japeri, Engenheiro Paulo de Frontin e Miguel Pereira;

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de pavimentação (asfalto borracha) e implantação de acostamentos da Rodovia RJ-151, trecho Parapeúna – Ponte do Zacarias, com 32,00 km de extensão, município de Valença;

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de implantação e pavimentação da Rodovia RJ-151, inclusive obras de arte especiais, trecho Visconde de Mauá – Maringá, com 5,30 km de extensão, municípios de Resende e Itatiaia;

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de recapeamento e restauração do pavimento e implantação de acostamento da RJ-220, trecho Entr. BR-356 (Itaperuna) – Div. RJ/MG (Porciúncula), com 38,10 km de extensão, municípios de Itaperuna, Natividade e Porciúncula;

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de recapeamento e restauração do pavimento e implantação de acostamento da Rodovia RJ-127, trecho Mendes – Entr. BR-393 (Trevo de Vassouras), com 14,30 km de extensão, em área urbana, municípios de Mendes e Vassouras;

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de implantação e pavimentação da Rodovia RJ-159, trecho Falcão – Ponte de Zelinda, com 5,58 km de extensão, municípios de Porto Real e Quatis;

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de implantação e pavimentação da Ligação Rodoviária Resende (BR-116)/Porto Real (Avenida Renato Monteiro), com 13,20 km de extensão, municípios de Resende e Porto Real;

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de restauração e melhorias operacionais da Rodovia RJ-106, Entr. RJ-140 (fim da pista dupla/São Pedro da Aldeia – Botafogo, com 17,15 km de extensão, municípios de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio;

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ, JUNTO COM A(S) ART(s) DE NÚMERO: IN00907099 IN00907124 IN00907157 IN00907177 IN00907193 IN00907203 IN00907214 IN00907227 IN00907233 IN00907244 IN00907252 IN01289106 IN01289123 OL00236320 OL00236330 OL00236344 OL00289963 OL00289969 , FAZENDO PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO NÚMERO: 69149/2018, FOLHA NÚMERO: 23/28 RIO DE JANEIRO - 25/06/2018

Rosilene de S. Moutinho Leal
Coordenadora de Acervo Técnico
POR DELEGAÇÃO

Autenticação Cartório

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de implantação e pavimentação da Rodovia RJ-149, inclusive obras de arte especiais, trecho Mangatiba – Rio Claro, com 40,10 km de extensão, municípios de Mangaratiba e Rio Claro;

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de implantação e pavimentação da Rodovia RJ-165 (Estrada Parque), trecho Parati – Cunha, com 9,40 km de extensão, municípios de Parati e Cunha;

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de implantação de redes de saneamento (drenagem, esgotamento sanitário e abastecimentos de água) e pavimentação de vias urbanas em Jardim Catarina, com 40,00 km de extensão, município de São Gonçalo;

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de restauração e melhorias operacionais, implantação de acostamento e implantação e pavimentação de trecho da Rodovia RJ-102, Novo Acesso a Búzios, com 5,70 km de extensão, município de Armação de Búzios;

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de construção do viaduto de Austin e pavimentação de vias adjacentes de acesso e canalização do curso d'água, com 1,40 km de extensão, município de Nova Iguaçú;

Os especialistas ambientais foram responsáveis por todos os serviços ambientais decorrentes do contrato.

APOIO E ASSESSORIA TÉCNICA:

Dentre as vistorias realizadas, destacam-se:

- Rodovia RJ-129 (Acesso ao Sítio Santa Fé): Vistoria técnica ao local do acesso, entre Paulo de Frontin e Sacra Família, para avaliação das condições de distância de visibilidade e geometria.

- Rodovia RJ-178/180 – trecho Dores de Macabu-Quissamã: Foi realizada vistoria técnica no trecho com a finalidade de verificar a adequação do projeto relativamente à solução proposta para os subtrechos em solo mole, assim como os dispositivos de drenagem contidos no projeto mencionado. De acordo com a conclusão do relatório de vistoria, foram executadas sondagens executadas nos 2 (dois) subtrechos de solo mole referidos. Por solicitação da 3ª ROC/DER, foram executadas sondagens adicionais nos trechos identificados como contendo solos moles.

- Acesso ao Parque Ecológico e Ambiental de São João Marcos, na rodovia RJ-149 (Serra do Piloto) – Trecho Rio Claro – Mangaratiba: Foi realizada reunião para avaliação das condições do acesso proposto

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ,
JUNTO COM A(S) ART(s) DE NÚMERO: IN00907099
IN00907124 IN00907157 IN00907177 IN00907193 IN00907203
IN00907214 IN00907227 IN00907233 IN00907244 IN00907252
IN01289106 IN01289123 OL00236320 OL00236330
OL00236344 OL00289953 OL00289899 , FAZENDO PARTE
INTEGRANTE DA CERTIDÃO NÚMERO: 58149/2018, FOLHA
NÚMERO: 24/26 RIO DE JANEIRO - 25/05/2018

Autenticação Cartório

para o parque, incluindo faixas de conversão e bainhas para ponto de ônibus, de forma a adequá-las aos padrões do DER e aos serviços de restauração da RJ-149. Foi realizada vistoria técnica no trecho com o intuito de acompanhar os trabalhos de prospecção arqueológica que foram praticados no trecho denominado setor 2.

- Rodovia RJ-126 – Trecho Japuíba-Correntezas (37,1km): Vistoria técnica do trecho visando à verificação da locação de 08 (oito) pontes, cuja construção foi proposta pela Petrobrás, objetivando melhor acesso aos gasodutos existentes e em construção na área. Prevista elaboração de projeto geométrico básico a partir do levantamento topográfico cadastral disponível. Uma vez que o trecho está inserido em região de proteção ambiental (Reserva Ambiental da Bacia do Rio São João e Instituto Chico Mendes), realizda verificação junto ao INEA (Instituto Estadual do Ambiente – RJ) dos requisitos necessários à liberação dos serviços. Elaboração de Mapa Temático da Área de Proteção Ambiental (APA) da bacia do Rio São João, na qual o traçado pretendido se insere.

- Rodovia RJ-142 –Estabilização e Contenção de Encostas: Vistoria técnica do trecho Lumiar-Casimiro de Abreu objetivando a análise das ocorrências críticas e avaliação das soluções propostas. Foram relacionadas 19 (dezenove) ocorrências, acrescidas de outros pontos cujas soluções contemplam dispositivos de bioengenharia. Referida vistoria resultou na preparação de relatório contendo avaliação das soluções propostas de contenção e estabilização para cada local observado. Em virtude das tempestades ocorridas na região serrana, o trecho em foco foi seriamente prejudicado pelo agravamento de ocorrências pré-existentes e por deslizamentos de encostas, estes últimos tendo ocorrido de forma preponderante a partir do km 0 (Mury) até a altura do km 18. O problema descrito resultou na necessidade de nova vistoria, feita por especialista em geotecnia. O relatório apresentado pelo referido especialista elencou as ocorrências observadas e, em vista disso, a DER/APL solicitou o levantamento topográfico de 08 (oito) ocorrências. Os levantamentos citados foram analisados objetivando a definição dos projetos a serem elaborados.

- Rodovia RJ-124 (Via Lagos): Foi realizada vistoria técnica para verificação de estabilidade do maciço situado no km 15,70 da rodovia RJ-124 sob concessão (Concessionária Via Lagos), foram avaliadas e discutidas as soluções propostas para a estabilização do maciço que envolve o corpo estradal. Foi estabelecida a quantidade e localização das sondagens mistas a serem executadas e modificada a

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ, JUNTO COM A(S) ART(s) DE NÚMERO: IN00907099 IN00907124 IN00907157 IN00907177 IN00907193 IN00907203 IN00907214 IN00907227 IN00907233 IN00907244 IN00907252 IN01289108 IN01289123 OL00236320 OL00236330 OL00236344 OL00289953 OL00289989 , FAZENDO PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO NÚMERO: 59149/2018, FOLHA NÚMERO: 25/26 RIO DE JANEIRO - 25/06/2018

Autenticação Cartório

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

Fundação DER-RJ

Assistente de Suporte Técnico
Credenciamento de Acervo Técnico
(POR DELEGAÇÃO)
CREA-RJ

Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Obras
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

disposição dos DHPs (drenos horizontais profundos) propostos. Foi efetuada nova vistoria técnica no local visando ao acompanhamento dos serviços. Eu, JANETE DOS SANTOS, Chefe da Seção de Expediente e Patrimônio, 1-SG/DSG/DAD, matrícula 13/70.369, digitei a presente certidão que dato e assino, Rio de Janeiro, 14 de junho de dois mil e dezoito.

JANETE DOS SANTOS,
Chefe da Seção de Expediente e Patrimônio
1-SG/DSG/DAD,
Mat 13/91.009 ID 2845516

CONFERE

Engº BRUNO VALLE PEREIRA
CREA/RJ nº 2005105020/D
Diretor da DSG/DAD
Mat. 13/71.041-8

VISTO

PLÁCIDO CORRÊA
Diretor da Diretoria de Administração
Mat. 13/90716 ID.2049952-3
Processo E-17/003.004396/2018

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ, JUNTO COM A(S) ART(s) DE NÚMERO: IN00907099 IN00907124 IN00907157 IN00907177 IN00907193 IN00907203 IN00907214 IN00907227 IN00907233 IN00907244 IN00907252 IN01289106 IN01289123 OL00236320 OL00236330 OL00236344 OL00289953 OL00289899 , FAZENDO PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO NÚMERO: 59149/2018, FOLHA NÚMERO: 26/26.RIO DE JANEIRO - 25/06/2018

OBSERVAÇÃO: Atestado complementar ao atestado vinculado à CAT nº 79272/2015, de 02/12/2015.. RIO DE JANEIRO - 25/06/2018

RESSALVA: O Atestado em anexo não confere reconhecimento de habilitação profissional para o(s) serviço(s) referente(s) a GEOLOGIA [ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E ESTUDOS GEOLÓGICOS], GEOGRAFIA [ELABORAÇÃO DE MAPAS TEMÁTICOS] E AGRONOMIA [ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E ESTUDOS DE ZOOPASSAGENS, DE REPOSIÇÃO FLORESTAL, DE PLANTIOS COMPENSATÓRIOS E DE SUPRESSÃO VEGETAL] o(s) qual(is) e(são) atribuição(es) que exige(m) responsabilidade Técnica de um GEÓLOGO, GEÓGRAFO E ENGENHEIRO AGRÔNOMO. RIO DE JANEIRO - 25/06/2018

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA-RJ

Rosiane M. S. Moura Santos
Coordenadora de Apoio Técnico
(POR DELEGAÇÃO)
CREA-RJ

Autenticação Cartório

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução n° 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-DF

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
0720200000824

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Atividade concluida

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - Crea-DF o Acervo Técnico do profissional **DIEGLES SIMOES DE TOLEDO PEREIRA** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **DIEGLES SIMOES DE TOLEDO PEREIRA** RNP: **1403400903** Registro: **85665/D-MG**

Título profissional: **Engenheiro Civil**

Número da ART: **0720190088747**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **26/12/2019** ....Baixada em: **18/03/2020**
Forma de registro: **Inicial**..... Participação técnica: **Individual**.....
Empresa contratada: **13037 -..SIMEMP SERVICOS TECNICOS E OBRAS LTDA**.....

Contratante: **INSTITUTO BRASIL LOGÍSTICA - IBL**..... CPF/CNPJ: **23.791.003/0001-96**

SAUS Quadra 1 Bloco J..... Número: S/N.... Bairro: Asa Sul..... CEP: 70070-944

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: SALA 603 EDIFÍCIO CLÉSIO ANDRADE

E-Mail: institutobrasillogistica@gmail.com Fone: (61....)32261841....

Contrato: ..... Celebrado em: 01/10/2019 Valor R$: 60.000,00.....

Vinculada a ART: ..... Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: SHN Quadra 1 Bloco D..... Número: s/n....

Bairro: Asa Norte..... CEP: 70701-040.....

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: ed. Fusion Sala comercial 1205

Data de Início: 01/10/2019 Conclusão efetiva: 03/02/2020 Coordenadas Geográficas: .....,.....

Finalidade: **Infra-estrutura** Código/Obra pública: .....

Proprietário: **INSTITUTO BRASIL LOGÍSTICA - IBL**..... CPF/CNPJ: **23.791.003/0001-96**

E-Mail: institutobrasillogistica@gmail.com Fone: (61....) 32261841..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Assessoria** Análise Rodovias , 1,0000 unidade;**2 - Consultoria** Estudo PROPOSTA DE MODELOS REGULATÓRIOS , 1,0000 unidade;**3 - Consultoria** Estudo ANÁLISE E PROPOSIÇÃO TÉCNICA DO SETOR RODOVIÁRIO , 1,0000 unidade;**4 - Consultoria** Estudo ANÁLISE CRÍTICA DOS MODELOS DE REGULAÇÃO , 1,0000 unidade;**5 - Consultoria** Estudo PROPOSTA DE ESTRUTURA DE TRABALHO , 1,0000 unidade;**6 - Coordenação** Estudo PROPOSTA DE MODELOS REGULATÓRIOS , 1,0000 unidade;**7 - Coordenação** Estudo ANÁLISE E PROPOSIÇÃO TÉCNICA DO SETOR RODOVIÁRIO , 1,0000 unidade;**8 - Coordenação** Estudo ANÁLISE CRÍTICA DOS MODELOS DE REGULAÇÃO , 1,0000 unidade;**9 - Coordenação** Estudo PROPOSTA DE ESTRUTURA DE TRABALHO , 1,0000 unidade;**10 - Gestão** Estudo PROPOSTA MODELOS REGULATÓRIOS , 1,0000 unidade;**11 - Gestão** Estudo ANÁLISE E PROPOSIÇÃO TÉCNICA DO SETOR RODOVIÁRIO , 1,0000 unidade;**12 - Gestão** Estudo ANÁLISE CRÍTICA DOS MODELOS DE REGULAÇÃO , 1,0000 unidade;**13 - Gestão** Estudo PROPOSTA DE ESTUDO DE TRABALHO , 1,0000 unidade;

Observações

RESPONSÁVEL TÉCNICO NO DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS,PROGRAMAS,PROJEÇÕES E PROPOSIÇÕES NA ÁREA RODOVIÁRIA.ANÁLISE CRÍTICA DOS ATUAIS MODELOS DE REGULAÇÃO,PROPOSTAS P/ALTERAÇÃO DE MODELOS REGULATÓRIOS EXISTENTES, PROPOSTA DE ESTRUTURA DE TRABALHO E ANÁLISE E PROPOSIÇÕES TÉCNICAS DO SETOR RODOVIÁRIO

Informações Complementares

CERTIFICAMOS QUE A CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT FOI CONCEDIDA ADMINISTRATIVAMENTE, CONFORME PARECER DE 30/06/2020 DA SUPERINTENDÊNCIA TÉCNICA E DE FISCALIZAÇÃO, DE ACORDO COM O PROCESSO Nº 206514/2020. **ATESTADO FOI OBJETO DE LAUDO TÉCNICO, CONFORME O ARTIGO 58 DA RESOLUÇÃO Nº 1025/2009, DO CONFEA.** CERTIDÃO VÁLIDA PARA O PROFISSIONAL ACIMA CITADO, **PARA O PERÍODO DE 01/10/2019 A 31/01/2020,** SOMENTE PARA OS SERVIÇOS CONSTANTES NA ART E NO ATESTADO, QUE SÃO CONDIZENTES COM AS **ATRIBUIÇÕES DO ART. 7º DA RES. 218/73.**

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 108459 a 108484, o atestado contendo <26> página(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 0720200000824
Data: 18/08/2020 Hora: 13:54:00
Código de Controle: STLEJIR

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.
A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnicoprofissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.
A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-DF (www.creadf.org.br).
A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

CRA-DF
Conselho Regional de
Administração do Distrito Federal

CERTIDÃO

Nº: A00175/2020

CERTIFICAMOS para os fins que se fizerem necessários, que o Atestado de Capacidade Técnica para prestação de serviços técnicos especializados, emitido pelo **INSTITUTO BRASIL LOGÍSTICA - IBL**, referente ao contrato de prestação de serviços assinado em 01 de outubro de 2019, refere-se ao RCA nº RCA0030/2020, de 17 de abril de 2020, em nome da empresa **SIMEMP SERVIÇOS TECNICOS E OBRAS LTDA**, CNPJ nº **09.237.296/0001-33**, registro no CRA-DF nº 90-10706, a qual tem como Responsável Técnico o profissional registrado abaixo, resguardando-nos de qualquer fato ou ato que venha a ser apurado que desabone ou comprove a falsidade do atestado.

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

- RENATO GOMES DOS SANTOS, inscrito no CRA-DF sob o n°: TPD/399

Brasília, DF, 22 de abril de 2020.

ESTA CERTIDÃO É VÁLIDA POR 6 (SEIS) MESES.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site e número de controle abaixo:

http://cra-df.implanta.net.br/servicosOnline/Publico/ValidarDocumentos/
dec4b828-0abc-4613-954e-5558f159c924

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
SAUS Quadra Bloco E Edifício Ceará Asa Sul Brasília/DF
CEP 70070-915 | DF 0800 [illegible]
[illegible]

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108459

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA - COMPLEMENTAR

Atestamos para os devidos fins que a empresa **SIMEMP SERVIÇOS TÉCNICOS E OBRAS LTDA, com sede no SHN Qd. 01 Bloco "D", Conjunto "A", Sala 1205 - Asa Norte-Brasília/DF – CEP 70.701-040, inscrita sob o CNPJ 09.237.296/0001-33,** executou a contento os *Serviços Especializados na Área de Consultoria para Desenvolvimento de Estudos, Programas, Projeções e Proposições na Área Rodoviária*, descritos no Atestado de Capacidade Técnica emitido em 20 de fevereiro de 2020, onde a abrangência dos Serviços limitam-se as atividades desenvolvidas e apresentadas de forma sintetizada no RELATÓRIO CONSOLIDADO DE ATIVIDADES, apresentado anexo, em caráter complementar.

Brasília, 14 de abril de 2020

João Augusto Cabral de Araújo
DIRETOR-EXECUTIVO
INSTITUTO BRASIL LOGÍSTICA - CONTRATANTE

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108460

1º Ofício de Notas e Protesto de Brasília
CRS Quadra 505 - Bloco C - Lotes 1, 2 e 3 | CEP: 70.350-530 | Brasília - DF
Fone: (61) 3799-1515 | www.cartoriojk.com.br
CARTÓRIOJK
Tabelião: Mc Arthur Di Cavalcante Camargo
RECONHECO E POR SEMELHANCA A(S) FIRMAS DE:
[7I7KfkR0]-JOAO AUGUSTO CABRAL DE ARAUJO
TJDFT20200010426075XTBN
DSA-Consultar selo: ""www.tjdft.jus.br""
BSB,14/04/2020 - 11:22:01
MARLUCIA DA SILVA MELO

1º Ofício de Notas e Protesto de Brasília
MARLUCIA DA SILVA MELO
Escrevente
Cartório JK



INSTITUTO BRASIL LOGÍSTICA
SAUS Q1 Bloco J – Entradas 10 e 20 – Torre A – Edifício CNT, Sala 603
Brasília - Distrito Federal
CEP: 70.070-944
Telefone: (61) 3226-1841
E-mail: ibl@ibl.org.br

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE ATIVIDADES
Consultor/Colaborador: Simemp Serviços Técnicos e Obras LTDA
Data de Assinatura: 01/10/2019
Vigência do contrato: 04 meses (01/10/2019 a 31/01/2020)
Valor total do Contrato: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)
Período consolidado: 01/10/2019 a 31/01/2020
Data de encaminhamento: 17/02/2020

Relatório IBL – Câmara Temática de Rodovias

RELATÓRIO CONSOLIDADO

Tema - Consolidação das Atividades Desenvolvidas, por meio do atendimento aos objetivos da contratação descritos nas alíneas a seguir:

a) Análise crítica dos atuais modelos de regulação do governo federal, assim como das agências vinculadas ao ministério da infraestrutura, inerentes às atividades do setor rodoviário;

b) Propostas para alteração dos modelos regulatórios existentes e/ou criação de novos programas de governo, inerentes a regulação na área de transporte Rodoviário;

c) Proposta de estrutura de trabalho do IBL associado às câmaras temáticas da FRENLOG;

d) PLOA 2020 - Análise e proposições técnicas do setor rodoviário federal.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 108462

CONTEXTUALIZAÇÃO

O IBL – Instituto Brasil Logística constitui-se como uma entidade privada sem fins lucrativos que oferece suporte técnico para a Frente Parlamentar Mista de Logística de Transporte e Armazenagem (Frenlog), que reúne senadores e deputados federais de diversos estados e partidos.

A presente contratação buscou fortalecer o Instituto em suas competências e atribuições, procurando junto ao mercado, a excelência em consultoria especializada para o aprimoramento dos processos e modelo de gestão das atividades e trabalhos relacionados entre o IBL e a FRENLOG, para a realização de análise crítica, independente, frente a legislação vigente acerca dos modelos de regulação apresentados pelo Governo Federal para o setor rodoviário, bem como, para o desenvolvimento de estudos para proposição novos Programas, inerentes a regulação na área de transporte rodoviário.

A Simemp Serviços Técnicos e Obras é uma empresa com mais de 10 anos de experiência em Gestão Pública e Engenharia Consultiva, composta por uma equipe técnica multidisciplinar, consolidando sua atuação em diferentes setores da infraestrutura de transporte.

ESTRUTURAÇÃO DOS TRABALHOS

Todo trabalho foi conduzido observando as boas práticas de mercado, no qual inicialmente foi idealizado o Planejamento das Ações, contemplando o Gerenciamento e o Acompanhamento dos trabalhos, por meio de adoção de Metodologia de Gestão do Projeto conforme os padrões do PMI, que inclui a elaboração de um Plano de Trabalho, reportes e acompanhamentos sistemáticos quanto a evolução do projeto e entregas dos produtos.

O plano apresentou toda a estratégia da equipe, desde a definição do escopo do projeto, fases e etapas do projeto em cronogramas, riscos envolvidos e fluxo de comunicações, incluindo as áreas de conhecimento de gerenciamento de escopo, custos, prazo, qualidade, recursos (humanos, infraestrutura, tecnológicos), contratos, integração, riscos e comunicação. O mesmo foi elaborado por meio da adoção das boas práticas do PMBoK (Project Management Body of Knowledge).

O projeto foi acompanhado sistematicamente com o objetivo de ajustes de curso do projeto e deliberações que se faziam necessárias.

Toda a elaboração do Plano e gestão das atividades foram realizadas por um Engenheiro habilitado, com experiência em infraestrutura rodoviária e especializado com a certificação PMP®.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108463

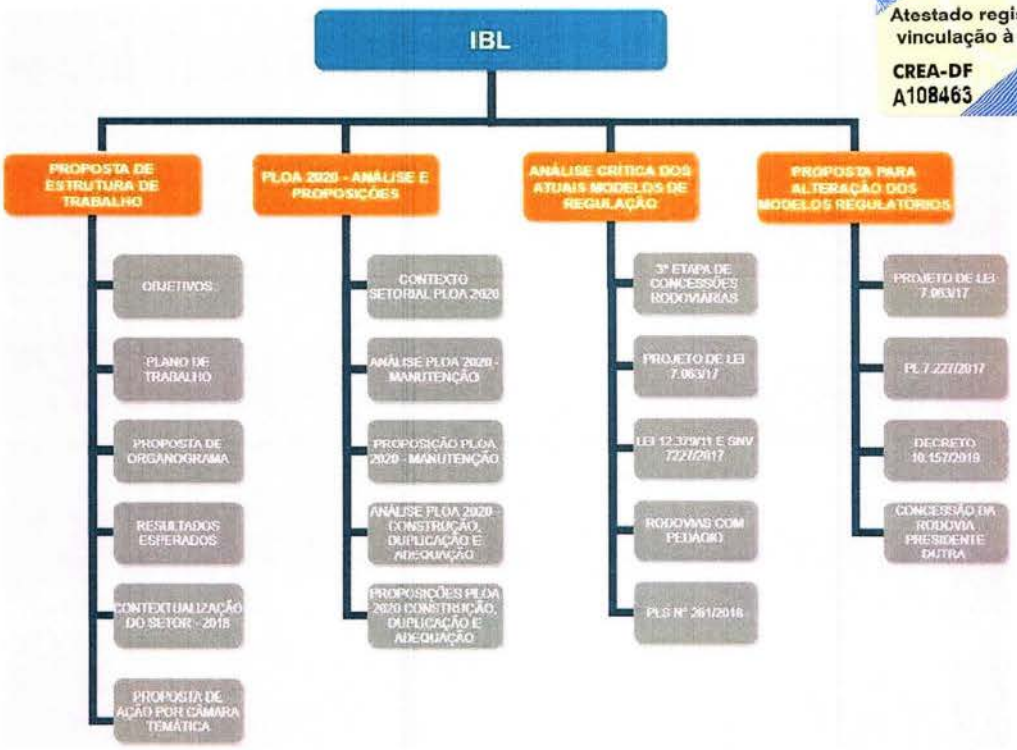


Figura 01 - Estrutura Analítica do Projeto - EAP

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

	AÇÕES		out/19				nov/19				dez/19				jan/20				fev/20
		Semanas	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1
1	**Proposta de estrutura de trabalho do IBL associado às câmaras temáticas da FRENLOGI**	P																	
1.1	Objetivos																		
1.2	Plano de Trabalho																		
1.3	Proposta de Organograma																		
1.4	Resultados esperados																		
1.5	Contextualização do setor - 2018																		
1.6	Proposta de ações por câmara temática																		
2	**PLOA 2020 - Análise e proposições técnicas do setor rodoviário federal**	P																	
2.1	Contexto setorial PLOA 2020																		
2.2	Análise PLOA 2020 - Manutenção (Rodovias sob jurisdição do DNIT)																		
2.3	Proposições PLOA 2020 - Manutenção																		
2.4	Análise PLOA 2020 -Construção, duplicação e adequação (Rodovias sob jurisdição do DNIT)																		
2.5	Proposições PLOA 2020 -Construção, duplicação e adequação (Rodovias sob jurisdição do DNIT)																		
3	**Análise crítica dos atuais modelos de regulação do governo federal, assim como das agências vinculadas ao ministério da infraestrutura, inerentes às atividades do setor rodoviário**	P																	
3.1	3a etapa de concessões rodoviárias - Possíveis soluções																		
3.2	Projeto de Lei 7.063/17, que muda o marco regulatório de Parcerias Público-Privadas (PPPs), de concessões e de fundos de investimento em infraestrutura.																		
3.3	Lei no 12.379-2011 SNV e PL 7227 de 2017																		
3.4	Rodovias com pedágio - Cobrança proporcional à utilização do km efetivamente rodado																		
3.5	PLS n° 261 de 2018.																		
4	**Propostas para alteração dos modelos regulatórios existentes e/ou criação de novos programas de governo, inerentes à regulação da área de transporte Rodoviário**	P																	
4.1	Projeto de Lei 7.063/17, Mudança no marco regulatório de Parcerias Público Privadas (PPPs), de concessões e de fundos de investimento em infraestrutura.																		
4.2	O PL 7227/2017, altera a Lei no 12.379, de 06 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, estando ainda em análise no congresso.																		
4.3	Decreto 10.157/2019 e Resolução N° 71 do PPI																		
4.4	Concessão da Rodovia Presidente Dutra (BR 116/NIO – SÃO PAULO) -Oportunidades e Riscos																		
5	Revisões das Ações Entregues	P R																	
	MARCOS DO PROJETO						K-1				K-2				K-3				K-4 Relatório Consolidado

Legenda:
Previsto
Realizado

Figura 02 - Cronograma de Execução

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108464

ENTREGAS REALIZADAS

O trabalho foi desenvolvimento e entregue em 04 (quatro) produtos intermediários, divididos em relatórios mensais, compreendendo o atendimento dos objetivos previstos no escopo do contrato.

A seguir estão apresentados de forma consolidada as abordagens desenvolvidas pela consultoria:

1) **Objetivos apresentados nas alíneas (a) Análise crítica dos atuais modelos de regulação do governo federal, assim como das agências vinculadas ao ministério da infraestrutura, inerentes às atividades do setor rodoviário e (b) Propostas para alteração dos modelos regulatórios existentes e/ou criação de novos programas de governo, inerentes a regulação na área de transporte Rodoviário;**

Nestas etapas, a empresa realizou trabalho de consultoria, atuando como um verificador independente dos modelos regulação do governo federal, incluindo análise de macroindicadores, indicadores estratégicos e indicadores gerenciais no que tange às etapas de gestão de empresas prestadoras de serviços sob concessão rodoviária, críticas a modelagens de concessão, processos de aquisição e gestão de procedimentos de controles e operacionais. Entregas realizadas pelo relatório 03 (dezembro/2019) e relatório 04 (janeiro/2020).

Os estudos foram aplicados nos seguintes projetos:

- ✔ Avaliação das alternativas e soluções possíveis frente aos problemas enfrentados pelos contratos de concessão rodoviária licitados pela **3ª. Etapa de Concessões Rodoviárias**, compreendendo 07 (sete) contratos que totalizam **5.348,7 km** de rodovias.

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-040/DF/GO/MG (VIA 040)	Brasília/DF a Juiz de Fora/MG	936,8
BR-101/ES/BA (ECO101)	Da divisa RJ/ES até o entroncamento com a BA-698 (acesso a Mucuri/BA)	475,9
BR-153/TO/GO (GALVÃO) **Caducidade Declarada**	Do entroncamento com a BR-060 em Anápolis/GO até o entroncamento com a TO-080 em Paraíso do Tocantins/TO, e de Paraíso do Tocantins/TO até Palmas/TO (TO-080)	624,8
BR-050/GO/MG (MGO RODOVIA)	Do entroncamento com a BR-040, em Cristalina/GO até a divisa MG/SP (município de Delta/MG)	436,6
BR-163/MT (CRO)	Da divisa MT/MS até o início da travessia urbana de Sinop/MT	850,9
BR-163/MS (MS VIA)	Trecho integralmente inserido no estado de Mato Grosso do Sul (início na divisa com o estado do Mato Grosso e término na divisa com o Paraná)	847,2
BR-060/153/262/DF/GO/MG (CONCEBRA)	Do entroncamento com a BR-251/DF até a divisa MG/SP para a BR-060/153 e do entroncamento com a BR-153/MG até o entroncamento com a BR-381/MG para a BR-262	1.176,5
	TOTAL	5.348,7

Figura 03 – Quadro Resumo das Rodovias Concedidas na 3ª. Etapa de Concessões Rodoviárias

Para facilitar a comparação entre as alternativas de solução, foi realizado o mapeamento e elaborada uma Matriz de Risco para análise e gestão dos riscos, derivada da tabela de comparação entre as alternativas de solução desenvolvida pela ANTT, onde são demonstradas na perspectiva dos riscos o processo de identificação desses, bem como suas causas, de acordo com os escopos e respectivas especificações executivas. Neste sentido, os primeiros vetores considerados para a identificação dos riscos inerentes a escolha do caminho, são: as causas, o risco propriamente dito e os efeitos ou materialização deste.

MATRIZ DE RISCO							
TIPO DE RISCO	CAUSAS	RISCO	MATERIALIZAÇÃO (CUSTO)	MATERIALIZAÇÃO (PRAZO)	RESPOSTA AO RISCO	ESTRATÉGIA DA RESPOSTA	CATEGORIA DO RISCO
Legal	**Previsão normativa:** **Lei nº 8.987/1995 Art. 27.** **Não atendimento a:** - capacidade técnica; - idoneidade financeira; e - regularidade jurídica e fiscal	Caducidade	Nível tarifário alto, Prejuízo ao erário público (R$ 430 mi/ano - 3ª etapa) e Oneração da capacidade administrativa	Descontinuidade (Tempo de transição de 4 a 5 anos)	Pagamento via OGU (Estimado em R$ 5,8 bi para a 3ª Etapa)	Contingência	Ameaça
	Previsão normativa: **Lei nº 13.448/2017 (pendente)** Surgimento de novas condições contratuais e como novos contratados e incapacidade de adimplir as obrigações contratuais ou financeiras assumidas	Relicitação	Nível tarifário alto e Oneração da capacidade administrativa	Continuidade em nível mínimo (Tempo de transição de 2 a 3 anos)	Pagamento pela futura concessão (estimado em mais de R$ 5,8 bi para a 3ª Etapa)	Contingência	Ameaça
	Previsão normativa: **Lei nº 8.987/1995** **Lei nº 10.233/2001 e** **Resoluções ANTT nº 675/2004 e nº 1.187/2005** Surgimento de novas condições contratuais e como novos contratados e incapacidade de adimplir as obrigações contratuais ou financeiras assumidas	Revisão contratual	Nível tarifário baixo e Oneração da capacidade administrativa	Continuidade	Novo contrato com duplicação obrigatória (cronograma priorizado)	Contingência	Ameaça

Figura 04 – Matriz de Risco das Alternativas de Soluções

Apontamentos Realizados:

A revisão dos contratos de concessão com a reprogramação das obras, melhor se encaixam ao interesse público, desde que, com o Estudo de Tráfego atualizado e com o cenário econômico vivenciado, mediante os ajustes contratuais correspondentes. A concessionária teria capacidade técnica e operacional para continuar à frente da concessão e os usuários seriam minimamente impactados, além de estar de acordo com a Resolução nº 1.187/2005 e a Resolução ANTT nº 5.172/2016, como também pelo Parecer nº 00371/2017/PF-ANTT/PGF/AGU, de 13/01/2017, pelo Acórdão nº 2014/2008- TCU-Plenário.;

- ✔ **Projeto de Lei nº 7.063/2017**, que muda o marco regulatório de Parcerias Público-Privadas (PPPs), de concessões e de fundos de investimento em infraestrutura;

Apontamentos Realizados:

- O instrumento da devolução amigável de concessões com problemas financeiros é reforçado;
- Dificuldade de caducidade (rescisão unilateral) dos contratos pelas agências reguladoras;
- Permissão de reajustes automáticos das tarifas sem a necessidade de homologação dos órgãos reguladores, quando os valores forem baseados em "fórmulas matemáticas";
- Autorização da "redução ou extinção" de multas e penalidades em caso de transferência do controle acionário;

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108465

- Compartilhamento de riscos nos contratos de concessão é importante;
- Concessão simplificada – O Projeto está prevendo a criação de uma nova modalidade de concessão, que será feita de forma mais ágil a 'concessão simplificada', para projetos de parcerias de valor limitado a R$ 100 milhões além de trabalhar com a dispensa: a definição de valor mínimo de outorga no caso de licitação pelo critério de maior pagamento de outorga; e o cálculo da tarifa de referência para a licitação no caso de licitação pelo critério de menor tarifa;
- Modelo Híbrido
  - Outorga carimbada – Necessário prever investimentos do valor de outorga em obras públicas sem a destinação do valor anteriormente ao OGU, para o caso de Ferrovias pode burocratizar a destinação de recursos de investimentos cruzados, mas para Rodovias este item, com alguns ajustes, é de extrema importância;
  - Para o usuário geral o grande ganho seria a maior agilidade e na quantidade de obras que poderá advir desta nova lei, mas para o usuário de rodovias o ganho com a "Outorga carimbada" em que o dinheiro pago por uma concessão teria que ser obrigatoriamente usado em determinada obra resolve uma situação em que hoje o recurso vai direto para a união;
- Tarifa diferenciada - No modelo proposto à tarifa diferenciada e por tipo de pista dupla ou simples, mas a opção mais justa seria também por região carente, em desenvolvimento e desenvolvida.
- Desconto Básico de Tarifa - Desconto aplicado para usuários de cobrança automática, esse desconto tem que ser integral relativo ao ganho entre pagamento em dinheiro na praça e a utilização de tags.
- Desconto de Usuário Frequente - DUF
  - Desconto aplicado aos usuários frequentes da rodovia, com decréscimo do valor cobrado a cada passagem;
  - Aplicado apenas as categorias de passeio, procurando compensar usuários com motivo trabalho e/ou estudo;
  - Esse desconto não pode estar associado à implantação de praças em trecho próximo das cidades, e deve ser estendido a veículos de carga de consumo (até três eixos).

✔ **<u>Projeto de Lei nº 7.227/2017</u>**, altera a Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação Estando ainda em análise no congresso;

Apontamentos Realizados:

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108466

- O novo PL reintroduz a relação descritiva dos trechos, que foi suprimido na lei 12.379;
- Sugestão de análise por equipe multimodal, uma vez que o projeto engloba Rodovias, Ferrovias, Hidrovias e Aeroportos

✔ **Projeto de Lei nº 261/2018**, que dispõe sobre a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infra estruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011;

Apontamentos Realizados:

- Possibilidade de expansão da malha ferroviária existente e a exploração do transporte ferroviário mediante a autorização:
  - Atualmente a exploração do transporte ferroviário só ocorre mediante concessões em ferrovias públicas (processo complexo envolvendo estudos, audiência pública, licitação, etc.), o PLS 261 permitirá a exploração por autorização em ferrovias privadas (processo simplificado) tornando mais atrativo o processo de formulação de parcerias com o setor privado já que haverá uma desburocratização para que estes interessados possam investir e construir ramais e ferrovias;
- Aproveitamento de trechos abandonados e/ou com baixa utilização:
  - Apesar de existirem aproximadamente 30 mil quilômetros de ferrovias, dados da Revista Ferroviária e ANTT apontam que o transporte regular ocorra em apenas um terço desta malha, logo existe uma extensão considerável de malha não utilizada, que com o advento do PLS 261 poderá ser utilizada por meio do regime de autorização que tornará estes trechos mais atrativos, através da cisão dos trechos atuais de concessões para futuras autorizações, por que para uma grande concessionária um determinado ramal pode não ser viável, mas associado com outros projetos pode se tornar viável para um privado;
- Centralização e harmonização da legislação sobre ferrovias e as questões de segurança do transporte:
  - O PL nº 261 traz referências técnicas e definições que envolvem a segurança e o transporte ferroviário (p.e. conceitos de tráfego mútuo, direito de passagem além da nomenclatura de ferrovias e acessos ferroviários) como forma de positivar normativos legais e infralegais existentes, dando segurança jurídica para os usuários, concessionários e futuros autorizatários e investidores no setor ferroviário;
- Criação da autorregulação ferroviária:

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108467

- O PL nº 261 permite a possibilidade de criação de entidades de autorregulação em que o próprio mercado promova a gestão e a coordenação do trânsito de pessoas e de mercadores pelas ferrovias de diferentes empresas ou operadores ferroviários, cabendo ao Poder Pública a atuação nos conflitos, seguindo exemplos de sucesso como o dos Estados Unidos onde a instituição da autorregulação trouxe ganhos de produtividade, melhores tarifas impactando em maior competitividade do modal ferroviário com outros modos de transporte e reduzindo o custo de frete nacional;

- Retomada de investimentos na indústria ferroviária nacional:
  - De forma geral, o novo marco legal ferroviário proposto pelo PL nº 261, criará um ambiente institucional favorável para retomada da indústria ferroviária nacional, promovendo a retomada de investimentos pelo setor privado já que hoje vivemos um momento de restrição fiscal-orçamentária. Nessa seara são muitas as possibilidades, como por exemplo, a retomada de investimentos em trens de passageiros que hoje se limita à Estrada de Ferro de Carajás (EFC) e Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM) ambas da Vale;

✔ **Decreto 10.157/2019 e Resolução Nº 71 DO PPI**, que dispõe sobre a Instituição da Política Federal de Estímulo ao Transporte Rodoviário Coletivo Interestadual e Internacional de Passageiros;

Apontamentos Realizados:

- Os chamados fretamentos colaborativos irão avançar na prestação desse segmento de serviço público sem que esteja submetido a nenhum controle, nem mesmo de pagamento de impostos e atendimento às obrigações legais de ofertar as gratuidades para deficientes carentes, idosos e jovens carentes;

- Entrada de várias operadoras nos mercados de maior densidade causando o abandono dos mercados de classe social mais baixa e que depende exclusivamente deste tipo de transporte;

- Atuação predatória de linhas de grande curso que operam em superposição às de menor extensão, inclusive dos serviços intermunicipais, causando-lhes inviabilidade;

- Grande possibilidade de a oferta do serviço público de transportes à população ficar inviabilizada, pois com liberalidade plena da prestação, seguramente que nenhuma empresa fará os atendimentos de localidades remotas e de baixa demanda;

- Alta possibilidade de abandono dos serviços por empresas que não resistirão à concorrência predatória com a concentração de grandes empresas que resistirem aos ataques da concorrência;

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108468

- Por fim, indica-se a necessidade de acompanhamento e monitoramento para verificação das medidas alternativas a serem propostas ao governo Federal.

✔ **Projeto do Estudo da Nova Concessão da Rodovia Presidente Dutra BR-116 (trechos entre Rio – São Paulo) e BR 101 (trechos da Rio - Santos), totalizam 597,5 km de rodovias** – Riscos x Oportunidades

Análise do projeto disponível em:

https://participantt.antt.gov.br/Site/AudienciaPublica/VisualizarAvisoAudienciaPublica.aspx?CodigoAudiencia=410

Apontamentos Realizados:

- A Dutra é a rodovia mais importante do País, não faz sentido retirar o trecho na Baixada Fluminense, e colocá-lo na concessão da Rio-Teresópolis. A nova concessão da Dutra deve contemplar, no mínimo, o que é hoje, para garantir aos usuários um único sistema com tarifas, obras, prazos e condições igualitárias em todo o trecho RIO – SP;
- Redução do escopo da Rio-Santos, eliminando as custosas obras de duplicação entre Angra dos Reis e Ubatuba, devido ao baixo volume de tráfego nesse trecho. O governo informa que os investimentos custarão 30% do valor total a ser investido no sistema e gerarão apenas 5% da receita total prevista. O que significa que os usuários da Dutra, especialmente os caminhões, é que pagarão a conta. Sugestão de duplicação entre o entroncamento com a BR145 e Mangaratiba. No restante do trecho, deverão ser feitas ampliações de capacidade, com terceiras-faixas, onde o estudo de capacidade de tráfego apontar, para o horizonte da concessão dentro do conceito gatilho;
- Reinclusão do trecho ao longo da Baixada Fluminense na concessão da Dutra;
- Aplicar o valor de outorga em obras e não para o Tesouro Nacional – utilizar para adiantar a nova pista da serra das Araras, ou mesmo retirar a opção de outorga;
- Redução radical do prazo para conclusão da obra na Serra das Araras. Não há justificativa para uma obra de apenas 8km, por mais complexa que seja, demorar tanto tempo, média de 2 km por ano segundo o PER - Programa de Exploração da Rodovia que a ANTT publicou e apresenta em audiências públicas. A obra sequer inicia no atual governo, cujo mandato termina em 2022, já que a obra inicia em 2024 com previsão de término em 2029. Uma opção seria atrelar a cobrança na praça mais próxima ao término das obras ou ser iniciada imediatamente com um prazo de conclusão de três anos. Estando essa condição explicitada no edital, o valor total de oferta de outorga deverá ser reduzido significativamente, mas será uma forma de

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108469

garantir que esse recurso vá para agilização de obras estratégicas e não para o Tesouro;

- As pistas laterais devem ser contínuas e em todos os trechos da Baixada fluminense, vale do paraíba e região metropolitana de São Paulo. O projeto prevê apenas 40 km de pistas laterais e mesmo no novo projeto ainda há interrupções. Na percepção dos próprios usuários, para o atual contexto, a real necessidade duas vezes maior sem considerar projeções de demandas futuras, por exemplo, projeções até 2050. Os estudos apontam a necessidade de 160 km distribuídos ao longo da rodovia;

- Retirada da praça de pedágio em Barra Mansa, reincluindo a praça de Viúva graça;

- Reestudo do valor de desconto para utilização de TAGS, no projeto apresentado o desconto é de 5%, mas não apresenta os estudos sobre o assunto. Esse desconto pode ser mais benéfico para o usuário em caso de maior utilização do dispositivo;

- O Edital deverá prever as condições para a implantação do free-flow em toda a via, permitindo que os usuários paguem apenas pelo trecho percorrido, o que deverá garantir redução significativa do valor de pedágio, na medida que muitos mais pagarão, em relação ao que ocorre atualmente. Essa experiência será vital para ampliar essa dinâmica nas demais rodovias, levando à uma redução significativa de custo do pedágio/km percorrido;

- O DUF – Desconto para Usuário Frequente, deve ser estendido aos caminhões e não apenas aos carros de passeio. O DUF proposto é um benefício para os usuários que utilizam o eixo rodoviário para seus deslocamentos diários, com o desconto aplicado a ser assumido pelo Governo Federal, que pagará a concessionária o valor da tarifa integral. O que precisa ser revisto é a proporção do desconto a ser aplicado. Atualmente se o usuário passar pela mesma praça de pedágio 30 vezes no mês e no mesmo sentido, ele pagará um valor de tarifa final com um valor que representa o valor acumulado do trecho de cobertura de uma viagem de curta distância referencial. Exemplo: a tarifa na praça de Moreira César é de R$ 15,20, mas se o usuário atender os requisitos do DUF ele passará a pagar na 30ª passagem e sucessivas/mês o valor de R$ 0,91. A proposta é que a proporção do desconto seja revisto, com o valor mínimo a ser pago igual ao trecho de cobertura de uma viagem de curta distância referencial, ou seja, continuando no exemplo de Moreira César, o usuário ao atender os requisitos do DUF, passaria a pagar na 30ª passagem e sucessivas/sentido o valor de R$ 4,50. Nesta situação ainda se mantém a justiça de pagamento da tarifa pelo trecho percorrido estimado, sem onerar em demasia a parcela devida à concessionária do Governo Federal. No EVTEA o impacto do DUF foi

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108470

avaliado sobre uma base amostral de perfil de viagens do usuário restrita e o impacto financeiro teve a adoção de parâmetros que aumentam os riscos financeiros do ativo, principalmente para o Governo Federal. A proposta é estender o DUF para as motocicletas e para os motoristas autônomos de caminhões de 2 e 3 eixos. A opção por motoristas autônomos de caminhões de 2 a 3 eixos, é que o perfil de viagens no eixo rodoviário em estudo, é de uso frequente da rodovia, em viagens de curta distância para a distribuição de bens nas regiões metropolitanas.

- Sistema de atendimento ao usuário:
  - ❖ Para a ambulância do tipo C: tempo de chegada ao local de atendimento não superior a 15 minutos em 90% das ocorrências mensais;
  - ❖ Para a ambulância do tipo D: após o acionamento está deve ter um tempo de chegada ao local de atendimento não superior a 15 minutos em 90% das ocorrências mensais;
  - ❖ Para guincho leve: tempo de chegada ao local de atendimento não superior a 15 minutos em 90% das ocorrências mensais;
  - ❖ Para guincho pesado: tempo de chegada ao local de atendimento não superior a 40 minutos em 90% das ocorrências mensais;
  - ❖ Considerações: O Parâmetro está adequado, porém, recomenda-se acrescentar um tempo máximo para os 10% restantes das ocorrências mensais e dessa forma definir meios para punir possíveis abusos que possam ser cometidos pela concessionária;
  - ❖ Para as situações em que os parâmetros não atendem a expectativa da sociedade, o único meio legal que a ANTT possui para evitar abusos é a Resolução nº 4071 de 03/04/2013 / ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres (D.O.U. 24/07/2013), que define:
  - ❖ Prazo máximo para restabelecer a Fluidez. VIII - Deixar de remover material da(s) faixa(s) de rolamento(s) ou acostamento(s) que obstrua ou comprometa a correta fluidez do tráfego no prazo de 6 (seis) horas a partir do evento que lhe deu origem;
  - ❖ Porém 6 horas é muito tempo para aguardar serviço médico ou guincho, mas é exatamente isso que poderá ocorrer quando estabelece tempo médio em 90% das ocorrências mensais. É perfeitamente compreensível a necessidade de reduzir o OPEX para o serviço de atendimento ao usuário e assim reduzir as tarifas de pedágio, porém, tem que estabelecer formas para

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108471

evitar o abuso e garantir serviços de qualidade para a sociedade, pois, é exatamente na prestação do serviço que a sociedade consegue avaliar as vantagens do pagamento do pedágio;

- ❖ Proposta: acrescentar um tempo máximo para os 10% de até 50 ou 60 minutos.

- o Postos de atendimento ao usuário e Bases: Deverá ser acrescida bases no início e final da serra das araras bem como uma base próxima do meio em ambas as pistas, e ainda painéis informativos de tráfego de forma maciça em toda a extensão da rodovia informado das condições de tráfego, de forma a evitar que os usuários fiquem "presos" em engarrafamentos por acidentes outros;
- o Criação de bolsões de estacionamentos para veículos de carga no nas entradas das cidades de Rio, São Paulo, Volta Redonda e São José dos Campos;
- o Aumento do número de paradas de descanso a cada 100 km, hoje estão previstas somente 2;
- o Para a Dutra é importante definir Parâmetro de Disponibilidade da rodovia para o usuário, as rodovias de alto tráfego deve ter critérios de Disponibilidade, isso afeta diretamente no critério Conforto. A indisponibilidade está relacionada ao excesso de manutenção, as concessionárias não investem em um projeto robusto para garantir por longo prazo o parâmetro de desempenho do pavimento e consequentemente realizam muitas intervenções, causando desconforto em excesso, em função das excessivas intervenções de baixa capacidade resolutiva. Assim, definindo um parâmetro de Disponibilidade entre 80 a 90% ao ano, reduz a janela de manutenção, consequentemente exigirá projetos mais robustos gerando:
  - ❖ Menos congestionamento;
  - ❖ Menos acidentes;
  - ❖ Maior conforto.
- o Continuidade do sistema de informações por FM exclusiva e em toda em a extensão do trecho.

2) Objetivos apresentado na alínea (c) Proposta de estrutura de trabalho do IBL associado às câmaras temáticas da FRENLOG;

Nessa etapa a Contratada realizou estudos com projeções de demandas, indicadores gerais, mapeamento das necessidades de adequações processuais da IBL, estruturação gerencial e organizacional e proposição de novos modelos

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108472

processuais e de reestruturação organizacional. Entrega realizada pelo relatório 01 (outubro/2019).

Foram apresentadas propostas visando o fomento e desenvolvimento da infraestrutura logística em ação integrada entre IBL e FRENLOG (Frente Parlamentar Mista de Logística de Transportes e Armazenagem), que propõe a integração de setores e modais com o objetivo de atendimento às demandas futuras. Após a análise, sugerimos que os estudos e projeções sejam realizados com equipes especializadas e busquem informações relevantes do setor para apoiar a IBL no seu posicionamento futuro da IBL, e ainda, na proposição da carteira de projetos para o setor.

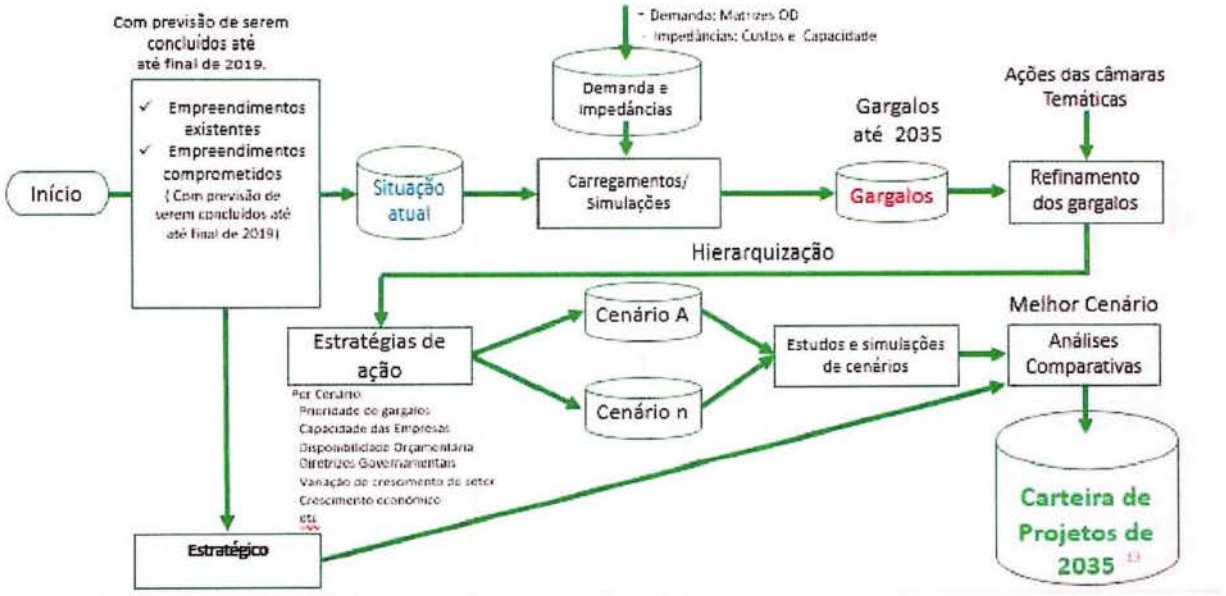


Figura 05 – Fluxo de Processos para Elaboração e Implantação da Carteira de Projetos

A estrutura integrada do COSO foi adotada para o desenvolvimento da Matriz de Risco e elaborada tendo como base o Cubo do COSO, trazendo os objetivos, processo integrado de responsabilidade e os componentes do controle interno das Câmaras Temáticas (CT).

Para o desenvolvimento e aplicação da metodologia para implantação e elaboração da Gestão de Risco para composição da Carteira de Projetos foi considerada a vertente Estratégica, entre as categorias de objetivos classificadas pelo modelo COSO ERM - *Enterprise Risk Management* (Estratégico, Operacional, Comunicação e Conformidade), uma vez que se trata de estruturação e proposição de tomada de decisão.

Foram consideradas nos processos integrados as seguintes variáveis: ambiente interno, fixação dos objetivos, identificação de eventos, avaliação de riscos, respostas aos riscos, atividades de controle, informação e comunicação, e monitoramento, distribuídos ao longo de todo o processo.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108473



Figura 06 – Cubo do COSO ERM (2007)

No momento da análise da situação atual, conforme a Metodologia para implantação e elaboração de Carteira de Projetos, os objetivos e identificação dos eventos de riscos vinculados aos gargalos foram fixados, assim, as Câmaras Temáticas (CT) poderão implementar um mecanismo de refinamento de forma a investir na mitigação dos riscos mais relevantes.

O gerenciar risco não significa necessariamente evitá-lo, pois na prática, o risco é um fato da vida corporativa, sendo que a forma como cada Câmara o trata é que vai determinar o alcance dos resultados.

A disposição em assumir risco é influenciada, de certa forma, pela cultura de cada Câmara Temática (CT), ressaltando-se a premissa de que há uma relação positiva entre o nível de exposição e o retorno alcançado, definindo a disposição a assumir riscos por cada setor temático. Cada frente deverá refletir quanto às seguintes questões – chaves:

- Quais riscos podem ser aceitos nas atuais circunstâncias?
- Quais riscos se admite incorrer, em novas iniciativas?
- Quais riscos se aceita incorrer para alcançar os objetivos fixados?

Em síntese, as Câmaras, ao avaliar os riscos, procuram identificar até que ponto os eventos previstos e imprevistos podem influenciar na realização de seus objetivos, levando em consideração a probabilidade e o impacto de sua ocorrência, resultando na hierarquização dos gargalos mapeados.

Dada a sua relevância nessa sistemática de avaliação, as estimativas de probabilidade e grau de impacto de riscos devem, prioritariamente, ser baseadas em dados de eventos passados observáveis, que fornecem uma base mais verificável, por ser mais objetiva do que as estimativas inteiramente subjetivas.

Outro aspecto importante a ser considerado é que a equipe técnica de cada frente deve instituir indicadores de desempenho, como forma de acompanhar se as metas estão sendo alcançadas, se os objetivos precisam ser revisados ou mesmo se ações corretivas são necessárias.

O resultado da hierarquização deve desenvolver estratégias de ação, de acordo com o pressuposto essencial que o ponto ideal entre o investimento realizado nos

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108474

controles internos e os benefícios que esses trazem depende, fundamentalmente, da adequação do processo de avaliação de riscos.

Conforme a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU No. 01, de maio de 2016, à luz da metodologia COSO, compete às Câmaras Temáticas (CT) oferecer avaliações e assessoramento, ao nível hierárquico superior, destinadas ao aprimoramento dos controles internos, de forma que comandos mais eficientes e eficazes mitiguem os principais riscos de cada tema.

Os controles internos propiciam atuar em conformidade com as leis e os regulamentos, bem como com as políticas, planos, regras e procedimentos internos, reduzir os riscos de danos à reputação em todos os níveis da estrutura organizacional, desde que a informação e comunicação fluam em todos os sentidos, por todos os seus componentes e estrutura inteira. Todos os participantes devem receber mensagem clara da alta administração sobre as responsabilidades de cada agente no que concerne aos controles internos de gestão.

A finalidade de fortalecer os processos atuais e ter aprimoramento contínuo é determinado, por meio de atividades de monitoramento ou avaliações independentes, ou por uma combinação dessas, se o gerenciamento de riscos atual continua eficaz.

O processo de proposição da reestruturação organizacional contou com a utilização de metodologias e ferramentas de mercado de BPMN (Business Process Modeler and Notation) a empresa realizou o mapeamento dos processos atuais (As Is), com os respectivos diagnósticos e posteriormente apresentados os Planos de reestruturação, redesenho dos processos com as ajustes processuais necessárias a estrutura da IBL (remodelagem), incluindo o novo mapa de processos (To Be), Cadeia de Valores, Organograma e Indicadores que devem ser utilizados para medição de eficácia dos processos.

Revisão da estrutura organizacional do IBL para fortalecer as Ações Estratégicas, de Fomento e Desenvolvimento para o setor de infraestrutura logística, transporte e armazenagem com associação entre o IBL e FRENLOG, consolidando em duas propostas:



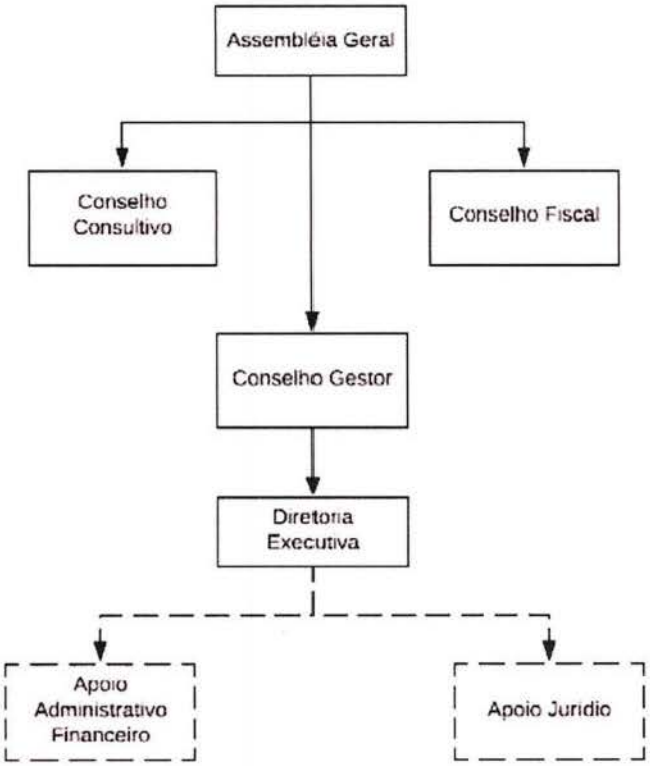


Figura 07 – Organograma Atual

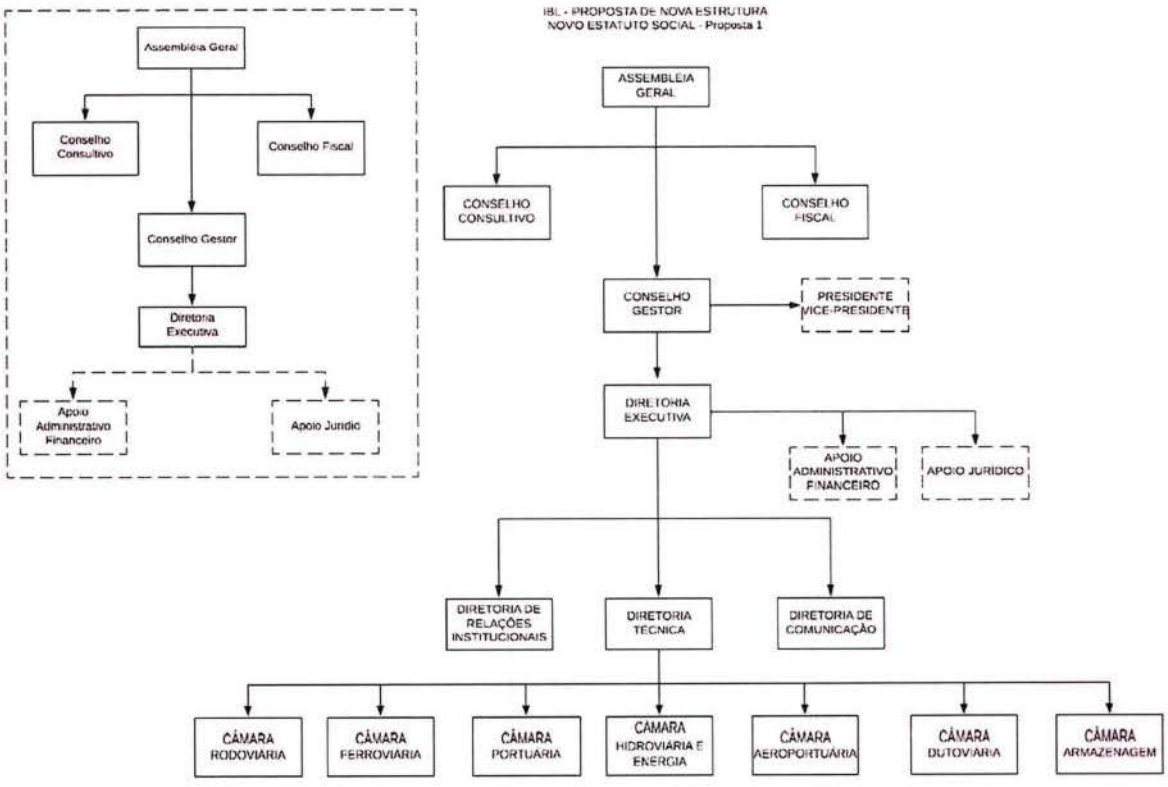


Figura 07 – Proposta de Atualização do Organograma No. 1

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108476

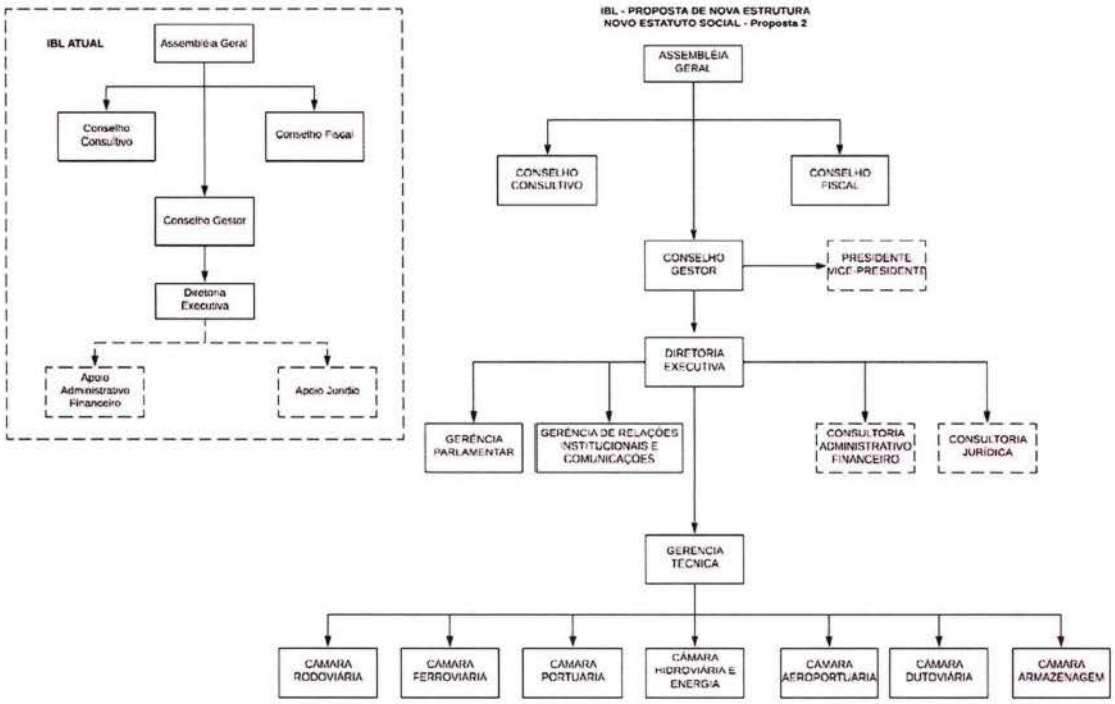


Figura 08 – Proposta de Atualização do Organograma No. 2

Em acréscimo aos relatórios anteriores, foi sugerido a seguir uma proposta de Plano Estratégico, consolidando o processo de estruturação, incluindo o detalhamento para a sua viabilização, o que contemplou todas as ações estruturantes, diretrizes, infraestrutura e investimentos necessários à implantação. Nesta fase foi desenvolvido o Mapa Estratégico com as diretrizes da metodologia de BSC (Balanced Score Card) que definiu as metas e métricas de indicadores que devem ser efetivamente mensurados no período e as sistemáticas para elaboração de planos de ação preventivos e corretivos que garantam o alinhamento e ajustes de percurso necessário do planejamento com o seu real andamento.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108477

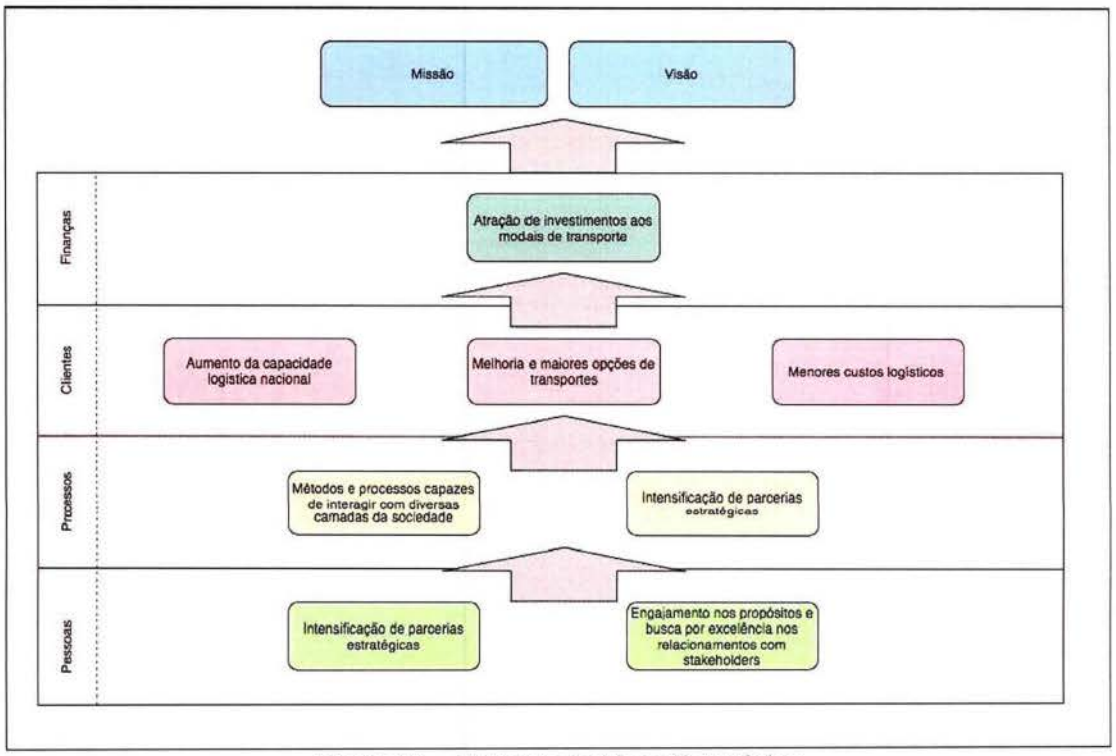


Figura 09 – Proposta de Mapa Estratégico

No Plano Estratégico foram contempladas as sistemáticas de acompanhamento dos indicadores do BSC, por meio da proposição e implantação de sala de situação para auxílio ao monitoramento e deliberações.

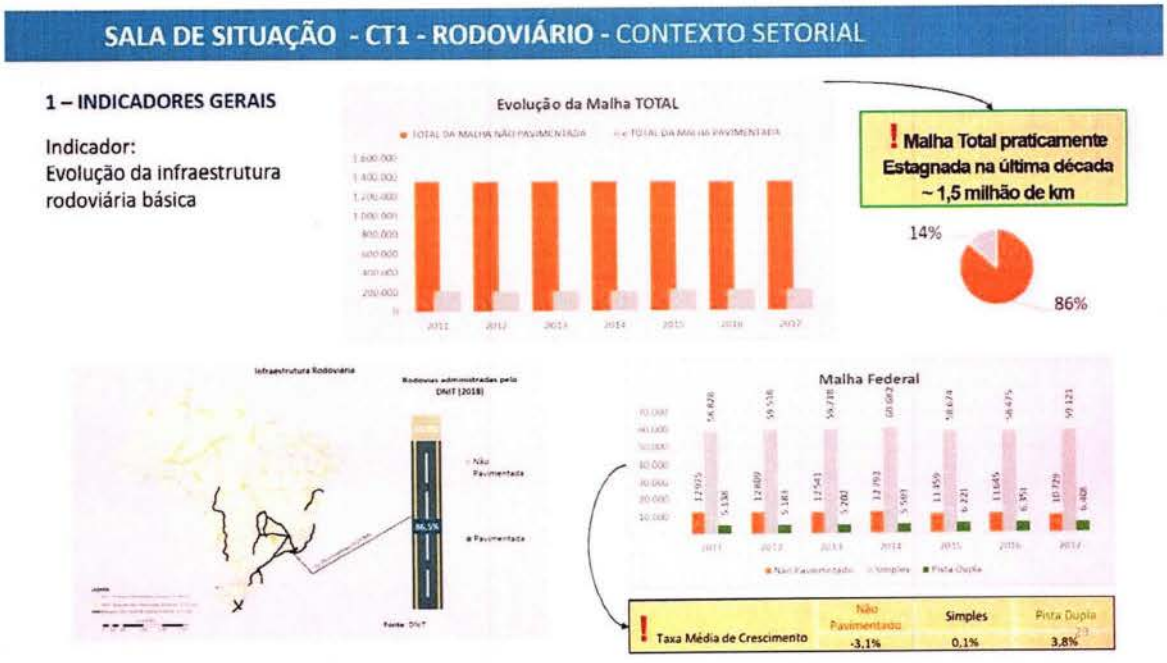


Figura 10 – Painel Gerencial da Sala de Situação – Crescimento da Malha

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108476

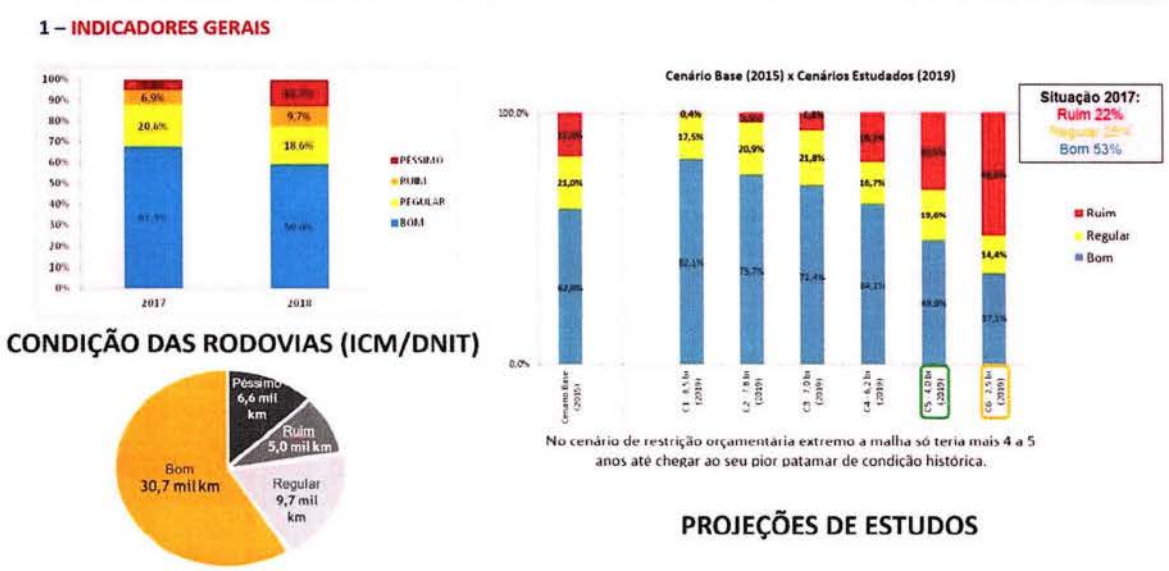


Figura 11 – Painel Gerencial da Sala de Situação – Condição da Malha

3) Objetivos apresentado na alínea (d) PLOA 2020 - Análise e proposições técnicas do setor rodoviário federal;

Nesta etapa foram realizados estudos e análises orçamentárias de investimentos de infraestrutura logística e a logística rodoviária nacional para o ano de 2020, incluindo as distribuições por frentes de trabalhos, modais e proposições de emendas necessárias. Entrega realizada pelo relatório 02 (novembro/2019).

Para a realização dos estudos sobre as condições da malha rodoviária foram utilizadas informações sobre as características estruturais, funcionais e operacionais da infraestrutura rodoviária com auxílio de Sistema de Gerência de Pavimentos - SGP, compartilhado dados oriundos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e Empresas de Planejamento e Logística – EPL.

As equações de projeção de desempenho, constantes do Modelo HDM-4, foram utilizadas para determinação das condições dos pavimentos em um cenário de investimentos até 2022.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108479

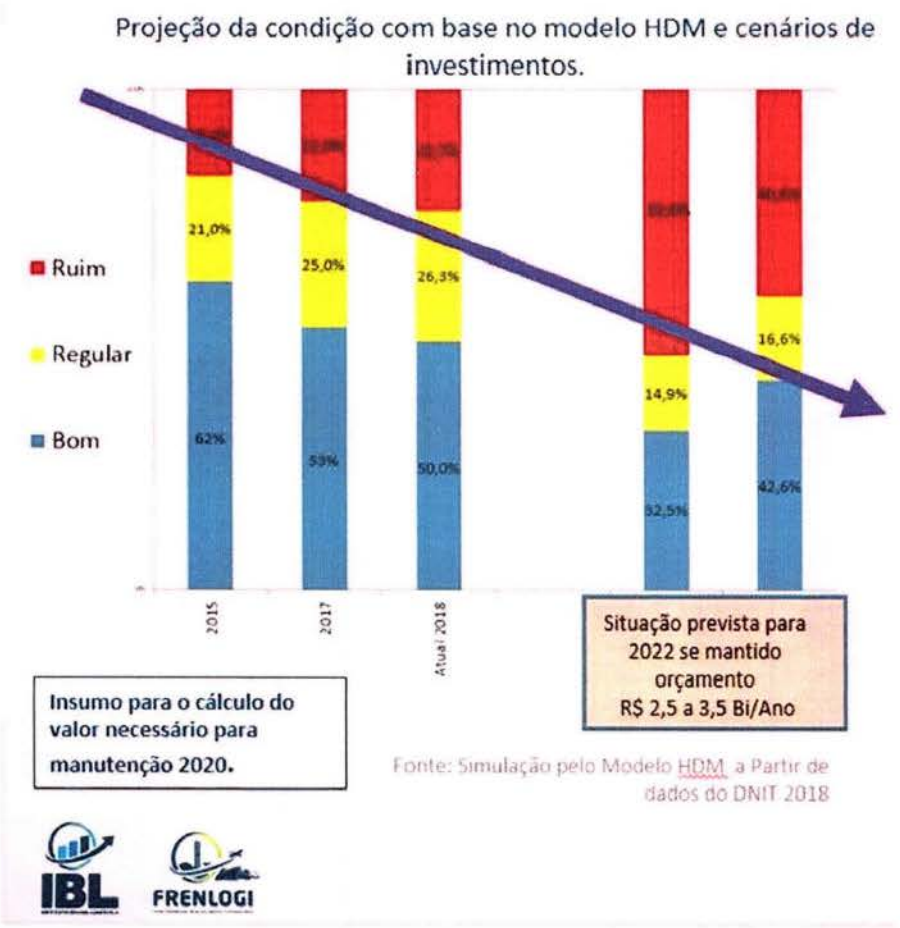


Figura 12 – Gráfico de Projeção dos Investimentos x Condição da Malha

Foram realizados levantamentos na base de dados do Sistema de Acompanhamento de Contratos (SIAC) e no relatório de gestão do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT 2018, onde o órgão apresentou uma carteira de quase 50 bilhões em contratos e mais de 1000 contratos entre ativos e paralisados.

Destes, 153 contratos são de construção ou adequação e 663 de manutenção de rodovias.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 108480



Figura 13 – Carteira de Contratos DNIT (Fonte: Relatório de Gestão DNIT/2018)

Como base orçamentária, o PLOA 2020 para o Setor de Rodovias Federais (Construção, Pavimentação e Adequação de capacidade), totaliza o montante de R$ 4,5 bilhões.

PLOA 2020 – DNIT	(R$x1,00)
RODOVIAS - MANUTENÇÃO	3.100.000.000
RODOVIAS (Duplicação, Adequação ou Construção) FERROVIAS, HIDROVIAS, PORTOS.	1.432.989.000
Total PLOA DNIT 2020	**4.532.989.000**

Figura 14 – Quadro Resumo do PLOA 2020 - DNIT

Apontamentos Realizados:

1. No modal rodoviário, que é o mais dependente de recursos públicos, o relatório de gestão do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT 2018 informa que o órgão tem uma carteira de quase 50 bilhões em contratos e mais de 1000 contratos entre ativos e paralisados;
2. Destes, 153 contratos são de construção ou adequação e 663 de manutenção de rodovias, entretanto o orçamento do DNIT para 2020 é de apenas 4,6 bilhões;
3. O investimento médio anual do DNIT em manutenção de rodovias caiu de R$ 7,3 bilhões em 2010 para R$ 4,2 bilhões em 2018, e agora a LOA 2020 tem previsão de 3,1 bilhões, sendo o menor valor da história do DNIT, o que certamente, levará a malha a um colapso. Nos próximos 4 anos haverá uma piora significativa na condição da malha podendo chegar ao pior patamar

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108481

histórico, que foi entre os anos de 2003 e 2005, caso não haja reversão da situação elencada;

4. Para as obras de Duplicação, Adequação ou Construção de Rodovias haverá também uma piora na situação apresentada entre 2014 e 2019, pois a previsão orçamentária de R$ 1.6 Bilhões, destinados, é significativamente inferior a carteira de obras já contratadas pelo DNIT;
5. No PLOA de 2020 teremos uma queda de 43.6 % em relação ao volume médio investido nesta década;
6. Segundo o Siga Brasil, a evolução Orçamentária (valores pagos +RAP), entre 2014 a 2018, considerando RODOVIAS (Manutenção, Duplicação, Adequação ou Construção), FERROVIAS, HIDROVIAS, PORTOS, foi negativa, em 21 unidades da federação;
7. Segundo estudos do IBL, o custo mínimo da sociedade para trafegar em uma rodovia, adequadamente mantida no Brasil, considerados os gastos com combustíveis, pneus, peças, manutenção e acidentes, gira em torno de R$ 306 bilhões/ano. Decorre que, se não houver investimentos de forma adequada, este custo pode chegar ao patamar de 317 bilhões/ ano, ou seja, em quatro a cinco anos, só os gastos que os usuários terão por não trafegar em boas rodovias poderá chegar a R$ 50 bilhões;
8. Desta forma, a proposta apresentada trará retorno imediato a sociedade. Estudo do Banco Mundial considera que, para cada 1 Real investido em infraestrutura, o retorno à sociedade e de até 4 vezes esse valor, ou seja, estaremos multiplicando por 4 o valor investido do superávit financeiro esperado;
9. Finalmente, há que destacar que o programa de concessão rodoviária ao governo federal somente começará a gerar resultados daqui a quatro anos e ainda assim resolverá problemas de apenas parte da malha rodoviária federal;
10. A partir das justificativas elencadas foram propostas emendas a FRENLOG, conforme apresentado na Figura 15.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 108482

UF	PLOA 2020	Necessidade Acréscimo 2020
Minas Gerais	348.770.000	500.000.000
Rio Grande do Sul	306.632.000	480.000.000
Rondônia	103.415.000	250.000.000
Bahia	210.550.000	232.000.000
Goiás e Distrito Federal	151.700.000	217.000.000
Mato Grosso do Sul	113.286.000	191.000.000
Santa Catarina	115.040.000	181.000.000
Maranhão	153.899.000	158.000.000
Ceará	63.394.000	155.000.000
Acre	97.930.000	85.000.000
Mato Grosso	214.255.000	70.000.000
Pará	272.782.000	68.000.000
Paraíba	38.018.000	55.000.000
Piauí	80.283.000	50.000.000
Espirito Santo	30.575.000	45.000.000
Rio Grande do Norte	70.926.000	40.000.000
Segipe	17.448.000	42.000.000
Tocantins	117.442.000	32.000.000
Paraná	137.382.000	30.000.000
São Paulo	8.354.000	9.000.000
Pernambuco	104.669.000	3.000.000
Rio de Janeiro	59.573.000	7.000.000
Amazonas	123.112.000	-
Roraima	76.892.000	-
Alagoas	47.423.000	-
Amapá	36.250.000	-
TOTAL	**3.100.000.000**	**2.900.000.000**

Figura 15 – Quadro Resumo da Necessidade de Suplementação Orçamentária para Atendimento das Demandas Necessárias

11. Através de emendas de bancada e individuais, aumentar o valor previsto para manutenção, até o limite do valor indicativo discriminado no quadro ao lado, com necessidade de acréscimo 2020:
    - ✔ LOA 2020 - Projeto de Lei nº 22/2019-CN e PL nº 22/2019-CN;
    - ✔ Órgão: 39000;
    - ✔ Função: 26;
    - ✔ Subfunção: 782;
    - ✔ Programa: 3006;
    - ✔ Ação: 219.

12. Este estudo PLOA 2020/DNIT - Estudo e Proposta de emendas para Expansão e Manutenção (ajudou a gerar acréscimo ao orçamento do Minfra em torno de R$ 1 Bi) e também gerou emendas a PEC 187/2019;



Emendas a PEC 187/2019:

EMENDA Nº xx

(à PEC 187/2019)

Altere-se o parágrafo único do Art 4º, ficando com a seguinte redação:

" Art 4º

.....

.....

.....

Parágrafo único. Parte da recitas públicas desvinculadas em decorrência do disposto nesse artigo deverá ter como destinação, pelo menos, 50% a investimentos em manutenção, adequação ou construção da malha rodoviária Federal de infraestrutura federal de logística e de transporte.

Figura 16 – Modelo de Estruturação de Emenda

EQUIPE TÉCNICA – RESPONSÁVEIS TÉCNICOS / COORDENADORES

Renato Gomes dos Santos
Especialista em Transporte / Geoprocessamento
CRA nº 399 / TPD – DF

Diegles Simões de Toledo Pereira
Engenheiro Civil
Mestre em ciências dos Materiais
Gerente de projetos e supervisão
CREA nº 85.665 / D – MG

Fernanda Magalhães de Sousa Marques
Engenheira Civil
Certificação PMP (Project Management Professional) – Certificada pelo PMI
Especialista em gerenciamento de projetos
CREA nº 23693 / D – DF

Dean Bezerra de Melo
Engenheiro Civil
CREA nº 22551 / D – DF

Marco Antônio Jussiani Puhle
Engenheiro Civil
CREA nº 22107 / D – DF



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº: 59149/2018

*** CERTIDÃO VÁLIDA SOMENTE COM A(S) RESSALVA(S) E OBSERVAÇÃO(ÇÕES) ***
*** ACOMPANHA ESTA CERTIDÃO ATESTADO(S) CONTENDO 12 FOLHA(S) **********

CERTIFICO PARA FINS DE ACERVO TÉCNICO QUE NOS ARQUIVOS DESTE CREA, CONSTA(M) ART(S)
EM NOME DO PROFISSIONAL: .....
.....
REYNALDO COSATI MEDEIROS.....
Registro.....: 1990100977.....
Titulo Profissional.....: ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART Nº IN00907099 - de 01/11/2012..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): ASSISTENCIA.....
(3): AVALIACAO.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
RESP. TÉCNICO E ENG. SÊNIOR NOS SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E APOIO TÉCNICO PARA A ...
REALIZ. DE TRABALHOS DE GERENCIAMENTO VOLTADOS À ANÁLISE DE PROJETOS DE ENG., ...
GERENCIAMENTO AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E CONTROLE (APOIO TÉCNICO À SERVIÇOS REALIZADOS
PELA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA FUNDAÇÃO DER-RJ) .....
Nº do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 04/05/2010.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 6.575.729,01.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10º ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal Nº: IN00381223 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: REYNALDO COSATI MEDEIROS.....
RNP Nº: 2005964085.....ENGENHEIRO CIVIL .....
.....

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

ART Nº IN00907124 - de 01/11/2012..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): AVALIACAO.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
1º ADITIVO DE READEQUAÇÃO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO. RESP. TÉCNICO E ENG. .....
SÊNIOR NOS SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E APOIO TÉC. PARA A REALIZ. DE TRAB. DE .....
GERENCIAMENTO VOLTADOS Á ANÁLISE DE PROJETOS DE ENG., GERENC. AMBIENTAL, PLANEJAMENTO
E CONTROLE (APOIO TÉCNICO Ã SERVIÇOS REALIZADOS PELA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA ...
FUNDAÇÃO DER-RJ) .....
Nº do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 04/05/2010.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 6.575.729,01.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10º ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal Nº: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP Nº: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART Nº IN00907157 - de 01/11/2012..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): AVALIACAO.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
2° ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO. RESP. TÉCNICO E ENG. SÊNIOR NOS SERV. .....
CONTÍNUOS DE CONSULT. E APOIO TÉC. PARA A REALIZ. DE TRAB. DE GERENCIAMENTO VOLTADOS .
À ANÁLISE DE PROJETOS DE ENG., GERENC. AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E CONTROLE (APOIO .....
TÉCNICO À SERVIÇOS REALIZADOS PELA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA FUNDAÇÃO DER-RJ) ....
N° do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 04/05/2010.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 6.575.729,01.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10° ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal N°: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP N°: 2001606811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART N° IN00907177 - de 01/11/2012..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): AVALIACAO.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
1° APOST. - RESP. TÉCNICO E ENG. SÊNIOR NOS SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E APOIO TÉC. .
PARA A REALIZ. DE TRAB. DE GERENCIAMENTO VOLTADOS À ANÁLISE DE PROJETOS DE ENG., ...
GERENC. AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E CONTROLE (APOIO TÉCNICO À SERVIÇOS REALIZADOS PELA .
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA FUNDAÇÃO DER-RJ) .....
N° do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 04/05/2010.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 6.680.254,21.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10° ANDAR - CENTRO.....

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal Nº: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP Nº: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART Nº IN00907193 - de 01/11/2012..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): AVALIACAO.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
3º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO + 365 E ACRÉSCIMO DO VALOR R$6.575.729,01. .
RESP. TÉCNICO E ENG. SÊNIOR NOS SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E APOIO TÉC. PARA A .....
REALIZ. DE TRAB. DE GERENCIAMENTO VOLTADOS À ANÁLISE DE PROJETOS DE ENG., GERENC. ....
AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E CONTROLE (APOIO TÉCNICO À SERVIÇOS REALIZADOS PELA .....
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA FUNDAÇÃO DER-RJ) .....
Nº do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 04/05/2011.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 13.151.458,02.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10º ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal Nº: IN00908655 - Data de Pagamento: 05/11/2012.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP Nº: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART Nº IN00907203 - de 01/11/2012..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): AVALIACAO.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
2° APOST. - RESP. TÉCNICO E ENG. SÊNIOR NOS SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E APOIO TÉC. .
PARA A REALIZ. DE TRAB. DE GERENCIAMENTO VOLTADOS À ANÁLISE DE PROJETOS DE ENG., ...
GERENC. AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E CONTROLE (APOIO TÉCNICO À SERVIÇOS REALIZADOS PELA .
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA FUNDAÇÃO DER-RJ) .....
N° do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 05/05/2011.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 13.680.038,13.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10° ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal N°: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP N°: 2001606811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART N° IN00907214 - de 01/11/2012..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): AVALIACAO.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
4° TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR DE R$1.640.880,09 - RESP. TÉCNICO E ENG. .....
SÊNIOR NOS SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E APOIO TÉC. PARA A REALIZ. DE TRAB. DE .....
GERENCIAMENTO VOLTADOS À ANÁLISE DE PROJETOS DE ENG., GERENC. AMBIENTAL, PLANEJAMENTO
E CONTROLE (APOIO TÉCNICO À SERVIÇOS REALIZADOS PELA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA ...

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

FUNDAÇÃO DER-RJ) .....
Nº do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 05/05/2011.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor do Contrato/Honorário: R$ 15.320.918,22.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10º ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal Nº: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP Nº: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART Nº IN00907227 - de 01/11/2012..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): AVALIACAO.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
5º TERMO ADITIVO DE READEQUAÇÃO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO. RESP. TÉCNICO E ENG. SÊNIOR NOS SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E APOIO TÉC. PARA A REALIZ. DE TRAB. DE ..... GERENCIAMENTO VOLTADOS À ANÁLISE DE PROJETOS DE ENG., GERENC. AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E CONTROLE (APOIO TÉCNICO À SERVIÇOS REALIZADOS PELA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA ... FUNDAÇÃO DER-RJ) .....
Nº do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 05/05/2011.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor do Contrato/Honorário: R$ 15.320.918,22.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10º ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal Nº: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP Nº: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

.....
ART Nº IN00907233 - de 01/11/2012..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): AVALIACAO.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
3º APOST. - RESP. TÉCNICO E ENG. SÊNIOR NOS SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E APOIO TÉC. .
PARA A REALIZ. DE TRAB. DE GERENCIAMENTO VOLTADOS À ANÁLISE DE PROJETOS DE ENG., ...
GERENC. AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E CONTROLE (APOIO TÉCNICO À SERVIÇOS REALIZADOS PELA .
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA FUNDAÇÃO DER-RJ) .....
Nº do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 04/05/2012.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 15.426.737,07.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10º ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal Nº: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP Nº: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART Nº IN00907244 - de 01/11/2012..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): AVALIACAO.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
6° TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO + 365 DIAS E ACRÉSCIMO DE R$8.216.609,07. RESP. .....
TÉCNICO E ENG. SÊNIOR NOS SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E APOIO TÉC. PARA A REALIZ. DE .
TRAB. DE GERENCIAMENTO VOLTADOS À ANÁLISE DE PROJETOS DE ENG., GERENC. AMBIENTAL, ...
PLANEJAMENTO E CONTROLE (APOIO TÉCNICO À SERVIÇOS REALIZADOS PELA ASSESSORIA DE .....
PLANEJAMENTO DA FUNDAÇÃO DER-RJ) .....
N° do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 04/05/2012.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 23.643.346,14.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10° ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal N°: IN00908683 - Data de Pagamento: 03/12/2012.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP N°: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART N° IN00907252 - de 01/11/2012..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): AVALIACAO.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
4° APOST. - RESP. TÉCNICO E ENG. SÊNIOR NOS SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E APOIO TÉC. .
PARA A REALIZ. DE TRAB. DE GERENCIAMENTO VOLTADOS À ANÁLISE DE PROJETOS DE ENG., ...
GERENC. AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E CONTROLE (APOIO TÉCNICO À SERVIÇOS REALIZADOS PELA .
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA FUNDAÇÃO DER-RJ) .....
N° do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 04/05/2012.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 24.970.769,70.....

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10° ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal N°: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP N°: 2001686811.....ENGENHKIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART N° IN01289106 - de 11/08/2014..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): ASSISTENCIA.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
7° ADITIVO - SEM REFL. FIN. - CORRESP. TÉCNICO NOS SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E .....
APOIO TÉC. PARA A REALIZ. DE TRAB. DE GERENCIAMENTO VOLTADOS À ANÁLISE DE PROJETOS DE
ENG., GERENC. AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E CONTROLE (APOIO TÉCNICO À SERV. REALIZADOS ...
PELA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA FUND. DER-RJ). .....
N° do contrato: 024/2010.....
Data de Inicio: 04/05/2012.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor da Contrato/Honorário: R$ 24.970.769,70.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10° ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal N°: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP N°: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART N° IN01289123 - de 11/08/2014..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): AVALIACAO.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
8º ADIT. PRORROG. (365 DIAS), AUMENTO VALOR R$ 8.216.609,07 - RESP. TÉC./ENG. SÊNIOR .
NOS SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E AP. TÉC. P/ A REALIZ. DE TRAB. DE GERENC. VOLTADOS .
À ANÁLISE DE PROJ. DE ENG., GERENC. AMB., PLANEJ. E CONTROLE (AP. TÉC. À SERV. .....
REALIZADOS PELA ASSES. DE PLANEJ. DA FUND. DER-RJ) .....
Nº do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 04/05/2013.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 33.187.378,77.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10º ANDAR - CONJ. C E D - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal Nº: IN01235868 - Data de Pagamento: 26/05/2014.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP Nº: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART Nº OL00236320 - de 20/08/2015..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ANALISE.....
(2): ASSESSORIA.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
5º APOSTILA, AUMENTO VALOR R$ 1.864.334,38 - CORRESP. TÉC. NOS SERV. CONTÍNUOS DE ....
CONSULT. E AP. TÉC. P/ A REALIZ. DE TRAB. DE GERENC. VOLTADOS À ANÁLISE DE PROJ. DE ..
ENG., GERENC. AMB., PLANEJAMENTO E CONTROLE (AP. TÉC. À SERV. REALIZADOS PELA ASSES. .
DE PLANEJAMENTO DA FUND. DER-RJ) .....

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

Nº do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 30/12/2013.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....124 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 35.051.713,15.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10º ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal Nº: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP Nº: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART Nº OL00236330 - de 20/08/2015..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ANALISE.....
(2): ASSESSORIA.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
9º ADIT. PRORROG. (365 DIAS), ACRÉSC. DE R$ 8.126.609,07 - RESP. TÉC./ENG SÊNIOR - ...
SERV. CONTÍNUOS DE CONSULT. E AP. TÉC. P/ A REALIZ. DE TRAB. DE GERENC. VOLTADOS Ã ...
ANÁLISE DE PROJ. DE ENG., GERENC. AMB., PLANEJAMENTO E CONTROLE (AP. TÉC. Ã SERV. ....
REALIZADOS PELA ASSES. DE PLANEJ. DA FUND. DER-RJ) .....
Nº do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 04/05/2014.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....365 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 43.268.322,22.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10º ANDAR - CONJ. C E D - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal Nº: OL00234577 - Data de Pagamento: 18/08/2015.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP Nº: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART Nº OL00236344 - de 20/08/2015..... Natureza: OBRA E SERVICO.....

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): ANALISE.....
(2): ASSESSORIA.....
(3): CONSULTORIA.....
Especificação da Atividade (1): OUTROS.....
Complemento (1): RODOVIA .....
Informação Complementar: .....
6º APOSTILA, AUMENTO VALOR R$ 1.864.334,38 - RESP. TÉC./ENG. SÊNIOR NOS SERV. .....
CONTÍNUOS DE CONSULT. E AP. TÉC. P/ A REALIZ. DE TRAB. DE GERENC. VOLTADOS À ANÁLISE .
DE PROJ. DE ENG., GERENC. AMB., PLANEJAMENTO E CONTROLE (AP. TÉC. À SERV. REALIZADOS .
PELA ASSES. DE PLANEJAMENTO DA FUND. DER-RJ) .....
Nº do contrato: 024/2010.....
Data de Início: 20/08/2014.....
Prazo do Contrato: DETERMINADO.....256 dia(s).....
Valor de Contrato/Honorário: R$ 45.875.515,13.....
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10º ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Vinculada a ART principal Nº: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP Nº: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
ART Nº OL00289953 - de 12/11/2015..... Natureza: OBRA E SERVICO.....
Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....
EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..
Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....
Atividade Técnica (1): CONSULTORIA.....
(2): PLANEJAMENTO.....
(3): PROJETO.....
Especificação da Atividade (1): REFORMA.....
Complemento (1): EDIFICACAO COMERCIAL .....
Informação Complementar: .....

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

SERVIÇOS DE CONSULTORIA E APOIO TÉCNICO NO GERENCIAMENTO, SUPERVISÃO, ACOMPANHAMENTO . E CONTROLE DO PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESTINADOS A REFORMA COM ALTERAÇÃO DE LEIAUTE E MODERNIZAÇÃO, "RETROFIT", DO EDIFÍCIO SEDE DA ..... FUNDAÇÃO DER-RJ. .....

Nº do contrato: 024/2010.....

Quantificação: 12.800,00 m2.....

Data de Início: 31/08/2011.....

Prazo do Contrato: DETERMINADO.....150 dia(s).....

Valor de Contrato/Honorário: R$ 6.575.729,01.....

Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10º ANDAR - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....

Vinculada a ART principal Nº: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....

Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....

RNP Nº: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....

.....

ART Nº OL00298899 - de 25/11/2015..... Natureza: OBRA E SERVICO.....

Baixada em: 01/12/2015 por: CONCLUSAO.....

EXECUTANTE: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Reg: 1970200080..

Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ.....

Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 1100 - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....

Atividade Técnica (1): ASSESSORIA.....
(2): ASSISTENCIA.....
(3): CONSULTORIA.....

Especificação da Atividade (1): OUTROS.....

Complemento (1): RODOVIA .....

Informação Complementar: .....

7º APOSTILA, AUMENTO VALOR R$ 125.228,19 - CORRESP. TÉC. NOS SERV. CONTÍNUOS DE ..... CONSULT. E AP. TÉC. P/ A REALIZ. DE TRAB. DE GERENC. VOLTADOS À ANÁLISE DE PROJ. DE .. ENG., GERENC. AMB., PLANEJAMENTO E CONTROLE (AP. TÉC. À SERV. REALIZADOS PELA ASSES. . DE PLANEJAMENTO DA FUND. DER-RJ). .....

Nº do contrato: 024/2010.....

Data de Início: 02/05/2015.....

Prazo do Contrato: DETERMINADO.....1 dia(s).....

Valor de Contrato/Honorário: R$ 46.000.742,42.....

Endereço: AVENIDA RIO BRANCO 25 10º ANDAR - CONJ. C E D - CENTRO.....
RIO DE JANEIRO RJ.....

(CONTINUA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 59149/2018)

Vinculada a ART principal Nº: IN00381204 - Data de Pagamento: 07/06/2010.....
Profissional: JOAO REYNALDO MEDEIROS.....
RNP Nº: 2001686811.....ENGENHEIRO EM ELETROTECNICA e ENGENHEIRO CIVIL .....
.....
RESSALVAS: .....
O Atestado em anexo não confere reconhecimento de habilitação profissional para o(s) .
serviço(s) referente(s) a GEOLOGIA [ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E ESTUDOS ..
GEOLÓGICOS], GEOGRAFIA [ELABORAÇÃO DE MAPAS TEMÁTICOS] E AGRONOMIA [ANÁLISE E .....
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E ESTUDOS DE ZOOPASSAGENS, DE REPOSIÇÃO FLORESTAL, DE ....
PLANTIOS COMPENSATÓRIOS E DE SUPRESSÃO VEGETAL] o(s) qual(is) e(são) atribuiçao(es) ..
que exige(m) responsabilidade Técnica de um GEÓLOGO, GEÓGRAFO E ENGENHEIRO AGRÔNOMO ..
OBSERVAÇÕES: .....
Atestado complementar ao atestado vinculado à CAT nº 79272/2015, de 02/12/2015. .....

Rio de Janeiro, 25 de Junho de 2018

ROSIANE DA SILVA MOULIN CURTI
Coordenadora de Acervo Técnico - Mat. 584
(POR DELEGAÇÃO)

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CREA-RJ

Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Obras
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

CERTIDÃO Nº 56 /2018

Certifico, em cumprimento do despacho exarado em vinte e um de maio de dois mil e dezoito pela Diretoria de Administração da Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ 28.521.870/0001-25, para fins de averbação em Conselho de Entidade de Classe, que de acordo com o consignado no processo número E-17/003.004396/2018, que teve como origem o requerimento da Empresa PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO SOCIEDADE CIVIL LTDA., CERTIFICO em complemento a Certidão nº 046/2015, datada de 09/11/2015, que as fls 04 à 12 do processo acima mencionado consta o seguinte: DADOS CONTRATUAIS: Licitação: Nº 007/2010, Concorrência: ALC Nº 003/2010, Número do Processo Administrativo: E-17/200.259/2010, Número do Contrato: 024/2010, Data de Assinatura: 20/04/2010, Data Publicação do Extrato no DOE/RJ: 27/04/2010, Data do Inicio dos Serviços: 04/05/2010, Prazo contratual: 365 dias, Data Prevista para o Término dos Serviços: 03/05/2013, Data do Término do Serviços: 03/05/2015, Valor Original: R$ 6.575.729,01, 1ª Periodicidade anual (Termo de Apostilamento): R$ 104.525,20, 1ª Periodicidade anual – 1ª complementação (Termo de Apostilamento): R$ 424.054,91, 1ª Periodicidade anual – 2ª complementação (Termo de Apostilamento): R$ 105.818,85, 2ª Periodicidade anual (Termo de Apostilamento): R$ 1.327.423,56, 3ª Periodicidade anual (Termo de Apostilamento): R$ 1.864.334,38, 4ª Periodicidade anual (Termo de Apostilamento): R$ 2.607.192,01, 5ª Periodicidade anual (Termo de Apostilamento): R$ 125.228,19, Termo Aditivo I: Readequação do Cronograma Físico-Financeiro, sem reflexo financeiro, Termo Aditivo II: Alteração do Orçamento Oficial do Contrato, sem reflexo financeiro; Termo Aditivo III: R$ 6.575.729,01 – Prorrogação de 365 dias; Termo Aditivo IV: R$ 1.640.880,09; Termo Aditivo V: Readequação do Cronograma Físico-Financeiro, sem reflexo financeiro; Termo Aditivo VI: R$ 8.216.609,07 – Prorrogação de 365 dias; Termo Aditivo VII: Retificação e Ratificação, readequação do cronograma físico-financeiro, sem reflexo financeiro; Termo Aditivo VIII: R$ 8.216.609,07 – Prorrogação de 365 dias; Termo Aditivo IX: R$ 8.216.609,07 – Prorrogação de 365 dias; Valor Total do Contrato: R$ 46.000.742,42. Os serviços foram parcialmente financiados pela CAF –

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ, JUNTO COM A(S) ART(s) DE NÚMERO: IN00907099 IN00907124 IN00907157 IN00907177 IN00907193 IN00907203 IN00907214 IN00907227 IN00907233 IN00907244 IN00907252 IN01289105 IN01289123 OL00236320 OL00236330 OL00236344 OL00289953 OL00289999 , FAZENDO PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO NÚMERO: 58148/2018, FOLHA NÚMERO: 15/26 RIO DE JANEIRO, 25/06/2018

Autenticação Cartório

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA-RJ

Coordenadora de Acervo Técnico (POR DELEGAÇÃO)

Corporação Andina de Fomento, envolvendo recursos externos da ordem de US$ 319.675.000 (dólares americanos), de acordo com o contrato assinado com o Estado do Rio de Janeiro, aprovado em 13.09.2012, desembolsados na forma definida entre as partes. OBJETO DO CONTRATO: Serviços contínuos de consultoria e apoio técnico para realização de trabalhos de gerenciamento voltados à análise de projetos de engenharia, gerenciamento ambiental, planejamento e controle (apoio técnico a serviços realizados pela Assessoria de Planejamento – APL da Fundação DER-RJ.

AS PRINCIPAIS ATIVIDADES ENVOLVERAM, AINDA:

Gerenciamento dos projetos realizado através da implantação de Escritório de Gestão de Projetos – EGP para aplicação e integração apropriados dos quarenta e sete processos de gerenciamento de projetos, agrupados em cinco grupos de processos (iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle e encerramento) utilizando a metodologia baseada no PMBok (Project Management Body of Knowledge) do Instituto PMI (Project Management Institute), envolvendo as seguintes disciplinas (integração, escopo, tempo, custo, qualidade, recursos humanos, comunicação, risco, aquisições e gerenciamento das partes interessadas), o que proporcionou a configuração e implantação de um ambiente para tomada de decisão em grupo (sala de situação) composta por indicadores de desempenho construídos sob a metodologia do Balanced Scorecard – BSC, abrangendo todos os estágios.

ANÁLISE DE PROJETOS E ESTUDOS ELABORADOS POR TERCEIROS:

Dentre os estudos e projetos analisados, destacam-se:

- Projeto executivo de engenharia para restauração da Rodovia RJ-116, trecho Miracema (CD) – Laje de Muriaé (CD), com 27,80 km de extensão, Travessia Urbana de Miracema e Laje do Muriaé, incluindo alargamento e reforço de OAEs.

- Projeto de engenharia para restauração da Rodovia RJ-220, trecho Entr. BR-356 (Trevo de Raposo/Itaperuna) – Div. RJ/MG (Porciúncula), com 38,40 km de extensão, Travessia Urbana de Natividade e Porciúncula, incluindo alargamento e reforço de OAEs.

- Projeto de engenharia para implantação da Rodovia RJ-230, trecho fim do pavimento (Rosal/Bom Jesus do Itabapoana) – início do pavimento (Santa Rita do Prata/Varre-Sai), com 16,20 km de extensão, incluindo a implantação de OAE.

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ, JUNTO COM A(S) ART(s) DE NÚMERO: IN00907099 IN00907124 IN00907157 IN00907177 IN00907193 IN00907203 IN00907214 IN00907227 IN00907233 IN00907244 IN00907252 IN01289106 IN01289123 OL00236320 OL00236330 OL00236344 OL00289953 OL00289999 , FAZENDO PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO NÚMERO: 59149/2018, FOLHA NÚMERO: 16/26 RIO DE JANEIRO - 25/06/2018

Autenticação Cartório

- Projeto de engenharia para implantação da Rodovia RJ-230, trecho Entr. RJ-214 (Faz. Providência/Varre-Sai) – início do pavimento (Santa Clara/Porciúncula), com 15,20 km de extensão, incluindo a implantação de OAE.

- Projeto de engenharia para restauração da Rodovia RJ-192, trecho BR-116 (Ponto de Pergunta/Itaocara) – Entr. RJ-158 (Dois Rios/São Fidélis), com 26,90 km de extensão.

- Projeto de engenharia para restauração da Rodovia RJ-158, trecho Entr. BR-116 (Trevo de Itaocara/Itaocara) – Ponte da Bóia (Div. Itaocara/Cambuci), com 18,80 km de extensão, Travessia Urbana de Portela e de Itaocara, incluindo reforço e recuperação de OAE.

- Projeto de engenharia para implantação da Rodovia RJ-158, trecho Entr. RJ-194/A1 (Ponte da Bóia/Itaocara) – Entr. RJ-234 (Angelin/São Fidélis), com 11,20 km de extensão.

- Projeto de engenharia para implantação da Rodovia RJ-206, trecho Entr. RJ-234 (Penedo/São Fidélis) – Entr. 202 (São João do Paraíso/Cambuci), com 18,80 km de extensão.

- Projeto de engenharia para implantação da Rodovia RJ-194, trecho Três Irmãos (Cambuci) – Entr. RJ-194/A1 (Ponte da Bóia/Cambuci), com 10,00 km de extensão.

- Projeto de engenharia para restauração da Rodovia RJ-194, trecho Entr. RJ-194/A1 (Ponte da Bóia/Cambuci) – Entr. RJ-234 (Pureza/São Fidélis), com 10,60 km de extensão.

- Projeto de engenharia para implantação da Rodovia RJ-198, trecho Entr. RJ-202 (Cruzeiro/Cambuci) – Entr. RJ-186 (Três Barras/São José de Ubá), com 13,50 km de extensão.

- Projeto de engenharia para implantação da Rodovia RJ-202, trecho Entr. RJ-198 (Cruzeiro/Cambuci) – Entr. RJ-206 (São João do Paraíso/Cambuci), com 11,00 km de extensão.

- Projetos básico/executivo de engenharia para restauração com alargamento e implantação de variante, terceiras faixas e acostamentos na Rodovia RJ-180, trecho Guriri (Campos dos Goytacazes) – BR-101 (Ponta da Lama/Campos dos Goytacazes), com 7,80 km de extensão, bem como o alargamento da ponte sobre o Rio Guriri, incluindo a Travessia Urbana de Guriri (construção de estacionamento, calçadas e ponto de ônibus).

- Projetos básico/executivo de engenharia para restauração com alargamento de terceiras faixas e acostamentos na Rodovia RJ-204, trecho Entr. BR-356 (Carcunda/Cardoso Moreira) – Entr. RJ-228 (Vila

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ, JUNTO COM A(S) ART(s) DE NÚMERO: IN00907099 IN00907124 IN00907157 IN00907177 IN00907193 IN00907203 IN00907214 IN00907227 IN00907233 IN00907244 IN00907252 IN01286106 IN01286123 OL00236320 OL00236330 OL00236344 OL00286953 OL00286999 , FAZENDO PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO NÚMERO 59149/2018, FOLHA NÚMERO 17/26.RIO DE JANEIRO - 26/06/2018

Autenticação Cartório

Nova de Campos/Campos dos Goytacazes), com 19,60 km de extensão, bem como a elevação e reimplantação da ponte sobre o Rio Muriaé.

- Projetos básico/executivo de engenharia para restauração com alargamento de terceiras faixas e acostamentos na Rodovia RJ-194, trecho Entr. BR-101 (Campos dos Goytacazes) – Entr. RJ-196 (Campo Novo/São Francisco do Itabapoana), com 27,70 km de extensão, incluindo a Travessia Urbana de Campos.

- Projetos básico/executivo de engenharia para implantação e restauração na Rodovia RJ-196, trecho Entr. RJ-216 (Campo Limpo/Campos dos Goytacazes) – Div. Campos dos Goytacazes/São João da Barra (Pipeiras), com 13,40 km de extensão.

- Projetos básico/executivo de engenharia para restauração com alargamento e implantação de variante e acostamentos na Rodovia RJ-196, trecho Entr. RJ-232 (Guaxindiba/São Francisco de Itabapoana) – Barra de Itabapoana (São Francisco de Itabapoana), com 22,50 km de extensão, incluindo as Travessias Urbanas de Guaxindiba, Barrinha, Buena e Lagoa Doce.

Lote 04:

- Projetos executivo de engenharia para restauração com duplicação na Rodovia RJ-106, trecho Entr. RJ-106/RJ-104 (fim da pista dupla/São Pedro da Aldeia) – Botafogo, com 17,17 km de extensão, implantação de ciclovia na Travessia Urbana de São Pedro da Aldeia, restauração e reimplantação de OAEs.

- Projetos executivo de engenharia para implantação na Rodovia RJ-140, trecho Entr. RJ-140 (São Vicente de Paulo/Araruama) – Entr. BR-101 (Professor Souza/Casemiro de Abreu), com 35,70 km de extensão, incluindo a implantação de OAEs.

- Projetos executivo de engenharia para implantação na Rodovia RJ-162, trecho Entr. BR-101 (Rio Dourado/Casemiro de Abreu) – Ponte do Baião (Sobre o Rio Macaé), com 10,70 km de extensão, incluindo a implantação de OAE.

- Projeto executivo de engenharia para implantação, pavimentação e restauração da Rodovia RJ-115, trecho fim do pavimento (Miguel Pereira/CD) – início do pavimento (Tinguá/Vassouras), com 22,00 km de extensão.

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ,
JUNTO COM A(S) ART(s) DE NÚMERO: IN00907099
IN00907124 IN00907157 IN00907177 IN00907183 IN00907203
IN00907214 IN00907227 IN00907233 IN00907244 IN00907252
IN01289106 IN01289123 OL00236320 OL00236330
OL00236344 OL00289953 OL00298899 , FAZENDO PARTE
INTEGRANTE DA CERTIDÃO NÚMERO: 59149/2018, FOLHA
NÚMERO: 1B/26 RIO DE JANEIRO - 26/06/2018

Autenticação Cartório

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CREA-RJ

- Projeto executivo de engenharia para implantação, pavimentação e restauração da Rodovia RJ-123, trecho Entr. BR-393 (Massambara/Vassouras) – Secretário/CD (Petrópolis), com 53,00 km de extensão.

- Projeto executivo de engenharia para implantação, pavimentação e restauração da Rodovia RJ-127, trecho Mendes – Entr. BR-393 (Trevo de Vassouras), com 14,30 km de extensão, incluindo a implantação de OAE.

- Projeto executivo de engenharia para implantação, pavimentação e restauração da Rodovia RJ-130, trecho Teresópolis (Entr. BR-116) – Nova Friburgo (Entr. RJ-116), com 66,70 km de extensão, incluindo reforço e alargamento de OAEs.

- Projeto executivo de engenharia para implantação, pavimentação e restauração da Rodovia RJ-134, trecho Posse (Petrópolis) – Entr. BR-116 (Sobradinho/Teresópolis), com 39,40 km de extensão.

- Projeto executivo de engenharia para implantação e pavimentação da Rodovia RJ-141, trecho Dorândia/CD (Barra do Piraí) – Entr. RJ-143 (São José do Turvo/Barra do Piraí), em área urbana, com 16,50 km de extensão, incluindo implantação de OAEs.

- Projeto executivo de engenharia para implantação e pavimentação da Rodovia RJ-141, trecho Entr. Rua Capitão Manoel Torres – Vargem Alegre (Barra do Piraí), com 22,30 km de extensão, incluindo implantação de OAEs.

- Projeto executivo de engenharia para restauração da Rodovia RJ-145, trecho Entr. BR-393 (Barra do Piraí) – Entr. RJ-147 (Valença), com 32,50 km de extensão, incluindo implantação de novas OAEs e recuperação, reforço e alargamento das existentes, implantação de ciclovia.

- Projeto executivo de engenharia para implantação e pavimentação (asfalto borracha) da Rodovia RJ-151, trecho Entr. BR-145 (Manuel Duarte/Valença) – Entr. RJ-137 (Ponte do Zacarias/Valença), com 77,70 km de extensão, com Travessia Urbana em Parapeúna, incluindo implantação de novas OAEs e recuperação, reforço e alargamento das existentes.

- Projeto executivo de engenharia para implantação e pavimentação da Rodovia RJ-161, trecho fim do pavimento (Casa da Lua/Resende) – Div. RJ/SP, com 18,50 km de extensão, incluindo recuperação, reforço e alargamento das existentes.

P.6

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ, JUNTO COM A(S) ART(s) DE NÚMERO: IN00907099 IN00907124 IN00907157 IN00907177 IN00907193 IN00907203 IN00907214 IN00907227 IN00907233 IN00907244 IN00907252 IN01289106 IN01289123 OL00236320 OL00236330 OL00236344 OL00289863 OL00289899 , FAZENDO PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO NÚMERO: 5914/2018, FOLHA NÚMERO: 19/26.RIO DE JANEIRO - 25/06/2018

Rosângela da S. Andrade Cunha
Coordenadora de Acervo Técnico
(POR DELEGAÇÃO)
Crea-RJ

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CREA-RJ

Autenticação Cartório

- Projeto executivo de engenharia para implantação e pavimentação da RJ 178/180, trecho Div. Quissamã/Campos dos Goytacazes – Dores de Macabu/Campos dos Goytacazes, em perímetro urbano, com 7,10 km de extensão, incluindo implantação de OAEs.

- Projeto básico/executivo para restauração da Rodovia RJ-158, trecho angelim (São Fidélis) – Entr. RJ-192 (Dois Rios/São Fidélis), com 3,70 km de extensão, incluindo recuperação e reforço de OAE.

- Projeto executivo para implantação e pavimentação da Rodovia RJ-194/196, trecho Div. Campos dos Goytacazes/São Francisco de Itabapoana – Gargaú (São Francisco de Itabapoana), área urbana, com 18,30 km de extensão, incluindo recuperação e reforço de OAE.

- Projeto básico/executivo para restauração da Rodovia RJ-180, trecho Dores de Macabu (Campos dos Goytacazes) – Guriri (Campos dos Goytacazes), com 14,80 km de extensão, incluindo implantação, recuperação e reforço de OAE.

- Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Financeira do Sistema Rodoviário RJ-106.

- Projeto executivo de engenharia para restauração da Rodovia RJ-196/BR-356, trecho interseção RJ-196/BR-356 – Campos dos Goytacazes para compatibilização o acesso sul à nova ponte sobre o Rio Paraíba do Sul, com 0,396 km de extensão.

- Projeto básico de engenharia para implantação e pavimentação da Via Light (Lote 01), trecho Rio Pavuna – interseção com a Avenida Brasil na Rua Gaspar Adorno, com 3,40 km de extensão (pista dupla), inclusive túneis.

- Projeto de implantação da Estrada Parque RJ-165, trecho Parati – Cunha, com 11.50km de extensão, incluindo a substituição de OAEs e implantação de ciclovia.

- Projeto Executivo de Engenharia para implantação e pavimentação da Interseção do Acesso ao novo Aeroporto de São Tomé com a RJ-216, localizada no Município de Campos dos Goytacazes.

DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS:

Dentre os estudos e projetos elaborados no decorrer do contrato, destacam-se:

- Projeto de engenharia para reabilitação do pavimento e melhorias operacionais na Rodovia RJ-186, trecho Div. MG/RJ – Div. RJ/ES, passando pelo perímetro urbano de Santo Antônio de Pádua, com 102km de extensão, abrangendo implantação de faixas adicionais e acostamentos, alargamento e reforço

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ.
JUNTO COM A(S) ART(s) DE NÚMERO: IN00907099
IN00907124 IN00907157 IN00907177 IN00907193 IN00907203
IN00907214 IN00907227 IN00907233 IN00907244 IN00907252
IN01289106 IN01289123 OL00236320 OL00236330
OL00236344 OL00289953 OL00289899 , FAZENDO PARTE
INTEGRANTE DA CERTIDÃO NÚMERO: 56149/2018, FOLHA
NÚMERO: 20/26 RIO DE JANEIRO - 25/06/2018

Rosilene Ma S. Martin Curti
Coordenadora de Apoio Técnico
(POR DELEGAÇÃO)

Autenticação Cartório

do viaduto e das pontes ao longo da rodovia (1 viaduto e 16 pontes), incluindo interseções, retornos e acessos.

- Projeto básico de construção da ponte de ligação dos municipios de Resende e Porto Real e seus acessos, numa extensão aproximada de 741m, com contenção de terra armada.

- Projeto básico de pavimentação e melhorias na Rodovia RJ-159, trecho Falcão Zelina – Ponte Zelinda com 5,44 km de extensão, passando por área urbana.

- Projeto de engenharia da interseção entre a RJ-234 e a BR-356 em Italva, com inclusão de retorno na BR-356 para acesso a RJ-234, trecho de áreas rural e urbana.

- Projeto básico para restauração e implantação/pavimentação de terceira faixa na Rodovia dos Metalúrgicos, trecho entre Volta Redonda – Entr. BR-116 (Rodovia Presidente Dutra), com 4,4 km de extensão.

- Projeto básico para correção de erosões e drenagem na Rodovia RJ-156 (entre o km 10 e km 11).

- Projeto básico para restauração e implantação/pavimentação de terceiras faixas na Rodovia RJ-163 (Rodovia Dr. Rubens Tramujas Mader), trecho Entr. BR-116/RJ (Penedo) – Resende, com 13,42 km de extensão, envolvendo a substituição da Ponte sobre o Ribeirão das Pedras (18 m) e da Ponte sobre o Rio Alambri (25 m) e o reforço da Ponte sobre o Rio Pirapetinga (22,90 m).

- Projeto básico para restauração da RJ-116 na Travessia do Rio Grande em Bom Jardim/RJ, das interferências com as vias urbanas e para melhoria do tráfego.

- Projeto de engenharia para construção do viaduto rodoviário sobre o ramal de Engenheiro Pedreira para o fechamento em nível de Queimados, com 733,89 m de extensão, e seus acessos.

- Projeto básico para as obras de complementação do sistema viário da Estrada da Barrinha RJ-131, trecho Paraíba do Sul – Três Rios, com extensão de 10,10km.

- Projeto básico de reconstrução da ponte na Estrada Municipal Affonso Rodrigues Bittencourt, que dá acesso ao km 55 da BR-116.

Os projetos de obras de arte especiais tiveram como responsáveis os engenheiros Luiz Antonio Teixeira Campos e Marcelo Donato Barbosa Marotta.

GERENCIAMENTO AMBIENTAL:

Tiveram, ainda, as seguintes atividades:

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ, JUNTO COM A(S) ART(s) DE NÚMERO: IN00907099 IN00907124 IN00907157 IN00907177 IN00907193 IN00907203 IN00907214 IN00907227 IN00907233 IN00907244 IN00907252 IN01289108 IN01289123 OL00236320 OL00236330 OL00236344 OL00289953 OL00298899 , FAZENDO PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO NÚMERO: 59149/2018, FOLHA NÚMERO: 21/26 RIO DE JANEIRO - 25/06/2018

Autenticação Cartório

• O Gerenciamento ambiental dos empreendimentos rodoviários definidos pela Fundação DER-RJ, envolveram os meios físico, biótico e socioeconômico;

• Desenvolvimento de Pesquisas, Serviços e Levantamentos na Área Ambiental: Elaboração de pareceres para INEA, SEOBRAS, ICMBio, IAB; Análise e resposta a notificações diversas de organismos ambientais, envolvendo a emissão de histórico, parecer e despacho; Apoio no preparo de carta de intenção para participação do DER/RJ no Conselho Consultivo do Parque Estadual Cunhambebe; Vistoria técnica em várias rodovias estaduais; Discussão dos processos de licenciamento ambiental de diversas obras planejadas pelo DER/RJ; Revisão dos termos de referência para contratação de serviços de arqueologia; Acompanhamento dos serviços em execução e suas implicações ambientais nas rodovias RJ-163 trecho Capelinha-Mauá e RJ-151 trecho Parati-Cunha; Estudo, análise e avaliação de PBAs (Planos Básicos Ambientais); Elaboração do modelo de plano de controle ambiental de obras padrão para o DER/RJ;

• Gerenciamento da obtenção do Documento de Origem Florestal – DOF;

• Elaboração, implantação e operação de sistema de gestão ambiental utlizando base de dados digitais, via web, georreferenciados visando o controle das obras e de sua área de influência, definindo as rotinas e procedimentos para o acompanhamento físico dos serviços rodoviários e dos estudos e projetos ambientais, desde o licenciamento ambiental até a conclusão das obras, inclusive com módulo de acompanhamento das atividades de supervisão ambiental, com a finalidade de formular os indicadores ambientais das obras.

• Os especialistas ambientais foram responsáveis pela elaboração dos projetos de meio ambiente voltados para o licenciamento ambiental para as obras rodoviárias a cargo do DER-RJ;

• Projetos de Recuperação de Área Degradada;

• Diágnóstico ambiental (meios físico, biótico e socioeconômico);

• Os especialistas ambientais foram responsáveis pelos serviços atinentes a área ambiental, dentre os quais destacam-se:

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de restauração do pavimento com aplicação de micro revestimento, sistema de drenagem e implantação de sinalização da Rodovia RJ-117, trecho Vale das Videiras – Araras, com 19,00 km de extensão, município de Petropólis;

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ, JUNTO COM A(S) ART(s) DE NÚMERO: IN00907099 IN00907124 IN00907157 IN00907177 IN00907183 IN00907203 IN00907214 IN00907227 IN00907233 IN00907244 IN00907252 IN01289108 IN01289123 OL00236320 OL00236330 OL00236344 OL00289953 OL00289999 , FAZENDO PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO NÚMERO: 59149/2018, FOLHA NÚMERO: 22/26.RIO DE JANEIRO - 25/06/2018

Autenticação Cartório

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de restauração do pavimento, implantação de acostamento, construção de passeio, implantação de sistema de drenagem, implantação de sinalização e execução de obras de contenção de encostas e terraplenagem da Rodovia RJ-125, trecho Japeri – Miguel Pereira, com 34,50 km de extensão, municípios de Japeri, Engenheiro Paulo de Frontin e Miguel Pereira;

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de pavimentação (asfalto borracha) e implantação de acostamentos da Rodovia RJ-151, trecho Parapeúna – Ponte do Zacarias, com 32,00 km de extensão, município de Valença;

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de implantação e pavimentação da Rodovia RJ-151, inclusive obras de arte especiais, trecho Visconde de Mauá – Maringá, com 5,30 km de extensão, municípios de Resende e Itatiaia;

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de recapeamento e restauração do pavimento e implantação de acostamento da RJ-220, trecho Entr. BR-356 (Itaperuna) – Div. RJ/MG (Porciúncula), com 38,10 km de extensão, municípios de Itaperuna, Natividade e Porciúncula;

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de recapeamento e restauração do pavimento e implantação de acostamento da Rodovia RJ-127, trecho Mendes – Entr. BR-393 (Trevo de Vassouras), com 14,30 km de extensão, em área urbana, municípios de Mendes e Vassouras;

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de implantação e pavimentação da Rodovia RJ-159, trecho Falcão – Ponte de Zelinda, com 5,58 km de extensão, municípios de Porto Real e Quatis;

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de implantação e pavimentação da Ligação Rodoviária Resende (BR-116)/Porto Real (Avenida Renato Monteiro), com 13,20 km de extensão, municípios de Resende e Porto Real;

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de restauração e melhorias operacionais da Rodovia RJ-106, Entr. RJ-140 (fim da pista dupla/São Pedro da Aldeia – Botafogo, com 17,15 km de extensão, municípios de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio;

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ, JUNTO COM A(S) ART(s) DE NÚMERO: IN00907099 IN00907124 IN00907157 IN00907177 IN00907193 IN00907203 IN00907214 IN00907227 IN00907233 IN00907244 IN00907252 IN01289106 IN01289123 OL00236320 OL00236330 OL00236344 OL00289963 OL00289969 , FAZENDO PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO NÚMERO: 69149/2018, FOLHA NÚMERO: 23/28 RIO DE JANEIRO - 25/06/2018

Rosilene de S. Moutinho Leal
Coordenadora de Acervo Técnico
POR DELEGAÇÃO

Autenticação Cartório

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de implantação e pavimentação da Rodovia RJ-149, inclusive obras de arte especiais, trecho Mangatiba – Rio Claro, com 40,10 km de extensão, municípios de Mangaratiba e Rio Claro;

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de implantação e pavimentação da Rodovia RJ-165 (Estrada Parque), trecho Parati – Cunha, com 9,40 km de extensão, municípios de Parati e Cunha;

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de implantação de redes de saneamento (drenagem, esgotamento sanitário e abastecimentos de água) e pavimentação de vias urbanas em Jardim Catarina, com 40,00 km de extensão, município de São Gonçalo;

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de restauração e melhorias operacionais, implantação de acostamento e implantação e pavimentação de trecho da Rodovia RJ-102, Novo Acesso a Búzios, com 5,70 km de extensão, município de Armação de Búzios;

- O gerenciamento, gestão e supervisão ambiental e social das obras de construção do viaduto de Austin e pavimentação de vias adjacentes de acesso e canalização do curso d'água, com 1,40 km de extensão, município de Nova Iguaçú;

Os especialistas ambientais foram responsáveis por todos os serviços ambientais decorrentes do contrato.

APOIO E ASSESSORIA TÉCNICA:

Dentre as vistorias realizadas, destacam-se:

- Rodovia RJ-129 (Acesso ao Sítio Santa Fé): Vistoria técnica ao local do acesso, entre Paulo de Frontin e Sacra Família, para avaliação das condições de distância de visibilidade e geometria.

- Rodovia RJ-178/180 – trecho Dores de Macabu-Quissamã: Foi realizada vistoria técnica no trecho com a finalidade de verificar a adequação do projeto relativamente à solução proposta para os subtrechos em solo mole, assim como os dispositivos de drenagem contidos no projeto mencionado. De acordo com a conclusão do relatório de vistoria, foram executadas sondagens executadas nos 2 (dois) subtrechos de solo mole referidos. Por solicitação da 3ª ROC/DER, foram executadas sondagens adicionais nos trechos identificados como contendo solos moles.

- Acesso ao Parque Ecológico e Ambiental de São João Marcos, na rodovia RJ-149 (Serra do Piloto) – Trecho Rio Claro – Mangaratiba: Foi realizada reunião para avaliação das condições do acesso proposto

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ,
JUNTO COM A(S) ART(s) DE NÚMERO: IN00907099
IN00907124 IN00907157 IN00907177 IN00907193 IN00907203
IN00907214 IN00907227 IN00907233 IN00907244 IN00907252
IN01289106 IN01289123 OL00236320 OL00236330
OL00236344 OL00289953 OL00289899 , FAZENDO PARTE
INTEGRANTE DA CERTIDÃO NÚMERO: 58149/2018, FOLHA
NÚMERO: 24/26 RIO DE JANEIRO - 25/05/2018

Autenticação Cartório

para o parque, incluindo faixas de conversão e bainhas para ponto de ônibus, de forma a adequá-las aos padrões do DER e aos serviços de restauração da RJ-149. Foi realizada vistoria técnica no trecho com o intuito de acompanhar os trabalhos de prospecção arqueológica que foram praticados no trecho denominado setor 2.

- Rodovia RJ-126 – Trecho Japuíba-Correntezas (37,1km): Vistoria técnica do trecho visando à verificação da locação de 08 (oito) pontes, cuja construção foi proposta pela Petrobrás, objetivando melhor acesso aos gasodutos existentes e em construção na área. Prevista elaboração de projeto geométrico básico a partir do levantamento topográfico cadastral disponível. Uma vez que o trecho está inserido em região de proteção ambiental (Reserva Ambiental da Bacia do Rio São João e Instituto Chico Mendes), realizda verificação junto ao INEA (Instituto Estadual do Ambiente – RJ) dos requisitos necessários à liberação dos serviços. Elaboração de Mapa Temático da Área de Proteção Ambiental (APA) da bacia do Rio São João, na qual o traçado pretendido se insere.

- Rodovia RJ-142 –Estabilização e Contenção de Encostas: Vistoria técnica do trecho Lumiar-Casimiro de Abreu objetivando a análise das ocorrências críticas e avaliação das soluções propostas. Foram relacionadas 19 (dezenove) ocorrências, acrescidas de outros pontos cujas soluções contemplam dispositivos de bioengenharia. Referida vistoria resultou na preparação de relatório contendo avaliação das soluções propostas de contenção e estabilização para cada local observado. Em virtude das tempestades ocorridas na região serrana, o trecho em foco foi seriamente prejudicado pelo agravamento de ocorrências pré-existentes e por deslizamentos de encostas, estes últimos tendo ocorrido de forma preponderante a partir do km 0 (Mury) até a altura do km 18. O problema descrito resultou na necessidade de nova vistoria, feita por especialista em geotecnia. O relatório apresentado pelo referido especialista elencou as ocorrências observadas e, em vista disso, a DER/APL solicitou o levantamento topográfico de 08 (oito) ocorrências. Os levantamentos citados foram analisados objetivando a definição dos projetos a serem elaborados.

- Rodovia RJ-124 (Via Lagos): Foi realizada vistoria técnica para verificação de estabilidade do maciço situado no km 15,70 da rodovia RJ-124 sob concessão (Concessionária Via Lagos), foram avaliadas e discutidas as soluções propostas para a estabilização do maciço que envolve o corpo estradal. Foi estabelecida a quantidade e localização das sondagens mistas a serem executadas e modificada a

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ, JUNTO COM A(S) ART(s) DE NÚMERO: IN00907099 IN00907124 IN00907157 IN00907177 IN00907193 IN00907203 IN00907214 IN00907227 IN00907233 IN00907244 IN00907252 IN01289108 IN01289123 OL00236320 OL00236330 OL00236344 OL00289953 OL00289989 , FAZENDO PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO NÚMERO: 59149/2018, FOLHA NÚMERO: 25/26 RIO DE JANEIRO - 25/06/2018

Autenticação Cartório

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

Fundação DER-RJ

Assistente de Suporte Técnico
Credenciamento de Acervo Técnico
(POR DELEGAÇÃO)
CREA-RJ

Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Obras
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

disposição dos DHPs (drenos horizontais profundos) propostos. Foi efetuada nova vistoria técnica no local visando ao acompanhamento dos serviços. Eu, JANETE DOS SANTOS, Chefe da Seção de Expediente e Patrimônio, 1-SG/DSG/DAD, matrícula 13/70.369, digitei a presente certidão que dato e assino, Rio de Janeiro, 14 de junho de dois mil e dezoito.

JANETE DOS SANTOS,
Chefe da Seção de Expediente e Patrimônio
1-SG/DSG/DAD,
Mat 13/91.009 ID 2845516

CONFERE

Engº BRUNO VALLE PEREIRA
CREA/RJ nº 2005105020/D
Diretor da DSG/DAD
Mat. 13/71.041-8

VISTO

PLÁCIDO CORRÊA
Diretor da Diretoria de Administração
Mat. 13/90716 ID.2049952-3
Processo E-17/003.004396/2018

ESTE ATESTADO ENCONTRA-SE ARQUIVADO NO CREA-RJ, JUNTO COM A(S) ART(s) DE NÚMERO: IN00907099 IN00907124 IN00907157 IN00907177 IN00907193 IN00907203 IN00907214 IN00907227 IN00907233 IN00907244 IN00907252 IN01289106 IN01289123 OL00236320 OL00236330 OL00236344 OL00289953 OL00289899 , FAZENDO PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO NÚMERO: 59149/2018, FOLHA NÚMERO: 26/26.RIO DE JANEIRO - 25/06/2018

OBSERVAÇÃO: Atestado complementar ao atestado vinculado à CAT nº 79272/2015, de 02/12/2015.. RIO DE JANEIRO - 25/06/2018

RESSALVA: O Atestado em anexo não confere reconhecimento de habilitação profissional para o(s) serviço(s) referente(s) a GEOLOGIA [ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E ESTUDOS GEOLÓGICOS], GEOGRAFIA [ELABORAÇÃO DE MAPAS TEMÁTICOS] E AGRONOMIA [ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E ESTUDOS DE ZOOPASSAGENS, DE REPOSIÇÃO FLORESTAL, DE PLANTIOS COMPENSATÓRIOS E DE SUPRESSÃO VEGETAL] o(s) qual(is) e(são) atribuição(es) que exige(m) responsabilidade Técnica de um GEÓLOGO, GEÓGRAFO E ENGENHEIRO AGRÔNOMO. RIO DE JANEIRO - 25/06/2018

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA-RJ

Rosiane M. S. Moura Santos
Coordenadora de Apoio Técnico
(POR DELEGAÇÃO)
CREA-RJ

Autenticação Cartório

GOVERNO DO ESTADO
DE GOIÁS

PROPOSTA TÉCNICA

EDITAL Nº 034/2026-GOINFRA

FASE 2 - QUALITATIVA



CONSÓRCIO
SOLUÇÃO INFRAGO

2026

SIMEMP
SERVIÇOS TÉCNICOS E OBRAS

Falconi

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
EDITAL Nº 034/2026-GOINFRA
Contratação nº 115330, Processo nº 202500005021352

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para Assessoramento técnico no âmbito da Presidência, Diretoria de Gestão Integrada e Diretoria de Licitações e Contratações da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA.

CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRAGO

SIMEMP

PRODEC

SCB

FASE 2 – QUALITATIVA

SUMÁRIO



SUMÁRIO

FASE 2 – Qualitativa

Introdução	318
Conhecimento do Objeto	321
Metodologia e Programa de Trabalho	342
Qualificação Técnica - QT	363
Relação de Produtos a Serem Entregues	612
Considerações Finais	618
Referências	621
Termo de Encerramento	630

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
EDITAL Nº 034/2026-GOINFRA
Contratação nº 115330, Processo nº 202500005021352

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para Assessoramento técnico no âmbito da Presidência, Diretoria de Gestão Integrada e Diretoria de Licitações e Contratações da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA.

CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRAGO

SIMEMP

PRODEC

SCB

FASE 2 – QUALITATIVA

INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

A Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes — GOINFRA — é uma das autarquias de infraestrutura mais dinâmicas do Brasil: gerencia R$ 3,7 bilhões em investimentos anuais, conduz mais de 180 processos licitatórios por ano, opera uma malha rodoviária estratégica para o desenvolvimento do Estado de Goiás e implementa um Planejamento Estratégico Institucional — PEI 2024–2027 — de elevada ambição. Assessorar tecnicamente uma organização dessa magnitude exige muito mais do que competência individual: exige um consórcio com massa crítica real, histórico verificável e complementaridade genuína entre seus integrantes. É exatamente isso que o **Consórcio SIMEMP / SCB – BIM & GIS / PRODEC** apresenta nesta proposta.

A **SIMEMP Serviços Técnicos e Obras**, líder do consórcio, atua em Engenharia Consultiva desde 2007 com foco em gestão pública, assessoramento institucional e engenharia de infraestrutura. Ao longo de quase duas décadas, consolidou presença em contratos com clientes como DNIT, VALEC e CODEVASF, acumulando experiência em planejamento estratégico, gestão administrativa, gerenciamento de riscos pelo COSO ERM, gestão de projetos pela metodologia PMI e suporte técnico a programas de infraestrutura rodoviária de larga escala. Com sede em Brasília e atuação nacional, a SIMEMP orienta-se por valores de comprometimento, excelência técnica, inovação e transparência — e assume neste consórcio a coordenação executiva e a interface institucional com a GOINFRA.

A **SCB – BIM & GIS**, fundada em 2020 e sediada em Brasília, é uma consultoria especializada em projetos de infraestrutura de transportes com domínio de vanguarda em **BIM — Building Information Modeling** e **SIG — Sistemas de Informações Geográficas**. Sua expertise inclui estudos de traçados rodoviários e ferroviários, projetos de engenharia, gerenciamento e supervisão de obras, levantamento de ativos de infraestrutura e implementação de soluções BIM integradas — competência diretamente aderente ao ecossistema tecnológico da GOINFRA, que já opera com suite AEC e metodologia BIM em seus projetos. A SCB aporta ao consórcio a inteligência tecnológica que transforma dados de infraestrutura em instrumentos de gestão e decisão, fortalecendo especialmente as entregas do Produto 4 (Ação 3 — TI e Inovação) e do Produto 5 (instrução técnica de licitações de obras).

A **PRODEC Consultoria para Decisão S/S Ltda.**, fundada em 1970 e sediada no Rio de Janeiro, é uma das empresas de consultoria de infraestrutura mais experientes do Brasil, com mais de **400 contratos concluídos e atestados** em 56 anos de atuação ininterrupta. Suas três grandes áreas — engenharia, ambiental e informática — traduzem-se em capacidade comprovada de supervisão e gerenciamento de obras viárias, coordenação de programas com financiamento nacional e internacional, estudos de viabilidade técnico-econômica, gestão ambiental de obras de infraestrutura e desenvolvimento de sistemas e soluções tecnológicas para o setor rodoviário, incluindo drones, fotogrametria e monitoramento de faixa de domínio. A PRODEC aporta ao consórcio a profundidade histórica e a credibilidade institucional de quem já atravessou décadas de transformação no setor público brasileiro — e ainda está na fronteira da inovação.

A convergência dessas três empresas não é circunstancial: é estrutural. A SIMEMP traz a gestão, o planejamento e a interface institucional. A SCB traz a tecnologia BIM, GIS e a inteligência de dados de infraestrutura. A PRODEC traz o histórico de 400 contratos, a expertise ambiental e o desenvolvimento de sistemas. Juntas, cobrem integralmente os cinco eixos de expertise exigidos no Quadro 2 do edital — Gestão Administrativa,

Comunicação Digital, Gestão da Informação e Tecnologia, Gerenciamento de Riscos e Gerenciamento de Projetos — com experiência real, atestada e verificável em cada um deles.

A proposta técnica que se apresenta a seguir é o resultado dessa convergência: um plano de execução detalhado, com 14 profissionais especializados, quatro fases estratégicas, 13 riscos mapeados com planos de resposta graduados, sistema de qualidade baseado no ciclo PDCA e modelo híbrido de gestão que entrega tanto o rigor documental exigido pelo TCE-GO quanto a agilidade operacional que o ambiente da GOINFRA demanda. A GOINFRA merece um assessoramento à altura da sua missão. O Consórcio SIMEMP / SCB / PRODEC está pronto para entregá-lo.

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
EDITAL Nº 034/2026-GOINFRA
Contratação nº 115330, Processo nº 202500005021352

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para Assessoramento técnico no âmbito da Presidência, Diretoria de Gestão Integrada e Diretoria de Licitações e Contratações da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA.

CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRAGO

SIMEMP

PRODEC

SCB

FASE 2 – QUALITATIVA

CONHECIMENTO DO OBJETO



CONHECIMENTO DO OBJETO

1. CONHECIMENTO DA CONTRATANTE

1.1. Discorrer sobre as diretrizes organizacionais e objetivos estratégicos da GOINFRA, sobre as responsabilidades da Diretoria de Gestão Integrada, Diretoria de Licitações e Contratações e Gabinete da Presidência e a sua correlação

A Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes — GOINFRA é uma autarquia estadual reestruturada pela Lei Estadual nº 21.792/2023, que versa sobre a organização do Poder Executivo do Goiás, e com competências ampliadas pelo Decreto Estadual nº 10.868, de 9 de março de 2026. Sua gestão é orientada pelo Planejamento Estratégico Institucional 2024–2027 — PEI GOINFRA, consolidado pela Portaria nº 008, de 20 de janeiro de 2026, publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás nº 24.703, e que constitui o principal instrumento de governança da Agência para o quadriênio.

O PEI GOINFRA está estruturado sobre os seguintes referenciais estratégicos, extraídos diretamente do documento oficial:

Propósito Massivo Transformador:

Transformar Goiás em um modelo eficiente, sustentável e moderno de obras públicas de infraestrutura de transportes e obras civis no Brasil.

Missão: Executar a política estadual de infraestrutura de transportes e obras civis, gerindo com eficiência os ativos sob sua jurisdição, com foco no desenvolvimento socioeconômico sustentável e na integração regional.

Visão:

Ser referência nacional em competência institucional e inovação técnica nas soluções de infraestrutura de transportes e obras civis com padrões de excelência.

O PEI organiza os objetivos estratégicos em três eixos interdependentes: Sociedade, Governança e Pessoas e Recursos.

O **Eixo Estratégico "Sociedade"**, estruturado sobre os temas de satisfação do cidadão, segurança do usuário e imagem institucional, compreende onze objetivos estratégicos, entre os quais se destacam: garantir a conservação da malha rodoviária estadual; melhorar a condição funcional das rodovias pavimentadas; adequar e expandir a malha rodoviária estadual; ampliar a entrega de projetos de obras rodoviárias; promover o desenvolvimento urbanístico e social do Estado; garantir a operação segura e eficiente dos aeródromos; e fortalecer a imagem institucional da GOINFRA por meio de escuta ativa, resolutiva e ágil.

O **Eixo Estratégico "Governança"**, centrado nos temas de processos internos e estratégia, risco e controle, estabelece como objetivos: elevar a proficiência das áreas finalísticas em práticas de gestão da qualidade; aumentar a confiabilidade junto aos órgãos de controle, reduzindo vulnerabilidades e prevenindo falhas; e reduzir a ocorrência e os valores de dano ao erário noticiados pelos órgãos de controle. **Este eixo é o de maior aderência direta ao objeto da presente contratação, pois os serviços de assessoramento técnico à Presidência, DGI e DLC atuam precisamente sobre a maturidade dos processos de governança interna.**

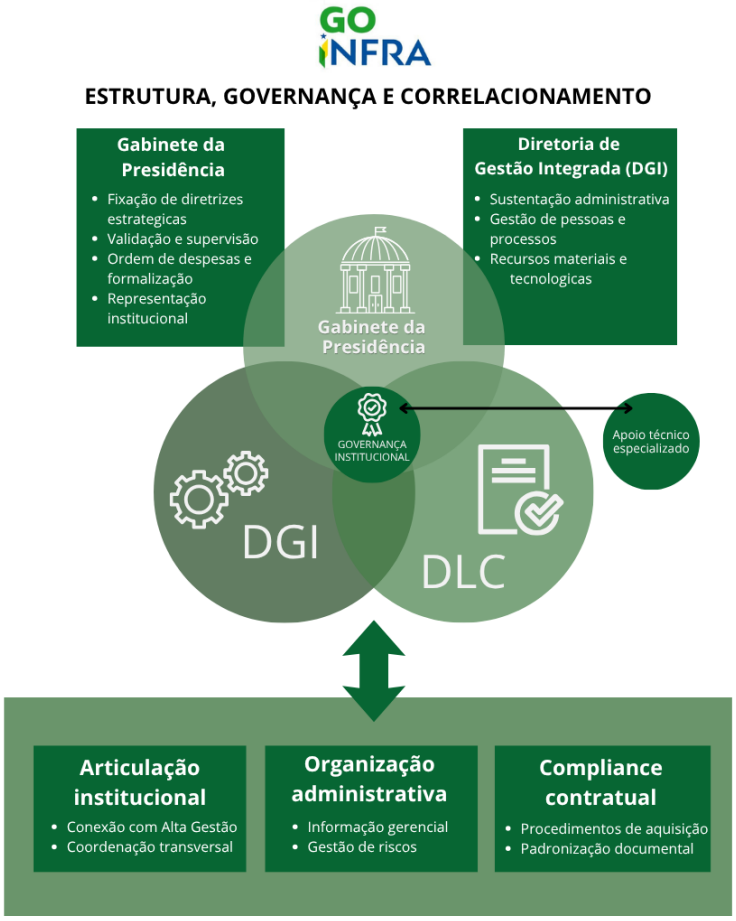
O **Eixo Estratégico "Pessoas e Recursos"**, organizado sobre os temas de orçamento e finanças, modernização e pessoas, tem como objetivos: gerir de forma responsável, transparente e eficiente os créditos orçamentários e os recursos financeiros; promover a transformação digital, a governança e a segurança da informação na Agência; e valorizar, desenvolver e engajar pessoas como ativos estratégicos.

Os objetivos estratégicos são monitorados quadrimestralmente por meio de indicadores de desempenho, com apuração e envio de resultados à Diretoria de Planejamento, que apresenta o desempenho consolidado à Alta Gestão nas Reuniões de Alinhamento Estratégico — RAE, realizadas ao final de cada ciclo de apuração. Os resultados são publicados no sítio eletrônico da GOINFRA, garantindo transparência e rastreabilidade à gestão.

A Agência opera com portfólio de mais de 300 projetos ativos cadastrados no Escritório de Projetos, que monitora empreendimentos em execução e em planejamento, contando com o apoio das diretorias para compartilhamento contínuo de dados e atualizações. No campo financeiro, a GOINFRA gerencia orçamento superior a R$ 2 bilhões em projetos de infraestrutura, conservação de rodovias e políticas

públicas de desenvolvimento, refletindo a dimensão estratégica e a responsabilidade fiscal que permeiam cada decisão da Alta Gestão.

Responsabilidades do Gabinete da Presidência e sua correlação com o objeto



A Presidência da GOINFRA é o vértice deliberativo da Agência, responsável por fixar a orientação geral de todos os seus trabalhos, aprovar planos, programas, projetos e orçamentos, definir as diretrizes do planejamento estratégico e firmar contratos, convênios e ajustes com entes públicos e privados. Compete ainda à Presidência ordenar despesas, supervisionar a execução dos planos estratégicos, editar portarias e atos normativos internos, e exercer a representação legal da GOINFRA, administrativa e judicialmente.

O **Gabinete da Presidência** atua como elo articulador entre a Alta Gestão e as demais unidades organizacionais. Suas atribuições incluem: assistir o Presidente em compromissos oficiais; articular contatos sociais e políticos; coordenar o fluxo informacional intersetorial; fomentar o alinhamento das diretorias com os objetivos estratégicos; zelar pela aplicação da Lei de Acesso à Informação; coordenar a instauração e julgamento de processos de responsabilização; e apoiar a tomada de decisão estratégica com subsídios técnicos e administrativos qualificados.

A **Comunicação Setorial**, unidade vinculada à Presidência, é responsável por disseminar as diretrizes de comunicação e identidade visual estabelecidas pelo Governo do Estado, gerir os canais digitais, redes sociais e o portal institucional da GOINFRA, produzir informativos, *releases* e materiais audiovisuais, organizar coletivas de imprensa e eventos institucionais, e promover a estratégia de *branding* alinhada ao posicionamento e propósito da marca. O crescimento das demandas por comunicação digital e transparência informacional exige estrutura técnica contínua e assessoramento especializado para manter o fluxo informacional atualizado com qualidade e tempestividade.

A **Procuradoria Setorial** emite manifestações jurídicas prévias em licitações, contratações diretas e convênios; representa a autarquia judicial e extrajudicialmente; realiza consultoria jurídica sobre matérias administrativas; coordena cálculos de ações trabalhistas; e supervisiona as gerências de processos administrativos, judiciais estratégicos e contencioso cível. Diante do elevado volume de processos, prazos rigorosos e alta complexidade jurídica, a Procuradoria demanda suporte administrativo especializado que permita ao corpo de Procuradores do Estado concentrar-se nas atividades de maior complexidade técnica e estratégica.

Nos termos do art. 11 do Decreto Estadual nº 10.868/2026, a **Diretoria de Gestão Integrada – DGI** tem como escopo de atuação: coordenar e supervisionar a gestão de pessoas, patrimônio e apoio administrativo/logístico, transportes, TI e modernização institucional, garantindo a infraestrutura e os recursos (humanos e materiais) necessários ao funcionamento da GOINFRA. Também atua na gestão de contratos e instrumentos sob sua alçada (incluindo designação de fiscais/gestores, atestados, notificações, pagamentos, aditivos e apostilamentos), além de conduzir a governança e melhoria por processos, inovação, simplificação, medição de desempenho e produção de relatórios/painéis para decisão baseada em dados. Compete-lhe ainda elaborar e manter o Regulamento da autarquia, realizar estudos de viabilidade e manutenção predial, e estabelecer diretrizes de tecnologia em conformidade com a LGPD, coordenando sua implementação e monitoramento, bem como articular e

reportar ações à unidade central de transformação do Estado e manter cadastros organizacionais correlatos.

A DGI opera como o principal eixo de sustentação administrativa da GOINFRA. É responsável pela gestão de mais de 80 contratos administrativos ativos, pela administração de frota superior a 200 veículos oficiais, pela gestão contratual junto ao Comando de Policiamento Rodoviário e pela expansão crescente da gestão patrimonial decorrente da entrega de novos bens e estruturas de infraestrutura viária. Adicionalmente, a DGI coordena a gestão horizontal de servidores efetivos, terceirizados e prestadores de serviços, exigindo planejamento administrativo complexo e capacidade multidisciplinar.

Nos termos do art. 74 do Decreto Estadual nº 10.868/2026, a **Diretoria de Licitações e Contratações – DLC** é responsável por: coordenar e supervisionar os processos de licitação e contratação da GOINFRA, assegurando legalidade, eficiência, transparência e cumprimento de prazos, desde o planejamento (PCA e calendário de contratações) até a condução dos certames e contratações diretas. Compete-lhe supervisionar a instrução processual e a elaboração de documentos preparatórios, minutas de editais e contratos, bem como a divulgação e o atendimento a órgãos de controle. Também formaliza e controla o histórico e a vigência dos contratos, monitora a gestão e fiscalização contratual e conduz ações de melhoria contínua e transformação de processos. Adicionalmente, atua na gestão de riscos das contratações, assessora áreas requisitantes, designa fiscais/gestores, emite atestados, ordens de serviço e notificações, apoia órgãos vinculados (SEINFRA) em temas de engenharia e promove capacitação contínua dos servidores, além de submeter adesões/ARP à unidade central de compras.

A DLC está subordinada técnica e normativamente à Superintendência Central de Compras e Contratos da SEAD, sem prejuízo da subordinação administrativa ao Gabinete da Presidência. O crescimento exponencial do volume de licitações — com mais de 122 processos licitatórios realizados apenas de janeiro a setembro de 2025, representando aumento de 50% em relação ao exercício de 2024, com projeção de encerramento acima de 180 licitações concluídas no ano — evidencia a necessidade urgente de assessoramento técnico especializado para garantir celeridade, conformidade e qualidade dos instrumentos convocatórios.

Correlação sistêmica entre as unidades e o objeto da contratação: A Presidência, a DGI e a DLC não operam como unidades isoladas: constituem um sistema integrado de deliberação, suporte e instrumentalização das políticas institucionais da GOINFRA. A Presidência define as diretrizes estratégicas e aprova os atos de maior relevância; a DGI provê os meios administrativos, tecnológicos, humanos e patrimoniais para a execução; e a DLC instrumentaliza juridicamente as contratações que materializam essas políticas no plano operacional.

O assessoramento técnico especializado objeto desta licitação atua diretamente nessa interface sistêmica. Ao suportar simultaneamente as três unidades com equipe multidisciplinar unificada sob coordenação única, a contratada elimina as zonas cinzentas de responsabilidade, garante a coerência metodológica entre as áreas e permite que o fluxo de inteligência institucional chegue à tomada de decisão da Alta Gestão de forma integrada, tempestiva e baseada em evidências — condição essencial para que a GOINFRA alcance os objetivos estratégicos definidos no PEI 2024–2027, em especial os do Eixo de Governança.

1.2. Apresentar as atribuições da Diretoria de Gestão Integrada no âmbito da GOINFRA e discorrer sobre sua relação com o objeto contratual

Nos termos do art. 21 do Decreto Estadual nº 10.868, de 9 de março de 2026 — Regulamento da GOINFRA —, compete à Diretoria de Gestão Integrada o exercício das seguintes atribuições:

Inciso	Atribuição regimental	Descrição e escopo de atuação	Relação com o objeto
I	Atividades de gestão e controle	Supervisionar e coordenar as atividades de gestão de pessoas, do patrimônio, dos serviços de apoio administrativo e logístico, de transportes, da tecnologia da informação e da modernização institucional, bem como dar suporte operacional às demais unidades da GOINFRA.	**Direta**
III	Recursos materiais e serviços	Garantir os recursos materiais e os serviços necessários ao perfeito funcionamento da Agência.	**Indireta** (item 2.16.3.1 do ETP)

Inciso	Atribuição regimental	Descrição e escopo de atuação	Relação com o objeto
IV	Política de gestão de pessoas	Definir e coordenar a política de gestão de pessoas da GOINFRA, incluindo cargos, remuneração, capacitação e avaliação de desempenho.	Direta
V	Supervisão de contratos	Supervisionar a execução dos mais de 80 contratos administrativos ativos sob gestão da DGI.	Direta
VI	Gestão e melhoria contínua	Promover a disseminação da cultura de melhoria da gestão por processos, a governança, a inovação, a simplificação, a medição do desempenho, bem como a transformação da gestão pública e a melhoria contínua.	Direta
VIII	Relatórios Gerenciais	Monitorar a elaboração de relatórios gerenciais e painéis de gestão para a disseminação das informações organizacionais, o aprimoramento da tomada de decisão e a difusão da cultura da análise de dados na autarquia;	Direta
XXVI	Competências correlatas	Desempenhar outras competências decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo Presidente da Agência.	Acessória

Percebe-se que todas as atribuições da DGI têm relação direta com o objetivo, que é de apoio técnico e administrativo às contratações e coordenação de pessoas, exceto quando apontada a relação indireta a recursos materiais e frota veicular, visto que o assessoramento não versa sobre esses temas e apenas apoia a nível logístico.

Essas atribuições revelam o caráter transversal e estruturante da DGI no organograma da GOINFRA. A Diretoria não opera como uma área de suporte passivo — ela é o eixo de sustentação administrativa de toda a Agência, responsável por garantir as condições institucionais, humanas, tecnológicas e patrimoniais para que as áreas finalísticas possam cumprir suas missões operacionais.

O escopo real de atuação: macroprocessos da DGI - Para além do rol regimental, a análise do Estudo Técnico Preliminar que instruiu esta contratação revela que a DGI opera um conjunto extenso e heterogêneo de macroprocessos, cuja complexidade varia de nível 1 (operacional) a nível 3 (estratégico). Dentre os de maior relevância para o objeto contratual, destacam-se:

Área temática	Principais atividades e macroprocessos	Complexidade	Ação do Produto 4
Planejamento e Governança	• Coordenação do planejamento estratégico institucional • Gestão integrada de processos organizacionais • Mapeamento, redesenho e otimização de fluxos de trabalho • Monitoramento de indicadores administrativos e de desempenho	Nível 3	Ação 1 - Coord. e Assessoramento Técnico
Gestão de Pessoas	• Política de gestão, desenvolvimento e capacitação de servidores • Gestão de cargos, remuneração e movimentação de pessoal • Avaliação de desempenho individual e por equipe • Clima organizacional, engajamento e recrutamento	Nível 3	Ação 2 - Assessoria de Gestão de Pessoal
Tecnologia da Informação e Inovação	• Planejamento e manutenção da infraestrutura de TI • Implementação de políticas de segurança da informação e LGPD • Gestão da transformação digital e automação de processos • Business Intelligence, mineração e dashboards gerenciais	Nível 3	Ação 3 - Assessoria em TI e Inovação
Gestão Contratual e Patrimonial	• Administração de 80+ contratos administrativos ativos • Controle e fiscalização de bens móveis e imóveis • Gestão da frota de 200+ veículos oficiais • Designação, supervisão e apoio técnico a fiscais de contrato	Nível 2	Ação 1 - Análise de Medições e Contratos
Gestão Administrativa	• Controle de materiais, suprimentos e almoxarifado • Zeladoria, limpeza e segurança patrimonial • Gestão documental, arquivística e tramitação de processos • Manutenção predial e infraestrutura física da sede	Nível 1-2	Suporte operacional complementar

O contexto operacional que justifica o assessoramento

A DGI enfrenta atualmente um conjunto de desafios operacionais que fundamentam, de forma objetiva, a necessidade do assessoramento técnico especializado ora contratado:

Em primeiro lugar, a **sobrecarga decisória e analítica**. A estrutura administrativa da GOINFRA opera com capacidade de pessoal enxuta na área-meio, situação que impõe uma sobrecarga sobre a Alta Gestão da DGI. O suporte operacional existente no âmbito do Contrato nº 84/2025 é de natureza tático-operacional e não foi concebido para prover o subsídio intelectual e metodológico que as decisões de alta complexidade demandam.

Em segundo lugar, o **volume crescente de contratos sob gestão**. A DGI é responsável pela gestão de mais de 80 contratos administrativos ativos, abrangendo serviços essenciais à manutenção institucional da Agência. Cada contrato demanda acompanhamento técnico, controle de medições, análise de pleitos, gestão de fiscais e interface com os órgãos de controle — atividades que, em conjunto, superam a capacidade instalada do corpo técnico efetivo.

Em terceiro lugar, a **expansão patrimonial acelerada**. A entrega contínua de novos bens e estruturas de infraestrutura viária tem ampliado o escopo da gestão patrimonial da DGI, exigindo maior controle, registro, avaliação e manutenção de ativos. Essa expansão ocorre de forma concomitante às demais demandas, sem correspondente ampliação do quadro efetivo.

Em quarto lugar, a **complexidade crescente da gestão de pessoas**. A DGI coordena de forma integrada servidores efetivos, terceirizados e prestadores de serviços, o que exige planejamento administrativo complexo, controle de desempenho, gestão de capacitação e conformidade com a legislação trabalhista e previdenciária vigente.

Em quinto lugar, a **demanda por transformação digital**. Os objetivos estratégicos do Eixo Pessoas e Recursos do PEI 2024–2027 estabelecem como meta a promoção da transformação digital, da governança e da segurança da informação na Agência. A implementação dessas iniciativas na DGI requer equipe técnica especializada em tecnologia da informação, gestão de dados, Business Intelligence e conformidade com a LGPD.

A relação direta com o objeto contratual: O assessoramento técnico especializado objeto desta licitação foi estruturado especificamente para atuar sobre as lacunas identificadas na DGI. O Produto 4 — Assessoria Técnica à Diretoria de Gestão Integrada — é o de maior peso na composição da equipe referencial e abrange seis ações coordenadas:

Ação	Denominação	Atividades previstas	Profissionais alocados
Ação 1	**Coordenação e Assessoramento Técnico Setorial**	• Coordenação geral do contrato junto à DGI • Análise de processos e emissão de documentos técnicos • Padronização de processos e indicadores gerenciais • Assessoramento em reuniões internas e externas • Análise técnica de medições de contratos	Coord. Geral - Coord. Setorial - Ap. Jurídico Sênior - Administrador
Ação 2	**Assessoria de Gestão e Planejamento de Pessoal**	• Estruturação do ciclo de Avaliação de Desempenho • Desenvolvimento de critérios e indicadores de RH • Monitoramento de absenteísmo, rotatividade e capacitação • Apoio à elaboração de planos de desenvolvimento • Clima organizacional e motivação dos servidores	Psicólogo / RH Pleno (x5) - Administrador Sênior
Ação 3	**Assessoria em Tecnologia da Informação e Inovação**	• Identificação de oportunidades de modernização digital • Implementação de sistemas e plataformas de informação • Políticas de segurança da informação e LGPD • Dashboards, BI e mineração de dados estratégicos • Monitoramento de KPIs e conformidade com governo digital	Analista de Sistemas Sênior (x2)

A equipe referencial designada para o Produto 4 inclui Coordenador Geral (Engenheiro Civil sênior), Coordenador Setorial (Engenheiro Sênior com 10+ anos e certificação em gestão), profissionais de Apoio Jurídico Sênior, Administrador Sênior, Psicólogos/especialistas em RH, e Analista de Desenvolvimento de Sistemas Sênior — configurando uma equipe multidisciplinar alinhada à heterogeneidade do escopo da DGI.

Em síntese, a relação entre as atribuições da DGI e o objeto contratual não é de sobreposição, mas de **complementaridade estruturada**. Os profissionais contratados atuarão sob supervisão direta dos servidores efetivos, executando tarefas de suporte e subsídio analítico, sem assumir competências

decisórias ou normativas — em estrita observância ao art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza expressamente a contratação de terceiros para assistir e subsidiar os fiscais de contrato, e ao princípio da segregação de funções que rege a administração pública.

1.3. Caracterizar a estrutura funcional, lotação, instalações e sistema informacionais da Diretoria de Gestão Integrada, Diretoria de Licitações e Contratações e Gabinete da Presidência e sua adequação para o desenvolvimento das atribuições

1.3.1. Estrutura funcional — unidades e gerências

A estrutura organizacional da GOINFRA é definida pelo art. 3º do Decreto Estadual nº 10.868/2026, que relaciona as unidades das estruturas básica e complementar subordinadas ao Gabinete do Presidente. As três unidades abrangidas por esta contratação apresentam a seguinte composição funcional:

O **Gabinete da Presidência** integra as seguintes unidades: Chefia de Gabinete; Assessoria da Presidência; Assessoria Estratégica da Presidência; Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos; Assessoria de Controle Interno; Assessoria de Assuntos Ambientais; Comunicação Setorial; Procuradoria Setorial — com as Gerências de Processos Administrativos, de Processos Judiciais Estratégicos e de Contencioso Cível; Gerência da Secretaria-Geral; Gerência de Processos Externos e Estratégicos; Gerência de Correição; Gerência de Governança Estratégica; e Gerência de Comissão da Defesa Prévia.

A **Diretoria de Gestão Integrada — DGI** conta com seis gerências subordinadas: Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas; Gerência de Tecnologia; Gerência de Apoio Administrativo e Logístico; Gerência de Transportes; Gerência de Patrimônio; e Gerência de Licitação.

A **Diretoria de Licitações e Contratações — DLC**, nos termos do § 2º do art. 71 do Decreto Estadual nº 10.868/2026, possui em sua estrutura a Assessoria de Gestão de Contratações, a Gerência de Licitação e a Gerência de Elaboração de Instrumentos, esta última criada pela atualização estrutural publicada no Diário Oficial do Estado em julho de 2024, reforçando a capacidade operacional da Diretoria frente ao crescimento exponencial do volume de licitações.

1.3.2. Lotação e capacidade instalada

A GOINFRA opera com estrutura de pessoal enxuta, composta por servidores efetivos dos cargos de Analista de Transporte e Obras, Gestor de Infraestrutura, Advogado e Técnico em Gestão Pública, além de servidores comissionados nas funções de Diretores, Gerentes e Assessores. O Estudo Técnico Preliminar que instruiu esta contratação identificou, de forma objetiva, que as áreas estratégicas de apoio à gestão — Presidência, DGI e DLC — não dispõem de suporte multidisciplinar equivalente ao que as áreas finalísticas já possuem por meio de contratos de gerenciamento específicos.

Essa assimetria de suporte é documentada no ETP: enquanto as Diretorias de Obras Civis, Obras Rodoviárias e Manutenção contam com contratos de gerenciamento dedicados à complexidade de suas tarefas de grande porte, a Presidência, a DGI e a DLC operam sem equivalente estrutura de apoio analítico e metodológico, o que fundamenta diretamente a necessidade da presente contratação.

1.3.3. Instalações físicas

Aspecto	Descrição
Endereço sede	Av. Gov. José Ludovico de Almeida, nº 20, BR-153, Km 3,5, Conj. Caiçara, Goiânia — GO, CEP 74.775-013. Telefone: (62) 3265-4000.
Localização das unidades	Presidência, DGI e DLC operam na mesma sede, centralizando atividades de gestão e favorecendo a comunicação direta entre as unidades abrangidas pelo contrato.
Infraestrutura disponível para a equipe contratada	DGI disponibilizará mesas, cadeiras e acesso à internet para acomodar mínimo 70% da equipe mobilizada (ETP, item 3.30). Demais equipamentos são fornecidos pela contratada.
Regime de trabalho	Presença física obrigatória para Coordenador Geral e Coordenadores Setoriais. Teletrabalho para até 50% da equipe, mediante autorização da fiscalização (ETP, item 10.4).
Infraestrutura tecnológica instalada	250 computadores modernos; 40 licenças do Suite AEC Collection; plataforma BIM implantada; rede lógica de energia e impressão disponível no ambiente da DGI.
Fornecimento pela contratada	Notebooks, monitores e estações de trabalho para profissionais da equipe, além de licenças Microsoft 365, Project Plan 1 e Adobe Creative Cloud (ETP, itens 2.24 e 2.26).

1.3.4. Sistemas informacionais

As três unidades abrangidas pela contratação operam em ambiente digital integrado por três sistemas principais:

O **Sistema Eletrônico de Informações — SEI** é a plataforma de gestão documental e tramitação eletrônica de processos adotada pelo Estado de Goiás. É por meio do SEI que toda a produção documental da Presidência, DGI e DLC é registrada, numerada e tramitada. A equipe contratada deverá dominar o funcionamento desse sistema, uma vez que a elaboração de pareceres, notas técnicas, minutas de documentos e registros de atividades ocorre diretamente nessa plataforma, inclusive para fins de medição e comprovação das entregas de cada produto.

O **Sistema de Logística de Goiás — SISLOG** (https://sislog.go.gov.br) é a plataforma de licitações eletrônicas do Estado de Goiás, por meio da qual são publicadas e conduzidas todas as licitações da GOINFRA, incluindo a presente Concorrência Eletrônica nº 034/2026. A DLC opera integralmente nesse ambiente para cadastro de propostas, condução de sessões públicas e formalização de resultados. A equipe de assessoramento à DLC deverá conhecer o funcionamento do SISLOG para apoiar adequadamente a instrução de processos licitatórios e a análise de documentos.

O **SIOFINet** — Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira — é a plataforma por meio da qual a Presidência efetua os pagamentos do órgão e controla a execução orçamentária. O monitoramento da execução físico-financeira dos contratos e empreendimentos, incluindo a análise de Curvas de Valor Agregado e Curvas S previstas no escopo do assessoramento, demanda integração com as informações produzidas nesse sistema.

Adequação da estrutura para o desenvolvimento das atribuições

A análise da estrutura funcional, lotação, instalações e sistemas informacionais das três unidades permite concluir que a GOINFRA dispõe de infraestrutura institucional robusta e sistemas informacionais consolidados, adequados ao porte e à complexidade de suas atribuições. A sede centralizada, os sistemas integrados SEI, SISLOG e SIOFINet, e a estrutura de gerências especializadas na DGI e DLC compõem um ambiente operacional favorável à execução contratual.

A lacuna identificada não é de infraestrutura física ou tecnológica, mas de **capacidade analítica e multidisciplinar** para operá-la com o nível de excelência exigido pelos objetivos estratégicos do PEI 2024–2027 e pelo volume crescente de demandas das três unidades. O assessoramento técnico ora contratado preenche precisamente essa lacuna, atuando sobre os sistemas e nos espaços já disponíveis, com mínimo impacto na infraestrutura existente e máximo ganho de eficiência institucional.

1.4. Demonstrar conhecimento sobre as normas e regulamentos pertinentes à prestação de serviços técnicos de apoio e assessoramento e discorrer sobre sua relação com o objeto contratual.

A prestação de serviços técnicos especializados de assessoramento à Administração Pública está inserida em um ordenamento jurídico amplo e estratificado, que abrange normas de âmbito federal, estadual e infralegal. O conhecimento profundo desse arcabouço normativo é condição essencial para que a licitante execute o objeto contratual com segurança jurídica, eficiência administrativa e plena conformidade com as exigências dos órgãos de controle. A seguir, são apresentadas as normas pertinentes e sua relação direta com o objeto desta contratação.

I. Lei Federal nº 14.133/2021 — Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, constitui o marco regulatório central de toda a atividade licitatória e contratual da GOINFRA, tendo revogado a Lei nº 8.666/1993. Múltiplos dispositivos dessa Lei são diretamente aplicáveis ao objeto contratual:

O **art. 6º, inciso XVIII**, define os serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual como aqueles realizados em trabalhos relativos a estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e executivos; pareceres, perícias e avaliações em geral; **assessorias e consultorias técnicas** e auditorias financeiras e tributárias; fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços; treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; e controles de qualidade e tecnológico. O objeto desta contratação enquadra-se precisamente nas alíneas "c" e "d" desse dispositivo, configurando serviço predominantemente intelectual.

O **art. 7º** estabelece os requisitos para designação de agentes públicos responsáveis pela execução da Lei, determinando que sejam preferencialmente servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes. Esse dispositivo fundamenta a necessidade de que o assessoramento contratado atue de forma complementar ao quadro efetivo, sem substituir as funções reservadas aos agentes públicos.

O **art. 18, § 1º, inciso X**, determina que o Estudo Técnico Preliminar contemple as providências para capacitação dos fiscais e gestores do contrato, reconhecendo a complexidade da fiscalização contratual e sua necessária preparação técnica — o que reforça a pertinência do assessoramento como suporte à atuação dos fiscais designados pela GOINFRA.

O **art. 117**, dispositivo de maior relevância para a fundamentação jurídica deste contrato, determina que a execução do contrato seja acompanhada e fiscalizada por fiscais designados, sendo **expressamente permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição**. O § 4º do mesmo artigo estabelece as regras aplicáveis: a empresa contratada assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato. Essa disposição é o fundamento legal primário da presente contratação.

O **art. 36 e seu § 1º, inciso I**, e o **art. 37** fundamentam o critério de julgamento por Técnica e Preço adotado neste certame, estabelecendo que esse critério é adequado para contratações de serviços predominantemente intelectuais, nos quais a qualidade técnica das propostas é relevante aos fins pretendidos pela Administração.

O **art. 59** fixa os parâmetros de inexequibilidade das propostas, considerando inexequíveis aquelas cujos valores forem inferiores a 75% do valor orçado pela Administração — limite observado na presente Concorrência nº 034/2026.

O **art. 92, inciso XVIII**, exige que o contrato contenha modelo de gestão do contrato, com critérios de medição, liquidação e pagamento das obrigações, refletido na metodologia de avaliação e medição de produtos desenvolvida no ETP desta licitação.

O **art. 121** estabelece que somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, afastando a responsabilidade direta da GOINFRA pelas obrigações da empresa assessora em relação a seus empregados.

II. Decreto Estadual nº 10.359/2023 — Regulamento da Concorrência em Goiás - O Decreto Estadual nº 10.359, de 11 de dezembro de 2023, regulamenta a licitação na modalidade Concorrência na administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Goiás. Seus arts. 11 a 15 disciplinam o critério de julgamento por Técnica e Preço, e seus arts. 36 a 38 estabelecem as regras de avaliação das propostas técnicas por Banca de Julgamento — estrutura adotada integralmente na presente licitação. O art. 14 define a fórmula de pontuação da Proposta de Preço (NPP = 100 × Pmín/VP) e o art. 37 §2º, inciso II, fixa o peso de 70% para a nota técnica e 30% para a nota de preço na composição da Nota Final (NF = 0,70 × NPT + 0,30 × NPP). O pleno conhecimento desse decreto é imprescindível para que a licitante elabore proposta em conformidade com os critérios de julgamento aplicáveis.

III. Decreto Estadual nº 10.868/2026 — Regulamento da GOINFRA - O Decreto Estadual nº 10.868, de 9 de março de 2026, aprova o Regulamento da GOINFRA e define o escopo legal das unidades contratantes. Seus arts. 4º, 5º, 6º, 7º, 11 e 71 estabelecem, respectivamente, as competências da Presidência, Chefia de Gabinete, Comunicação Setorial, Procuradoria Setorial, DGI e DLC, delimitando o campo de atuação do assessoramento contratado. O conhecimento desse decreto é pressuposto direto do item 1.1 e 1.2 desta proposta técnica, e sua aplicação orienta a definição das atividades de cada produto e ação contratual.

IV. IN SEGES/MGI nº 02/2023 — Critério de Julgamento por Técnica e Preço - A Instrução Normativa SEGES/MGI nº 02, de 7 de fevereiro de 2023, dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por Técnica e Preço na Administração Pública Federal, sendo adotada como referência normativa subsidiária pelo Estado de Goiás. Seu art. 1º, § 1º, inciso I, estabelece que o critério de Técnica e Preço deve ser escolhido quando o ETP demonstrar que a avaliação da qualidade técnica das propostas é relevante para contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual realizados em trabalhos de assessorias e consultorias técnicas. O art.

12 exige que o ETP contenha a justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas — requisito cumprido no ETP que instrui este certame.

V. IN SEGES/MPDG nº 05/2017 — Serviços com Execução Indireta - A Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017, regula a contratação de serviços com execução indireta na Administração Pública, sendo aplicada subsidiariamente ao objeto desta licitação. Seu Anexo V estabelece o modelo de execução contratual e o modelo de gestão de contratos. O ETP desta contratação referencia a IN 05/2017 para fundamentar a metodologia de dimensionamento da equipe referencial com base na Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, e para balizar os critérios de remuneração vinculada a resultados e produtos entregues. Adicionalmente, essa norma veda à Administração o exercício de gerência direta sobre o pessoal terceirizado, determinando que essa responsabilidade recaia exclusivamente sobre a empresa contratada.

VI. Lei Estadual nº 20.489/2019 — Programa de Integridade - A Lei Estadual nº 20.489, de 10 de junho de 2019, institui a obrigatoriedade de implantação de Programa de Integridade — PCP pelas empresas contratadas com o Poder Público estadual goiano. A empresa licitante vencedora deverá implantar e manter ativo o Programa de Integridade durante toda a vigência contratual, sob pena de multa diária de 0,1% sobre o valor do contrato, podendo resultar em rescisão e impedimento de contratar com o Estado por até dois anos. A observância do PCP é verificada conforme parâmetros que incluem comprometimento da alta direção, padrões de ética, gestão de riscos, canais de denúncia, medidas disciplinares e monitoramento contínuo — todos alinhados ao Eixo Governança do PEI 2024–2027 da GOINFRA.

VII. Lei Federal nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - A Lei nº 13.709/2018 — LGPD — é diretamente aplicável às atividades de gestão da informação, tratamento de dados estratégicos, Business Intelligence e suporte à comunicação institucional previstas nos Produtos 1, 3 e 4 desta contratação. A equipe de assessoramento terá acesso a dados institucionais sensíveis da GOINFRA, incluindo informações de servidores, contratos, orçamentos e processos internos. A conformidade com a LGPD é obrigação contratual da empresa contratada, que deverá firmar termo de compromisso de confidencialidade (art. 117, § 4º, I, da Lei nº 14.133/2021), implementar políticas de segurança da informação e orientar sua equipe sobre os princípios de minimização, finalidade e segurança no tratamento de dados pessoais.

VIII. Acórdãos do TCU — Jurisprudência Aplicável

O **Acórdão TCU nº 1.184/2020 — Plenário** consolida o entendimento de que, em contratações de serviços de apoio e assessoramento, é recomendável a estruturação do modelo contratual com remuneração vinculada a produtos entregues ou resultados alcançados, em substituição à simples alocação de horas de trabalho. Esse entendimento fundamenta diretamente o modelo de execução por produto adotado no ETP desta licitação.

O **Acórdão TCU nº 2353/2011 — Plenário** consolida o entendimento de que, em licitações do tipo Técnica e Preço, é admissível a exigência de nota mínima para valorização da proposta em relação aos quesitos técnicos avaliados — fundamento para o patamar mínimo de 70% em cada quesito estabelecido no ETP (item 2.6.3).

O **Acórdão TCU nº 84/2020 — Plenário**, expressamente referenciado no ETP desta licitação, estabelece orientações sobre a execução de contratos de assessoramento e gerenciamento no âmbito da Administração Pública, determinando conformidade com critérios de qualidade técnica, controle de resultados e segregação de funções.

IX. Lei Estadual nº 22.317/2023 — PPA 2024–2027 e Decreto nº 9.900/2021 - A **Lei Estadual nº 22.317/2023**, que institui o PPA 2024–2027 do Estado de Goiás, vincula as contratações da GOINFRA ao alinhamento com os programas e ações estratégicas do Governo do Estado. O objeto desta contratação está previsto no PCA 2025 e 2026, nos itens 698 (Serviços Técnicos Especializados — assessoria técnica) e 699 (Serviços Técnicos Especializados — consultoria técnica).

O **Decreto Estadual nº 9.900/2021** regula a pesquisa de preços no Estado de Goiás, sendo referenciado no ETP para a metodologia de formação do orçamento referencial com base na Tabela de Preços de Consultoria do DNIT — escolha fundamentada na transparência, auditabilidade e aderência ao mercado de serviços de assessoramento técnico em infraestrutura.

Produto	Normas que regem as atividades	Risco de não conformidade
P01 — Assessoria técnica à Presidência	Lei 14.133 — art. 117 / Dec. 10.213 — arts. 4º e 5º / LGPD / Acórdão TCU 84/2020 / PEI 2024–2027	Usurpação de atribuição da Presidência
P02 — Comunicação Setorial	Dec. 10.213 — art. 11 / Diretrizes SECOM/GO / LGPD — uso de imagens Lei 14.133 — art. 117	Publicação sem autorização
P03 — Procuradoria Setorial	Lei 14.133 — art. 117, §4º / Dec. 10.213 — art. 12 / CF — art. 132 (Procuradores) LGPD	Função privativa de Procurador do Estado
P04 — DGI	Lei 14.133 — arts. 117 e 121 / IN 05/2017 LGPD — dados de RH / Dec. 10.213 — art. 21 / Acórdão TCU 1.184/2020	Vazamento de dados pessoais
P05 — DLC	Lei 14.133 — arts. 6º, 18, 36, 117 Dec. 10.359/2023 IN SEGES/MGI 02/2023 Dec. 10.213 — art. 74	Decisão autônoma em processo licitatório

2. CONHECIMENTO DOS ATIVOS SOB A RESPONSABILIDADE DA DGI

2.1. Caracterização dos ativos sob responsabilidade da Diretoria de Gestão Integrada, destacando ao menos 5 pontos críticos identificados nos projetos institucionais desta.

Panorama geral dos ativos

A Diretoria de Gestão Integrada — DGI é a unidade responsável pela administração e custódia do patrimônio intangível e material que sustenta o funcionamento de toda a GOINFRA. Suas seis gerências — Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, Tecnologia, Apoio Administrativo e Logístico, Transportes, Patrimônio e Licitação — operam sobre um conjunto diversificado e crescente de ativos institucionais, que podem ser organizados em cinco grandes categorias: **pessoas e capital humano; tecnologia da informação e sistemas; bens móveis e imóveis; frota veicular; e contratos administrativos ativos**.

Categoria I — Capital humano e gestão de pessoas

O capital humano é o ativo estratégico mais crítico da DGI. A Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas é responsável por todo o ciclo funcional dos servidores e colaboradores da GOINFRA: mantém atualizados os dados cadastrais, funcionais e financeiros do quadro de pessoal em dossiê funcional individualizado e em sistemas informatizados; registra e controla frequência, férias, licenças e afastamentos; elabora a folha de pagamento conforme parâmetros estabelecidos pela SEAD; promove a alocação e realocação de servidores com base em análise de competências; e implementa as políticas de gestão de pessoas aprovadas pela Presidência. A vigência do PEI 2024–2027, em seu Eixo Pessoas e Recursos (objetivos P1 e P2), impõe à DGI a responsabilidade de implantar ciclos estruturados de avaliação de desempenho e planos de desenvolvimento individual para todos os servidores.

Categoria II — Tecnologia da informação, inovação e infraestrutura digital

A Gerência de Tecnologia da DGI custodia e opera o parque tecnológico da GOINFRA, composto por 250 computadores adquiridos a partir de 2020 e pelo conjunto de licenças de software estratégico, com destaque para as 40 licenças do *Suite Architecture, Engineering & Construction Collection* da Autodesk — plataforma que integra BIM, CAD e gestão de projetos, suportando as diretorias de Obras Civis, Obras Rodoviárias e Planejamento. O investimento total nesse parque supera R$ 7 milhões. A Gerência de Tecnologia também é responsável pela implementação da metodologia BIM — *Building Information Modeling*, que integra arquitetos, engenheiros e construtores da GOINFRA na elaboração de modelos digitais de ativos com base de dados geométricos, de especificações, orçamentários de a todas as fases da construção. Os contratos de upgrade de sistemas legados e manutenção de arquitetura de TI também são geridos por esta área, bem como a conformidade com a LGPD no tratamento dos dados institucionais.

Categoria III — Bens móveis, imóveis e patrimônio institucional

A Gerência de Patrimônio é responsável pela identificação, avaliação, marcação, registro, controle físico-financeiro e inventário periódico de todos os bens patrimoniais da GOINFRA. O acervo patrimonial da Agência abrange o complexo sede de Goiânia, as instalações de bases operacionais regionais distribuídas ao longo da malha rodoviária goiana, equipamentos de obras, móveis e utensílios, além de bens adquiridos por meio de contratos específicos. A expansão contínua do portfólio de obras e a renovação da frota em 2021 e 2024 ampliaram significativamente o acervo, exigindo atualização permanente dos registros. A Portaria nº 007/2026, publicada no DO/GO em 23 de janeiro de 2026, instaurou processo de alienação de bens inservíveis identificados nos processos SEI nº 85032221, 85160698 e 85063642 da Gerência de Patrimônio, evidenciando a necessidade de gestão ativa do ciclo de vida dos bens institucionais. A Gerência também supervisiona o serviço de arquivamento físico de processos de todas as unidades, além de coordenar o cadastramento eletrônico de materiais no SIGMATE e os levantamentos periódicos de estoques no almoxarifado.

Categoria IV — Frota veicular e contratos de mobilidade

A Gerência de Transportes da DGI administra uma das carteiras de ativos mais complexas da Agência. A frota própria da GOINFRA foi renovada em 2021 com a entrega de 130 veículos pelo Governo do Estado — sendo 30 caminhonetes Chevrolet S-10 para atividades operacionais rodoviárias e 100 Volkswagen Gol 1.0 para suporte administrativo e regional —, com locação mensal total de aproximadamente R$ 177 mil. Além da frota própria, a DGI, por convênio celebrado entre GOINFRA, Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSPGO) e Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), é responsável pela gestão dos contratos de locação de viaturas destinadas ao Comando de Policiamento Rodoviário — CPR. A operação mais recente foi a entrega, em julho de 2024, de 90 caminhonetes Toyota Hilux adaptadas para policiamento rodoviário, com contrato de locação de 60 meses e investimento superior a R$ 35 milhões. Anteriormente, em 2021, haviam sido entregues 70 caminhonetes Chevrolet S-10 ao CPR. A Gerência de Transportes também coordena as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, os contratos de gerenciamento eletrônico e controle de abastecimento de combustíveis da frota própria e do CPR, e fiscaliza o cumprimento das normas de utilização, em conformidade com as normas da Gerência de Suprimentos e Frotas da SEAD.

Categoria V — Contratos administrativos ativos

A Gerência de Licitação da DGI, em conjunto com as demais gerências, supervisiona mais de 80 contratos administrativos ativos, que abrangem serviços de tecnologia da informação, locação de veículos, manutenção predial, serviços de limpeza e conservação, vigilância patrimonial, fornecimento de materiais de consumo, locação de equipamentos de escritório, serviços gráficos, serviços de saúde ocupacional e outros contratos de apoio administrativo. A instrução de processos de aquisição de materiais e serviços da DGI, o cadastramento no SIGMATE e a análise e encaminhamento de processos licitatórios são coordenados por essa gerência, que opera em estreita interface com a DLC para a formalização dos instrumentos contratuais.

5 pontos críticos identificados nos projetos institucionais da DGI

Com base na análise dos ativos descritos, das metas do PEI 2024–2027 e das demandas registradas no ETP que fundamenta esta contratação, identificam-se os seguintes pontos críticos nos projetos institucionais da DGI:

#	PONTO CRÍTICO	CATEGORIA DE ATIVO AFETADO	DESCRIÇÃO DO PROBLEMA E IMPACTO INSTITUCIONAL	CONTRIBUIÇÃO DO ASSESSORAMENTO
1	**Ausência de ciclo estruturado de Avaliação de Desempenho e Gestão de Competências**	Cat. I — Capital humano e gestão de pessoas	• GOINFRA não dispõe de metodologia consolidada de ADI com critérios, instrumentos e fluxos de revisão padronizados. • Sem ADI estruturada, a progressão funcional carece de equidade, a identificação de lacunas de competências é prejudicada e o alinhamento do capital humano aos objetivos estratégicos fica comprometido. • Risco: frustração das metas P1 e P2 do PEI 2024–2027 e potencial questionamento pelo TCE-GO quanto à ausência de instrumento de avaliação de desempenho exigido pela legislação estadual.	**Estruturação do ciclo ADI, indicadores de RH e planos de desenvolvimento individual (Produto 4, Ação 2)**

#	PONTO CRÍTICO	CATEGORIA DE ATIVO AFETADO	DESCRIÇÃO DO PROBLEMA E IMPACTO INSTITUCIONAL	CONTRIBUIÇÃO DO ASSESSORAMENTO
2	**Insuficiência da governança da carteira de contratos administrativos ativos**	Cat. V — Contratos administrativos	• 80+ contratos sem modelo estruturado de gestão do portfólio: ausência de dashboards de vencimentos, KPIs por contrato e processos padronizados de instrução de medições. • Fiscais designados acumulam atribuições operacionais das gerências, sem dedicação exclusiva à fiscalização — expondo-os à responsabilização perante CGE-GO e TCE-GO. • Risco: pagamentos indevidos, contratos vencidos sem renovação tempestiva, irregularidades em aditivos e pleitos não instruídos adequadamente.	**Dashboard de contratos, padronização de medições, suporte técnico a fiscais (Produto 4, Ação 1)**
3	**Defasagem tecnológica e ausência de Plano Diretor de TI (PDTI)**	Cat. II — Tecnologia da informação	• Ausência de PDTI com horizonte plurianual: sem mapeamento de riscos cibernéticos, inventário de ativos de TI, plano de continuidade de negócios e política de segurança da informação aderente à LGPD. • Expansão do parque tecnológico sem planejamento estratégico: risco de obsolescência prematura, contratos sobrepostos e vulnerabilidades de segurança. • Crescente volume de dados pessoais de servidores tratado sem política formalizada de conformidade com a LGPD — risco de sanções da ANPD e responsabilização dos gestores.	**Diagnóstico TI, PDTI, políticas de segurança, BI e conformidade LGPD (Produto 4, Ação 3)**
4	**Complexidade das interfaces interinstitucionais na gestão da frota do CPR/PMGO**	Cat. IV — Frota veicular	• Gestão tripartite (GOINFRA + SSPGO + PMGO) de 160 viaturas em dois contratos (2021 e 2024), totalizando mais de R$ 35 mi em 60 meses, sem que os beneficiários diretos sejam os signatários do contrato de locação. • Ausência de protocolos formalizados de gestão de interface interinstitucional: dificuldades na apuração de danos, responsabilização por sinistros, controle de manutenção e fiscalização de uso das viaturas pelo CPR. • Risco: inadimplência contratual por falta de manutenção adequada, exposição financeira da GOINFRA a passivos de terceiros e fragilidade na prestação de contas ao TCE-GO.	**Protocolos interinstitucionais, dashboards de frota, análise de medições dos contratos CPR (Produto 4, Ação 1)**
5	**Ineficiência no ciclo de vida patrimonial e ausência de política de desfazimento**	Cat. III — Bens móveis, imóveis e patrimônio	• Portaria nº 007/2026 evidencia acúmulo de bens inservíveis sem destinação formal — passivo gerado pela renovação da frota em 2021, aquisição de 250 computadores em 2020 e expansão patrimonial contínua. • Ausência de programa permanente de gestão patrimonial proativa: sem inventário anual sistemático, avaliação de valor residual, identificação tempestiva de inaproveitabilidade e instrução eficiente dos processos de desfazimento. • Risco: responsabilização por dano ao erário (bens deteriorando-se sem alienação tempestiva), comprometimento de espaço físico e não conformidade com o Decreto Estadual nº 9.765/2021 e a Lei 14.133/2021.	**Programa de gestão do ciclo de vida patrimonial, política de desfazimento e conformidade com TCE-GO (Produto 4, Ação 1)**

2.2. Caracterização dos Programas e Ações da GOINFRA em execução pela Diretoria de Gestão Integrada.

Os programas e ações da GOINFRA em execução pela Diretoria de Gestão Integrada não são finalísticos — isto é, não se voltam diretamente à entrega de obras, rodovias ou aeródromos. São **programas de suporte, governança e desenvolvimento institucional**, inseridos no Eixo "Goiás da Gestão Responsável e Transformadora" do PPA 2024–2027 (Lei Estadual nº 22.317/2023), e no Eixo Pessoas e Recursos e no Eixo Governança do Planejamento Estratégico Institucional — PEI 2024–2027 da GOINFRA (Portaria nº 008/2026). Sua execução é condição habilitante para que todas as demais diretorias possam realizar suas entregas finalísticas: sem a DGI provendo pessoal qualificado, infraestrutura tecnológica, frota, patrimônio e suporte contratual, o ciclo produtivo da Agência não se sustenta.

Programa 1 — Gestão e Desenvolvimento de Pessoas	
Órgão executor: Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas — DGI	
Vinculação PEI: Eixo Pessoas e Recursos, Objetivos P1 e P2	**Vinculação PPA 2024–2027:** Eixo "Goiás da Gestão Responsável e Transformadora" — Programa Governança Pública

Este programa abrange o conjunto de ações voltadas à administração e ao desenvolvimento do quadro de pessoal da GOINFRA. Sua execução envolve cinco ações principais. A **Ação de Planejamento de Pessoal** compreende o dimensionamento do quadro necessário por área, análise de competências disponíveis versus exigidas, e planejamento de contratações e movimentações. A **Ação de Administração de Pessoal** envolve folha de pagamento, registros funcionais, controle de frequência, férias, licenças e afastamentos, em conformidade com as normas da SEAD. A **Ação de Desenvolvimento e Capacitação** contempla o planejamento e execução de trilhas de aprendizagem, programas de capacitação e o levantamento de necessidades de treinamento por gerência. A **Ação de Ciclo de Avaliação de Desempenho Individual** — prevista como meta no PEI 2024–2027 e ainda em fase de estruturação metodológica — visa implantar instrumentos periódicos de avaliação vinculados a planos de desenvolvimento individual. A **Ação de Concurso Público** é a mais urgente em andamento: o edital para 63 vagas de Gestor de Infraestrutura está em fase final de preparação, com adequações referentes à Lei Estadual nº 23.389/2025 (reserva de 20% das vagas para cotas), e deverá ser publicado em 2026.

Programa 2 — Modernização Tecnológica e Governo Digital	
Órgão executor: Gerência de Tecnologia — DGI	
Vinculação PEI: Eixo Governança, Objetivo OE8 — Modernização digital e inovação tecnológica	**Vinculação PPA 2024–2027:** Eixo "Goiás da Gestão Responsável e Transformadora"

Este programa concentra as iniciativas de transformação digital da GOINFRA, estruturadas em quatro ações principais. A **Ação BIM — Plataforma de Modelagem da Informação da Construção** está em desenvolvimento contínuo desde 2020 e visa integrar todas as diretorias de obras e projetos da Agência em um modelo virtual unificado, com base de dados topológicos, orçamentários e de insumos para todas as fases das construções. Em 2025 e 2026, a expansão do BIM contempla a integração de novos módulos de compatibilização de projetos e gestão do ciclo de vida das obras. A **Ação de Infraestrutura de TI e Modernização do Parque Tecnológico** envolve a gestão, manutenção e atualização progressiva dos 250 computadores e das 40 licenças da Suite AEC Collection adquiridos em 2020 (investimento total superior a R$ 7 milhões), bem como os contratos de manutenção e upgrade de sistemas legados. A **Ação de Segurança da Informação e Conformidade LGPD** visa implementar políticas de proteção de dados, controles de acesso, criptografia e os mecanismos de gestão de incidentes exigidos pela Lei nº 13.709/2018, ainda em estruturação. A **Ação de Business Intelligence e Painéis Gerenciais** prevê a implantação de dashboards de monitoramento de indicadores institucionais para apoio à decisão da Presidência e das demais diretorias — meta explicitada no ETP desta licitação como entrega a ser viabilizada pelo assessoramento contratado (Produto 4, Ação 3).

Programa 3 — Gestão de Contratos Administrativos e Suprimentos	
Órgão executor: Gerência de Licitação e demais gerências da DGI (como fiscais de contrato)	
Vinculação PEI: Eixo Governança, Objetivo OE6 — Excelência na gestão contratual	**Vinculação PPA 2024–2027:** Eixo "Goiás da Gestão Responsável e Transformadora"

Este programa abrange a instrução, formalização, acompanhamento e encerramento de todos os contratos administrativos de suporte da DGI — atualmente mais de 80 contratos ativos em categorias que incluem TI, locação de veículos, limpeza, vigilância, manutenção predial, saúde ocupacional, materiais de consumo e serviços gráficos. A **Ação de Planejamento Anual de Contratações** envolve a elaboração e atualização do PCA, com alinhamento ao PPA e à LOA anual. A **Ação de Instrução Processual e Fiscalização** abrange a elaboração de ETPs, elaboração de Termos de Referência em conjunto com a DLC, designação de fiscais de contrato, análise e aprovação de medições, e acompanhamento da execução contratual. A **Ação de Gestão do Almoxarifado e Suprimentos** compreende o cadastramento eletrônico no SIGMATE, levantamentos periódicos de estoque e controle de distribuição de materiais às unidades da GOINFRA.

Programa 4 — Gestão da Frota e Mobilidade Institucional	
Órgão executor: Gerência de Transportes — DGI	
Vinculação PEI: Eixo Pessoas e Recursos — suporte operacional às diretorias	**Vinculação PPA 2024–2027:** Eixo "Goiás da Infraestrutura Social e Econômica" — suporte logístico

Este programa compreende a administração integral da frota de 130 veículos próprios da GOINFRA e dos contratos de locação de viaturas para o CPR/PMGO (220+ veículos em dois contratos, totalizando mais de R$ 35 milhões em 60 meses). As ações incluem: gestão dos contratos de manutenção preventiva e corretiva; monitoramento eletrônico de consumo de combustível; fiscalização do uso conforme normas da SEAD; e gestão das interfaces com a SSPGO e a PMGO nos contratos tripartites de locação de viaturas para policiamento rodoviário.

Programa 5 — Gestão Patrimonial e Conservação de Bens Públicos	
Órgão executor: Gerência de Patrimônio + Gerência de Apoio Administrativo e Logístico — DGI	
Vinculação PEI: Eixo Governança — conformidade e controle de ativos públicos	**Vinculação PPA 2024–2027:** Eixo "Goiás da Gestão Responsável e Transformadora"

Este programa abrange o registro, controle, inventário periódico e destinação dos bens patrimoniais da GOINFRA. Em execução em 2025–2026, a **Ação de Inventário Patrimonial** realiza o levantamento sistemático dos bens móveis e imóveis da Agência, com atualização dos registros no sistema estadual de patrimônio. A **Ação de Alienação de Bens Inservíveis**, formalizada pela Portaria nº 007/2026, abrange os processos SEI nº 85032221, 85160698 e 85063642, e envolve avaliação, laudo técnico, agrupamento em lotes e instrução do processo de leilão ou doação dos bens substituídos. A **Ação de Conservação e Manutenção Predial** cuida das instalações físicas da sede e das bases regionais, incluindo serviços de zeladoria, manutenção elétrica, hidráulica e civil contratados junto a empresas especializadas.

Programa 6 — Programa de Integridade Corporativa (PCP)	
Órgão executor: DGI em articulação com a Chefia de Gabinete	
Vinculação PEI: Eixo Governança, Objetivo OE4 — Programa de Conformidade e Integridade	**Base normativa:** Lei Estadual nº 20.489/2019 — Programa de Compliance Público

A Lei Estadual nº 20.489/2019 obriga a GOINFRA a implantar e manter um Programa de Integridade Corporativa — PCP — com os seguintes componentes: comprometimento formal da alta direção; código de ética e conduta; canal de denúncias independente; gestão de riscos de integridade; controles internos voltados à prevenção de irregularidades; treinamento periódico de servidores; e mecanismo de monitoramento e avaliação contínua do programa. A DGI coordena a implementação prática do PCP junto às suas gerências, especialmente nas áreas de gestão de contratos e gestão de pessoas — onde os riscos de irregularidades são mais elevados. A conformidade com o PCP é também requisito contratual imposto à empresa vencedora desta licitação, sob pena de multa de 0,1% ao dia sobre o valor do contrato.

#	Programa / Gerência Executora	Vinculação PEI / PPA	Ações em execução — 2025/2026	Estágio atual	Contribuição do assessoramento (Prod. 4)
1	**Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas**	PEI — Eixo Pessoas e Recursos (Objetivos P1 e P2) PPA — Programa Governança Pública	• Planejamento de pessoal: dimensionamento do quadro, análise de competências e alocação estratégica de servidores • Administração de pessoal: folha de pagamento, registros funcionais, controle de frequência, férias e licenças conforme normas SEAD • Capacitação e desenvolvimento: planejamento de trilhas de aprendizagem e levantamento de necessidades por gerência • ADI — Avaliação de Desempenho: estruturação metodológica em andamento — meta P1 do PEI 2024–2027, ainda sem implantação • Concurso: 63 vagas para Gestor de Infraestrutura (salário inicial R$ 14,9 mil); edital em adequação à Lei nº 23.389/2025 (reserva 20% cotas)	**Em execução** **ADI: em estruturação** **Concurso: edital iminente (2026)**	**Estruturação do ciclo ADI, indicadores de RH, planos de desenvolvimento individual e suporte metodológico ao processo seletivo (Ação 2)**
2	**Modernização Tecnológica e Governo Digital - Gerência de Tecnologia**	PEI — Eixo Governança (OE8 — Modernização digital) PPA — Gest. Responsável e Transform.	• BIM — Building Information Modeling: expansão contínua desde 2020; integração de novos módulos de compatibilização de projetos e gestão do ciclo de vida das obras em 2025–2026 • Infraestrutura de TI: gestão e atualização dos 250 computadores e 40 licenças Suite AEC Collection (inv. total R$ 7 mi); contratos de suporte e manutenção de sistemas legados • Segurança da informação e LGPD: implementação de políticas de proteção de dados e controles de acesso — em fase de estruturação • BI e painéis gerenciais: implantação de dashboards e indicadores institucionais para apoio à decisão da Presidência e diretorias — meta prevista no ETP desta contratação (Produto 4, Ação 3)	**Em execução** **BIM: expansão 2025–2026** **LGPD/TI: em estruturação**	**Diagnóstico de TI, elaboração do PDTI, política LGPD, implantação de BI e dashboards gerenciais (Ação 3)**
3	**Gestão de Contratos Administrativos e Suprimentos - Gerência de Licitação + fiscais das gerências DGI**	PEI — Eixo Governança (OE5 — Excelência contratual) PPA — Gest. Responsável e Transform.	• Planejamento Anual de Contratações (PCA): elaboração, atualização e alinhamento à LOA anual; gestão dos itens 698 e 699 do PCA 2025/2026 (assessoria técnica) • Instrução e processo de licitação: elaboração de ETPs e TRs, instrução de processos de aquisição, encaminhamento à DLC e acompanhamento de certames • Fiscalização dos 80+ contratos ativos: análise de medições, controle de vigência, gestão de aditamentos e pleitos contratuais • Gestão do almoxarifado (SIGMATE): cadastramento eletrônico, controle de estoque e distribuição de materiais às unidades da GOINFRA	**Em execução plena** **80+ contratos ativos** **Fiscalização com acúmulo de funções**	**Dashboard de contratos, padronização de medições, suporte técnico a fiscais e análise de pleitos (Ação 1)**

#	Programa / Gerência Executora	Vinculação PEI / PPA	Ações em execução — 2025/2026	Estágio atual	Contribuição do assessoramento (Prod. 4)
4	**Gestão de Frota e Mobilidade Institucional - Gerência de Transportes**	PEI — Eixo Pessoas e Recursos (Suporte operacional às diretorias) PPA — Infraestrutura Social e Econômica	• Gestão da frota GOINFRA (130 veículos): 30 Chevrolet S-10 operacionais + 100 VW Gol administrativos; contratos de manutenção e locação mensal — R$ 177 mil • Gestão da frota CPR/PMGO (70 veículos): 70 caminhonetes Chevrolet S-10 para policiamento rodoviário (convênio GOINFRA + SSPGO + PMGO) • Contrato 2021: 90 Toyota Hilux adaptadas; 60 meses; investimento R$ 35 mi; entregues em julho/2024 • Gerenciamento eletrônico de combustíveis: contratos de controle de abastecimento para frota própria e CPR; relatórios periódicos de consumo	**Em execução plena** **220+ veículos sob gestão** **Contratos CPR: 60 meses vigência**	**Protocolos interinstitucionais, dashboards de frota, análise de medições e suporte à fiscalização tripartite (Ação 1)**
5	**Gestão Patrimonial e Conservação de Bens - Gerência de Patrimônio + Gerência de Apoio Adm. e Logístico**	PEI — Eixo Governança (Conformidade e controle de ativos) PPA — Gestão Responsável e Transform.	• Inventário patrimonial: levantamento sistemático de bens móveis e imóveis com atualização dos registros no sistema estadual de patrimônio e controle pelo SIGMATE • Alienação de bens inservíveis (Portaria 007/2026): avaliação, laudo técnico, agrupamento em lotes e instrução do processo de leilão/doação; processos SEI nº 85032221, 85160698 e 8503642 • Conservação predial e zeladoria: manutenção das instalações físicas da sede e das bases regionais; contratos de limpeza, jardinagem, manutenção elétrica e civil • Arquivamento e gestão documental: organização e arquivamento físico dos processos provenientes de todas as unidades da GOINFRA	**Em execução** **Alienação: processo iniciado em 2026** **Inventário: ciclo anual**	**Programa de ciclo de vida patrimonial, apoio à instrução de alienações e conformidade com TCE-GO (Ação 1)**
6	**Programa de Integridade Corporativa — PCP** **DGI em articulação com a Chefia de Gabinete**	PEI — Eixo Governança (OE4 — Programa de Conformidade) Lei Est. 20.489/2019 (PCP obrigatório)	• Comprometimento formal da alta direção: publicação da declaração de valores e conduta ética; alinhamento com o PEI 2024–2027 • Código de ética e conduta: elaboração, aprovação e divulgação para todos os servidores e colaboradores • Canal de denúncias e ouvidoria: disponibilização de canal independente para comunicação de irregularidades • Gestão de riscos e integridade: mapeamento dos processos críticos (contratos, licitações, pessoal) e definição de controles preventivos • Monitoramento e avaliação contínua: ciclo periódico de avaliação do grau de maturidade do PCP com reporte à Presidência e ao TCE-GO	**Em estruturação** **Obrigação legal vigente desde 2019** **Multa: 0,1%/dia se descumprimento**	**Gestão de riscos de integridade, mapeamento de processos críticos e indicadores de conformidade (Ação 1)**

.

3. CONHECIMENTO SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3.1. Apresentação dos resultados dos exercícios em licitações do PPA atual, correlacionando os resultados por tipo de contrato.

Panorama geral do período 2024–2026

O período de vigência do PPA 2024–2027 marca um ciclo de expansão significativa do volume licitatório da GOINFRA, impulsionado pela combinação de três fatores: a plena implementação da Lei Federal nº 14.133/2021 como único marco legal aplicável a partir de abril de 2023; a ampliação do portfólio de obras rodoviárias e civis financiado pelo Fundo Estadual de Infraestrutura — Fundeinfra; e a renovação bienal dos contratos de manutenção da malha rodoviária estadual. O Estudo Técnico Preliminar que instrui esta Concorrência nº 034/2026 registra que a DLC tramitou 122 processos licitatórios até setembro de 2025, com projeção de superar 180 processos ao longo de 2025 — crescimento superior a 50% em relação ao exercício anterior —, sem correspondente ampliação do quadro técnico efetivo da Diretoria.

A previsão da GOINFRA é de alcançar R$ 3,7 bilhões investidos em obras rodoviárias, civis, manutenção e conservação apenas no exercício de 2025, com recursos provenientes do Tesouro Estadual e do Fundeinfra. Esse volume posiciona a GOINFRA entre os maiores contratantes públicos do Estado de Goiás no período.

Por modalidade licitatória

Concorrência eletrônica é a modalidade dominante do portfólio da GOINFRA, aplicada a obras e serviços de engenharia, serviços técnicos especializados e contratações de grande vulto (acima de R$ 50 milhões, conforme a Lei Estadual nº 23.292/2025). Em 2024, foram conduzidas diversas concorrências eletrônicas de obras rodoviárias, incluindo a CO-037/2024 (obras rodoviárias), a CO-042/2024 e outras, com valores individuais frequentemente acima de R$ 100 milhões por lote. A presente Concorrência Eletrônica nº 034/2026 — que formaliza este assessoramento — também se enquadra nessa modalidade, com valor estimado de R$ 18.448.224,60.

Pregão eletrônico é empregado para a contratação de serviços comuns e manutenção rodoviária por preço unitário com critério de maior desconto. O biênio 2023/2024 resultou em 20 lotes de manutenção via pregão eletrônico, com orçamento de R$ 1,7 bilhão. Para o biênio 2025/2026, o programa foi ampliado para 40 lotes — 20 para vias pavimentadas (conservação de rotina, preventiva e emergência) e 20 para implantação de Unidades de Conservação Mecanizada em vias não pavimentadas —, com investimento superior a R$ 2,5 bilhões em 24 meses. Adicionalmente, 119 contratos de manutenção rodoviária foram celebrados para 2025, compondo orçamento de R$ 1,9 bilhão. O pregão eletrônico é também utilizado para aquisição de bens e serviços comuns de apoio administrativo pela DGI.

Credenciamento é a nova modalidade introduzida pela Lei nº 14.133/2021, art. 79, adotada pela GOINFRA em 2025 para a contratação de 18 obras rodoviárias estratégicas, incluindo pavimentações em mais de 739 quilômetros das rodovias GO-206, GO-050, GO-411, GO-180, GO-139, GO-439, GO-461, GO-470, GO-220 e outras, com investimento total de R$ 1,49 bilhão. O credenciamento foi escolhido para superar os entraves das licitações convencionais, que em alguns casos duravam de 8 a 10 meses e resultavam em desistências por parte das vencedoras, obrigando o reinício do processo. O modelo permite credenciar previamente empresas qualificadas em cerca de um mês, acelerando a entrega de obras estratégicas.

Dispensa de licitação é utilizada pela GOINFRA para contratações de menor vulto ou com fundamentação específica do art. 75 da Lei nº 14.133/2021. Em 2024, foi formalizada a Dispensa nº 190/2024 para a contratação de instituição especializada na realização do concurso público de Gestor de Infraestrutura, processo SISLOG 108120.

Inexigibilidade de licitação é empregada para serviços com fornecedor exclusivo ou de notória especialização, como a contratação de fornecimento de energia elétrica (Inexigibilidade nº 151/2024 — Equatorial Goiás, processo SISLOG 106923/2024) e assinaturas de ferramentas de gestão especializadas (Inexigibilidade nº 218/2024 — Banco de Preços).

Por tipo de contrato — resultados acumulados do PPA atual

Contratos de obras rodoviárias são o maior segmento do portfólio licitatório da GOINFRA. Em 2025, a Agência dispõe de 73 obras rodoviárias em execução, abrangendo duplicações, pavimentações, restaurações e melhorias funcionais, além de construção de viadutos, pontes e bueiros. As obras de

destaque incluem a pavimentação da GO-194 (Baliza), a restauração da GO-184 (Aporé–Itumirim), a duplicação da GO-210 em Rio Verde, a pavimentação da GO-401 (Rio Verde–Quirinópolis), a pavimentação de 39 km da GO-156 (Auriverde/Crixás, R$ 104 mi, contratação integrada), e o Complexo Viário de Rio Verde. Para início imediato após o período de chuvas, 32 obras adicionais estavam previstas — 9 pavimentações, 1 duplicação, 1 aeródromo, 17 melhorias funcionais e 4 restaurações — totalizando mais de 1.500 km de intervenções em andamento.

Contratos de manutenção rodoviária compõem o segundo maior bloco, com 119 contratos ativos em 2025 e orçamento de R$ 1,9 bilhão para o exercício. O biênio 2025/2026 acrescentou 40 novos contratos do programa de manutenção — divididos em 20 regionais com duas contratadas cada — abrangendo 21 mil quilômetros de malha pavimentada, vias não pavimentadas, aeródromos, pontes e balsas.

Contratos de obras civis respondem pelo terceiro segmento, com 14 frentes de trabalho em execução em 2025 e outras 14 estruturas entregues no exercício, incluindo a ala infanto-juvenil do CORA (Complexo Oncológico), o Hospital Estadual de Formosa (prontos-socorros e maternidade), a Casa da Pessoa Idosa da Vila Mutirão e obras em CASEs, presídios e equipamentos esportivos.

Contratos de serviços técnicos especializados — supervisão de obras, gerenciamento, assessoramento, projetos e consultoria — são instrumentalizados via concorrência eletrônica por Técnica e Preço. A presente licitação (Concorrência nº 034/2026) integra esse segmento. Outro exemplo é o Edital nº 036/2025 para monitoramento eletrônico da malha rodoviária (5 lotes, R$ 361 milhões).

Contratos de manutenção administrativa e suprimentos — geridos pela DGI — abrangem mais de 80 contratos ativos de menor valor: TI, limpeza, vigilância, combustíveis, veículos, materiais e serviços de apoio.

Evolução e projeção do volume licitatório no PPA atual

A tabela a seguir apresenta os dados consolidados por exercício e por tipo de contrato, com base nas informações verificadas junto às fontes oficiais da GOINFRA.

Exercício	Processos DLC	Investimento total	Principais marcos do exercício
2023	**~80 processos (ref. ant. ao PPA)**	~R$ 2,5 bi	Lei 14.133/2021 como único marco; pregão manutenção 2023/2024 (20 lotes, R$ 1,7 bi); primeiras concorrências eletrônicas sob nova lei; TCE-GO anula CO-20/2023
2024	**~120 processos (+50%)**	> R$ 3 bi	Plena vigência PPA 2024–2027; CO-037/2024 e CO-042/2024 (obras rodoviárias); DL-190/2024 (concurso); IN-218/2024 e IN-151/2024; 12 obras Fundefinfra; GOINFRA + FGV: nova tabela de preços
2025	**180+ processos projetados (+50%)**	R$ 3,7 bi (previsão total)	40 contratos manutenção 2025/2026 (R$ 2,5 bi); 73 obras rodoviárias ativas; credenciamento 18 obras (R$ 1,49 bi); Edital 036/2025 monitoramento eletrônico (R$ 361 mi); Operação PAD (3 processos suspensos)
2026	**> 200 projeção estimada**	> R$ 4 bi (projeção)	CO-034/2026 (assessoramento, R$ 18,4 mi); novas obras Fundefinfra; renovação contratos manutenção (biênio 2027/2028 em elaboração); concurso público Gestor de Infraestrutura (63 vagas)

4. CONHECIMENTO SOBRE A EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1. Demonstrar compreensão detalhada das necessidades e desafios específicos relacionados ao planejamento e gestão pública, evidenciando a expertise para atender às demandas do contrato. Devem ser demonstrados trabalhos previamente executados pela Licitante correlatos ao objeto da contratação

A execução do objeto contratual da presente licitação exige domínio simultâneo de **planejamento institucional**, **gestão pública orientada a resultados**, **produção e tratamento de informação qualificada para apoio decisório**, **comunicação institucional**, **gestão de riscos** e **gerenciamento estruturado de projetos**, em ambiente administrativo de alta complexidade, submetido a controles internos e externos, prazos críticos e forte dependência de conformidade normativa. No caso da GOINFRA, esse contexto é ainda mais sensível porque a contratação foi concebida para apoiar unidades que operam no núcleo decisório e administrativo da Agência — Presidência, DGI e DLC —, o que impõe à contratada capacidade de transformar demandas diversas em fluxos organizados, produtos técnicos consistentes, análises rastreáveis e apoio metodológico contínuo à alta gestão. O

TR determina que, nesse subitem, sejam demonstrados trabalhos previamente executados pela licitante correlatos ao objeto, abordando cinco eixos temáticos: **Gestão Administrativa e Apoio Institucional; Comunicação e Marketing Digital; Gestão da Informação e Tecnologia; Gerenciamento de Riscos; e Gerenciamento de Projetos**.

A experiência do consórcio, comprovada em serviços similares, evidencia aderência concreta a esse perfil de contratação. Em especial, o atestado do **DNIT / Diretoria de Planejamento e Pesquisa – DPP**, no âmbito do Contrato nº 325/2020, demonstra atuação em **assessoramento em gestão pública e engenharia consultiva**, com desenvolvimento de análises técnicas, estudos de viabilidade, planejamento, orçamento, apoio técnico a projetos, suporte à comunicação institucional, manutenção de sistemas gerenciais e proposição de soluções em tecnologia da informação vinculadas à metodologia BIM. O acervo registra, de forma expressa, atividades de **assessoria em infraestrutura rodoviária**, **estudos de viabilidade técnico-econômica**, **planejamento de infraestrutura**, **elaboração de relatórios de análise técnica**, bem como suporte ao desenvolvimento de rotinas, integração tecnológica e comunicação técnica institucional.

De modo complementar, atestados emitidos pelo **Instituto Brasil Logística – IBL** evidenciam experiência do consórcio em **consultoria para desenvolvimento de estudos, programas, projeções e proposições na área rodoviária**, abrangendo **análise crítica de modelos regulatórios**, **proposta de estrutura de trabalho**, **análise e proposições técnicas do setor rodoviário**, além de adoção de **metodologia de gerenciamento de projetos baseada no PMI/PMBOK**, formulação de **matrizes de risco**, utilização do **COSO ERM** e elaboração de **painéis gerenciais**, fluxos de processos e carteira de projetos. Trata-se de experiência especialmente valiosa para esta licitação, pois demonstra capacidade de atuação em temas de governança, estruturação institucional, modelagem técnica, risco e organização administrativa em interface com ambiente público e regulatório.

Já o atestado relativo aos **estudos de vantajosidade da BR-163/PA**, emitido pela **Construtora Sanches Tripoloni**, comprova atuação do consórcio em **análise institucional, técnica e financeira**, **análise comercial, social e ambiental**, **análise de risco** e **gerenciamento do projeto**, com coordenação e gestão em empreendimento de **112 km de extensão**, reforçando a maturidade da empresa em avaliações comparativas complexas, estudos de cenários de viabilidade e suporte técnico estruturado à tomada de decisão. Esse histórico é particularmente aderente às necessidades da GOINFRA, cujo contrato demanda apoio qualificado para decisões administrativas, planejamento institucional, gestão de contratos, riscos e transformação de dados em insumos úteis à alta administração.

O consórcio possui trajetória comprovada nos cinco eixos exigidos pelo edital, demonstrada por três contratos de referência: (i) **DNIT/DPP** — assessoramento técnico à Diretoria de Planejamento e Pesquisa com implementação BIM; (ii) **IBL** — consultoria estratégica para o setor rodoviário com estruturação institucional, gestão de riscos e painéis gerenciais; e (iii) **BR-163/PA** — estudo de vantajosidade em 112 km de rodovia com análise técnica, financeira, social, ambiental e de risco. A convergência desses contratos evidencia capacidade multidisciplinar diretamente aderente ao perfil de assessoramento demandado pela GOINFRA.

- **Gestão Administrativa e Apoio Institucional:** a GOINFRA necessita que o assessoramento produza inteligência administrativa — não apenas suporte operacional — integrando planejamento, monitoramento, conformidade e resposta tempestiva a dirigentes e órgãos de controle. No DNIT/DPP, o consórcio atuou em elaboração de relatórios de análise técnica, estudos de viabilidade e apoio à tomada de decisão da Diretoria. No IBL, executou análise crítica de modelos regulatórios, estruturação de programas e formulação de propostas técnicas voltadas à organização institucional. Esse conjunto comprova domínio de rotinas de apoio institucional, gerenciamento de contratos, elaboração de produtos executivos e conversão de dados técnicos em subsídios gerenciais — precisamente o que a DGI e a Presidência da GOINFRA demandam.
- **Comunicação e Marketing Digital:** O escopo da GOINFRA exige elaboração de comunicação institucional técnica, alinhada à linguagem pública e às estratégias da Agência — não comunicação publicitária comercial. No DNIT/DPP, o consórcio elaborou materiais de divulgação das estratégias de implementação BIM, produziu conteúdos para mídia impressa e digital, manteve atualizado o site institucional e elaborou minutas de resposta ao público externo, observando diretrizes da ASCOM e redação oficial. Essa experiência demonstra aptidão para comunicação de temas técnicos especializados em linguagem acessível e institucional, que é o perfil requerido para o Produto 2 da GOINFRA.

- **Gestão da Informação e Tecnologia:** No DNIT/DPP, o consórcio realizou diagnóstico de sistemas gerenciais, reconhecimento de linguagem de programação, estruturação de banco de dados, adequação e proposição de novas soluções de TI para fluxos BIM, e suporte ao desenvolvimento de API para integração de modelos BIM a softwares de orçamentação. No IBL, entregou painéis gerenciais, sala de situação, fluxo de processos e estruturação de carteira de projetos. Esses elementos comprovam experiência que supera o uso instrumental de sistemas, alcançando integração tecnológica, estruturação de fluxos digitais e organização de informação gerencial para fins decisórios — base direta para o apoio ao PDTI e ao BI demandados pelo Produto 4 da GOINFRA.
- **Gerenciamento de Riscos:** A aderência do consórcio é especialmente forte neste eixo. No IBL, atuou com análise de risco, gestão de risco, construção de matriz de risco e aplicação das diretrizes do PMI e do COSO ERM, com identificação de eventos, hierarquização de gargalos e formulação de estratégias de mitigação baseadas em probabilidade e impacto. No estudo da BR-163/PA, executou consultoria, coordenação e gestão de análise de risco em contexto real de infraestrutura. Para a GOINFRA — cuja execução contratual integra governança, contratos, pessoas, tecnologia e comunicação em ambiente de alta exposição ao controle externo —, essa expertise é decisiva para assessoramento maduro e preventivo.
- **Gerenciamento de Projetos:** No IBL, os serviços foram conduzidos com metodologia PMI, Plano de Trabalho estruturado, reportes sistemáticos e entrega de cinco produtos intermediários distribuídos em relatórios mensais e consolidado final. No estudo BR-163/PA, o consórcio exerceu gestão e coordenação de projeto multidisciplinar com articulação de variáveis técnicas, financeiras, sociais, ambientais e de risco. No DNIT/DPP, integrou atividades de planejamento, orçamento e suporte a sistemas gerenciais em ambiente de elevada complexidade. A convergência comprova domínio metodológico e aplicação prática do gerenciamento de projetos em contratos públicos — modelo diretamente replicável na estrutura de cinco produtos mensais do presente contrato.

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
EDITAL Nº 034/2026-GOINFRA
Contratação nº 115330, Processo nº 202500005021352

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para Assessoramento técnico no âmbito da Presidência, Diretoria de Gestão Integrada e Diretoria de Licitações e Contratações da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA.

CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRAGO

SIMEMP

PRODEC

SCB

FASE 2 – QUALITATIVA

METODOLOGIA E PROGRAMA DE TRABALHO



METODOLOGIA E PROGRAMA DE TRABALHO

5. DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

5.1. Discorrer sobre os objetivos gerais e específicos da contratação, correlacionando-os com os indicadores de sucesso propostos para avaliação do trabalho da Consultoria.

Objetivo Geral

O objetivo geral da presente contratação é prover à Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (GOINFRA) assessoramento técnico multidisciplinar e continuado à Presidência, à Diretoria de Gestão Integrada (DGI) e à Diretoria de Licitações e Contratações (DLC), por meio da alocação de equipe especializada, apta a ampliar a capacidade analítica, metodológica e operacional dessas unidades. Busca-se, assim, assegurar a implementação qualificada dos objetivos do Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2024-2027), bem como o pleno atendimento às demandas do Plano Plurianual (PPA 2024-2027), em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com o arcabouço normativo estadual.

Esse objetivo geral explicita a razão de ser do contrato no contexto institucional da GOINFRA. Não se trata de substituir as atribuições dos servidores efetivos, mas de prover suporte analítico especializado, conforme autorizado expressamente pelo art. 117 da Lei nº 14.133/2021, de modo a suprir a lacuna de capacidade multidisciplinar identificada no Estudo Técnico Preliminar do processo SEI nº 202500005021352.

Objetivos Específicos

Os Objetivos Específicos foram estruturados em correlação direta entre os 5 (cinco) Produtos previstos no edital e os eixos e objetivos estratégicos do PEI 2024-2027, conforme detalhado a seguir:

1 Produto 1	2 Produto 2	3 Produto 3	4 Produto 4	5 Produto 5
Fortalecer a governança e o suporte estratégico à Presidência	**Ampliar a capacidade de comunicação institucional e setorial**	**Qualificar o suporte técnico-administrativo à Procuradoria Setorial**	**Implementar ciclo estruturado de gestão de pessoas e modernização tecnológica na DGI**	**Otimizar a gestão contratual e o suporte às licitações na DLC**
Prover assessoramento técnico à Presidência da GOINFRA nas atividades de coordenação institucional, monitoramento do PEI, análise de propostas orçamentárias, gestão de riscos corporativos e preparação de documentos estratégicos, contribuindo para a tomada de decisão qualificada no nível mais elevado da hierarquia da autarquia. O sucesso deste objetivo é verificável pelo grau de alinhamento das entregas ao PEI e pela qualidade técnica avaliada pela Banca de Fiscalização.	Apoiar a Comunicação Setorial da GOINFRA na produção de conteúdo estratégico, gestão de mídias digitais, identidade visual e fortalecimento da presença institucional, contribuindo para os objetivos de transparência e engajamento previstos no Eixo Governança do PEI 2024-2027. O sucesso é aferido pelo volume e qualidade das peças produzidas e pelo alcance das publicações institucionais.	Prover suporte administrativo especializado à Procuradoria Setorial da GOINFRA na instrução e organização de processos administrativos e judiciais, elaboração de minutas, controle de prazos e organização documental, observada a exclusividade das atribuições jurídicas dos Procuradores do Estado (art. 132 da CF/1988). O sucesso é mensurado pela redução do tempo médio de instrução de processos e pelo índice de cumprimento de prazos processuais.	Estruturar e implementar o ciclo de Avaliação de Desempenho Individual (ADI), planos de desenvolvimento de pessoal, políticas de conformidade com a LGPD, Plano Diretor de TI, painéis de *Business Intelligence* e soluções de automação e inovação tecnológica, atendendo diretamente às metas P1, P2 e OE8 do PEI 2024-2027. O sucesso é aferido pelo percentual de servidores com ADI aplicada e pelo índice de maturidade digital da Agência.	Apoiar tecnicamente a DLC na instrução de processos licitatórios, elaboração de ETPs, Termos de Referência e minutas contratuais, análise de medições, controle de vigências e conformidade dos procedimentos com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Estadual nº 10.359/2023, contribuindo para a redução do prazo médio de instrução processual e para a eliminação de irregularidades identificadas pelo TCE-GO. O sucesso é mensurado pela taxa de processos concluídos sem ressalva e pelo prazo médio de instrução.

Indicadores de Sucesso da Consultoria - Os indicadores de sucesso foram definidos de modo a permitir avaliação objetiva, periódica e auditável do desempenho da empresa contratada em cada produto e ação, em conformidade com o modelo de remuneração por resultado previsto no ETP (item 2.7.3) e com os critérios do Acórdão TCU nº 1.184/2020. A avaliação é realizada mensalmente pela Fiscalização Técnica da GOINFRA com base nos Relatórios de Produto entregues via SEI.

Os indicadores estão agrupados em três dimensões: **Qualidade das entregas**, **Eficiência operacional** e **Impacto estratégico**, garantindo uma visão abrangente e equilibrada do desempenho contratual.

6. METODOLOGIA DE TRABALHO

6.1. Apresentar a abordagem metodológica que será empregada, comparando as vantagens e desvantagens sobre o emprego das metodologias ágeis e/ou de gestão tradicional de projetos para o escopo contratado.

A escolha da abordagem metodológica para a execução do presente contrato não constitui decisão trivial, uma vez que define a forma como a equipe da contratada responderá ao ambiente operacional da GOINFRA. Esse ambiente caracteriza-se pela coexistência de demandas previsíveis e recorrentes, como a instrução de processos licitatórios, os ciclos de ADI e a elaboração de relatórios mensais de produto, e de demandas emergenciais e imprevisíveis, a exemplo de diligências do TCE-GO em prazos exíguos, anúncios governamentais de novas obras e repriorizações de natureza político-institucional.

A **gestão tradicional**, baseada no PMBOK® e no modelo em cascata, oferece planejamento estruturado, com escopo, cronograma e entregas definidos, além de rigor documental, rastreabilidade e previsibilidade. Tais atributos são essenciais em contratos administrativos e exigem conformidade com a Lei nº 14.133/2021, auditabilidade pelo TCE-GO e verificação mensal de resultados. Contudo, sua rigidez limita a adaptação: em um contexto dinâmico como o da GOINFRA, com mais de 180 processos licitatórios anuais, planos demasiadamente fechados tornam-se obsoletos, gerando riscos de inadimplemento por fatores externos. Por sua vez, **metodologias ágeis**, como Scrum e Kanban, oferecem adaptabilidade, entregas incrementais, revisão contínua de prioridades e ciclos curtos de *feedback*. No Produto 5 (DLC), por exemplo, a variação da fila de processos torna mais eficiente o uso de *backlog* priorizado e *sprints* quinzenais em vez de cronogramas rígidos. Contudo, sua adoção isolada apresenta limitações no setor público, diante da dificuldade de formalização das entregas conforme exigências de evidências auditáveis, e ausência de linha de base formal previstas no Acórdão TCU nº 1.184/2020, o que impede a apuração de responsabilidades em eventuais apontamentos ou glosas contratuais.

Diante disso, o consórcio adota um modelo **híbrido estruturado**, que combina o rigor do planejamento tradicional na dimensão contratual com a flexibilidade ágil na execução. Na camada formal, o contrato opera em ciclos mensais com Plano de Trabalho, Ordens de Serviço, Relatórios de Produto, Formulários de Avaliação e Índice de Desempenho Contratual, atendendo plenamente à Lei nº 14.133/2021 e ao modelo de remuneração por resultados estabelecido no Acórdão TCU nº 1.184/2020. Na camada operacional, os Coordenadores atuam com ciclos de priorização (*sprints*), uso de quadros Kanban, reuniões periódicas e *buffer* de 20% da capacidade para demandas não previstas, assegurando agilidade sem sem prejuízo da rastreabilidade e da conformidade contratual.

Tal combinação mitiga limitações inerentes a cada abordagem quando utilizadas isoladamente. O modelo formal assegura auditabilidade, previsibilidade e resguardo da contratada diante de variações não previstas. Já o modelo ágil proporciona capacidade de resposta célere, priorização dinâmica e entrega contínua de valor às áreas. O resultado prático é a operação simultânea em dois ritmos complementares: o ritmo mensal do contrato, que abrange entrega, avaliação, apuração do IDC e ateste, e o ritmo quinzenal da equipe, voltado à priorização, ajuste de *backlog* e reuniões operacionais. Ambos os ciclos são documentados, rastreáveis e passíveis de auditoria pelo TCE-GO a qualquer tempo durante a vigência contratual.

6.2. Apresentar de forma detalhada o planejamento estratégico a ser aplicado durante a execução do contrato, especificando as fases e o cronograma, bem como a distribuição dos recursos

O planejamento estratégico da execução contratual organiza os doze meses de vigência em **quatro fases sequenciais e progressivas**, com objetivos definidos, marcos verificáveis e alocação de recursos ajustada à complexidade de cada período. Essa estrutura reflete a curva de maturidade de contratos de assessoramento técnico multidisciplinar, a partir da etapa inicial de implantação e alinhamento até atingir plena capacidade operacional, seguido da consolidação e transferência de resultados antes do encerramento. Segue-se assim a lógica do ciclo de vida do PMBOK® (iniciação, planejamento, execução e encerramento), adaptado a serviços continuados, com o encerramento a cada Relatório Mensal de Produto.

O planejamento baseia-se em quatro variáveis: **volume de demandas** por produto (crescimento até o 6º mês, estabilidade até o 10º e redução final); **prazos de implantação** dos instrumentos de gestão (PCC em 15 dias, plataforma em 60 dias e PDTI em 90 dias); **perfil de alocação da equipe** (maior

concentração inicial em DGI e DLC e posterior distribuição); e **calendário institucional** da GOINFRA (RAE quadrimestral, ciclo orçamentário do PPA, sessões do TCE-GO, programa de alienação patrimonial da Portaria 007/2026 e o processo de concurso público para 63 vagas de Gestor de Infraestrutura).

Fase	Tema	Período	Objetivo
1	Implantação e Alinhamento	Mês 1 e 2	Transformar o contrato assinado em uma operação funcional, com equipe integrada, sistemas de gestão operacionais, protocolos de comunicação estabelecidos e primeiros produtos entregues com qualidade suficiente para consolidar a relação de confiança com os fiscais técnicos. Todas as atividades desta fase têm prazo definido em dias, não em meses, e são monitoradas diariamente pelo Coordenador Geral.
2	Operação Plena	Mês 3 a 8	Representa o núcleo operacional do contrato: seis meses de ciclos mensais completos (OS → execução → entrega → avaliação → IDC → ateste → PMP quando necessário), com a equipe em plena capacidade e os instrumentos de gestão em funcionamento. É neste período que a maior parte do valor contratual é gerado e que os indicadores de sucesso definidos nos objetivos do contrato devem ser atingidos de forma consistente.
3	Aprofundamento e Inovação	Mês 9 e 10	Elevar o nível de entrega dos produtos que atingiram maturidade operacional na Fase 2, incorporando iniciativas de maior complexidade e impacto estratégico que requerem acúmulo de contexto institucional. É neste momento que as ações de transformação digital mais densas do Produto 4 -(implantação de dashboards de BI institucionais, automação de rotinas de controle patrimonial, estruturação do Programa de Integridade em sua fase de maturidade) atingem plenitude. No Produto 5, a DLC já opera com os novos fluxos de instrução processual consolidados, e o foco migra para a elaboração de documentação normativa interna (manuais, *checklists* padronizados, *templates* de ETPs e TRs) que perpetuam o conhecimento transferido pela equipe mesmo após o encerramento do contrato.
4	Consolidação e Transferência	Mês 11 e 12	Garantir que os resultados produzidos ao longo do contrato sejam preservados e internalizados pela GOINFRA após o encerramento da vigência. O risco de saída abrupta de uma equipe de assessoramento — com perda de conhecimento institucional acumulado — é real e frequentemente subestimado em contratos desta natureza. A estratégia de saída estruturada é parte integrante do planejamento e não uma formalidade de encerramento.

Fase 1 — Implantação e Alinhamento (meses 1 e 2)

Período crítico, voltado à estruturação da operação, com equipe integrada, sistemas ativos e protocolos definidos. As atividades possuem prazos em dias e monitoramento diário. No primeiro mês: emissão da OS inicial; capacitação da equipe nos sistemas e normas; assinatura de termos; elaboração do PCC e da MSF (até o dia 15); diagnóstico das unidades; e entrega do primeiro Relatório de Produto no início do 2º mês. No segundo mês, destaca-se a implantação da plataforma web (até o dia 60). A atuação concentra-se no Coordenador Geral e nos Coordenadores Setoriais, com presença integral.

Fase 2 — Operação Plena (meses 3 ao 8)

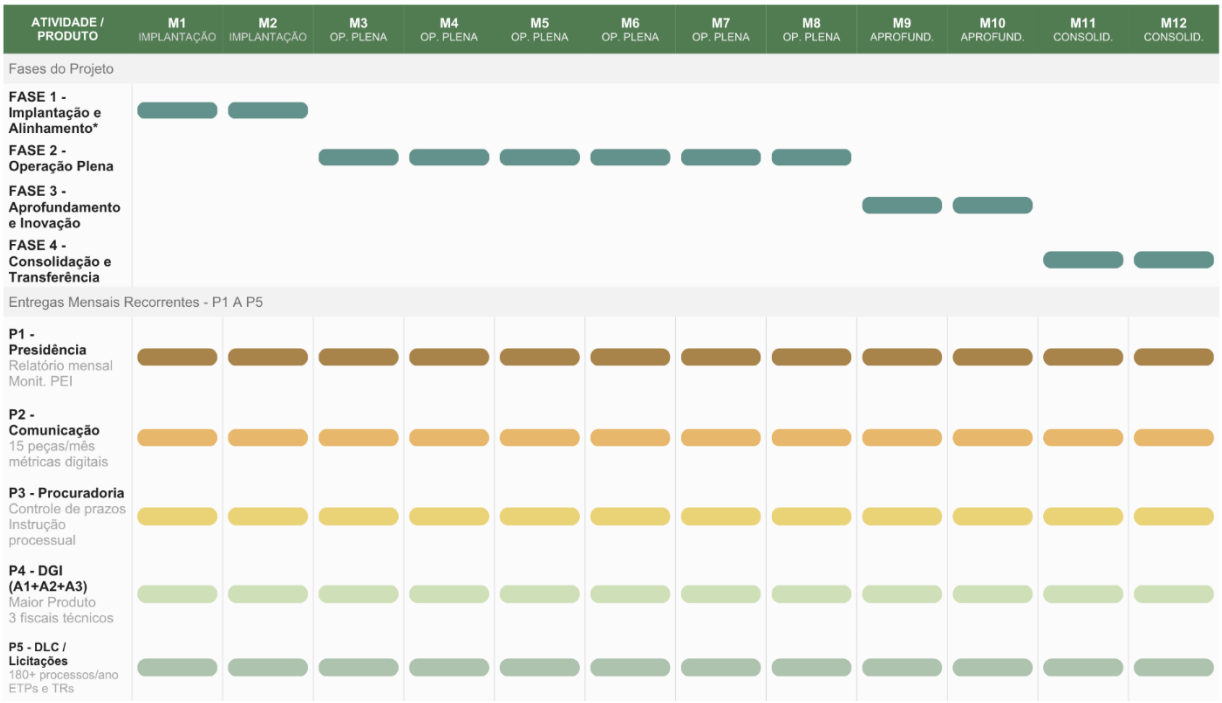
Os marcos desta fase estruturam-se em três grupos. Os **marcos de entrega obrigatórios mensais** são os Relatórios de Produto de P01 a P05, entregues até o 5º dia útil de cada mês, com IDC calculado e reunião de acompanhamento realizada (ciclo repetido por seis meses sem interrupção). Os **marcos de entrega específicos de maior prazo** incluem: entrega do PDTI completo no 3º mês (90 dias da OS inicial); primeira RAE quadrimestral da GOINFRA no 4º mês, com suporte integral da equipe à Presidência na preparação das apresentações e na compilação dos indicadores do PEI; implantação do ciclo de ADI para todos os servidores da DGI no 5º mês; publicação da tabela de composição de preços GOINFRA/FGV para 2026 no 6º mês, com suporte técnico da equipe ao P04-A03; e primeira pesquisa de satisfação semestral (PSS) ao final do 6º mês. Os **marcos de conformidade** abarcam: comprovação mensal de regularidade trabalhista e previdenciária como condição para ateste; revisão semestral do PCC e do Plano de Trabalho ao final do 6º mês; e atualização do Mapa de Riscos Corporativo da GOINFRA trimestralmente (3º e 6º meses). A alocação nesta fase é estável, com 80% da capacidade total alocada a OSs formais e 20% mantido como buffer. O P04 absorve 35% do total da equipe, seguido por P05 com 25%, P01 com 20%, e P02 e P03 com 10% cada.

Fase 3 — Aprofundamento e Inovação (meses 9 e 10)

Os marcos desta fase incluem: segunda RAE quadrimestral (8º mês) com relatório analítico de desempenho do PEI no semestre; entrega dos *dashboards* de BI institucionais em produção (9º mês); avaliação de resultado do ciclo de ADI com relatório de desenvolvimento dos servidores (10º mês); atualização do Plano de Contratações Anual (PCA) 2027 com suporte da equipe (10º mês); e atualização do mapa de riscos corporativo (9º mês). A equipe mantém a alocação percentual da Fase 2, com redistribuição de horas do P5 (que reduz volume de instrução a novos processos) ao P4-A3 (que intensifica a fase de implantação de BI).

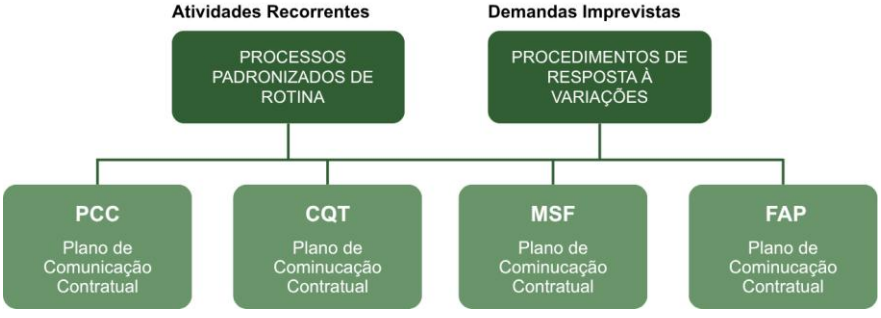
Fase 4 — Consolidação e Transferência (meses 11 e 12)

Os marcos desta fase compreendem a entrega do Relatório de Avaliação de Encerramento (RAE Contratual), com análise dos indicadores de sucesso ao longo dos doze meses e avaliação do grau de atingimento dos objetivos do PEI relacionados ao contrato (11º mês); elaboração do Manual de Continuidade por produto, documentando os fluxos, sistemas, rotinas e contatos-chave que devem ser mantidos pela equipe GOINFRA após o encerramento (11º mês); terceira RAE quadrimestral com dados do último quadrimestre (11º mês); segunda pesquisa de satisfação semestral (PSS final) com compilação dos resultados dos doze meses (12º mês); devolução e revogação de todos os acessos a sistemas da GOINFRA com checklist autuado no SEI (último dia do contrato); e reunião formal de encerramento com o Gestor do Contrato e todos os fiscais técnicos para deliberação sobre as pendências remanescentes e eventual renovação ou continuação do contrato. A alocação nesta fase é decrescente: a equipe técnica de execução é progressivamente substituída pela atividade de documentação e transferência, com o Coordenador Geral e os Coordenadores Setoriais concentrando 60% do esforço total nos Manuais de Continuidade e no RAE Contratual.



6.3. Apresentar os processos e procedimentos que serão empregados, incorporando os critérios de padronização, flexibilidade e adaptabilidade para lidar com mudanças e imprevistos

Os processos e procedimentos do contrato organizam-se em dois eixos complementares: **processos padronizados de rotina**, voltados às atividades recorrentes, e **procedimentos de resposta a variações**, aplicados a demandas imprevistas. A padronização é assegurada por quatro instrumentos: o **Plano de Comunicação Contratual (PCC)**, que define fluxos e responsabilidades; o ***Checklist* de Qualidade Técnica (CQT)**, aplicado antes da revisão; a **Matriz de Segregação de Funções (MSF)**, que delimita atribuições; e os **Formulários de Avaliação de Produto (FAP)**, que estruturam a medição mensal. Esses instrumentos são elaborados nos primeiros 15 dias, aprovados via SEI e revisados semestralmente, garantindo evolução contínua, conforme o aprendizado acumulado ao longo da vigência.



A adaptabilidade é assegurada por três mecanismos. O primeiro é o ***buffer* de 20% da capacidade**, previsto como "Ações Não Programadas" e acionado para demandas emergenciais sem necessidade de aditivo. O segundo é o **Modelo de Ativação por Alerta**

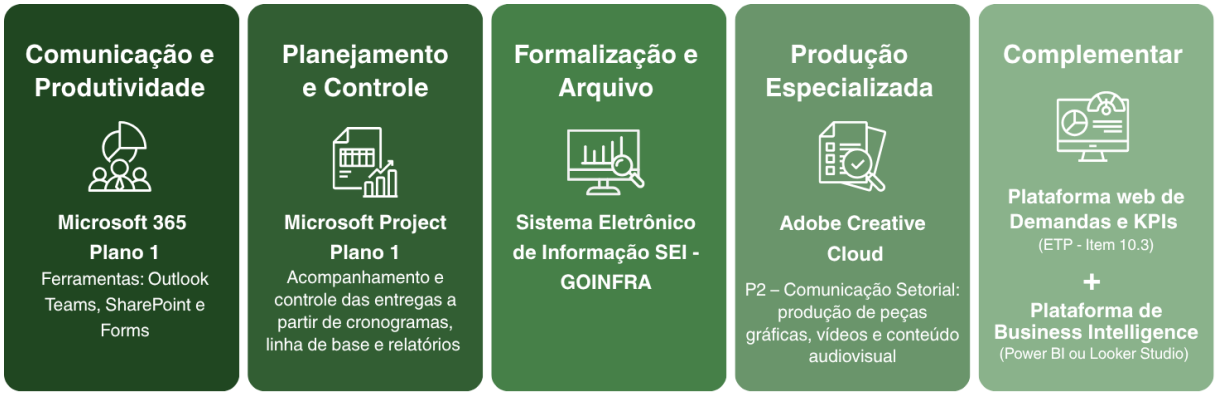
em três níveis: Nível Verde (absorção pelo *buffer*), Nível Amarelo (postergação de atividades com comunicação ao Gestor) e Nível Vermelho (revisão formal via OS no SEI e eventual aditivo). O terceiro é a **Revisão Dinâmica de Prioridades**, realizada quinzenalmente entre o Coordenador Setorial e o Fiscal Técnico, com repriorização do **backlog** de OSs, ajuste do Kanban e comunicação ao Coordenador Geral sobre alterações relevantes de escopo.

A integração entre padronização e flexibilidade baseia-se no princípio da **formalização proporcional**: alterações são registradas conforme seu impacto, por e-mail em até 24 horas para ajustes menores, OS para mudanças de produto e Termo Aditivo para alterações de escopo globais, assegurando agilidade, conformidade e rastreabilidade auditáveis pelo TCE-GO. O conjunto dos processos é monitorado pelo Painel de Tendências de Qualidade (PTQ) e aperfeiçoado semestralmente pelo Registro de Lições Aprendidas (RLA) e pela Pesquisa de Satisfação (PSS), transformando cada ciclo de execução em insumo concreto para o aperfeiçoamento dos processos do ciclo seguinte.

6.4. Descrever detalhadamente as ferramentas e tecnologias que serão empregadas, incluindo os critérios de seleção dessas ferramentas, além da capacitação e do suporte que serão oferecidos

As ferramentas e tecnologias do contrato foram selecionadas com base em três critérios: **compatibilidade com o ecossistema da GOINFRA, aderência ao Estudo Técnico Preliminar e maturidade em contratos de assessoramento público**. O portfólio organiza-se em quatro camadas funcionais. Na **comunicação e produtividade**, o Microsoft 365 Plano 1 (ETP, item 2.24) oferece Outlook para e-mail corporativo e calendário compartilhado, o Teams como canal ágil de mensagens e videoconferência, o SharePoint como repositório colaborativo de documentos com versionamento automático e acesso autenticado por perfil e o Forms para as pesquisas de satisfação semestral. No **planejamento e controle**, o Microsoft Project Plano 1 (ETP, item 2.25) suporta cronogramas, linha de base e relatórios e é utilizado para acompanhamento e controle das entregas dos produtos pelos coordenadores e fiscais técnicos. Na **formalização e arquivo**, o **Sistema Eletrônico de Informações (SEI)** do Estado de Goiás centraliza comunicações com valor jurídico, probatório ou contratual, tais como Ordens de Serviço, Relatórios de Produto, Atas, Termos de Acesso e dossiê contratual permanente. Na **produção especializada**, o **Adobe Creative Cloud** (ETP, item 2.26) atende às demandas do Produto 2 – Comunicação Setorial na produção de peças gráficas, vídeos e conteúdo audiovisual com entregas em formato editável e PDF/A para arquivamento no SEI.

Visando ampliar a capacidade de gestão e monitoramento do contrato, somam-se duas soluções às propostas pela licitante. A **plataforma web de gestão de demandas e KPIs** (ETP, item 10.3), implantada em até 60 dias da OS Inicial, registra OSs, prazos e status, gera relatórios automáticos de produtividade incluídos aos Relatórios de Produto e permite consulta em tempo real via navegador web pelos fiscais técnicos. A **plataforma de *Business Intelligence*** (BI) (*Power BI ou Looker Studio*) estrutura *dashboards* institucionais da agência previstos no PDTI e monitora indicadores do contrato, indicadores do PEI 2024-2027 e métricas de gestão de pessoal, e serve ainda como instrumento de monitoramento dos indicadores de sucesso do próprio contrato, compartilhados com a fiscalização mensalmente via link autenticado. Ambas as soluções operam via navegador web, exportam dados em formatos abertos, atendem à LGPD no tratamento de dados institucionais e não geram custos de licenciamentos adicionais à Agência.



A capacitação e o suporte para o uso das ferramentas são de responsabilidade da contratada e ocorrem em dois momentos. Na **implantação** (primeiros 30 dias), a equipe é treinada no SEI e nos sistemas da GOINFRA (SISLOG, SIOFINet, SIGMATE), com suporte dos fiscais técnicos da Agência

e registro formal no SEI, somado ao treinamento na plataforma web de gestão de demandas para os fiscais técnicos, com manual do usuário entregue em PDF/A e disponibilizado no processo SEI do contrato. Na **operação continuada**, o suporte às ferramentas é prestado pelo Analista de Sistemas Sênior do Produto 4-Ação 3, estabelecido como ponto focal técnico para incidentes, atualizações e dúvidas de operação durante toda a vigência contratual, com prazo de resposta de até quatro horas em horário contratual. Eventual substituição qualquer ferramenta ao longo da vigência, por descontinuação, falha técnica ou decisão da GOINFRA será comunicada com 30 dias de antecedência, acompanhada de solução equivalente ou superior, sem impacto no ritmo das entregas.

7. GESTÃO DA EQUIPE

7.1. Discorrer de forma abrangente sobre a gestão de equipe que será utilizada, incluindo sua estrutura organizacional, os papéis desempenhados pelos membros e suas respectivas responsabilidades

Estrutura organizacional, papéis e responsabilidades dos membros da equipe

A equipe designada para a execução do contrato de assessoramento técnico à GOINFRA é composta por **14 perfis profissionais** distribuídos em três níveis hierárquicos: estratégico, de coordenação setorial e técnico de execução, organizados de forma a garantir cobertura integral dos cinco Produtos contratuais com segregação clara de funções, cadeia de responsabilidade definida e interface padronizada com as unidades da GOINFRA. O dimensionamento baseou-se no volume operacional indicado no ETP, ou seja, mais de 180 processos licitatórios anuais na DLC, mais de 80 contratos na DGI, além de ciclos de ADI, PDTI, BI institucional, produção de ao menos 15 peças mensais e suporte à Procuradoria, e foi calibrado para operar, em regime regular, com 80% da capacidade, preservando 20% como *buffer* para demandas emergenciais, conforme o modelo de ativação por alerta.



O **Coordenador-Geral** é o profissional de mais alta hierarquia da contratada no âmbito do contrato e seu representante legal perante a GOINFRA. É o ponto de interface com o Gestor do Contrato, responsável pela assinatura do Termo de Compromisso de Confidencialidade, pela qualidade técnica de todos os produtos entregues antes de sua autuação no SEI, gestão administrativa e disciplinar de toda a equipe, condução da Reunião Mensal de Acompanhamento Contratual, elaboração do Painel de Tendências de Qualidade (PTQ), aprovação dos Planos de Melhoria de Produto (PMP) e cumprimento integral do Programa de Integridade Corporativa previsto na Lei Estadual nº 20.489/2019. Detém acesso aos produtos e sistemas, justificado pela necessidade de supervisão técnica transversal e assinatura digital das entregas formais. É responsável pelo acionamento dos níveis Amarelo e Vermelho do Modelo de Ativação por Alerta e da comunicação ao Gestor do Contrato na situação que comprometa a entrega dos produtos no prazo ou qualidade acordados.

O **Coordenador Setorial - Advogado Sênior** é o responsável pela gestão diária das atividades do Produto 3 (Procuradoria Setorial) e pela supervisão jurídica transversal de todos os demais produtos. No âmbito do Produto 3, coordena o suporte administrativo-jurídico à Procuradoria Setorial da GOINFRA, instrução documental, controle de prazos processuais, elaboração de minutas de documentos não privativos e gestão do acervo físico e digital, observando com rigor os limites do art. 132 da Constituição Federal, que reserva aos Procuradores do Estado as funções jurídicas privativas de consultoria e representação. No âmbito transversal, exerce a função de Revisor Jurídico Obrigatório de todos os documentos dos Produtos P3 e P5 e de quaisquer outros documentos dos demais produtos que contenham citações normativas ou recomendações com implicações legais, verificando especificamente: ausência de afirmações interpretáveis como atos decisórios ou pareceres vinculantes; correção das referências à Lei nº 14.133/2021, ao Decreto Estadual nº 10.359/2023 e às normas de controle externo; e alinhamento aos entendimentos mais recentes do TCE-GO e do TCU.

É responsável também pela elaboração e pela atualização da Matriz de Segregação de Funções (MSF), principal instrumento de prevenção do Risco R07 do portfólio contratual.

O **Coordenador Setorial - Jornalista Sênior** é o responsável pela gestão diária das atividades do Produto 2 (Comunicação Setorial), coordenando a produção do conteúdo editorial e audiovisual da equipe de comunicação. Define o calendário editorial mensal, distribui as pautas entre o Jornalista Sênior, o Jornalista Pleno e o Fotojornalista, revisa as peças antes de submetê-las à aprovação do fiscal técnico da Comunicação Setorial da GOINFRA, monitora os indicadores de alcance digital e elabora o Relatório Mensal de Comunicação com análise comparativa de métricas. É o responsável pelo alinhamento permanente entre a produção da equipe e as diretrizes da Agência, identidade visual, linguagem institucional, normas da ASCOM/GO e requisitos de redação oficial, e pela interface quinzenal com o Fiscal Técnico da Comunicação Setorial nas reuniões de alinhamento operacional.

O **Advogado Sênior** atua em apoio direto ao Coordenador Setorial Advogado Sênior no Produto 3 e em suporte jurídico especializado ao Produto 5 (DLC). No Produto 3, executa as atividades de instrução e organização documental de processos administrativos e judiciais, monta os autos com indexação e controle de integridade, opera o sistema de controle de prazos processuais com alertas automáticos e elabora minutas de ofícios, notificações, requerimentos e termos de ciência para revisão e assinatura pelos Procuradores do Estado. No Produto 5, atua na revisão jurídica dos ETPs, Termos de Referência e minutas de editais e contratos elaborados pela equipe antes da entrega ao Fiscal Técnico da DLC, aplicando o checklist de conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Estadual nº 10.359/2023. Acumula também a função de suporte à elaboração de esclarecimentos técnicos em resposta a diligências do TCE-GO e do CGE-GO, em prazo exíguo, sob orientação do Coordenador Setorial Advogado Sênior.

O **Analista de Desenvolvimento de Sistemas Sênior** é o responsável técnico pela implantação, operação e manutenção das soluções tecnológicas previstas no Produto 4, Ação 3 (TI, Inovação e Transformação Digital). Conduz o diagnóstico dos sistemas gerenciais existentes na GOINFRA, elabora o Plano Diretor de TI (PDTI), com entrega em até 90 dias da OS inicial, implanta e mantém a plataforma web de gestão de demandas e KPIs em até 60 dias, estrutura os dashboards de Business Intelligence em Power BI ou *Looker* Studio, gerencia os ativos de TI da DGI, coordena as ações de conformidade com a LGPD e apoia o desenvolvimento de integrações entre sistemas (SEI, SISLOG, SIOFINet, BIM). Acumula a função de DPO da contratada, sendo o ponto de contato com o DPO da GOINFRA para todas as questões de proteção de dados durante a vigência contratual. É o responsável técnico pelo suporte às demais ferramentas tecnológicas da equipe e pelo plano de resposta a incidentes de segurança da informação.

O **Administrador Sênior** atua no Produto 4, Ação 1 (Coordenação e Assessoramento Administrativo), sendo responsável pelo monitoramento dos mais de 80 contratos administrativos da DGI, controle de vigências, análise de medições, elaboração de instrumentos contratuais e alertas de vencimento, pela gestão patrimonial da GOINFRA com suporte ao programa de alienação de bens previsto na Portaria nº 007/2026, pelo suporte ao processo de concurso público para 63 vagas de Gestor de Infraestrutura e pelo acompanhamento das atividades do Plano de Contratações Anual (PCA). Atua também no Produto 1 (Presidência), produzindo análises técnicas de propostas orçamentárias, relatórios de execução do PPA 2024–2027 e suporte à preparação das Reuniões de Alinhamento Estratégico (RAEs quadrimestrais), com elaboração de apresentações, compilação de indicadores e sínteses executivas à Presidência da GOINFRA.

O **Jornalista Sênior** integra a equipe do Produto 2 sob coordenação do Coordenador Setorial Jornalista Sênior. Responde pela produção do conteúdo editorial de maior densidade técnica e estratégica, releases institucionais sobre obras e licitações, notas à imprensa, artigos institucionais e conteúdo de alta complexidade para o site e redes sociais da GOINFRA. Domina a linguagem da comunicação pública e a tradução de temas técnicos de infraestrutura, licitações, contratos, obras rodoviárias, BIM, gestão de frota, em peças acessíveis ao público externo e à imprensa especializada. Elabora também as minutas de resposta a questionamentos do público externo e da imprensa, observando as normas de redação oficial e as diretrizes da Comunicação Setorial da GOINFRA.

O **Engenheiro Pleno** atua prioritariamente no Produto 5 (DLC) e no Produto 1 (Presidência), aplicando seu conhecimento técnico em engenharia para a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares (ETPs) de licitações de obras e serviços de engenharia, para a análise técnica de medições de contratos de obras e manutenção rodoviária, para a verificação da conformidade de planilhas de medição com projetos e contratos, e no suporte ao controle de vigências e à elaboração de termos aditivos de

contratos de obras. Contribui também com análises técnicas de viabilidade e laudos de verificação que subsidiam as decisões da Presidência e da DLC em processos de maior complexidade técnica, especialmente nos contratos do Programa de Manutenção, que movimenta R$ 1,9 bilhão em 119 contratos, e do Programa de Credenciamento de 18 obras rodoviárias.

O **Fotojornalista** integra a equipe do Produto 2, sendo responsável pelo registro fotográfico e audiovisual das atividades institucionais da GOINFRA tais como obras, eventos, cerimônias, vistorias e reuniões de alto nível que alimentam os canais de comunicação oficial da Agência. Produz fotografias em padrão editorial para uso no site institucional, redes sociais, releases e apresentações, e apoia a produção de conteúdo em vídeo para os canais digitais da GOINFRA. Todo o acervo fotográfico é entregue à Comunicação Setorial da GOINFRA em formatos editáveis, acompanhado de metadados e legendas, e arquivado no repositório institucional conforme os padrões definidos pelo Fiscal Técnico da Comunicação.

O **Jornalista Pleno** integra a equipe do Produto 2 em apoio ao Jornalista Sênior e ao Coordenador Setorial, sendo responsável pela produção do conteúdo digital de volume tais como posts para redes sociais, textos para a intranet, *newsletters* internos, coberturas de rotina do cotidiano institucional da GOINFRA, que compõe a maior parte das 15 peças mensais mínimas exigidas no indicador de sucesso do Produto 2. Gerencia também os canais de redes sociais da GOINFRA em conjunto com o Coordenador Setorial, monitorando métricas de alcance e engajamento e propondo ajustes de pauta e linguagem com base nos dados de desempenho mensal.

O **Profissional Pleno - Tipo 02 (1)** atua no Produto 4, Ação 2 (Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional), sendo responsável pela estruturação e condução do ciclo de Avaliação de Desempenho Individual (ADI) dos servidores da DGI, elaboração dos planos de desenvolvimento de pessoal vinculados às competências estratégicas definidas no PEI 2024-2027, suporte à gestão da cultura organizacional e à implantação do Programa de Compliance e Integridade (PCP) exigido pela Lei Estadual nº 20.489/2019. Possui formação e experiência em gestão de pessoas, psicologia organizacional ou área correlata, e atua em articulação permanente com o Administrador Sênior e com o Fiscal Técnico da Ação 2 do Produto 4.

O **Profissional Pleno - Tipo 02 (2)** atua como suporte técnico especializado ao Produto 5 (DLC) e ao Produto 4, Ação 1 (gestão de contratos e suprimentos), com perfil voltado para análise administrativa e conformidade processual. No Produto 5, auxilia na instrução de processos licitatórios com montagem de autos, verificação de documentação de habilitação, organização de planilhas de análise de propostas e controle do calendário de sessões públicas. No Produto 4, apoia o Administrador Sênior no monitoramento dos contratos da DGI, controle de vigências e elaboração de minutas de comunicados internos e instrumentos contratuais de menor complexidade.

O **Analista de Dados e Sistemas** atua em apoio direto ao Analista de Desenvolvimento de Sistemas Sênior no Produto 4, Ação 3, sendo responsável pela coleta, tratamento e organização dos dados institucionais que alimentam os dashboards de BI e a plataforma de gestão de demandas. Realiza a extração de dados dos sistemas da GOINFRA, a limpeza e a transformação das bases para uso nos painéis gerenciais, o monitoramento contínuo da qualidade dos dados e a atualização mensal dos indicadores do PEI 2024–2027 e dos contratos da DGI nos painéis de BI. Contribui também com a alimentação dos relatórios automáticos de KPIs gerados pela plataforma de gestão de demandas e incluídos nos Relatórios Mensais de Produto.

O **Analista de I.A.** é o profissional responsável por identificar, avaliar e implementar soluções baseadas em Inteligência Artificial que aumentem a produtividade e a qualidade das entregas da equipe nos cinco produtos contratuais. Atua em três frentes complementares: na **automação de rotinas**, com aplicação de modelos de linguagem para a produção assistida de minutas, ETPs, notas técnicas e textos institucionais, com revisão obrigatória pelo especialista responsável antes de qualquer entrega à GOINFRA; na **análise preditiva** com uso de técnicas de machine learning para identificação de padrões em dados de contratos, licitações e indicadores do PEI que subsidiem recomendações à Presidência e à DGI; e na **inovação institucional** com prospecção e proposição de soluções de I.A. aplicáveis à realidade da GOINFRA, em articulação com o PDTI e com as iniciativas de transformação digital da Ação 3 do Produto 4. Toda aplicação de I.A. no processamento de dados institucionais observa os princípios da LGPD e é previamente aprovada pelo DPO da contratada e comunicada ao Gestor do Contrato.

7.2. Descrever o modelo administrativo a ser utilizado, especificando a atuação da equipe a ser alocada, as atribuições dos setores envolvidos e o relacionamento com a GOINFRA na transferência de dados e informações.

O modelo administrativo estrutura-se sobre três pilares: coordenação hierárquica interna clara, interface padronizada com a GOINFRA e rastreabilidade integral via SEI, observando o art. 117, §4º, da Lei nº 14.133/2021 e a IN SEGES/MPDG nº 05/2017. A contratada é a única responsável pela gestão administrativa e disciplinar de sua equipe, operando em regime de **coordenação por resultados**: atividades organizadas por Produto e Ação, com responsável, prazo e critério de avaliação definidos. A equipe organiza-se em três níveis: **N1 - Coordenador-Geral** (ponto único de interface com o Gestor do Contrato, responsável pela qualidade de todos os produtos e pelo PCP); **N2 - Coordenadores Setoriais** (gerenciamento diário de cada Produto, elaboração dos Relatórios Mensais e interface quinzenal com os fiscais técnicos); e **N3 - Técnicos de Execução** (especialistas alocados por Produto, sob supervisão dos Coordenadores Setoriais, com atividades registradas na plataforma web de gestão de demandas). No âmbito da GOINFRA, a **Presidência** designa o Gestor do Contrato e aprova o Plano de Trabalho; a **Comunicação Setorial**, a **Procuradoria**, a **DGI** e a **DLC** designam os fiscais técnicos de cada produto, validam mensalmente as entregas e proveem a infraestrutura física e os acessos necessários. O fluxo de informações opera em quatro camadas: (1) demandas formalizadas via **OS no SEI** em até 24h; (2) **acesso controlado** a sistemas mediante Termo de Acesso e Confidencialidade, com revogação imediata ao desligamento; (3) **entrega de produtos via SEI** até o 5º dia útil do mês seguinte, com validação pelo fiscal em até 10 dias úteis; e (4) **três instâncias de reunião**: quinzenal operacional, mensal de acompanhamento contratual e semestral de revisão do Plano de Trabalho.

Reunião	Periodicidade	Participantes	Pauta	Registro
Operacional por Produto	Quinzenal	Coordenador Setorial + Fiscal Técnico do produto.	Alinhamento de prioridades, revisão de pendências, antecipação de demandas do período seguinte e resolução de dúvidas operacionais	Ata no SEI
Acompanhamento Contratual	Mensal	Coordenador Geral + Gestor do Contrato + Fiscais Técnicos	Avaliação do desempenho do período, deliberação sobre ressalvas nos produtos, aprovação do Relatório Mensal e planejamento do mês seguinte.	Ata no SEI + nota técnica
Revisão do Plano de Trabalho	Semestral	Coordenador Geral + Coordenadores Setoriais + Gestor do Contrato + Fiscais Técnicos.	Revisão de prioridades estratégicas, atualização do Plano de Trabalho, avaliação do índice de satisfação e replanejamento.	Ata no SEI + revisão do PT
Urgente / Ad hoc	Sob demanda	Coordenador Geral + Gestor do Contrato (e os demais conforme pauta).	Situações críticas, demandas emergenciais, intercorrências entre produtos ou comunicações do TCE-GO/CGE que exijam resposta imediata da equipe.	E-mail + SEI em até 24h

7.3. Apresentar o cronograma de utilização da equipe técnica contendo identificação das atividades previstas e distribuição das equipes ao longo do período de execução dos serviços.

O cronograma de utilização da equipe técnica organiza a atuação dos **14 perfis profissionais** designados ao longo dos **12 meses de vigência**, distribuídos em três níveis hierárquicos e quatro fases sequenciais: **Implantação** (M1-M2), com integração da equipe e elaboração dos instrumentos de gestão obrigatórios; **Operação Plena** (M3-M8), com ciclos mensais completos de execução, entrega e ateste dos cinco Produtos; **Aprofundamento** (M9-M10), com as entregas de maior complexidade estratégica – BI em produção, avaliação do ciclo de ADI e atualização do PCA 2027; e **Consolidação** (M11-M12), dedicada aos Manuais de Continuidade, ao Relatório de Avaliação de Encerramento e à devolução estruturada dos acessos. A distribuição respeita o peso operacional de cada produto: P04/DGI=35%, P05/DLC=25%, P01/Presidência=20%, P02/Comunicação=10% e P03/Procuradoria=10%, com os 20% restantes da capacidade total reservados como ***buffer* estrutural** para demandas emergenciais, ativável sem necessidade de aditivo contratual.

Profissional	Nível	Produto	Atividades Principais	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11	M12
				Implantação		Operação Plena						Aprofundamennto		Consolidação	
Coordenador-Geral	N1	P1–P5	Gestão da equipe; PCC; MSF; PRR; reuniões mensais; PTQ; PMPs; aprovação de todos os produtos; conformidade PCP; condução ao Gestor												
Coord. Setorial Advogado Sênior	N2	P3, P5, Transv.	MSF (elaboração e atualização); revisão jurídica obrigatória; P3/P5; gestão Procuradoria; conformidade TCE-GO/TCU; prazos processuais; suporte P1												
Coord. Setorial Jornalista Sênior	N2	P2	Calendário editorial; distribuição de pautas; revisão de peças; métricas digitais; Relatório mensal de comunicação; interface Comunicação Setorial GOINFRA												
Advogado Sênior	N3	P3, P5	Instrução documental processual; controle de prazos; minutas não privativas; ETPs/TRs Lei 14.133/2021; esclarecimentos TCE/CGE												
Analista Desenvolv. Sistemas Sênior	N3	P4-A3	PDTI (90d); plataforma web (60d); BI/dashboards; gestão de ativos TI; conformidade LGPD; DPO da contratada; resposta a incidentes de segurança; suporte técnico às ferramentas												
Administrador Sênior	N3	P4-A1, P1	80+ contratos DGI (vigências, medições); patrimônio / alienação; suporte PCA; concurso 63 vagas; análise orçamentária P3; suporte RAEs e relatórios Presidência												
Jornalista Sênior	N3	P2	Releases e notas à imprensa; artigos institucionais; conteúdo site (alta complexidade); minutas de resposta ao público; cobertura RAEs e eventos												

Profissional	Nível	Produto	Atividades Principais	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11	M12
				Implantação		Operação Plena						Aprofundamennto		Consolidação	
Engenheiro Pleno	N3	P5, P1	ETPs de obras e serviços de engenharia; análise técnica de medições; validação de planilhas contratuais; laudos de vantajosidade; suporte a credenciamentos												
Fotojornalista	N3	P2	Registro fotográfico de obras, eventos e RAEs; produção de vídeos institucionais; reels e conteúdo audiovisual; apoio ao repositório institucional												
Jornalista Pleno	N3	P2	Posts para redes sociais; textos para intranet; newsletters internas; coberturas de rotina; monitoramento de mídia e alcance; apoio ao calendário editorial												
Profissional Pleno Tipo 02 (1)	N3	P4-A2	Ciclo de ADI (estruturação e condução); planos de desenvolvimento; PCP e integridade; apoio à gestão de pessoas; psicologia organizacional												
Profissional Pleno Tipo 02 (2)	N3	P5, P4-A1	Instrução de processos licitatórios DLC; documentação de habilitação; calendário de sessões públicas; monitoramento contratos DGI; minutas de medições e instrumentos de vigência												
Analista de Dados e Sistemas	N3	P4-A3	Extração e tratamento de dados (SEI, SISLOG, SIOFINet); alimentação dashboards BI; qualidade de dados; automação mensal indicadores PEI; KPIs automáticos para Relatórios de Produto												
Analista de I.A.	N3	P1–P5, P4-A3	Automação assistida de minutas/ETPs/notas; análise preditiva de contratos e indicadores PEI; prospecção soluções I.A. para GOINFRA; conformidade LGPD no uso de I.A.; integração com PDTI												

Legenda Alta Média

8. COMUNICAÇÃO

8.1. Apresentar as estratégias relacionadas à comunicação que serão empregadas, abrangendo o plano de comunicação, os canais de comunicação utilizados, a frequência das interações e os tipos de comunicação e ferramentas que serão empregados.

Estratégia geral de comunicação: A estratégia de comunicação adotada para a execução do contrato de assessoramento técnico à GOINFRA fundamenta-se em três princípios norteadores:

Essa estratégia observa o disposto no art. 117, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que determina ao fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, e no art. 117, § 2º, que o obriga a informar seus superiores em tempo hábil para a adoção de providências. A equipe da contratada suporta esse fluxo fornecendo informações precisas, tempestivas e documentadas, que subsidiam o registro e o reporte da fiscalização sem que a contratada substitua essa função.

Plano de Comunicação - estrutura e elementos: O Plano de Comunicação Contratual (PCC) é o documento-mestre que formaliza todos os protocolos de comunicação entre a equipe da contratada e a GOINFRA. Será elaborado pelo Coordenador-Geral nos primeiros quinze dias de vigência do contrato, submetido à aprovação do Gestor do Contrato e revisado semestralmente junto com o Plano de Trabalho. O PCC estabelece para cada tipo de comunicação: o emissor e o receptor definidos, o canal primário e o canal de contingência, a periodicidade ou gatilho de acionamento, o prazo de resposta esperado, o formato de registro e o responsável pelo arquivamento. O PCC é deve ser documento atualizado sempre que houver alteração nos canais institucionais da Agência, na composição da equipe responsável ou nas prioridades estratégicas das unidades atendidas. A comunicação entre a equipe contratada e a GOINFRA opera em quatro canais estruturados, hierarquizados por grau de formalidade e finalidade:



Sistema Eletrônico de Informação

O SEI é o canal primário e formal de toda a comunicação documental. É por ele que são enviados e recebidos: Ordens de Serviço, Relatórios Mensais de Produto, Atas de Reunião, Termos de Acesso e Confidencialidade, Plano de Trabalho, revisões contratuais e qualquer documento com valor probatório ou que exija registro oficial. Toda comunicação formalizada via SEI recebe numeração de processo, é assinada digitalmente pelos responsáveis e integra o dossiê contratual permanente.

E-mail Institucional

Canal para comunicações de acompanhamento, encaminhamento de arquivos de trabalho, convites para reuniões, compartilhamento de versões intermediárias de documentos e demais interações que requerem registro mas não exigem autuação em processo SEI. A equipe da contratada utiliza exclusivamente endereços de e-mail corporativos da empresa, e as caixas são monitoradas durante o horário de funcionamento contratual. O prazo máximo de resposta a e-mails é de um dia útil para comunicações rotineiras e de quatro horas para assuntos sinalizados como urgentes.

Aplicativo de mensagens corporativo

Plataforma definida em conjunto com a GOINFRA nos primeiros quinze dias do contrato, com preferência para Microsoft Teams ou equivalente já adotado pela Agência. É o canal ágil para comunicações operacionais do cotidiano: alinhamentos pontuais, esclarecimentos rápidos, avisos de andamento e coordenação de agenda. Toda comunicação realizada por esse canal que resulte em decisão, compromisso ou alteração de escopo deve ser formalizada em e-mail ou SEI em até 24 horas. Os grupos de conversa são estruturados por Produto, com participação dos Coordenadores Setoriais e dos respectivos Fiscais Técnicos.

Plataforma web de gestão de demandas

Implantada nos primeiros 60 dias do contrato, é o canal interno da equipe da contratada para registro, acompanhamento e reporte das Ordens de Serviço recebidas. Os fiscais técnicos têm acesso de consulta em tempo real ao painel de demandas de cada Produto, podendo acompanhar o status de cada atividade, o responsável designado, o prazo de conclusão e o percentual de execução. Esse canal alimenta automaticamente os relatórios mensais de KPIs e produtividade incluídos nos Relatórios de Produto.

Frequência das interações e tipos de comunicação - A comunicação contratual está organizada em cinco categorias, cada uma com periodicidade, canal e responsável definidos:

#	Tipo de Comunicação	Frequência	Canal Principal	Pauta / Conteúdo	Emissor → Receptor	Prazo de Resposta
1	Comunicação de Entrega Principal instrumento de medição	Mensal 5º dia útil do mês seguinte	SEI	• Relatório Mensal de Produto com todas as atividades executadas, KPIs, anexos e evidências • Planilha de produtividade gerada pela plataforma de gestão de demandas • Nota fiscal (após aprovação do produto); condição para ateste pelo Gestor do Contrato	Coord. Geral → Fiscal Técnico + Gestor do Contrato	10 dias úteis (validação)
2	Comunicação de Alinhamento Operacional	Quinzenal Pauta enviada 48h antes	Teams / Presencial	• Alinhamento de prioridades do quinzenio seguinte e revisão de pendências em aberto • Antecipação de demandas de maior complexidade e eventual redimensionamento da equipe • Ata registrada no SEI em até 24h após a reunião	Coord. Setorial → Fiscal Técnico do produto	Ata em até 24h (via SEI)
3	Comunicação de Gestão Contratual	Mensal Reunião pós-entrega dos produtos	Presencial + SEI	• Avaliação do desempenho global do período e dos indicadores de sucesso de cada produto • Deliberação sobre eventuais ressalvas ou glosas nos produtos entregues • Planejamento do ciclo seguinte e validação das prioridades das OS em elaboração	Coord. Geral → Gestor do Contrato + Fiscais Técnicos	Ata em até 24h (via SEI)
4	Comunicação de Alerta e Risco Transparência ativa obrigatória	Imediata Ao identificar a situação	E-mail + Teams SEI em 24h	• Risco de atraso na entrega de produto; demanda não prevista de grande porte • Identificação de risco de não conformidade normativa (Lei 14.133/2021, LGPD, TCE-GO) • Ocorrências relevantes: conflito de atribuições, acesso indevido a dados, incidente de TI	Especialista → Coord. Setorial (2h) → Coord. Geral → Gestor (4h)	4h (informal) SEI em 24h (formal)
5	Comunicação Estratégica Revisão de ciclo e PEI	Semestral Revisão do Plano de Trabalho	Presencial + SEI	• Apresentação dos resultados acumulados do semestre e dos indicadores estratégicos • Pesquisa de satisfação aplicada a todos os fiscais técnicos (Forms / questionário SEI) • Atualização do Plano de Trabalho e das prioridades para o semestre seguinte	Coord. Geral + Coords. Setoriais → Gestor + todos os Fiscais	PT revisado em 10 dias (via SEI)

Ferramentas tecnológicas de suporte à comunicação: Além dos canais descritos, a equipe da contratada emprega um conjunto integrado de ferramentas para suportar a produção, organização e entrega das comunicações e documentos contratuais, conforme apresentado no item 6.4 deste documento. Será adotado o pacote ***Microsoft* 365 Plano 1**, exigido pelo ETP (item 2.24), incluindo o Outlook, Teams, SharePoint, OneNote e Forms, além do ***Microsoft Project* Plano 1**, também exigido pelo ETP (item 2.25), visando o planejamento e controle do cronograma de entregas de cada Produto, com os gráficos de Gantt e relatórios de progresso compartilhados periodicamente com a fiscalização. Será adotada **plataforma web de gestão de demandas**, desenvolvida ou licenciada pela contratada, como painel central de KPIs e produtividade, com acesso em tempo real concedido aos fiscais técnicos. Ademais, o ***Adobe Creative Cloud***, exigido pelo ETP (item 2.26), suportará a produção de peças gráficas do Produto 2 (Comunicação Setorial). Não obstante, **SEI** é a plataforma oficial de toda a comunicação formal, com acesso concedido à equipe mediante Termo de Acesso assinado, conforme protocolo da Camada 2 do fluxo de dados.

8.2. Abordar como será implementada a gestão das partes interessadas, envolvendo a identificação, análise, engajamento e gerenciamento das partes interessadas pertinentes ao desenvolvimento do trabalho.

A gestão das partes interessadas no presente contrato adota como referência metodológica o processo de ***Stakeholder Engagement*** do PMBOK® 7ª edição, aplicado desde os primeiros quinze dias de vigência mediante a elaboração do **Mapa de Partes Interessadas (MPI)**, instrumento que identifica, classifica e prioriza cada ator relevante para a execução dos cinco Produtos contratuais. As partes interessadas foram agrupadas em quatro categorias.

Partes Interessadas	01 Administração Contratante	02 Órgãos de Controle Externo	03 Ambiente Institucional	04 Sociedade e Mídia
	O Gestor do Contrato, os cinco Fiscais Técnicos (um por produto), a Presidência da GOINFRA e os Diretores da DGI e da DLC, são as partes de maior poder e interesse sobre o contrato, com **interface formal semanal ou quinzenal** e engajamento pleno em todas as decisões de escopo, prazo e qualidade.	TCE-GO, CGE-GO, TCU e ANPD Partes de alto poder e interesse indireto, cujas manifestações têm capacidade de alterar prioridades operacionais da equipe em prazo exíguo. Seu engajamento é monitorado proativamente pelo Coordenador Setorial Advogado Sênior, que acompanha sistematicamente a pauta de julgamentos do TCE-GO relacionados à GOINFRA.	Governo do Estado de Goiás, SEAD, Poder Legislativo e órgãos parceiros da GOINFRA, partes de alto poder e interesse variável, monitoradas pelo Coordenador-Geral com comunicação proativa ao Gestor do Contrato sempre que uma decisão desses atores impactar o Plano de Trabalho.	Imprensa, veículos especializados em infraestrutura, cidadãos e beneficiários das obras, é considerada a parte de interesse relevante para o Produto 2, gerenciada pelo Coordenador Setorial com monitoramento contínuo da reputação digital da GOINFRA e resposta tempestiva a demandas midiáticas.

O engajamento das partes é gerenciado por meio de estratégias diferenciadas por perfil.

Engajamento	Administração Contratante	Órgãos de Controle Externo	Sociedade e Mídia
	Engajamento ativo e colaborativo: • Garantir que nenhuma parte relevante da contratação seja surpreendida por desvios ou atrasos • Fiscais técnicos - reuniões operacionais quinzenais • Gestor do Contrato - reunião mensal de acompanhamento • Todos os envolvidos - revisão semestral do Plano de Trabalho, acesso em tempo real ao painel de KPIs e ao status das OSs via plataforma web.	Antecipação e transparência: • Equipe monitora proativamente as pautas do TCE-GO e CGE-GO • Mantém os dossiês documentais rigorosamente organizados no SEI para atender diligências no menor prazo possível • Aplica preventivamente os *checklists* de conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Estadual nº 10.359/2023 em todos os documentos entregues à DLC e à DGI • Transformar o controle externo de uma fonte de risco reativo em parâmetro de qualidade incorporado à rotina de execução.	Comunicação proativa e consistente: • Calendário editorial mensal do Produto 2 elaborado com antecedência • Revisão das peças pelo Coordenador Setorial antes da publicação • Monitoramento semanal de métricas de alcance • Garantir que a imagem institucional da GOINFRA reflita a qualidade e o volume de investimentos que a Agência efetivamente entrega à sociedade • Revisão semestral do MPI junto com o Plano de Trabalho, incorporando novos atores relevantes ao longo do contrato.

9. GESTÃO DE RISCOS

9.1. Discorrer sobre os riscos identificados, abrangendo a análise dos potenciais eventos adversos que possam impactar os objetivos do contrato.

A gestão de riscos adota como referência a **ISO 31000:2018**, o **PMBOK® 7ª ed.** e o **Acórdão TCU nº 1.084/2020**, com riscos classificados por probabilidade (Baixa/Média/Alta) e impacto (Médio/Alto/Crítico), organizados em cinco categorias e com ações preventivas e de contingência definidas para cada evento.

Categoria I - Operacionais: R01 – Acúmulo de demandas não previstas (Prob. Alta / Imp. Alto): prevenção por plataforma de gestão com alerta de ocupação >80% e buffer de 20%; contingência: remanejamento de profissionais e revisão do PW via SEI. **R02** – Atraso por dependência de informações da GOINFRA (Média - Médio): PCC prevê prazo máximo de 5 dias úteis para resposta; contingência: registro de força maior no SEI desonerando a contratada. **R03** – Falha na implantação da plataforma web (Baixa / Médio): testes em paralelo antes da implantação; contingência: operação manual em planilhas sem prejuízo às entregas.

Categoria II - Pessoal: R04 - Substituição de profissional-chave (Média / Alto): banco ativo de CVs pré-qualificados; substituição mediante aprovação prévia da GOINFRA (art. 67, §6º, Lei 14.133/2021). **R05** – Carência de capacitação nos sistemas da GOINFRA (Média / Médio): programa de integração nos primeiros 30 dias com suporte dos fiscais técnicos; contingência: revisão do PW inicial. **R06** - Quebra de confidencialidade (Baixa / Crítico): Termo de Confidencialidade, dispositivos corporativos com criptografia e revogação imediata de acessos; contingência: seguro de responsabilidade civil profissional e PAD interno.

Categoria III - Conformidade: R07 – Extrapolação para funções privativas de servidores (Média / Crítico - IC mais alto do portfólio): Matriz de Segregação de Funções elaborada em ≤15 dias e validada pelos fiscais; capacitação pré-operacional obrigatória; revisão jurídica de todos os documentos pelo Apoio Jurídico Sênior. **R08** - Não conformidade com a LGPD - P4/A2 e A3 (Média / Alto): Política de Proteção de Dados com ROPA e controles de acesso por perfil; contingência: comunicação ao DPO da GOINFRA e medidas corretivas (arts. 46 e 48, LGPD). **R09** – Apontamentos do TCE-GO em processos instruídos (Média / Alto): checklist de conformidade (Lei 14.133/2021 + Dec. 10.359/2023) com dupla revisão por produto antes da entrega à DLC; contingência: elaboração imediata de esclarecimentos técnicos às diligências.

Categoria IV – Interface: R10 – Rotatividade de fiscais técnicos da GOINFRA (Média / Médio): dossiê atualizado de Produto no SEI com histórico completo de OSs e critérios; contingência: reunião de transição entre fiscal cessante, entrante e Coordenador Setorial. **R11** – Demandas político-institucionais emergenciais redirecionando prioridades (Alta / Médio): buffer de 20% da capacidade reservado mensalmente; ajuste dinâmico de OSs em reunião com o Gestor; contingência: Termo Aditivo quando o buffer for excedido.

Categoria V - Estratégicos: R12 - Desalinhamento das entregas com os objetivos revisados do PEI (Baixa / Alto): revisão semestral do PW com confronto explícito com o PEI vigente e participação do Coordenador-Geral nas RAEs quadrimestrais; contingência: revisão de escopo via aditivo. **R13** - Instabilidade financeira da contratada (Baixa / Crítico): comprovação mensal de regularidade trabalhista e previdenciária como condição para o ateste da nota fiscal; garantia contratual de 5% do valor (≈ R$ 922 mil) retida pela GOINFRA; contingência: rescisão motivada com retenção da garantia (art. 138, Lei 14.133/2021).

9.2. Apresentar a avaliação e priorização dos riscos identificados, esclarecendo os critérios estabelecidos para determinar sua probabilidade e impacto.

de Riscos, que indica que cada risco seja analisado quanto à probabilidade de ocorrência e à magnitude de impacto sobre os objetivos, visando alimentar a etapa de avaliação comparativa e priorização. A análise é de natureza **qualitativa-quantitativa**: qualitativa na atribuição das faixas de probabilidade e impacto (escalas de 1 a 5), e quantitativa na composição do **Nível de Criticidade = Probabilidade × Impacto**, gerando um índice numérico que fundamenta a ordem de priorização e a intensidade das respostas. Esse método está alinhado ao **PMBOK® 7ª edição**, que trata a análise qualitativa de riscos como ferramenta de priorização, e ao **Acórdão TCU nº 2.622/2015 – Plenário**, que recomenda a adoção de matrizes de avaliação objetivas em contratos de serviços técnicos

continuados para fins de prestação de contas e controle externo. A adoção de critérios explícitos, documentados e auditáveis pelo TCE-GO garante que a gestão de riscos seja declaratória e incorporada ao ciclo de monitoramento mensal do contrato.

Critérios para determinação da probabilidade de ocorrência

A probabilidade de cada risco foi determinada com base em três fontes complementares: **dados históricos verificáveis** da GOINFRA no período 2023–2026 (volume licitatório, incidentes documentados no TCE-GO e PADs instaurados); **análise de contexto institucional** (estrutura de pessoal, sistemas em uso, pressão de demanda por produto); e ***benchmarking*** com contratos similares de assessoramento em autarquias estaduais brasileiras. A escala de probabilidade adotada é de cinco níveis, associados a percentuais de chance de ocorrência no período de 12 meses de vigência contratual:

Nível	Probabilidade	Percentual	Descrição
1	Muito Baixa	≤ 10%	O evento é improvável e não há registros históricos recentes que indiquem sua ocorrência na GOINFRA ou em contratos similares. Nenhum dos 13 riscos identificados foi classificado neste nível, o que reflete a elevada maturidade analítica da identificação realizada.
2	Baixa	11% a 30%	O evento é possível, mas improvável no período contratual de 12 meses. Classificados neste nível: R03 (falha na plataforma de gestão), R06 (quebra de confidencialidade), R12 (desalinhamento com o PEI) e R13 (instabilidade financeira da contratada). Embora de baixa probabilidade, dois desses riscos (R06 e R13) apresentam impacto Crítico, o que eleva sua prioridade de tratamento.
3	Média	31% a 60%	O evento tem chances equilibradas de ocorrência, sem predominância clara. Classificados neste nível: R02 (atraso por dependência de informações), R04 (substituição de profissional-chave), R05 (curva de aprendizado), R07 (extrapolação de funções privativas), R08 (não conformidade com a LGPD), R09 (apontamentos do TCE-GO) e R10 (rotatividade de fiscais). Este é o nível com maior concentração de riscos, refletindo a natureza operacional intensa do contrato.
4	Alta	61% a 80%	O evento é provável de ocorrer ao longo de 12 meses de contrato. Classificados neste nível: R01 (acúmulo de demandas não previstas) e R11 (demandas político-institucionais emergenciais). O fundamento histórico é sólido: o volume licitatório da GOINFRA cresceu mais de 50% ao ano em 2024 e 2025, e a natureza da autarquia — exposta a anúncios governamentais e demandas do TCE-GO com prazo exíguo — torna o redirecionamento de prioridades um evento rotineiro.
5	Muito Alta	> 80%	O evento é quase certo de ocorrer. Nenhum dos riscos identificados atingiu este nível, o que indica que os controles preventivos previstos são suficientes para manter todos os eventos abaixo da faixa de certeza.

Critérios para determinação do impacto nos objetivos do contrato

O impacto de cada risco foi avaliado em cinco dimensões: **prazo** (comprometimento do cronograma de entregas), **qualidade** (redução da nota técnica dos produtos), **conformidade** (risco de irregularidade perante os órgãos de controle), **continuidade** (risco de interrupção do assessoramento) e **reputação** (dano à imagem da GOINFRA ou da contratada). A pontuação de impacto corresponde ao pior cenário verificável entre essas cinco dimensões para cada risco. A escala de impacto é de cinco níveis:

Nível	Impacto	Descrição
1	Muito Baixo	Efeito desprezível em todas as cinco dimensões; gerenciável sem qualquer ajuste no Plano de Trabalho ou nas entregas previstas. Não aplicado a nenhum dos riscos identificados.
2	Baixo	Pequena redução de qualidade ou atraso de até 2 dias úteis em uma entrega isolada; sem comprometimento do produto como um todo e sem reflexo nos indicadores de sucesso. Não aplicado a nenhum dos riscos identificados, evidenciando que todos os eventos mapeados têm potencial de impacto relevante.
3	Médio	Redução parcial da qualidade de uma ação específica de um produto; atraso de 3 a 10 dias úteis na entrega; sem comprometimento do produto como um todo. Pode resultar em ressalvas pelo fiscal técnico, exigindo reelaboração pontual. Classificados neste nível: R02 (atraso por dependência de informações), R03 (falha na plataforma), R05 (curva de aprendizado), R10 (rotatividade de fiscais) e R11 (demandas políticas emergenciais).
4	Alto	Impacto severo em prazo, qualidade ou conformidade de um produto inteiro; risco de nota abaixo do mínimo de 7,0; exposição a glosa parcial da remuneração mensal; potencial apontamento do TCE-GO. Classificados neste nível: R01 (acúmulo de demandas), R04 (substituição de profissional-chave), R08 (LGPD), R09 (TCE-GO) e R12 (desalinhamento com o PEI).
5	Crítico	Comprometimento do objeto contratual; risco de rescisão unilateral pela GOINFRA; nulidade de atos administrativos; autuação pela ANPD; dano reputacional de grande proporção; ação penal ou judicial. Classificados neste nível: R06 (quebra de confidencialidade), R07 (extrapolação de funções privativas) e R13 (instabilidade financeira). A ocorrência de qualquer desses eventos exige resposta imediata do Coordenador Geral e comunicação ao Gestor do Contrato nas primeiras quatro horas.

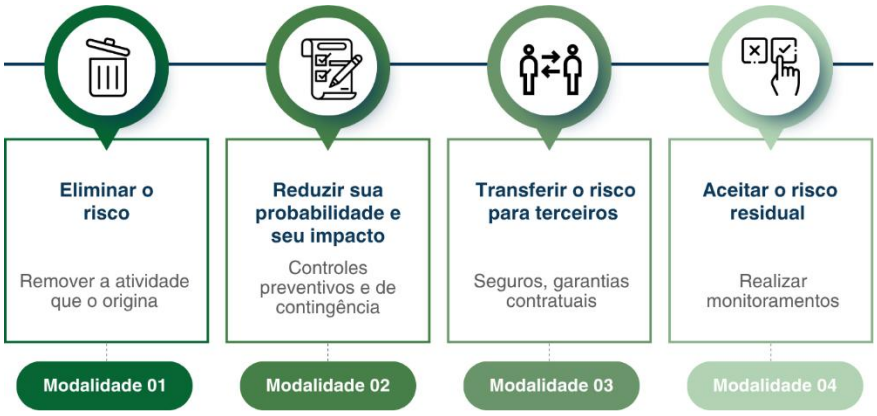
Priorização dos riscos — Índice de Criticidade e ordem de tratamento

O **Índice de Criticidade (IC)** é calculado pelo produto de probabilidade e impacto: **IC = P × I**, com resultado entre 1 (mínimo) e 25 (máximo). Os riscos são classificados em quatro faixas de prioridade de tratamento:

Faixa	Critério	Riscos	Resposta
Crítica	IC ≥ 12	R07 (IC=15) · R01 (IC=12) · R11 (IC=12)	Resposta imediata · Comunicação obrigatória ao Gestor · SEI em 24h · Monitoramento semanal ou contínuo
Alta	IC 8–11	R06 (IC=10) · R13 (IC=10) · R04, R08, R09 (IC=9)	Plano de resposta documentado · Revisão quinzenal · Comunicação ao Gestor se materializado
Moderada	IC 4–7	R02, R05, R10, R12 (IC=6)	Monitoramento mensal (exceto R12 semestral) · Plano de contingência documentado · Sem comunicação preventiva ao Gestor
Baixa	IC ≤ 3	R03 (IC=4 — limiar)	Monitoramento periódico diário apenas nos 60 dias de implantação · Registro em ata · Contingência manual disponível

9.3. Apresentar estratégias de mitigação para os riscos prioritários que serão utilizadas, visando reduzir sua probabilidade de ocorrência ou minimizar seu impacto, garantindo a continuidade e sucesso do projeto.

As estratégias de mitigação desenvolvidas neste item aplicam o processo de **Tratamento de Riscos** previsto na ISO 31000:2018, seção 6.5, que distingue cinco modalidades de resposta:



Para os riscos prioritários das faixas Crítica e Alta (aqueles com Índice de Criticidade ≥ 9 e/ou impacto I5) as estratégias combinam pelo menos dois tipos de resposta, criando defesas em camadas que reduzem a vulnerabilidade global do contrato. A filosofia central é de **defesa em profundidade**: nenhum risco prioritário depende de um único controle para sua gestão. Para cada evento adverso relevante, há controles preventivos que atuam antes da ocorrência, controles de detecção que identificam sinais de materialização em estágio inicial, e controles de contingência que limitam o dano quando o evento se confirma. Essa abordagem é especialmente relevante em contratos de assessoramento técnico à Administração Pública, onde o impacto de falhas pode se propagar rapidamente para o processo decisório das unidades atendidas.

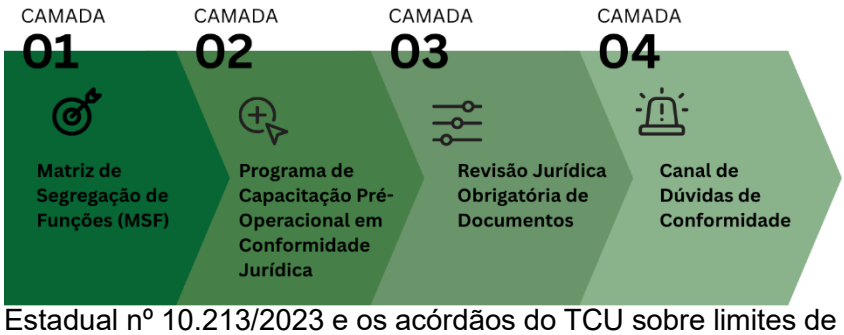
As estratégias são formalizadas nos primeiros quinze dias do contrato no **Plano de Resposta a Riscos (PRR)**, documento integrante do Plano de Comunicação Contratual, aprovado pelo Gestor do Contrato via SEI e revisado semestralmente com o Plano de Trabalho. O PRR é o instrumento que transforma as estratégias descritas a seguir em responsabilidades operacionais concretas, com proprietário do risco designado, indicador de alerta precoce definido e limiar de acionamento da contingência estabelecido.

Estratégias de mitigação por risco prioritário

R07 – Extrapolação para funções privativas de servidores efetivos (IC=15 - Crítico): Este é o risco de maior índice de criticidade do portfólio, com impacto potencialmente fatal para o contrato. A estratégia de mitigação estrutura-se em quatro camadas sobrepostas.

A primeira camada é a **Matriz de Segregação de Funções (MSF)**, elaborada pelo Apoio Jurídico Sênior e pelo Coordenador Geral nos primeiros quinze dias do contrato e validada formalmente pelos fiscais técnicos de cada produto via SEI. A MSF descreve, para cada Produto e Ação contratual, exatamente o que é atribuição da contratada (análise, elaboração de minutas, suporte documental, organização de informações, monitoramento de indicadores) e o que é atribuição exclusiva e indelegável dos servidores (emissão de pareceres jurídicos, decisões em processos licitatórios, atos de ordenação de despesa, ordens de pagamento, atos privativos de Procuradores do Estado conforme

art. 132 da CF/1988). A MSF é afixada fisicamente e disponibilizada digitalmente para todos os profissionais da equipe, sendo referência de primeira consulta em qualquer dúvida sobre o limite de atuação.



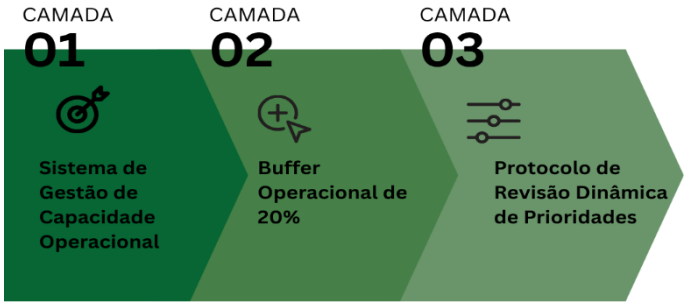
A segunda camada é o **Programa de Capacitação Pré-Operacional em Conformidade Jurídica**, conduzido pelo Apoio Jurídico Sênior nos primeiros cinco dias de contrato para toda a equipe, abordando o art. 117 e seus parágrafos da Lei nº 14.133/2021, o art. 132 da CF/1988, o Decreto Estadual nº 10.213/2023 e os acórdãos do TCU sobre limites de atuação de terceiros em contratos de assessoramento. A capacitação é documentada com lista de presença e registrada no SEI.

A terceira camada é a **Revisão Jurídica Obrigatória de Documentos**, realizada pelo Apoio Jurídico Sênior antes de qualquer documento produzido pela equipe ser entregue à GOINFRA, com checklist específico de verificação que inclui o item "este documento contém afirmação ou recomendação que possa ser interpretada como ato decisório ou opinião jurídica vinculante?". Qualquer documento que não passe nessa verificação é devolvido ao autor para revisão antes da entrega.

A quarta camada é o **Canal de Dúvidas de Conformidade**, estrutura informal e documentada onde o profissional consulta o Apoio Jurídico Sênior sobre o limite de atuação em uma situação específica antes de agir, com resposta em até duas horas e registro da orientação em repositório interno de precedentes.

Estratégia de resposta: Redução de probabilidade (P3→P1) pela combinação das quatro camadas. Impacto aceito como “Crítico” caso o risco se materialize, dada a impossibilidade de eliminar totalmente o risco em ambiente operacional intenso. Transferência parcial do risco via seguro de responsabilidade civil profissional.

R01 – Acúmulo de demandas não previstas no Plano de Trabalho (IC=12 - Crítico)



A estratégia de mitigação para este risco de Alta probabilidade não é de eliminação, pois o crescimento do volume de demandas é estrutural na GOINFRA do período do PPA 2024-2027. A abordagem é de **absorção controlada com escalada rápida**.

O **Sistema de Gestão de Capacidade Operacional** monitora semanalmente, via plataforma de gestão de demandas, o percentual de ocupação prevista de cada Coordenador Setorial e dos especialistas alocados a cada Produto. Quando a ocupação prevista supera 70% da capacidade contratada, o sistema emite alerta automático ao Coordenador Geral. Quando supera 85%, é acionado o protocolo de remanejamento interno. Quando atinge 100%, é iniciado o protocolo de comunicação formal ao Gestor do Contrato.

O ***Buffer* de 20%** é a reserva estrutural de capacidade mantida em todos os meses: a equipe é dimensionada para operar habitualmente a 80% de sua capacidade total, preservando 20% para absorver demandas emergenciais sem comprometer as entregas previstas. Esse buffer é formalizado no Plano de Trabalho como "Ações Não Programadas" e corresponde a horas/profissional disponíveis sem OS específica emitida.

O **Protocolo de Revisão Dinâmica de Prioridades** opera mensalmente na reunião de acompanhamento contratual: o Coordenador Geral e o Gestor do Contrato revisam conjuntamente a lista de OSs em execução e em fila, repriorizando aquelas de maior impacto estratégico para o período e postergando as de menor urgência com registro formal no SEI. Isso evita que todas as demandas recebam o mesmo nível de atenção independentemente da sua relevância.

Estratégia de resposta: Redução de probabilidade de impacto severo (P4×I4→P4×I2) pelo buffer e pelo sistema de monitoramento. Transferência parcial do risco para a GOINFRA mediante formalização do excedente via aditivo contratual quando o buffer for insuficiente.

R11 – Demandas político-institucionais emergenciais redirecionando prioridades (IC=12 - Crítico)



Este risco é estruturalmente semelhante ao R01, mas sua origem é externa à GOINFRA — anúncios do Governo do Estado, demandas do TCE-GO com prazo exíguo ou eventos de alta visibilidade política que requerem resposta institucional imediata. A estratégia de mitigação combina **resiliência operacional** com **gestão de expectativas formais**.

O **Modelo de Ativação por Alerta** classifica as demandas emergenciais em três níveis: Nível Verde (absorvível pelo buffer, sem alteração de PW), Nível Amarelo (compromete parcialmente o buffer, com postergação de OSs de menor urgência documentada via e-mail ao Gestor) e Nível Vermelho (excede o buffer, exige revisão formal do Plano de Trabalho via OS no SEI e, se recorrente, Termo Aditivo de escopo). Essa classificação é acordada com o Gestor do Contrato nos primeiros quinze dias e incorporada ao PCC.

A **Cláusula de Flexibilidade Estruturada** no Plano de Trabalho reserva formalmente, em cada ciclo mensal, um percentual das horas de cada Coordenador Setorial para "Assessoramento Estratégico Urgente" sem OS específica prévia — uma demanda que pode ser ativada com simples comunicação verbal do Gestor do Contrato, formalizada em OS no SEI em até 24 horas. Isso reduz o atrito burocrático em situações de urgência real sem comprometer a rastreabilidade.

Estratégia de resposta: Redução de impacto (I3→I2) pelo buffer e pelo modelo de ativação. Transferência do risco residual para a GOINFRA mediante formalização via aditivo. Aceitação da Probabilidade Alta como característica estrutural do ambiente institucional.

R06 - Quebra de confidencialidade ou conflito de interesses (IC=10 - Alto; impacto I5 Crítico)



A severidade do impacto potencial com dano reputacional, judicial e financeiro à GOINFRA, justifica uma estratégia de mitigação de múltiplas camadas mesmo diante da baixa probabilidade de ocorrência. A abordagem é de **prevenção máxima com transferência de risco residual**.

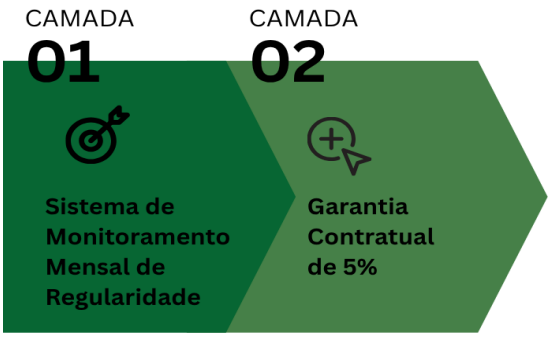
O **Programa de Segurança da Informação da Contratada** compreende: (a) assinatura individual do Termo de Compromisso de Confidencialidade dos profissionais antes do início das atividades, com prazo de vigência de dois anos após o término do contrato; (b) política interna de proibição de armazenamento de dados institucionais da GOINFRA em dispositivos pessoais, com verificação periódica pelo Coordenador Geral; (c) uso exclusivo de notebooks corporativos com criptografia de disco completo e VPN obrigatória para acesso remoto; (d) controle de acesso por perfil mínimo necessário onde cada profissional acessa apenas os sistemas e documentos estritamente necessários ao seu Produto/Ação; (e) revogação imediata dos acessos no desligamento profissional, com protocolo de checklist documentado no SEI.

A **Cláusula de Responsabilidade Civil Objetiva,** prevista no art. 117, § 4º, I, da Lei nº 14.133/2021, é o principal mecanismo de transferência de risco: a contratada assume responsabilidade civil objetiva pela veracidade e precisão das informações prestadas, incluindo as que envolvem confidencialidade. O **Seguro de Responsabilidade Civil Profissional**, obrigatório durante a vigência contratual garante cobertura financeira por dano a terceiros por erro, omissão ou violação de confidencialidade cometidos pela equipe.

Estratégia de resposta: Redução máxima de probabilidade (P2→P1) pela combinação de controles técnicos e contratuais. Transferência do risco financeiro residual via seguro. Aceitação do impacto residual como Crítico caso todas as camadas falhem simultaneamente.

R13 - Instabilidade financeira da contratada (IC=10 - Alto; impacto I5 Crítico)

A estratégia de mitigação para este risco é predominantemente de **transferência e monitoramento preventivo**, dado que a GOINFRA não pode controlar diretamente a saúde financeira da contratada, mas pode estabelecer salvaguardas contratuais que minimizem o impacto de uma eventual crise.



O **Sistema de Monitoramento Mensal de Regularidade** exige, como condição para o ateste de cada nota fiscal, a apresentação de comprovante atualizado de: regularidade junto ao FGTS (CRF), regularidade previdenciária (CND INSS), declaração de inexistência de débitos trabalhistas (CNDT) e extrato da folha de pagamento do mês anterior. Qualquer irregularidade suspende o ateste até regularização, com comunicação imediata ao Gestor do Contrato. A **Garantia Contratual de 5%** retida pela GOINFRA durante toda a vigência contratual — conforme exigência do edital — é o principal instrumento de cobertura financeira em caso de rescisão por inadimplemento. O valor aproximado de R$ 922.411,23 (5% do valor estimado de R$ 18.448.224,60) garante à GOINFRA recursos para cobrir as despesas de transição e o início de novo processo licitatório.

Estratégia de resposta: Redução de probabilidade (P2→P1) pelo monitoramento mensal. Transferência do risco financeiro via garantia contratual e seguro. Contingência: rescisão motivada com retenção da garantia e abertura imediata de novo processo licitatório.



R04, R08 e R09 – Riscos de Pessoal e Conformidade (IC=9 - Alto)

Para os três riscos com IC = 9 – substituição de profissional-chave (R04), não conformidade com a LGPD (R08) e apontamentos do TCE-GO (R09), a estratégia comum é de **padronização operacional com controles específicos por risco**. O R04 é mitigado pelo banco de suplentes pré-qualificados e pela gestão do conhecimento documentada. O R08 é mitigado pela Política de Proteção de Dados com mapeamento ROPA e treinamento obrigatório. O R09 é mitigado pelo checklist de conformidade com dupla revisão jurídica antes de cada entrega à DLC.

10. DOCUMENTAÇÃO E REGISTRO

10.1. Apresentar os procedimentos de gestão de documentos, incluindo organização e rastreabilidade, bem como as medidas de acesso e segurança da informação.

O modelo de gestão documental adotado para a execução do contrato de assessoramento técnico à GOINFRA fundamenta-se em quatro princípios:



O modelo é estruturado em três camadas funcionais sobrepostas: a camada formal (SEI), que abriga todos os documentos com valor jurídico, probatório ou contratual; a camada colaborativa (SharePoint/Microsoft 365), que abriga os documentos de trabalho, versões intermediárias e repositórios de referência; e a camada gerencial (plataforma web de gestão de demandas), que registra o ciclo de vida de cada Ordem de Serviço, desde a abertura até o ateste final do produto, gerando a trilha de auditoria operacional do contrato.

Organização documental – estrutura e codificação

Todos os documentos produzidos no âmbito do contrato seguem uma **estrutura de classificação hierárquica** composta por quatro níveis: **Produto** (P1 a P5), **Ação** (A1, A2, A3 dentro de cada produto), **Tipo de documento** (Relatório de Produto, Nota Técnica, ETP, Termo de Referência, Minuta, Ata de Reunião, OS, Plano, Termo de Acesso, Correspondência) e **Sequencial cronológico** (numeração

sequencial por tipo e período). O **código identificador único** de cada documento segue o padrão: **GOINFRA-[Produto]-[Ação]-[Tipo]-[AAAA-MM]-[Seq]**. Por exemplo: GOINFRA-P4-A3-NT-2026-03-007 identifica a Nota Técnica nº 7 do mês de março de 2026, produzida no âmbito do Produto 4, Ação 3 (TI e Inovação). Esse código é atribuído automaticamente pela plataforma web de gestão de demandas no momento da abertura da OS correspondente e reproduzido no campo de assunto do documento no SEI, garantindo a ligação entre o registro operacional e o arquivo formal.

O **Plano de Classificação Documental (PCD)**, elaborado pelo Coordenador Geral nos primeiros quinze dias do contrato e aprovado pelo Gestor do Contrato via SEI, define a taxonomia completa dos documentos por produto, os prazos de guarda para cada tipo, o responsável pela guarda e o destino final (preservação permanente no SEI ou descarte controlado após o prazo). O PCD é revisado anualmente ou sempre que um novo tipo de documento não previsto inicialmente for produzido em caráter recorrente.

Rastreabilidade documental – fluxo de versões e histórico de alterações

A rastreabilidade é garantida por meio de um **controle de versões estruturado** aplicado a todos os documentos de trabalho antes de sua entrega formal via SEI. Cada documento passa pelos seguintes estágios: **Rascunho (v0.x)** — elaborado pelo especialista responsável, identificado com marca d'água "MINUTA" e salvo no SharePoint na pasta do produto correspondente; **Revisão Interna (v1.x)** — revisado pelo Coordenador Setorial, com comentários rastreados no próprio arquivo e registro da data e do revisor no controle de versões; **Aprovação Gerencial (v2.x)** — revisado e aprovado pelo Coordenador Geral, que valida a conformidade técnica e a adequação ao escopo da OS; e **Versão Final (vF)** — documento assinado digitalmente, exportado em PDF/A e autuado no SEI como entrega formal.

Nenhuma versão anterior é apagada do repositório SharePoint. O histórico completo de versões é mantido pelo período de vigência do contrato mais vinte e quatro meses, em conformidade com o prazo prescricional aplicável aos contratos administrativos. A trilha de alterações fica acessível aos fiscais técnicos mediante solicitação ao Coordenador Geral, que a fornece em até dois dias úteis via e-mail com cópia no SEI.

As **Atas de Reunião** são um tipo documental de rastreabilidade especialmente crítico: toda reunião — operacional, mensal ou semestral — gera uma ata elaborada pelo Coordenador Setorial correspondente, revisada pelo participante da GOINFRA em até 24 horas e autuada no SEI em até 48 horas após a reunião. Eventuais discordâncias sobre o conteúdo da ata são registradas como anotação no próprio documento SEI pelo fiscal técnico, preservando a divergência sem apagar o registro original.

Perfil	Profissional	Escopo de Acesso	SEI	SharePoint	Plataforma Web
P - OP	Especialistas Técnicos Nível 3 / execução técnica	Acesso restrito ao produto e às ações específicas. Vedado acesso a documentos de outros produtos ou a sistemas além dos necessários para a atividade da OS vigente.	Leitura produto próprio	Leitura/edição pasta própria	Somente OS próprias
P - CO	Coordenadores Setoriais Nível 2 / gestão setorial	Acesso a todos os documentos e sistemas do produto sob sua responsabilidade. Vedado acesso a produtos de outros Coordenadores sem autorização do Coordenador Geral.	Leitura/edição produto	Leitura/edição produto	Todas as OS do produto
P - GE	Coordenador Geral Nível 1 / supervisão técnica	Acesso supervisionador a todos os produtos. Exceção: documentação no Termo de Acesso justificada pela necessidade de supervisão técnica e de assinatura dos documentos de entrega.	Leitura/aprovação todos os produtos	Leitura/aprovação todos os produtos	Visão gerencial completa
P - FT	Fiscais Técnicos (GOINFRA) Acesso de consulta e múltiplo	Acesso de consulta à plataforma web e ao SharePoint do produto correspondente. Sem acesso a versões intermediárias de outros produtos. Acesso pleno ao SEI institucional.	Pleno - SEI institucional	Leitura versão final do produto	Consulta KPIs do produto

Acesso à informação - perfis, concessão e revogação - O controle de acesso aos documentos e sistemas adota o princípio do **menor privilégio necessário**: cada profissional acessa apenas os documentos e sistemas estritamente necessários para o desempenho das suas funções no produto e ação a que está alocado. Não há perfis genéricos de acesso irrestrito, mesmo para o Coordenador Geral - cujo acesso ampliado é justificado pela necessidade de supervisão técnica de todos os produtos e é registrado formalmente no Termo de Acesso como exceção documentada.

Os perfis de acesso estão estruturados em quatro níveis: **Perfil Operacional** (Especialistas do Nível 3: acesso ao produto e ação específicos, somente leitura em sistemas institucionais); **Perfil Coordenação** (Coordenadores Setoriais: acesso aos documentos e sistemas do produto sob sua

responsabilidade, leitura e edição); **Perfil Gerencial** (Coordenador Geral: acesso supervisionado aos produtos, leitura e aprovação); e **Perfil Consulta da Fiscalização** (Fiscais Técnicos da GOINFRA: acesso de leitura ao painel da plataforma web e ao SharePoint do produto correspondente, sem acesso a versões intermediárias de outros produtos).



A **concessão de acesso** a qualquer sistema da GOINFRA (SEI, SISLOG, SIOFINet, SIGMATE, BIM) segue o seguinte rito: (1) Coordenador Geral encaminha solicitação ao Gestor do Contrato identificando o profissional, sistema, escopo e prazo do acesso; (2) Gestor do Contrato aprecia e, se aprovado, encaminha à Gerência de TI da GOINFRA para provisionamento; (3) profissional assina o Termo de Acesso e Confidencialidade antes de receber as credenciais; (4) o acesso é concedido com prazo definido, renovável mediante nova solicitação. Todo o rito é autuado via SEI específico de gestão de acessos contratuais.

A **revogação de acesso** é imediata e não depende de solicitação prévia nos seguintes casos: desligamento do profissional da equipe da contratada (por demissão, término de contrato ou qualquer outro motivo), encerramento ou rescisão do contrato principal, e identificação de uso indevido de credenciais. O protocolo de revogação é executado pelo Coordenador Geral junto à Gerência de TI da GOINFRA no mesmo dia do evento que o motivou, com registro no SEI em até 24 horas.

Segurança da informação – controles técnicos e organizacionais: A segurança da informação é tratada em duas dimensões complementares: controles **técnicos** (que atuam nos sistemas e dispositivos) e controles **organizacionais** (que atuam nos procedimentos e comportamentos da equipe).



Controles técnicos: Todos os dispositivos utilizados pela equipe para acesso a dados da GOINFRA são corporativos, com criptografia de disco completo habilitada. O acesso remoto a sistemas da GOINFRA é feito exclusivamente via VPN corporativa com autenticação de dois fatores. O armazenamento de documentos institucionais em dispositivos pessoais, serviços de nuvem pessoal (Google Drive, Dropbox, iCloud) ou e-mails pessoais é expressamente vedado pela política interna de segurança da contratada, sob pena de rescisão imediata do vínculo e comunicação ao Gestor do Contrato. Os documentos são transmitidos por canais seguros: SEI (assinatura digital), SharePoint corporativo com acesso autenticado, e-mail corporativo com protocolo de criptografia TLS.



Controles organizacionais: O Programa de Segurança da Informação da contratada, aplicado ao contrato, compreende: capacitação obrigatória de toda a equipe em segurança da informação e LGPD nos primeiros quinze dias do contrato; política de mesa limpa e tela bloqueada nas dependências da GOINFRA; vedação absoluta de discussão de informações sigilosas em ambientes públicos ou por canais não corporativos; procedimento de descarte seguro de documentos físicos (fragmentação); e plano de resposta a incidentes de segurança com notificação ao DPO da GOINFRA em até quatro horas da identificação do incidente.

O **Encarregado de Proteção de Dados (DPO)** da contratada é o Analista de Sistemas Sênior designado no Produto 4, que acumula a função de ponto de contato com o DPO da GOINFRA para todas as questões de conformidade com a LGPD relacionadas ao contrato. Qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais de servidores ou terceiros é comunicado imediatamente ao DPO da GOINFRA, seguindo o protocolo dos arts. 46 e 48 da LGPD, com registro formal no SEI.

.

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
EDITAL Nº 034/2026-GOINFRA
Contratação nº 115330, Processo nº 202500005021352

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para Assessoramento técnico no âmbito da Presidência, Diretoria de Gestão Integrada e Diretoria de Licitações e Contratações da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA.

CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRAGO

SIMEMP

PRODEC

SCB

FASE 2 – QUALITATIVA

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – QT



AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
EDITAL Nº 034/2026-GOINFRA
Contratação nº 115330, Processo nº 202500005021352

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para Assessoramento técnico no âmbito da Presidência, Diretoria de Gestão Integrada e Diretoria de Licitações e Contratações da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA.

CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRAGO

SIMEMP

PRODEC

SCB

FASE 2 – QUALITATIVA

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – QT

COORDENADOR SETORIAL 01



DGI Diretoria de Gestão Integrada | GO INFRA | SEINFRA Secretaria de Estado da Infraestrutura | GOVERNO DE GOIÁS O ESTADO QUE DÁ CERTO

ESTADO DE GOIÁS
SECRETÁRIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA
AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA

ANEXO II

FICHA CURRICULAR

Nome da Empresa: SIMEMP			Nome do Tecnico: DIEGLES SIMOES DE TOLEDO PEREIRA		N do CPF: 045.906.876-82
Data de Admissao:	Especializacao: Eng. Civil / BIM / Rodoviaria	Data Nascimento: 30/05/1980	Nacionalidade: Brasileiro	Endereco: diegles.pereira@simemp.com.br	

INSTRUÇÃO (APENAS 3º GRAU), CURSOS DE EXTENSÃO, APERFEIÇOAMENTO, PÓS GRADUAÇÃO, ETC.

Nº	Discriminação	Esclarecimento de Ensino ou Entidade	Localidade:	Duração:	Ano de Conclusão:
1	Engenharia Civil	Univ. Federal de Juiz de Fora - UFJF	Juiz de Fora - MG	5 anos	2004
2	Pos-graduacao em Engenharia Ferroviaria	Universidade Estacio de Sa	Rio de Janeiro	2 anos	2021
3	iRAP Star Rating Methodology – Analysis and Reporting course	iRAP – FIA Foundation	Rio de Janeiro	40 horas	2019
4	Mestrado em Ciências dos Materiais	Instituto Militar de Engenharia	Rio de Janeiro	2 anos	2006

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Identificação dos serviços executados (Objeto/Natureza; Localização; Extensão; Quantitativos)	Função Desempenhada	Período de Execução		Contratante	Cliente final
		inicio	fim		
Supervisao e Apoio a Fiscalizacao das Acoes de Manutencao, Conservacao, Restauracao, Sinalizacao e Seguranca Rodoviaria, Reabilitacao de OAEs. Rodovias PR-092, PR-151, PR-170, PR-281, PR-340, PR-412 e outras. Extensao total: 1.403,83 km. CAT CREA-PR n 1720250007981. Contrato 036/2022.	Corresponsavel Tecnico / Engenheiro BIM	03/05/2022	03/05/2025	Consorcio SIMEMP/NEOCONSTEC	DER-PR
Assessoramento em Gestao Publica e Engenharia Consultiva - DPP/DNIT. Analises tecnicas de anteprojetos, projetos basicos e executivos, vistoria, orcamento, plano de execucao de obra, estudo de viabilidade, geotecnia, pavimentacao, estudo de trafego, drenagem e pontes. Implementacao da metodologia BIM. Contrato 325/2020. CAT CREA-DF n 0720230000777.	Equipe Tecnica - Engenharia Consultiva	03/08/2020 a	30/09/2022	Consorcio STE/SIMEMP	DNIT - DPP
Atualizacao de projetos basicos e elaboracao de projetos executivos para reforma/recuperacao da estrada de acesso ao Parque Nacional da Serra da Canastra, Sao Roque de Minas/MG. Extensao: 9,63 km. Projetos de terraplenagem, drenagem, OAC, pavimentacao, sinalizacao (iRAP/BR-Legal), contencoes e ambiental.	Responsavel Tecnico e Coordenador do Projeto	26/04/2021 a	23/10/2021	SIMEMP	ICMBio / MMA
Coordenacao de projetos de ampliacao da capacidade e seguranca viaria - 1a fase do PRSV. Rodovias PR-323, PR-092 e PR-280, extensao: 492,28 km. Metodologia iRAP e Programa BR-Legal para o DER-PR.	Coordenador Tecnico	20/07/2020 a	16/05/2021	FAPEU/LABTRANS - UFSC	DER-PR
Estudos tecnicos de vantajosidade para obras de infraestrutura rodoviaria na BR-163/PA - Trecho 3 - Lote Unico - Entr.BR-230/163 - Ruropolis. 112 km. Analise economica e ambiental, mapeamento de oportunidades e riscos, analise ambiental estrategica com mapas tematicos.	Responsavel Tecnico	23/09/2020 a	13/11/2020	Construtora Sanches Tripoloni Ltda	DNIT
Consultoria para desenvolvimento de estudos, programas, projecoes e proposicoes na area rodoviaria. Analise critica dos modelos de regulacao do governo federal. PLOA 2020. CAT CREA-DF n 0720200000824.	Responsavel Tecnico	01/10/2019 a	03/02/2020	SIMEMP / Instituto Brasil Logistica - IBL	Instituto Brasil Logistica - IBL
Supervisao do Programa CREMA, PROARTE e Obras de Manutencao Rodoviaria - SR/DNIT-MG. LOTE 02 - 1.416 km. Inclui projetos de contencao de talude (redes metalicas em corte em rocha) - BR-166/MG, km 714, area de 3.733,42 m2.	Responsavel Tecnico	08/10/2019 a	04/04/2020	Consorcio SIMEMP/ETEL	DNIT - SR/MG
Supervisao do Programa CREMA, PROARTE e Obras de Manutencao Rodoviaria - SR/DNIT-MG. LOTE 01 - 1.676 km. Inclui duplicacao de Ponte sobre o Rio Aracuai - BR-367/MG, km 442, area de 1.010,40 m2. Elaboracao de projetos de OAE.	Responsavel Tecnico	08/10/2019 a	04/04/2020	Consorcio SIMEMP/ETEL	DNIT - SR/MG
Supervisao e fiscalizacao de obras - UL DE GURUPI/TO. Segmentos BR-153 (km 556,3 ao 799,3) e BR-242 (km 414,4 ao 457,2). Extensao: 289 km. CREMA 2a Etapa, restauracao e duplicacao da travessia urbana de Formoso do Araguaia/TO. Vistoria de 12 OAEs - 4.362,50 m2.	Corresponsavel Tecnico	01/02/2018 a	22/07/2018	Engespro Engenharia	DNIT

Elaboracao de Projeto Basico e Executivo de Engenharia para Construcao da Rodovia BR-158/MT - Lote 04. Coordenacao Tecnica, Estudos de Trafego, Projeto de Pavimentacao, Intersecoes, Retornos e Acessos. Extensao: 43,20 km.	Responsavel Tecnico	02/10/2010 a	29/06/2012	Dep. de Engenharia e Construcao - Exercito Brasileiro	DNIT / Min. da Defesa
Indicado para a Funcao: Engenheiro BIM / Engenheiro Civil		Assinatura do Tecnico:			
Nome do Informante: DIEGLES SIMOES DE TOLEDO PEREIRA	Qualificacao: Engenheiro Civil	Assinatura do Informante:			

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal – Crea-DF

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO Nº 00011316/2026-INT

Validade até: **30/03/2027**

Nome: **DIEGLES SIMOES DE TOLEDO PEREIRA** CPF: **045.906.876-82**

RNP: **1403400903** Carteira/Visto: **85665/D-MG - 16940/V**

Data do Visto/Registro: **26/06/2007**

Instituição de ensino: **UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

Título(s): **Engenheiro Civil**

Atribuições:
ARTIGO 7º DA RESOLUÇÃO 218/73 DO CONFEA.

CERTIFICAMOS que o profissional acima se encontra registrado no Crea-DF, nos termos da Lei Federal n. 5.194, de 24 de dezembro de 1966. CERTIFICAMOS, ainda, em face do estabelecido no art. 63 da referida lei, que o profissional mencionado não se encontra em débito com este Conselho. A presente certidão perderá sua validade caso o profissional acima tenha seu registro cancelado ou interrompido ou, ainda, haja alteração nos dados acima descritos. Certidão expedida por delegação de competência, conforme Portaria AD n°. 079 de 08/06/2020. Esta certidão não quita nem invalida qualquer débito ou infração em nome do profissional acima.
Emitida em 02/04/2026 09:20:28 horas (data e hora de Brasília).

Código de controle da certidão: **IQAHPO94CU**

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 3364980/2026
Emissão: 02/04/2026
Validade: 31/03/2027
Chave: a0w6A

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: DIEGLES SIMOES DE TOLEDO PEREIRA
Registro: 1403400903
CPF: ***.906.876-**
Endereço: **********

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 21/01/2005

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: RTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.
Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Data de Formação: 14/02/2004

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2026 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: NEOCONSTEC CONSULTORIA TÉCNICA LTDA
Registro: 0000935930
CNPJ: 28.542.082/0001-15
Data Ínicio: 26/04/2021
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Empresa: SIMEMP SERVIÇOS TÉCNICOS E OBRAS LTDA
Registro: 0000022276
CNPJ: 09.237.296/0001-33
Data Ínicio: 26/01/2023
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Historico Situacao Registro

Situacao:	Data Inicial:	Data Final:
ATIVO	26/06/2007	

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
951882
RTD

4º Ofício de Notas de Brasília-DF

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS

Pelo presente instrumento particular, a Simemp Serviços Técnicos e Obras Ltda. pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.237.296/0001-33, com sede à SHN QD 01 BLOCO D SALA 1205 Edifício Work Live CEP 71.701-040.

Representada por Renato Gomes dos Santos residente e domiciliado à Rua 01 chácara 25/2 A casa G6 Setor Habitacional Vicente Pires em Brasília-DF.

Em ora denominada CONTRATANTE, e o Profissional DIEGLES SIMÕES DE TOLEDO PEREIRA, CPF nº 045.906.876-82 Título Profissional Engenheiro Civil residente à Rua Pereira Nunes, 335 apt nº 304 Tijuca , Rio de Janeiro CEP: 20.080-005 com Carteira Profissional nº 85665/D-MG aqui denominado CONTRATADO, têm justo e avençado o seguinte:

PRIMEIRO

O presente instrumento, tem como objeto, a prestação de serviços de engenharia civil, sendo que, em sua vigência, o contratado deve manter seu registro regularizado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, sob pena de ser considerado extinto o presente instrumento.

 1º - O CONTRATADO terá absoluta autonomia no que respeita à responsabilidade técnica ora assumida.

 2º - Ambos, CONTRATANTE e CONTRATADO, comprometem-se a cumprir o estabelecido na lei nº 5.194, de 24.12.66, e respectiva regulamentação.

SEGUNDO

A duração do presente Contrato é por tempo indeterminado, podendo ser rescindido por qualquer das partes, mediante aviso prévio de 20 (vinte) dias.

TERCEIRO

O CONTRATADO, perceberá, mensalmente, honorários de R$ 3.000,00 que ser-lhe-ão pagos até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao vencido.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/171552007212610531421
CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 171552007212610531421-1
Data: 20/07/2021 17:28:10
Valor Total do Ato: R$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALV07330-IT13;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular
TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em terça-feira, 20 de julho de 2021 17:36:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
951882
RTD

Parágrafo único – Em nenhuma hipótese, o CONTRATADO perceberá remuneração inferior o Salário mínimo profissional, conforme previsto no artigo 82 da Lei nº 5.194, de 24.12.66, e na Lei nº 4.950-A, de 22.04.66.

QUARTO

O CONTRATADO terá o seguinte período de trabalho: SEMANAL: quinze horas (15) horas. O presente contrato reger-se-á pelo Código Civil Brasileiro e Legislação suplementar, não estabelecendo, em hipótese alguma, vínculo empregatício entre as partes.

Estando de pleno acordo, firmamos o presente contrato, elegendo o foro de Brasília para o deslinde das pendências porventura dele oriundas.

Brasília-DF, 22 de janeiro de 2019

Carimbo e Assinatura do Contratante

Assinatura do Profissional

Ricardo 4º OFÍCIO DE NOTAS DO DF

TESTEMUNHAS:

Luciana Bezerra de Melo — Nome legível

Luciana Bezerra de Melo — Assinatura

GLAUCE MARIA DANTAS LEMOS — Nome legível

Assinatura

4º OFÍCIO DE NOTAS - DF
SEPN QD 504, ED. MARIANNA, LOJA 108/114 - BRASILIA / DF
FONE: (61) 3326-5234/3038-2500/3702-7474
4oficiodenotas@gmail.com
RECONHECO e dou fe por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[0275774]-RENATO GOMES DOS SANTOS
TJDFT20190090057739DINV
Selo tjdft.jus.br - BSB, 22/01/2019 - 12:25:00
RSS-Tabelião: Evaldo Feitosa dos Santos
LEONIDAS FABIANO RODRIGUES CRUZ
QUALQUER EMENDA OU RASURA INVALIDARÁ O DOCUMENTO

Leônidas Fabiano R. Cruz
4º Ofício de Notas do Brasília DF
Escrevente Autorizado

4º OFÍCIO DE NOTAS - DF
SEPN QD 504, ED. MARIANNA, LOJA 108/114 - BRASILIA / DF
FONE: (61) 3326-5234/3038-2500/3702-7474
4oficiodenotas@gmail.com
RECONHECO e dou fe por AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de:
[0759610]-DIEGLES SIMOES DE TOLEDO PEREIRA
TJDFT20190090057727HAJP
Selo tjdft.jus.br - BSB, 22/01/2019 - 12:23:57
RSS-Tabelião: Evaldo Feitosa dos Santos
LEONIDAS FABIANO RODRIGUES CRUZ
QUALQUER EMENDA OU RASURA INVALIDARÁ O DOCUMENTO

Leônidas Fabiano R. Cruz
4º Ofício de Notas do Brasília DF
Escrevente Autorizado

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/17155200721261053142 1

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 17155200721261053142 1-2
Data: 20/07/2021 17:28:10
Valor Total do Ato: R$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALV07331-QHJ9;

CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular
TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em terça-feira, 20 de julho de 2021 17:36:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
951882
RTD

Cartório Marcelo Ribas
1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL, CASAMENTOS, PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
SCS Qd. 08 Bl. B-60 Sala 140-E Venâncio Shopping - Asa Sul - Brasília-DF CEP: 70.333-900
Site: www.cartoriomarceloribas.com.br Email: cartoriomribas-df@terra.com.br Tel.: (61) 3224-4026

Documento Protocolado, Registrado e Digitalizado sob o número 00951882.

Em 23/01/2019 Dou fé.

Titular: Marcelo Caetano Ribas
Francineide Gomes de Jesus
Selo: TJDFT20190210004529UVKL
para consultar www.tjdf.jus.br

Francineide Gomes de Jesus
Escrevente Substituta

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em terça-feira, 20 de julho de 2021 17:36:17 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/17155200721261053142 1

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 17155200721261053142 1-3
Data: 20/07/2021 17:28:10
Valor Total do Ato: R$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALV07332-VR4T;

CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa SIMEMP SERVICOS TECNICOS E OBRAS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa SIMEMP SERVICOS TECNICOS E OBRAS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a SIMEMP SERVICOS TECNICOS E OBRAS LTDA assumiu, nos termos do artigo 8°, §1°, do Decreto n° 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3°, inciso X, da Lei Federal n° 13.874/2019 e o artigo 2°-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7°, da Lei Federal n° 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **21/07/2021 12:09:18 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa SIMEMP SERVICOS TECNICOS E OBRAS LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é valida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

[1]**Código de Autenticação Digital:** 171552007212610531421-1 a 171552007212610531421-3
[2]**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b07e57c63e21d46e27fd2552391125d2c9bb9ce60e070ad7f87a63bc0759fddfcc4b0d906e69ea5fb26d1f914ce781bbf2572bd363583b4c28b31fcbb15df5837

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO

INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA

O Comandante do Instituto Militar de Engenharia, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a conclusão do Curso de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais, em 9 de março de 2006, confere o título de Mestre em Ciências a

Diegles Simões de Toledo Pereira

Identidade nº 8518408, expedida pelo SSP/MG, nacionalidade brasileira, natural de Minas Gerais, nascido(a) a 30 de maio de 1980 e outorga-lhe o presente Diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Rio de Janeiro, RJ, 22 de setembro de 2006

José Diniz Mesquita Abrunhosa - Ten Cel
Chefe da Divisão de Ensino e Pesquisa

Gen Bda Ernesto Ribeiro Ronzani
Comandante do Instituto Militar de Engenharia

Diplomado

O presente documento (ou anexo) foi conferido com o original e assinado digitalmente por Ordinerm - Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de São José do Rio Preto/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada em endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa - PR2
Divisão de Diplomas - PR1

Diploma registrado sob o nº. 56886, processo 23079.035629/08-57, em 15/08/2008.
Por delegação de competência do Ministério da Educação e Cultura nos termos da portaria MEC / DAU nº71 de 21/10/1977.

FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL
Marcos Pereira Guimarães
Aux. Adm. - 00/SIAPE 0360465
Pró-Reitoria de Graduação / PR1

Visto:
Profª Alma Rodrigues Diniz - SIAPE 0367285
Diretora da Divisão de Diplomas/PR1/UFRJ

José Antonio da Costa
Subst. Eventual da Diretora da
Divisão de Diplomas - SIAPE 0370471
Pró - Reitoria de Graduação UFRJ

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Guilherme Amorim Franco, em quarta-feira, 1 de fevereiro de 2023 08:32:01 GMT-03:00, CNS 11.326-6 - 3º Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de São José do Rio Preto/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

A Reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Engenharia Civil, em 14 de fevereiro de 2004, confere o título de

Engenheiro Civil

a

Diegles Simões de Toledo Pereira

filho de Elias José Pereira e de Edna Simões de Toledo Pereira, nascido a 30 de maio de 1980, natural do Estado de Minas Gerais, e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Juiz de Fora, 14 de fevereiro de 2004

Coordenadora

Diplomado

Reitora

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Guilherme Amorim Franco, em quarta-feira, 1 de fevereiro de 2023 08:32:01 GMT-03:00, CNS: 11.326-6 - 3º Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de São José do Rio Preto/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Este diploma vem assinado por Maria Margarida Martins Salomão - Reitora, Emilia Maria Fernandes Bastos - Coordenadora de Assuntos e Registros Acadêmicos e pelo(a) diplomado(a).

ESTE DIPLOMA FOI APRESENTADO
PARA REGISTRO NO CREA-MG
EM, 19 / 01 / 2005
MARIA DO SOCORRO N. NEVES ARAÚJO Mat 1143

UFJF - CURSO DE ENGENHARIA - Reconhecido pela Lei nº 3.454, (art 30), de 06/01/18.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Diploma registrado sob o nº 66.336,
no Livro G-120, folha 166,
Processo nº 23071. 001804/2004-20,
de acordo com o disposto no Artigo 48, § 1º, da Lei 9394/96.

Em 14 de fevereiro de 2004

Ana Maria dos Santos Gomes
Subgerente de Expedição e Registro de Diplomas

Emilia Maria Fernandes Bastos
Coordenadora de Assuntos e Registros Acadêmicos

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Guilherme Amorim Franco, em quarta-feira, 1 de fevereiro de 2023 08:32:01 GMT-03:00, CNS: 11.326-6 - 3º Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de São José do Rio Preto/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução n° 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-DF

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
0720200000824

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Atividade concluida

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - Crea-DF o Acervo Técnico do profissional **DIEGLES SIMOES DE TOLEDO PEREIRA** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **DIEGLES SIMOES DE TOLEDO PEREIRA** RNP: **1403400903** Registro: **85665/D-MG**

Título profissional: **Engenheiro Civil**

Número da ART: **0720190088747**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **26/12/2019** ....Baixada em: **18/03/2020**
Forma de registro: **Inicial**..... Participação técnica: **Individual**.....
Empresa contratada: **13037 -..SIMEMP SERVICOS TECNICOS E OBRAS LTDA**.....

Contratante: **INSTITUTO BRASIL LOGÍSTICA - IBL**..... CPF/CNPJ: **23.791.003/0001-96**

SAUS Quadra 1 Bloco J..... Número: S/N.... Bairro: Asa Sul..... CEP: 70070-944

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: SALA 603 EDIFÍCIO CLÉSIO ANDRADE

E-Mail: institutobrasillogistica@gmail.com Fone: (61....)32261841....

Contrato: ..... Celebrado em: 01/10/2019 Valor R$: 60.000,00.....

Vinculada a ART: ..... Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: SHN Quadra 1 Bloco D..... Número: s/n....

Bairro: Asa Norte..... CEP: 70701-040.....

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: ed. Fusion Sala comercial 1205

Data de Início: 01/10/2019 Conclusão efetiva: 03/02/2020 Coordenadas Geográficas: .....,.....

Finalidade: **Infra-estrutura** Código/Obra pública: .....

Proprietário: **INSTITUTO BRASIL LOGÍSTICA - IBL**..... CPF/CNPJ: **23.791.003/0001-96**

E-Mail: institutobrasillogistica@gmail.com Fone: (61....) 32261841..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Assessoria** Análise Rodovias , 1,0000 unidade;**2 - Consultoria** Estudo PROPOSTA DE MODELOS REGULATÓRIOS , 1,0000 unidade;**3 - Consultoria** Estudo ANÁLISE E PROPOSIÇÃO TÉCNICA DO SETOR RODOVIÁRIO , 1,0000 unidade;**4 - Consultoria** Estudo ANÁLISE CRÍTICA DOS MODELOS DE REGULAÇÃO , 1,0000 unidade;**5 - Consultoria** Estudo PROPOSTA DE ESTRUTURA DE TRABALHO , 1,0000 unidade;**6 - Coordenação** Estudo PROPOSTA DE MODELOS REGULATÓRIOS , 1,0000 unidade;**7 - Coordenação** Estudo ANÁLISE E PROPOSIÇÃO TÉCNICA DO SETOR RODOVIÁRIO , 1,0000 unidade;**8 - Coordenação** Estudo ANÁLISE CRÍTICA DOS MODELOS DE REGULAÇÃO , 1,0000 unidade;**9 - Coordenação** Estudo PROPOSTA DE ESTRUTURA DE TRABALHO , 1,0000 unidade;**10 - Gestão** Estudo PROPOSTA MODELOS REGULATÓRIOS , 1,0000 unidade;**11 - Gestão** Estudo ANÁLISE E PROPOSIÇÃO TÉCNICA DO SETOR RODOVIÁRIO , 1,0000 unidade;**12 - Gestão** Estudo ANÁLISE CRÍTICA DOS MODELOS DE REGULAÇÃO , 1,0000 unidade;**13 - Gestão** Estudo PROPOSTA DE ESTUDO DE TRABALHO , 1,0000 unidade;

Observações

RESPONSÁVEL TÉCNICO NO DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS,PROGRAMAS,PROJEÇÕES E PROPOSIÇÕES NA ÁREA RODOVIÁRIA.ANÁLISE CRÍTICA DOS ATUAIS MODELOS DE REGULAÇÃO,PROPOSTAS P/ALTERAÇÃO DE MODELOS REGULATÓRIOS EXISTENTES, PROPOSTA DE ESTRUTURA DE TRABALHO E ANÁLISE E PROPOSIÇÕES TÉCNICAS DO SETOR RODOVIÁRIO

Informações Complementares

CERTIFICAMOS QUE A CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT FOI CONCEDIDA ADMINISTRATIVAMENTE, CONFORME PARECER DE 30/06/2020 DA SUPERINTENDÊNCIA TÉCNICA E DE FISCALIZAÇÃO, DE ACORDO COM O PROCESSO Nº 206514/2020. **ATESTADO FOI OBJETO DE LAUDO TÉCNICO, CONFORME O ARTIGO 58 DA RESOLUÇÃO Nº 1025/2009, DO CONFEA.** CERTIDÃO VÁLIDA PARA O PROFISSIONAL ACIMA CITADO, **PARA O PERÍODO DE 01/10/2019 A 31/01/2020,** SOMENTE PARA OS SERVIÇOS CONSTANTES NA ART E NO ATESTADO, QUE SÃO CONDIZENTES COM AS **ATRIBUIÇÕES DO ART. 7º DA RES. 218/73.**

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 108459 a 108484, o atestado contendo <26> página(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 0720200000824
Data: 18/08/2020 Hora: 13:54:00
Código de Controle: STLEJIR

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.
A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnicoprofissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.
A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-DF (www.creadf.org.br).
A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

CRA-DF
Conselho Regional de
Administração do Distrito Federal

CERTIDÃO

Nº: A00175/2020

CERTIFICAMOS para os fins que se fizerem necessários, que o Atestado de Capacidade Técnica para prestação de serviços técnicos especializados, emitido pelo **INSTITUTO BRASIL LOGÍSTICA - IBL**, referente ao contrato de prestação de serviços assinado em 01 de outubro de 2019, refere-se ao RCA nº RCA0030/2020, de 17 de abril de 2020, em nome da empresa **SIMEMP SERVIÇOS TECNICOS E OBRAS LTDA**, CNPJ nº **09.237.296/0001-33**, registro no CRA-DF nº 90-10706, a qual tem como Responsável Técnico o profissional registrado abaixo, resguardando-nos de qualquer fato ou ato que venha a ser apurado que desabone ou comprove a falsidade do atestado.

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

- RENATO GOMES DOS SANTOS, inscrito no CRA-DF sob o n°: TPD/399

Brasília, DF, 22 de abril de 2020.

ESTA CERTIDÃO É VÁLIDA POR 6 (SEIS) MESES.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site e número de controle abaixo:

http://cra-df.implanta.net.br/servicosOnline/Publico/ValidarDocumentos/
dec4b828-0abc-4613-954e-5558f159c924

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108459

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA - COMPLEMENTAR

Atestamos para os devidos fins que a empresa **SIMEMP SERVIÇOS TÉCNICOS E OBRAS LTDA, com sede no SHN Qd. 01 Bloco "D", Conjunto "A", Sala 1205 - Asa Norte-Brasília/DF – CEP 70.701-040, inscrita sob o CNPJ 09.237.296/0001-33,** executou a contento os *Serviços Especializados na Área de Consultoria para Desenvolvimento de Estudos, Programas, Projeções e Proposições na Área Rodoviária*, descritos no Atestado de Capacidade Técnica emitido em 20 de fevereiro de 2020, onde a abrangência dos Serviços limitam-se as atividades desenvolvidas e apresentadas de forma sintetizada no RELATÓRIO CONSOLIDADO DE ATIVIDADES, apresentado anexo, em caráter complementar.

Brasília, 14 de abril de 2020

João Augusto Cabral de Araújo
DIRETOR-EXECUTIVO
INSTITUTO BRASIL LOGÍSTICA - CONTRATANTE

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108460

1º Ofício de Notas e Protesto de Brasília
CRS Quadra 505 - Bloco C - Lotes 1, 2 e 3 | CEP: 70.350-530 | Brasília - DF
Fone: (61) 3799-1515 | www.cartoriojk.com.br
CARTÓRIOJK
Tabelião: Mc Arthur Di Cavalcante Camargo
RECONHECO E POR SEMELHANCA A(S) FIRMAS DE:
[7I7KfkR0]-JOAO AUGUSTO CABRAL DE ARAUJO
TJDFT20200010426075XTBN
DSA-Consultar selo: ""www.tjdft.jus.br""
BSB,14/04/2020 - 11:22:01
MARLUCIA DA SILVA MELO

1º Ofício de Notas e Protesto de Brasília
MARLUCIA DA SILVA MELO
Escrevente
Cartório JK



INSTITUTO BRASIL LOGÍSTICA
SAUS Q1 Bloco J – Entradas 10 e 20 – Torre A – Edifício CNT, Sala 603
Brasília - Distrito Federal
CEP: 70.070-944
Telefone: (61) 3226-1841
E-mail: ibl@ibl.org.br

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE ATIVIDADES
Consultor/Colaborador: Simemp Serviços Técnicos e Obras LTDA
Data de Assinatura: 01/10/2019
Vigência do contrato: 04 meses (01/10/2019 a 31/01/2020)
Valor total do Contrato: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)
Período consolidado: 01/10/2019 a 31/01/2020
Data de encaminhamento: 17/02/2020

Relatório IBL – Câmara Temática de Rodovias

RELATÓRIO CONSOLIDADO

Tema - Consolidação das Atividades Desenvolvidas, por meio do atendimento aos objetivos da contratação descritos nas alíneas a seguir:

a) Análise crítica dos atuais modelos de regulação do governo federal, assim como das agências vinculadas ao ministério da infraestrutura, inerentes às atividades do setor rodoviário;

b) Propostas para alteração dos modelos regulatórios existentes e/ou criação de novos programas de governo, inerentes a regulação na área de transporte Rodoviário;

c) Proposta de estrutura de trabalho do IBL associado às câmaras temáticas da FRENLOG;

d) PLOA 2020 - Análise e proposições técnicas do setor rodoviário federal.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 108462

CONTEXTUALIZAÇÃO

O IBL – Instituto Brasil Logística constitui-se como uma entidade privada sem fins lucrativos que oferece suporte técnico para a Frente Parlamentar Mista de Logística de Transporte e Armazenagem (Frenlog), que reúne senadores e deputados federais de diversos estados e partidos.

A presente contratação buscou fortalecer o Instituto em suas competências e atribuições, procurando junto ao mercado, a excelência em consultoria especializada para o aprimoramento dos processos e modelo de gestão das atividades e trabalhos relacionados entre o IBL e a FRENLOG, para a realização de análise crítica, independente, frente a legislação vigente acerca dos modelos de regulação apresentados pelo Governo Federal para o setor rodoviário, bem como, para o desenvolvimento de estudos para proposição novos Programas, inerentes a regulação na área de transporte rodoviário.

A Simemp Serviços Técnicos e Obras é uma empresa com mais de 10 anos de experiência em Gestão Pública e Engenharia Consultiva, composta por uma equipe técnica multidisciplinar, consolidando sua atuação em diferentes setores da infraestrutura de transporte.

ESTRUTURAÇÃO DOS TRABALHOS

Todo trabalho foi conduzido observando as boas práticas de mercado, no qual inicialmente foi idealizado o Planejamento das Ações, contemplando o Gerenciamento e o Acompanhamento dos trabalhos, por meio de adoção de Metodologia de Gestão do Projeto conforme os padrões do PMI, que inclui a elaboração de um Plano de Trabalho, reportes e acompanhamentos sistemáticos quanto a evolução do projeto e entregas dos produtos.

O plano apresentou toda a estratégia da equipe, desde a definição do escopo do projeto, fases e etapas do projeto em cronogramas, riscos envolvidos e fluxo de comunicações, incluindo as áreas de conhecimento de gerenciamento de escopo, custos, prazo, qualidade, recursos (humanos, infraestrutura, tecnológicos), contratos, integração, riscos e comunicação. O mesmo foi elaborado por meio da adoção das boas práticas do PMBoK (Project Management Body of Knowledge).

O projeto foi acompanhado sistematicamente com o objetivo de ajustes de curso do projeto e deliberações que se faziam necessárias.

Toda a elaboração do Plano e gestão das atividades foram realizadas por um Engenheiro habilitado, com experiência em infraestrutura rodoviária e especializado com a certificação PMP®.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108463

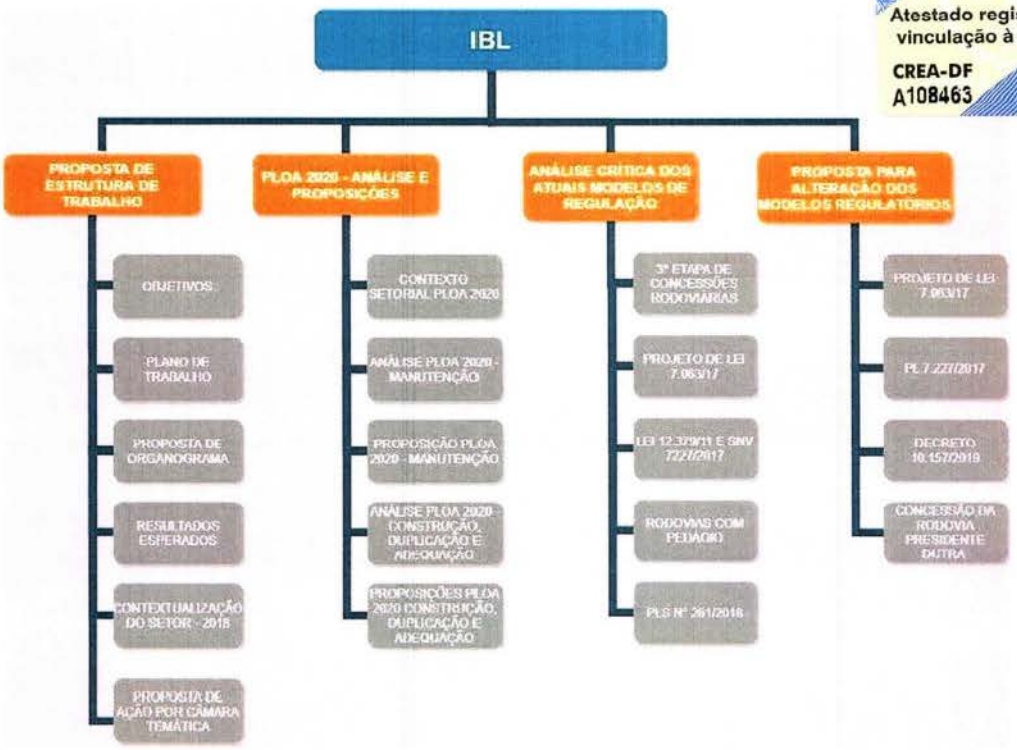


Figura 01 - Estrutura Analítica do Projeto - EAP

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

	AÇÕES		out/19				nov/19				dez/19				jan/20				fev/20
		Semanas	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1
1	**Proposta de estrutura de trabalho do IBL associado às câmaras temáticas da FRENLOGI**	P																	
1.1	Objetivos																		
1.2	Plano de Trabalho																		
1.3	Proposta de Organograma																		
1.4	Resultados esperados																		
1.5	Contextualização do setor - 2018																		
1.6	Proposta de ações por câmara temática																		
2	**PLOA 2020 - Análise e proposições técnicas do setor rodoviário federal**	P																	
2.1	Contexto setorial PLOA 2020																		
2.2	Análise PLOA 2020 - Manutenção (Rodovias sob jurisdição do DNIT)																		
2.3	Proposições PLOA 2020 - Manutenção																		
2.4	Análise PLOA 2020 -Construção, duplicação e adequação (Rodovias sob jurisdição do DNIT)																		
2.5	Proposições PLOA 2020 -Construção, duplicação e adequação (Rodovias sob jurisdição do DNIT)																		
3	**Análise crítica dos atuais modelos de regulação do governo federal, assim como das agências vinculadas ao ministério da infraestrutura, inerentes às atividades do setor rodoviário**	P																	
3.1	3a etapa de concessões rodoviárias - Possíveis soluções																		
3.2	Projeto de Lei 7.063/17, que muda o marco regulatório de Parcerias Público-Privadas (PPPs), de concessões e de fundos de investimento em infraestrutura.																		
3.3	Lei no 12.379-2011 SNV e PL 7227 de 2017																		
3.4	Rodovias com pedágio - Cobrança proporcional à utilização do km efetivamente rodado																		
3.5	PLS n° 261 de 2018.																		
4	**Propostas para alteração dos modelos regulatórios existentes e/ou criação de novos programas de governo, inerentes à regulação da área de transporte Rodoviário**	P																	
4.1	Projeto de Lei 7.063/17, Mudança no marco regulatório de Parcerias Público Privadas (PPPs), de concessões e de fundos de investimento em infraestrutura.																		
4.2	O PL 7227/2017, altera a Lei no 12.379, de 06 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, estando ainda em análise no congresso.																		
4.3	Decreto 10.157/2019 e Resolução N° 71 do PPI																		
4.4	Concessão da Rodovia Presidente Dutra (BR 116/NIO – SÃO PAULO) -Oportunidades e Riscos																		
5	Revisões das Ações Entregues	P R																	
	MARCOS DO PROJETO						K-1				K-2				K-3				K-4 Relatório Consolidado

Legenda:
Previsto
Realizado

Figura 02 - Cronograma de Execução

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108464

ENTREGAS REALIZADAS

O trabalho foi desenvolvimento e entregue em 04 (quatro) produtos intermediários, divididos em relatórios mensais, compreendendo o atendimento dos objetivos previstos no escopo do contrato.

A seguir estão apresentados de forma consolidada as abordagens desenvolvidas pela consultoria:

1) **Objetivos apresentados nas alíneas (a) Análise crítica dos atuais modelos de regulação do governo federal, assim como das agências vinculadas ao ministério da infraestrutura, inerentes às atividades do setor rodoviário e (b) Propostas para alteração dos modelos regulatórios existentes e/ou criação de novos programas de governo, inerentes a regulação na área de transporte Rodoviário;**

Nestas etapas, a empresa realizou trabalho de consultoria, atuando como um verificador independente dos modelos regulação do governo federal, incluindo análise de macroindicadores, indicadores estratégicos e indicadores gerenciais no que tange às etapas de gestão de empresas prestadoras de serviços sob concessão rodoviária, críticas a modelagens de concessão, processos de aquisição e gestão de procedimentos de controles e operacionais. Entregas realizadas pelo relatório 03 (dezembro/2019) e relatório 04 (janeiro/2020).

Os estudos foram aplicados nos seguintes projetos:

- ✔ Avaliação das alternativas e soluções possíveis frente aos problemas enfrentados pelos contratos de concessão rodoviária licitados pela **3ª. Etapa de Concessões Rodoviárias**, compreendendo 07 (sete) contratos que totalizam **5.348,7 km** de rodovias.

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-040/DF/GO/MG (VIA 040)	Brasília/DF a Juiz de Fora/MG	936,8
BR-101/ES/BA (ECO101)	Da divisa RJ/ES até o entroncamento com a BA-698 (acesso a Mucuri/BA)	475,9
BR-153/TO/GO (GALVÃO) **Caducidade Declarada**	Do entroncamento com a BR-060 em Anápolis/GO até o entroncamento com a TO-080 em Paraíso do Tocantins/TO, e de Paraíso do Tocantins/TO até Palmas/TO (TO-080)	624,8
BR-050/GO/MG (MGO RODOVIA)	Do entroncamento com a BR-040, em Cristalina/GO até a divisa MG/SP (município de Delta/MG)	436,6
BR-163/MT (CRO)	Da divisa MT/MS até o início da travessia urbana de Sinop/MT	850,9
BR-163/MS (MS VIA)	Trecho integralmente inserido no estado de Mato Grosso do Sul (início na divisa com o estado do Mato Grosso e término na divisa com o Paraná)	847,2
BR-060/153/262/DF/GO/MG (CONCEBRA)	Do entroncamento com a BR-251/DF até a divisa MG/SP para a BR-060/153 e do entroncamento com a BR-153/MG até o entroncamento com a BR-381/MG para a BR-262	1.176,5
	TOTAL	5.348,7

Figura 03 – Quadro Resumo das Rodovias Concedidas na 3ª. Etapa de Concessões Rodoviárias

Para facilitar a comparação entre as alternativas de solução, foi realizado o mapeamento e elaborada uma Matriz de Risco para análise e gestão dos riscos, derivada da tabela de comparação entre as alternativas de solução desenvolvida pela ANTT, onde são demonstradas na perspectiva dos riscos o processo de identificação desses, bem como suas causas, de acordo com os escopos e respectivas especificações executivas. Neste sentido, os primeiros vetores considerados para a identificação dos riscos inerentes a escolha do caminho, são: as causas, o risco propriamente dito e os efeitos ou materialização deste.

MATRIZ DE RISCO							
TIPO DE RISCO	CAUSAS	RISCO	MATERIALIZAÇÃO (CUSTO)	MATERIALIZAÇÃO (PRAZO)	RESPOSTA AO RISCO	ESTRATÉGIA DA RESPOSTA	CATEGORIA DO RISCO
Legal	**Previsão normativa:** **Lei nº 8.987/1995 Art. 27.** **Não atendimento a:** - capacidade técnica; - idoneidade financeira; e - regularidade jurídica e fiscal	Caducidade	Nível tarifário alto, Prejuízo ao erário público (R$ 430 mi/ano - 3ª etapa) e Oneração da capacidade administrativa	Descontinuidade (Tempo de transição de 4 a 5 anos)	Pagamento via OGU (Estimado em R$ 5,8 bi para a 3ª Etapa)	Contingência	Ameaça
	Previsão normativa: **Lei nº 13.448/2017 (pendente)** Surgimento de novas condições contratuais e como novos contratados e incapacidade de adimplir as obrigações contratuais ou financeiras assumidas	Relicitação	Nível tarifário alto e Oneração da capacidade administrativa	Continuidade em nível mínimo (Tempo de transição de 2 a 3 anos)	Pagamento pela futura concessão (estimado em mais de R$ 5,8 bi para a 3ª Etapa)	Contingência	Ameaça
	Previsão normativa: **Lei nº 8.987/1995** **Lei nº 10.233/2001 e** **Resoluções ANTT nº 675/2004 e nº 1.187/2005** Surgimento de novas condições contratuais e como novos contratados e incapacidade de adimplir as obrigações contratuais ou financeiras assumidas	Revisão contratual	Nível tarifário baixo e Oneração da capacidade administrativa	Continuidade	Novo contrato com duplicação obrigatória (cronograma priorizado)	Contingência	Ameaça

Figura 04 – Matriz de Risco das Alternativas de Soluções

Apontamentos Realizados:

A revisão dos contratos de concessão com a reprogramação das obras, melhor se encaixam ao interesse público, desde que, com o Estudo de Tráfego atualizado e com o cenário econômico vivenciado, mediante os ajustes contratuais correspondentes. A concessionária teria capacidade técnica e operacional para continuar à frente da concessão e os usuários seriam minimamente impactados, além de estar de acordo com a Resolução nº 1.187/2005 e a Resolução ANTT nº 5.172/2016, como também pelo Parecer nº 00371/2017/PF-ANTT/PGF/AGU, de 13/01/2017, pelo Acórdão nº 2014/2008- TCU-Plenário.;

- ✔ **Projeto de Lei nº 7.063/2017**, que muda o marco regulatório de Parcerias Público-Privadas (PPPs), de concessões e de fundos de investimento em infraestrutura;

Apontamentos Realizados:

- O instrumento da devolução amigável de concessões com problemas financeiros é reforçado;
- Dificuldade de caducidade (rescisão unilateral) dos contratos pelas agências reguladoras;
- Permissão de reajustes automáticos das tarifas sem a necessidade de homologação dos órgãos reguladores, quando os valores forem baseados em "fórmulas matemáticas";
- Autorização da "redução ou extinção" de multas e penalidades em caso de transferência do controle acionário;

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108465

- Compartilhamento de riscos nos contratos de concessão é importante;
- Concessão simplificada – O Projeto está prevendo a criação de uma nova modalidade de concessão, que será feita de forma mais ágil a 'concessão simplificada', para projetos de parcerias de valor limitado a R$ 100 milhões além de trabalhar com a dispensa: a definição de valor mínimo de outorga no caso de licitação pelo critério de maior pagamento de outorga; e o cálculo da tarifa de referência para a licitação no caso de licitação pelo critério de menor tarifa;
- Modelo Híbrido
  - Outorga carimbada – Necessário prever investimentos do valor de outorga em obras públicas sem a destinação do valor anteriormente ao OGU, para o caso de Ferrovias pode burocratizar a destinação de recursos de investimentos cruzados, mas para Rodovias este item, com alguns ajustes, é de extrema importância;
  - Para o usuário geral o grande ganho seria a maior agilidade e na quantidade de obras que poderá advir desta nova lei, mas para o usuário de rodovias o ganho com a "Outorga carimbada" em que o dinheiro pago por uma concessão teria que ser obrigatoriamente usado em determinada obra resolve uma situação em que hoje o recurso vai direto para a união;
- Tarifa diferenciada - No modelo proposto à tarifa diferenciada e por tipo de pista dupla ou simples, mas a opção mais justa seria também por região carente, em desenvolvimento e desenvolvida.
- Desconto Básico de Tarifa - Desconto aplicado para usuários de cobrança automática, esse desconto tem que ser integral relativo ao ganho entre pagamento em dinheiro na praça e a utilização de tags.
- Desconto de Usuário Frequente - DUF
  - Desconto aplicado aos usuários frequentes da rodovia, com decréscimo do valor cobrado a cada passagem;
  - Aplicado apenas as categorias de passeio, procurando compensar usuários com motivo trabalho e/ou estudo;
  - Esse desconto não pode estar associado à implantação de praças em trecho próximo das cidades, e deve ser estendido a veículos de carga de consumo (até três eixos).

✔ **<u>Projeto de Lei nº 7.227/2017</u>**, altera a Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação Estando ainda em análise no congresso;

Apontamentos Realizados:

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108466

- O novo PL reintroduz a relação descritiva dos trechos, que foi suprimido na lei 12.379;
- Sugestão de análise por equipe multimodal, uma vez que o projeto engloba Rodovias, Ferrovias, Hidrovias e Aeroportos

✔ **Projeto de Lei nº 261/2018**, que dispõe sobre a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infra estruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011;

Apontamentos Realizados:

- Possibilidade de expansão da malha ferroviária existente e a exploração do transporte ferroviário mediante a autorização:
  - Atualmente a exploração do transporte ferroviário só ocorre mediante concessões em ferrovias públicas (processo complexo envolvendo estudos, audiência pública, licitação, etc.), o PLS 261 permitirá a exploração por autorização em ferrovias privadas (processo simplificado) tornando mais atrativo o processo de formulação de parcerias com o setor privado já que haverá uma desburocratização para que estes interessados possam investir e construir ramais e ferrovias;
- Aproveitamento de trechos abandonados e/ou com baixa utilização:
  - Apesar de existirem aproximadamente 30 mil quilômetros de ferrovias, dados da Revista Ferroviária e ANTT apontam que o transporte regular ocorra em apenas um terço desta malha, logo existe uma extensão considerável de malha não utilizada, que com o advento do PLS 261 poderá ser utilizada por meio do regime de autorização que tornará estes trechos mais atrativos, através da cisão dos trechos atuais de concessões para futuras autorizações, por que para uma grande concessionária um determinado ramal pode não ser viável, mas associado com outros projetos pode se tornar viável para um privado;
- Centralização e harmonização da legislação sobre ferrovias e as questões de segurança do transporte:
  - O PL nº 261 traz referências técnicas e definições que envolvem a segurança e o transporte ferroviário (p.e. conceitos de tráfego mútuo, direito de passagem além da nomenclatura de ferrovias e acessos ferroviários) como forma de positivar normativos legais e infralegais existentes, dando segurança jurídica para os usuários, concessionários e futuros autorizatários e investidores no setor ferroviário;
- Criação da autorregulação ferroviária:

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108467

- O PL nº 261 permite a possibilidade de criação de entidades de autorregulação em que o próprio mercado promova a gestão e a coordenação do trânsito de pessoas e de mercadores pelas ferrovias de diferentes empresas ou operadores ferroviários, cabendo ao Poder Pública a atuação nos conflitos, seguindo exemplos de sucesso como o dos Estados Unidos onde a instituição da autorregulação trouxe ganhos de produtividade, melhores tarifas impactando em maior competitividade do modal ferroviário com outros modos de transporte e reduzindo o custo de frete nacional;

- Retomada de investimentos na indústria ferroviária nacional:
  - De forma geral, o novo marco legal ferroviário proposto pelo PL nº 261, criará um ambiente institucional favorável para retomada da indústria ferroviária nacional, promovendo a retomada de investimentos pelo setor privado já que hoje vivemos um momento de restrição fiscal-orçamentária. Nessa seara são muitas as possibilidades, como por exemplo, a retomada de investimentos em trens de passageiros que hoje se limita à Estrada de Ferro de Carajás (EFC) e Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM) ambas da Vale;

✔ **Decreto 10.157/2019 e Resolução Nº 71 DO PPI**, que dispõe sobre a Instituição da Política Federal de Estímulo ao Transporte Rodoviário Coletivo Interestadual e Internacional de Passageiros;

Apontamentos Realizados:

- Os chamados fretamentos colaborativos irão avançar na prestação desse segmento de serviço público sem que esteja submetido a nenhum controle, nem mesmo de pagamento de impostos e atendimento às obrigações legais de ofertar as gratuidades para deficientes carentes, idosos e jovens carentes;

- Entrada de várias operadoras nos mercados de maior densidade causando o abandono dos mercados de classe social mais baixa e que depende exclusivamente deste tipo de transporte;

- Atuação predatória de linhas de grande curso que operam em superposição às de menor extensão, inclusive dos serviços intermunicipais, causando-lhes inviabilidade;

- Grande possibilidade de a oferta do serviço público de transportes à população ficar inviabilizada, pois com liberalidade plena da prestação, seguramente que nenhuma empresa fará os atendimentos de localidades remotas e de baixa demanda;

- Alta possibilidade de abandono dos serviços por empresas que não resistirão à concorrência predatória com a concentração de grandes empresas que resistirem aos ataques da concorrência;

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108468

- Por fim, indica-se a necessidade de acompanhamento e monitoramento para verificação das medidas alternativas a serem propostas ao governo Federal.

✔ **Projeto do Estudo da Nova Concessão da Rodovia Presidente Dutra BR-116 (trechos entre Rio – São Paulo) e BR 101 (trechos da Rio - Santos), totalizam 597,5 km de rodovias** – Riscos x Oportunidades

Análise do projeto disponível em:

https://participantt.antt.gov.br/Site/AudienciaPublica/VisualizarAvisoAudienciaPublica.aspx?CodigoAudiencia=410

Apontamentos Realizados:

- A Dutra é a rodovia mais importante do País, não faz sentido retirar o trecho na Baixada Fluminense, e colocá-lo na concessão da Rio-Teresópolis. A nova concessão da Dutra deve contemplar, no mínimo, o que é hoje, para garantir aos usuários um único sistema com tarifas, obras, prazos e condições igualitárias em todo o trecho RIO – SP;
- Redução do escopo da Rio-Santos, eliminando as custosas obras de duplicação entre Angra dos Reis e Ubatuba, devido ao baixo volume de tráfego nesse trecho. O governo informa que os investimentos custarão 30% do valor total a ser investido no sistema e gerarão apenas 5% da receita total prevista. O que significa que os usuários da Dutra, especialmente os caminhões, é que pagarão a conta. Sugestão de duplicação entre o entroncamento com a BR145 e Mangaratiba. No restante do trecho, deverão ser feitas ampliações de capacidade, com terceiras-faixas, onde o estudo de capacidade de tráfego apontar, para o horizonte da concessão dentro do conceito gatilho;
- Reinclusão do trecho ao longo da Baixada Fluminense na concessão da Dutra;
- Aplicar o valor de outorga em obras e não para o Tesouro Nacional – utilizar para adiantar a nova pista da serra das Araras, ou mesmo retirar a opção de outorga;
- Redução radical do prazo para conclusão da obra na Serra das Araras. Não há justificativa para uma obra de apenas 8km, por mais complexa que seja, demorar tanto tempo, média de 2 km por ano segundo o PER - Programa de Exploração da Rodovia que a ANTT publicou e apresenta em audiências públicas. A obra sequer inicia no atual governo, cujo mandato termina em 2022, já que a obra inicia em 2024 com previsão de término em 2029. Uma opção seria atrelar a cobrança na praça mais próxima ao término das obras ou ser iniciada imediatamente com um prazo de conclusão de três anos. Estando essa condição explicitada no edital, o valor total de oferta de outorga deverá ser reduzido significativamente, mas será uma forma de

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108469

garantir que esse recurso vá para agilização de obras estratégicas e não para o Tesouro;

- As pistas laterais devem ser contínuas e em todos os trechos da Baixada fluminense, vale do paraíba e região metropolitana de São Paulo. O projeto prevê apenas 40 km de pistas laterais e mesmo no novo projeto ainda há interrupções. Na percepção dos próprios usuários, para o atual contexto, a real necessidade duas vezes maior sem considerar projeções de demandas futuras, por exemplo, projeções até 2050. Os estudos apontam a necessidade de 160 km distribuídos ao longo da rodovia;

- Retirada da praça de pedágio em Barra Mansa, reincluindo a praça de Viúva graça;

- Reestudo do valor de desconto para utilização de TAGS, no projeto apresentado o desconto é de 5%, mas não apresenta os estudos sobre o assunto. Esse desconto pode ser mais benéfico para o usuário em caso de maior utilização do dispositivo;

- O Edital deverá prever as condições para a implantação do free-flow em toda a via, permitindo que os usuários paguem apenas pelo trecho percorrido, o que deverá garantir redução significativa do valor de pedágio, na medida que muitos mais pagarão, em relação ao que ocorre atualmente. Essa experiência será vital para ampliar essa dinâmica nas demais rodovias, levando à uma redução significativa de custo do pedágio/km percorrido;

- O DUF – Desconto para Usuário Frequente, deve ser estendido aos caminhões e não apenas aos carros de passeio. O DUF proposto é um benefício para os usuários que utilizam o eixo rodoviário para seus deslocamentos diários, com o desconto aplicado a ser assumido pelo Governo Federal, que pagará a concessionária o valor da tarifa integral. O que precisa ser revisto é a proporção do desconto a ser aplicado. Atualmente se o usuário passar pela mesma praça de pedágio 30 vezes no mês e no mesmo sentido, ele pagará um valor de tarifa final com um valor que representa o valor acumulado do trecho de cobertura de uma viagem de curta distância referencial. Exemplo: a tarifa na praça de Moreira César é de R$ 15,20, mas se o usuário atender os requisitos do DUF ele passará a pagar na 30ª passagem e sucessivas/mês o valor de R$ 0,91. A proposta é que a proporção do desconto seja revisto, com o valor mínimo a ser pago igual ao trecho de cobertura de uma viagem de curta distância referencial, ou seja, continuando no exemplo de Moreira César, o usuário ao atender os requisitos do DUF, passaria a pagar na 30ª passagem e sucessivas/sentido o valor de R$ 4,50. Nesta situação ainda se mantém a justiça de pagamento da tarifa pelo trecho percorrido estimado, sem onerar em demasia a parcela devida à concessionária do Governo Federal. No EVTEA o impacto do DUF foi

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108470

avaliado sobre uma base amostral de perfil de viagens do usuário restrita e o impacto financeiro teve a adoção de parâmetros que aumentam os riscos financeiros do ativo, principalmente para o Governo Federal. A proposta é estender o DUF para as motocicletas e para os motoristas autônomos de caminhões de 2 e 3 eixos. A opção por motoristas autônomos de caminhões de 2 a 3 eixos, é que o perfil de viagens no eixo rodoviário em estudo, é de uso frequente da rodovia, em viagens de curta distância para a distribuição de bens nas regiões metropolitanas.

- Sistema de atendimento ao usuário:
  - ❖ Para a ambulância do tipo C: tempo de chegada ao local de atendimento não superior a 15 minutos em 90% das ocorrências mensais;
  - ❖ Para a ambulância do tipo D: após o acionamento está deve ter um tempo de chegada ao local de atendimento não superior a 15 minutos em 90% das ocorrências mensais;
  - ❖ Para guincho leve: tempo de chegada ao local de atendimento não superior a 15 minutos em 90% das ocorrências mensais;
  - ❖ Para guincho pesado: tempo de chegada ao local de atendimento não superior a 40 minutos em 90% das ocorrências mensais;
  - ❖ Considerações: O Parâmetro está adequado, porém, recomenda-se acrescentar um tempo máximo para os 10% restantes das ocorrências mensais e dessa forma definir meios para punir possíveis abusos que possam ser cometidos pela concessionária;
  - ❖ Para as situações em que os parâmetros não atendem a expectativa da sociedade, o único meio legal que a ANTT possui para evitar abusos é a Resolução nº 4071 de 03/04/2013 / ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres (D.O.U. 24/07/2013), que define:
  - ❖ Prazo máximo para restabelecer a Fluidez. VIII - Deixar de remover material da(s) faixa(s) de rolamento(s) ou acostamento(s) que obstrua ou comprometa a correta fluidez do tráfego no prazo de 6 (seis) horas a partir do evento que lhe deu origem;
  - ❖ Porém 6 horas é muito tempo para aguardar serviço médico ou guincho, mas é exatamente isso que poderá ocorrer quando estabelece tempo médio em 90% das ocorrências mensais. É perfeitamente compreensível a necessidade de reduzir o OPEX para o serviço de atendimento ao usuário e assim reduzir as tarifas de pedágio, porém, tem que estabelecer formas para

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108471

evitar o abuso e garantir serviços de qualidade para a sociedade, pois, é exatamente na prestação do serviço que a sociedade consegue avaliar as vantagens do pagamento do pedágio;

- ❖ Proposta: acrescentar um tempo máximo para os 10% de até 50 ou 60 minutos.

- o Postos de atendimento ao usuário e Bases: Deverá ser acrescida bases no início e final da serra das araras bem como uma base próxima do meio em ambas as pistas, e ainda painéis informativos de tráfego de forma maciça em toda a extensão da rodovia informado das condições de tráfego, de forma a evitar que os usuários fiquem "presos" em engarrafamentos por acidentes outros;
- o Criação de bolsões de estacionamentos para veículos de carga no nas entradas das cidades de Rio, São Paulo, Volta Redonda e São José dos Campos;
- o Aumento do número de paradas de descanso a cada 100 km, hoje estão previstas somente 2;
- o Para a Dutra é importante definir Parâmetro de Disponibilidade da rodovia para o usuário, as rodovias de alto tráfego deve ter critérios de Disponibilidade, isso afeta diretamente no critério Conforto. A indisponibilidade está relacionada ao excesso de manutenção, as concessionárias não investem em um projeto robusto para garantir por longo prazo o parâmetro de desempenho do pavimento e consequentemente realizam muitas intervenções, causando desconforto em excesso, em função das excessivas intervenções de baixa capacidade resolutiva. Assim, definindo um parâmetro de Disponibilidade entre 80 a 90% ao ano, reduz a janela de manutenção, consequentemente exigirá projetos mais robustos gerando:
  - ❖ Menos congestionamento;
  - ❖ Menos acidentes;
  - ❖ Maior conforto.
- o Continuidade do sistema de informações por FM exclusiva e em toda em a extensão do trecho.

2) Objetivos apresentado na alínea (c) Proposta de estrutura de trabalho do IBL associado às câmaras temáticas da FRENLOG;

Nessa etapa a Contratada realizou estudos com projeções de demandas, indicadores gerais, mapeamento das necessidades de adequações processuais da IBL, estruturação gerencial e organizacional e proposição de novos modelos

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108472

processuais e de reestruturação organizacional. Entrega realizada pelo relatório 01 (outubro/2019).

Foram apresentadas propostas visando o fomento e desenvolvimento da infraestrutura logística em ação integrada entre IBL e FRENLOG (Frente Parlamentar Mista de Logística de Transportes e Armazenagem), que propõe a integração de setores e modais com o objetivo de atendimento às demandas futuras. Após a análise, sugerimos que os estudos e projeções sejam realizados com equipes especializadas e busquem informações relevantes do setor para apoiar a IBL no seu posicionamento futuro da IBL, e ainda, na proposição da carteira de projetos para o setor.

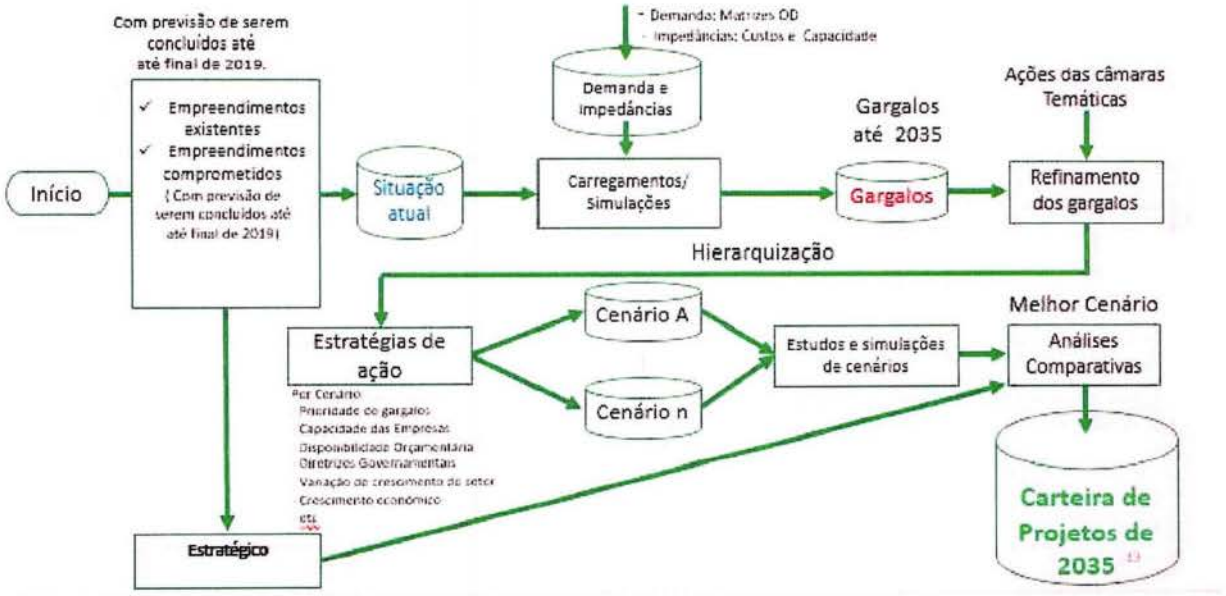


Figura 05 – Fluxo de Processos para Elaboração e Implantação da Carteira de Projetos

A estrutura integrada do COSO foi adotada para o desenvolvimento da Matriz de Risco e elaborada tendo como base o Cubo do COSO, trazendo os objetivos, processo integrado de responsabilidade e os componentes do controle interno das Câmaras Temáticas (CT).

Para o desenvolvimento e aplicação da metodologia para implantação e elaboração da Gestão de Risco para composição da Carteira de Projetos foi considerada a vertente Estratégica, entre as categorias de objetivos classificadas pelo modelo COSO ERM - *Enterprise Risk Management* (Estratégico, Operacional, Comunicação e Conformidade), uma vez que se trata de estruturação e proposição de tomada de decisão.

Foram consideradas nos processos integrados as seguintes variáveis: ambiente interno, fixação dos objetivos, identificação de eventos, avaliação de riscos, respostas aos riscos, atividades de controle, informação e comunicação, e monitoramento, distribuídos ao longo de todo o processo.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108473



Figura 06 – Cubo do COSO ERM (2007)

No momento da análise da situação atual, conforme a Metodologia para implantação e elaboração de Carteira de Projetos, os objetivos e identificação dos eventos de riscos vinculados aos gargalos foram fixados, assim, as Câmaras Temáticas (CT) poderão implementar um mecanismo de refinamento de forma a investir na mitigação dos riscos mais relevantes.

O gerenciar risco não significa necessariamente evitá-lo, pois na prática, o risco é um fato da vida corporativa, sendo que a forma como cada Câmara o trata é que vai determinar o alcance dos resultados.

A disposição em assumir risco é influenciada, de certa forma, pela cultura de cada Câmara Temática (CT), ressaltando-se a premissa de que há uma relação positiva entre o nível de exposição e o retorno alcançado, definindo a disposição a assumir riscos por cada setor temático. Cada frente deverá refletir quanto às seguintes questões – chaves:

- Quais riscos podem ser aceitos nas atuais circunstâncias?
- Quais riscos se admite incorrer, em novas iniciativas?
- Quais riscos se aceita incorrer para alcançar os objetivos fixados?

Em síntese, as Câmaras, ao avaliar os riscos, procuram identificar até que ponto os eventos previstos e imprevistos podem influenciar na realização de seus objetivos, levando em consideração a probabilidade e o impacto de sua ocorrência, resultando na hierarquização dos gargalos mapeados.

Dada a sua relevância nessa sistemática de avaliação, as estimativas de probabilidade e grau de impacto de riscos devem, prioritariamente, ser baseadas em dados de eventos passados observáveis, que fornecem uma base mais verificável, por ser mais objetiva do que as estimativas inteiramente subjetivas.

Outro aspecto importante a ser considerado é que a equipe técnica de cada frente deve instituir indicadores de desempenho, como forma de acompanhar se as metas estão sendo alcançadas, se os objetivos precisam ser revisados ou mesmo se ações corretivas são necessárias.

O resultado da hierarquização deve desenvolver estratégias de ação, de acordo com o pressuposto essencial que o ponto ideal entre o investimento realizado nos

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108474

controles internos e os benefícios que esses trazem depende, fundamentalmente, da adequação do processo de avaliação de riscos.

Conforme a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU No. 01, de maio de 2016, à luz da metodologia COSO, compete às Câmaras Temáticas (CT) oferecer avaliações e assessoramento, ao nível hierárquico superior, destinadas ao aprimoramento dos controles internos, de forma que comandos mais eficientes e eficazes mitiguem os principais riscos de cada tema.

Os controles internos propiciam atuar em conformidade com as leis e os regulamentos, bem como com as políticas, planos, regras e procedimentos internos, reduzir os riscos de danos à reputação em todos os níveis da estrutura organizacional, desde que a informação e comunicação fluam em todos os sentidos, por todos os seus componentes e estrutura inteira. Todos os participantes devem receber mensagem clara da alta administração sobre as responsabilidades de cada agente no que concerne aos controles internos de gestão.

A finalidade de fortalecer os processos atuais e ter aprimoramento contínuo é determinado, por meio de atividades de monitoramento ou avaliações independentes, ou por uma combinação dessas, se o gerenciamento de riscos atual continua eficaz.

O processo de proposição da reestruturação organizacional contou com a utilização de metodologias e ferramentas de mercado de BPMN (Business Process Modeler and Notation) a empresa realizou o mapeamento dos processos atuais (As Is), com os respectivos diagnósticos e posteriormente apresentados os Planos de reestruturação, redesenho dos processos com as ajustes processuais necessárias a estrutura da IBL (remodelagem), incluindo o novo mapa de processos (To Be), Cadeia de Valores, Organograma e Indicadores que devem ser utilizados para medição de eficácia dos processos.

Revisão da estrutura organizacional do IBL para fortalecer as Ações Estratégicas, de Fomento e Desenvolvimento para o setor de infraestrutura logística, transporte e armazenagem com associação entre o IBL e FRENLOG, consolidando em duas propostas:

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108475

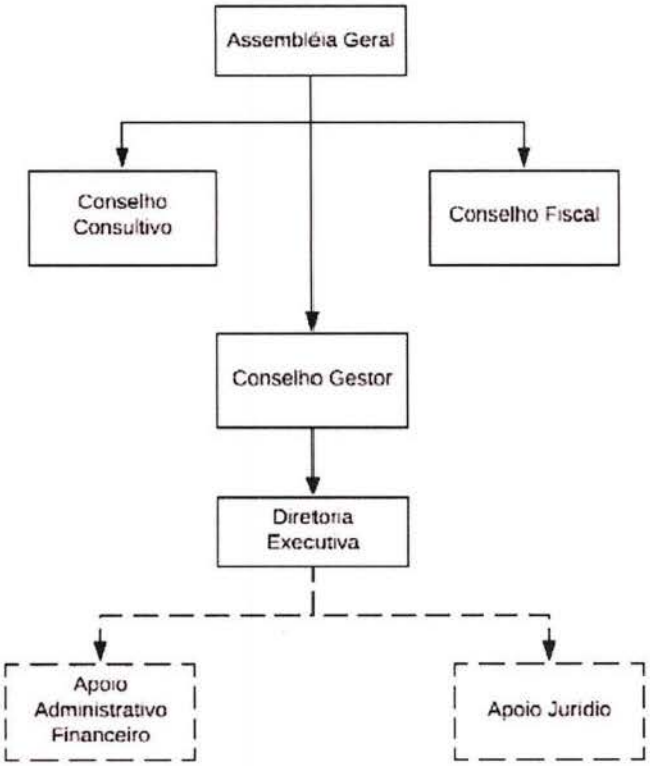


Figura 07 – Organograma Atual

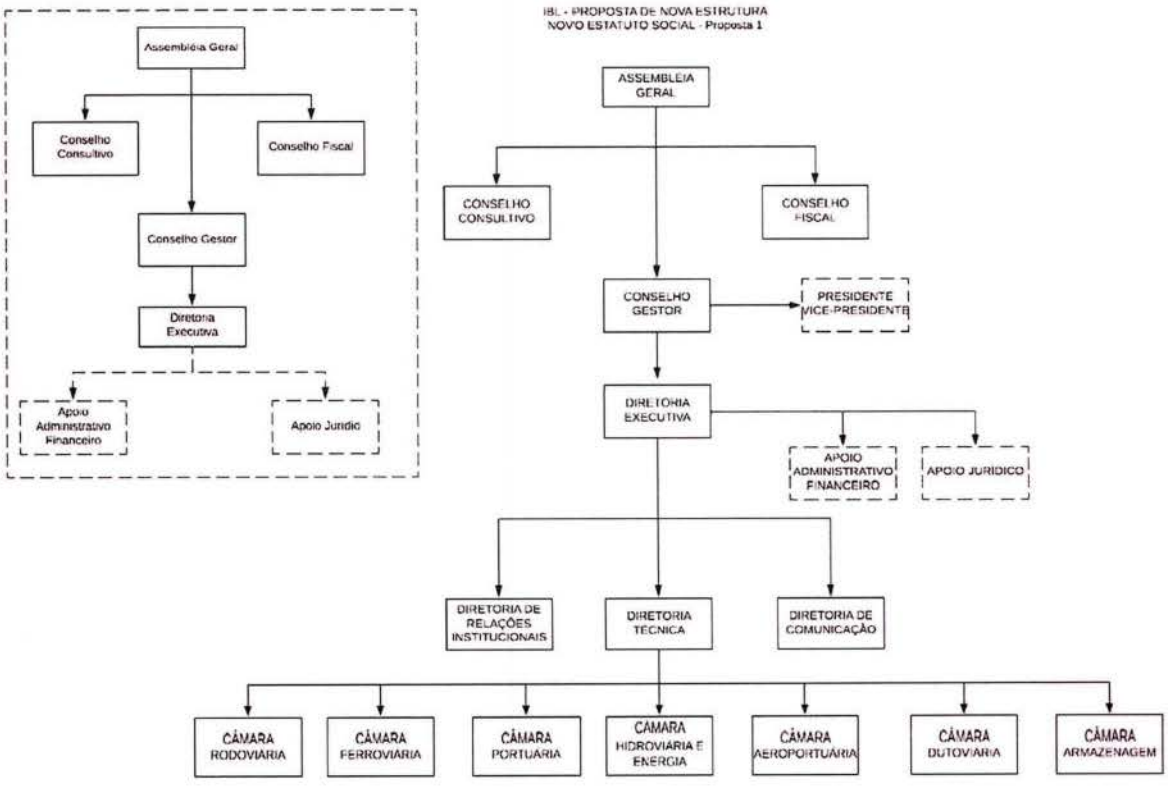


Figura 07 – Proposta de Atualização do Organograma No. 1

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108476

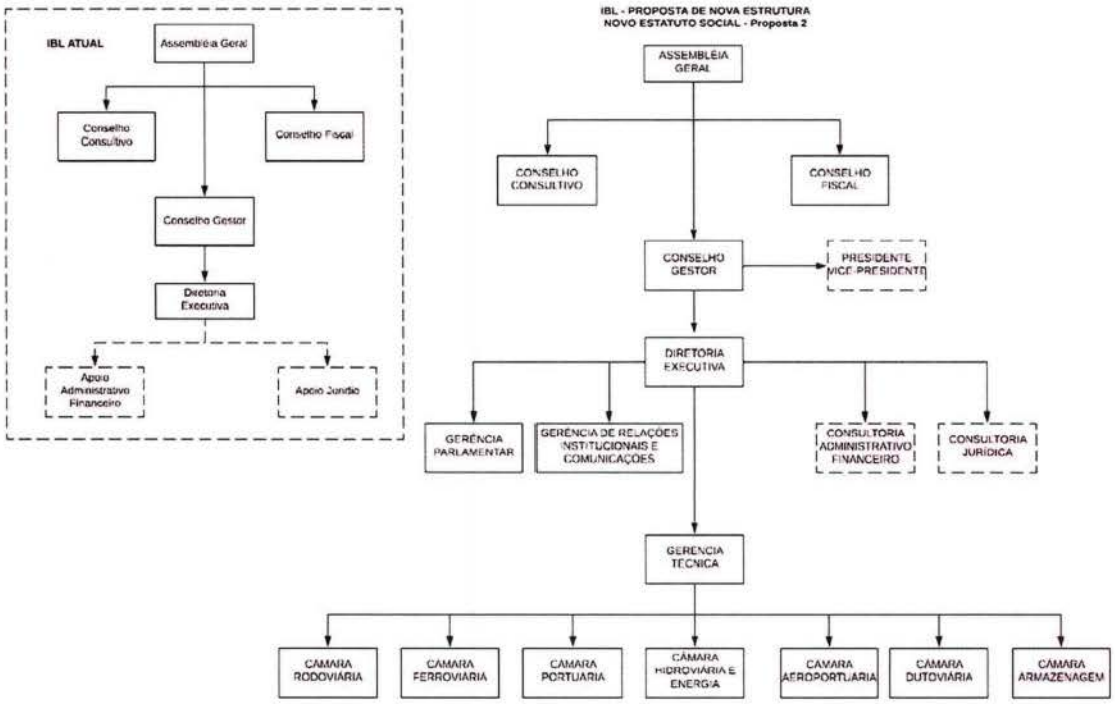


Figura 08 – Proposta de Atualização do Organograma No. 2

Em acréscimo aos relatórios anteriores, foi sugerido a seguir uma proposta de Plano Estratégico, consolidando o processo de estruturação, incluindo o detalhamento para a sua viabilização, o que contemplou todas as ações estruturantes, diretrizes, infraestrutura e investimentos necessários à implantação. Nesta fase foi desenvolvido o Mapa Estratégico com as diretrizes da metodologia de BSC (Balanced Score Card) que definiu as metas e métricas de indicadores que devem ser efetivamente mensurados no período e as sistemáticas para elaboração de planos de ação preventivos e corretivos que garantam o alinhamento e ajustes de percurso necessário do planejamento com o seu real andamento.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108477

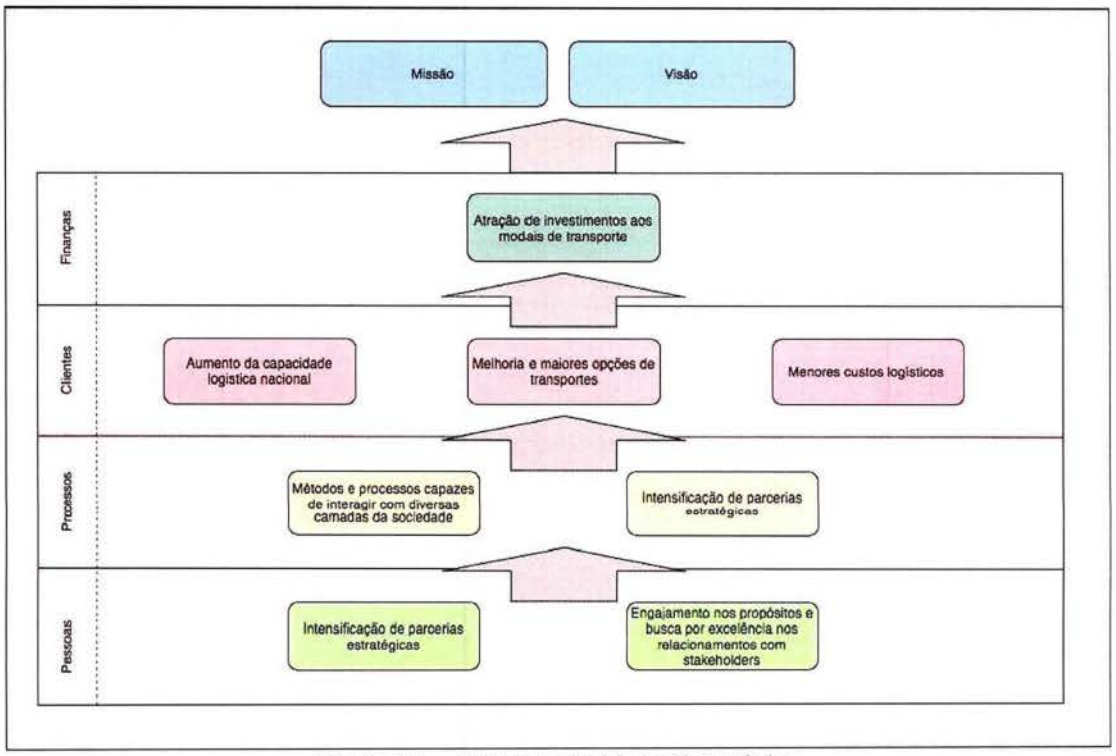


Figura 09 – Proposta de Mapa Estratégico

No Plano Estratégico foram contempladas as sistemáticas de acompanhamento dos indicadores do BSC, por meio da proposição e implantação de sala de situação para auxílio ao monitoramento e deliberações.

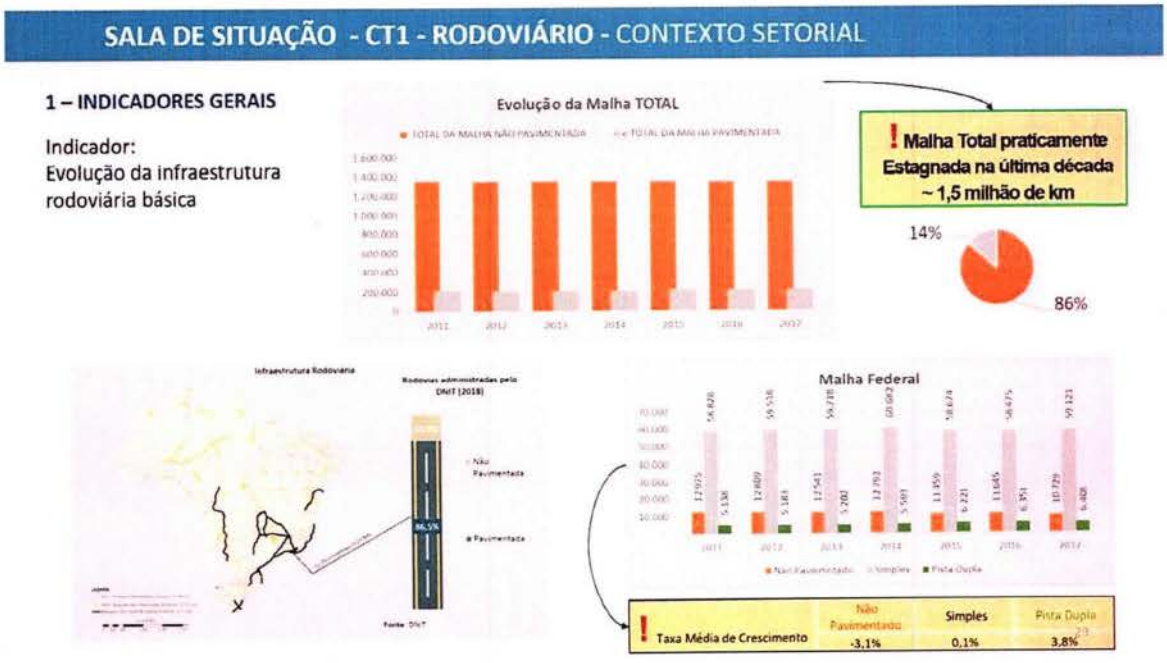


Figura 10 – Painel Gerencial da Sala de Situação – Crescimento da Malha

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108476

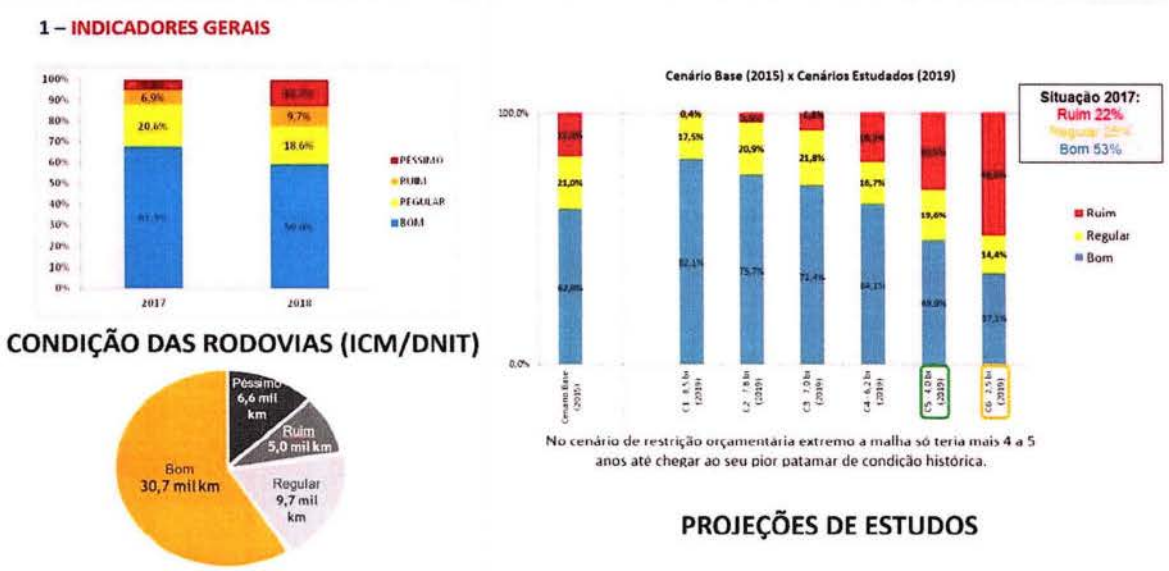


Figura 11 – Painel Gerencial da Sala de Situação – Condição da Malha

3) Objetivos apresentado na alínea (d) PLOA 2020 - Análise e proposições técnicas do setor rodoviário federal;

Nesta etapa foram realizados estudos e análises orçamentárias de investimentos de infraestrutura logística e a logística rodoviária nacional para o ano de 2020, incluindo as distribuições por frentes de trabalhos, modais e proposições de emendas necessárias. Entrega realizada pelo relatório 02 (novembro/2019).

Para a realização dos estudos sobre as condições da malha rodoviária foram utilizadas informações sobre as características estruturais, funcionais e operacionais da infraestrutura rodoviária com auxílio de Sistema de Gerência de Pavimentos - SGP, compartilhado dados oriundos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e Empresas de Planejamento e Logística – EPL.

As equações de projeção de desempenho, constantes do Modelo HDM-4, foram utilizadas para determinação das condições dos pavimentos em um cenário de investimentos até 2022.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108479

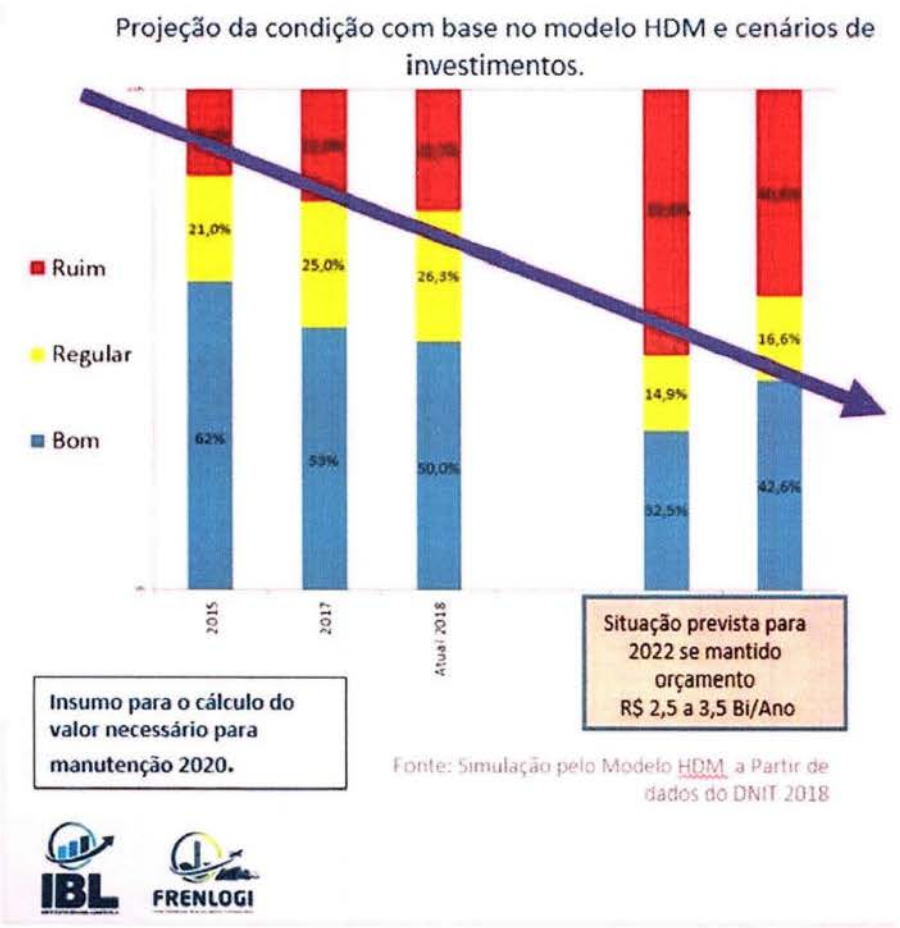


Figura 12 – Gráfico de Projeção dos Investimentos x Condição da Malha

Foram realizados levantamentos na base de dados do Sistema de Acompanhamento de Contratos (SIAC) e no relatório de gestão do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT 2018, onde o órgão apresentou uma carteira de quase 50 bilhões em contratos e mais de 1000 contratos entre ativos e paralisados.

Destes, 153 contratos são de construção ou adequação e 663 de manutenção de rodovias.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 108480



Figura 13 – Carteira de Contratos DNIT (Fonte: Relatório de Gestão DNIT/2018)

Como base orçamentária, o PLOA 2020 para o Setor de Rodovias Federais (Construção, Pavimentação e Adequação de capacidade), totaliza o montante de R$ 4,5 bilhões.

PLOA 2020 – DNIT	(R$x1,00)
RODOVIAS - MANUTENÇÃO	3.100.000.000
RODOVIAS (Duplicação, Adequação ou Construção) FERROVIAS, HIDROVIAS, PORTOS.	1.432.989.000
Total PLOA DNIT 2020	**4.532.989.000**

Figura 14 – Quadro Resumo do PLOA 2020 - DNIT

Apontamentos Realizados:

1. No modal rodoviário, que é o mais dependente de recursos públicos, o relatório de gestão do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT 2018 informa que o órgão tem uma carteira de quase 50 bilhões em contratos e mais de 1000 contratos entre ativos e paralisados;
2. Destes, 153 contratos são de construção ou adequação e 663 de manutenção de rodovias, entretanto o orçamento do DNIT para 2020 é de apenas 4,6 bilhões;
3. O investimento médio anual do DNIT em manutenção de rodovias caiu de R$ 7,3 bilhões em 2010 para R$ 4,2 bilhões em 2018, e agora a LOA 2020 tem previsão de 3,1 bilhões, sendo o menor valor da história do DNIT, o que certamente, levará a malha a um colapso. Nos próximos 4 anos haverá uma piora significativa na condição da malha podendo chegar ao pior patamar

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A108481

histórico, que foi entre os anos de 2003 e 2005, caso não haja reversão da situação elencada;

4. Para as obras de Duplicação, Adequação ou Construção de Rodovias haverá também uma piora na situação apresentada entre 2014 e 2019, pois a previsão orçamentária de R$ 1.6 Bilhões, destinados, é significativamente inferior a carteira de obras já contratadas pelo DNIT;
5. No PLOA de 2020 teremos uma queda de 43.6 % em relação ao volume médio investido nesta década;
6. Segundo o Siga Brasil, a evolução Orçamentária (valores pagos +RAP), entre 2014 a 2018, considerando RODOVIAS (Manutenção, Duplicação, Adequação ou Construção), FERROVIAS, HIDROVIAS, PORTOS, foi negativa, em 21 unidades da federação;
7. Segundo estudos do IBL, o custo mínimo da sociedade para trafegar em uma rodovia, adequadamente mantida no Brasil, considerados os gastos com combustíveis, pneus, peças, manutenção e acidentes, gira em torno de R$ 306 bilhões/ano. Decorre que, se não houver investimentos de forma adequada, este custo pode chegar ao patamar de 317 bilhões/ ano, ou seja, em quatro a cinco anos, só os gastos que os usuários terão por não trafegar em boas rodovias poderá chegar a R$ 50 bilhões;
8. Desta forma, a proposta apresentada trará retorno imediato a sociedade. Estudo do Banco Mundial considera que, para cada 1 Real investido em infraestrutura, o retorno à sociedade e de até 4 vezes esse valor, ou seja, estaremos multiplicando por 4 o valor investido do superávit financeiro esperado;
9. Finalmente, há que destacar que o programa de concessão rodoviária ao governo federal somente começará a gerar resultados daqui a quatro anos e ainda assim resolverá problemas de apenas parte da malha rodoviária federal;
10. A partir das justificativas elencadas foram propostas emendas a FRENLOG, conforme apresentado na Figura 15.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 108482

UF	PLOA 2020	Necessidade Acréscimo 2020
Minas Gerais	348.770.000	500.000.000
Rio Grande do Sul	306.632.000	480.000.000
Rondônia	103.415.000	250.000.000
Bahia	210.550.000	232.000.000
Goiás e Distrito Federal	151.700.000	217.000.000
Mato Grosso do Sul	113.286.000	191.000.000
Santa Catarina	115.040.000	181.000.000
Maranhão	153.899.000	158.000.000
Ceará	63.394.000	155.000.000
Acre	97.930.000	85.000.000
Mato Grosso	214.255.000	70.000.000
Pará	272.782.000	68.000.000
Paraíba	38.018.000	55.000.000
Piauí	80.283.000	50.000.000
Espirito Santo	30.575.000	45.000.000
Rio Grande do Norte	70.926.000	40.000.000
Segipe	17.448.000	42.000.000
Tocantins	117.442.000	32.000.000
Paraná	137.382.000	30.000.000
São Paulo	8.354.000	9.000.000
Pernambuco	104.669.000	3.000.000
Rio de Janeiro	59.573.000	7.000.000
Amazonas	123.112.000	-
Roraima	76.892.000	-
Alagoas	47.423.000	-
Amapá	36.250.000	-
TOTAL	**3.100.000.000**	**2.900.000.000**

Figura 15 – Quadro Resumo da Necessidade de Suplementação Orçamentária para Atendimento das Demandas Necessárias

11. Através de emendas de bancada e individuais, aumentar o valor previsto para manutenção, até o limite do valor indicativo discriminado no quadro ao lado, com necessidade de acréscimo 2020:
    - ✔ LOA 2020 - Projeto de Lei nº 22/2019-CN e PL nº 22/2019-CN;
    - ✔ Órgão: 39000;
    - ✔ Função: 26;
    - ✔ Subfunção: 782;
    - ✔ Programa: 3006;
    - ✔ Ação: 219.

12. Este estudo PLOA 2020/DNIT - Estudo e Proposta de emendas para Expansão e Manutenção (ajudou a gerar acréscimo ao orçamento do Minfra em torno de R$ 1 Bi) e também gerou emendas a PEC 187/2019;



Emendas a PEC 187/2019:

EMENDA Nº xx

(à PEC 187/2019)

Altere-se o parágrafo único do Art 4º, ficando com a seguinte redação:

" Art 4º

.....

.....

.....

Parágrafo único. Parte da recitas públicas desvinculadas em decorrência do disposto nesse artigo deverá ter como destinação, pelo menos, 50% a investimentos em manutenção, adequação ou construção da malha rodoviária Federal de infraestrutura federal de logística e de transporte.

Figura 16 – Modelo de Estruturação de Emenda

EQUIPE TÉCNICA – RESPONSÁVEIS TÉCNICOS / COORDENADORES

Renato Gomes dos Santos
Especialista em Transporte / Geoprocessamento
CRA nº 399 / TPD – DF

Diegles Simões de Toledo Pereira
Engenheiro Civil
Mestre em ciências dos Materiais
Gerente de projetos e supervisão
CREA nº 85.665 / D – MG

Fernanda Magalhães de Sousa Marques
Engenheira Civil
Certificação PMP (Project Management Professional) – Certificada pelo PMI
Especialista em gerenciamento de projetos
CREA nº 23693 / D – DF

Dean Bezerra de Melo
Engenheiro Civil
CREA nº 22551 / D – DF

Marco Antônio Jussiani Puhle
Engenheiro Civil
CREA nº 22107 / D – DF



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.137, de 03 de abril de 2023

CREA-PR

Certidão de Acervo Técnico Parcial com Atestado

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

1720250007981

Atividade em andamento

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução n° 1.137, de 03 de abril de 2023, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional DIEGLES SIMOES DE TOLEDO PEREIRA referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **DIEGLES SIMOES DE TOLEDO PEREIRA**
Registro: **MG-85665/D** RNP: **1403400903**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **1720254364032**
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 21/11/2025 Forma de registro: Substituição Participação técnica: Corresponsável

Empresa contratada: **CONSÓRCIO SIMEMP/ NEOCONSTEC - SUPERVISÃO**

Contratante: **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ** CNPJ: **76.669.324/0001-89**
Rua: AVENIDA IGUACU Nº: 420
Complemento: Bairro: REBOUCAS
Cidade: CURITIBA UF: PR CEP: 80230-902
Contrato: 036/2022 celebrado em 28/03/2022 Vinculado a ART: 1720230117663
Valor do contrato: R$ 20.077.719,11 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira
Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: ROD PR-170 Nº: S/N
Complemento: ENTR. PR-446(BITURUNA)-ENTR. BR-153(JANG. DO SUL) Bairro: N/A
Cidade: GUARAPUAVA UF: PR CEP: 85031-000
Coordenadas Geográficas: -23,300519 x -51,345305

Endereço da obra/serviço: ROD PR 092 Nº: S/N
Complemento: R. BRANCO DO SUL (R. 7 DE ABRIL) - CERRO AZUL (A) Bairro: N/A
Cidade: RIO BRANCO DO SUL UF: PR CEP: 83549-001
Coordenadas Geográficas: -23,713074 x -49,791083

Endereço da obra/serviço: ROD PR 151 Nº: S/N
Complemento: AC. SÃO JOÃO DO TRIUNFO - SÃO MATEUS DO SUL (A) Bairro: N/A
Cidade: SAO MATEUS DO SUL UF: PR CEP: 83908-000
Coordenadas Geográficas: -23,307786 x -51,387486

Endereço da obra/serviço: ROD PR-412 Nº: S/N
Complemento: ENTR. PR-407 (PRAIA DE LESTE) - PONTAL DO SUL Bairro: N/A
Cidade: PONTAL DO PARANA UF: PR CEP: 83255-997
Coordenadas Geográficas: -25,40834 x -49,243861

Endereço da obra/serviço: ROD PR 340 Nº: S/N
Complemento: ENTR. PR-408 (ANTONINA) - ENTR. PR-405 (CACATU) Bairro: N/A
Cidade: JARDIM OLINDA UF: PR CEP: 87690-001
Coordenadas Geográficas: -23,307904 x -51,387556

Endereço da obra/serviço: ROD PR-281 Nº: S/N
Complemento: AGUDOS DO SUL Bairro: LAGOINHA
Cidade: TIJUCAS DO SUL UF: PR CEP: 83192-257
Coordenadas Geográficas: -25,431166 x -49,349077

Data de início: 03/05/2022 Previsão de término: 31/05/2025
Finalidade: Infra-estrutura

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 206243/2025.

CAT nº 1720250007981 de 24/11/2025, página 1 de 27

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Proprietário: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ CNPJ: 76.669.324/0001-89

Atividade Técnica: **1-** Assistência, Consultoria, Execução de serviço técnico, Supervisão Fisc. na exec. das ações de manut, cons, rest, sinaliz. e seg. rodov. reab de OAEs... , 1403,83 KM

Observações:
Coordenação Geral: Gestão das atividades de apoio técnico, administrativo, financeiro, jurídico e ambiental.

Observações da certidão:
O Crea-PR certifica os dados da ART.

O atestado anexado foi assinado eletronicamente.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT o atestado contendo 25 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 1720250007981/2025

24/11/2025 13:44

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autencidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço https://www.crea-pr.org.br, informando o número do protocolo: 206243/2025.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 206243/2025.

CAT nº 1720250007981 de 24/11/2025, página 2 de 27

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO PARCIAL N.º 56/2025DER/DOP

VALIDADE: 27 DE SETEMBRO DE 2026

Declaramos que o **CONSÓRCIO SIMEMP / NEOCONSTEC – SUPERVISÃO**, **CNPJ**: 45.604.859/0001-48 com sede na rua Rua 12 s/n Lote 02 Sala 1001, bairro Norte, Brasília DF, constituído pelas empresas **(1) SIMEMP - SERVIÇOS TÉCNICOS E OBRAS LTDA** – **CNPJ**: 09.237.296/0001-33, com 50% de participação, empresa líder do consórcio e **(2) NEOCONSTEC CONSULTORIA TÉCNICA LTDA** – **CNPJ**: 28.542.082/0001-15, com 50% de participação, vem executando para este **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ – DER/PR**, **CNPJ**: 76.669.324.0001-89 os Serviços Técnicos de Supervisão e Apoio à Fiscalização na Execução das Ações de Manutenção, Conservação, Restauração, Sinalização e Segurança Rodoviária, Reabilitação de OAEs, Operação de Pesagem Veicular e Emergências, por produto, no âmbito da Superintendência Regional Leste e da Diretoria de Operações.

Contrato:	CO036/2022DOP
Período do contrato:	01/04/2022 a 31/03/2026
Período parcial:	01/04/2022 até 31/05/2025
Valor Global:	R$ 26.141.136,59
Valor parcial:	R$ 20.077.719,11

No período compreendido entre 01/04/2022 a 31/05/2025 foram executados os serviços abaixo listados, conforme as medições 01 a 38, correspondente a 76,80% do contrato.

1. ABRANGÊNCIA E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 206243/2025.

CAT nº 172025000981 de 24/11/2025, página 3 de 27

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Serviços de Supervisão e Apoio à Fiscalização, por PRODUTO, para dar o suporte técnico à fiscalização de obras e serviços de manutenção, conservação, restauração, sinalização e segurança rodoviária, reabilitação de OAEs, operação de pesagem veicular e emergências, no âmbito da Superintendência Regional Leste do DER/PR, sendo: 1025,90 km de rodovias pavimentadas e 377,93 km de rodovias não pavimentada.

O acompanhamento técnico e controle de obras, a supervisão ambiental, a supervisão dos serviços de conservação de pista e faixa de domínio em rodovias pavimentadas e não pavimentadas, supervisão de serviços de restauração e reconstrução de pista, supervisão dos serviços de sinalização e segurança rodoviária, supervisão de obras de OAEs, de contenções, de obras geotécnicas, de obras em pontos críticos, pontos localizados, de emergência, serviços de consultoria especializada, inspeções extraordinárias de emergência, supervisão dos serviços de fiscalização do excesso de peso, o controle e acompanhamento de convênios e termos de cooperação e o controle tecnológico e executivo de obras e serviços.

2. CONTRATOS SUPERVISIONADOS

2.1 Obra de Arte Especial

Nº Contrato	OAE	Localização	Dimensões (área)
124/2022	Ponte Metálica	PR-411 / km 7+670m / Ponte sobre o Rio Nhundiaquara	335,37 m² de área de tabuleiro
156/2022	Ponte Metálica	PR-427 / Ponte sobre o Rio da Várzea	671,23 m² de área de tabuleiro
004/2023	22 Obras de Arte Especiais	Entre a Serra da Graciosa e Guaraqueçaba	3.639,67 m² de área de tabuleiro

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 20624/3/2025.

CAT nº 172025000798 1 de 24/11/2025, página 4 de 27

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

176/2022	6 Obras de Arte Especiais	Região Litorânea do Paraná	1.250,34 m³ de área de tabuleiro
177/2022	9 Obras de Arte Especiais	Região Metropolitana de Curitiba	3.254,35 m³ de área de tabuleiro
178/2022	9 Obras de Arte Especiais	Região Médio Iguaçu	7.163,62 m² de área de tabuleiro

2.2 Conservação de Pavimento

No. Contrato	Empresa	Período fiscalizado	Extensão do contrato (km)	Valor Contrato (PI+A)
082/2018	Compasa do Brasil Distribuidora de Derivados de Petroleo Ltda.	01/04/2022 - 26/11/2022	188,660	R$ 34.561.837,92
056/2022	Consórcio Conservação Leste	18/07/2022 – 31/05/2025	182,730	R$ 9.094.399,49
057/2022	Consórcio Conservação Leste	28/06/2022 – 31/05/2025	245,680	R$ 35.253.076,05
058/2022	Consórcio Conservação Leste	18/07/2022 – 31/05/2025	188,230	R$ 32.633.992,46
059/2022	Vale das Pedras Construção de Rodovias Ltda	18/07/2022 – 31/05/2025	221,730	R$ 29.801.668,61

2.3 Conservação de Pavimento e Faixa de domínio:

No. Contrato	Empresa	Período fiscalizado	Extensão do contrato (km)	Valor Contrato (PI+A)
132/2021	Consórcio Conserva Paraná	01/04/2022 - 13/03/2024	153,750	R$ 20.654.220,82

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 20624/3/2025.

CAT nº 172025000798 1 de 24/11/2025, página 5 de 27

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

2.4 Conservação de Faixa de Domínio de Estradas Pavimentadas e Não Pavimentadas:

No. Contrato	Empresa	Período fiscalizado	Extensão do contrato (km)	Valor Contrato (PI+A)
217/2018	Paviservice Engenharia e Serviços Ltda.	01/04/2022 – 31/12/2024	203,520	R$ 11.480.885,26
198/2018	Castelores Engenharia e Construções Ltda.	01/04/2022 – 26/12/2024	254,440	R$ 18.193.519,91
203/2018	Sipolly Construtora de Obras Ltda.	01/04/2022 – 26/12/2024	235,540	R$ 12.803.702,29
230/2018	Exato Engenharia Ltda.	01/04/2022 – 31/12/2024	254,470	R$ 10.773.583,87
231/2018	Exato Engenharia Ltda.	01/04/2022 – 31/12/2024	296,990	R$ 13.377.044,02
159/2022	Castelores Engenharia e Construções Ltda.	01/12/2022 – 29/05/2025	3,490	R$ 196.342,89
022/2025	Paviservice Engenharia e Serviços Ltda.	10/03/2025 - 31/05/2025	200,511	R$ 1.733.439,32
052/2025	Castelores Engenharia e Construções Ltda	15/04/2025 - 31/05/2025	255,100	R$ 1.338.531,94
058/2025	Castelores Engenharia e Construções Ltda.	22/04/2025 - 31/05/2025	197,780	R$ 1.289.963,23
047/2025	Exato Engenharia Ltda.	15/04/2025 - 31/05/2025	254,470	R$ 2.081.807,84
059/2025	Gaissler Moreira Engenharia Civil Ltda.	22/04/2025 – 31/05/2025	296,990	R$ 2.087.580,97

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 20624/3/2025.

CAT nº 172025000798 1 de 24/11/2025, página 6 de 27

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

2.5 Conservação de Vias Rurais Não Pavimentadas:

No. Contrato	Empresa	Período fiscalizado	Extensão do contrato (km)	Valor Contrato (PI+A)
115/2022	Hellman Construtora de Obras Eireli	01/09/2022 - 31/05/2025	44,880	R$ 7.407.754,77
111/2021	Hellman Construtora de Obras Eireli	01/04/2022 - 17/04/2023	82,580	R$ 3.638.965,08
119/2021	CEGE Engenharia Ltda.	01/04/2022 – 04/02/2023	43,120	R$ 1.581.986,33
120/2021	CEGE Engenharia Ltda.	01/04/2022 – 01/12/2022	88,420	R$ 2.501.902,62
116/2021	Gaissler Moreira Engenharia Civil Eireli	01/04/2022 – 18/11/2022	49,700	R$ 1.813.480,62
115/2022	Hellman Construtora de Obras Eireli	01/09/2022 – 31/05/2025	44,880	R$ 7.407.754,77
069/2023	LCM Construção e Comercia S.A.	19/06/2023 – 31/05/2025	82,580	R$ 21.280.432,95
065/2023	Hellman Construtora de Obras Eireli	19/06/2023 – 31/05/2025	63,970	R$ 10.808.951,12
088/2023	Hellman Construtora de Obras Eireli	01/08/2023 – 31/05/2025	88,420	R$ 16.858.740,00
021/2023	Ramo Construtora de Obras Eireli	03/04/2023 – 31/05/2025	49,700	R$ 11.516.254,14

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 20624/3/2025.

CAT nº 172025000798 1 de 24/11/2025, página 7 de 27

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

2.6 Sinalização e Segurança Viária:

No. Contrato	Empresa	Período fiscalizado	Extensão do contrato (km)	Valor Contrato (PI+R)
122/2021	Consórcio Mobilidade Sul	01/04/2022 – 31/05/2025	877,440	R$ 76.232.250,64

2.7 Fiscalização de Excesso de Peso:

No. Contrato	Empresa	Período fiscalizado	Número de Pontos de operação	Valor Contrato (PI+R)
065/2022	Consórcio ESTEIO LBR Leste PR	01/06/2022 – 31/05/2025	6	R$ 30.205.117,00

2.8 Obras em Pontos Localizados e serviços Emergenciais:

No. Contrato	Empresa	Período fiscalizado	Valor Contrato (PI+R)
158/2022	COMPASA DO BRASIL	08/11/2022 – 06/07/2023	R$ 2.281.653,44
160/2022	Gaissler Moreira Engenharia Civil	08/11/2022 – 06/07/2023	R$ 5.374.235,71
014/2023	FG Fundações e Geotecnia	02/12/2022 – 27/11/2023	R$ 48.550.623,98
025/2023	OECI S.A	17/12/2022 – 15/07/2023	R$ 20.095.753,77
175/2022	Gaissler Moreira Engenharia Civil	06/03/2023 – 14/02/2024	R$ 1.838.186,00
006/2024	LCM Construção e Comercio	19/12/2023 – 15/08/2024	R$ 6.125.407,31
021/2025	ENGEMASS Engenharia e Construção	17/02/2025 – 31/05/2025	R$ 4.418.173,31
024/2025	LCM Construção e Comercio	17/02/2025 – 31/05/2025	R$ 1.712.637,00

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 206243/2025.

CAT nº 172025000981 de 24/11/2025, página 8 de 27

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

3 DESCRIÇÃO DOSERVIÇOS POR PRODUTO:

- Produto 01 – Coordenação-Geral: Gestão das Atividades e Apoio Técnico, administrativo, financeiro, jurídico e ambiental: 1) Realizar Auditoria Interna permanente no próprio contrato de supervisão; 2) Promover medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais; 3) Consolidar as atestações das quantidades e qualidade dos serviços prestados pelos produtos de supervisão das obras e serviços para compor o relatório consolidado deste produto; 4) Emitir relatórios mensais das atividades desenvolvidas, nos quais constam todas as informações técnicas das obras e/ou serviços supervisionados; 5) Acompanhar constantemente todas as obras e serviços integrantes das ações de manutenção, conservação, restauração, sinalização e segurança rodoviária e reabilitação de OAEs. Esse acompanhamento abrange o controle de qualidade: a qualidade dos materiais, a qualidade executiva, a qualidade operacional e de equipamentos, a produtividade, o cumprimento dos prazos, a questão financeira dos contratos e demais questões necessárias para a condução adequada das ações em andamento, inclusive aquelas afetas ao acompanhamento administrativo dos contratos e manifestações jurídicas; 6) Coletar de dados e produzir de informações sobre as obras e serviços em andamento junto à Superintendência Regional, às Gerências Locais, às equipes técnicas mobilizadas nos demais produtos e por meio de inspeções realizadas pela equipe do próprio produto; 7) Monitoramento das condições funcionais e operacionais dos segmentos rodoviários sem a cobertura por contratos de manutenção rodoviária, utilizando-se de dispositivo móvel de filmagem e sistema dedicado para cadastramento e avaliação das rodovias, permitindo que a Superintendência Regional tome as medidas necessárias para garantir as condições mínimas de trafegabilidade e segurança aos usuários da rodovia de forma antecipada, acionando, sempre que necessário, os diversos produtos por demanda

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 20624/3/2025.

CAT nº 172025000798 1 de 24/11/2025, página 9 de 27

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

da presente contratação, principalmente aqueles relacionados a situações emergenciais; 8) Disponibilizar à fiscalização da Superintendência Regional relatórios fotográficos de todas as etapas das obras, consideradas relevantes; 9) Elaborar e manter atualizados os cronogramas físicos-financeiros e Curvas de Valor Agregado (Curva S) das obras e serviços em andamento por meio de software específico como o “MS Project”, bem como o desenvolvimento de implantação de Sistema de Gestão Dedicado, consolidado por painéis de controle dispostos em do Power BI, de maneira a planejar e controlar a execução e adequações que venham a ser necessárias; 10) Apoiar a Superintendência Regional na comparação da execução física com a execução financeira das obras, de modo a corrigir eventuais desvios e com o objetivo de preparar as informações necessárias para as estimativas do fluxo de pagamentos para os contratos; 11) Assessorar a Superintendência Regional nas diversas decisões que eventualmente tenha de tomar para assegurar a qualidade dos trabalhos a serem executados; 12) Assessorar a Administração nos recebimentos Provisórios e Definitivos das obras e serviços executados; 13) Efetuar registros, elaborar análises e emitir pareceres relativos às obras e serviços e às empresas; 14) Efetuar registros, elaborar análises e emitir pareceres relativos às análises dos critérios de vantajosidade nas prorrogações de prazo e custo; 15) Analisar e/ou emitir pareceres técnicos sobre eventuais propostas das empresas executoras, particularmente os referentes às alterações de projeto na fase de execução das obras ou modificação de prazo dos contratos, com apoio das atividades dos demais produtos envolvidos na revisão; 16) Apoiar a Superintendência Regional na elaboração e aprovação de composições de preços novos que não constam nas Normas e Custos Rodoviários do DER/PR e que sejam necessárias para comporem os orçamentos referenciais das ações de manutenção e restauração rodoviária; 17) Coletar, organizar e manter, à disposição da Fiscalização da Superintendência Regional, dados e informações relativas aos

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 20624/3/2025.

CAT nº 172025000981 de 24/11/2025, página 10 de 27

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

projetos das obras e das respectivas empresas Executoras; 18) Elaborar planilhas e documentos contendo dados históricos de intervenções realizadas e níveis de esforços demandados nos serviços executados nas rodovias. Tais dados devem ser utilizados para elaboração de Planos de Trabalho e Projetos para contratações futuras; 19) Realizar o controle orçamentário e financeiro dos contratos abrangidos pela sua área de competência, de obras e serviços, bem como do próprio contrato de supervisão, propiciando a tomada de decisão por parte do gestor do DER/PR; 20) Verificar a adequabilidade da gestão dos controles internos dos contratos e/ou instrumentos congêneres, com vistas a garantir a eficiência e eficácia dos respectivos controles; 21) Apresentar sugestões e prover o desenvolvimento na sistematização, padronização e simplificação de normas e procedimentos operacionais de interesse comum da Instituição; 22) Elaborar de acordo com o modelo fornecido pelo DER Paraná, relatório final de cada obra acompanhado do respectivo “As Built” da executora, devidamente aferido, indispensável a emissão do respectivo Termo de Entrega e Recebimento dos Serviços; 23) Apoiar o DER/PR no licenciamento de jazidas necessárias às ações de conservação rodoviária; Acompanhar o atendimento dos Programas Ambientais e a Implantação do Componente Ambiental dos anteprojetos e projetos de engenharia, das exigências dos órgãos ambientais e o cumprimento das normas ambientais do DER/PR, em tudo o que for pertinente aos serviços executados pelas Executoras; 24) Garantir que sejam observados os cuidados ambientais especificados nos projetos, nas licenças ambientais, nos estudos ambientais, nas normas da legislação ambiental e normas do DER; 25) Orientar in loco, garantindo assim, que as ações de engenharia sejam realizadas de forma adequada, bem como dando condições para que os programas exigidos pelo órgão ambiental sejam desenvolvidos com qualidade; 26) Vistoriar periodicamente as dependências das obras suas respectivas áreas de apoio (areais, caixas de empréstimo, pedreiras, jazidas, bota-foras, usinas de

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 20624/3/2025.

CAT nº 17202500007981 de 24/11/2025, página 11 de 27

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

asfalto, canteiros de obras), a fim de observar a conformidade ambiental das intervenções e a regularidade das licenças/autorizações/outorgas obtidas pela Executora. Realizar registros fotográficos datados das intervenções e ocorrências de interesse ambiental, bem como para a elaboração dos relatórios de acompanhamento das atividades de obra; 27) Planejar as atividades de obras junto às Executoras, atentando para as restrições ambientais que poderão ser enfrentadas e buscar soluções para sanar tais entraves a fim de garantir a liberação das obras, em prazo adequado, e em conformidade com a legislação ambiental; 28) Expedir comunicados aos fiscais dos contratos para que esses encaminhem às Executoras, as respectivas notificações, quando constatada alguma irregularidade ambiental nos serviços em execução; 29) Realizar a Gestão Florestal da Faixa de Domínio, a fim de permitir a execução dos serviços de conservação de árvores e arbustos e supressão de vegetação, conforme previsto no Manual de Conservação Rodoviária – Publicação IPR – 710/DNIT; ad) Identificar, quantificar e qualificar as árvores com risco de queda, que estejam sob situação emergencial, e providenciar o respectivo processo administrativo junto aos órgãos ambientais a fim de obter autorização para supressão, transporte e destinação do material lenhoso produzido; 30) Identificação e monitoramento das faixas de domínio com a finalidade de identificar as árvores que possam apresentar risco de queda em função de eventos que comprometam sua integridade (queimadas, intempéries, acidentes.), onde já foram realizados até o momento o mapeamento, a identificação e a classificação dos indivíduos arbóreos na rodovia PR-340, em uma extensão total de 50 metros (379 m²), e desenvolvimento de Plano de Supressão Vegetal das árvores em risco de queda, bem como a emissão laudos do inventário florestal de avaliação de material lenhoso para apoio ao desfazimento da madeira/lenha mediante leilão ou doação, providenciando a documentação necessária nos processos administrativos de desfazimento de material lenhoso oriundo de supressão de vegetação na rodovia;

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 20624/3/2025.

CAT nº 172025000981 de 24/11/2025, página 12 de 27

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

31) Desenvolvimento dos estudos técnicos necessários à obtenção de outorga de diretos de uso de recursos hídricos e providenciar os demais procedimentos administrativos junto aos órgãos competentes; 32) Desenvolvimento da Gestão Ambiental da Faixa de Domínio identificando, cadastrando e caracterizando passivos ambientais, bem como definindo soluções ambientais cabíveis; 33) Análise de projetos de ocupação de faixa de domínio (Copel, Sanepar, acessos às propriedades marginais), com análise e validação das informações e localização; 34) Análise técnica detalhada e emissão de parecer quanto a viabilidade da ocupação da faixa de domínio; 35) Apoio e assessoramento técnico à Superintendência Regional, às respectivas Gerências Locais e aos fiscais de contrato, nos assuntos ambientais relacionados às Obras e Serviços desenvolvidos no âmbito deste contrato. 36) Apoio técnico especializado em assessoramento em Gestão de contratos no âmbito do Direito Administrativo, para apoio e auxílio aos gestores tanto em questões de gestão dos contratos através da análise das notificações emitidas quanto da análise dos recursos reunidos pelas empresas, bem como orientação aos fiscais de como proceder em demandas jurídicas afetas aos contratos, bem como apoio jurídico nas tratativas da gestão da faixa de domínio, auxiliando os gerentes na emissão de notificações e apoio jurídico; 37) Assessoramento ao gestor público para atuação nas demandas jurídicas que surgem no decurso dos contratos firmados entre o DER/PR e as empresas contratadas, que com base nas informações devidamente consolidadas, de maneira a possibilitar a interpretação de eventos e de não conformidades, e prestar o devido apoio a fim de propiciar a tomada de decisões adequadas; 38) Apoiar na elaboração de minutas de contratos, termos de cooperação e convênios; 39) Efetuar a conferência de todo o processo de medição enviada a Superintendência para pagamento, pelas empresas contratadas pelo DER/PR; 40) Prestar assessoria contábil aos escritórios do DER/PR jurisdicionados as Superintendências, quando solicitado; 41) elaboração de projeto básico e termo

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 20624/3/2025.

CAT nº 172025000981 de 24/11/2025, página 13 de 27

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

de referência para contratação de empresa terceirizada para execução de serviços de conservação rotineira de vias rurais não pavimentadas numa extensão de 49,70 km.

- Atividades comuns – Produto 02, 03, 04, 05 ,06 e 09 – 1) Supervisionar e apoiar a fiscalização do DER/PR na execução das obras e serviços sob responsabilidade dos produtos; 2) Disponibilizar equipe de profissionais, veículos e equipamentos necessários para acompanhar “in loco” a execução de todos as obras e serviços sob responsabilidade dos produtos; 3) Emitir relatórios das atividades desenvolvidas com todas as informações técnicas das obras e/ou serviços supervisionados; 4) Verificar se as empresas contratadas estão executando os serviços em conformidade com o respectivo Termo de Referência, Plano de Trabalho ou Projeto Executivo; 5) Verificar o cumprimento, por parte das empresas executoras, das exigências dispostas nos normativos e instruções pertinentes às obras e serviços em questão; 6) Verificar se as empresas executoras estão implantando de forma adequada a sinalização de obras, em conformidade com os normativos, a fim de garantir a segurança dos seus funcionários, e demais usuários da via; 7) Verificar a eficácia dos demais serviços e medidas visando à efetiva redução dos acidentes e à elevação em geral do nível de segurança do trânsito, propondo aprimoramentos, ou sanando outros aspectos inadequados ou insuficientes constatados in loco; 8) Realizar, em conformidade com os normativos pertinentes, os controles tecnológicos e geométricos necessários para verificação da qualidade dos materiais utilizados e serviços executados, assim como para verificação da fidelidade dos controles tecnológicos realizados pelas empresas executoras; 9) Acompanhar o Diário de Obras, o qual deverá ser elaborado de acordo com a Norma do DER/PR, atestando ou não a validade dos registros, bem como, mantendo a sua atualização e submetendo à Fiscalização da Superintendência Regional; 10) Atestar as medições mensais dos serviços

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 20624/3/2025.

CAT nº 172025000981 de 24/11/2025, página 14 de 27

supervisionados, conferindo os quantitativos e a qualidade dos serviços executados, submetendo, juntamente com os elementos e dados de campo, à aprovação pela Fiscalização do DER/PR; 11) Manter a fiscalização informada sobre início e conclusão de atividades das executoras, bem como assessoramento quanto a liberação de frentes de serviços ou fatos intervenientes que possam afetar os inícios das atividades; 12) Prestar assessoria técnica com orientações, sugestões, instruções, recomendações, exemplos de aplicação em outros serviços e assistências técnicas de interesse da Superintendência Regional, em relação a serviços incluídos nos projetos e atividades supervisionadas, fornecendo apoio para aperfeiçoar as normas e garantir eficiência aos serviços; 13) Acompanhar e apoiar a elaboração dos projetos “As Built” das executoras dos serviços; 14) Acompanhar in loco a execução das obras; 15) Realização de ensaios e controles necessários à verificação da fidelidade dos controles tecnológicos realizados pela executora e a avaliação mensal, através de lista de verificação dos principais itens que guardam relação imediata com a qualidade dos produtos ou serviços prestados pela Executora, contemplando relatório completo e conclusivo com base nas informações obtidas.

- Produto 02 – Supervisão e Apoio à Fiscalização de Obras e Serviços de Conservação em Rodovias Pavimentadas – 1) Supervisionar e apoiar a fiscalização na execução dos serviços de Conservação rodoviária nos segmentos pavimentados; 2) Realizar inspeção sistematizada de toda malha rodoviária abrangida pelo contrato de supervisão, quanto aos níveis de conservação; 3) Executar 10% dos ensaios e levantamentos previstos nas especificações técnicas das normas, por amostragem e sem aviso prévio, ao longo da execução dos serviços presentes nos contratos de obras; 4) Realizar os controles tecnológicos dos materiais asfálticos utilizados nas obras, para fins de verificação de conformidade; 5) Realizar o acompanhamento por

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 20624/3/2025.

CAT nº 17202500007981 de 24/11/2025, página 15 de 27

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

laboratorista, na produção das usinas de asfalto, com o objetivo de auditar os padrões produtivos, tais como a qualidade dos materiais e insumos utilizados, bem como o acompanhamento dos ensaios laboratoriais previstos nas normas e especificações técnicas; 6) Avaliar e verificar o atendimento aos padrões de desempenho adotados para os programas de conservação do DER/PR para aceitação dos serviços de conservação de pista, através de vistoria periódica em campo; 7) Avaliar e verificar o atendimento aos padrões de desempenho dos serviços de manutenção e conservação através da determinação do fator de pagamento como critério de medição das executoras; 8) Levantamento do inventário da rodovia para fins de cadastro, e outros levantamentos necessários para atender o DER/PR em novas contratações de obras e serviços integrantes das ações de manutenção rodoviária; 9) Levantamento das condições funcionais e operacionais das rodovias por meio de registro em vídeo de todas as rodovias atendidas pelo programa de conservação, além de comtemplarem o cadastramento dos dispositivos de sinalização vertical e horizontal, drenagem superficial e elementos em faixa de domínio; 10) Cadastrar as Obras de Arte Especiais, indicando a localização, o comprimento e a posição (km e coordenadas geográficas), o registro fotográfico, bem como a necessidade de recomposição ou complementação de dispositivos de segurança, com suas respectivas extensões; 11) Cadastrar as áreas gramadas para os serviços de corte e limpeza da manutenção e conservação; 12) Levantamento das áreas de erosões e escorregamentos existentes, indicando-se a localização, a posição (km e coordenadas geográficas), o comprimento e o registro fotográfico das erosões e dos escorregamentos, bem como os serviços a serem executados para a recomposição do talude, de acordo com as composições de custo adotadas pelo DER/PR ou em outro sistema de custo determinado pela fiscalização, e suas respectivas quantidades; 13) Definir a frequência dos serviços de roçada e corte e limpeza de áreas gramadas, a ser realizada de acordo com a Norma do DER/PR;

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 20624/3/2025.

CAT nº 172025000981 de 24/11/2025, página 16 de 27

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

14) Definir a frequência dos serviços de capina manual, caiação e limpeza de dispositivos de drenagem; 15) Elaborar croquis com localização e indicação das fontes de materiais para pavimentação (agregados graúdos e miúdos) disponíveis na região, inclusive com cotações de preços, que devem ser utilizadas na elaboração do orçamento referencial, bem como jazidas de solos e localização do canteiro de obras, sendo indispensável a indicação das distâncias em leito natural, revestimento primário e vias pavimentadas para fins de determinação das Distância Média de Transporte-DMT's; 16) Indicação de todas as fontes de materiais, verificando se os fornecedores indicados têm licenciamento e volume existente disponível; 17) Realizar a cotação dos valores de aquisição dos insumos (agregados pétreos e areia) a elaboração do croqui de ocorrência de materiais; 18) Executados até o período – As atividades descritas na abrangência do Produto foram aplicadas no Apoio a Fiscalização em uma extensão acumulada de 33.030,835 km supervisionados.

- Produto 03 – Supervisão e Apoio à Fiscalização de Obras e Serviços de Conservação em Rodovias não Pavimentadas – 1) Realizar os serviços de supervisão da conservação em rodovias não pavimentadas, abrangendo a pista, os taludes, os dispositivos de drenagem superficial e profunda, as Obras de Arte Correntes – OAC, o controle da vegetação, cercas e os dispositivos de sinalização e segurança rodoviária, bem como os serviços de conservação das Obras de Arte Especiais; 2) Realizar inspeção sistematizada de toda malha rodoviária abrangida pelo contrato de supervisão, quanto aos níveis de conservação; 3) Executados até o período – As atividades descritas na abrangência do Produto foram aplicadas no Apoio a Fiscalização em uma extensão acumulada de 11.860,099 km supervisionados.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 20624/2025.

CAT nº 172025000981 de 24/11/2025, página 17 de 27

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

- Produto 04 – Supervisão e Apoio à Fiscalização das Obras de Restauração e Reconstrução Rodoviária – 1) Supervisão e apoio na fiscalização da execução das intervenções de caráter estrutural nos pavimentos; 2) Avaliação da condição funcional dos pavimentos em função da Irregularidade Longitudinal a ser medida a partir de medidores tipo resposta ou de perfilômetros sem contato, sendo satisfeitos os padrões de desempenho definidos para IRI nas normas e/ou em projeto; 3) Avaliação da condição estrutural dos pavimentos asfálticos a partir da medição da deflexão recuperável característica, levantada com a utilização de vigas de medição de deflexão ou de equipamentos dinâmicos de impacto, sendo satisfeitos os padrões de desempenho especificados em norma e/ou em projeto; 3) Realização do controle tecnológico dos materiais utilizados nas obras (ensaios em laboratório de asfalto e de solos) para fins de verificação de conformidade; 4) Realização do acompanhamento por laboratorista, com dedicação exclusiva, na produção das usinas de asfalto, com o objetivo de auditar os padrões produtivos, tais como a qualidade dos materiais e insumos utilizados, bem como o acompanhamento dos ensaios laboratoriais previstos nas normas e especificações técnicas. 5) Execução até o período – As atividades descritas na abrangência do Produto foram aplicadas no Apoio e Fiscalização em uma metragem acumulada de 186.464,180 m².

- Produto 05 – Supervisão da Execução dos Programas de Sinalização e Segurança Rodoviária – 1) Supervisionar e apoiar a fiscalização na execução dos serviços incluídos nos contratos pertencentes ao Programa de Sinalização e Segurança Viária do DER/PR - PROSEG; 2) Acompanhar o desempenho da sinalização horizontal, sinalização vertical e dispositivos de segurança, em todas as fases; 3) Avaliar a conformidade com as especificações aprovadas pelo DER/PR, no processo de implantação de sinalização horizontal, sinalização vertical e dispositivos de segurança, no que se refere a todos os parâmetros técnicos e de performance

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 20624/3/2025.

CAT nº 17202500007981 de 24/11/2025, página 18 de 27

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

estabelecidos em contratos e ou projetos vigentes; 4) Realizar a avaliação do desempenho da sinalização horizontal e vertical e dos dispositivos de segurança viária dos segmentos pertencentes aos contratos vigentes; 5) Avaliação dos dispositivos de sinalização horizontal e vertical, incluindo as placas aéreas, quanto à retrorrefletividade, conforme procedimentos da(s) norma(s) ABNT NBR14.723:2020, 16.410:2015, 16.307:2020 e 15426:2020, através do uso de retrorrefletômetro dinâmico e estático, devidamente calibrado e certificado; 6) Realizar levantamentos e cadastros, georreferenciados, para apoio na elaboração de projetos de sinalização e segurança rodoviária; 7) Executados até o período – As atividades descritas na abrangência do Produto foram aplicadas no Apoio a Fiscalização em uma extensão acumulada de 31.897,394 km supervisionados.

- Produto 06 – Supervisão e Apoio à Fiscalização de Obras de Reabilitação OAE – 1) Supervisionar os serviços de reabilitação e recuperação funcional e estrutural de Obras de Arte Especiais – OAEs (Pontes e Viadutos), incluindo modificações na configuração estrutural das Obras de Arte Especiais, tais como: alargamento e reforço para mudança da classe da estrutura; 2) Realizar os levantamentos necessários com o inventário de defeitos e necessidades de serviços de manutenção nas OAEs da malha sob jurisdição, atendendo aos requisitos da norma NBR 9452-19 e NORMA DNIT 010/2004-PRO; 3) Executados até o período – As atividades descritas na abrangência do Produto foram aplicadas no Apoio a Fiscalização em uma área acumulada de 16.314,584 m2 supervisionados.

- Produto 07 – Apoio e Assessoramento Especializado na Supervisão dos Empreendimentos de Manutenção Rodoviária - Consultor Especial – 1) Fornecimento de Consultoria Especializada nas Atividades de Supervisão e Apoio à Fiscalização na execução das ações de Manutenção Rodoviária, contribuindo para

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 20624/2025.

CAT nº 172025000981 de 24/11/2025, página 19 de 27

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

a condução dos serviços, atendendo às necessidades e dirimindo questões técnicas com a elaboração de estudos técnicos, anteprojetos, projetos e elaboração de pareceres, auxiliando na solução de conflitos que possam surgir na condução dos empreendimentos; 2) Elaboração de Laudo / Parecer Técnico, com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), contendo de forma detalhada a situação analisada e a(s) solução(ões) proposta(s), devidamente embasadas tecnicamente; 3) Executados até o período – As atividades descritas na abrangência do Produto foram aplicadas no Apoio a Fiscalização em um total de 14 consultorias especializadas.

- Produto 08 – Inspeção Extraordinária de Emergência - 1) Inspeção Extraordinária de Emergência na rodovia PR-170, km 473 + 300 m e km 487 + 900 m, para identificação de ruptura e classificação das dimensões deste, assim como elaboração e apresentação de relatório e laudo técnico identificando causas e propostas de soluções técnicas para correção; 2) Inspeção Extraordinária de Emergência na Rodovia PR-417, km 11+960 m, para elaboração de parecer técnico a respeito de afundamento de pista, identificando causas e apresentando propostas de soluções técnicas para correção; 3) Inspeção Extraordinária de Emergência na Rodovia PR-092, km 137+000 m, para elaboração de parecer técnico referente a desestabilização de talude e escorregamento de massa ocorrido, identificando causas e apresentando propostas técnicas corretivas; 4) Executados até o período – As atividades descritas na abrangência do Produto foram aplicadas no Apoio a Fiscalização em um total de 3 inspeções extraordinária.

- Produto 09 - Supervisão e Apoio à Fiscalização de Obras em Pontos Localizados ou de Caráter Emergencial – 1) Supervisão da execução emergencial de serviços para reconstrução de pavimento, contemplando serviços de demolição e reconstrução

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 20624/2025.

CAT nº 172025000981 de 24/11/2025, página 20 de 27

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

localizada do pavimento, execução de serviços de terraplanagem e implantação de dispositivos de drenagem no Km 487+900 da rodovia PR-170, CO 158/2022 DOP; 2) Supervisão da execução emergencial de serviços para reconstrução de pavimento, contemplando serviços de demolição e reconstrução localizada do pavimento, execução de serviços de terraplanagem e implantação de dispositivos de drenagem no Km 473+300 da rodovia PR-170, CO 160/2022 DOP; 3) Supervisão da execução de serviços emergenciais de contenção e estabilização de talude com recomposição do corpo estradal, bem como mitigação dos danos ambientais resultantes do deslizamento de taludes e pista, na rodovia PR-410, segmentos 410S0010EPR e 410S0013EPR, nos pontos do km 7 + 020 m , 8 + 110 m, 11 + 200 m, 11 + 600 m e 12 + 490 m, incluindo elaboração de Projeto, CO 014/2023 DOP; 4) Supervisão da execução de serviços emergenciais de contenção e estabilização de talude, bem como mitigação dos danos ambientais resultantes do deslizamento de taludes, na rodovia BR-277, segmentos km 39+900 e o km 41+300, pista sentido a cidade de Paranaguá-PR, incluindo elaboração de Projeto, CO 025/2023 DOP; 5) Supervisão da execução de obras de tratamento de ponto crítico de alagamento na rodovia PR-092 - km 27, em uma extensão aproximada de 300 metros, no município de Rio Branco do Sul, CO 175/2022 DOP; 6) Supervisão da execução dos serviços emergenciais de contenção e estabilização de talude com recomposição do corpo estradal, bem como mitigação dos danos ambientais resultantes do deslizamento de taludes e pistas na rodovia PR-092, segmento 092S0060EPR Rio Branco do Sul (R. 7 DE ABRIL) Cerro Azul (A) no km 48+500 com extensão de 148,7 metros e elaboração de Projeto Executivo, CO 006/2024 DOP; 7) Supervisão da Contratação da elaboração de estudos, projetos básico e executivo, e execução de serviços emergenciais de estabilização de muro para mitigação de patologias na contenção da rodovia pr-417, no km 8+750, Colombo/PR, com 41,60 metros de extensão, CO 021/2025 DOP; 8) Supervisão da elaboração de estudos, projetos básico e

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 206243/2025.

CAT nº 17202500007981 de 24/11/2025, página 21 de 27

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

executivo, e execução de serviços emergenciais de recomposição e estabilização talude, drenagem e pista de rolamento na rodovia PR-092, no km 37+350, com 60 metros de extensão, localizada no munícipio de Rio Branco do Sul/PR, CO 024/2025 DOP; 9) Executados até o período – As atividades descritas na abrangência do Produto foram aplicadas no Apoio a Fiscalização em um total de 8 obras supervisionadas.

- Produto 10 – Supervisão dos Serviços de Fiscalização de Excesso de Peso – 1) Os serviços desenvolvidos correspondem Supervisão dos Serviços de pesagem e o apoio técnico à coleta de dados e informações de veículos em Estradas e Rodagem DER/PR, através da disponibilização e manutenção de Unidades Móveis, dotadas de sistemas de pesagem dinâmica e estática, e demais equipamentos e sistemas associados, adequação e manutenção da infraestrutura dos pontos de pesagem dos veículos de carga, utilizados pelas empresas responsáveis pela operação das aferições, compreendendo: (i) Inspeções e verificação dos procedimentos seguidos pela empresa responsável pela operação da balança, assegurando conformidade com as normas e legislação vigente; (ii) Verificações dos equipamentos em uso, quanto ao perfeito funcionamento e manutenção; (iii) Serviços de fiscalização das rodovias Estaduais na conferência de notas de pesagem de veículos; 2) Executados até o período – Atividades desenvolvidas em 1.283 postos de pesagem.

- Produto 11 – Apoio no Controle e Acompanhamento de Convênios e Termos de Cooperação – 1) Apoiar a Superintendência Regional no controle e acompanhamento dos convênios vigentes que atuam no lote de supervisão; 2) Realizar análise de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos de engenharia no âmbito dos convênios e termos de cooperação com o DER/PR; 3)

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 206243/2025.

CAT nº 172025000981 de 24/11/2025, página 22 de 27

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Analisar e/ou emitir pareceres técnicos sobre eventuais propostas das empresas executoras, particularmente os referentes às alterações de projeto na fase de execução das obras ou modificação de prazo; 4) Analisar e opinar sobre os procedimentos contábeis utilizados em convênios e termos de cooperação, verificando a veracidade, qualidade e fidelidade das informações prestadas, bem como sobre a elegibilidade das despesas e a boa e regular aplicação dos recursos públicos, em conformidade com o plano de trabalho e com a legislação vigente; 5) Executados até o período – As atividades descritas na abrangência do Produto foram aplicadas no Apoio a Fiscalização, acumulando de 325 processos supervisionados.

SERVIÇOS EXECUTADOS:

Código	Serviço	Unid.	Quantidade Total Executada
Produto 01	Coordenação-Geral: Gestão das atividades e apoio técnico, administrativo, financeiro, jurídico e ambiental	RELATO	24,000
Produto 02	Supervisão e Apoio à Fiscalização de Obras e Serviços de Conservação em Rodovias Pavimentadas	km	936,088
Produto 03	Supervisão e Apoio à Fiscalização de Obras e Serviços de Conservação em Rodovias não Pavimentadas	km	494,170
Produto 05	Supervisão da Execução dos Programas de Sinalização e Segurança Rodoviária	km	851,296
Produto 06	Supervisão e Apoio à Fiscalização de Obras de Reabilitação de OAE	m2	456,062

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 20624/3/2025.

CAT nº 17202500007981 de 24/11/2025, página 23 de 27

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Produto 07	Apoio e Assessoramento Especializado na Supervisão dos Empreendimentos de Manutenção Rodoviária - Consultor Especial	un	3,000
Produto 08	Inspeção Extraordinária de Emergência	un	3,000
Produto 09	Supervisão e Apoio à Fiscalização de Obras em Pontos Localizados ou de Caráter Emergencial	un	5,000
Produto 10	Supervisão dos Serviços de Fiscalização de Excesso de Peso	un	723,000
Produto 11	Apoio no Controle e Acompanhamento de Convênios e Termos de Cooperação	UD/MÊS	8

EQUIPE TÉCNICA

Nome: ADEUSON ALVES DA SILVA
Título: Engenheiro Civil
RNP: 2003011439
CREA: RJ-170801/D
ART: 1720224356325
Função: Coordenador Geral
Período de participação: 01/04/2022 até 03/05/2022

Nome: LUCIANA MOREIRA BARBOSA RIBEIRO
Título: Engenheira Civil

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 206243/2025.

CAT nº 172025000798 1 de 24/11/2025, página 24 de 27

RNP: 2602688088

CREA: SP-5061504090/D

ART: 1720224348020

Função: Responsável Técnico

Período de participação: 01/04/2022 até 03/05/2022

Nome: DIEGLES SIMOES DE TOLEDO PEREIRA

Título: Engenheiro Civil

RNP: 1403400903

CREA: MG-85665/D

ART: 1720222690279

Função: Coordenador Geral

Período de participação: 03/05/2022 até 31/05/2025

Nome: JOSE CARLOS MAGALHAES FILHO

Título: Engenheiro Civil

RNP: 2002439940

CREA: RJ-1988104777/D

ART: 1720222745839

Função: Responsável Técnico

Período de participação: 03/05/2022 até 31/05/2025

Nome: HUGO SERGIO ROMANO PEREIRA

Título: Engenheiro Civil

RNP: 1704130883

CREA: PR-78924/D

ART: 1720223364944

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 206243/2025.

CAT nº 172025000798 1 de 24/11/2025, página 25 de 27

Função: Engenheiro Preposto

Período de participação: 03/05/2022 até 22/11/2023

Nome: LUIZ SOCRATES VELOSO

Título: Engenheiro Civil

RNP: 1402872151

CREA: MG-93927/D

ART: 1720236557479

Função: Engenheiro Preposto

Período de participação: 22/11/2023 até 29/08/2024

Nome: LUCAS SOARES LIMA

Título: Engenheiro Civil

RNP: 1718973683

CREA: PR-182885/D

ART: 1720245006048

Função: Engenheiro Preposto

Período de participação: 29/08/2024 até 31/05/2025

Esta Declaração torna sem efeito a Declaração de Execução Parcial N.º 032/2024 DER/DOP

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 206243/2025.

CAT nº 172025000798 1 de 24/11/2025, página 26 de 27

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Curitiba, 24 de junho de 2025

JOSE PEDRO WEINAND:16093151972
Assinado de forma digital por JOSE PEDRO WEINAND:16093151972
Dados: 2025.06.30 16:01:56 -03'00'

José Pedro Weinand
Chefe de Coordenação – DOP/CPAM
Engenheiro Civil - Carteira PR-7916/D
RNP 1701351803

ALEXANDRE CASTRO FERNANDES:87274884115
Assinado de forma digital por ALEXANDRE CASTRO FERNANDES:87274884115
Dados: 2025.06.30 16:22:05 -03'00'

Alexandre Castro Fernandes
Diretor de Operações do DER/PR
Engenheiro Civil - Carteira DF-13489/D
RNP 700440674

Protocolo: **24.150.406-9**

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 206243/2025.

CAT nº 172025000981 de 24/11/2025, página 27 de 27

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
EDITAL Nº 034/2026-GOINFRA
Contratação nº 115330, Processo nº 202500005021352

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para Assessoramento técnico no âmbito da Presidência, Diretoria de Gestão Integrada e Diretoria de Licitações e Contratações da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA.

CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRAGO

SIMEMP

PRODEC

SCB

FASE 2 – QUALITATIVA

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – QT

COORDENADOR SETORIAL 02



DGI Diretoria de Gestão Integrada | GO INFRA | SEINFRA Secretaria de Estado da Infraestrutura | GOVERNO DE GOIÁS O ESTADO QUE DÁ CERTO

ESTADO DE GOIÁS
SECRETÁRIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA
AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA

ANEXO II

FICHA CURRICULAR

Nome da Empresa: **CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRA - GO**			Nome do Técnico: THAMIRES MIRANDA PONTES		Nº do CPF: 047.337.133-20
Data de Admissão: 16/04/2026	Especialização: Advogada	Data de Nascimento: 23/03/1994	Nacionalidade: Brasileira	Endereço: Rua João Capuccinho, 123, Praia do Suá – Vitória/ES – CEP 29052-360.	

INSTRUÇÃO (APENAS 3º GRAU), CURSOS DE EXTENSÃO, APERFEIÇOAMENTO, PÓS GRADUAÇÃO, ETC.

Nº	Discriminação	Esclarecimento de Ensino ou Entidade	Localidade:	Duração:	Ano de Conclusão:
1	Pós-Graduação em Direito Constitucional e Administrativo	ESA/PI	ESA/PI	2 anos	2022
2	Graduação em Direito	Faculdade Maurício de Nassau – FAP	Teresina/PI	5 anos	2016
3	Aprovação na OAB	XXIII Exame de Ordem			2017

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Identificação dos serviços executados (Objeto/Natureza; Localização; Extensão; Quantitativos)	Função Desempenhada	Período de Execução		Contratante	Cliente Final
Objeto: Serviços de Apoio ao DER-ES nos Programas de Desapropriação e Reassentamento necessários para as Obras e Serviços Gerenciados pelo DER-ES, para Liberação de Frentes de Obras de Infraestrutura do DER-ES SERVIÇOS EXECUTADOS: - Mediação de conflitos fundiários; - Análise de documentação jurídica; - Elaboração de pareceres e contratos administrativos.	Advogada Conciliadora	13/05/2024	30/05/2025	Neoconstec	DER-ES
Representação judicial e extrajudicial do municipio; Gestão da equipe jurídica; Elaboração de minutas, pareceres e relatórios técnicos	Procuradora Geral do Município	02/06/2022	31/12/2024	Prefeitura Municipal de Barroquinha/CE	Prefeitura Municipal de Barroquinha/CE
Coordenadora de Feitos Judiciais	Coordenadora de Feitos Judiciais	04/02/2022	01/06/2022	Prefeitura Municipal de Barroquinha/CE	Prefeitura Municipal de Barroquinha/CE
Procuradora Geral do Município	Procuradora Geral do Município	09/10/2020	31/12/2020	Prefeitura Municipal de Chaval/CE	Prefeitura Municipal de Chaval/CE
Advogada Autônoma (escritório próprio) - Atuação em Direito Administrativo, Cível, Trabalhista e Previdenciário - Assessoria jurídica a sindicatos de trabalhadores rurais - Participação em audiências, elaboração de peças processuais e mediação de conflitos	Advogada Autônoma (escritório próprio)	nov/17	Atual	PI/CE/ES	PI/CE/ES
Estagiária	Estagiária	mar/13	nov/15	Central de Polícia Civil – Parnaíba/PI	Central de Polícia Civil – Parnaíba/PI
Estagiária	Estagiária	set/11	fev/13	Escritório Carvalho e Veras – Parnaíba/PI	Escritório Carvalho e Veras – Parnaíba/PI

Indicado para a Função: Coordenadora Setorial		Assinatura do Técnico: THAMIRES MIRANDA PONTES:04733713320 Assinado de forma digital por THAMIRES MIRANDA PONTES:04733713320 Dados: 2026.04.07 09:34:54 -03'00'
Nome do Informante: Renato Gomes dos Santos	Qualificação: Responsável Legal do Consórcio	Assinatura do Informante:

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DO PROFISSIONAL

À
Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes – GOINFRA

Concorrência Eletrônica nº 034/2026

Processo nº: 202500005021352

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de assessoramento técnico institucional

Eu, : Eu, **THAMIRES MIRANDA PONTES**, brasileira, advogada, portadora do registro profissional advogada OAB nº 16438, com formação em Direito e especialização em Direito Administrativo, conforme currículo apresentado, DECLARO, para os devidos fins, que:

1. **Tenho plena disponibilidade para atuar na execução dos serviços objeto do certame**, caso a empresa proponente venha a ser contratada, comprometendo-me a integrar a equipe técnica de forma efetiva durante toda a vigência contratual.
2. **Assumo o compromisso de exercer a função de COORDENADORA SETORIAL 02,** – conforme previsto no edital, atendendo integralmente às atribuições, responsabilidades e exigências técnicas estabelecidas.
3. Declaro que **não estou vinculado a outra empresa ou consórcio participante deste certame para a mesma função**, em conformidade com as regras do edital.
4. Confirmo que **possuo experiência compatível com as atribuições do cargo**.
5. Por fim, afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras e que estou ciente das responsabilidades legais decorrentes de eventual declaração falsa.

Brasília, DF 16 de abril de 2026.

Atenciosamente,

THAMIRES MIRANDA PONTES:04733713320
Assinado de forma digital por THAMIRES MIRANDA PONTES:04733713320
Dados: 2026.04.07 09:34:54 -03'00'

THAMIRES MIRANDA PONTES
Advogada OAB nº 16438,

CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRA-GO
RENATO GOMES DOS SANTOS
Representante Legal do Consórcio
CPF nº 014.690.077-46



Scanned with CamScanner

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PIAUÍ

IDENTIDADE DE ADVOGADA

NOME

THAMIRES MIRANDA PONTES

INSCRIÇÃO: 16438

FILIAÇÃO

MANOEL JOSE PONTES NETO

MARIA ESPERANÇA SILVA MIRANDA

NATURALIDADE

ESPERANTINA-PI

DATA DE NASCIMENTO

23/03/1994

RG

3.039.349 - SSP/PI

CPF

047.337.133-20

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

NÃO

VIA 01

EXPEDIDO EM 25/11/2017

Francisco Lucas Costa Veloso

FRANCISCO LUCAS COSTA VELOSO

PRESIDENTE

Scanned with CamScanner

Centro Universitário Maurício de Nassau

UNINASSAU

DIPLOMA DE GRADUAÇÃO

DIREITO

A Pró-Reitora do CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU DE PARNAÍBA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do curso de Graduação em DIREITO, em 30 de junho de 2016 e colação de grau em 26 de julho de 2016, confere o título de BACHARELA em DIREITO a THAMIRES MIRANDA PONTES, RG nº 3039349 SSP/PI, natural do estado do Piauí nascido(a) em 23/03/1994, nacionalidade brasileira, e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Parnaíba, 14 de novembro de 2023.

Assinatura realizada por meio de certificado ICP-Brasil

RAQUEL BARBOZA DA SILVA PESSOA
SECRETÁRIA GERAL

Assinatura realizada por meio de certificado ICP-Brasil

SIMONE BÉRGAMO SILVA BARRÊTO
PRÓ-REITORA

https://diplomas.uninassau.edu.br Código de Validação:1552.1552.b44d9cda49fc011ed51215fed2f1ab12485a31c432235d98063fac529f1eef75

2ª via

CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU DE PARNAÍBA
CNPJ: 04.986.320/0119-05

Credenciamento: Portaria n° 852, de 08/11/2022, DOU nº 212, Seção 1, pág. 52, de 09/11/2022.

Curso: DIREITO

Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 949, de 30/08/2021, DOU nº 165, Seção 1, pág. 56, de 31/08/2021

2ª via

MANTENEDORA:
SER EDUCACIONAL S.A.
CNPJ: 04.986.320/0001-13

Credenciamento: Portaria n° 852, de 08/11/2022, DOU nº 212, Seção 1, pág. 52, de 09/11/2022.

CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU DE PARNAÍBA
CNPJ: 04.986.320/0119-05
Tendo em vista a correção de dados do Diploma de 1ª via, expedido pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU DE PARNAÍBA, curso Direito, registrado sob o n° 299290, livro 22, folha 146, em 13/11/2023. Ficando a 1ª via sem efeito, para qualquer fim.
Diploma registrado, por atribuição de competência do Ministério da Educação, nos termos do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, art. 99, § 2º.

Registro nº 299537
Livro 22 Folha nº 147 Data: 14/11/2023
Processo n° 198749/2023.

Parnaíba, 14/11/2023.

Raquel Barboza da Silva Pessoa
Seção de Registro de Diplomas

Assinatura realizada por meio de certificado ICP-Brasil

INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNINOVAFAPI

CERTIFICADO

O Reitor do Centro Universitário UNINOVAFAPI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Geral da Instituição certifica que

THAMIRES MIRANDA PONTES

nacionalidade brasileira, natural de Esperantina-PI, nascido(a) em 23 de março de 1994, concluiu o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Nível Especialização em DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO COM HABILITAÇÃO EM DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR, com carga horária total de 390 (trezentos e noventa) horas, realizado em Teresina-PI, no período de 01 de junho de 2020 a 30 de julho de 2021.

Teresina, 01 de abril de 2024.

Renata Aparecida Miyabara
Coordenador(a) de Pós-Graduação

Ricardo Alexandre Oliveira Ciriaco
Reitor(a)

Thamires Miranda Pontes
RG: 3039349 - SSP/PI

HARPIA IMPRESSOS DE SEGURANÇA

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNINOVAFAPI

RECREDENCIAMENTO: PORTARIA Nº 1.361/2017,
PUBLICADA NO DOU Nº 208 DE 30/10/2017

O Centro Universitário UNINOVAFAPI declara que o Curso de Especialização em Direito Constitucional e Administrativo com Habilitação em Docência do Ensino Superior foi autorizado através da Portaria Nº 003/2020 de 03 de Julho de 2020, atendendo o que determina a Resolução do CES/CNE nº 01 de 06/04/2018 para Cursos de Pós-Graduação lato sensu, em nível de especialização.

Certificado registrado no livro nº 6 , fl. 3109 sob o nº 5738 . Processo nº 0124/24 .

Secretaria Geral, 01/04/2024

Marcia Mylena Neves Leite
Secretaria Acadêmica
Centro Universitário Uninovafapi

Nome do Aluno(a): THAMIRES MIRANDA PONTES

Área de Conhecimento: DIREITO

Curso: PÓS-GRADUAÇÃO LATO-SENSU - DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO COM HABILITAÇÃO EM DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

Coordenador(a): AURÉLIO LOBÃO LOPES

Período:01/06/2020 a 30/07/2021 | Total de horas/aula: 390 | Média Geral: 9,6

Critérios de Aprovação: Média igual ou superior a 7,0 (sete) / Frequência de 75% nas atividades programadas por disciplina.

DISCIPLINAS	C/H	NOTA	PROFESSORES
ADVOCACIA NAS CORTES CONSTITUCIONAIS E OS DIÁLOGOS JUDICIAIS	15	10,00	GEORGE ABBOUD - DOUTOR(A)
COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	30	10,00	NELSON GASPAR ALVARES PIRES NETO - ESPECIALISTA
CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO	15	10,00	VICENTE DE PAULO A. DE OLIVEIRA JÚNIOR - DOUTOR(A)
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E NOVAS PARCERIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	15	10,00	ANGELICA PETIAN - DOUTOR(A)
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	15	10,00	LUCIANA CARRILHO DE MORAES MARINHO AREA LEAO - MES
DIDÁTICA DO ENSINO JURÍDICO SUPERIOR	30	10,00	FRANCISCA MARTA MAGALHÃES DE BRITO - DOUTOR(A)
ENTES FEDERATIVOS E SEUS PODERES	30	8,00	ANA MARIA D'ÁVILA LOPES - DOUTOR(A)
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	30	10,00	AURÉLIO LOBÃO LOPES - MESTRE
INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	15	10,00	HORÁCIO LOPES MOUSINHO NEIVA - MESTRE
LICITAÇÕES PÚBLICAS EM EVOLUÇÃO	30	10,00	ALEXANDRE AUGUSTO BATISTA LIMA - DOUTOR(A)
METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA	30	10,00	GILLIAN SANTANA DE CARAVALHO MENDES - DOUTOR(A)
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR MODERNO	30	10,00	IGOR MOURA MACIEL - MESTRE
REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO E RESPONSABILIDADE DO ESTADO	30	9,00	GUILHERME CARVALHO E SOUSA - DOUTOR(A)
TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL	30	9,00	ANTÔNIO FRANCISCO GOMES OLIVEIRA - MESTRE
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	30	8,00	THIAGO ANASTÁCIO CARCARÁ - DOUTOR(A)
TRIBUTAÇÃO & DIREITOS FUNDAMENTAIS	15	9,00	ANTÔNIO GONÇALVES HONÓRIO - MESTRE

TÍTULO DA MONOGRAFIA: A INTERSEÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NOS CRIMES DE RACISMO: DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA EM CONTRAPONTO A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

008880

NOTA: 8

ATESTADO

O DIRETOR DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DO DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E DE RODOVIAS DO ESPÍRITO SANTO - DER-ES, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo **nº 2025-J3G23**, **ATESTA**, para os devidos fins, que a empresa Neoconstec Consultoria Técnica Ltda, executou para o **Departamento de Edificações e de Rodovias do Espírito Santo - DER-ES**, os serviços de apoio ao DER-ES nos Programas de Desapropriação e Reassentamento necessários para as obras e serviços gerenciados pelo DER-ES, para liberação de frentes de obras de infraestrutura do DER-ES, sob Jurisdição da Todas as Regionais I, II, III, IV e SE-U do DER-ES, abaixo relacionados, tendo como Responsável Técnico pela Coordenação Técnica Engenheiro Civil José Carlos Magalhães Filho CREA Nº 881047776/D-RJ; Responsável Técnico pela Coordenação Técnica Engenheiro Agrimensor Miguel Caseira e Calil Salim CREA Nº 80921/D-MG; Co-Responsável Técnico pela Coordenação Técnica Engenheira Civil Lunnara Araujo Serra CREA Nº 26613/D-DF.

1) INFORMAÇÕES CONTRATUAIS:

Processo n.º	: 2022-Z61P4
Contrato	: 08/2023
Data de assinatura	: 28/02/2023
Empresa	**: Neoconstec Consultoria Técnica Ltda**
Objeto	: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Apoio ao DER-ES nos Programas de Desapropriação e Reassentamento necessários para as Obras e Serviços Gerenciados pelo DER-ES, para Liberação de Frentes de Obras de Infraestrutura do DER-ES
Valor contratual a PI	: R$ 4.989.192,57 (Quatro milhões, novecentos e oitenta e nove mil, cento e noventa e dois reais e cinquenta e sete centavos)
Período de execução	: 16/03/2023 a 27/05/2025
Medição	: 1ª a 27ª (Medição Final)
Valor faturado a PI	: R$ 3.095.817,65 (Três milhões, noventa e cinco mil, oitocentos e dezessete reais e sessenta e cinco centavos)
Termo aditivo	: 1° ao 2° Termo Aditivo
Data-base (Atual)	: 31/01/2022

2025-8H0MK3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 05/09/2025 07:21 PÁGINA 1 / 9

2) QUANTIDADES MEDIDAS PELO CONSÓRCIO NO PERÍODO:

Descrição	Unid.	Qtde. exec.
SERVIÇOS DE CONSULTORIA		
RELATÓRIOS PARA DESAPROPRIAÇÃO		
COORDENAÇÃO (COOGER)	Ud	26,070
PARECER TÉCNICO DE CONCILIAÇÂO E REGULARIDADE DOCUMENTAL PARA INSTRUÇÂO DO PROCESSO	Ud	349,000
RELATÓRIO MENSAL COM RESULTADO DO ATENDIMENTO SOCIAL	Ud	26,070
ELABORAÇÃO/ANÁLISE DE LAUDOS DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA	Ud	209,000
LEVANTAMENTO CONJUNTO CERTIDÕES NO CARTÓRIO (CORREÇÃO DO ITEM)	Vb	0,846
PARECER TÉCNICO JURÍDICO E APOIO A INSTRUÇÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS DE DESPROPRIAÇÃO (Preço reduzido para manutenção da vantajosidade)	Ud	83,000
LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS / ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO PARA DESAPROPRIAÇÃO		
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO (TERRENO + BENFEITORIAS) PARA ATUALIZAÇÃO DE PLANTA GERAL DE DESAPROPRIAÇÃO	Ud	164,000
ELABORAÇÃO DE PLANTAS E MEMORIAIS DESCRITIVOS (TERRENO + BENFEITORIAS)	Ud	164,000

3) DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS:

- Reuniões com as comunidades, com apresentações de informações das obras, estratégias de desapropriação e informações de interesse da população local visando transparência no processo e maior entendimento dos desapropriados quanto ao processo.
- Elaboração do laudo de avaliação modelo completo para desapropriações de imóveis urbanos ou rurais, utilizando a maneira mais adequada de aproximação com objetivo de troca de conhecimentos, acontecimentos, esclarecimentos entre outros, com recolhimento da documentação necessária para correta instrução do processo de desapropriação pelo DER-ES, em relação aos documentos pessoais, do imóvel e conjunto de certidões exigidas em lei.
- Conciliação, reuniões com objetivo de informar aos desapropriados seus direitos e deveres, realizar proposta de indenização e liberação de frente de

2025-8H0MK3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 05/09/2025 07:21 PÁGINA 2 / 9

serviço para obra, e a partir da análise técnica de cada processo de desapropriação, dos documentos e atos realizados durante sua instrução, os pareceres técnicos serão sintetizados em um documento organizado, com todas as informações e pontos de atenção considerados em cada etapa do processo, podendo ser divididos em Parecer Social, Parecer de Conciliação e Conjunto de Certidões – Regularidade Documental.

- Coordenar as atividades dos contratados e dos diversos setores internos do DER-ES com outros órgãos e agentes externos intervenientes, elaborar relatórios periódicos de andamento, controlar e acompanhar resultados a partir de cronograma detalhado das atividades com informações técnicas e precisas, alinhados com as prioridades das obras que será atualizado mensalmente, apoiar a execução de processos internos do DER-ES, dar suporte técnico no mapeamento e redesenho dos Processos Gerenciais e Operacionais do órgão, resumos das ações de apoio técnico e jurídico às desapropriações da autarquia com parecer crítico do andamento das ações, nível de risco e sugestões para melhor tomada de decisão do DER-ES.
- Apoio na análise técnica dos cadastros individuais encaminhados pelas regionais e projetistas para a GEARD e sua regularidade para avaliação ou elaboração de relatório de pendências com a indicação dos pontos a serem sanados.
- Unidade de atendimento às famílias impactadas pelo processo de desapropriação, com canais permanentes de interlocução com as comunidades afetadas, reuniões individualizadas com proprietários e posseiros, objetivando informações, orientações, levantamento de demandas, procedimentos, reclamações etc.
- Acompanhamento da desocupação do imóvel após a finalização do processo de desapropriação amigável, visando garantir que não há residentes no local e que o mesmo está apto a ser demolido, verificação do pagamento da indenização dentro da data prevista, informando os caminhos necessários para recebimento e retirada de documentos e registro em cartório, dando retorno aos envolvidos no processo.

2025-8H0MK3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 05/09/2025 07:21 PÁGINA 3 / 9

- Apoio na Elaboração do Plano Estratégico de Obra e Cronograma detalhado com riscos ao andamento das obras, principalmente relacionados às frentes de desapropriação, simulações de expectativas de término de obra considerando os cenários de execução de desapropriações.
- Análise de todo processo de desapropriação com confecção de parecer conclusivo sobre a situação do imóvel objeto de desapropriação, registrando pendências e questões que possam impedir o regular processamento da desapropriação pela via administrativa, ocasião em que todas as informações necessárias para ajuizamento da ação de desapropriação judicial.
- Parecer Técnico de Conciliação contendo histórico das conciliações realizadas pelo DER-ES, com análise geral detalhada de cada área objeto de desapropriação, atestado técnico situacional, quantitativo de pessoas envolvidas em cada processo de desapropriação, seus dados, endereços, estado civil, dados bancários etc., conclusão contendo todas as informações relevantes ao processo de desapropriação, confrontando dados de cadastro físico do imóvel, parecer social, documentação do imóvel e demais questões jurídicas.
- Análise técnica dos documentos e certidões recolhidas, averiguando a veracidade e regularidade no que tange os documentos a serem apresentados ao DER-ES, devendo os mesmos serem de fato do objeto de desapropriação (imóvel e pessoa física), se são de fato dos proprietários ou posseiros do imóvel cadastrado.
- Atendimento social acompanhando a equipe responsável pelas ações de desapropriação dos imóveis, realizando o cadastro social da população atingida, confeccionar os laudos sociais quando se tratar de área de vulnerabilidade social, em obras urbanas de grande impacto, áreas densamente povoadas, recomendando ações para reduzir os impactos e restituir meios de vida.
- Revisar o Plano de Ação do Programa de Comunicação Social que compõe o Plano Básico Ambiental do empreendimento a ser executado, elaborar banco de dados com informações de lideranças comunitárias, associações e entidades da sociedade civil organizada existente na área de influência direta

2025-8H0MK3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 05/09/2025 07:21 PÁGINA 4 / 9

do empreendimento.

- Registrar e monitorar as demandas socioambientais feitas pela população, elaborar relatórios de atividades do Programa de Comunicação Social, coordenando as atividades conforme Manual de Diretrizes e Normatizações, apoiar a conciliação e recolhimento e levantamento de documentos, atendimento as condicionantes do licenciamento ambiental, relativas as atividades de desapropriação.
- Atualização de cadastro existente da população afetada, via Pesquisa Básica de Vulnerabilidade de Laudo Social, estudos socioeconômicos participativos que suplementem as informações já realizadas, como estilo de vida, características socioculturais, assistência comunitária etc., articulação junto ao poder público municipal pois possuem legislação referente a organização do solo urbano, políticas de assistências habitacionais etc.
- Apoio a Comissão de Avaliação Imobiliária CAI, na elaboração de Laudos de Avaliação Imobiliária, que deverão ser elaborados por profissionais capacitados após vistoria técnica de cada área, edificação ou benfeitoria a ser desapropriada com metodologia avaliatória contemplada nas normas, literaturas e práticas consagradas da engenharia de avaliações, com descrição detalhada do bem avaliado, suas especificidades, peculiaridades observadas, apresentação do cálculo da indenização e metodologia utilizada, sua fundamentação e precisão do laudo. Sempre que possível utilizar os valores constantes do Laboratório de Orçamentos do Instituto de Tecnologia da Universidade Federal do Espírito Santo (Labor - Itufes), Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices da Construção Civil mantido pela Caixa Econômica Federal (Sinapi-ES), Sistema de Custos Referenciais de Obras do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Sicro-ES DNIT), Tabela Referencial de Preços e Composições de Custos Unitários do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo (DER-ES) e Tabela de Composições de Preços para Orçamento da Editora Pini (TCPO-ES), adotando a tabela com maior grau de fundamentação e precisão e apoio a CAI na análise, avaliação e homologação de de laudos de avaliação entregues por terceiros (edital de credenciamento).

2025-8H0MK3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 05/09/2025 07:21 PÁGINA 5 / 9

- Para elaboração de laudo individual completo de avaliação imobiliária em área rural, imóvel rural ou florestal com ou sem benfeitoria e equipamentos, o profissional deve ser Engenheiro Agrônomo, Agrícola ou Florestal, e utilizará tratamento por fatores ou científico com modelos de regressão linear com uso de inferência estatística, conforme NBR 14653, devendo atuar como Assistente Técnico Judicial e na Elaboração de Quesitos quando se tratar de questionamentos sobre o laudo de sua autoria.
- Levantamentos Topográficos e Atualização de Cadastro para Desapropriação conforme IS Nº 008-N/2021, a elaboração de projetos de desapropriação inclui levantamento topográfico, e cadastros individuais, dessa forma a contratada faz a conferência e revisão para estruturar a GEARD com ferramentas para que possa atuar de forma mais célere para consecução da desapropriação e atualização da situação de campo, com levantamento topográfico do terreno e benfeitorias para atualização da planta geral de desapropriação, elaboração da plantas e memoriais descritivos contendo um cadastro técnico para cada matrícula de imóvel ou ocupação irregular da faixa de domínio, devendo ser identificada a titularidade dos imóveis bem como e posse das áreas a serem desapropriadas, plantas individuais de situação / localização representando a área abrangida pela faixa de domínio considerada e identificando a linha correspondente a faixa não edificante e eventuais benfeitorias e ou edificações existentes sobre ela, contendo poligonal de apoio amarrado aos marcos da rede geodésica existente ou rastreamento com GPS de base referência, levantamento planialtimétrico e cadastral com detalhes das curvas de nível de metro em metro, eixo da via, dimensões da área atingida com medidas das linhas que definem a poligonal de desapropriação e seus azimutes, localização e identificação dos confrontantes e áreas remanescentes do imóvel, cadastros das redes concessionárias (água, esgoto, rede de luz), com alturas e profundidades, entre outras informações.
- Plantas baixas das edificações a serem desapropriadas ou removidas da faixa de domínio, devidamente cotada em escala adequada, para perfeita interpretação da edificação ou benfeitoria que está sendo avaliada, com detalhamento das áreas adjacentes e remanescente, memorial descritivo com

2025-8H0MK3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 05/09/2025 07:21 PÁGINA 6 / 9

todas as áreas desapropriadas, distâncias entre vértices que formam a poligonal e azimutes, confrontantes e coordenadas georreferenciadas dos vértices com identificação do datum e sistema de projeção utilizado.

4) RELAÇÃO DAS OBRAS ATENDIDAS:

- Laudos:

Rodovia ES-341, trecho Angelo Frechiani – Pancas; Rodovia ES-181, trecho Arraial do Café – Alto Calçado; Rodovia ES-475, trecho Castelo – Fazenda Prata; Rodovia ES-165, trecho Castelo a Morro; Rodovia ES-165, trecho Entrº BR-262 – Conceição do Castelo; Corredor Metropolitano Leste Oeste 2ª Etapa; Rodovia ES-475, trecho Fazenda Prata – Fruteiras; Rodovia ES-181, trecho Muniz Freire – Anutiba; Rodovia ES-181, trecho Placa – Anutiba; Rodovia ES-010, trecho Vila do Riacho – Regência; Rodovia ES-230, trecho Vila Valério – Fátima; Rodovia ES-358, trecho Vila Valério – Guaxe; Rodovia ES-388, trecho Entrº ES-101 (Amarelos), Xuri – Barra do Jucu (Entrº ES-060); Rodovia ES-388, trecho Entrº ES-060 (Barra do Jucu) – Entrº BR-101 (Amarelos) – Xuri Urbano; Rodovia ES-165, trecho Sobreiro – Laranja da Terra; Rodovia ES-368, trecho Melgaço – Potratz; Rodovia ES-137, trecho Patrimônio da Penha – Santo Antônio do Quinze; Rodovia ES-475, trecho Castelo – Fruteiras; Rodovia ES-060, trecho Ponte do Bairro Piuminas – Ponte sobre o Rio Novo.

- Conciliações:

Rodovia ES-261, Entrº ES-261 – Alto Jatibocas – Fazenda Sthur; Rodovia ES-341, trecho Angelo Frechiani – Pancas; Rodovia ES-181, trecho Arraial do Café – Alto Calçado; Rodovia ES-475, trecho Castelo – Fazenda Prata; Rodovia ES-165, trecho Castelo a Morro; Rodovia ES-446, trecho Colatina – Itaimbé; Rodovia ES-165, trecho Entrº BR-262 – Conceição do Castelo; Corredor Metropolitano Leste Oeste 2ª Etapa; Rodovia ES-475, trecho Fazenda Prata – Fruteiras; Rodovia ES-379, trecho Entrº BR-262 (Irupi) – Entrº ES-185 (Iúna); Contorno de Itaoca Pedra; Rodovia ES-010, trecho Avenida Minas Gerais x Nova Almeida; Rodovia ES-209, trecho Montanha – Cristal; Rodovia ES-379, trecho Morro Vênus a Muniz Freire; Rodovia ES-181, trecho Muniz Freire – Anutiba; Rodovia ES-177, trecho Muqui – Jerônimo Monteiro; Rodovia ES-313, trecho Entrº ES-130 (Pinheiros) – São João do Sobrado; Rodovia ES-181,

2025-8H0MK3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 05/09/2025 07:21 PÁGINA 7 / 9

trecho Placa – Anutiba; Rodovia ES-248, trecho Entrº ES-358 (Pontal do Ipiranga) – Vila de Povoação; Rodovia ES-124, trecho Santa Rosa – Aracruz; Rodovia ES-010, trecho Vila do Riacho – Regência; Rodovia ES-230, trecho Vila Valério – Fátima; Rodovia ES-358, trecho Vila Valério – Guaxe; Rodovia ES-388, trecho Entrº ES-101 (Amarelos) – Xuri – Barra do Jucu (Entrº ES-060); Rodovia ES-388, trecho Entrº ES-060 (Barra do Jucu) – entrº BR-101 (Amarelos) – Xuri Urbano.

- Topografia:

Rodovia ES-341, trecho Angelo Frechiani – Pancas; Colégio Marista Nossa Senhora da Penha (Vila Velha/ES); Rotatória da Rodovia Leste Oeste, em Vale Encantado, Vila Velha/ES.

5) EQUIPE TÉCNICA DO CONTRATO:

- Arquiteta Anna Flávia Miranda Coelho Veloso CAU Nº A231184-4

Equipe Técnica de Apoio;

- Advogada Thamires Miranda OAB/PI Nº 16.438

Equipe Técnica Responsável pelos Pareceres Técnicos de Conciliação e Regularidade Documental para Instrução do Processo e Pareceres Técnicos Jurídicos e Apoio a Instrução de Processos Judiciais de Desapropriação;

- Advogado Rodrigo Olioza Gonzalez OAB/ES Nº 26.599

Equipe Técnica Responsável pelos Pareceres Técnicos de Conciliação e Regularidade Documental para Instrução do Processo e Pareceres Técnicos Jurídicos e Apoio a Instrução de Processos Judiciais de Desapropriação;

- Assistente Social Christiane Dias CRESS/ES Nº 7.068

Equipe Técnica Responsável pelos Relatórios Mensais com Resultados de Atendimentos Sociais.

Vitória - ES, 04 de Setembro de 2025.

Jeferson Garcia Lima
Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º
Diretor de Obras de Infraestrutura Logística - DIREN/DER-ES
CREA Nº 94881/D-MG
CPF Nº 301.492.858-50

2025-8H0MK3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 05/09/2025 07:21 PÁGINA 8 / 9

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

JEFERSON GARCIA LIMA
DIRETOR SETORIAL
DIREN - DER - GOVES
assinado em 05/09/2025 07:21:32 -03:00

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO
Documento capturado em 05/09/2025 07:21:32 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por CARLA DE JESUS ALVES (TECNICO OPERACIONAL - GEMOB - DER - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: https://e-docs.es.gov.br/d/2025-8H0MK3

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de direito ou a quem possa interessar que a Sra. **THAMIRES MIRANDA PONTES**, brasileira, residente e domiciliada na Rua Francisco Ayres, Nº: 18, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Parnaíba/PI, inscrita no CPF: 047.337.133-20, RG: 3039349, PIS/PASEP: 26739487675, Mat. 004717, exerce cargo público comissionado na função de **PROCURADOR (A) GERAL DO MUNICÍPIO,** desta Instituição por meio da Portaria 055/2022, admitida em 02/06/2022. Com experiência em controle e execução das atividades jurídicas e administrativas de interesse municipal, conforme informações no arquivo do Setor Pessoal.

Para que esta **DECLARAÇÃO** surta efeitos legais dato e assino.

BARROQUINHA / CE, 05 DE JUNHO DE 2024.

Rafael dos Reis de Souza
Coordenador Especial de
Recursos Humanos
Portaria Nº 032/2022

Rafael dos Reis de Souza

RAFAEL DOS REIS DE SOUZA
COORDENADOR ESPECIAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 032/2022

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
EDITAL Nº 034/2026-GOINFRA
Contratação nº 115330, Processo nº 202500005021352

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para Assessoramento técnico no âmbito da Presidência, Diretoria de Gestão Integrada e Diretoria de Licitações e Contratações da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA.

CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRAGO

SIMEMP

PRODEC

SCB

FASE 2 – QUALITATIVA

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – QT

COORDENADOR SETORIAL 03



DGI Diretoria de Gestão Integrada | GO INFRA | SEINFRA Secretaria de Estado da Infraestrutura | GOVERNO DE GOIÁS O ESTADO QUE DÁ CERTO

ESTADO DE GOIÁS
SECRETÁRIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA
AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA

ANEXO II

FICHA CURRICULAR

Nome da Empresa: CONSÓRCIO INFRAGO - SIMEMP			Nome do Técnico: Pedro Barbosa		Nº do CPF:
Data de Admissão:	Especialização: Assessoria de Comunicação; MBA em Marketing Digital.	Data de Nascimento:	Nacionalidade: Brasileiro	Endereço: SQSW 304, Bloco D, Apt 304 Sudoeste	

INSTRUÇÃO (APENAS 3º GRAU), CURSOS DE EXTENSÃO, APERFEIÇOAMENTO, PÓS GRADUAÇÃO, ETC.

Nº	Discriminação	Esclarecimento de Ensino ou Entidade	Localidade:	Duração:	Ano de Conclusão:
1	Graduação em Publicidade e Propaganda	Centro Universitário Estácio - Brasília/DF	Brasília	5	2012
2	MBA em Marketing Digital-	Faculdade Metroplolitana (2021).	Brasília	2	2021
3	Especialização em Assessoria de Comunicação	Centro Universitário Estácio – Brasília/DF.	Brasília	1	2022
4	Curso MOOC-Logística e Operações Humanitárias	PUC-Rio (2022)	Rio de Janeiro	1	2022
5	Curso Coordenadores Nacionais de Facilitação do Comércio	(Contreti) UNCTAD/ONU	São Paulo	1	2023

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Identificação dos serviços executados (Objeto/Natureza; Localização; Extensão; Quantitativos)	Função Desempenhada	Período de Execução		Contratante	Cliente Final
		inicio	fim		
Insight Public Affairs. Atuação na direção estratégica da empresa e na gestão de clientes relevantes, como CACB, Infra S.A, Farol Log, Women Business Alliance e GPS Foundation.	Diretor Fundador	2025	2026	Insight Public Affairs	CACB; Infra S.A; Farol Log; Women Business Alliance; GPS Foundation
IBL. Elaboração e gestão de plano de comunicação; estratégias para redes sociais; assessoria de imprensa; gestão de site; produção de notícias; monitoramento de projetos de lei; mapeamento de stakeholders; relações institucionais; consultoria ESG.	Coord. Comunicação / Gestor de RI / Consultor ESG	abr/2020 a	jan/24	IBL	IBL
Governo do Distrito Federal. Assessoria de comunicação com foco em imagem política; conteúdo para redes sociais e sites; mídia training; elaboração de discurso oficial; proposição de políticas públicas; direção de gestão do programa de voluntariado.	Assessor de Comunicação / Diretor de Gestão	2018	2021	Governo do Distrito Federal	GDF
TV União. Elaboração de reportagens, entrevistas, redação de textos para web e cobertura de eventos e coletivas para o Jornal DF União Notícias.	Repórter	2022	2022	TV União	Jornal DF União Notícias
Associação dos Amigos da Vida. Coordenação da comunicação integrada; advocacy; treinamentos; proposição de projetos nacionais e internacionais; relações institucionais com organismos internacionais, governo, movimentos sociais e setor privado; produção de eventos.	Coord. Comunicação e Projetos	2015	2017	Associação dos Amigos da Vida	Associação dos Amigos da Vida
Unimed Centro-Oeste. Gestão de indicadores de qualidade, gestão de pessoas, monitoria, feedback, elaboração de manuais, redação oficial, dimensionamento e supervisão de processos de atendimento em saúde suplementar.	Supervisor de Atendimento	2008	2013	Unimed Centro-Oeste	Unimed Centro-Oeste
ASCOM Correios. Criação de e-mail marketing, mala direta e atendimento na área de negócios internacionais.	Estagiário	2012	2012	Correios	Correios

Indicado para a Função: Coordenador Setorial - Produto 02		Assinatura do Técnico: gov.br Documento assinado digitalmente PEDRO ALVES ROBZ BARBOSA Data: 16/04/2026 13:25:04-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Nome do Informante: RENATO GOMES DOS SANTOS	Qualificação: Sócio Diretor Representante Legal	Assinatura do Informante:

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DO PROFISSIONAL

À
Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes – GOINFRA

Concorrência Eletrônica nº 034/2026

Processo nº: 202500005021352

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de assessoramento técnico institucional

Eu, **PEDRO BARBOSA**, brasileiro, comunicólogo, portador do registro profissional de jornalista nº 0014360/DF, com formação em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, MBA em Marketing Digital e especialização em Assessoria de Comunicação, conforme currículo apresentado, DECLARO, para os devidos fins, que:

1. **Tenho plena disponibilidade para atuar na execução dos serviços objeto do certame**, caso a empresa proponente venha a ser contratada, comprometendo-me a integrar a equipe técnica de forma efetiva durante toda a vigência contratual.
2. **Assumo o compromisso de exercer a função de COORDENADOR SETORIAL 03 – Responsável pelo setor de Publicidade e Comunicação**, conforme previsto no edital, atendendo integralmente às atribuições, responsabilidades e exigências técnicas estabelecidas.
3. Declaro que **não estou vinculado a outra empresa ou consórcio participante deste certame para a mesma função**, em conformidade com as regras do edital.
4. Confirmo que **possuo experiência compatível com as atribuições do cargo**, incluindo:
    - Coordenação de comunicação institucional e gestão de estratégias de mídia e redes sociais;
    - Atuação em assessoria de imprensa, gestão de crises e relações institucionais;
    - Desenvolvimento de planos de comunicação e relacionamento com stakeholders;
    - Experiência em comunicação pública e governamental.
5. Por fim, afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras e que estou ciente das responsabilidades legais decorrentes de eventual declaração falsa.

Brasília, DF 16 de abril de 2026.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DO PROFISSIONAL

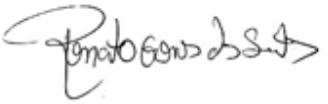
Atenciosamente,

gov.br Documento assinado digitalmente
PEDRO ALVES RORIZ BARBOSA
Data: 16/04/2026 13:25:04-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

PEDRO BARBOSA

Registro nº 0014360/DF



_____

CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRA-GO

RENATO GOMES DOS SANTOS

Representante Legal do Consórcio

CPF nº 014.690.077-46

CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE BRASÍLIA

O Reitor do CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE BRASÍLIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de COMUNICAÇÃO SOCIAL, em 07/03/2013, confere o título de BACHAREL (A) EM COMUNICAÇÃO SOCIAL a PEDRO ALVES BARBOSA, cédula de identidade nº 2.568.877, órgão expedidor SESP/DF, nascido(a) em 01/01/1988, natural DISTRITO FEDERAL, e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Taguatinga - DF, 18 de Abril de 2017.

Pedro Alves Barbosa.
Diplomado(a)

Estácio

Reitor(a)

ESCALADA IMPRESSOS DE SEGURANÇA

Reitor(a): ADRIANO LUIS FONSECA

Secretário(a) Geral: JANAÍNA FERREIRA DA SILVA

Curso de COMUNICAÇÃO SOCIAL

Reconhecido pela Portaria MEC nº 759

D.O.U. 16/10/2006

Renovado pela Portaria MEC nº 524

D.O.U. 17/10/2013

Apostila

O(a) diplomado(a) concluiu nesta Universidade a habilitação em PUBLICIDADE E PROPAGANDA

DISTRITO FEDERAL, 18/04/2017

UNIVERSIDADE ESTACIO DE SÁ

DIPLOMA registrado sob o n° 0000072
Localização KDF no Sistema Informatizado de Registro de Diplomas em 18/04/2017
Processo n° SRD/0376848/2017
nos termos do art. 48 § 1° Lei 9394, de 20/12/1996.

Secr. de Registro de Diplomas 18/04/2017.

Funcionário Responsável
Kátia Mendes
Assistente Administrativo

Secretário(a) da S.R.D
Adriana Araújo
Secretária de Registro de Diplomas

O Registro de n° 0000072, em 18/04/2017, refere-se a habilitação em PUBLICIDADE E PROPAGANDA

SRD 18/04/2017

Secretário(a) da S.R.D
Adriana Araújo
Secretária de Registro de Diplomas

SELO DE AUTENTICIDADE
UNIVERSIDADE ESTACIO DE SÁ
Registro de Diplomas
320780

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL - CACB**, sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede, domicílio e foro no Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, nº 190, Sala 901, Asa Norte, Edifício Corporate Financial Center, CEP: 70712-900, Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o nº 34.270.694/0001-07, neste ato representada por **Tainá Arantes**, Gestora do Projeto abaixo assinada, atesta que a empresa **Insight Public Affairs,** CNPJ nº 49.909.702/0001-81 por meio do(a) seu (sua) sócio(a) proprietário(a), **PEDRO ALVES BARBOSA** CPF 023.932.761-65, prestou os serviços de **"Contratação de Técnico(s)/a(s) Associativista(s) - denominado(s)/ a(s) Consultor(es)/ a(s) CMEC- para fomento (Criação/ Articulação e/ou Desenvolvimento e/ou Fortalecimento) dos CMECs nos municípios",** no período compreendido entre 13 de maio de 2024 e 03 de agosto de 2025, totalizando uma média de **120 (cento e vinte) horas mensais de serviços prestados**, mediante realização de atividades específicas, contidas no TR da contratação:

- Fomentar, criar, articular, e/ou desenvolver e fortalecer Conselhos de Mulheres Empreendedoras e da Cultura – CMECs no estado sob sua responsabilidade;
- Ser a responsável técnica nas Federações do sistema CACB para sensibilização, criação e desenvolvimento dos CMECs nos municípios do estado sob sua responsabilidade;
- Identificar, apoiar e colaborar com atores estratégicos para Criação, Articulação e Fortalecimento dos CMECs;
- Promover a interface com atores estratégicos – em especial com os Sebraes;

Este documento foi assinado eletronicamente por Tainá Arantes.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 4BD8-06BF-7907-F413.

Este documento foi assinado eletronicamente por Tainá Arantes.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 4BD8-06BF-7907-F413.

- Identificar/Diagnosticar a situação dos CMECs no estado (não implantados, por implantar, implantados em desenvolvimento, implantados por fortalecer – ativos e inativos);
- Planejar a implantação/ implementação das orientações (alinhada e em articulação com a Consultoria de Acompanhamento e Suporte e, se necessário, com Consultoria responsável por elaboração destas orientações e dos modelos e com a Conselheira estadual) e estratégias e ações para Criação, Articulação e Fortalecimento dos CMECs;
- Articular nas Associações Comerciais e Empresariais nos municípios de seu estado a implantação dos CMECs;
- Coordenar e participar das reuniões dos CMECs;
- Estruturar e realizar eventos de sensibilização, mobilização, alinhamento de expectativas/atribuições para Criação, Articulação e Fortalecimento dos CMECs;
- Apoiar tecnicamente os CMECs, por intermédio de propostas de planos, projetos, estudos e pesquisas;
- Contatar os CMECs em nível município, sistemática e continuamente e sempre que necessário;
- Assessorar presencialmente as ações dos CMECs, sempre que necessário;
- Enviar materiais, fornece orientações, elaborar materiais e apresentações, entre outras atividades, com vistas à realização das ações previstas e obtenção dos resultados e metas esperados;
- Levantar e administrar contatos e fornecer feedbacks sobre engajamento das lideranças femininas do estado;
- Captar, nos eventos, e registrar dados das empresárias que possam integrar os CMECs;
- Atualizar os dados cadastrais dos CMECs do estado, na plataforma de gestão do projeto;
- Inserir informações de cada município com CMEC, assim como suas dificuldades e condições de trabalho no CRM gratuito;

Este documento foi assinado eletronicamente por Tainá Arantes.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 4BD8-06BF-7907-F413.

Este documento foi assinado eletronicamente por Tainá Arantes.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 4BD8-06BF-7907-F413.

- Identificar e propor temas-chave e ações de interesse para Criação, Articulação e Fortalecimento dos CMECs;
- Promover a interação dos CMECs nas Associações Comerciais e Empresariais no estado sob sua responsabilidade e estabelecer e/ ou aprimorar a articulação entre o CMEC da UF e o Nacional;
- Apresentar conhecimentos sobre matérias
- Estruturar e propor ações e projetos para a melhoria da gestão interna dos CMECs;
- Apoiar tecnicamente na produção e análise de projetos;
- Atuar no planejamento e/ou desenvolvimento de eventos de interesse para concretização dos resultados e metas previstos relacionados à Criação, Articulação e Fortalecimento dos CMECs;
- Elaborar e/ou revisar/complementar Documentos Orientativos e subsidiar a análise crítica das propostas de trabalho e da atuação dos CMECs;
- Identificar oportunidades de melhoria e propor ações para eliminar ou minimizar dificuldades para Criação, Articulação e Fortalecimento dos CMECs;
- Propor indicadores, fontes de verificação e metas para as ações/ projetos de responsabilidade dos CMECs;
- Garantir a execução, nos prazos definidos, da ação de Criação, Articulação e Fortalecimento dos CMECs;
- Acompanhar e monitorar os CMECs nos municípios;
- Monitorar e avaliar o alcance dos resultados e metas previstos;
- Apoiar a avaliação periódica da Criação, Articulação e Fortalecimento dos CMECs, no estado sob sua responsabilidade, acerca da evolução das ações planejadas e da concretização dos resultados e metas previstos;
- Mapear as necessidades de capacitação, consultoria e outros serviços para o desenvolvimento das empreendedoras nas localidades nas quais foram criados núcleos do CMEC. Executar

Este documento foi assinado eletronicamente por Tainá Arantes.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 4BD8-06BF-7907-F413.

Este documento foi assinado eletronicamente por Tainá Arantes.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 4BD8-06BF-7907-F413.

outras atividades correlatas que venham a ser ajustadas em comum acordo;

- Estimular e promover que os CMECs trabalhem em rede, seja na esfera regional, estadual ou nacional;
- Articular e coordenar a demanda das ações dos CMECs com o Sebrae estadual;
- Articular com o Sebrae da sua respectiva UF ações/ demandas dos CMECs municipais.
- Executar outras atividades correlatas que venham a ser ajustadas em comum acordo.

Declaramos que a referida empresa, por intermédio da referida consultoria demonstrou competência, profissionalismo e comprometimento e executou de modo plenamente satisfatório as atividades previstas no termo de referência, atendendo às exigências técnicas e às expectativas dessa instituição, não sendo observado, durante a referida atuação, nada que as desabone.

Brasília/ DF, 02 de outubro de 2025.

CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS
E EMPRESARIAIS DO BRASIL - CACB
CNPJ: 34.270.694/0001-07
Tainá Arantes
Gestora do Projeto

Este documento foi assinado eletronicamente por Tainá Arantes.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 4BD8-06BF-7907-F413.

Este documento foi assinado eletronicamente por Tainá Arantes.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 4BD8-06BF-7907-F413.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/4BD8-06BF-7907-F413 ou vá até o site https://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4BD8-06BF-7907-F413

Hash do Documento

32BFA40D5CC5F158BCF0B3BFE99F7F40A21C21B0A8DCF8E94E2DD35D685770FB

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/10/2025 é(são) :

☑ Tainá Arantes (Parte) - 022.552.761-86 em 06/10/2025 11:01 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica

Evidências

Client Timestamp Mon Oct 06 2025 11:01:14 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)
Geolocation Latitude: -15.789322708345617 Longitude: -47.88465061031385 Accuracy: 85
IP 189.85.83.13
Identificação: Por email: taina.arantes@cacb.org.br
Hash Evidências:
5A07F341F5DE948A7E7311D353E4CDF839E7931B67F37E9B082DCEE073BC252E

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil – CACB**, por meio do CMEC-DF, sua representante legal, Beatriz Guimarães, ATESTA, para os devidos fins, especialmente para participação em processos licitatórios, que o profissional **PEDRO ALVES BARBOSA**, portador do CPF nº **023.932.761-65**, desempenhou atividades técnicas especializadas na área de Comunicação Social, Assessoria de Imprensa, Publicidade e Marketing Digital, com comprovada experiência, capacidade técnica e desempenho plenamente satisfatório.

O profissional atuou no período de **13 de maio de 2024 a 03 de agosto de 2025**, exercendo a função de **Coordenador de Comunicação e Relações Institucionais no âmbito do CMEC-DF**, sendo responsável por atividades estratégicas e operacionais, com destaque para:

1. Gestão Estratégica da Comunicação Institucional
Desenvolvimento e implementação de **plano de comunicação institucional**, com definição de posicionamento, narrativa estratégica e diretrizes de comunicação, fortalecendo a imagem pública do CMEC-DF e de sua presidência.

2. Assessoria de Comunicação e Relações com a Imprensa
Atuação direta em **assessoramento à presidência**, incluindo produção de **releases institucionais, artigos, notas oficiais e conteúdos estratégicos**, bem como relacionamento ativo com veículos de comunicação de Brasília, com gestão de pautas, entrevistas e inserções na mídia.

3. Relações Públicas e Articulação Institucional
Condução de ações de **relações públicas e institucionais**, incluindo interface direta com o **Sebrae-DF** e demais parceiros estratégicos, promovendo conexões com lideranças empresariais, setor público e entidades de fomento ao empreendedorismo.

4. Coordenação/Gerência de Serviços de Comunicação

Exerceu atividades de coordenação e gerência em comunicação, liderando equipes, fornecedores e projetos, garantindo a integração das ações comunicacionais e o alcance de resultados institucionais.

5. Gestão de Crise e Reputação Institucional
Atuação estratégica na **gestão de crises de imagem da presidência**, com elaboração de planos de contingência, definição de mensagens-chave, controle de comunicação sensível e preservação da reputação institucional.

6. Marketing Digital e Gestão de Mídias
Planejamento e execução de estratégias de **marketing digital**, incluindo gestão de redes sociais, produção de conteúdo, monitoramento de indicadores e fortalecimento da presença digital institucional.

7. Direção de Arte e Produção Criativa
Responsável pela **direção de arte de campanhas institucionais e materiais de comunicação**, assegurando consistência visual, identidade institucional e qualidade estética das peças.

8. Media Training e Preparação de Porta-Vozes
Condução de **media training para a presidência**, incluindo preparação para entrevistas, eventos e exposições públicas, com alinhamento de discurso, narrativa e posicionamento institucional.

9. Produção Técnica em Campanhas Institucionais e de Utilidade Pública
Planejamento, criação e execução de campanhas institucionais e de utilidade pública, com foco em empreendedorismo feminino, desenvolvimento econômico e impacto social, pelo período de **1 (um) ano e 3 (três) meses**.

10. Monitoramento Legislativo e Acompanhamento de Pautas Estratégicas
Realizou **acompanhamento de pautas no Congresso Nacional**, com monitoramento de agendas relevantes ao empreendedorismo e políticas públicas, subsidiando a comunicação institucional com informações estratégicas e oportunas.

Declaramos que o profissional executou os serviços com alto nível de qualidade técnica, eficiência, responsabilidade e aderência às boas práticas do setor, não havendo qualquer fato que desabone sua conduta profissional.

O presente atestado é emitido para comprovação de capacidade técnica profissional, especialmente para fins de habilitação e pontuação em processos licitatórios.

Brasília – DF, 18 de setembro de 2025.



Beatriz Guimarães
Presidente CMEC-DF
Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil – CACB

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
EDITAL Nº 034/2026-GOINFRA
Contratação nº 115330, Processo nº 202500005021352

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para Assessoramento técnico no âmbito da Presidência, Diretoria de Gestão Integrada e Diretoria de Licitações e Contratações da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA.

CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRAGO

SIMEMP

PRODEC

SCB

COORDENADOR SETORIAL 03

Produção técnica comprovada em campanhas de utilidade pública ou governamental.





quinta-feira, 16 de abril de 2026





PAULA SANTANA

Encontro Nacional do Global Shapers mobiliza jovens líderes em Brasília

Evento debateu impactos sociais, inovação e sustentabilidade com apoio da GPS|Foundation

por **Pedro Reis** — 25/08/2024 16:37 *Foto: Encontro Nacional | Foto: divulgação*

Nos dias 23 e 24 de agosto de 2024, Brasília foi o centro de debates e discussões transformadoras durante o *Encontro Nacional do Global Shapers*, realizado no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Jovens líderes de todo o país se reuniram para explorar temas cruciais como clima, democracia, inovação e o papel da juventude na construção de um futuro mais sustentável e inclusivo.

O evento foi apoiado pela GPS|Foundation, do grupo GPS|Brasília, que desempenha um papel fundamental na promoção de iniciativas que visam à formação de jovens como agentes de transformação social.

Com o tema *A Juventude de Impacto em Ação!*, o encontro proporcionou uma rica programação que incluiu painéis, workshops e dinâmicas voltadas para a troca de experiências e a construção de soluções inovadoras para os desafios sociais e ambientais atuais.



Destaques

GENTE

Brasília se despede do desembargador Luiz Claudio de Almeida Abreu, aos 89 anos

TJDFT decreta luto oficial de três dias; magistrado deixa legado de ética, trabalho e compromisso com a Justiça



Encontro Nacional | Foto: Vanessa Castro

Pedro Barbosa, Head de Inovação Social da GPS|Foundation, destacou a importância do evento para o engajamento juvenil. *"Participar de fóruns construtivos, como o Fórum Nacional dos Global Shapers, é fundamental para a nossa missão. Esses dois dias de encontro foram cruciais para aprofundarmos nossa compreensão das agendas socioambientais globais e para captarmos as vozes e aspirações dos jovens em debates sobre economia, meio ambiente e progresso social"*, afirmou.

JUSTIÇA

"Absolutamente desnecessária", diz defesa sobre prisão do ex-presidente do BRB

Advogado de Paulo Henrique Costa afirma que ainda analisará os autos para recorrer da decisão

ENTRETENIMENTO

BBB 26: Bob Sinclar, RBD e outros famosos enviam mensagens para brothers

Ana Paula, Juliano e Jordana enfrentam o Paredão nesta quinta

GENTE

Lily C… duran…

Atriz d… Charlie…







GENTE

Brasíl
Claud

TJDFT
deixa l
com a Justiça

JUSTIÇA

“Absolutamente desnecessária”, diz defesa sobre prisão do ex-presidente do BRB

Advogado de Paulo Henrique Costa afirma que ainda analisará os autos para recorrer da decisão

ENTRETENIMENTO

Pedro Barbosa | Foto: Vanessa Castro

O evento contou com o *Painel G20 para o Impacto*, que abordou a Economia de Impacto e a participação ativa dos jovens na transformação social. Esse painel reuniu importantes figuras nacionais e internacionais, além de representantes de diversos ministérios brasileiros.

Outro destaque foi o *Painel Juventude, Gênero e Políticas Anti-Racistas pelo Clima*, moderado por Hosana Silva, Global Shaper, que trouxe reflexões sobre as interseções entre justiça climática e políticas sociais.

BBB 26: Bob Sinclar, RBD e outros famosos enviam mensagens para brothers

Ana Paula, Juliano e Jordana enfrentam o Paredão nesta quinta

GENTE

Lily Collins fala sobre romance com marido durante Emily em Paris

Atriz de Emily em Paris é casada com o cineasta Charlie McDowell

CLAYTON CAMARGOS

Saúde
Cama

Padrão
estraté



CIDADE

Celina
presidente do BRB é “assunto de Justiça”

Governadora destaca compromisso com transparência e diz que atual gestão colabora com investigações



Hosana Silva | Foto: Vanessa Castro





Hosana Silva, Andréia Coutinho Louback, Bárbara Pacheco, Natalia Tsuyama e Alejandro Munoz | Foto: Vanessa Castro



Rodrigo Gaspar, Diretor Executivo do Sistema B, ressaltou a importância do papel da juventude nas mudanças globais. *"Compreender os ecossistemas de impacto social é essencial para que possamos construir novas narrativas que moldarão o futuro. Os jovens têm em suas mãos o poder de transformar mentalidades e promover mudanças que realmente importam"*, disse.



Rodrigo Gaspar | Foto: Vanessa Castro





Rodrigo Gaspar, Lucas Maciel, Ana Heloísa Moreno e Gabriel Cardoso | Foto: Vanessa Castro



No segundo dia, o evento promoveu atividades interativas como a *Dinâmica de Conexão entre Shapers e Convidados*, facilitada por Fernanda Hakme, visando fomentar a integração e a co-criação entre os participantes. Também foram realizados workshops com a participação da GPS|Foundation e da Enactus, explorando temas como a preservação do Cerrado e o desenvolvimento sustentável.

Para Roberto Júnior, Global Shaper e organizador do evento, o encontro foi essencial para a construção de uma consciência coletiva e colaborativa entre os jovens. *"Nosso objetivo é sair daqui com uma consciência renovada, estratégias*

colaborativas, e projetos capazes de transformar realidades e mitigar riscos em nossas comunidades locais”, comentou

O Encontro Nacional do Global Shapers em Brasília reafirmou o compromisso dos jovens líderes em agir frente aos desafios contemporâneos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Gabriel Cardoso, Gerente Executivo do Instituto Sabin, concluiu: *“A juventude tem um papel fundamental na economia de impacto, e é crucial que continuemos a criar e apoiar iniciativas que capacitem as novas gerações a liderar essas transformações.”*





Gabriel Cardoso | Foto: Vanessa Castro

Confira mais cliques do evento pelas lentes de Vanessa Castro:

[slideshow_deploy id='119220']

QUER MAIS?

INSCREVA-SE PARA RECEBER AS NOTÍCIAS DO GPS BRASÍLIA!

Endereço de e-mail *

VAMOS FAZER ISSO!

Não fazemos spam! Leia nossa política de privacidade para mais informações.

×



Conteúdo Promovido

mgid





Facas japonesas matsori: 64% de

Kit de 6 facas japonesas com 64% OFF





Kit de facas japonesas premium com 64% OFF, estoque limitado

Matsori

Uma águia tenta roubar uma cria - veja o que aconteceu

Darada



Anterior

Em almoço surpresa, Tatiana Lacerda celebra aniversário no Lago Sul

Próximo

Com homenagem a Claudia Pereira, Centro Cultural Brasília Design é inaugurado

Leia mais



Carla Amorim reúne convidadas em tradicional almoço de Dia das Mães

Redação GPS

Encontro contou com um talk entre a joalheira e o diretor criativo à frente do MGA Studio, Marcelo Antunes



Rolls-Royce cria automóvel comercializado só a convidados

Fernanda Moura

Apenas 100 unidades serão produzidas no mundo, com as primeiras entregas previstas a partir de 2028





Watches and Wonders 2026 apresenta o melhor da relojoaria em Genebra



Dolce & Gabbana anuncia co-CEO para nova fase



Em cerimônia no Clube Ascade, Sindloc-DF inicia novo ciclo



Izalci Lucas celebra 70 anos com grande público

Brasil



Gilmar Mendes entra com ação contra relator da CPI do Crime Organizado



Governo planeja elevar o salário mínimo para R$ 1.717 em 2027



Minha Casa, Minha Vida passa a atender famílias que ganham até R$ 13 mil

Cidades



Celina Leão afirma que prisão de ex-presidente do BRB é "assunto de Justiça"



PF prende ex-presidente do BRB em nova fase de operação que apura esquema bilionário



Brasília deve ter quinta-feira (16) de Sol entre nuvens e clima ameno





Águas Claras e Noroeste lideram novo mapa do lazer imobiliário no DF



Ibaneis Rocha retoma carteira da OAB e sinaliza candidatura ao Senado com

GPS | Brasília
Desde 2011

GPS|Brasília é um portal de notícias completo, com cobertura dos assuntos mais relevantes, reportagens especiais, entrevistas exclusivas e interação com a audiência e com uma atenção especial para os interesses de Brasília.

Sobre Nós

O GPS

A Redação

Matérias

Política de privacidade

Termo de uso

Fale Conosco

WhatsApp Comercial

Sugestão de Pautas

Relacionamento

Edição 44





Siga o GPS|Brasília



quinta-feira, 16 de abril de 2026





PAULA SANTANA

Encontro Nacional do Global Shapers mobiliza jovens líderes em Brasília

Evento debateu impactos sociais, inovação e sustentabilidade com apoio da GPS|Foundation

por **Pedro Reis** — 25/08/2024 16:37 *Foto: Encontro Nacional | Foto: divulgação*

Nos dias 23 e 24 de agosto de 2024, Brasília foi o centro de debates e discussões transformadoras durante o *Encontro Nacional do Global Shapers*, realizado no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Jovens líderes de todo o país se reuniram para explorar temas cruciais como clima, democracia, inovação e o papel da juventude na construção de um futuro mais sustentável e inclusivo.

O evento foi apoiado pela GPS|Foundation, do grupo GPS|Brasília, que desempenha um papel fundamental na promoção de iniciativas que visam à formação de jovens como agentes de transformação social.

Com o tema *A Juventude de Impacto em Ação!*, o encontro proporcionou uma rica programação que incluiu painéis, workshops e dinâmicas voltadas para a troca de experiências e a construção de soluções inovadoras para os desafios sociais e ambientais atuais.



Destaques

GENTE

Brasília se despede do desembargador Luiz Claudio de Almeida Abreu, aos 89 anos

TJDFT decreta luto oficial de três dias; magistrado deixa legado de ética, trabalho e compromisso com a Justiça



Encontro Nacional | Foto: Vanessa Castro

Pedro Barbosa, Head de Inovação Social da GPS|Foundation, destacou a importância do evento para o engajamento juvenil. *"Participar de fóruns construtivos, como o Fórum Nacional dos Global Shapers, é fundamental para a nossa missão. Esses dois dias de encontro foram cruciais para aprofundarmos nossa compreensão das agendas socioambientais globais e para captarmos as vozes e aspirações dos jovens em debates sobre economia, meio ambiente e progresso social"*, afirmou.

JUSTIÇA

"Absolutamente desnecessária", diz defesa sobre prisão do ex-presidente do BRB

Advogado de Paulo Henrique Costa afirma que ainda analisará os autos para recorrer da decisão

ENTRETENIMENTO

BBB 26: Bob Sinclar, RBD e outros famosos enviam mensagens para brothers

Ana Paula, Juliano e Jordana enfrentam o Paredão nesta quinta

GENTE

Lily C… duran…

Atriz d… Charlie…







GENTE

Brasíl
Claud

TJDFT
deixa l
com a Justiça

JUSTIÇA

“Absolutamente desnecessária”, diz defesa sobre prisão do ex-presidente do BRB

Advogado de Paulo Henrique Costa afirma que ainda analisará os autos para recorrer da decisão

ENTRETENIMENTO

Pedro Barbosa | Foto: Vanessa Castro

O evento contou com o *Painel G20 para o Impacto*, que abordou a Economia de Impacto e a participação ativa dos jovens na transformação social. Esse painel reuniu importantes figuras nacionais e internacionais, além de representantes de diversos ministérios brasileiros.

Outro destaque foi o *Painel Juventude, Gênero e Políticas Anti-Racistas pelo Clima*, moderado por Hosana Silva, Global Shaper, que trouxe reflexões sobre as interseções entre justiça climática e políticas sociais.

BBB 26: Bob Sinclar, RBD e outros famosos enviam mensagens para brothers

Ana Paula, Juliano e Jordana enfrentam o Paredão nesta quinta

GENTE

Lily Collins fala sobre romance com marido durante Emily em Paris

Atriz de Emily em Paris é casada com o cineasta Charlie McDowell

CLAYTON CAMARGOS

Saúde
Cama

Padrão
estraté



CIDADE

Celina
presidente do BRB é “assunto de Justiça”

Governadora destaca compromisso com transparência e diz que atual gestão colabora com investigações



Hosana Silva | Foto: Vanessa Castro





Hosana Silva, Andréia Coutinho Louback, Bárbara Pacheco, Natalia Tsuyama e Alejandro Munoz | Foto: Vanessa Castro



Rodrigo Gaspar, Diretor Executivo do Sistema B, ressaltou a importância do papel da juventude nas mudanças globais. *"Compreender os ecossistemas de impacto social é essencial para que possamos construir novas narrativas que moldarão o futuro. Os jovens têm em suas mãos o poder de transformar mentalidades e promover mudanças que realmente importam"*, disse.



Rodrigo Gaspar | Foto: Vanessa Castro





Rodrigo Gaspar, Lucas Maciel, Ana Heloísa Moreno e Gabriel Cardoso | Foto: Vanessa Castro



No segundo dia, o evento promoveu atividades interativas como a *Dinâmica de Conexão entre Shapers e Convidados*, facilitada por Fernanda Hakme, visando fomentar a integração e a co-criação entre os participantes. Também foram realizados workshops com a participação da GPS|Foundation e da Enactus, explorando temas como a preservação do Cerrado e o desenvolvimento sustentável.

Para Roberto Júnior, Global Shaper e organizador do evento, o encontro foi essencial para a construção de uma consciência coletiva e colaborativa entre os jovens. *"Nosso objetivo é sair daqui com uma consciência renovada, estratégias*

colaborativas, e projetos capazes de transformar realidades e mitigar riscos em nossas comunidades locais”, comentou

O Encontro Nacional do Global Shapers em Brasília reafirmou o compromisso dos jovens líderes em agir frente aos desafios contemporâneos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Gabriel Cardoso, Gerente Executivo do Instituto Sabin, concluiu: *“A juventude tem um papel fundamental na economia de impacto, e é crucial que continuemos a criar e apoiar iniciativas que capacitem as novas gerações a liderar essas transformações.”*





Gabriel Cardoso | Foto: Vanessa Castro

Confira mais cliques do evento pelas lentes de Vanessa Castro:

[slideshow_deploy id='119220']

QUER MAIS?

INSCREVA-SE PARA RECEBER AS NOTÍCIAS DO GPS BRASÍLIA!

Endereço de e-mail *

VAMOS FAZER ISSO!

Não fazemos spam! Leia nossa política de privacidade para mais informações.

×



Conteúdo Promovido

mgid





Facas japonesas matsori: 64% de

Kit de 6 facas japonesas com 64% OFF





Kit de facas japonesas premium com 64% OFF, estoque limitado

Matsori

Uma águia tenta roubar uma cria - veja o que aconteceu

Darada



Anterior

Em almoço surpresa, Tatiana Lacerda celebra aniversário no Lago Sul

Próximo

Com homenagem a Claudia Pereira, Centro Cultural Brasília Design é inaugurado

Leia mais



Carla Amorim reúne convidadas em tradicional almoço de Dia das Mães

Redação GPS

Encontro contou com um talk entre a joalheira e o diretor criativo à frente do MGA Studio, Marcelo Antunes



Rolls-Royce cria automóvel comercializado só a convidados

Fernanda Moura

Apenas 100 unidades serão produzidas no mundo, com as primeiras entregas previstas a partir de 2028





Watches and Wonders 2026 apresenta o melhor da relojoaria em Genebra



Dolce & Gabbana anuncia co-CEO para nova fase



Em cerimônia no Clube Ascade, Sindloc-DF inicia novo ciclo



Izalci Lucas celebra 70 anos com grande público

Brasil



Gilmar Mendes entra com ação contra relator da CPI do Crime Organizado



Governo planeja elevar o salário mínimo para R$ 1.717 em 2027



Minha Casa, Minha Vida passa a atender famílias que ganham até R$ 13 mil

Cidades



Celina Leão afirma que prisão de ex-presidente do BRB é "assunto de Justiça"



PF prende ex-presidente do BRB em nova fase de operação que apura esquema bilionário



Brasília deve ter quinta-feira (16) de Sol entre nuvens e clima ameno





Águas Claras e Noroeste lideram novo mapa do lazer imobiliário no DF



Ibaneis Rocha retoma carteira da OAB e sinaliza candidatura ao Senado com

GPS | Brasília
Desde 2011

GPS|Brasília é um portal de notícias completo, com cobertura dos assuntos mais relevantes, reportagens especiais, entrevistas exclusivas e interação com a audiência e com uma atenção especial para os interesses de Brasília.

Sobre Nós

O GPS

A Redação

Matérias

Política de privacidade

Termo de uso

Fale Conosco

WhatsApp Comercial

Sugestão de Pautas

Relacionamento

Edição 44





Siga o GPS|Brasília


IBL
INSTITUTO BRASIL LOGÍSTICA

IBL ganha visibilidade internacional

15 de junho de 2022 in **EVENTOS**, **IBL SOCIAL**, **LOGÍSTICA**, **TRANSPORTES**

Selecionar categoria

Posts recentes

Membros do IBL participam de reunião sobre infraestrutura e logística do agronegócio no MAPA

FRENLOGI e Aprosoja MT participam de audiência na ANTT sobre concessão da BR-163

FRENLOGI e IBL acompanham MP do frete e pedem equilíbrio na fiscalização

FRENLOGI e ANATC no Conexão Rodovias – debate sobre logística nas estradas

Aprosoja MT debate gargalos logísticos e projetos estratégicos



Publicação inédita foi apresentada durante a 34ª Assembleia Geral da Câmara Internacional da Indústria de Transportes – CIT, no México

O Instituto Brasil Logística marcou importante presença na 34ª Assembleia Geral Ordinária da Câmara Internacional da Indústria de Transportes – CIT. O evento ocorreu no México entre os dias 1 e 3 de junho e reuniu representantes de entidades de 35 países diferentes. A Assembleia foi promovida durante a Expo Foro 2022, organizada pela CANAPAT – Cámara Nacional del Autotransporte de Pasaje y Turismo, afiliada mexicana da CIT. A feira é uma das mais importantes do setor de turismo e transporte de passageiros no México.



Plano de expansão inclui 130 aeroportos brasileiros até 2029

31 de outubro de 2024 in AÉREO, CONCESSÕES, INFRAESTRUTURA, INVESTIMENTOS, NOTÍCIAS

MAIS NOTÍCIAS

também estiveram no evento.

Dentro da programação da Assembleia promovida pela CIT, o consultor em Responsabilidade Socioambiental do IBL, Pedro Barbosa, apresentou a versão em inglês do Guia de Logística Humanitária, iniciando uma agenda internacional de promoção da publicação.

“O setor de transporte foi essencial no auge da pandemia da COVID-19 e o Guia de Logística humanitária serve como instrumento a ser utilizado pela cadeia de suprimentos com foco na diminuição da dor de pessoas afetadas por estes desastres. Este é o início de uma agenda internacional que pretende fomentar o debate sobre a importância dos mecanismos mitigatórios correlacionados aos desastres naturais que ocorrem tanto no Brasil, como no mundo,” destacou Pedro Barbosa.

Após a apresentação do Guia de Logística Humanitária feita por Pedro Barbosa, importantes entidades nacionais e internacionais como a Confederação Nacional do Transporte (CNT), SAE Brasil e Câmara do Comércio de Moçambique, demonstraram interesse em debater e aplicar o conteúdo disponível no Guia de Logística Humanitária, em suas organizações vinculadas ao setor de transporte.

O Guia de Logística Humanitária é iniciativa inédita do Instituto Brasil Logística e contou com a curadoria da Doutora Adriana Leiras, professora titular do departamento de Engenharia Industrial da PUC-Rio e coordenadora do Laboratório HANDs – Humanitarian Assistance and Needs for Disasters, e contribuição do grupo LS Educacional de Brasília.

O Guia de Logística Humanitária do IBL está disponível para download nas versões português e inglês, em nossa Biblioteca Virtual.

Anterior

Entidades mantenedoras do IBL marcam presença em evento de premiação do setor portuário

Próxima

Senado aprova PL que devolve créditos indevidos pagos a distribuidoras de energia e reduz contas de energia



©2026 IBL - Instituto Brasil Logística

GPS | Foundation (/)

Mutirão GPS|Foundation no Radar garante retorno odontológico na Estrutural (https://gpsfoundation.com.br/2025/09/22/mutirao-gpsfoundation-no-radar-garante-retorno-odontologico-na-estrutural/)



Manter a saúde bucal vai muito além da estética: trata-se de um pilar essencial para o bem-estar, a autoestima e a saúde integral do corpo. Uma boca saudável garante mastigação eficiente, digestão adequada e melhor absorção de nutrientes, refletindo diretamente na qualidade de vida.

Com esse propósito, o *Mutirão GPS|Foundation no Radar* esteve de volta à Administração Regional da Estrutural no último sábado (20), desta vez para o **retorno odontológico** dos atendimentos iniciados na primeira edição do projeto. A iniciativa reafirma o compromisso da Fundação em promover ações de saúde preventiva e acompanhamento técnico especializado para a comunidade.

Para viabilizar a ação, foi constituído um grupo de trabalho formado por **Vanessa Silvério**, CEO da *Luer Clinique*, **Marcílio Reis**, do *Instituto Dedic*; e **Pedro Barbosa**, gerente executivo da *GPS|Foundation*. Essa união de esforços garantiu uma logística eficiente e um fluxo de atendimentos preciso, ampliando o alcance dos serviços oferecidos.

A *Luer Clinique* disponibilizou os dentistas **Dra. Ludmilla Chaves** e **Dr. Rafael Fernandes**, que realizaram **13 atendimentos**, sendo **11 tratamentos concluídos** e **2 pacientes triados** para continuidade. Entre os procedimentos já finalizados destacam-se:

- 5 restaurações
- 5 limpezas
- 1 urgência (endodontia)

Ainda estão previstos novos atendimentos, com a seguinte demanda mapeada:

- 4 limpezas
- 7 restaurações
- 3 extrações
- 5 próteses
- 2 endodontias

A *Fundação CDL* também marcou presença, levando o **Odontomóvel** com uma equipe de odontopediatras do **SESC**. Crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos receberam profilaxia e orientações educativas para estimular hábitos de cuidado duradouros.

O *Instituto Dedic* complementou a iniciativa com **16 exames de acuidade visual** para crianças e adultos, além de coordenar uma oficina de escovação. Kits de higiene bucal foram distribuídos, reforçando a importância da prevenção e da rotina de cuidados diários.

O êxito do evento só foi possível graças à **articulação multissetorial promovida pela GPS|Foundation**, que conecta empresas parceiras, organizações sociais e um corpo de voluntários qualificado. Essa rede colaborativa, construída com responsabilidade e compromisso, consolida-se como um verdadeiro banco de talentos a serviço da cidadania.

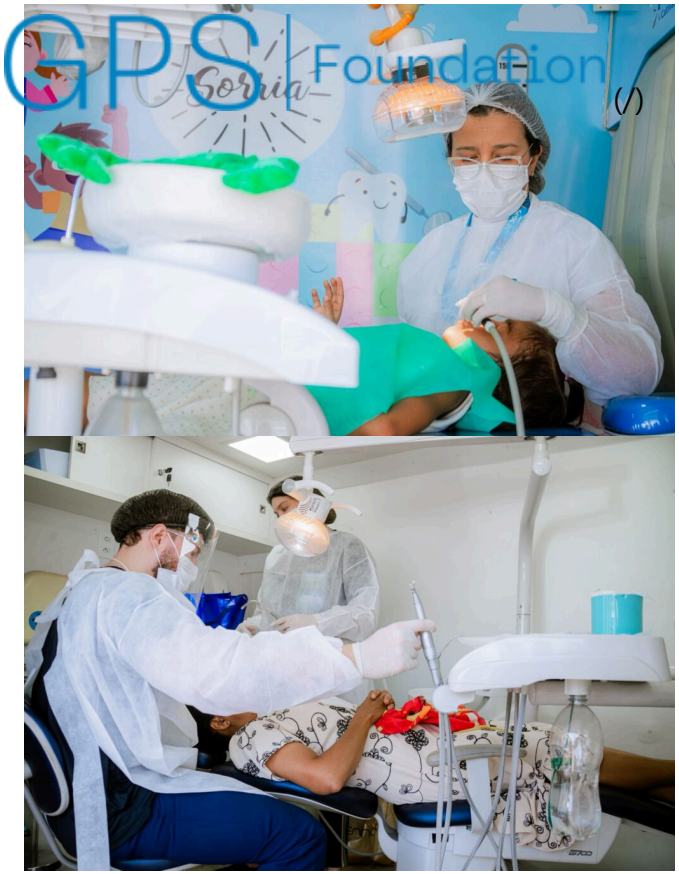
Fale com a GPS Foundation (https://gpsfoundation.com.br/contact/)

Faça sua doação (https://gpsfoundation.com.br/como-doar/)

(https://w

(https://

Confira as fotos da ação:



(/)

Home(https://gpsfoundation.com.br/)
Sobre Nós(https://gpsfoundation.com.br/about/)
Eventos(https://gpsfoundation.com.br/eventos/)
Projetos e Campanhas(https://gpsfoundation.com.br/projetos-e-campanhas/)
Notícias(https://gpsfoundation.com.br/artigos/)
Contato(https://gpsfoundation.com.br/contact/)







💬 Fale com a GPS Foundation (https://gpsfoundation.com.br/contact/)

💞 Faça sua doação (https://gpsfoundation.com.br/como-doar/)

(https://www.linkedin.com/company/gps-foundation/) (https://www.youtube.com/channel/UCwnfoundation/) (https://www.instagram.com/gpsfoundation/)

Home(https://gpsfoundation.com.br/)

Sobre Nós(https://gpsfoundation.com.br/about/)

Eventos(https://gpsfoundation.com.br/eventos/)

Projetos e Campanhas(https://gpsfoundation.com.br/projetos-e-campanhas/)

Notícias(https://gpsfoundation.com.br/artigos/)

Contato(https://gpsfoundation.com.br/contact/)



(/)

💬 Fale com a GPS Foundation (https://gpsfoundation.com.br/contact/)

💞 Faça sua doação (https://gpsfoundation.com.br/como-doar/)

(https:

foundat

(https:

Home(https://gpsfoundation.com.br/)

Sobre Nós(https://gpsfoundation.com.br/about/)

Eventos(https://gpsfoundation.com.br/eventos/)

Projetos e Campanhas(https://gpsfoundation.com.br/projetos-e-campanhas/)

Notícias(https://gpsfoundation.com.br/artigos/)

Contato(https://gpsfoundation.com.br/contact/)



(/)

Home(https://gpsfoundation.com.br/)

Sobre Nós(https://gpsfoundation.com.br/about/)

Eventos(https://gpsfoundation.com.br/eventos/)

Projetos e Campanhas(https://gpsfoundation.com.br/projetos-e-campanhas/)

Notícias(https://gpsfoundation.com.br/artigos/)

Contato(https://gpsfoundation.com.br/contact/)





(/)

Fale com a GPS Foundation (https://gpsfoundation.com.br/contact/)

Faça sua doação (https://gpsfoundation.com.br/como-doar/)

(https
(https

Home(https://gpsfoundation.com.br/)

Sobre Nós(https://gpsfoundation.com.br/about/)

Eventos(https://gpsfoundation.com.br/eventos/)

Projetos e Campanhas(https://gpsfoundation.com.br/projetos-e-campanhas/)

Notícias(https://gpsfoundation.com.br/artigos/)

Contato(https://gpsfoundation.com.br/contact/)





Fale com a GPS Foundation (https://gpsfoundation.com.br/contact/)

Faça sua doação (https://gpsfoundation.com.br/como-doar/)

(https://www.youtube.com/channel/UC2Jw4Tf3)

(https://www.linkedin.com/company/gps-foundation/)

(https://www.instagram.com/gpsfoundation/)

Home(https://gpsfoundation.com.br/)

Sobre Nós(https://gpsfoundation.com.br/about/)

Eventos(https://gpsfoundation.com.br/eventos/)

Projetos e Campanhas(https://gpsfoundation.com.br/projetos-e-campanhas/)

Notícias(https://gpsfoundation.com.br/artigos/)

Contato(https://gpsfoundation.com.br/contact/)



Home(https://gpsfoundation.com.br/)
Sobre Nós(https://gpsfoundation.com.br/about/)
Eventos(https://gpsfoundation.com.br/eventos/)
Projetos e Campanhas(https://gpsfoundation.com.br/projetos-e-campanhas/)
Notícias(https://gpsfoundation.com.br/artigos/)
Contato(https://gpsfoundation.com.br/contact/)



GPS | Foundation (/)

SHIS QI 05 Bloco F sala 128 – Gilberto Salomão
Lago Sul – Brasília, DF
CEP: 71.615-56
Tel: (61) 3247-[illegible] 9 9216-1250 (Ana Lima)
E-mail: gpsfou[illegible]gmail.com
(mailto:gpsfound[illegible]gmail.com)

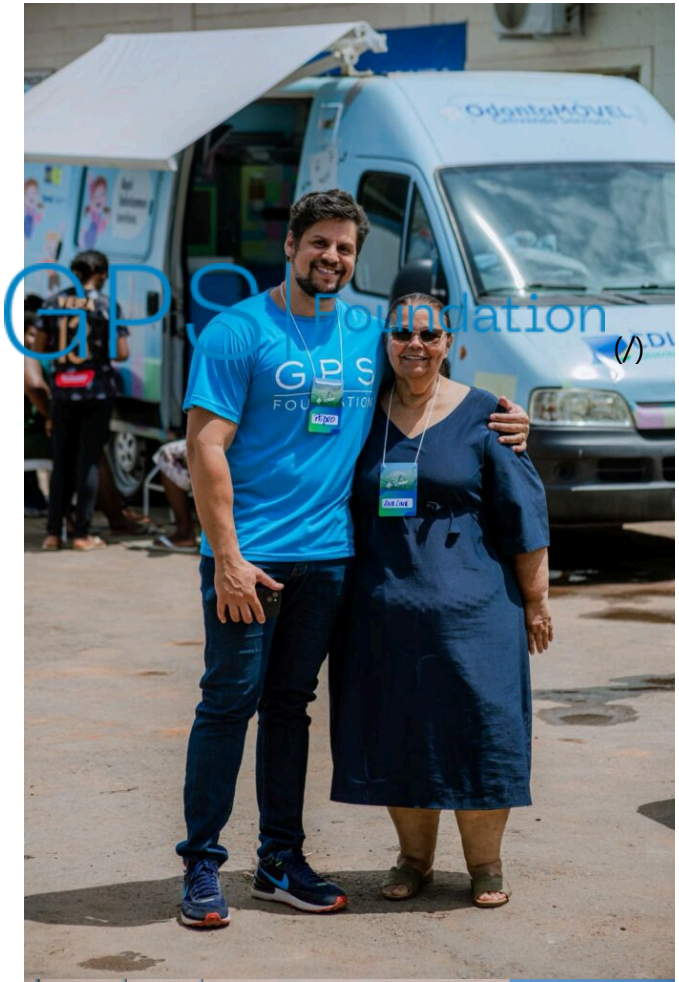


Fale com a GPS Foundation (https://gpsfoundation.com.br/contact/)

Faça sua doação (https://gpsfoundation.com.br/como-doar/)

(https://www.linkedin.com/company/gps-foundation/)
(https://www.youtube.com/channel/UCwwwwwwwwwwwwwwwwwwwwww)
(https://www.instagram.com/gpsfoundation/)
(https://www.facebook.com/gpsfoundation/)

Home(https://gpsfoundation.com.br/)
Sobre Nós(https://gpsfoundation.com.br/about/)
Eventos(https://gpsfoundation.com.br/eventos/)
Projetos e Campanhas(https://gpsfoundation.com.br/projetos-e-campanhas/)
Notícias(https://gpsfoundation.com.br/artigos/)
Contato(https://gpsfoundation.com.br/contact/)





Fale com a GPS Foundation (https://gpsfoundation.com.br/contact/)

Faça sua doação (https://gpsfoundation.com.br/como-doar/)

(https://www.instagram.com/gpsfoundation/)

(https://www.linkedin.com/in/gps-foundation-253047314/)

(https://www.youtube.com/@GPSFoundation-me3xb)

Home(https://gpsfoundation.com.br/)

Sobre Nós(https://gpsfoundation.com.br/about/)

Eventos(https://gpsfoundation.com.br/eventos/)

Projetos e Campanhas(https://gpsfoundation.com.br/projetos-e-campanhas/)

Notícias(https://gpsfoundation.com.br/artigos/)

Contato(https://gpsfoundation.com.br/contact/)

Política de Privacidade (https://gpsfoundation.com.br/privacy-policy/)

Fotos: Rayra Paiva.

Fonte: Pedro Barbosa, ASCOM GPS|Foundation.

Copyright © 2025 – GPS Foundation

Fale com a GPS Foundation (https://gpsfoundation.com.br/contact/)

Faça sua doação (https://gpsfoundation.com.br/como-doar/)

(https://www.linkedin.com/company/gps-foundation/)

(https://www.youtube.com/@gpsfoundation)

(https://www.instagram.com/gpsfoundation/)

(https://www.facebook.com/gpsfoundation)

GPS | Foundation (/)

Home(https://gpsfoundation.com.br/)

Sobre Nós(https://gpsfoundation.com.br/about/)

Eventos(https://gpsfoundation.com.br/eventos/)

Projetos e Campanhas(https://gpsfoundation.com.br/projetos-e-campanhas/)

Notícias(https://gpsfoundation.com.br/artigos/)

Contato(https://gpsfoundation.com.br/contact/)

facebook

Email ou telefone

Senha

Entrar

Esqueceu a conta?



Abac Luz
21 de outubro de 2025 ·

🎤 Pedro Barbosa
Presidente do Instituto Conecta Humanus, consultor em gestão de projetos, ESG, empreendedorismo feminino e relações institucionais, com ampla atuação junto a organizações públicas e privadas. 🌎

Reconhecido por sua trajetória de integração entre sociedade civil, poder público e iniciativa privada, Pedro é um entusiasta da inovação social e do fortalecimento das redes do Terceiro Setor. 💡

A mediação do painel será conduzida por ele, com a exposição:
✨ O Terceir... **Ver mais**
— em **Águas Claras, Distrito Federal**.

11

Curtir Comentar

Entre ou cadastre-se no Facebook para se conectar com amigos, parentes e pessoas que ...

Entrar ou Criar nova conta

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
EDITAL Nº 034/2026-GOINFRA
Contratação nº 115330, Processo nº 202500005021352

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para Assessoramento técnico no âmbito da Presidência, Diretoria de Gestão Integrada e Diretoria de Licitações e Contratações da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA.

CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRAGO

SIMEMP

PRODEC

SCB

FASE 2 - QUALITATIVA

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - QT

COORDENADOR SETORIAL 04



DGI Diretoria de Gestão Integrada | GO INFRA | SEINFRA Secretaria de Estado da Infraestrutura | GOVERNO DE GOIÁS O ESTADO QUE DÁ CERTO

ESTADO DE GOIÁS
SECRETÁRIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA
AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA

ANEXO II

FICHA CURRICULAR

Nome da Empresa: SIMEMP			Nome do Técnico: FELLIPE FURLAN VIEIRA DE BARROS		Nº do CPF: 314.997.458-50
Data de Admissão:	Especialização: Gerenciamento de Projetos / PMP	Data de Nascimento: 03/06/1983	Nacionalidade: Brasileiro	Endereço: felipefurlanb@gmail.com | Tel: (27) 9756-0902	

INSTRUÇÃO (APENAS 3º GRAU), CURSOS DE EXTENSÃO, APERFEIÇOAMENTO, PÓS GRADUAÇÃO, ETC.

Nº	Discriminação	Esclarecimento de Ensino ou Entidade	Localidade:	Duração:	Ano de Conclusão:
1	Project Management Professional (PMP) – Certificação	Project Management Institute (PMI)	EUA / Internacional	1 ano	2010
2	Pós-Graduação em Gerenciamento de Projetos	FGV – Fundação Getúlio Vargas	Brasil	1 ano	2009
3	Graduação em Engenharia de Produção	FAESA – Faculdades Integradas Espírito-Santenses	Vitória – ES	5 anos	2007

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Identificação dos serviços executados (Objeto/Natureza; Localização; Extensão; Quantitativos)	Função Desempenhada	Período de Execução		Contratante	Cliente final
		inicio	fim		
Coordenação do Contrato para apoio ao Gerenciamento e Planejamento do Programa de Financiamento do BNDES PROPAE em obras de Infraestrutura Rodoviária, com implantação do Escritório de Gerenciamento de Projetos – EGP. Serviços de planejamento, controle e monitoramento de obras rodoviárias financiadas pelo BNDES no âmbito do DER-PR.	Coordenador Setorial 04 – PMP	01/01/2021	em andamento	SIMEMP	DER-PR
Coordenação do Contrato Programa de Financiamento PROPAE de obras de infraestrutura rodoviária. Gerenciamento e planejamento das obras, coordenação técnica e administrativa das ações do contrato. Responsável pelo escritório de projetos e controle de metas e indicadores de desempenho.	Coordenador Setorial 04 – PMP	01/04/2015	27/11/2020	SIMEMP	DER-PR
Responsável Técnico pela Coordenação Setorial do Programa de Financiamento, Gerenciamento e Planejamento de obras de infraestrutura rodoviária. Coordenação de equipes técnicas e administrativas, monitoramento de indicadores de desempenho e controle de contratos.	Responsável Técnico / Coordenador Setorial	01/11/2012	31/03/2016	SIMEMP	DER-PR
Engº de Produção – Responsável Técnico pela Coordenação Setorial do Programa de Financiamento, Gerenciamento e Planejamento	Responsável Técnico / Coordenador Setorial	06/07/2012	31/03/2016	ENGEVIX ENGENHARIA S/A	DER -ES
Gerenciamento e Apoio Técnico para o Plano de Investimentos do DER-ES em Obras Rodoviárias com Aplicação de Recursos do Contrato de Financiamento, do Programa Especial de Apoio aos Estados (PROPAE) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em conformidade com os termos do Contrato de Financiamento firmado entre o Estado do Espírito Santo e o BNDES."	Responsável Técnico / Coordenador Setorial	02/03/2015	19/04/2021	PROSUL	DER -ES

Indicado para a Função: Coordenador Setorial 04 – PMP	Assinatura do Técnico:
Nome do Informante: FELLIPE FURLAN VIEIRA DE BARROS — Qualificação: Engenheiro de Produção / PMP	Assinatura do Informante:

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DO PROFISSIONAL

À
Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes – GOINFRA

Concorrência Eletrônica nº 034/2026

Processo nº: 202500005021352

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de assessoramento técnico institucional

Eu, **FELIPE FURLAN VIEIRA DE BARROS**, brasileiro, engenheiro, portador do registro profissional no Crea nº: ES-016887/D, com formação em Engenharia de Produção e especialização em Project Management Professional (PMP)®, conforme currículo apresentado, DECLARO, para os devidos fins, que:

1. **Tenho plena disponibilidade para atuar na execução dos serviços objeto do certame**, caso a empresa proponente venha a ser contratada, comprometendo-me a integrar a equipe técnica de forma efetiva durante toda a vigência contratual.
2. **Assumo o compromisso de exercer a função de COORDENADOR SETORIAL 04,** – Responsável pelo setor de gestão integrada de processos, conforme previsto no edital, atendendo integralmente às atribuições, responsabilidades e exigências técnicas estabelecidas
3. Declaro que **não estou vinculado a outra empresa ou consórcio participante deste certame para a mesma função**, em conformidade com as regras do edital.
4. Confirmo que **possuo experiência compatível com as atribuições do cargo**.
5. Por fim, afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras e que estou ciente das responsabilidades legais decorrentes de eventual declaração falsa.

Brasília, DF 16 de abril de 2026.

Atenciosamente,

gov.br Documento assinado digitalmente
FELIPE FURLAN VIEIRA DE BARROS
Data: 16/04/2026 17:33:35-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Felipe Furlan Vieira de Barros
Carteira Crea nº: ES-016887/D

CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRA-GO
RENATO GOMES DOS SANTOS
Representante Legal do Consórcio
CPF nº 014.690.077-46

CREA-ES

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Espírito Santo - CREA-ES, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) neste Conselho Regional, nos termos da Lei Federal nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966. Certifica ainda que não consta, nos assentamentos deste Conselho, débitos e que o(a) Profissional encontra-se legalmente habilitado(a) a exercer suas atividades profissionais, no âmbito de suas atribuições.

Certidão nº: 24221 **Validade:** 15/06/2026 **Protocolo:** 00385302/2026

Profissional: FELIPE FURLAN VIEIRA DE BARROS

CPF: 31499745850 **RNP:** 0806229110

Endereço: RUA JOÃO DE OLIVEIRA SOARES, nº 572, APT 402. JARDIM CAMBURI. VITÓRIA-ES

CEP: 29090390

Registro CREA / Carteira nº: ES-016887/D

Registrado(a) no CREA desde: 30/06/2008

Títulos:

ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO

Escola: CENTRO UNIVERSITÁRIO ESPÍRITO SANTENSE - FAESA

Data da diplomação: 24/09/2007 Data da colação de grau: 06/08/2007

Atribuições:

Data	Descrição
30/06/2008 00:00:00	ART. 1º DA RESOLUÇÃO Nº 235, DE 9 DE OUTUBRO DE 1975, DO CONFEA.

Vínculos:

Razão Social	Art de Cargo ou Função
CONSÓRCIO PROSUL - STCP	0820230257741
FFURLAN ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	0820240035781
CONSÓRCIO PROSUL - QUADRANTE/EGP	0820260028648

Histórico de Anuidades:

Ano	Cota	Valor	Data Pagamento	Data Vencimento	Estado	Situação
2026	Única				ES	Isento
2025	Única	569,23	22/01/2025		ES	Quitado
2024	Única	550,53	04/01/2024		ES	Quitado

Finalidade: LICITACAO PUBLICA

A autenticidade dessa certidão poderá ser confirmada na página do CREA-ES (http://www.creaes.org.br), através do nº 24221

Emitida via Internet em : 16/04/2026 04:37:50

Acesso realizado utilizando o IP: 201.62.39.194

Dispensa-se a assinatura neste documento conforme Instrução de Serviço Nº 004/2002. A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

Esta Certidão de Registro e Quitação não exclui débitos junto ao Crea-ES, cujo fato gerador tenha ocorrido antes do devido registro.

FIM DA CERTIDÃO

República Federativa do Brasil
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

CONFEA CREA

Registro Nacional
080622911-0

Nome
FELIPE FURLAN VIEIRA DE BARROS

Filiação
ELIEZER PREVIDI VIEIRA DE BARROS
ANDREA FURLAN VIEIRA DE BARROS

C.P.F.	Documento de Identidade	Tipo Sang.
314.997.458-50	32039251-X IIRGD SP	

Nascimento	Naturalidade	UF	Nacionalidade
03/06/1983	SANTA BARBARA D'OESTE	SP	BRASILEIRA

Crea de Registro	Emissão	Data de Registro
CREA-ES	23/10/2013	30/06/2008

Ass. Presidente

Registro no Crea
ES-016887/D





Titulo Profissional
Engenheiro de Produção

Ass. do Profissional

Valido em todo o Território Nacional

Vale como Documento de Identidade e tem Fé Pública (§2º do art. 56 da Lei nº 5194 de 24/12/66 e Lei nº 6206 de 07/05/75)

República Federativa do Brasil
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

CONFEA CREA

Registro Nacional
080622911-0

Nome
FELIPE FURLAN VIEIRA DE BARROS

Filiação
ELIEZER PREVIDI VIEIRA DE BARROS
ANDREA FURLAN VIEIRA DE BARROS

C.P.F.	Documento de Identidade	Tipo Sang.
314.997.458-50	32039251-X IIRGD SP	

Nascimento	Naturalidade	UF	Nacionalidade
03/06/1983	SANTA BARBARA D'OESTE	SP	BRASILEIRA

Crea de Registro	Emissão	Data de Registro
CREA-ES	23/10/2013	30/06/2008

Ass. Presidente

Registro no Crea
ES-016887/D





Titulo Profissional
Engenheiro de Produção

Ass. do Profissional

Valido em todo o Território Nacional

Vale como Documento de Identidade e tem Fé Pública (§2º do art. 56 da Lei nº 5194 de 24/12/66 e Lei nº 6206 de 07/05/75)

Project Management Institute

THIS IS TO CERTIFY THAT

Felipe Furlan Vieira de Barros

HAS BEEN FORMALLY EVALUATED FOR DEMONSTRATED EXPERIENCE, KNOWLEDGE AND PERFORMANCE IN ACHIEVING AN ORGANIZATIONAL OBJECTIVE THROUGH DEFINING AND OVERSEEING PROJECTS AND RESOURCES AND IS HEREBY BESTOWED THE GLOBAL CREDENTIAL

Project Management Professional (PMP)®

IN TESTIMONY WHEREOF, WE HAVE SUBSCRIBED OUR SIGNATURES UNDER THE SEAL OF THE INSTITUTE

Jennifer Tharp | Chair, Board of Directors

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE CORPORATE SEAL 19 69 PENNSYLVANIA

Pierre Le Manh | President & CEO

PMP® Number: 1368779

PMP® Original Grant Date: 12 November 2010

PMP® Expiration Date: 12 November 2025

Faculdades Integradas Espírito-santenses

FAESA
EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Diretor das Faculdades Integradas Espírito-santenses,
no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Engenharia
em 06 de agosto de 2007, confere o título de

Bacharel em Engenharia, Habilitação em Engenharia de Produção a

Felipe Furlan Vieira de Barros

brasileiro, natural do Estado de São Paulo, nascido a 03 de junho de 1983,
RG n.º 32.039.251-X - SP

e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Vitória - ES, 24 de setembro de 2007

Secretária

Diretor

Diplomado

CURSO DE ENGENHARIA
Habilitação em Engenharia de Produção

Reconhecido pela Portaria n.º 1.815 de 11/07/2003
publicada no D.O.U. em 14/07/2003

Alexandre Nunes Theodoro
Diretor Geral da FAESA

Patrícia Pelicioni Silva Melotti
Secretária

FACULDADES INTEGRADAS ESPÍRITO-SANTENSES

Registro n.º 011/2008

Livro 01 Folha 40

Vitória(ES), 13 de outubro de 2008

Setor de Registro de Diplomas

Este diploma foi apresentado
ao CREA-ES / AG. VITÓRIA.
Em, 26 / 04 / 2010

Edineia Alves Neitzl
Téc. de Serv. Operacionais
Mat. 072 - CREA-ES

Alessiane Picolli
Secretaria de Assuntos Acadêmicos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Espírito Santo

Diploma Registrado sob n.º 0931/2008

Livro 53 Folha 93

Processo 43849/08-54 por delegação de competência do Ministério da Educação nos termos da Portaria MEC/DAU n.º 71/77 de 21-10-77.

Vitória(ES), 19 de setembro de 2008

Diretor(a) da Divisão de Expedição e Registro de Diplomas

Diretor(a) Departamento de Registro e Controle Acadêmico

Elisabeth Lessa Ramos
Diretora de Divisão de Expedição
e Registro de Diplomas
PROGRAD / UFES

Vera Lúcia Bergami Pereira
Diretora do Dept.º de Registro
e Controle Acadêmico
PROGRAD / UFES

ATESTADO

O DIRETOR DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DO DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E DE RODOVIAS DO ESPÍRITO SANTO - DER-ES, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo **nº 2021-GZ58B**, **ATESTA**, para os devidos fins, que a empresa **ENGEVIX ENGENHARIA S/A**, executou para o **Departamento de Edificações e de Rodovias do Espírito Santo - DER-ES**, os Serviços de Consultoria para Apoio à Diretoria de Planejamento e Logística (DPL) do DER-ES na realização de suas atividades finalísticas, visando agilizar os meios decisórios, especialmente na elaboração e reformulação de Projetos de Engenharia Diversos, Estudos de Campo, Geotecnia, Tráfego, Revisão de Projetos, Composição de Preços, Readequações do Sistema Rodoviário Estadual, Projetos de Contenções, Estabilização de Maciços, Aterros, Obras de Arte Especiais, Obras de Arte Correntes, Serviços de Sondagem e Investigação em Solos e Rochas, Estudos e Relatórios Ambientais, Análise de Projetos com Interferência nas Faixas de Domínio, Estudos Hidrológicos, Inventários, Medidas de Deformação, Análise Estrutural, Fotos Aéreas, Batimetrias, Serviços de Apoio em Geral, Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica, Ensaios Especiais em Solos e Rocha, Referenciais Geodésicos, Cálculos Estruturais Diversos, e Serviços Gerais dessa natureza, de quaisquer modalidades, sob a responsabilidade do DER-ES dentro do que prevê as suas atribuições legais e orçamentárias, incluindo obras de interesse econômico-social e econômico financeiro para o Estado do Espírito Santo, abaixo relacionados, tendo como Responsáveis Técnicos os Profissionais indicados no item 2.

Apoio a Diretoria de Planejamento e Logística (DPL) do DER-ES

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 1 / 76

1. INFORMAÇÕES CONTRATUAIS:

Processo n.º	: 58369643/2012
Contrato	: CONSULTORIA 024/2012
Data de assinatura	: 06/07/2012
Empresa	**: ENGEVIX ENGENHARIA S/A**
Objeto	: Apoio a Diretoria de Planejamento e Logística (DPL) do DER-ES na realização de suas atividades finalísticas, visando agilizar os meios decisórios, especialmente na elaboração e reformulação de Projetos de Engenharia Diversos.
Valor contratual a PI	: R$ 25.537.569,32 (Vinte e cinco milhões, quinhentos e trinta e sete mil, quinhentos e sessenta e nove reais e trinta e dois centavos).
Período de execução	: 11/07/2012 a 31/03/2016
Medição	: 1ª a 45ª (Medição Final)
Valor faturado a PI	: R$ 25.528.315,11 (Vinte e cinco milhões, quinhentos e vinte e oito mil, trezentos e quinze reais e onze centavos).
Termo aditivo	: 1° ao 3° Termo aditivo
Data-base (Atual)	: 31/05/2011

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 2 / 76

2. EQUIPE TÉCNICA DO CONTRATO:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	CREA Nº
WILSON VIEIRA	Responsável Técnico Coordenação	SP-040558/D
EDMAR MONTEIRO FILHO	Responsável Técnico Supervisão e Fiscalização de Projetos Rodoviários	SP-048575/D
CARLOS ROBERTO VIANA	Responsável Técnico Espec. em Estruturas	SP-066630/D
LUIZ ROBERTO PEREIRA	Responsável Técnico Espec. em Geologia	SP-046019/D
YOSHIAKI FUJIMORI	Responsável Técnico Espec. em Geometria e Terraplenagem	SP-061853/D
EDUARDO MINORU NAGAO	Responsável Técnico Espec. em Pavimentação	506021572-0
MIGUEL CASEIRA E CALIL SALIM	Co-Responsável Técnico Coordenação	MG-0080921/D
LACORDAIRI AGATTI JUNIOR	Responsável Técnico Coordenação de Planejamento	ES-004937/D
SEBASTIÃO BARCELOS	Responsável Técnico Espec. em OAE	ES-001036/D
FABIANO LUCINDO LIMA DA ROCHA	Responsável Técnico Espec. em Pavimentação	MG-62881/D
DILSON LUIZ SALLES	Engº Civil - Apoio Técnico	ES-001269/D
CARLOS ADONAI BIZARRO	Engº Civil - Apoio Técnico	RJ-2008138510/D
MARCOS REBOLI DE VARGAS	Engº Civil - Apoio Técnico	ES-000492/D
EDUARDO CORTAT VALADÃO	Engº Civil - Apoio Técnico	MG-44289/D
CELSO LEITE CARVALHO	Engº Civil - Apoio Técnico	SP-057028/D
WILLIAN RENAN DE ARAÚJO SALVIANO	Engº Civil - Apoio Técnico	MG-141777/D
JACQUELINE ZARDO GIORI	Engº Civil - Apoio Técnico	ES-022174/D
FREDERICO CUNHA BRITO	Engº Civil - Apoio Técnico	ES-031936/D
MICHELE LYRIO SCHAFFEL	Engº Civil - Apoio Técnico	ES-033046/D
ALINE STEIN CORDEIRO	Engº Civil - Apoio Técnico	ES-033081/D
ALINE BUENO PINHEIRO LEITE	Especialista em Meio Ambiente	CRBIO 55499/02
FELIPE FURLAN VIEIRA	Engº de Produção – Responsável Técnico pela Coordenação Setorial do Programa de Financiamento, Gerenciamento e Planejamento	ES-016887/D

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 3 / 76

3. QUANTIDADES MEDIDAS PELA CONSULTORIA NO PERÍODO:

Descrição	Un.	Qtde. exec.
ESTUDOS		
Cadastro de Desapropriação - Rural	Ud	92,000
Revisão Projeto de Obras de Arte Correntes e Drenagem Terreno Montanhoso	KM	12,300
Contagem Volumétrica e Classificatória de Tráfego	DIA	15,000
Pesquisa de Origem/Destino (1200 entrevistas/16h diurnas)	DIA	1,000
Desenhos, Cálculos Topográficos e Serviços de Escritório	ha	796,640
Estudos Hidrológicos de Travessia de Curso D'Agua	Ud	13,000
Revisão de Projeto de Pavimentação	KM	12,300
Inventário/Viga para Projeto Simplificado de Restauração	KM	23,200
Locação - Preço Médio	KM	170,429
Poligonal de Apoio com implantação de marco de concreto para amarração	KM	173,135
Nivelamento - Preço Médio	KM	172,429
Seção Transversal - Preço Médio	KM	156,629
Levantamento Topográfico para Projeto de Ponte	Ud	23,000
Levantamento Planialtimétrico e Cadastral de área urbana de 2001 a 4000m²	M2	387.991,000
Deslocamento equipe p/ serviços de topografia em locais situados de 51 a 150 km	Ud	29,000
Deslocamento equipe p/ serviços topografia em locais situados a mais de 151 km	Ud	27,000
Levantamento Topográfico Cadastral por km, faixa de 30 a 60 metros	KM	151,969
ESTUDOS, SONDAGENS E PROJETOS		
Levantamento expedito de inventário de elementos geradores de serviços de manutenção	KM	269,000
Projeto Básico de Manutenção e Operação Rodoviária - Projeto CIMOP PILOTO	KM	269,000
Avaliação objetiva da superfície do pavimento DNIT 006/2003 - PRO	KM	269,000
Levantamento de índice de irregularidade longitudinal 182/1994 - PRO	KM	269,000
Projeto expedito de conservação rodoviária remunerada por desempenho	KM	2.883,810
Avaliação expedita de inventário de elementos geradores de serviços de conservação	KM	2.883,810
Projeto de Estruturas de Contenções em Estruturas de Solo Reforçado, Altura até 10 m (Por seção típica)	Ud	14,000
Estudos, Relatórios e Projetos Ambientais	KM	91,214
Reunião de audiência Pública	Ud	6,000
Estudos Topográficos de Travessia de Cursos D'Agua (200m p/ Cada Lado)	Ud	14,000
Sondagem Simples de Reconhecimento SPT Convencional	M	2.287,550
Deslocamento de equipe para realização de serviços de sondagens (percussão ou rotativa) em locais situados de 51 a 150 km	Ud	10,000
Deslocamento de equipe para realização de serviços de sondagens (percussão ou rotativa) em locais situados acima de 151 km	Ud	4,000
Projeto de Desapropriação	ha	255,540
Projeto de Sinalização	KM	137,824
Projeto de Sinalização (pista dupla)	KM	7,386
Projeto de interseção em nível	Ud	31,000
Projeto de Pavimentação	KM	149,814
Projeto de Pavimentação (pista dupla)	KM	8,536
Projeto de Terraplenagem - Preço Médio	KM	134,074
Projeto de Terraplenagem - Terreno Plano (pista dupla)	KM	7,386
Projeto Geométrico	KM	164,564
Projeto geométrico (pista dupla)	KM	7,386

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 4 / 76

Projeto de Obras Complementares	KM	138,224
Projeto de Obras Complementares (pista dupla)	KM	7,386
Projeto de Obras de Arte Correntes e Drenagem - Preço Médio	KM	135,534
Projeto de Obras de arte Correntes e Drenagem - Terreno Plano (pista dupla)	KM	7,386
Projeto de Obras de Artes Especiais (pontes e viadutos) em concreto armado e/ou protendido, estrutura de aço ou estrutura mista (aço/ concreto)	M2	4.691,924
Projeto de interseção tipo "gota" padrão para projeto em desenvolvimento, sem complementação da topografia (tudo incluído)	Ud	14,000
Projeto estrutural de cortina atirantada com altura entre 6 e 10 metros	Ud	6,000
Projeto estrutural de muro de arrimo com altura entre 3 e 6 metros	Ud	1,000
Batimetria para rios e lagos, seção 50 metros, inclusive mão de obra, equipamento e barco.	Ud	1,000
Equipe Técnica de Apoio à Diretoria de Planejamento e Logistica		
Analista de sistemas (sênior)	Mes	41,000
Engenheiro coordenador (sênior)	Mes	43,700
Engenheiro (sênior)	Mes	382,800
Engenheiro auxiliar (júnior)	Mes	98,500
Técnico de estradas	Mes	180,200
Geólogo	Mes	4,000
Secretária	Mes	57,000
Engenheiro consultor	Mes	23,600
Desenhista	Mes	7,700
Encarregado de escritório	Mes	33,700
Digitador	Mes	103,500
Motorista	Mes	118,200
Técnico de nível médio	Mes	124,000
Equipe Técnica de Apoio à Assessoria de Meio Ambiente		
Especialista em meio ambiente	Mes	58,000
Especialista em meio ambiente	Mes	29,400
Equipe de Estudos Topográficos		
Topógrafo	Mes	6,700
Auxiliar de topografia	Mes	16,400
Técnico de estradas	Mes	2,000
DESPESAS GERAIS		
Aluguel mensal de mobiliário - escritório	Mes	44,700
Aluguel mensal de alojamento	Mes	6,700
Aluguel mensal de mobiliário - alojamento	Mes	6,700
Aluguel mensal de veículos tipo Gol	Mes	154,400
Aluguel mensal de utilitário excl. motorista	Mes	6,700
Estação total WILD TC-600	Mes	6,700
Aluguel Pentium III,500 Mhz,64Mb/ impr. j.de tinta	Mes	748,400
Serviços gráficos e materiais de consumo	Mes	44,700
SERVIÇOS DE TERCEIROS		
Densidade "In Situ"	Ud	6,000
Granulometria por Peneiramento - por amostra	Ud	6,000
Índice de Suporte Califórnia - por CP Energia Normal	Ud	6,000
Limites de Liquidez e Plasticidade - por amostra	Ud	6,000

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 5 / 76

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA CONSULTORIA:

Para apoiar as atividades finalísticas e decisórias a Diretoria de Planejamento e Logística, apoio a Direção Geral e Gerenciamento do PROPAE/BNDES do DER-ES a Engevix desenvolveu o conjunto de atividades abaixo:

- **Serviços de estudos e projetos de implantação e pavimentação rodoviária, de restauração e de melhoramento rodoviário**

Os principais itens destes serviços são constituídos por:
Estudos de: Tráfego; Topográfico; Hidrológico; Geológico; Geotécnico;
Estudo e Projetos de Meio Ambiente;
Projetos de: Terraplenagem; Drenagem; Pavimentação e Restauração; Obras de Arte Especiais; Geotécnico (estabilização de taludes, encostas e consolidação de aterros sobre solos moles); Obras Complementares, incluindo o projeto de cercas, de iluminação e rede de serviços públicos; Geométrico, incluindo o projeto de interseções, travessias urbanas e sinalização; Desapropriação com avaliação das áreas atingidas;
Plano de Execução e Análise Econômica;

- **Adequação e reformulação de projetos de engenharia rodoviária;**

Os principais itens destes serviços são constituídos por:
Estudos de: Tráfego (atualização); Topográfico; Hidrológico (atualização); Geotécnico (atualização);
Estudo e Projetos de: Meio Ambiente;
Projetos: Geométrico, incluindo o projeto de interseções, travessias urbanas e sinalização; Terraplenagem; Geotécnico (Estabilização de taludes, encostas e consolidação de aterros sobre solos moles); Drenagem; Pavimentação e Restauração; Obras de Arte Especiais; Obras Complementares, incluindo o projeto de cercas, iluminação e rede de serviços públicos; Desapropriação com avaliação de áreas atingidas; Estrutural Executivo;

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 6 / 76

Plano de execução e memorial de cálculo;
Análise Econômica;

- **Serviços de estudos e projetos de obras de arte especiais tipo pontes viadutos e elevados;**

Os principais itens destes serviços são constituídos por:
Estudos: Topográfico; Hidrológico (atualização); Geotécnico (atualização);
Concepção e definição do projeto básico;
Estudo e Projetos de Meio Ambiente;
Projetos de: Terraplenagem de cabeceiras; Drenagem; Obras Complementares, incluindo, projeto de iluminação, adequação de rede de serviços públicos e sinalização;
Desapropriação com avaliação de áreas atingidas; Estrutural executivo;
Plano de Execução e memorial de cálculo;
Análise Econômica;

- **Serviços de estudos e projetos de recuperação e reforços de obras de arte especiais tipo pontes viadutos e elevados;**

Os principais itens destes serviços são constituídos por:
Estudos: Topográfico, Hidrológico e Geotécnico (atualização quando necessário);
Estudo e Projetos de Meio Ambiente (quando necessário);
Projetos de: Terraplenagem de cabeceiras, Drenagem e Desapropriação com avaliação de áreas atingidas (quando necessário);
Concepção e definição do Projeto Básico;
Projeto de Obras Complementares, incluindo quando necessário, projeto de iluminação, adequação de rede de serviços públicos e sinalização;
Projeto Estrutural Executivo;
Plano de Execução;
Análise Econômica;

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 7 / 76

- **Elaboração de projeto final de engenharia de serviços de contenção de encostas e estabilização de aterros sobre solos moles;**

Os principais itens destes serviços são constituídos por:
Estudos: Topográfico; Hidrológico (quando necessário); Geotécnico em geral;
Plano de sondagem;
Sondagens de solos e rochas;
Ensaios rotineiros, especiais e específicos;
Medições “in loco” e “in situ”;
Projetos de: Terraplenagem, Drenagem, Obras Complementares (quando necessário);
Concepção e definição do projeto básico;
Estudo e Projetos de Meio Ambiente (quando necessário);
Projeto Executivo;
Plano de Execução;
Análise de alternativas se necessário;

- **Elaboração de estudos de gerenciamento de pavimentos rodoviários;**

- **Elaboração de estudos de viabilidade técnico-econômica;**

Os principais itens destes serviços foram constituídos pela interface das demandas de serviços de interesse da Diretoria de Planejamento do DER-ES com o Plano Diretor Rodoviário do Espírito Santo que serviram de referência para a continuidade do desenvolvimento do Programa Rodoviário Espírito Santo II, com financiamento externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento BID, devendo se destacar a realização de atividades abaixo descritas:
Levantamento cadastral em geral do DER-ES;
Levantamentos geométricos dos parâmetros relevantes;
Estudo de traçados de variantes;

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 8 / 76

Levantamento de custos de construção ou de restauração de rodovias, assim como de conservação;
Estudos e análise de resultado;
Apoio na Escala de prioridade;
Análise de projetos existentes em relação a sua tortuosidade, comprimento virtual nas diversas formas, comparação de traçado nas diversas vertentes, visando subsidiar decisões pela alternativa mais viável, econômica e ambientalmente adequada.

- **Relatórios e projetos;**

Todos os produtos elaborados pela ENGEVIX foram apresentados sob a forma de relatórios específicos, em função das atividades desenvolvidas no período, separadamente por tipo de solicitação por parte da Diretoria de Planejamento.
Os Contratos Supervisionados pela ENGEVIX que envolveram o acompanhamento e supervisão técnica foram oficializados por meio de Relatórios de Análises, os pareceres técnicos, e encaminhados a fiscalização do DER-ES e anexados mensalmente em capítulo distinto no Relatório de Medição.
Consideração às observações acima, os produtos desenvolvidos e entregues ao DER-ES, foram basicamente:

- ✓ Relatório de Análise de Acompanhamento de Contratos;
- ✓ Relatório Técnico Especializado (Parecer Técnico);
- ✓ Relatório de Análise - Projeto Conceitual;
- ✓ Relatório de Análise - Projeto Básico;
- ✓ Relatório de Análise – Minuta de Projeto;
- ✓ Relatório de Visita Técnica;
- ✓ Relatório de Análise / Parecer para Elaboração de aditivos contratuais;
- ✓ Relatório Gerencial da Diretoria;
- ✓ Relatórios de Consultorias Técnicas Especializadas

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 9 / 76

A apresentação de Relatórios e Projetos seguiram as instruções determinadas pelo DER-ES, e quando necessárias foram complementadas pelas especificações do DNIT, resumindo-se quanto ao seguinte:

- ✓ Relatório de Projeto Conceitual (durante a fase de concepção);
- ✓ Relatório Final – Minuta (durante a fase de conclusão do projeto para manifestação da Diretoria de Planejamento);
- ✓ Relatório Final – Impressão Definitiva (para os devidos fins).
- ✓ Relatório Mensal de Andamento;

- **Serviços de apoio técnico operacional a diretoria de planejamento;**

Para o desenvolvimento de atividades de apoio técnico operacional a Engevix teve como produtos a emissão de parecer técnico oriundo de análise técnicas diversas, para subsidiar os processos decisórios de responsabilidade da Diretoria de Planejamento:

Análise/aprovação de projetos de terceiros (prefeituras, autarquias, e/ou empresas privadas):

Projetos de terceiros são desenvolvidos por prefeituras, autarquias ou empresas privadas sem o acompanhamento do DER-ES, durante sua fase de elaboração.

A finalidade deste produto consistiu na análise e verificação do projeto final de engenharia apresentado ao DER-ES, para fins de licitação, se os mesmos estavam em conformidade com as Normas Técnicas adotadas pelo DER-ES. E verificar se a documentação apresentada atendia minimamente as condicionantes exigidas para a contratação de obras públicas, quanto a Legislação pertinente e orientações dos Órgãos de Controle, tomando por base os critérios estabelecidos pela orientação Técnica de Projeto Básico OT-IBR-001/2006 emitido pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras públicas – IBRAOP.

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 10 / 76

Análise/aprovação de revisões de projetos em fase de obra, análise de projetos de interferências (faixa de domínio):

As atividades desenvolvidas para atender este produto consistiram em analisar e verificar as revisões de projeto desenvolvidas pelas Consultorias de Apoio Técnico e Supervisão de Obras efetuadas durante a fase de execução das Obras, sem o acompanhamento da Diretoria de Planejamento.

O objetivo destas atividades de verificações eram validar tecnicamente as Revisões de Projeto, verificar se as revisões estavam em conformidade com as Normas Técnicas adotadas pelo DER-ES, inclusive a necessidade da revisão segundo os critérios ou justificativas apontadas pela Consultora e Área Operacional do DER-ES, de modo que a justificativa atenda as Normativas estabelecidas pelos Órgãos de Controle, estabelecida para realização de Revisão de Projeto em Fase de Obra.

Serviços técnicos administrativos que consiste em apoiar a DP, nas atividades de apoio administrativos tais como: Elaboração de Apresentações, Quantificação e Orçamentação de Projetos e/ou Obras para licitação Elaboração de Termos de Referência, Apoio na organização de Audiências, consultas ou reuniões públicas.

Foram desenvolvidas atividades de Serviços Técnicos de apoio a Diretoria de Planejamento, para as atividades abaixo:

- ✓ Levantamento de campo para elaboração de termos de referências para contratação de obras e/ou serviços;
- ✓ Elaboração de apresentações de trabalhos técnicos desenvolvidos pela Diretoria;
- ✓ Apoio no desenvolvimento de programas de interesse do DER-ES e/ou da SETOP;
- ✓ Apoio na Manutenção dos Sistemas de Informações do DER-ES, especificamente o SGP (Sistema de Gerência de Pavimentos) e o SAM (Sistema de Administração da Conservação e Manutenção Rodoviária);
- ✓ Organização/Mobilização de Audiências, Reuniões ou Consultas Públicas;
- ✓ A Elaboração de Cotação de Preços e/ou Orçamentos de Serviços Técnicos Especializados para a contratação de Obras ou Projetos, etc.

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 11 / 76

- **Supervisão técnica de contratos de consultorias para elaboração de projetos ou estudos técnicos.**

Foi desenvolvida a prestação de serviços de consultoria de supervisão/fiscalização de contratos de consultoria para elaboração de projetos e/ou estudos técnicos firmados pelo DER-ES com empresas contratadas (PROJETISTAS), sob a responsabilidade da Diretoria de Planejamento.
A atribuição da ENGEVIX, através do quadro técnico disponibilizado no contrato, era o acompanhamento no desenvolvimento dos projetos contratados pelo DER-ES, de responsabilidade da Diretoria de Planejamento, no apoio técnico aos Gestores e à Fiscalização do DER-ES, no atendimento aos requisitos contratuais dos objetos contratados, desenvolvendo as seguintes atividades:

- ✓ Identificação preliminar dos serviços a cargo das projetistas, pertinentes ao objeto contratado pelo DER-ES para os serviços de consultoria, elaboração de projetos ou estudos técnicos, planejamento e controle dos serviços, controle tecnológico, meio ambiente e etc.;
- ✓ Operacionalização de procedimentos de fiscalização e controle, com padronização de formulação, formato, veiculação e registro de informações prestadas a projetista e ao DER-ES;
- ✓ Análise com bases nos relatórios de andamentos dos contratos, a evolução dos serviços, identificando possíveis desvios, recomendando os ajustes necessários;
- ✓ Avaliar o desempenho técnico da projetista em conformidade com os critérios de avaliação de desempenho da contratada estabelecidos pela norma, na execução de serviços técnicos especializados em engenharia consultiva, devidamente aprovada pelo Conselho Rodoviário Estadual, através da Resolução nº 010/2010, para subsidiar a Fiscalização do DER-ES;
- ✓ Alimentar os sistemas de controle e procedimentos para a gestão dos contratos (medição de serviços e avaliação de desempenho) para análise e aprovação da documentação pelos gestores de contratos nomeados pelo DER-ES;

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 12 / 76

- ✓ Elaboração relatórios mensais e finais ou eventuais de acompanhamento com análise e críticas dos trabalhos em todas as atividades, de acordo com o padrão exigido pelo DER-ES;
- ✓ Elaboração da proposição de medição dos serviços realizados pelas empresas Contratadas, para subsidiar a fiscalização do DER-ES, na realização das respectivas medições de serviços.
- ✓ Supervisionar as Contratadas quanto ao atendimento às exigências estipuladas pelo Órgão Ambiental Licenciador do projeto;
- ✓ Elaborar Relatórios Específicos, sempre que solicitados pelo DER-ES.
- ✓ Analisar e emitir parecer conclusivo sobre eventuais “claims” das projetistas;
- ✓ Emitir Termo de Recebimento de Projeto, indicando ao DER-ES a conclusão efetiva dos Serviços Contratados, sob o ponto de vista técnico.
- ✓ Acompanhar e controlar os recursos financeiros disponíveis para o contrato (apostilas; empenhos e fontes de recursos);
- ✓ Acompanhar e monitorar a planilha orçamentária dos contratos, para orientar aos gestores de contrato a situação de cada contrato quanto a prazo e valor;
- ✓ Análise e aprovação, dos planos de trabalho apresentados pelas Contratadas.
- ✓ Verificação da documentação exigida em contrato, plano de ataque para execução dos serviços, em especial o cronograma físico financeiro, antes do início dos serviços e no decorrer deles, avaliando em campo as possíveis interferências, desapropriações e compatibilizações necessárias à sua execução;
- ✓ Acompanhamento e controle de informações técnicas das atividades, de caráter físico, administrativo e financeiro previstas para a correta execução dos serviços;
- ✓ Verificação e acompanhamento de todos os serviços topográficos e geotécnicos necessários à execução dos projetos;
- ✓ Emissão de parecer técnico sobre qualquer assunto que envolva alterações no contrato, suspensão parcial ou total de serviços, execução de serviços não previstos no contrato, preços unitários e composição de preços de novos serviços, tendo em vista os impactos nos custos e prazos contratuais em questão;
- ✓ Fiscalização da qualidade dos serviços, verificando a conformidade do projeto em relação ao atendimento às normas e especificações técnicas;

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 13 / 76

5. PROJETOS E ESTUDOS ELABORADOS PELA CONSULTORIA:

- ✓ **Projeto Final de Engenharia Implantação e Pavimentação na Rodovia ES-475, Trecho: Entr. ES-164 (Castelo) – Entr. ES-475 (Fruteiras), Subtrecho: Castelo – Fazenda Prata – Monte Pio, extensão de 0,654km**

Descrição: Rodovia de característica geométrica classe II, largura da pista 7,0m, 2 faixas de rolamento e largura da faixa de segurança de 0,80m de cada lado, uma interseção em nível com rotatórias de raio de 8,0m e faixa de domínio de 30m.

Atividades Desenvolvidas: Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica; Estudos geológicos; Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem; Projeto de Pavimentação; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal e Obras Complementares; Cadastro de Desapropriação; Relatório de Controle Ambiental referente ao trecho projetado. Projeto de um Muro de Gabião com extensão de 35m e altura média de 6,0m; Elaboração de Orçamento e Plano de Execução da Obra.

- ✓ **Projeto Final de Engenharia Implantação e Pavimentação na Rodovia ES-124, Trecho: Entr. ES-456 – Entr. ES-261 (A) (Santa Rosa), Subtrecho: Contorno de Santa Rosa, extensão de 1,93km.**

Descrição: Rodovia de característica geométrica classe III, largura da pista 7,0m, 2 faixas de rolamento com largura de 3,5m e acostamentos com 1,5m, duas interseções em nível, com rotatórias não vazadas, velocidade de projeto 60 km/h e faixa de domínio de 30m.

Atividades Desenvolvidas: Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica; Estudos geológicos; Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 14 / 76

Pavimentação; Estudo Hidrológico; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem; Projeto de Pavimentação; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal e Obras Complementares; Cadastro de Desapropriação; Relatório de Controle Ambiental referente ao trecho projetado; Projeto de uma Ponte (CL 45TB) com área de 386,4m² e Elaboração de Orçamento e Plano de Execução da Obra.

- ✓ **Projeto Final de Engenharia Implantação e Pavimentação na Rodovia ES-165, Trecho: Sobreiro – Entr. ES-261 (P/ Laranja da Terra) – km 54,9 – 67,9, Subtrecho: Laranja da Terra – Sobreiro, extensão de 12,30km.**

Descrição: Rodovia de característica geométrica classe III, região ondulada, largura da pista 7,0m, 2 faixas de rolamento com largura de 3,50m e acostamentos de 2,0m, cinco interseções em nível, sendo uma com rotatória e quatro interseções tipo gota, velocidade de projeto 60 km/h e faixa de domínio de 30m.

Atividades Desenvolvidas: Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica, Estudos de Tráfego com contagem volumétrica de veículos e pesquisa de origem destino, Estudos geológicos; Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Estudo Hidrológico; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem; Projeto de Pavimentação; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal e Obras Complementares; Cadastro de Desapropriação; Relatório de Controle Ambiental referente ao trecho projetado; Projeto de uma Ponte (CL 45TB) com dimensões de 22,75m x 14,80m (comp. x larg.), Elaboração de Orçamento e Plano de Execução da Obra.

- ✓ **Projeto Final de Engenharia Implantação e Pavimentação na Rodovia ES-165, Trecho: Entr. ES-164 (B) / ES-261 (B) - Entr. ES-460 (Serra Pelada), Subtrecho: Itarana – Rizzi, extensão de 4,10km.**

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 15 / 76

Descrição: Rodovia de característica geométrica classe III, pista simples, região ondulada, com largura da pista de 7,0m, 2 faixas de rolamento com largura de 3,5m e acostamentos de 2,0m, incluindo travessia com extensão de 1280m no trecho urbano de Itarana, construção de passeios e faixas multiuso, acessos e limpa rodas ao longo do eixo estradal, velocidade de projeto 60 km/h e faixa de domínio de 40m.

Atividades Desenvolvidas: Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica; Estudos de Tráfego, Estudos geológicos; Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Estudo Hidrológico; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem; Projeto de Pavimentação; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal e Obras Complementares; Cadastro de Desapropriação/interferências; Plano de Controle Ambiental referente ao trecho projetado e Elaboração de Orçamento e Plano de Execução da Obra.

- ✓ **Projeto Final de Engenharia Implantação e Pavimentação na Rodovia ES-080, Trecho: Ligação ES-080 (Aruaba) – BR-101 (Contorno de Vitória), extensão de 6,575km.**

Descrição: Rodovia de característica geométrica classe IB, pista simples, região ondulada, largura da pista de 7,2m, 2 faixas de rolamento com largura de 3,6m e acostamentos de 2,5m, duas interseções em nível, com rotatórias não vazadas, velocidade de projeto 80 km/h e faixa de domínio de 50m.

Atividades Desenvolvidas: Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica; Estudos geológicos; Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Estudo Hidrológico; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem; Projeto de Pavimentação; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal e Obras Complementares; Cadastro de

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 16 / 76

Desapropriação; Relatório de Controle Ambiental referente ao trecho projetado; Projeto de Muro de Contenção de extensão de 30m e altura de 3,4m e Elaboração de Orçamento e Plano de Execução da Obra.

- ✓ **Projeto Final de Engenharia Implantação e Pavimentação na Rodovia ES-477, Trecho: Entr. ES-166 (km 30,4) - Caxixe Quente – km 54,9 – 67,9, Subtrecho: Entr. ES-166 (km 30,4) - Localidade de Fazenda do Centro, extensão de 2,44km.**

Descrição: Rodovia de característica geométrica classe III, região ondulada, largura da pista 7,0m, 2 faixas de rolamento com largura de 3,5 m e acostamentos de 1,5m a 2,5m, duas interseções em nível, velocidade de projeto 60 km/h e faixa de domínio de 40m.

Atividades Desenvolvidas: Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica, Estudos de Tráfego com contagem volumétrica de veículos, Estudos geológicos; Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Estudo Hidrológico; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem; Projeto de Pavimentação; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal e Obras Complementares; Cadastro de Desapropriação; Relatório de Controle Ambiental referente ao trecho projetado; Projeto de uma Ponte (CL 45TB) com dimensões de 20m x 13m (comp. x larg.), Elaboração de Orçamento e Plano de Execução da Obra.

- ✓ **Projeto Final de Engenharia Implantação e Pavimentação na Rodovia ES-165, Trecho: Entr. ES-248 - Fazenda Durão, extensão de 14,56km.**

Descrição: Rodovia de característica geométrica classe III, região plana, largura da pista de 7,0m, 2 faixas de rolamento com largura de 3,5m e acostamentos de 1,5m, três interseções em nível, velocidade de projeto 70 km/h e faixa de domínio de 30m.

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 17 / 76

Atividades Desenvolvidas: Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica, Estudos de Tráfego com contagem volumétrica de veículos e pesquisa de origem destino, Estudos Geológicos; Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Estudo Hidrológico; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem; Projeto de Pavimentação; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal e Obras Complementares; Cadastro de Desapropriação e Elaboração de Orçamento e Plano de Execução da Obra.

- ✓ **Projeto Final de Engenharia Implantação e Pavimentação na Rodovia ES-357 e Acessos, Trecho: Acesso ao Terminal de Cargas de Colatina, extensão de 5,5km.**

Descrição: Rodovia de característica geométrica classe III, região ondulada, largura da pista de 7,0m, 2 faixas de rolamento com largura de 3,5m e acostamentos de 2,0m, quatro interseções em nível, velocidade de projeto 60 km/h e faixa de domínio de 40m.
Atividades Desenvolvidas: Estudos de Tráfego com contagem volumétrica de veículos e pesquisa de origem destino, Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica, Estudos geológicos; Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Estudo Hidrológico; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem; Projeto de Pavimentação; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal e Obras Complementares; Elaboração de Orçamento e Plano de Execução da Obra.

- ✓ **Projeto Final de Engenharia Implantação e Pavimentação na Rodovia ES-261, Trecho: Entr. ES-165 (Laranja da Terra) - Entr. ES-484 (A), Subtrecho: Variante de Laranja da Terra, com extensão de 0,96km.**

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 18 / 76

Descrição: Rodovia de característica urbana com passeio, estacionamentos, canteiro, parada de ônibus e ciclovia, largura da pista de 14,0m, 2 faixas de rolamento com largura de 7,0m, passeios de 1,5m e ciclovia de 3,0m, três interseções em nível, sendo uma com rotatória, velocidade de projeto 60 km/h.

Atividades Desenvolvidas: Estudos de Tráfego com contagem volumétrica de veículos e pesquisa de origem destino, Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica, Estudos Geológicos; Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Estudo Hidrológico; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem; Projeto de Pavimentação; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal e Obras Complementares; e Elaboração de Orçamento e Plano de Execução da Obra.

- ✓ **Projeto Final de Engenharia Implantação e Pavimentação na Rodovia ES-165, Trecho: Entrº ES-010 (Ponte Piraqueaçu) x Entrº ES-124 (Santa Rosa), extensão de 14,61km.**

Descrição: Rodovia de característica geométrica classe III, região plana, largura da pista de 7,0m, 2 faixas de rolamento com largura de 3,5m e acostamentos de 1,5m, cinco interseções em nível, sendo uma com rotatória e quatro interseções tipo gota, velocidade de projeto 60 km/h e faixa de domínio de 30m.

Atividades Desenvolvidas: Estudos de Tráfego com contagem volumétrica de veículos e pesquisa de origem destino, Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica, Estudos geológicos; Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Estudo Hidrológico; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem; Projeto de Pavimentação; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal e Obras Complementares;

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 19 / 76

Cadastro de Desapropriação e Elaboração de Orçamento e Plano de Execução da Obra.

- ✓ **Projeto Final de Engenharia Implantação e Pavimentação na Rodovia ES-165, Trecho: Entrº ES-261 x Alto Jatibocas, Subtrecho: Lote 1: km 0 ao km 5,86 Entrº para a Localidade Fazenda Shtur/km 5,86 (Entrº) ao km 8,10 (Localidade Fazenda Shtur) - Lote 2: km 5,86 ao km 13,58 (Localidade Alto Jatibocas)/km 13,58 ao km 14,87 (perímetro urbano) / Acesso Alto São Sebastião, extensão total de 17,89km**

Descrição: Rodovia de característica geométrica classe III, região montanhosa, largura da pista de 6,6m, 2 faixas de rolamento com largura de 3,3m e acostamentos de 1,0m, uma interseção em nível, com rotatória, travessia em área urbana, velocidade de projeto 40 km/h e faixa de domínio de 40m.

Atividades Desenvolvidas: Estudos de Tráfego com contagem volumétrica de veículos e pesquisa de origem destino, Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica, Estudos de Tráfego com contagem volumétrica de veículos e pesquisa de origem destino, Estudos geológicos; Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Estudo Hidrológico; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem; Projeto de Pavimentação; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal e Obras Complementares; Cadastro de Desapropriação; Projeto tipo de muros gabiões estimando 14.000 m³ e Elaboração de Orçamento e Plano de Execução da Obra.

- ✓ **Projeto Final de Engenharia Implantação e Pavimentação na Interligação entre Unidades Prisionais; Trecho: Complexo Penitenciário de Xuri – Vila Velha – ES, extensão de 2,87km.**

Descrição: Pavimentação das vias de interligação do complexo penitenciário, com largura da pista de 6,0m, 2 faixas de rolamento com largura 3,0m e sem acostamentos,

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 20 / 76

sendo uma interseção em nível, para acesso ao complexo penitenciário, velocidade de projeto 40 km/h e sem faixa de domínio.

Atividades Desenvolvidas: Estudos de Tráfego com contagem volumétrica de veículos; Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica, Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem; Projeto de Pavimentação; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal e Obras Complementares; e Elaboração de Orçamento e Plano de Execução da Obra.

- ✓ **Adequação do Projeto Final de Engenharia Implantação e Pavimentação de acesso ao Bairro Interlagos, Trecho: Entrº. ES-248 – Bairro Interlagos/ Município de Linhares – ES, extensão de 1,15km.**

Descrição: Característica básica da geometria de projeto para vias urbanas, constituída de duas pistas de 6,6m, com 4 faixas de 3,3m, calçadas, canteiro central com barreira New Jersey, sem acostamento, com passeios de 1,2m e ciclovia de 3,0m uma interseção com rotatória não vazada, velocidade de projeto 60 km/h e sem faixa de domínio.

Atividades Desenvolvidas: Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica, Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Estudo Hidrológico; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem; Projeto de Pavimentação; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal e Obras Complementares; Cadastro de Desapropriação; Elaboração de Orçamento e Plano de Execução da Obra.

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 21 / 76

- ✓ **Projeto de OAE – Variante Projetada - Rodovia ES-124, Trecho: Aracruz - Santa Rosa – SubTrecho: Ponte sobre o Rio Grapuama - Estaca km 03+137,5 – km 3+162,5, extensão de 25,0m.**

Descrição: Ponte em concreto armado sobre o Rio Grapuama, CL 45, extensão total de 25m e largura de 11,8m. A superestrutura é constituída por um tabuleiro em grelha com laje, duas vigas principais e cinco transversinas, sendo duas de apoio e três intermediárias, além das cortinas e alas. A mesoestrutura é constituída por dois pórticos e aparelhos de apoio de elastômero fretado. Cada pórtico é formado por travessa superior e dois pilares de secção circular. A infraestrutura é constituída por quatro blocos ligados dois a dois por vigas travessas. Os blocos se apoiam em 32 estacas constituídas por perfil metálico W250x80, sendo 24 delas verticais e 8 inclinadas com comprimento mínimo estimado de 16,0m.

Atividades Desenvolvidas: Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica; Estudos Geotécnicos para caracterização do solo de fundação; Projeto Executivo completo e Elaboração de Orçamento.

- ✓ **Projeto de Estabilização de Talude - Rodovia ES-341 – Trecho: Entr. ES-164 (P/ Mutum) – Pancas SubTrecho: Encosta sobre a Rua do Casarão das Águas (Estaca 1680 – Projeto de Reabilitação ES-164/341 – PRES III Nº 005/2009) – Município de Pancas, extensão de 150m e altura máxima 9,0m.**

Descrição: Cortina atirantada na encosta sobre a Rua do Casarão das Águas, parede em concreto armado com espessura de 0,30m ancorada no solo por 165 tirantes de aço ST85/105 Ø 32mm.

Atividades Desenvolvidas: Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica; Estudos Geotécnicos para caracterização do solo da encosta; Projeto Executivo completo e Elaboração de Orçamento.

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 22 / 76

- ✓ **Projeto Final de Engenharia para Restauração da Rodovia ES 060 – Trecho: Travessia da Cidade de Piúma – SubTrecho: Avenida Dr. Danilo Monteiro de Castro – Ponte sobre o Canal do Itaputanga, extensão de 3,45km.**

Atividades Desenvolvidas: Estudos de Tráfego com contagem volumétrica de veículos, Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica; Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Avaliação do Pavimento Existente; Estudo Hidrológico; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem; Projeto de Reabilitação do Pavimento; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal e Obras Complementares; Projeto de Remanejamento; Quadro Resumo de Consumo de Materiais e Demonstrativo das Quantidades de Serviços de Pavimentação.

- ✓ **Projeto Final de Engenharia para Restauração da Rodovia ES-375 – Trecho: EES3750045 – Entrº. Acesso p/ Campinho - Entr. BR-101 (A) Iconha – SubTrecho: Iconha – Bom Destino, extensão de 3,0km.**

Atividades Desenvolvidas: Estudos de Tráfego com contagem volumétrica de veículos, Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica; Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Avaliação do Pavimento Existente; Estudo Hidrológico; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem; Projeto de Reabilitação do Pavimento; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal e Obras Complementares; Projeto de Remanejamento; Quadro Resumo de Consumo de Materiais; Demonstrativo das Quantidades de Serviços de Pavimentação e Quadro Resumo Final.

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 23 / 76

- ✓ **Projeto Final de Engenharia para Restauração da Rodovia ES-060 - Setiba – Entrº. Rodovia Jones dos Santos Neves – SubTrecho 1: Entr. ES-060 (Setiba) - Entr. Rodovia Jones dos Santos Neves – SubTrecho 2: Entr. ES-060 – Setiba, extensão de 9,35km.**

Atividades Desenvolvidas: Estudos de Tráfego com contagem volumétrica de veículos, Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica; Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Avaliação do Pavimento Existente; Estudo Hidrológico; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem; Projeto de Reabilitação do Pavimento; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal e Obras Complementares; Projeto de Remanejamento; Quadro Resumo de Consumo de Materiais e Demonstrativo das Quantidades de Serviços de Pavimentação.

- ✓ **Projeto Básico de Engenharia para Reabilitação e Melhorias Operacionais Rodovia ES-482 – Trecho Av. Jones dos Santos Neves/Cachoeiro de Itapemirim – Etapa 1, extensão total de 2,3km.**

Atividades Desenvolvidas: Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica; Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Avaliação do Pavimento Existente; Estudo Hidrológico; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem; Projeto de Reabilitação do Pavimento; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal e Obras Complementares; Projeto de Remanejamento; Orçamento; Especificações e Cronograma.

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 24 / 76

- ✓ **Projeto de Obturação de Erosão em Talude – Rodovia ES-460 – Trecho: Entr. ES-165 (São Luiz de Miranda) – Entr. ES/BR-484 (Serra Pelada) – Sub Trecho: Distrito de Serra Pelada, extensão de 30m.**

Atividades Desenvolvidas: Levantamento Topográfico com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica; Memorial Descritivo Justificativo da Solução; Planilha Orçamentária com Memória de Cálculo das Quantidades e Projeto Executivo.

- ✓ **Revisão de Projeto Executivo de Engenharia – Rodovia BR/ES–381 – Trecho: Posto de Nova Venécia (PNV) na Rodovia BES–381, extensão de 0,64km.**

Atividades Desenvolvidas: Adequação do Local de Implantação do Projeto; Estudo de Tráfego; Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica; Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Estudo Hidrológico; Estudo Ambiental; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem; Projeto de Pavimentação; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal e Obras Complementares; Meio Ambiente; Orçamento e Plano de Execução das Obras.

- ✓ **Projeto de Pavimentação e Drenagem da Rodovia ES-060 – Trecho: Itaoca/ Marataizes/Itapemirim – SubTrecho: Entrº Av. Simão Soares c/ Av. Cristiano Lopes, extensão de 518,598m.**

Atividades Desenvolvidas: Estudos Topográficos com Implantação de Marcos Georreferenciados, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica; Estudos Geotécnicos para

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 25 / 76

caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Estudo Hidrológico; Elaboração de Projeto Geométrico da Interseção; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem e Obras de Arte Correntes; Projeto de Pavimentação; Projeto de Obras Complementares; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal; Serviços Ambientais; Cadastro de Desapropriação; Orçamento; Plano de Execução das Obras e Especificações de Serviços.

- ✓ **Projeto Executivo de Engenharia para Estabilização de Taludes na Rodovia ES-462 –Trecho: Brejetuba – Afonso Cláudio.**

Atividades Desenvolvidas: Memória de Cálculo da Estabilidade, Planilha de Quantitativos e Projeto Executivo.

- ✓ **Projeto de Engenharia para Reabilitação e Melhorias Operacionais da Rodovia ES-341 – Trecho Entr. ES-164 – Pancas – Lajinha – Angelo Frechiani – Sub Trecho: Angelo Frechiani – Pancas, extensão: 23,35km**

Atividades Desenvolvidas: Estudo de Tráfego; Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica; Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Inventário do Pavimento Existente; Estudo Hidrológico; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem; Projeto de Reabilitação do Pavimento; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal; Projeto de Obras Complementares; Projeto Ambiental; Planilha de Quantitativos; Plano de Execução das Obras e Especificações de Serviços.

- ✓ **Projeto de Obra de Arte Especial na Rodovia ES-313 –Trecho Ponte sobre o Rio Braço Norte do Rio São Mateus ou Cotaxé, extensão de 135m.**

Descrição: Ponte em concreto armado sobre o Rio Braço Norte do Rio São Mateus, CL 45TB, com 9 vãos de 15,0m cada e largura de 6,4m. O eixo longitudinal se desenvolve segundo uma única tangente. A superestrutura é constituída por um

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 26 / 76

tabuleiro em grelha com laje, três vigas principais e duas transversinas junto aos apoios. A laje do tabuleiro será executada utilizando-se pré-lajes de 7cm e capeamento de concreto moldado “in loco”, totalizando 20cm de espessura. A mesoestrutura é constituída por pilares de seção transversal de 1,0mx6,3m com faces arredondadas no sentido do fluxo d’água, dois encontros nos extremos da obra e aparelhos de apoio de elastômero fretado. A infraestrutura é constituída por fundações diretas em sapatas de concreto armado.

Atividades Desenvolvidas: Estudo Hidrológico; Projeto Geométrico de Implantação da Obra; Determinação das Seções de Terraplenagem; Memória dos Cálculos de Estabilidade; Projeto Executivo completo e Elaboração de Orçamento.

- ✓ **Projeto Final de Obra de Arte especial – Viaduto sobre a Linha Férrea na ligação entre as Rodovias ES-375 e ES-164, na Sede do Município de Vargem Alta.**

Descrição: Viaduto com tabuleiro em estrutura mista, CL 45TB, extensão total de 31,5m e largura de 12,0m. A superestrutura é constituída por um tabuleiro em grelha com laje em concreto armado com espessura média de 18cm moldada in loco, seis vigas principais metálicas constituídas por perfis soldados com 1,50m de altura, espaçadas a cada 2,4m, dotadas de enrijecedores diversos e intertravadas a cada 5,00m por cantoneiras duplas de chapa dobrada. O peso total da estrutura metálica do tabuleiro é de 95.284,0 kg. A mesoestrutura é constituída por dois pórticos com 3 pilares de seção transversal circular com 1,0m de diâmetro e travessa superior com cortina, encontros nos extremos da obra constituídos por fechamento em terra armada e aparelhos de apoio de elastômero fretado.

A infraestrutura é constituída por fundações diretas em sapatas de concreto armado.

Atividades Desenvolvidas: Memorial de Cálculo das Estruturas; Estudo Geotécnico para caracterização do solo de fundação; Projeto Executivo completo e Elaboração de Orçamento.

- ✓ **Projeto de Engenharia para Adequação de Traçado em 10 (dez) segmentos na Rodovia ES-391 para Implantação de Pontes – Trecho Entrº. ES-492 para**

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 27 / 76

Santo Antônio de Muqui e Entrº ES-177 Mimoso do Sul – Sub trecho km 20,31 ao 45,70.

Descrição: Adequações de traçado para implantação das pontes de concreto em substituição aos pontilhões existentes, num total de 10 unidades. O subtrecho da rodovia ES-391, onde situam as travessias dos cursos d'água está classificada na classe de agrovias, apresentando plataforma pavimentada com pista de 6,00m de largura, sem acostamentos e apresentando em determinados segmentos rampas elevadas. A definição da seção transversal tipo de projeto foi decidida de comum acordo com a coordenação de projetos do DER-ES, adotando-se a largura da pista de 6,6m e acrescidas as transições nas entradas e saídas das pontes (a implantar), mediante introdução de faixas de segurança de ambos os lados de 1,0m.

Atividades Desenvolvidas: Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica; Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Estudo Hidrológico; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Pavimentação; Projeto de Drenagem e Obras de Arte Correntes; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal; Projeto de Obras Complementares; Reabilitação Ambiental; Cadastro de Desapropriação, Orçamento e Plano de Execução das Obras.

- ✓ **Projeto de Reabilitação e Melhoria Operacional da Rodovia ES-010 (Acesso) – Trecho Entr. ES-010 - Entr. ES-315 (Pedra D'Água) – SubTrecho Guriri - Ponte sobre o Rio Mariricu, extensão de 2,78km.**

Atividades Desenvolvidas: Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica; Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Avaliação do Pavimento Existente; Estudo Hidrológico; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem; Projeto de

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 28 / 76

Pavimentação; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal; Projeto de Obras Complementares; Orçamento e Plano de Execução das Obras.

- ✓ **Projeto de Duplicação, Reabilitação, Acessos e Melhorias Operacionais da Rodovia ES-315 –Trecho ES-315 - Entr. BR-101(B) - Entr. ES-010 (Acesso) Pedra D'Água – SubTrecho São Mateus - Pedra D'Água, extensão de 4,39 km.**

Atividades Desenvolvidas: Estudo de Tráfego**;** Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica; Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Estudo Hidrológico; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem; Projeto de Pavimentação; Projeto de Obras Complementares; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal; Orçamento e Plano de Execução das Obras.

- ✓ **Projeto de Implantação/Reabilitação da Rodovia ES-315 –Trecho Entr. ES 010 (Acesso) (Pedra D`Água) - Entr. ES-318 (A) (Planejada) – SubTrecho Pedra D'Água - Estrada do Nativo, extensão de 2,7km.**

Atividades Desenvolvidas: Estudo de Tráfego**;** Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica; Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Estudo Hidrológico; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem; Projeto de Pavimentação; Projeto de Obras Complementares; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal; Orçamento e Plano de Execução das Obras.

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 29 / 76

- ✓ **Revisão do Projeto Executivo da Rodovia ES-165 – Trecho Entrº ES-472 (B) (C. de Castelo) - Entr. ES-379 (Stº. Antônio/Morro Vênus) – SubTrecho Santo Antônio (km 185,64) à Morro Vênus (km 193,82), extensão de 8,38 km.**

Atividades Desenvolvidas: Estudo de Tráfego**;** Estudos Topográficos com Implantação de Marcos Georreferenciados, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica; Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Estudo Hidrológico; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem e Projeto de Pavimentação.

- ✓ **Projeto Conceitual de Engenharia da Rodovia de Acesso - Entr. BR-262-/ES km 114,12 – Trecho Camargo (km 0,0) à Mata Fria (km 7,15), extensão de 7,15km.**

Atividades Desenvolvidas: Estudo de Tráfego; Estudo de Alternativas de Traçados; Estudos Geotécnicos para caracterização de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Estudos Topográficos com Implantação de Marcos Georreferenciados, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica; Estudo Hidrológico; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem e Projeto de Pavimentação.

- ✓ **Projeto Executivo para Obras e Serviços de Implantação e Pavimentação do trecho de ligação ES-115 - Av. Minas Gerais (Jacaraípe)/Nova Almeida – Bairro Costa Bela – Rodovia ES-010, extensão de 4,02km.**

Atividades Desenvolvidas: Estudos Topográficos com Implantação da Base de Apoio Topográfico, Implantação da Poligonal de Apoio, Nivelamento, Contranivelamento dos Marcos da Poligonal de Apoio, Levantamento Cadastral Planialtimétrico e Elaboração da Planta Topográfica, Estudos geológicos; Estudos Geotécnicos para caracterização

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 30 / 76

de subleito, Empréstimos de Terraplenagem e Ocorrências de Materiais para Pavimentação; Estudo Hidrológico; Elaboração de Projeto Geométrico; Projeto de Terraplenagem; Projeto de Drenagem; Projeto de Pavimentação; Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal e Obras Complementares; Cadastro de Desapropriação; Relatório de Controle Ambiental referente ao trecho projetado; e Elaboração de Orçamento e Plano de Execução da Obra.

- ✓ **Projeto Básico Piloto de Conservação Rodoviária – 8 (oito) Lotes, perfazendo a extensão total de 3.796,66km, em diversos trechos da Malha Rodoviária do Espírito Santo.**

Atividades Desenvolvidas: Os contratos remunerados com base no desempenho efetivo, a definição dos tipos e das quantidades dos serviços foi procedida a partir da verificação das aptidões e suficiências de cada serviço para atendimento aos padrões mínimos de desempenho.

Os procedimentos metodológicos adotados na elaboração do Projeto Básico Piloto de Conservação Rodoviária Remunerada por Desempenho foram aqueles recomendados no Manual de Conservação Rodoviária do DNIT – IPR 710/2005.

A orientação geral constante no citado manual estabelece as diretrizes para qualificar e quantificar os serviços a serem executados de forma a possibilitar a obtenção de níveis de serventia da rodovia aceitáveis ao longo de 1 (um) ano.

A metodologia adotada na elaboração do projeto envolveu os seguintes procedimentos:

- ✓ Avaliação expedita dos elementos geradores de serviços de conservação;
- ✓ Estipulação dos padrões mínimos de desempenho a serem obtidos em cada elemento de referência da rodovia;
- ✓ Definição dos tipos de serviços a serem executados visando o atendimento aos padrões mínimos de desempenho;
- ✓ Determinação dos quantitativos de serviços.
- ✓ Níveis de esforços equivalentes à demanda específica de serviços de cada elemento de referência (gerador de serviços de conserva) necessários ao atendimento aos padrões mínimos de desempenho estipulados;

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 31 / 76

Inicialmente foram subsidiados pela elaboração de diagnóstico do pavimento, segundo a execução das atividades:

- ✓ Avaliação objetiva da superfície do pavimento em toda a extensão do lote, empregando-se a metodologia preconizada na norma DNIT 006/2003 – PRO para o cálculo do IGG;
- ✓ Avaliação subjetiva da superfície do pavimento em toda a extensão do lote, de acordo com a metodologia preconizada na norma DNIT 009/2003 – PRO para o cálculo do VSA;
- ✓ Avaliação do índice de estado de superfície do pavimento (IES), conforme catálogo de soluções do PIR IV- DNIT;
- ✓ Medição da irregularidade da superfície de pavimento, conforme preconiza a norma DNER-PRO 182/94;
- ✓ Cadastro de faixas e terceiras faixas de rolamento existentes;
- ✓ Cadastro dos acostamentos existentes e dos desníveis entre a pista de rolamento e acostamento (degrau);
- ✓ Obtenção de dados de tráfego do PDR (Plano Diretor Rodoviário do Estado do
- ✓ Espírito Santo).

- ✓ **Projeto OAE Lagoa do Mangue – Rodovia ES-060 – Estaca 193+2,0; trecho: Marataízes - Morobá.**

Atividades Desenvolvidas: Estudos topográficos, geotécnicos, projeto executivo OAE com área total do tabuleiro de 108,00 m^2 e orçamentos.

6. SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO À DIRETORIA DE PLANEJAMENTO – FISCALIZADOS/SUPERVISIONADOS PELA ENGEVIX:

Apoio e acompanhamento na Supervisão e Fiscalização de Projetos e demais serviços contratados pelo DER-ES, conforme tabela a seguir:

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 32 / 76

Projeto / Serviço	Rodovia	Trecho	Empresa Contratada pelo DER-ES	Extensão Rodovia (km)
Serviços de Consultoria para Operacionalização do Plano Diretor Rodoviário do Estado do Espírito Santo			Consórcio Prosul / Appe / Transplan	Malha Rodoviária Estadual do ES
Projeto Executivo para Obras de Implantação e Pavimentação	ES-080	Ligação ES-080 (Aruaba) – BR-101 - Contorno de Vitória	Stonenge Consultoria e Projeto de Engenharia Ltda	6,58
Projeto Básico e Estudos para Ligação em Túnel entre Vitória e Vila Velha e acessos	Túnel Subaquático	Ligação Vitória Vila Velha	Sondotécnica Engenharia de Solos S.A	2,30
Projeto de Reabilitação Rodoviária	ES-010	Nova Almeida – Vila do Riacho, com viaduto rodoviário (CL 45TB) sobre linha férrea, ext. 40m, concreto armado e fundação direta em sapata sobre rocha e muros de terra armada	Única Consultores de Engenharia Urbana S.S	51,00 Área do Tabuleiro Viaduto = 440m2
Projeto Final de Engª Rodoviária de Reabilitação da Avenida José Sette	ES-080	Tucum – Cariacica Sede	Stonenge – Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda	9,60
Projeto de Engª para Implantação e Pavimentação	ES-388	(Ent. BR-101) Amarelos /Xuri - (Entr. ES–060) Barra do Jucú	ECR Engenharia Ltda	24,60
Projeto Final de Engª Rodoviária de Implantação	ES- 462	Brejetuba – Afonso Cláudio	Única Consultores de Engenharia Urbana S.S	33,50
Elaboração do Projeto de Engª Rodoviária para Implantação	ES-060	Contorno de Anchieta	Engesolo Engenharia Ltda	18,50
Projeto Final de Engª Rodoviária de Implantação / Pavimentação e OAE's.	ES-475	Fazenda Prata (Castelo) – São José de Fruteiras	Stonenge Consultoria e Projeto de Engenharia Ltda	14,00
Projeto Final de Engª Rodoviária de Reabilitação	ES-164	Vargem Alta – Castelinho e Implantação do Contorno de Vargem Alta	Concresolo Engenharia Ltda	30,60
Projeto Final de Engª Rodoviária de Reabilitação	ES-181	(Entr. ES-482) Placa – Anutiba – Muniz Freire	Projemax Engenharia e Consultoria Ltda	40,40

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 33 / 76

Projeto / Serviço	Rodovia	Trecho	Empresa Contratada pelo DER-ES	Extensão Rodovia (km)
Elaboração do Projeto Final de Engª Rodoviária para Implantação	ES-060	Contorno de Piúma, Itaipava, Itaoca e Acessos	Engesolo Engenharia Ltda	34,30
Projeto Final de Engª Rodoviária para Implantação e Pavimentação	ES-181	Arraial do Café – Alto Calçado – São José do Calçado	Engesolo Engenharia Ltda	29,80
Projeto Final de Engª Rodoviária de Implantação e Pavimentação	ES-356/ES-358 e Variantes	Vila Valério – Guaxé (Linhares)	Única Consultores de Engenharia Urbana S.S	55,90
Projeto Final de Engª Rodoviária de Implantação	ES- 261	Contorno de Fundão – incluindo viaduto e interseção sobre BR-101 e OAE	Avantec Engenharia Ltda	5,50
Projeto Final de Engª Rodoviária de Implantação	ES- 436	Sapucaia – Graça Aranha – Novo Brasil	Engepavi Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda	19,00
Projeto de Engª Rodoviária de Reabilitação de Rodovias inseridas no Programa Rodoviário do Espírito Santo III (PRES III) - OAE	ES-164 / ES-341	Alto Rio Novo – Pancas	Strata Engenharia Ltda	0,26
Projeto Final de Engª Rodoviária de Implantação e Pavimentação	ES- 356	Rio Bananal - Panorama	Lugare Engenharia Ltda	5,80
Projeto Final de Engª Rodoviária para Implantação e Pavimentação	ES-344	Vila Valério – Entrº BR-342 – Fátima (Jaguaré)	Projel Engenharia Especializada Ltda	38,60
Projeto Final de Engª Rodoviária para Implantação e Pavimentação	ES-318	Entr. BR-101 - Entr. ES-315 - Entr. ES-010 - Binário Guriri	Contécnica – Consultoria Técnica Ltda	39,00
		Ponte Rodoviária (CL 45TB) sobre Rio Preto, ext. 12,94m, em concreto armado e fundação estacas metálicas		Área do Tabuleiro = 191,51 m2
		Ponte Rodoviária (CL 45TB) sobre Rio Mariricu, ext. 70m, concreto armado, vigas em concreto protendido e fundação estacas		Área do Tabuleiro = 1.036m2

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 34 / 76

Projeto / Serviço	Rodovia	Trecho	Empresa Contratada pelo DER-ES	Extensão Rodovia (km)
		metálicas		
		Ponte Rodoviária (CL 45TB) sobre Rio Mariricu (Binário), ext. 130m, concreto armado, vigas em concreto protendido e fundação estacas metálicas		Área do Tabuleiro = 2.002m2
Projeto Final de Engª Rodoviária para Reabilitação	ES- 080	Santa Teresa - São Roque do Canaã	ECR Engenharia Ltda	31,00
Projeto Final de Engª Rodoviária para Implantação e Pavimentação	ES-010	Vila do Riacho - Regência	Engesur Consultoria e Estudos Técnicos Ltda	32,60
Projeto Final de Engª Rodoviária de Reabilitação	ES-181	Contorno Urbano de Venda Nova – via Beira Rio	Stonenge Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda	1,40
Projeto de Engª Rodoviária de Duplicação	ES-060	Viaduto Alfredo Copolillo (interseção c/ a Avenida Carlos Lindemberg) – Ponte sobre o Rio Aribiri	Prosul – Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda	1,90
Projeto Final de Engª Rodoviária de Reabilitação	ES-060	Anchieta - Piúma	Concresolo Engenharia Ltda	9,30
Projeto Final de Engª Rodoviária de Reabilitação	ES-341	Entr. ES-080 (Ângelo Frechiani) - Pancas	Prosul - Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda	23,20
Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Informática para o fornecimento de licenças de sistema de informatização e modernização de processos de gestão da operação rodoviária e da infraestrutura de transportes e obras do DER-ES			Softplan Poligraph – Sistemas e Representações Ltda	-
Projeto de Engª Rodoviária de Implantação de Mobilidade Urbana, Sistemas Viários e Projetos Integrantes ao	Vias Urbanas	Corredor Urbano de Jardim América – Avenida Carlos Lindenberg (Via América)	Única – Consultores de Engenharia Urbana S.S	7,50

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 35 / 76

Projeto / Serviço	Rodovia	Trecho	Empresa Contratada pelo DER-ES	Extensão Rodovia (km)
BRT		Ponte Rodoviária (CL 45TB) sobre afluente do Rio Marinho, ext. 22,50m, em concreto armado, fundação em estaca metálica		Área do Tabuleiro = 263,25 m2
		Viaduto principal (CL 45TB), ext. 680m, concreto armado e vigas metálicas treliçadas, muros de contenção em concreto armado e fundação em estaca metálica com encamisamento		Área do Tabuleiro = 14.484m2
		Viaduto alça (CL 45TB), ext. 438m, concreto armado e vigas metálicas treliçadas, muros de contenção em concreto armado com fundação		Área do Tabuleiro = 3.854m2
Elaboração de Projeto Engª de Obras de Arte Especiais (Pontes, Viadutos e Passarelas) integrantes do Sistema Rodoviário Estadual (SER), Lote 1	ES-010	Ponte Rodoviária (CL 45TB) sobre córrego do Aterro, ext. 8m, concreto armado com fundação em estaca raiz	Pacs – Planejamento, Assessoria, Consultoria e Sistemas Ltda	Área do Tabuleiro = 99,40m2
		Ponte Rodoviária (CL 45TB) sobre córrego São Domingos, ext. 20m, concreto armado com fundação em estaca raiz		Área do Tabuleiro = 236m2
		Ponte Rodoviária (CL 45TB) sobre braço do córrego São Domingos, ext. 20m, em concreto armado com fundação em estaca raiz		Área do Tabuleiro = 236m2

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 36 / 76

Projeto / Serviço	Rodovia	Trecho	Empresa Contratada pelo DER-ES	Extensão Rodovia (km)
		Ponte Rodoviária (CL 45TB) sobre o córrego do Caboclo, ext. 8m, concreto armado e fundação em estaca raiz		Área do Tabuleiro = 99,40m2
Elaboração de Projeto de Engª de Obras de Arte Especiais (Pontes, Viadutos e Passarelas) integrantes do Sistema Rodoviário estadual (SER), Lote 3	ES-297	Ponte Rodoviária (CL 45TB) sobre córrego Santa Bárbara, ext. 55m, mista, concreto armado com vigas metálicas e fundação direta em sapata sobre rocha e muros em terra armada	Pacs – Planejamento, Assessoria, Consultoria e Sistemas Ltda	Área do Tabuleiro = 887,96m2
Elaboração de Projeto de Engª de Obras de Arte Especiais (Pontes, Viadutos e Passarelas) integrantes do Sistema Rodoviário estadual (SER), Lote 3	ES-379	Ponte Rodoviária (CL 45TB), localizada na estaca 73+7,46, ext. 10m, mista, concreto armado com vigas metálicas com fundação em estaca raiz	Pacs – Planejamento, Assessoria, Consultoria e Sistemas Ltda	Área do Tabuleiro = 124m2
		Ponte Rodoviária (CL 45TB), localizada na estaca 268+18,13, ext. 10m, mista, concreto armado com vigas metálicas com fundação direta sobre rocha com chumbadores metálicos		Área do Tabuleiro = 124m2
		Ponte Rodoviária (CL 45TB), localizada na estaca 273, ext. 10m, mista, concreto armado com vigas metálicas com fundação sobre rocha		Área do Tabuleiro = 124m2

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 37 / 76

Projeto / Serviço	Rodovia	Trecho	Empresa Contratada pelo DER-ES	Extensão Rodovia (km)
		Ponte Rodoviária (CL 45TB), localizada na estaca 340+7,85, ext. 10m, mista, concreto armado com vigas metálicas com fundação direta sobre rocha		Área do Tabuleiro = 124m2
		Ponte Rodoviária (CL 45TB), localizada na estaca 405+10,00, ext. 10m, mista, concreto armado com vigas metálicas com fundação direta sobre rocha		Área do Tabuleiro = 124m2
		Ponte Rodoviária (CL 45TB), localizada na estaca 439+10,00, ext. 10m, mista, concreto armado com vigas metálicas com fundação direta sobre rocha		Área do Tabuleiro = 124m2
		Ponte Rodoviária (CL 45TB), localizada na estaca 461+2,00, ext. 10m, mista, concreto armado com vigas metálicas com fundação direta sobre rocha		Área do Tabuleiro = 124m2

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 38 / 76

Projeto / Serviço	Rodovia	Trecho	Empresa Contratada pelo DER-ES	Extensão Rodovia (km)
Elaboração de Projeto de Engª de Obras de Arte Especiais (Pontes, Viadutos e Passarelas) integrantes do Sistema Rodoviário estadual (SER), Lote 9	ES-358	Ponte Rodoviária (CL 45TB), sobre o córrego Lambari, ext. 85,26m, em concreto armado e vigas metálicas lançadas com treliça lançadeira e com fundação em estaca raiz nos pilares centrais e fundação direta nos encontros	Pacs – Planejamento, Assessoria, Consultoria e Sistemas Ltda	Área do Tabuleiro = 1.468,18 m2
	ES-230	Ponte Rodoviária (CL 45TB), sobre o córrego do Deve, ext. 121,30m, mista, concreto armado e vigas metálicas lançadas com treliça lançadeira e com fundação em estaca raiz nos pilares centrais e fundação direta nos encontros, contenções em terra armada		Área do Tabuleiro = 2.086,36 m2
Elaboração de Projeto de Engª de Obras de Arte Especiais (Pontes, Viadutos e Passarelas) integrantes do Sistema Rodoviário estadual (SER), Lote 11	Municipal	Ponte Rodoviária (CL 45TB), sobre Rio Cricaré, na ligação ES-381 – V. Pavão, ext. 60,30m, em concreto armado e vigas metálicas com fundação direta	Pacs – Planejamento, Assessoria, Consultoria e Sistemas Ltda	Área do Tabuleiro = 832,14 m2
Elaboração de Projeto de Engª para Tratamento de Pontos Críticos na Malha Rodoviária Estado – Programa Rodoviário do Espirito Santo – PRES III - Lote 1 e Lote 2			Única Consultores de Engenharia Urbana – SS	Malha Rodoviária Estadual do ES
Elaboração de Projeto de Engª para Erradicação de Passivos Ambientais, no âmbito do Programa Rodoviário do Espirito Santo – PRES III			Engesolo Engenharia Ltda	Malha Rodoviária Estadual do ES

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 39 / 76

Projeto / Serviço	Rodovia	Trecho	Empresa Contratada pelo DER-ES	Extensão Rodovia (km)
Elaboração de Projeto Executivo da 1ª Etapa do BRT-GV	Vias Urbanas	Carapina - Cauê; Cauê - Príncipe; Príncipe - Cobi; Cobi - Darly Santos; Darly Santos - Terminal Vila Velha; Terminal Vila Velha - Cauê	Consórcio Planservi - Única - Logit	Pavimento Flexível 34,91km Pavimento Rígido de Concreto executado com formas deslizantes 20.892,77 m3

7. ANÁLISE DOS PROJETOS DE TERCEIROS / REVISÃO DE PROJETOS EM FASE DE OBRA:

- ✓ **Projeto:** Projeto Executivo do Sistema Viário Interno e Externo do Boulevard Shopping Vila Velha (Interferência Faixa de Domínio)

Rodovia: ES-060 (Rodovia do Sol)

Trecho: Ligação Vitória - Vila Velha

Responsável pelo Projeto: Boulevard Shopping Vila Velha

Contratada: EA&D – Engenharia e Consultoria Ltda.

- ✓ **Projeto:** Projeto Final de Engenharia do Corredor Urbano de Jacaraípe – Av. Minas Gerais

Rodovia: ES-010

Trecho: Av. Minas Gerais – Nova Almeida - 9,0km de extensão

Responsável pelo Projeto: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas-SETOP, desenvolvido no âmbito do Contrato 02-2008 – SETOP, para a elaboração de estudos, projetos e apoio técnico para o Programa de Mobilidade Urbana

Contratada: Única Consultores de Engenharia Urbana S.S

- ✓ **Projeto:** Projeto Básico de Obras de Artes Especiais do Corredor Urbano de Jacaraípe – Av. Minas Gerais – (06 OAE’s)

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 40 / 76

Rodovia: ES-010

Trecho: Av. Minas Gerais – Nova Almeida

Responsável pelo Projeto: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas SETOP, desenvolvido no âmbito do Contrato 02-2008 – SETOP, para a elaboração de estudos, projetos e apoio técnico para o Programa de Mobilidade Urbana

Contratada: Única Consultores de Engenharia Urbana S.S

- ✓ **Projeto:** Projeto Estrutural de 03 Obras de Arte Especiais (Viadutos), na estaca 177+10,87, Estabilização de Aterro sobre solo mole e canalização em Região do Rio Marinho

Rodovia: ES 471 – Corredor Leste-Oeste

Trecho: Corredor Leste-Oeste

Responsável pelo Projeto: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas SETOP; Elaboração de estudos, projetos e apoio técnico para o Programa de Mobilidade Urbana

Contratada: Consórcio EPT / LENC

- ✓ **Projeto:** Projeto Final de Engenharia de Implantação e Pavimentação do Contorno da UTGC – Linhares-ES

Rodovia: ES-010 e Estrada Linhares - Degredo

Trecho: Estrada Linhares - Degredo

Responsável pelo Projeto: Petrobrás

Contratada: Kaeme Empreendimentos e Consultoria Ltda.

- ✓ **Projeto:** Projeto de Interseção do Acesso ao CTR - Centro de Tratamento de Resíduos de São Mateus

Rodovia: ES-381

Trecho: Ligação São Mateus – Barra do Rio Preto

Contrato/Governo do Estado do ES: Vereda Estudos e Execução de Projetos Ltda.

Contratada: Vereda Estudos e Execução de Projetos Ltda (Ed Wilson Veríssimo)

Coordenação Técnica: Stonenge Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda.

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 41 / 76

Lucélio Carlos Costalonga.

- ✓ **Projeto:** Projeto Final de Engenharia - Acesso ao Estaleiro Jurong em Aracruz

Rodovia: ES-010
Trecho: ES–010 – Aracruz
Responsável pelo Projeto: Estaleiro Jurong Aracruz - AJA
Contratada: PCE - Projetos e Consultoria e Engenharia – Ltda.

- ✓ **Projeto:** Elaboração do Projeto Básico de Engenharia para Construção e Implantação do Corredor Metropolitano da Grande Vitoria: Viaduto sobre a BR-262 – Campo Grande - Cariacica.

Rodovia: BR-262
Trecho: Corredor Metropolitano – Viaduto sobre a Rodovia BR-262.
Responsável pelo Projeto: SETOP – contrato Nº: 006/2008
Contratada: Consórcio PROSUL / TTC.

- ✓ **Projeto:** Projeto Final de Engenharia de Implantação e Pavimentação do Corredor Urbano - Saída Sul

Rodovia: Área Urbana
Trecho: Ligação do Prolongamento do Canal Bigossi / Fórum de Vila Velha
Responsável pelo Projeto: SETOP - Secretaria de Transportes e Obras Públicas
Contratada: Única Consultores de Engenharia Urbana S.S

- ✓ **Projeto:** Projeto de Engenharia para Implantação de Bueiro Celular

Rodovia: ES-388
Trecho: Entr. ES-165 – Sobreiro (km 11)
Responsável pelo Projeto: Superintendência Regional 1 – DER-ES
Contratada: ECR Engenharia Ltda.

- ✓ **Projeto:** Projeto de Implantação e Pavimentação do Acesso a Morobá

Rodovia: ES-137

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 42 / 76

Trecho: São Domingos do Norte - São Gabriel da Palha
Responsável pelo Projeto: Superintendência Regional 3 – DER-ES
Contratada: ATP Engenharia Ltda.

- ✓ **Projeto:** Projeto de Implantação e Pavimentação do Contorno Viário de São Roque do Canaã

Rodovia: ES-080
Trecho: Perímetro Urbano de São Roque do Canaã
Responsável pelo Projeto: Superintendência Regional 3 – DER-ES
Contratada: ATP Engenharia Ltda.

- ✓ **Projeto:** Projeto Básico e Justificativa para Construção de Viaduto Tipo Mergulhão Sob a BR-101 – Linhares

Rodovia: BR-101 - Linhares
Trecho: Perímetro Urbano de Linhares
Responsável pelo Projeto: Prefeitura Municipal De Linhares-ES
Contratada: ESEEL - Espírito Santo Engenharia Estrutural S/S

- ✓ **Projeto:** Projeto de Engenharia Rodoviária de Pavimentação – Programa Caminhos do Campo

Rodovia: ES- 165 **Extensão:** 12.786,94 m
Trecho: Laranja da Terra – Sobreiro
Responsável pelo Projeto: SEAG – Secretaria de Agricultura – Contrato Nº: 114/2008
Contratada: Acquatool Consultoria S/S

- ✓ **Projeto:** Projeto Básico e Justificativa para Construção de Viaduto Tipo Mergulhão Sob a Br-101 – Linhares

Rodovia: BR-101 - Linhares
Trecho: Perímetro Urbano de Linhares-ES
Responsável pelo Projeto: Prefeitura Municipal De Linhares-ES
Contratada: ESEEL - Espírito Santo Engenharia Estrutural S/S

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 43 / 76

- ✓ **Projeto:** Projeto Executivo para Implantação e Pavimentação da Rodovia ES-137, Trecho: Nova Venécia – Patrimônio da Penha.

Rodovia: ES-137

Trecho: ES-137 – Nova Venécia – Patrimônio da Penha

Responsável pelo Projeto: DER-ES / Contrato Nº: 002/2008 -

Contratada: Projel Engenharia Especializada Ltda.

- ✓ **Projeto:** Projeto de Dosagem de Mistura Asfáltica: Micro Revestimento Asfáltico a Frio.

Rodovia: Diversos

Trecho: Diversos

Responsável pelo Projeto: RDJ Engenharia Ltda.

Contratada: Distribuidora de produtos asfálticos, Centro-Oeste Asfaltos Ltda.

- ✓ **Projeto:** Autorização para pavimentação do trecho da Travessia de Novo Brasil, ES-245 em Governador Lindenberg.

Rodovia: ES-245

Trecho: ES-245 – Governador Lindenberg

Responsável pelo Projeto: Prefeitura Municipal de Governador Lindenberg - ES

Contratada: Prefeitura Municipal de Governador Lindenberg – ES

- ✓ **Projeto:** Projeto de Engenharia Rodoviária Ponte sobre a Lagoa do Aviso, Município de Linhares-ES

Responsável pelo Projeto: Prefeitura Municipal de Linhares - ES

Contratada: Prefeitura Municipal de Linhares – ES

- ✓ **Projeto:** Projeto Executivo da Interseção em Nível de Acesso ao Empreendimento Expansão de Malha Urbana da Cidade de Boa Esperança com a Rodovia ES-315

Rodovia: ES-315

Responsável pelo Projeto: Prefeitura Municipal de Boa Esperança - ES

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 44 / 76

Contratada: Avantec Engenharia Ltda.

- ✓ **Projeto:** Projeto de Engenharia para Substituição de Bueiro ARMCO

Rodovia: ES-165
Trecho: Entr. ES-165 – Sobreiro - Laranja da Terra
Responsável pelo Projeto: Superintendência Regional 1 – DER-ES
Contratada: ECR Engenharia Ltda.

- ✓ **Projeto:** Projeto de Engenharia para Duplicação da Av. Castelo Branco - Aracruz

Rodovia: ES-456
Trecho: ES-456, trecho Praça da Paz – Centro Industrial Bela Vista
Responsável pelo Projeto: Prefeitura municipal de Aracruz
Contratada: Serpenge - Serviços e Projetos de Engenharia Ltda.

8. APOIO NA ELABORAÇÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA, ORÇAMENTOS PARA CONTRATAÇÃO DE PROJETOS RODOVIÁRIOS DE ACORDO COM EDITAIS:

As atividades técnicas de apoio no âmbito da Diretoria de Planejamento e Logística realizada pela equipe alocada, desenvolveram tarefas para viabilização de Elaboração de Editais, Orçamentos e respectivos Termos de Referencias, para contratação de Serviços de Consultoria para Elaboração de Projetos, no apoio ao levantamento de campo, destacando os pontos notáveis e as respectivas especificações de projeto, e as diretrizes de desenvolvimento, para elaboração de termos de referências para contratação de obras ou serviços e cotação de preços e orçamentos de serviços técnicos especializados para a contratação de obras ou projetos, conforme tabela:

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 45 / 76

Apoio na Elaboração de Termo de Referência e Orçamentos para Contratação de Projetos e Serviços pelo DER-ES			
Projeto / Serviço	**Rod.**	**Trecho**	**Extensão (km)**
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-010	Jacaraípe – Nova Almeida	14,40
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação	ES-010	Entr. ES-429 – Entr. ES-315 (Barra Nova)	10,30
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação	ES-010	Contorno Vila do Riacho	8,40
Projeto Final de Engª de Obra de Arte Especiais (Ponte, Viadutos e Passarelas) integrantes do Sistema Rodoviário Estadual	ES-010	Ponte sobre o córrego Gimuhuna - 70m	-
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação	ES-010 / ES-429	Pontal do Ipiranga – Entr. ES-429 (para BR-101)	34,10
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-060	Santa Maria de Jetibá - Gonçalves	6,00
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Aumento da Capacidade	ES-060	Entr. ES-060 – Av. Carlos Lindenberg	5,60
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-060	Barra do Itapemirim - Piúma	19,70
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação	ES-060	ES-060 (acessos), Entr. BR-101 (Amarelos) – Entr. ES-060 (Praia do Sol), ES-481, Entr. ES-060 (Lameirão) – Entr. ES-060 (Contorno de Guarapari)	15,90
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação	ES-060	Variante do Porto Central	8,00
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-060	Três vendas – Água Doce do Norte	25,30
Projeto Final de Engª Rodoviária para Implantação	Entr. ES-060 / Entr. ES-487	Contorno de Itaipava (Sub-trecho 01 – Entr. ES-060 – Córrego do Pinto)	4,60
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação do Contorno de São Domingos do Norte	ES-080	Entr. ES-080 – Entr. ES-137	10,30
	ES-080	Ponte sobre Rio Santa Maria 50m	-
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação	ES-115	Nova Almeida – Santa Cruz (Ponte Sobre o Rio Piraqueaçu)	15,50
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-124	Anel Rodoviário de Aracruz	15,40
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação da variante de Montanha e acessos	ES-130	Entr. ES-130 – Entr. ES-209	7,50

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 46 / 76

Apoio na Elaboração de Termo de Referência e Orçamentos para Contratação de Projetos e Serviços pelo DER-ES			
Projeto / Serviço	**Rod.**	**Trecho**	**Extensão (km)**
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-130	Vinhático - Pinheiros	27,00
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação	ES-130	Contorno de Vinhático	3,50
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação	ES-145	Entr. ES-487 – Entr. ES-490 (Contorno de Itapemirim / Marataízes)	10,60
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação	ES-146	Entr. BR-101 (Jabaquara) – Entr. ES-060 (Ubu)	16,90
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-162	Entr. BR-101 (Presidente Kennedy) – Entr. ES-060 (Balança)	33,50
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhoria Operacionais	ES-164	Alto Rio Novo - Mantenópolis	33,20
		Nova Ponte sobre o Rio Preto - 30m	
		Ponte sobre o Rio Preto (Recuperação Estrutural) - 25m	-
		Nova Ponte sobre o Rio Pedra D´Água - 18m	-
		Ponte sobre Rio Pedra D´Água (Recuperação Estrutural) - 18m	-
		Viaduto sobre ES 010 - 40m	-
		Ponte sobre o córrego do Sahy (Rua Lateral LD) - 40m	-
		Ponte sobre o córrego do Sahy (Rua Lateral LE) - 40m	-
		Ponte sobre córrego do Sahy (Recuper. e alargamento) - 40m	-
		Ponte sobre córrego Guaxindiba (Recuper. e Alargamento) - 26m	-
		Passarela sobre córrego Guaxindiba - 26m	-
		Ponte Estação Biológica Augusto Ruschi - 15m	-
		Ponte sobre córrego do Sauê (Recuper. e Alargamento) - 12m	-
		Ponte sobre córrego Putiri (Recuper. e Alargamento) - 20m	-
	ES-164	Nova Ponte sobre o Rio Fruteiras - 24m	-

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 47 / 76

Apoio na Elaboração de Termo de Referência e Orçamentos para Contratação de Projetos e Serviços pelo DER-ES			
Projeto / Serviço	**Rod.**	**Trecho**	**Extensão (km)**
		Ponte sobre Rio Fruteiras (Recuperação Estrutural) - 24m	-
	ES-356	Ponte 1 - 15m	-
		Ponte 2 - 12m	-
		Ponte 3 - Córrego Barra Seca 20m	-
	ES-462	Ponte sobre o Rio São Domingos 20m	-
		Viaduto 80m	-
	ES-484	Ponte sobre Ribeirão Lagoa 30m	-
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-165	Conceição do Castelo – Santo Antonio do Areião	14,60
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-165	Conceição do Castelo – Entr. BR-262	5,00
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Duplicação	ES-165	Conceição do Castelo – Entr. BR-262	12,90
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-166	ES-482 (Coutinho) - Castelo	21,60
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-177	Mimoso do Sul - Muqui	15,40
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-181	Muniz Freire e Piaçu	14,40
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação	ES-181	Contorno de Muniz Freire	9,80
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-181	Piaçu – Entr. BR-262	13,20
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-209 / ES-130	Montanha - Vinhático	14,90
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-245/ ES-248	Entr. ES-248 (Arco de Linhares) – Linhares	6,70
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação	ES-248	Entr. ES-130 (Pinheiros) – São José do Sobrado	20,70
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-248	Entr. ES-245 – Entr. ES-356	53,30
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-248	Entr. ES-259 (Colatina) – Entr. ES-356	8,60
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-249	Entr. BR-101 (Palmito) – Palmital	17,90
Projeto Final de Engª de Duplicação e Melhorias Operacionais	ES-257	Aracruz – Entr. BR-101 (Ibiraçu)	11,60

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 48 / 76

Apoio na Elaboração de Termo de Referência e Orçamentos para Contratação de Projetos e Serviços pelo DER-ES			
Projeto / Serviço	**Rod.**	**Trecho**	**Extensão (km)**
Projeto Final de Engª de Duplicação e Melhorias Operacionais	ES-257	Entr. ES-010 - Aracruz	21,20
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação	ES-257	Anel Rodoviário de Aracruz	29,70
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-264	Santa Maria de Jetibá - Gonçalves	27,50
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação	ES-297	Entr. ES-487 – Entr. ES-490 (Contorno de Itapemirim / Marataízes)	46,70
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação do Arco Rodoviário de Pinheiros	ES-313	Entr. ES-130 – Entr. ES-313	6,50
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação	ES-320	Barra de São Francisco – Entr. ES-164 (São José)	34,20
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação do Arco rodoviário de Nova Venécia	ES-344	Entr. ES-137 – Entr. ES-130- Entr. ES-381 – Entr. ES-137	25,00
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-356	Entr. ES-248 – Marilândia	11,10
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação	ES-356	Marilândia – São Rafael	17,50
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação	ES-357	Itaguaçu - Itaçu	18,80
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação	ES-357	Boapaba - Agrovila	14,40
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-358	Guxe – Entr. BR-101	9,40
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação	ES-360	Rio Bananal – Entr. ES-245 (Governador Lindenberg)	13,40
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-379	Entr. ES-262 – Irupi – Entr. ES-185 (Iúna)	23,90
Projeto Final de Engª de Implantação e pavimentação	ES-379	Muniz Freire - Iúna	23,70
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação	ES-388	Melgaço – Entr. 264 (Potratz)	19,00
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação	ES-422	Universidade Federal do Espírito Santo (São Mateus) – Entr. ES421- (Santana)	18,50
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação	ES-426	Entr. ES-080 (Boa Vista) – Itaperuna – Paulista e Acessos	31,30

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 49 / 76

Apoio na Elaboração de Termo de Referência e Orçamentos para Contratação de Projetos e Serviços pelo DER-ES			
Projeto / Serviço	**Rod.**	**Trecho**	**Extensão (km)**
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação	ES-440	Entr. BR-101 (km 16,1) – Entr. ES-010 (acesso p/ Regência) e Entr. ES-440 (Km 16,1) – Entr. ES-440 (Polo Gás Químico UFN-IV)	39,80
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-465/ES-388	Domingos Martins – Melgaço	32,00
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação	ES-466	Entr. ES-466 (e acessos), Entr. ES-388 – Rodovia Leste Oeste – Av. Carlos Lindenberg e Entr. ES-388 – Entr. BR-101	25,00
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação	ES-466	Entr. ES-388 – Entr. BR-101 / Entr. BR-101 – Entr. BR-262 (Viana)	18,00
Projeto Final de Engª de Duplicação e Melhorias Operacionais	BR/ES-482	Entr. BR-101 (Safra) – Cachoeiro de Itapemirim	8,80
Projeto Final de Engª de Implantação e Pavimentação do Arco Rodoviário de Linhares	ES-484	Entr. ES-245 – Entr. BR101 – Entr. ES-358	21,90
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-487	Entr. BR-101 – Itapemirim	19,30
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-488	Entr. ES-482 (Morro Grande) – Entr. ES-164 (Santa Rosa)	9,30
Projeto Final de Engª de Duplicação e Melhorias Operacionais	ES-490	Entr. BR-101 (Safra) – Marataízes	33,40
Projeto Final de Engª de Reabilitação e Melhorias Operacionais	ES-491	Entr. ES-166 (Aracuí) – Estrela do Norte	16,70

9. APOIO A DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA NA ORGANIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS (COMUNICAÇÃO SOCIAL):

Organização do evento com preparação de serviços de taquigrafia, gravação em vídeo, transcrição ata de audiência publica, divulgação por meio de Cartazes, Banners, Propaganda/Divulgação do Evento em Rádio Local e Mobilização Recursos de Equipamentos de Áudio, Vídeo e Informática, Materiais e Coffee Break e Materiais necessários para realização de Audiências, Reuniões ou Consultas Públicas:

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 50 / 76

Apoio na Realização de Audiências Públicas para o DER-ES			
Motivo	**Data**	**Hora**	**Local**
Processo de Licenciamento Ambiental da Pavimentação da ES-080, trecho Santa Tereza – Santa Leopoldina, no município de Santa Leopoldina.	09/05/2013	19:00	Auditório Secretaria de Educação Municipal
Licenciamento Ambiental da Pavimentação da ES-080, trecho Santa Tereza – Santa Leopoldina, no município de Santa Tereza.	07/05/2013	19:00	Auditório da casa da Cultura
Implantação do contorno Mestre Álvaro – ES-120, no município de Serra-ES.	04/07/2013	19:00	Salão do Centro de Convivência para o Idoso
Modelagem de licitação do serviço público de transporte público intermunicipal de passageiros - Linhares ES.	15/08/2013	19:00	Auditório do SESI
Modelagem de licitação do serviço público de transporte público intermunicipal de passageiros Cachoeiro de Itapemirim ES.	17/08/2013	19:00	Auditório do SESI

10. ESTUDOS REALIZADOS PELA ENGEVIX

Estudo Ambiental - Caracterização de bromélias, orquídeas, cactos e outras epífitas, na Rodovia ES-080, trecho Estrada de Santa Leopoldina a Santa Tereza.

Objetivo:

Atender a condicionante de nº 27 da LP nº. 061/14, para a pavimentação da Rodovia ES-080, no trecho compreendido entre as sedes dos municípios de Santa Leopoldina à Santa Teresa, com foco em identificar as espécies de bromélias, orquídeas, cactos e outras epífitas, que ocorrem nos remanescentes florestais existente na faixa marginal ao longo da estrada, a ser suprimida para sua pavimentação.

- ✓ **Estudo Ambiental - Caracterização Florestal na Rodovia ES-261, trecho entre as localidades de Joatuba e Laranja da Terra.**

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 51 / 76

Objetivo:

Atender ao laudo do IDAF, OF/IDAT/DRNR/127/2013, de 28/08/13, conforme os itens descritos no Processo Simlam n.º 49367072/2013 (DER).

Para elaboração do estudo foi utilizada a seguinte bibliografia: Resolução CONAMA n.º 029 de 07/12/94, Lei Federal n.º 11428 de 22/12/2006, Decreto Federal n.º 6660 de 21/11/2008 e Instrução Normativa n.º 06, de 23 de setembro de 2.008 do Ministério do Meio Ambiente (espécies da flora ameaçadas de extinção). Sendo caracterizado em conformidade com os parâmetros e critérios estabelecidos nos artigos 2º e 3° e incisos da Resolução CONAMA N.º 029 de 07/12/94.

- ✓ **Estudo Ambiental - Caracterização Florestal na Rodovia ES-166, trecho do Contorno Urbano de Venda Nova do Imigrante-ES, via Beira Rio.**

Objetivo:

Atender ao laudo do IDAF, OF/IDAT/DRNR/071/13, de 04/07/2013, conforme os itens descritos no Processo serão submetidos ao CONSEMA.

Para elaboração do estudo foram utilizadas a seguinte bibliografia: Resolução CONAMA n.º 029 de 07/12/94, lei federal n.º 11428 de 22/12/2006, decreto federal n.º 6660 de 21/11/2008 e Instrução Normativa n.º 06, de 23 de setembro de 2.008 do Ministério do Meio Ambiente (espécies da flora ameaçadas de extinção).

- ✓ **Estudo Ambiental - Diagnóstico Interventivo e Prospecção das obras de implantação e pavimentação do trecho da Rodovia ES-010 entre o entroncamento da ES-421 e Itaúnas, Município de Conceição da Barra, ES.**

Objetivo:

Atender parte do licenciamento arqueológico para obtenção das licenças prévia e de instalação (LP e LI) para execução das obras de implantação e pavimentação do trecho da Rodovia ES-010 entre o entroncamento da ES-421 e Itaúnas, município de Conceição da Barra, ES.

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 52 / 76

Para a realização do diagnóstico foram realizados os seguintes procedimentos: Pesquisa bibliográfica; Entrevistas com moradores das margens da Rodovia ES-010; Caminhamento e Sondagens sistemáticas; desenvolvimento de Programa de Educação Patrimonial, em cumprimento ao Art. 7 da portaria 230 de 17/12/2002; Análise das fichas de sondagens, limpeza, triagem, registro e acondicionamento do material de valor histórico, e; Análise das evidências do material coletado.

- ✓ **Estudo Ambiental - Plano de Trabalho para execução do Diagnóstico de Fauna Vertebrada, na Rodovia ES-080.**

Objetivo:

Apresentar o Plano de Trabalho com suas definições metodológicas para execução do Diagnóstico de Fauna Vertebrada na rodovia ES-080, trecho: Santa Leopoldina (Bairro Centro) – Santa Teresa (Entr. com a ES-261), para o Empreendimento de Implantação e Pavimentação da Rodovia ES-080, desenvolvido pelo Departamento de Estradas de Rodagens do Espírito Santo (DER-ES), com vistas ao atendimento à condicionante N° 22 da Licença Prévia GCA / CLAOP / Nº 61 / 2014 / CLASSE III concedida ao referido empreendimento pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA.

Para a realização do Diagnóstico e desenvolvimento do Plano de Contagem de Fauna Vertebrada, foi delimitada / identificada as áreas de influência direta, áreas de influencias indiretas e áreas diretamente afetadas pelo empreendimento, que corresponde ao leito da rodovia, juntamente com a identificação das áreas de preservação ambientais permanentes e bacias hidrográficas da região em estudo.

- ✓ **Estudo Ambiental - Estudo de Vegetação e Flora, na Rodovia ES-010, trecho entre a localidade de Praia Grande, município de Fundão e Vila do Riacho, no município de Aracruz, ES.**

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 53 / 76

Objetivo:

Complementar os estudos ambientais para obtenção das licenças ambientais para atender a Reabilitação e Melhorias Operacionais da rodovia ES-010, trecho entre Praia Grande e Vila do Riacho.

Para determinação dos estágios sucessionais da vegetação secundária, foram utilizados os preceitos legais (Resolução CONAMA Nº 29, de 07/12/1994; Lei Estadual Nº 5.361, de 30/12/1996; Resolução CONAMA Nº 417, de 23/11/2009), considerando critérios como porte dos indivíduos, cobertura vegetal, presença de epífitas e lianas, formação de estratos verticais, características da serapilheira, presença de espécies indicadoras, dentre outros. Com base no mapeamento do traçado da rodovia foi verificado trechos onde remanescentes florestais situados às margens do atual leito serão diretamente afetados pelo empreendimento sendo necessário supressão de vegetação, foi realizada uma análise quantitativa por amostragem nas diferentes tipologias naturais por meio do método fitossociológico de Parcelas (MÜELLER-DOMBOIS & ELLENBERG, 1974), para detalhamento da estrutura e composição florística. Para determinação das ameaçadas, foram utilizadas a “Lista Oficial de Espécies da Fauna e da Flora Ameaçadas de Extinção do Estado do Espírito Santo”, conforme Decreto Nº 1.499-R, de 14/06/2005 e lista da flora brasileira ameaçadas de extinção, por meio da Instrução Normativa Nº 6, de 23/09/2008.

- ✓ **Estudo Ambiental - Caracterização Florestal nas margens da Rodovia ES-357, trecho entre a localidade de Tancredo, município de São Roque do Canãa e o Distrito de Itaçu, município de Itaguaçu, ES.**

Objetivo:

Atender ao laudo do IDAF, OF/IDAT/DRNR/097/13, referente ao processo Simlam nº 7274/2013 (DER).

Para a caracterização da vegetação indicada pelo laudo do IDAF, existente ao longo do trecho da ES 357 atingida pela intervenção para a pavimentação entre a localidade de Tancredo e Itaçú, foi percorrido o trecho compreendido entre as estacas 575 a 1.055,

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 54 / 76

que se encontrava delimitado pelas respectivas estacas locadas pela Empresa Construtora Rodoviária União Ltda., onde foram caracterizadas as 04(quatro) áreas.
Para elaboração do estudo foram utilizadas a seguinte bibliografia: Resolução CONAMA n.º 029 de 07/12/94, Lei Federal n.º 11428 de 22/12/2006, Decreto Federal n.º 6660 de 21/11/2008 e Instrução Normativa n.º 06, de 23 de setembro de 2.008 do Ministério do Meio Ambiente (espécies da flora ameaçadas de extinção).

- ✓ **Estudo Ambiental da campanha de Levantamento de Dados de Perfilagem da Praia de Itaóca, localizada no município de Itapemirim, ES.**

Objetivo:
Atendimento da condicionante 16 da LP 09/2013, em conformidade com a metodologia descrita no ofício OF/Nº9452/11/IEMA/GCA/SAIA, a qual refere se à campanha de levantamento de dados para o Estudo Morfodinâmico e Sedimentar das Praias de Itaipava e Itaoca, cujo resultado esperado é a apresentação das atividades realizadas, metodologias e resultados da primeira campanha de monitoramento, além dos dados de morfologia e sedimentologia, que foram levantadas as informações necessárias para a elaboração do Perfil Praial de Equilíbrio (PPE) de cada perfil estudado.
Para a realização do estudo durante a campanha foram levantados 14 perfis planialtimétricos ao longo da linha de costa, sendo 11 na região das Praias de Itaipava e 3 na região da Praia de Itaóca, onde foi instalado marcos de referência nos pontos iniciais dos perfis, tomando por referencia a Estação Maregráfica da Barra de Itapemirim. Sendo que para levantamento dos perfis emersos foram utilizados equipamentos de estações totais e prismas de reflexão.
Para os levantamentos dos perfis Submersos foram utilizados levantamento batimétrico e respectivas coordenadas geográficas de rotas previamente planejadas. Durante a realização dos levantamentos foram coletadas amostras sedimentológicas na região emersa e submersa dos perfis, para as quais foram realizadas análises em laboratórios de granulometria, Quantificação de teor de $CaCO_3$ (Sedimento Carbonático). Analisado os dados e definição dos perfis transversais para cada ponto em estudo e seus sedimentos, para caraterização das feições típicas de praia.

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 55 / 76

- ✓ **Levantamento Preliminar da Fauna de Anfíbios, Répteis e Aves, no entorno da Rodovia ES-010, entre a localidade de Nova Almeida e Vila do Riacho, município de Aracruz-ES.**

Objetivo:

Atender à solicitação do Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo (DER-ES), e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (processo nº21632782) visando a caracterização da fauna do entorno da Rodovia ES-010 entre Nova Almeida e Vila do Riacho, visando apresentar dados da composição e diversidade preliminar da fauna de anfíbios, répteis e aves que vivem no entorno da rodovia e que, consequentemente, encontravam se sob risco de atropelamento.

Foram observados Herpetofauna (Anfíbios e Répteis) e Avifauna, assim como a realização de de levantamento de animais atropelados, sendo realizados em campanhas distintas para tal fim. As análises de dados quantitativos foram obtidas por censos por ponto, utilizando software PAST, sendo tratados estatisticamente.

- ✓ **Plano de Controle Ambiental (PCA), para a implantação da Rodovia ES-115, trecho: Av. Minas Gerais (Jacaraípe) e Nova Almeida; subtrecho: Ligação ES-115, Entr. ES-010 no Bairro Costa Bela.**

Objetivo:

Obtenção de licenças ambientais junto ao órgão ambiental do estado do Espírito Santo – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos hídricos (IEMA) – e subsidiar ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER-ES), as tratativas sob os aspectos ambientais durante a fase de implantação e operação do empreendimento, considerando os aspectos de a segurança dos usuários da rodovia, inclusão social e fortalecimento econômico da região de forma sustentável.

O conjunto de atividades realizadas e os produtos legalmente exigidos, a escolha dos métodos e técnicas utilizadas para elaboração deste estudo considerou os requisitos básicos, segregados quanto à fase do empreendimento. Foram identificados desta

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 56 / 76

forma, os impactos gerados na fase de implantação e na fase de operação do trecho rodoviário, no que concerne ao meio físico, biótico e social, seguindo as etapas abaixo:

- ✓ Identificação e seleção das ações do projeto potencialmente causadoras de impactos ambientais.
- ✓ Definição e delimitação das áreas de influência do projeto.
- ✓ Diagnóstico ambiental das áreas de influência do projeto.
- ✓ Identificação dos impactos.
- ✓ Avaliação dos impactos.
- ✓ Definição de medidas mitigadoras.
- ✓ Adequação a legislação ambiental vigente.
- ✓ Adequação ao Termo de Referência, incluindo tempo de realização dos estudos, base Cartográfica e de dados, abordagem proposta, etc.
- ✓ Adequação às especificações do empreendimento e do ambiente de inserção do mesmo e a proposição de Programas Ambientais.

- ✓ **Plano de Controle Ambiental (PCA), para a Reabilitação da Rodovia BES-484, trecho: Entr. ES-165 (b) / ES-261 (b) – Entr. ES-460 (serra Pelada); Sub trecho: Itarana Rizzi**

Objetivo:

Obtenção de licenças ambientais junto ao órgão ambiental do estado do Espírito Santo – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos hídricos (IEMA) – e subsidiar ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER-ES), as tratativas sob os aspectos ambientais durante a fase de implantação e operação do empreendimento, considerando os aspectos de a segurança dos usuários da rodovia, inclusão social e fortalecimento econômico da região de forma sustentável.

O conjunto de atividades realizadas e os produtos legalmente exigidos, a escolha dos métodos e técnicas utilizadas para elaboração deste estudo considerou os requisitos básicos, segregados quanto à fase do empreendimento. Foram identificados desta forma, os impactos gerados na fase de implantação e na fase de operação do trecho rodoviário, no que concerne ao meio físico, biótico e social, seguindo as etapas abaixo:

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 57 / 76

- ✓ Identificação e seleção das ações do projeto potencialmente causadoras de impactos ambientais.
- ✓ Definição e delimitação das áreas de influência do projeto.
- ✓ Diagnóstico ambiental das áreas de influência do projeto.
- ✓ Identificação dos impactos.
- ✓ Avaliação dos impactos.
- ✓ Definição de medidas mitigadoras.
- ✓ Adequação a legislação ambiental vigente.
- ✓ Adequação ao Termo de Referência, incluindo tempo de realização dos estudos, base Cartográfica e de dados, abordagem proposta, etc.
- ✓ Adequação às especificações do empreendimento e do ambiente de inserção do mesmo e a proposição de Programas Ambientais.

- ✓ **Plano de Controle Ambiental (PCA), para a Implantação/Pavimentação da Rodovia ES-477, trecho: Entr. ES-166 (Km 30,4) – Caxixe Quente – Entr. ES-166 (Km 30,4) – Fazenda Centro.**

Objetivo:

Obtenção de licenças ambientais junto ao órgão ambiental do estado do Espírito Santo – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos hídricos (IEMA) – e subsidiar ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER-ES), as tratativas sob os aspectos ambientais durante a fase de implantação e operação do empreendimento, considerando os aspectos de a segurança dos usuários da rodovia, inclusão social e fortalecimento econômico da região de forma sustentável.

O conjunto de atividades realizadas e os produtos legalmente exigidos, a escolha dos métodos e técnicas utilizadas para elaboração deste estudo considerou os requisitos básicos, segregados quanto à fase do empreendimento. Foram identificados desta forma, os impactos gerados na fase de implantação e na fase de operação do trecho rodoviário, no que concerne ao meio físico, biótico e social, seguindo as etapas abaixo:

- ✓ Identificação e seleção das ações do projeto potencialmente causadoras de impactos ambientais.

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 58 / 76

- ✓ Definição e delimitação das áreas de influência do projeto.
- ✓ Diagnóstico ambiental das áreas de influência do projeto.
- ✓ Identificação dos impactos.
- ✓ Avaliação dos impactos.
- ✓ Definição de medidas mitigadoras.
- ✓ Adequação a legislação ambiental vigente.
- ✓ Adequação ao Termo de Referência, incluindo tempo de realização dos estudos, base Cartográfica e de dados, abordagem proposta, etc.
- ✓ Adequação às especificações do empreendimento e do ambiente de inserção do mesmo e a proposição de Programas Ambientais.

- ✓ **Relatório de Controle Ambiental (RCA), para a implantação da Rodovia ES-165, trecho: Sobreiro – Entr. BR-261 (p/Laranja da Terra) Km 54,9-67,9, Subtrecho: Sobreiro – Laranja da Terra.**

Objetivo:

Obtenção de licenças ambientais junto ao órgão ambiental do estado do Espírito Santo – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos hídricos (IEMA) – e subsidiar ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER-ES), as tratativas sob os aspectos ambientais durante a fase de implantação e operação do empreendimento, considerando os impactos nos Meio Biótico, Meio Físico e Meio Sócio Econômico nas áreas de Influência Direta e Indireta do Empreendimento.

Visando atender ao conjunto de atividades e os produtos legalmente exigidos, o método e técnicas utilizadas para elaboração do Relatório de Controle Ambiental considerou os requisitos básicos, segregados quanto à fase do empreendimento. Identificando os impactos gerados na i) fase de implantação e ii) fase de operação do trecho rodoviário, no que concerne ao meio físico, biótico e socioeconômico, seguindo as etapas abaixo:

- ✓ Identificação e avaliação dos impactos ambientais.
- ✓ Definição e delimitação das áreas de influência do projeto.

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 59 / 76

- ✓ Diagnóstico ambiental das áreas de influência do projeto.
- ✓ Caracterização dos impactos ambientais e proposição de medidas mitigadoras e compensatórias, relacionadas ao meio biótico, Físico e socioeconômico.
- ✓ Apresentação Plano Básico de Controle Ambiental, contendo:

  Programa Básico de Controle Ambiental (PBCA);
  Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD);
  Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores da Obra;
  Programa de Comunicação;
  Programa de Gestão de Resíduos Sólidos;
  Programa de Gestão de Efluentes Líquidos;
  Programa de Proteção a Fauna;
  Programa de Compensação Ambiental.

- ✓ **Relatório de Controle Ambiental (RCA), para a implantação do Contorno Viário de São Roque.**

Objetivo:

Obtenção de licenças ambientais junto ao órgão ambiental do estado do Espírito Santo – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos hídricos (IEMA) – e subsidiar ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER-ES), as tratativas sob os aspectos ambientais durante a fase de implantação e operação do empreendimento, considerando os impactos nos Meio Biótico, Meio Físico e Meio Sócio Econômico nas áreas de Influência Direta e Indireta do Empreendimento.

Visando atender ao conjunto de atividades e os produtos legalmente exigidos, o método e técnicas utilizadas para elaboração do Relatório de Controle Ambiental considerou os requisitos básicos, segregados quanto à fase do empreendimento. Identificando os impactos gerados na i) fase de implantação e ii) fase de operação do trecho rodoviário, no que concerne ao meio físico, biótico e socioeconômico, seguindo as etapas abaixo:

- ✓ Identificação e avaliação dos impactos ambientais.
- ✓ Definição e delimitação das áreas de influência do projeto.

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 60 / 76

- ✓ Diagnóstico ambiental das áreas de influência do projeto.
- ✓ Caracterização dos impactos ambientais e proposição de medidas mitigadoras e compensatórias, relacionadas ao meio biótico, Físico e socioeconômico.
- ✓ Apresentação Plano Básico de Controle Ambiental, contendo:

  Programa Básico de Controle Ambiental (PBCA);
  Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD);
  Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores da Obra;
  Programa de Comunicação;
  Programa de Gestão de Resíduos Sólidos;
  Programa de Gestão de Efluentes Líquidos;
  Programa de Proteção a Fauna;
  Programa de Compensação Ambiental.

- ✓ **Relatório de Controle Ambiental (RCA), para a implantação e Pavimentação da Rodovia ES-124, trecho: Entr. ES-456 – Entr. ES-ES-261 (a) – Santa Rosa – Contorno Santa Rosa.**

Objetivo:

Obtenção de licenças ambientais junto ao órgão ambiental do estado do Espírito Santo – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos hídricos (IEMA) – e subsidiar ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER-ES), as tratativas sob os aspectos ambientais durante a fase de implantação e operação do empreendimento, considerando os impactos nos Meio Biótico, Meio Físico e Meio Sócio Econômico nas áreas de Influência Direta e Indireta do Empreendimento.

Visando atender ao conjunto de atividades e os produtos legalmente exigidos, o método e técnicas utilizadas para elaboração do Relatório de Controle Ambiental considerou os requisitos básicos, segregados quanto à fase do empreendimento. Identificando os impactos gerados na i) fase de implantação e ii) fase de operação do trecho rodoviário, no que concerne ao meio físico, biótico e socioeconômico, seguindo as etapas abaixo:

- ✓ Identificação e avaliação dos impactos ambientais.

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 61 / 76

- ✓ Definição e delimitação das áreas de influência do projeto.
- ✓ Diagnóstico ambiental das áreas de influência do projeto.
- ✓ Caracterização dos impactos ambientais e proposição de medidas mitigadoras e compensatórias, relacionadas ao meio biótico, Físico e socioeconômico.
- ✓ Apresentação Plano Básico de Controle Ambiental, contendo:
  Programa Básico de Controle Ambiental (PBCA);
  Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD);
  Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores da Obra;
  Programa de Comunicação;
  Programa de Gestão de Resíduos Sólidos;
  Programa de Gestão de Efluentes Líquidos;
  Programa de Proteção a Fauna;
  Programa de Compensação Ambiental.

- ✓ **Relatório de Controle Ambiental (RCA), para a Implantação e Pavimentação da Rodovia ES379/165, Trecho I: Castelo – Morro Vênus, Trecho II: Morro Vênus – Muniz Freire, Trecho III: Morro Vênus – Santo Antônio.**

Objetivo:

Obtenção de licenças ambientais junto ao órgão ambiental do estado do Espírito Santo – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos hídricos (IEMA) – e subsidiar ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER-ES), as tratativas sob os aspectos ambientais durante a fase de implantação e operação do empreendimento, considerando os impactos nos Meio Biótico, Meio Físico e Meio Sócio Econômico nas áreas de Influência Direta e Indireta do Empreendimento.

Visando atender ao conjunto de atividades e os produtos legalmente exigidos, o método e técnicas utilizadas para elaboração do Relatório de Controle Ambiental considerou os requisitos básicos, segregados quanto à fase do empreendimento. Identificando os impactos gerados na i) fase de implantação e ii) fase de operação do trecho rodoviário, no que concerne ao meio físico, biótico e socioeconômico, seguindo as etapas abaixo:

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 62 / 76

- ✓ Identificação e avaliação dos impactos ambientais.
- ✓ Definição e delimitação das áreas de influência do projeto.
- ✓ Diagnóstico ambiental das áreas de influência do projeto.
- ✓ Caracterização dos impactos ambientais e proposição de medidas mitigadoras e compensatórias, relacionadas ao meio biótico, Físico e socioeconômico.
- ✓ Apresentação Plano Básico de Controle Ambiental, contendo:

  Programa Básico de Controle Ambiental (PBCA);
  Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD);
  Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores da Obra;
  Programa de Comunicação;
  Programa de Gestão de Resíduos Sólidos;
  Programa de Gestão de Efluentes Líquidos;
  Programa de Proteção a Fauna;
  Programa de Compensação Ambiental.

- ✓ **Projeto de Reflorestamento da Rodovia ES-248, trecho Entr. ES-245 – Entr. ES-356, Colatina Linhares.**

Objetivo:

Reflorestar com espécies florestais nativa da Mata Atlântica uma área de 15,3763 ha em atendimento ao termo de referência básico a IS no 027-N, de 12/09/2007, do IDAF, com adequações necessárias devido às características da área a ser reflorestada, para atender atende as exigências legais de compensação ambiental pela supressão florestal realizada na obra de pavimentação da Rodovia ES 248, trecho entre o entroncamento com a ES 245 e o entroncamento com a ES 356 (Linhares – Colatina).

A área objeto do estudo localiza-se no Assentamento do INCRA, denominado P.A. Sezinio Fernandes de Jesus, no Município de Linhares, sendo adjacente a uma área de Reserva Legal do Assentamento.

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 63 / 76

11. ATIVIDADES DE GERENCIAMENTO E PLANEJAMENTO DO FINANCIAMENTO PROPAE/BNDES NO DER-ES

1. Atividades de Apoio ao DER-ES:

As atividades relacionadas ao apoio referem-se ao trabalho desenvolvido para atendimento à demanda geral existente sobre a Diretoria Geral, Diretoria de Obras e Diretoria de Planejamento e Logística, com a finalidade em atender os diversos gargalos ao desenvolvimento de suas finalidades, tais como: desapropriações, interferências das obras com redes de serviços públicos e privados (postes, polidutos, etc), ajustes de projeto, dotações e recursos financeiros, relacionamento com órgãos públicos, dentre outros.

Para tal, foi constituído um núcleo que atuou, especialmente na realização das seguintes atividades:

a. Compilar as informações de planejamento, gestão e controle de todas as obras até sua conclusão;
b. Levantamento dos riscos de não cumprimento dos prazos;
c. Identificação dos projetos em andamento e em conclusão em vias de licitação de obras;
d. Identificação dos problemas / desvios existentes, propor alternativas de solução dos mesmos e acompanhar a implementação de solução dos problemas junto ao respectivos responsáveis no DER-ES;
e. Apoiar na elaboração de planos de ação conjunta e pactuada, entre os setores responsáveis;
f. Apoiar no incremento de processos estruturais para melhoria de desempenho nas rotinas internas do DER-ES;
g. Gerar Relatórios Gerenciais periódicos para a Direção Geral do DER-ES com informações do desempenho e das medidas adotadas para sua melhoria, incluindo dados comparativos que mostrem a eficiência do trabalho.

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 64 / 76

2. Atividades de Gerenciamento para o PROPAE/BNDES no DER-ES:

Essas atividades desenvolvidas referem-se ao trabalho realizado pela Engevix Engenharia S/A no que concerne a prestação de serviços de Gerenciamento e Apoio Técnico para o Plano de Investimentos do DER-ES em Obras Rodoviárias com Aplicação de Recursos do Contrato de Financiamento, do Programa Especial de Apoio aos Estados (PROPAE) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em conformidade com os termos do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito Nº 12.2.1155.1, firmado entre o Estado do Espírito Santo e o BNDES, pertinentes a execução de obras e serviços integrantes do PROPAE/BNDES a cargo do DER-ES em suas diversas etapas, em conformidade com os termos do Contrato de Financiamento, firmado entre o Estado do Espírito Santo e o banco.

Onde foram realizados os seguintes produtos / atividades:

a. Elaboração do **Relatório de Desempenho (RED)**, de caráter gerencial e de periodicidade trimestral contendo as seguintes informações:
    - ✓ Progresso físico-financeiro dos projetos financiados, conforme modelo fornecido pelo BNDES, com análise qualitativa dos desvios e dos aspectos relevantes e críticos de seu andamento, expressamente aprovados pelo Núcleo Especial de Gestão dos Projetos (NEGEP) apoiado pelo Banco de Fomento;
    - ✓ Informe e avaliação do cumprimento das medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, praticados pelas empresas contratadas (por cada contrato gerenciado);
    - ✓ Verificação da situação de regularidade dos contratos e obras e suas obrigações junto aos órgãos de meio ambiente;
    - ✓ Verificação do atendimento ao disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
    - ✓ Verificação do cumprimento de divulgação em todo e qualquer material informativo relacionado a projetos financiados, a utilização de recursos

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 65 / 76

originários do governo federal, inclusive da colocação de placas no local da realização das obras, conforme o modelo fornecido pelo Banco de Fomento, (vi) – relatório fotográfico das obras, outras informações pertinentes ao desenvolvimento das obras e serviços.

b. Elaboração do **Relatório de Desempenho Final (RED Final)**, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, de comprovação da aplicação dos recursos liberados;

c. Elaboração **Relatório de Identificação de Intervenções/Solicitação de Autorização (II/SA)**, cujo documento teve por objetivo indicar os usos dos recursos e descrever o projeto e as intervenções específicas contempladas, apoiadas pelo financiamento contratado, descrevendo (quando necessário) a situação fundiária e ambiental do empreendimento, assim como do cumprimento de eventuais condicionantes à utilização dos recursos, com o objetivo de verificar a sua adequação às normas da operação de crédito contratado, bem como as políticas operacionais vigentes do banco. Este documento foi enviado ao BNDES, para os casos de requisição de liberação de recursos do Contrato de Financiamento para um projeto, conforme consta do referido contrato de financiamento. Onde obrigatoriamente, ser apresentado as seguintes informações:

- ✓ Nome do cliente;
- ✓ Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito;
- ✓ Situação das Garantias: comentários sobre a situação das garantias previstas no contrato com o BNDES. E nos casos de novas operações de crédito vinculadas às mesmas garantias, a apresentação de novo cronograma, observando as orientações contidas no Manual de Instrução para Pleitos, adotado pelo Banco.
- ✓ Objetivo do Componente
- ✓ Descrição das Intervenções Específicas, contendo as informações:
    i. Descrição, localização e finalidade;
    ii. Valor do investimento;

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 66 / 76

iii. Comprovação de que os investimentos estão no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária;
iv. Metas e indicadores adotados;
v. Cronograma físico e financeiro;
vi. Outros aspectos relevantes.

- ✓ Quadro de Usos e Fontes.
- ✓ Aspectos Sociais e Regionais do Componente.
- ✓ Aspectos Ambientais e Cumprimento da Legislação de Meio Ambiente.
- ✓ Detalhamento de Obrigações Especiais:
- ✓ Comprovação de regularidade fundiária das áreas específicas das intervenções onde serão realizadas obras civis;
- ✓ No caso de obras de infraestrutura rodoviária: mapas com identificação dos trechos, indicando coordenadas geográficas, etc, informação sobre a destinação dos recursos federais e/ou outras operações de crédito nos últimos cinco anos, apresentação do plano de custeio, etc;
- ✓ Comprovação da regularidade da intervenção;
- ✓ Informações sobre os processos licitatórios e dos contratos de execução dos projetos;
- ✓ Quando se tratar de obras civis: declaração do responsável técnico e declaração do Beneficiário sobre o projeto incluso em Plano Diretor etc;
- ✓ Comprovação de máquinas e equipamentos quando for o caso;
- ✓ Condições de utilização do crédito, mediante comprovação do cumprimento das condições constantes no contrato de financiamento.

d. Em apoio ao Gerenciamento do Programa de Financiamento, destacam se o desenvolvimento das seguintes atividades complementares:

vii. Apresentar ao NEGEP, para encaminhamento ao Banco de Fomento, as Licenças de Operação dos projetos financiados, oficialmente publicadas, expedidas pelo órgão ambiental;

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 67 / 76

viii. Fornecer diretamente ao Banco de Fomento, sempre que solicitada por escrito, informações a respeito da execução do projeto objeto do aludido contrato de financiamento;

ix. Apurar para informação periódica ao Banco de Fomento, por meio dos relatórios de desempenho, os rendimentos decorrentes de eventual aplicação financeira do saldo de recursos disponíveis nas contas firmadas para o contrato;

i. Apoiar o DER-ES nas ações preparatórias e de inclusão de novos projetos no Programa de Financiamento, quando necessário, incluindo todos os procedimentos pertinentes;

ii. Considerando o fato de que o DER-ES executa a supervisão e fiscalização de obras mediante contratos de apoio técnico nas Superintendências Regionais e eventualmente em obras específicas, caberá também a contratada uma perfeita interação com aquelas empresas, no sentido de se estabelecer uma transferência adequada das informações que irão dar suporte aos relatórios gerenciais;

iii. Realização de outras atividades correlatas e relacionadas com o cumprimento do objeto do contrato a ser firmado.

e. Elaboração do **Relatório de Andamento**, que consiste na emissão de Relatório gerencial, com periodicidade mensal, contendo a compilação das atividades desenvolvidas no período pela equipe, contendo as seguintes informações ao DER-ES:

Cabe destacar que o material utilizado para a produção das informações foi obtida por meio dos diversos contratos existentes para supervisão e fiscalização das obras, vinculados as respectivas Superintendências Regionais de Operação do DER-ES e para os casos de projetos a estrutura da Diretoria de Planejamento e Logística (DP). Para tanto, foi necessário a implantação de um Escritório de Gerenciamento de Projetos (PMO), com a seguinte finalidade:

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 68 / 76

i. Elaboração de Modelos e Padrões de Gestão;
ii. Elaboração dos Relatórios de Desempenhos dos contratos de investimento com a Implementação e operação de um plano de monitoramento e avaliação do Programa.
iii. Elaboração do Relatório de Identificação de Intervenções/Solicitação de Autorização (II/SA);
iv. Apoio técnico na área de engenharia consultiva rodoviária para monitoramento do programa de financiamento PROPAE/BNDES;
v. Serviços de apoio técnico para o Planejamento e Gerenciamento do programa de financiamento;
vi. Apoiar ao DER-ES na implantação de um Sistema de Gestão Integrada, adotadas pelo Project Management Institute – PMI, e em conformidade com as práticas e processos de Gerenciamento de Projetos compatíveis com o Guia Project Management Body of Knowledge – PMBOK, com utilização de ferramentas de gestão, contendo as áreas de conhecimento de Gerenciamento de Integração de projetos; Gerenciamento do Escopo; Gerenciamento do Cronograma; Gerenciamento de Custos; Gerenciamento da Qualidade; Gerenciamento de Recursos; Gerenciamento de Comunicações; Gerenciamento de Riscos; Gerenciamento de Aquisições; Gestão de Partes Interessadas.

Execução de Obras

O Programa PROPAE contempla a execução de obras de Engenharia de 602,77 Km e R$977.495.211,25. Seguem abaixo os trechos:

Contrato [Obras]	Objeto	Tipo	Extensão km	Valor Contrato (PI + Aditivos) [R$]
01/2010	ES 261, trecho: Laranja da Terra - Joatuba - Itarana	Pavimentação	27,03	49.611.139,47
PRES III -	ES 080, trecho: Ponte sobre o Rio Pancas	Reabilitação	38,34	68.033.946,25

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 69 / 76

Contrato [Obras]	Objeto	Tipo	Extensão km	Valor Contrato (PI + Aditivos) [R$]
02/2010	- Entr. ES 137 (São Domingos)			
PRES III - 04/2010	ES 320, trecho: Ecoporanga - Entr. ES 080 (Três vendas) e Contorno de Vila Paulista	Implantação / Pavimentação	50,40	57.462.086,94
17/2010	ES 289, trecho: Atílio Vivacqua - São Gabriel (Camará)	Pavimentação	12,69	18.571.060,84
30/2010	ES 448, trecho: São Roque do Canaã - Agrovila - Itaçu	Implantação / Pavimentação	11,50	14.187.923,86
36/2010	ES 177, Muqui - Entr. BR 482 (Parada Cristal/Jeronimo Monteiro)	Pavimentação	18,95	35.399.866,29
049/2010	Pontes em Ibatiba	OAE	0,05	3.268.029,85
02/2011	ES 164, trecho: Entr. BR 262 - Castelinho	Reabilitação	20,26	39.338.965,71
06/2011	ES 355, trecho: Santa Maria de Jetibá - Santa Leopoldina	Reabilitação	32,47	48.059.432,12
PRES III - 01/2012	ES 313, trecho: Pinheiros - Entr. BR 101 (Sayonara)	Reabilitação	39,06	38.170.697,59
PRES III - 02/2012	ES 080, trecho: Ponte sobre o Rio Pancas - Entr. BR 259 (Colatina)	Implantação / Pavimentação	15,02	53.445.353,89
002/2012	Pontes Florentino Avidos	OAE	0,66	24.884.952,28
009/2012	Alegre (km 31,5) Voçorocas - ES-482	Contenção	0,62	677.413,86
12/2012	ES 475, Aracuí - Entr. ES 475 (segmento B p/ São José das Fruteiras)	Implantação / Pavimentação	5,00	7.548.968,12
17/2012	ES 261, Entr. BR 101 (Fundão) - Santa Tereza	Reabilitação	25,75	7.742.498,50
21/2012	ES 146, Santa Maria de Araguaia - BR 262 (Posto do Café)	Reabilitação	10,72	3.439.385,08
27/2012	ES 010, trecho: São Mateus - Guriri	Reabilitação	8,50	24.685.507,47
29/2012	ES 344, trecho: Entr. ES 358 (Vila Valério) Entr. ES 137 (São Gabriel da Palha)	Implantação	26,30	35.705.584,23
30/2012	ES-355, trecho: Santa Maria de Jetibá - Caldeirão (Vila Hammer)	Adequação	0,63	1.093.085,11

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 70 / 76

Contrato [Obras]	Objeto	Tipo	Extensão km	Valor Contrato (PI + Aditivos) [R$]
01/2013	ES 164 e ES 341trecho: Alto Rio Novo - Pancas	Reabilitação	34,00	52.368.167,33
03/2013	ES 446, trecho: Colatina (Bairro Luiz Iglesias) - Itaimbé	Pavimentação	29,18	49.020.410,33
04/2013	ES-376, trecho: Entr. ES-465 (Domingos Martins) - Entr. BR-262 (Marechal Floriano)	Implantação	1,80	2.565.434,61
06/2013	ES 124, trecho: Entr. ES 456 a Santa Rosa - Aracruz	Pavimentação	15,78	19.149.118,09
08/2013	ES 120, trecho: Entr. ES 080 - Aruaba - BR 101 (Contorno de Vitória)	Implantação / Pavimentação	9,69	29.398.978,24
11/2013	ES 209, Montanha - Cristal	Implantação	33,23	33.837.742,02
13/2013	ES 486, trecho: Gironda - Alto Gironda - Itaóca	Implantação / Pavimentação	8,20	16.208.386,23
33/2013	ES 010, Av. Minas Gerais - Nova Almeida	Implantação / Pavimentação	8,50	89.849.168,90
043/2013	ES-137, Nova Venécia - Patrimônio da Penha	Implantação	11,34	15.154.125,40
44/2013	Entr. ES 060 - ES 487 (Contorno de Itaipava / Itaóca) subtrecho: Entr. ES 487 - Córrego do Pinto	Implantação	7,61	18.095.427,44
06/2014	Acesso CEUMES / IFES - São Mateus	Implantação / Pavimentação	0,63	3.237.479,35
15/2014	ES 060, Travessia da Cidade de Piúma	Implantação / Pavimentação	3,45	7.572.495,81
019/2014	ES-209, Ponte sobre a Rio Itaúnas	OAE	0,05	4.396.410,85
19/2016	Avenida Alice Coutinho - 2ª etapa (Corredor Sudeste)	Implantação de Intervenções	3,07	32.945.729,65
02/2017	ES 010, Entr. ES 456 - Vila do Riacho	Restauração	25,15	8.590.697,93
23/2017	ES 248/ES 356, trecho: Entr. BR 259 (Colatina) - Marilândia	Recuperação Funcional	19,24	17.538.284,11
07/2018	ES 165, Sobreiro - Entr. ES 261 (p/Laranja	Implantação /	12,30	21.036.880,64

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 71 / 76

Contrato [Obras]	Objeto	Tipo	Extensão km	Valor Contrato (PI + Aditivos) [R$]
	da Terra)	Pavimentação		
06/2019	ES 164, Castelinho - Vargem Alta	Recuperação Funcional	23,03	12.633.848,49
15/2019	ES 493 e ES 185, Divino São Lourenço - Entr. ES 185 (Pratinha do Jorcelino) e Entr. ES 493 - Início do pavimento "Caminhos do Campo" para São Tiago	Pavimentação	12,54	11.478.518,19
Total Obras			**602,77**	**977.495.211,25**

Elaboração de Projetos

O Programa PROPAE contempla a elaboração de projetos de Engenharia de 530,14 Km e R$ 40.823.039,30. Seguem abaixo os trechos:

Contrato [Projetos]	Objeto	Tipo	Extensão km	Valor Contrato (PI + Aditivos) [R$]
Consultoria 02/2011	Túnel entre Vitória e Vila Velha	Estudos e Projetos de Engenharia	13,10	10.014.442,16
Consultoria 001/2012	ES 010, trecho: Vila do Riacho - Regência	Pavimentação	32,60	1.148.196,54
Consultoria 002/2012 Projeto	- Projeto de Reabilitação da Rod. ES 010, trecho Nova Almeida - Santa Cruz (final da Ponte de Piraqueaçu) = 18,40 Km - Projeto de Reabilitação Rod. ES-010, trecho final Ponte piraqueaçu-Ponte Barra do Sahy (2ª ponte) = 14,10 Km - Projeto de Reabilitação da Rodovia ES 010, trecho Ponte Barra do Sahy - Vila do Riacho = 17,70 Km	Reabilitação / OAE	51,00	1.457.241,86

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 72 / 76

Contrato [Projetos]	Objeto	Tipo	Extensão km	Valor Contrato (PI + Aditivos) [R$]
Consultoria 003/2012	ES 080, trecho: Tucum - Cariacica Sede	Reabilitação	9,60	701.088,93
Consultoria 004/2012	ES 388, trecho: Amarelos - Xuri - Barra do Jucu	Implantação	24,90	839.799,19
Consultoria 005/2012	ES 462, trecho: Brejetuba - Afonso Cláudio	Implantação	33,50	1.468.086,40
Consultoria 007/2012	ES 261, trecho: Contorno de Fundão e Interseção sobre a BR 101	Implantação	5,50	441.120,36
Consultoria 011/2012	ES 475, trecho: Castelo - São José das Fruteiras	Implantação OAE	25,70	610.631,00
Consultoria 012/2012	ES 164 / ES 375, trecho: Cortorno de Vargem Alta - Castelinho	Implantação / Reabilitação	30,63	1.487.184,77
Consultoria 013/2012	ES 181, trecho: Placa - Anutiba - Muniz Freire	Reabilitação	40,40	1.457.241,86
Consultoria 014/2012	Projeto - Contorno de Piúma, Itaipava, Itaóca e Acessos	Implantação	34,30	1.460.942,02
Consultoria 016/2012	ES 181, trecho: Arraial do Café - Alto Calçado	Implantação	29,80	1.245.161,77
Consultoria 017/2012	ES- 344 e Variantes, Vila Valério - Fátima	Implantação OAE	38,60	1.234.221,41
Consultoria 018/2012	ES 358/356, Vila Valério - Guaxé (Linhares) Subtrecho 1: Vila Valério - Comendador Rafael e Acessos Subtrecho 2: Comendador Rafael a Guaxé e Acesso a Sooretama	Implantação	55,90	1.612.533,04
Consultoria 019/2012	ES 356, trecho: Rio Bananal - Panorama	Pavimentação	5,80	264.938,96

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 73 / 76

Contrato [Projetos]	Objeto	Tipo	Extensão km	Valor Contrato (PI + Aditivos) [R$]
Consultoria 020/2012	Contorno de São Mateus	Implantação	39,01	3.413.028,75
Consultoria 021/2012	ES 436, trecho: Sapucaia - Graça Aranha - Novo Brasil	Implantação	19,00	600.624,28
CC 27/2012	Estudos e Projetos para Construção da 4ª Ponte	Estudos e Projetos de Engenharia	7,90	8654072,26
Consultoria 030/2012	Projeto - ES 080, trecho: Santa Teresa - São Roque do Canaã	Implantação	31,00	890.671,65
Consultoria 031/2012	ES 447, Viaduto Darly Santos até porto de Capuaba	Duplicação / Acessos	1,90	1.821.812,09
Total Projetos			**530,14**	**40.823.039,30**

Gestão de Empresas de Supervisão de Obras e Projetos / Consultorias

O Programa PROPAE contempla gestão de empresas de supervisão de campo de Engenharia de R$ 145.779.478,89. Seguem abaixo os contratos:

Contrato [Consultoria]	Objeto	Tipo	Extensão km	Valor Contrato (PI + Aditivos) [R$]
PRESIII 01/2010	Supervisão técnica PRES III / SR 2	Consultoria	-	8.019.580,44
PRESIII 02/2010	Supervisão técnica PRES III / SR 3	Consultoria	-	6.723.040,73
PRESIII 03/2010	Supervisão técnica PRES III - SR 1	Consultoria	-	6.040.760,65
08/2012	Consultoria e Apoio Técnico SR 4	Consultoria	-	19.569.451,68
23/2012	Consultoria e Apoio Técnico SR 3	Consultoria	-	19.065.593,87

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 74 / 76

Contrato [Consultoria]	Objeto	Tipo	Extensão km	Valor Contrato (PI + Aditivos) [R$]
Consultoria 024/2012	Apoio a Diretoria de Planejamento	Consultoria	-	25.537.569,32
26/2012	Serviços de consultoria e apoio técnico SR 1	Consultoria	-	15.643.125,20
28/2012	Consultoria e Apoio as obras do Programa Transcol	Consultoria	-	9.451.135,14
CC 001/2013	Supervisão Ponte sobre o Rio Doce	Consultoria	-	3.635.931,93
02/2013	Consultoria e Apoio Técnico SR 2	Consultoria	-	32.093.289,93
Total Consultoria			**0,66**	**145.779.478,89**

Vitória - ES, 18 de Janeiro de 2021.

Jeferson Garcia Lima

Diretor de Obras de Infraestrutura Logística - DIREN/DER-ES

CREA Nº 94881/D-MG

CPF Nº 301.492.858-50

Luiz Cesar Maretta Coura

Diretor Presidente – DIPRE/DER-ES

CREA Nº 005518/D-ES

CPF Nº 337.339.106-72

2021-HQG301 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 21/01/2021 01:18 PÁGINA 75 / 76

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

JEFERSON GARCIA LIMA
DIRETOR
DER - DIREN
assinado em 21/01/2021 12:25:49 -03:00

LUIZ CESAR MARETTA COURA
DIRETOR PRESIDENTE
DER - DIPRE
assinado em 21/01/2021 13:18:07 -03:00

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO
Documento capturado em 21/01/2021 13:18:07 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por CARLA DE JESUS ALVES (GERENTE - DER - GEMOB)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: https://e-docs.es.gov.br/d/2021-HQG301

ATESTADO TÉCNICO FINAL

O DIRETOR DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS E AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E DE RODOVIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - DER-ES, no uso de suas atribuições legais, **ATESTA**, para os devidos fins, que a empresa contratada e a equipe descrita. Executou, para o **Departamento de Edificações e Rodovias do Estado do Espírito Santo - DER-ES**, os serviços abaixo relacionados.

Processo n.º	: 63257491/2013
Contrato	: 001/2015
Data de OS	: 02/03/2015
Empresa	: **Consórcio Prosul APPE**
Objeto	: Gerenciamento e Apoio Técnico para o Plano de Investimentos do DER-ES em Obras Rodoviárias com Aplicação de Recursos do Contrato de Financiamento, do Programa Especial de Apoio aos Estados (PROPAE) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em conformidade com os termos do Contrato de Financiamento firmado entre o Estado do Espírito Santo e o BNDES.
Valor contratual a PI	:R$ 13.456.387,78 (Treze milhões, Quatrocentos e Cinquenta e Seis mil e Trezentos e Oitenta e Sete reais e Setenta e oito centavos)
Prazo Contratual	68 meses
Período Executado	: 02/03/2015 a 27/11/2020
Medição	: 1ª a 68

1. ESCOPO DOS SERVIÇOS REALIZADOS

1.1 Atividades de Apoio ao DER-ES

As atividades relacionadas ao apoio referem-se ao trabalho desenvolvido para atendimento à demanda geral existente que pesa sobre cada uma das Diretorias, que se constituem nos diversos gargalos ao desenvolvimento de suas finalidades, tais como: desapropriações, interferências das obras com redes de serviços públicos e privados (postes, polidutos, etc),

2021-6J1R5R - E-DOCS - CÓPIA AUTENTICADA ADMINISTRATIVAMENTE 19/04/2021 15:33 PÁGINA 1 / 11

ajustes de projeto, dotações e recursos financeiros, relacionamento com órgãos públicos, dentre outros.

Foi constituído um pequeno núcleo que atuou com fornecimento de ferramentas de planejamento (Procedimento PMI, dentre outros), especialmente nas atividades mínimas relacionadas a seguir:

a) Reunião das informações de gestão e controle para cada obra até sua conclusão;
b) Levantamento dos riscos de não cumprimento dos prazos;
c) Identificação dos projetos em andamento e em conclusão em vias de licitação de obras;
d) Identificação dos diversos setores, órgãos e pessoas envolvidos;
e) Fazer a separação dos problemas de solução no DER-ES e fora dele;
f) Elaborar planos de ação conjunta e pactuada;
g) Apoiar no incremento de processos estruturais para melhoria de desempenho;
h) Gerar Relatórios Gerenciais periódicos para a Direção Geral do DER-ES com informações do desempenho e das medidas adotadas para sua melhoria, incluindo dados comparativos que mostrem a eficiência do trabalho.

1.2 Atividades de Gerenciamento para o PROPAE/BNDES no DER-ES

Essas atividades referem-se ao trabalho desenvolvido pela contratada no que concerne a execução de obras e serviços integrantes do PROPAE/BNDES a cargo do DER-ES em suas diversas etapas, em conformidade com os termos do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito Nº 12.2.1155.1, firmado entre o Estado do Espírito Santo e o banco.

A base do material a ser utilizado na produção das informações foi obtida nos diversos contratos existentes para supervisão e fiscalização das obras e nos projetos.

Foram desenvolvidas pela contratada e sua equipe as seguintes atividades:

a. Elaboração do Relatório de Desempenho (RED), de caráter gerencial e de periodicidade trimestral;
b. Apresentar ao NEGEP, para encaminhamento ao BNDES, as Licenças de Operação dos projetos financiados, oficialmente publicadas, expedidas pelo órgão ambiental;
c. Fornecer diretamente ao BNDES, sempre que solicitada por escrito, informações a respeito da execução do projeto objeto do aludido contrato de financiamento;
d. Realizar o preenchimento do documento de Identificação de Intervenções/Solicitação de Autorização (II/SA) a ser enviado ao BNDES em versão impressa e por e-mail, sempre que houver a requisição de liberação de recursos do Contrato de Financiamento para um projeto, conforme consta do referido contrato de financiamento;
e. Apurar para informação periódica ao BNDES, por meio dos relatórios de desempenho, os rendimentos decorrentes de eventual aplicação financeira do saldo de recursos disponíveis nas contas firmadas para o contrato;
f. Apoiar o DER-ES nas ações preparatórias e de inclusão de novos projetos no Programa PROPAE, quando necessário, incluindo todos os procedimentos pertinentes;
g. Considerando o fato de que o DER-ES executa a supervisão e fiscalização de obras mediante contratos de apoio técnico nas Superintendências Regionais e eventualmente em obras específicas, caberá também a contratada uma perfeita interação com

2021-6J1R5R - E-DOCS - CÓPIA AUTENTICADA ADMINISTRATIVAMENTE 19/04/2021 15:33 PÁGINA 2 / 11

aquelas empresas, no sentido de se estabelecer uma transferência adequada das informações que irão dar suporte aos relatórios gerenciais;

h. Realização de outras atividades correlatas e relacionadas com o cumprimento do objeto do contrato a ser firmado.

2. RELATÓRIOS APRESENTADOS

2.1. Relatório Mensal de Andamento (RA), contendo:

a. Índice do conteúdo, com indicação da página do início de cada assunto;
b. Informações sobre a identificação da empresa, histórico do contrato, mencionando número do contrato, número do edital, objeto, datas, prazos, medições realizadas, saldos contratuais (de valor e de prazo);
c. Endereço, e-mail, telefone e nome do representante da empresa;
d. Descrição detalhada das atividades realizadas no período e o seu andamento, mencionando os serviços realizados, suas fases e os correspondentes períodos de sua execução, tendo por base o Cronograma do Contrato;
e. Relação do pessoal envolvido na execução dos serviços;
f. A quantificação, e o orçamento dos serviços realizados no período, de acordo com o orçamento do contrato e do respectivo Cronograma.
g. Cronograma de avanço físico dos serviços com o indicativo do percentual de andamento de cada serviço, comparando os seus prazos de execução com os do contrato;
h. Justificativa para o não cumprimento, se for o caso, dos prazos para a realização de cada serviço, conforme o cronograma do contrato;
i. Programação para o próximo período;
j. Correspondências expedidas e recebidas (ordens de início e paralisações, avisos, atas de reuniões, expedientes sobre alterações na Equipe Técnica, análises e recomendações sobre o Projeto, etc)..

2.2. Relatório de Desempenho (RED), contendo:

(i) – progresso físico-financeiro dos projetos financiados, conforme modelo fornecido pelo BNDES, com análise qualitativa dos desvios e dos aspectos relevantes e críticos de seu andamento, expressamente aprovados pelo Núcleo Especial de Gestão dos Projetos (NEGEP) apoiado pelo BNDES, (ii) – informe e avaliação do cumprimento das medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, praticados pelas empresas contratadas (por cada contrato gerenciado), (iii) – verificação da situação de regularidade dos contratos e obras e suas obrigações junto aos órgãos de meio ambiente, (iv) – verificação do atendimento ao disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência, (v) – verificação do cumprimento de divulgação em todo e qualquer material informativo relacionado a projetos financiados, a utilização de recursos originários do governo federal, inclusive da colocação de placas no local da realização das obras, conforme o modelo fornecido pelo BNDES, (vi) – relatório fotográfico das obras, (vii) – outras informações pertinentes ao desenvolvimento das obras e serviços;

2021-6J1R5R - E-DOCS - CÓPIA AUTENTICADA ADMINISTRATIVAMENTE 19/04/2021 15:33 PÁGINA 3 / 11

2.3. Identificação de Intervenções/Solicitação de Autorização (II/SA), contendo:

Este documento teve por objetivo indicar os usos e descrever o projeto, e as intervenções específicas nele contempladas, a serem apoiadas pelo financiamento contratado, com uma descrição (quando for o caso) da sua situação fundiária e ambiental, assim como do cumprimento de eventuais condicionantes à utilização dos recursos, com o objetivo de verificar a sua adequação às normas da operação de crédito contratada, bem como as políticas operacionais vigentes do banco.

As instruções de preenchimento fazem parte do contrato de financiamento e constava os seguintes itens:

- Nome do cliente;
- Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito;
- Situação das Garantias: comentários sobre a situação das garantias previstas no contrato com o BNDES. Nos casos de novas operações de crédito vinculadas às mesmas garantias, deve ser providenciado novo cronograma de acordo com o Manual de Instrução para Pleitos;
- Objetivo do Componente
- Intervenção Específica: para cada intervenção devem ser abordados no mínimo os seguintes aspectos:
  - **(i)** Descrição, localização e finalidade;
  - **(ii)** Valor do investimento;
  - **(iii)** Comprovação de que os investimentos estão no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária;
  - **(iv)** Metas e indicadores adotados;
  - **(v)** Cronograma físico e financeiro;
  - **(vi)** Outros aspectos relevantes.
- Quadro de Usos e Fontes.
- Aspectos Sociais e Regionais do Componente.
- Aspectos Ambientais e Cumprimento da Legislação de Meio Ambiente.
- Outras Obrigações Especiais:
  - **(i)** Comprovação de regularidade fundiária das áreas específicas das intervenções onde serão realizadas obras civis;
  - **(ii)** No caso de obras de infraestrutura rodoviária: mapas com identificação dos trechos, indicando coordenadas geográficas, etc, informação sobre a destinação dos recursos federais e/ou outras operações de crédito nos últimos cinco anos, apresentação do plano de custeio, etc;
  - **(iii)** Comprovação da regularidade da intervenção;
  - **(iv)** Informações sobre os processos licitatórios e dos contratos de execução dos projetos;
  - **(v)** Quando se tratar de obras civis: declaração do responsável técnico e declaração do Beneficiário sobre o projeto incluso em Plano Diretor etc;
  - **(vi)** Comprovação de máquinas e equipamentos quando for o caso;
  - **(vii)** Condições de utilização do crédito, mediante comprovação do cumprimento das condições constantes no contrato de financiamento.

2021-6J1R5R - E-DOCS - CÓPIA AUTENTICADA ADMINISTRATIVAMENTE 19/04/2021 15:33 PÁGINA 4 / 11

3. Equipe Técnica

Nome	Nome do cargo	Período de Início	Período de Término
LUIZ HENRIQUE FIGUEIREDO	COORDENADOR DO CONTRATO	02/03/2015	31/04/2015
GUIDO PAULO SIMM	COORDENADOR DO CONTRATO	01/05/2015	31/10/2019
LUIZ HENRIQUE FIGUEIREDO	COORDENADOR DO CONTRATO	01/11/2019	31/08/2020
CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO	ENGENHEIRO SÊNIOR	02/03/2015	27/11/2020
PEDRO JOEL HORSTMANN FILHO	ENGENHEIRO SÊNIOR/CO-RESPONSÁVEL DA COORDENAÇÃO CONTRATO	01/05/2015	27/11/2020
FELIPE FURLAN VIEIRA DE BARROS	ENGENHEIRO DE PLANEJAMENTO/CO-RESPONSÁVEL DA COORDENAÇÃO DO CONTRATO	01/04/2015	27/11/2020
GERSON LUIZ BERNARDINO DA SILVA	ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE	01/04/2015	27/11/2020
MONICA NOGUEIRA DE MORAES	ENGENHEIRO DE PLANEJAMENTO	01/04/2015	01/06/2017
LETICIA GARCIA CREVELIN CRISTELLO	ENGENHEIRO DE PLANEJAMENTO	20/11/2017	27/11/2020
EDUARDO BALDESSIN BARBOSA	ENGENHEIRO DE PLANEJAMENTO	23/04/2015	24/10/2015
GLICIA OLIVEIRA BALESTRASSI	ENGENHEIRO DE PLANEJAMENTO	14/09/2015	01/09/2017
SATHYA ANANDA BRAGUINIA ALMEIDA CARNIELLI	ENGENHEIRO DE PLANEJAMENTO	01/12/2016	01/12/2018
QUELI CRISTINA BERNARDO XAVIER	ENGENHEIRO DE PLANEJAMENTO	01/03/2017	01/07/2017
CARLOS ADONAI BIZARRO	ENGENHEIRO DE PLANEJAMENTO	10/07/2017	04/03/2020
MIGUEL CASEIRA E CALIL SALIM	ENGENHEIRO DE PLANEJAMENTO	03/05/2019	01/07/2020
FABIANO LUCINDO LIMA DA ROCHA	ENGENHEIRO DE PLANEJAMENTO	02/12/2019	01/07/2020

2021-6J1R5R - E-DOCS - CÓPIA AUTENTICADA ADMINISTRATIVAMENTE 19/04/2021 15:33 PÁGINA 5 / 11

Estão descritos abaixo os contratos que foram inclusos no programa de financiamento com o BNDES:

Obras:

O Programa PROPAE contemplou a execução de Obras de engenharia de 863,29 Km e R$ 1.595.175.649,56:

OBRAS

Contrato	Objeto	Tipo	Extensão km	Valor do Contrato PI (Valor Inicial + Aditivo)
13/2017	ES 487 - Ponte sobre o Rio Itapemirim	OAE	0,02	R$ 1.572.210,96
028/2014	ES 124, trecho: Aracruz - Santa Rosa Ponte s/ Rio Grapuama	OAE	0,03	R$ 1.092.010,18
019/2014	ES 209, Ponte sobre o Rio Itaúnas	OAE	0,05	R$ 4.396.410,85
049/2010	Pontes em Ibatiba	OAE	0,05	R$ 3.268.029,85
030/2013	Ponte sobre Rio Marinho	OAE	0,12	R$ 23.666.145,57
017/2014	ES 320, Ponte sobre o Rio Cotaxé trecho: Ecoporanga - Cotaxé	OAE	0,16	R$ 8.229.437,64
015/2013C	Viaduto Santa Catarina (Acesso e Intervenções)	OAE	0,54	R$ 60.633.324,58
009/2012	Alegre (Km 31,5) Voçorocas - ES 482	Contenção	0,62	R$ 677.413,86
30/2012	ES 355, trecho: Santa Maria de Jetibá -Caldeirão (Vila Hammer)	Implantação	0,63	R$ 1.093.085,11
06/2014	Acesso a CEUMES/IFES - São Mateus	Implantação/ Pavimentação	0,63	R$ 3.237.479,35
016/2013	Transposição da Adutora da Cesan	OAE	0,63	R$ 12.377.667,16
002/2012	Ponte Florentino Avídos	OAE	0,66	R$ 24.884.952,28
23/2018	ES 010, trecho: São Mateus - Guriri	Reabilitação	1,00	R$ 4.492.607,52
04/2013	ES 376, trecho: Entr. ES 465 (Domingos Martins) - Entr. BR 262 (Marechal Floriano)	Implantação	1,80	R$ 2.565.434,61
19/2016	Avenida Alice Coutinho - 2ª etapa (Corredor Sudeste)	Implantação de Intervenções	3,07	R$ 32.945.729,65
15/2014	ES 060, Travessia da Cidade de Piúma	Implantação/ Pavimentação	3,45	R$ 7.572.495,81
03/2017	ES 484, Itarana - Rizzi	Implantação	4,08	R$ 8.169.795,04
15/2016	Corredor José Sette - Intervenções complementares	Implantação	4,85	R$ 26.542.295,23
57/2013	Contorno de Apiacá, (Bom Jesus do Norte - Entr. BR 101)	Implantação	4,88	R$ 25.422.888,28
12/2012	ES 475, Aracuí - Entr. ES 475 (segmento B p/ São José das Fruteiras)	Implantação/ Pavimentação	5,00	R$ 7.548.968,12
079/2014	ES 388, Entr. ES 060 (Barra do Jucú) - Morada da Barra	Pavimentação	5,23	R$ 21.257.949,22
44/2013	Entr. ES 060 - ES 487 (Contorno de Itaipava / Itaóca) subtrecho: Entr. ES 487 - Córrego do Pinto	Implantação	7,61	R$ 18.095.427,44
13/2013	ES 486, trecho: Gironda - Alto Gironda - Itaóca	Implantação/ Pavimentação	8,20	R$ 16.208.386,23
33/2013	ES 010, Av. Minas Gerais - Nova Almeida	Implantação/ Pavimentação/ Duplicação	8,50	R$ 89.849.168,90
27/2012	ES 010, trecho: São Mateus - Guriri	Reabilitação	8,50	R$ 24.685.507,47
014/2017	Adequação Operacional e Ambiental da Leste - Oeste e Terraplenagem do Hospital Geral de Cariacica	Serviços Operacionais e Ambientais	9,40	R$ 15.019.422,37
08/2013	ES 120, trecho: Entr. ES 080 - Aruaba - BR 101 (Contorno de Vitória)	Implantação/ Pavimentação	9,69	R$ 29.398.978,24
21/2012	ES 146, Santa Maria de Araguaia - BR 262 (Posto do Café)	Reabilitação	10,72	R$ 3.439.385,08

2021-6J1R5R - E-DOCS - CÓPIA AUTENTICADA ADMINISTRATIVAMENTE 19/04/2021 15:33 PÁGINA 6 / 11

043/2013	ES 137, Nova Venécia - Patrimônio da Penha	Implantação	11,34	R$ 15.154.125,40
30/2010	ES 448, trecho: São Roque do Canaã - Agrovila - Itaçu	Implantação/ Pavimentação	11,50	R$ 14.187.923,86
07/2018	ES 165, Sobreiro - Entr. ES 261 (p/Laranja da Terra)	Implantação/ Pavimentação	12,30	R$ 21.036.880,64
15/2019	ES 493 e ES 185, Divino São Lourenço - Entr. ES 185 (Pratinha do Jorcelino) e Entr. ES 493 - Início do pavimento "Caminhos do Campo" para São Tiago	Pavimentação	12,54	R$ 11.478.518,19
17/2010	ES 289, trecho: Atílio Vivacqua - São Gabriel (Camará)	Pavimentação	12,69	R$ 18.571.060,84
PRES III-02/2012	ES 080, trecho: Ponte sobre o Rio Pancas - Entr. BR 259 (Colatina)	Implantação/ Pavimentação	15,02	R$ 53.445.353,89
06/2013	ES 124, trecho: Entr. ES 456 a Santa Rosa - Aracruz	Pavimentação	15,78	R$ 19.149.118,09
07/2019	ES-060 (Barra do Jucu) – Xuri – entroncamento BR 101 (Amarelos)	Implantação	17,41	R$ 38.645.855,05
045/2013	ES 357, Boapaba - Baunilha	Reabilitação	17,50	R$ 39.550.476,53
15/2018	ES 436, Sapucaia - Graça Aranha - Novo Brasil	Implantação/ Pavimentação	17,82	R$ 34.869.999,36
36/2010	ES 177, Muqui - Entr. BR 482 (Parada Cristal/Jeronimo Monteiro)	Pavimentação	18,95	R$ 35.399.866,29
23/2017	ES 248/ES 356, trecho: Entr. BR 259 (Colatina) - Marilândia	Recuperação Funcional	19,24	R$ 17.538.284,11
02/2011	ES 164, trecho: Entr. BR 262 - Castelinho	Reabilitação	20,26	R$ 39.338.965,71
21/2018	ES 010, Itaúnas - Entr. ES 421 (Bairro Santana)	Implantação/Pavimentação	20,76	R$ 41.777.338,37
06/2019	ES 164, Castelinho - Vargem Alta	Recuperação Funcional	23,03	R$ 12.633.848,49
02/2017	ES 010, Entr. ES 456 - Vila do Riacho	Restauração	25,15	R$ 8.590.697,93
10/2019	ES 315, Patrimônio do Diló - São Mateus	Implantação/ Pavimentação	25,53	R$ 29.181.512,28
05/2013	Viaduto Governador Gerson Camara (2ª Ponte)	Implantação/ Pavimentação	25,74	R$ 33.907.620,02
17/2012	ES 261, Entr. BR 101 (Fundão) - Santa Tereza	Reabilitação	25,75	R$ 7.742.498,50
29/2012	ES 344, trecho: Entr. ES 358 (Vila Valério) Entr. ES 137 (São Gabriel da Palha)	Implantação	26,30	R$ 35.705.584,23
01/2010	ES 261, trecho: Laranja da Terra - Joatuba - Itarana	Pavimentação	27,03	R$ 49.611.139,47
02/2014	ES 320, Cotaxé - Ponto Belo	Implantação/ Pavimentação	28,17	R$ 60.094.277,02
03/2013	ES 446, trecho: Colatina (Bairro Luiz Iglesias) - Itaimbé	Pavimentação	29,18	R$ 49.020.410,33
31/2012	ES 320, trecho: Ecoporanga - Cotaxé	Implantação/ Pavimentação	31,00	R$ 69.252.294,02
06/2011	ES 355, trecho: Santa Maria de Jetibá - Santa Leopoldina	Reabilitação	32,47	R$ 48.059.432,12
11/2013	ES 209, Montanha - Cristal	Implantação	33,23	R$ 33.837.742,02
01/2013	ES 164 e ES 341 trecho: Alto Rio Novo - Pancas	Reabilitação	34,00	R$ 52.368.167,33
PRES III-02/2010	ES 080, trecho: Ponte sobre o Rio Pancas - Entr. ES 137 (São Domingos)	Reabilitação	38,34	R$ 68.033.946,25
PRES III-01/2012	ES 313, trecho:Pinheiros - Entr. BR 101 (Sayonara)	Reabilitação	39,06	R$ 38.170.697,59
42/2018	ES 297, Bom Jesus do Norte - Entr. BR 101	Recuperação Funcional	45,70	R$ 63.017.322,09
PRES III-04/2010	ES 320, trecho: Ecoporanga - Entr. ES 080 (Três vendas) e Contorno de Vila Paulista	Implantação/ Pavimentação	50,40	R$ 57.462.086,94
	TOTAL OBRAS		**863,29**	**R$ 1.595.175.649,56**

2021-6J1R5R - E-DOCS - CÓPIA AUTENTICADA ADMINISTRATIVAMENTE 19/04/2021 15:33 PÁGINA 7 / 11

Projetos

O Programa PROPAE contemplou a elaboração de projetos de engenharia de 554,304 Km e R$ 42.353.956,22:

PROJETOS

Contrato	Objeto	Tipo	Extensão km	Valor do Contrato R$ (Valor Inicial + Aditivo)
CONSULTORIA 031/2012	ES 447, Viaduto Darly Santos até porto de Capuaba	Duplicação/ Acessos	1,90	R$ 1.821.827,67
CONSULTORIA 007/2012	ES 261, trecho: Contorno de Fundão e Interseção sobre a BR 101	Implantação	5,50	R$ 441.120,36
CONSULTORIA 019/2012	ES 356, trecho: Rio Bananal - Panorama	Pavimentação	5,80	R$ 264.938,96
CC27/2012	Estudos e Projetos para Construção da 4ª Ponte	Estudos e Projetos de Engenharia	7,90	R$ 8.654.072,26
CONSULTORIA 003/2012	ES 080, trecho:Tucum - Cariacica Sede	Reabilitação	9,60	R$ 701.088,93
CONSULT. 02/2011	Túnel entre Vitória e Vila Velha	Estudos e Projetos de Engenharia	13,10	R$ 10.014.442,16
CONSULTORIA 021/2012	ES 436, trecho: Sapucaia - Graça Aranha - Novo Brasil	Implantação	19,00	R$ 600.624,28
013/2014	ES 379, Entr. BR 262 (Irupi) - Entr. ES 185 (Iúna)	Reabilitação	23,90	R$ 1.264.173,45
CONSULTORIA 004/2012	ES 388, trecho: Amarelos - Xuri - Barra do Jucu	Implantação	24,90	R$ 839.799,19
CONSULTORIA 011/2012	ES 475, trecho: Castelo - São José das Fruteiras	Implantação/ Terraplenagem /OAE	25,70	R$ 610.572,07
CONSULTORIA 016/2012	ES 181, trecho: Arraial do Café - Alto Calçado	Implantação	29,80	R$ 1.245.630,00
CONSULTORIA 012/2012	ES 164 / ES 375, trecho: Cortorno de Vargem Alta - Castelinho	Implantação/ Reabilitação	30,63	R$ 1.487.184,77
CONSULTORIA 030/2012	Projeto - ES 080, trecho: Santa Teresa - São Roque do Canaã	Implantação	31,00	R$ 890.671,65
CONSULTORIA 001/2012	ES 010, trecho: Vila do Riacho - Regência	Pavimentação	32,60	R$ 1.148.196,54
CONSULTORIA 005/2012	ES 462, trecho: Brejetuba - Afonso Cláudio	Implantação	33,50	R$ 1.468.086,40
CONSULTORIA 014/2012	Projeto - Contorno de Piúma, Itaipava, Itaóca e Acessos	Implantação	34,30	R$ 1.460.942,02
CONSULTORIA 017/2012	ES- 344 e Variantes, Vila Valério - Fátima	Implantação OAE	38,60	R$ 1.234.221,41
CONSULTORIA 020/2012	Contorno de São Mateus	Implantação	39,01	R$ 3.413.028,75
CONSULTORIA 013/2012	ES 181, trecho: Placa - Anutiba - Muniz Freire	Reabilitação	40,40	R$ 1.457.241,86
CONSULTORIA 002/2012	Projeto de Reabilitação da Rod. ES 010, trecho Nova Almeida - Santa Cruz (final da Ponte de Piraqueaçu) = 18,40 Km Projeto de Reabilitação Rod. ES-010, trecho final Ponte piraqueaçu-Ponte Barra do Sahy (2ª ponte) = 14,10 Km Projeto de Reabilitação da Rodovia ES 010, trecho Ponte Barra do Sahy - Vila do Riacho = 17,70 Km	Reabilitação/ OAE	51,00	R$ 1.723.560,45
CONSULTORIA 018/2012	ES 358/356, Vila Valério - Guaxé (Linhares) subtrecho 1: Vila Valério - Comendador Rafael e Acessos Subtrecho 2: Comendador Rafael a Guaxé e Acesso a Sooretama	Implantação	55,90	R$ 1.612.533,04
	TOTAL PROJETOS		**554,04**	**R$ 42.353.956,22**

2021-6J1R5R - E-DOCS - CÓPIA AUTENTICADA ADMINISTRATIVAMENTE 19/04/2021 15:33 PÁGINA 8 / 11

Empresas de Consultoria de Supervisão de Campo

✓ O Programa PROPAE contemplou a gestão Empresas de Supervisão de Campo de Engenharia R$ 206.250.006,14:

		CONSULTORIA		
Contrato	Objeto	Tipo	Extensão km	Valor do Contrato PI (Valor Inicial + Aditivo)
CONSULTORIA 024/2012	Apoio a Diretoria de Planejamento	Consultoria	-	R$ 25.537.569,32
02/2013	Consultoría e Apoio Técnico SR 2	Consultoria	-	R$ 32.093.289,93
28/2012	Consultoria e Apoio as obras do Programa Transcol	Consultoria	-	R$ 9.451.135,14
23/2012	Consultoria e Apoio as obras da SR 3	Consultoria	-	R$ 19.065.593,87
08/2012	Consultoria e Apoio as obras da SR 4	Consultoria	-	R$ 19.569.451,68
26/2012	Serviços de consultoria e apoio técnico SR 1	Consultoria	-	R$ 15.643.125,20
PRES III - 03/2010	Supervisão técnica PRES III - SR 1	Consultoria	-	R$ 6.040.760,65
PRES III - 01/2010	Supervisão técnica PRES III / SR 2	Consultoria	-	R$ 8.019.580,44
PRES III - 02/2010	PRES III (SR 3)	Consultoria	-	R$ 6.723.040,73
001/2015	Consultoria e Apoio PROEDES/PROPAE (BNDES) (NAGEP)	Consultoria	-	R$ 13.456.387,78
CC 09/2017	Serviços de Consultoria e apoio à fiscalização técnica, ambiental das obras metropolitanas	Consultoria	-	R$ 12.081.177,86
CC 11/2017	Contratação de serviços especializados de engenharia para supervisão e apoio à fiscalização técnica a serem realizados na SR 3	Consultoria	-	R$ 17.947.979,03
20/2018	Contratação de serviços especializados de engenharia para supervisão e apoio à fiscalização técnica a serem realizados na SR 1	Consultoria	-	R$ 7.758.889,16
CC001/2013	Supervisão Ponte sobre o Rio Doce	Consultoria	0,66	R$ 3.635.931,93
003/2015	Consultoria do Contorno do Mestre Álvaro	Consultoria	19,70	R$ 9.226.093,42
	TOTAL CONSULTORIA		**20,36**	**R$ 206.250.006,14**
	TOTAL GERAL		**1437,69**	**R$ 1.843.779.611,92**

2021-6J1R5R - E-DOCS - CÓPIA AUTENTICADA ADMINISTRATIVAMENTE 19/04/2021 15:33 PÁGINA 9 / 11

I. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os serviços desenvolvidos estão abrangidos no Atestado, e foram executados dentro dos padrões técnicos de engenharia.

Eng. Neomar Pezzin
Diretor de Gerenciamento de Projetos e Ações – DIGEP/DER-ES
CREA N.º ES011818/D
CPF N.º 094.983.027-58

Eng. Luiz Cesar Maretta Coura
Diretor Presidente – DIPRE/DER-ES
CREA N.º ES 005518/D
CPF N.º 337.339.106-72

Vitória, ES, 19 de Abril de 2021.

2021-6J1R5R - E-DOCS - CÓPIA AUTENTICADA ADMINISTRATIVAMENTE 19/04/2021 15:33 PÁGINA 10 / 11

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO
Documento capturado em 19/04/2021 15:32:58 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por NEOMAR ANTÔNIO PEZZIN JUNIOR (DIRETOR - DER - DIGEP)
Valor Legal: CÓPIA AUTENTICADA ADMINISTRATIVAMENTE | Natureza: DOCUMENTO DIGITALIZADO
Conferência: CONFERIDO COM DOCUMENTO ORIGINAL EM SUPORTE PAPEL.

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: https://e-docs.es.gov.br/d/2021-6J1R5R

2021-6J1R5R - E-DOCS - CÓPIA AUTENTICADA ADMINISTRATIVAMENTE 19/04/2021 15:33 PÁGINA 11 / 11

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
EDITAL Nº 034/2026-GOINFRA
Contratação nº 115330, Processo nº 202500005021352

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para Assessoramento técnico no âmbito da Presidência, Diretoria de Gestão Integrada e Diretoria de Licitações e Contratações da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA.

CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRAGO

SIMEMP

PRODEC

SCB

FASE 2 – QUALITATIVA

RELAÇÃO DOS PRODUTOS A SEREM ENTREGUES – RP



RELAÇÃO DOS PRODUTOS A SEREM ENTREGUES

11. RELAÇÃO DOS PRODUTOS QUE SERÃO ENTREGUES

11.1. Descrever os produtos a serem materializados durante a execução do contrato e o valor agregado que será proporcionado, contemplando, ainda, periodicidade de entrega e forma de medição.

Estrutura geral dos produtos contratuais

O contrato de assessoramento técnico multidisciplinar à GOINFRA está estruturado em **cinco Produtos mensais**, cada qual correspondendo a uma unidade organizacional específica da Agência e a um conjunto de Ações e entregas vinculadas. Essa arquitetura de produtos — estabelecida no Estudo Técnico Preliminar do processo SEI nº 202500005021352 — adota o modelo de remuneração por resultado preconizado pelo Acórdão TCU nº 1.184/2020, pelo qual a mensuração do desempenho da contratada se dá pela qualidade e completude das entregas verificáveis, e não pela quantidade de horas alocadas.

	PRODUTO 01	PRODUTO 02	PRODUTO 03	PRODUTO 04	PRODUTO 05
	Assessoria Técnica à Presidência	Comunicação Setorial	Procuradoria Setorial	Diretoria de Gestão Integrada	Diretoria de Licitações e Contratos
Entregas	Monitoramento PEI 2024-2027; Análise orçamentária e PPA; Notas técnicas e posicionamento; Suporte às RAEs quadrimestrais; Gestão de riscos corporativos.	5 roteiros e 15 vídeos institucionais; Registro fotográfico de no mínimo 20 eventos internos e externos; Apoio com materiais gráficos para cobertura de no mínimo 10 eventos internos e externos; Gestão da identidade visual da GOINFRA; Relatórios de métricas digitais; Releases e notas à imprensa.	Instrução e organização documental; Controles de prazos processuais; Minutas de documentos não privativos; Relatório de gestão processual; Gestão de acervo físico e digital	A1 – gestão de contratos; A2 – ADI, desenvolvimento, PCP; A3 – TI, BI, LGPD, inovação; PDTI em até 90 dias; Plataforma WEB em até 60 dias.	ETPs e Termos de referência; Minutas de editais e contratos; Análise de medições contratuais; Controle de vigências e aditamentos; Suporte a diligências do TCE-GO.

Cada Produto é avaliado mensalmente pela Banca de Fiscalização, composta pelo Gestor do Contrato e pelos Fiscais Técnicos designados para cada unidade, por meio de critérios técnicos objetivos que resultam em uma nota de 0 a 10, com patamar mínimo de 7,0 para aprovação sem ressalvas. Os Produtos serão analisados e medidos, individual e mensalmente, por meio dos Relatórios de Assessoramento Técnico do Produto, conforme estrutura mínima anexa ao TR. A nota do produto é o instrumento de medição que fundamenta o ateste da nota fiscal correspondente e alimenta o sistema de indicadores de sucesso do contrato. A média ponderada das notas dos cinco produtos compõe o Índice de Desempenho Contratual — IDC mensal, utilizado na avaliação semestral pelo Gestor do Contrato e na Reunião de Revisão do Plano de Trabalho.

Os produtos não são independentes entre si: há fluxos de informação e de resultado que os conectam horizontalmente. A modernização tecnológica conduzida no Produto 04 (DGI) alimenta os dashboards de monitoramento do PEI utilizados no Produto 01 (Presidência). A padronização documental aprimorada no Produto 05 (DLC) reduz o volume de retrabalho jurídico que recairia sobre o Produto 03 (Procuradoria). A comunicação institucional produzida no Produto 02 depende de insumos de todas as demais unidades. Esse encadeamento é deliberado e constitui um dos principais valores agregados do modelo de assessoramento multidisciplinar em relação à alternativa de contratos setoriais isolados.

Produto 01 — Assessoria Técnica à Presidência: O Produto 01 constitui o nível mais estratégico do assessoramento contratado. Seu escopo abrange o suporte técnico às atividades da Presidência da GOINFRA e do seu Gabinete, com foco na produção de análises, documentos e instrumentos que subsidiem as decisões de alto impacto da autarquia — aquelas que envolvem o direcionamento

estratégico, a representação institucional, a supervisão das diretorias e a interface com o Governo do Estado, o TCE-GO e o Poder Legislativo.

As entregas mensais do Produto 01 compreendem: relatório de monitoramento do PEI 2024–2027 com atualização dos indicadores estratégicos e análise de desvios em relação às metas quadrimestrais; análise técnica das propostas orçamentárias e dos relatórios de execução do PPA 2024–2027 afetos à GOINFRA; notas técnicas e documentos de posicionamento institucional em resposta a demandas do Governo do Estado, do TCE-GO ou de outros órgãos de controle; suporte à preparação das Reuniões de Alinhamento Estratégico — RAE quadrimestrais, incluindo elaboração de apresentações, compilação de dados e sínteses executivas; e assessoramento em processos de gestão de riscos corporativos, com atualização mensal do mapa de riscos institucional da GOINFRA.

O valor agregado do Produto 1 reside na capacidade de a Presidência tomar decisões com suporte analítico qualificado, atualizado e documentado, reduzindo a dependência e a fragmentação de informações e aumentando a velocidade e qualidade das respostas institucionais às demandas externas. A referência de desempenho é o Acórdão TCU nº 84/2020, que trata especificamente do valor do assessoramento técnico qualificado em contratos com o poder público.

A periodicidade de entrega é mensal, com entrega do Relatório de Produto P01 até o 5º dia útil do mês subsequente ao período de referência, via autuação no SEI. A forma de medição é a avaliação pelo Fiscal Técnico da Presidência em formulário padronizado que pontua: completude das entregas previstas na OS do período (40%), qualidade técnica das análises (35%) e cumprimento de prazos intermediários (25%).

Produto 02 — Comunicação Setorial: O Produto 02 abrange o assessoramento técnico à Comunicação Setorial da GOINFRA, unidade responsável pela gestão da imagem institucional da Agência perante a sociedade, os veículos de imprensa, os parceiros governamentais e os órgãos de controle externo. Trata-se de uma função estratégica em autarquias de infraestrutura de grande porte: a GOINFRA gerencia R$ 3,7 bilhões em investimentos e mais de 180 processos licitatórios ao ano, e a percepção pública sobre a eficiência e a transparência da sua gestão influencia diretamente o ambiente político e institucional em que a Agência opera.

As entregas mensais do Produto 02 compreendem: produção de conteúdo editorial para os canais digitais da GOINFRA (site institucional, redes sociais e intranet) com mínimo de 5 roteiros e 15 vídeos institucionais, com registro sistemático do conteúdo produzido; elaboração de releases institucionais, notas à imprensa e materiais de divulgação de obras e licitações; cobertura e registro de eventos (mínimo de 10 na Atividade 2.1 e 20 na Atividade 2.2 da Ação 02), com arquivamento e catalogação dos materiais; gestão da identidade visual da Agência; produção de vídeos e conteúdo audiovisual institucional conforme pauta aprovada pela Comunicação Setorial; e elaboração do Relatório Mensal de Comunicação com métricas de alcance digital, engajamento nas redes sociais e análise comparativa com o período anterior.

O valor agregado do Produto 02 se traduz no aumento do alcance e da qualidade da comunicação institucional da GOINFRA, na redução do tempo de resposta a demandas midiáticas e no fortalecimento da percepção pública de transparência e eficiência da Agência. A meta de excelência estabelecida nos indicadores de sucesso é o crescimento de pelo menos 15% ao mês no alcance digital consolidado dos canais da GOINFRA.

A periodicidade de entrega é mensal, com entrega do Relatório de Produto P02 até o 5º dia útil do mês subsequente, via SEI. A forma de medição é a avaliação pelo Fiscal Técnico da Comunicação Setorial em formulário padronizado que pontua: volume de peças produzidas em relação à meta mensal (30%), qualidade editorial e visual avaliada pelo fiscal (35%), indicadores de alcance digital (25%) e cumprimento do calendário editorial acordado (10%).

Produto 03 — Procuradoria Setorial: O Produto 03 abrange o assessoramento técnico-administrativo à Procuradoria Setorial da GOINFRA, unidade responsável pela representação jurídica da Agência em processos administrativos e judiciais, pela emissão de pareceres em processos licitatórios e pela defesa dos interesses da GOINFRA perante os órgãos de controle. A atuação da equipe contratada neste produto é estritamente delimitada pelo art. 132 da Constituição Federal — que reserva as funções jurídicas de representação do Estado aos Procuradores do Estado — operando exclusivamente no suporte administrativo que amplia a capacidade operacional da unidade sem invadir as atribuições privativas dos seus titulares.

As entregas mensais do Produto 03 compreendem: organização e instrução documental de processos administrativos e judiciais, com montagem dos autos, indexação de documentos e controle de integridade processual; sistema de controle de prazos processuais com alertas automáticos, garantindo que nenhum prazo seja perdido por falha de monitoramento; elaboração de minutas de documentos não-privativos — ofícios, notificações, requerimentos, termos de ciência e similares — para revisão e assinatura pelos Procuradores; relatório mensal de gestão processual com o status atualizado de todos os processos monitorados, os prazos vencidos e a vencer nos trinta dias subsequentes; e suporte à gestão documental do acervo físico e digital da Procuradoria, com digitalização, indexação e organização do repositório de peças e precedentes.

O valor agregado do Produto 03 é a ampliação da capacidade operacional da Procuradoria Setorial sem aumento de pessoal efetivo, permitindo que os Procuradores dediquem mais tempo às atividades privativas — análise jurídica, emissão de pareceres, representação em audiências — enquanto a equipe contratada absorve o volume de atividades de suporte que, sem o assessoramento, recairia sobre os próprios Procuradores.

A periodicidade de entrega é mensal, via SEI, até o 5º dia útil do mês subsequente. A forma de medição pontua: taxa de cumprimento de prazos processuais monitorados (40%), completude e qualidade da instrução documental avaliada pelo Procurador fiscal (35%) e atualização do relatório de gestão processual (25%).

Produto 04 — Diretoria de Gestão Integrada (DGI): O Produto 04 é o de maior abrangência e complexidade do portfólio contratual. Abrange o assessoramento técnico à DGI em três Ações complementares: Ação 1 — Coordenação e Assessoramento Administrativo, que cobre a gestão de contratos, licitações internas, suprimentos e patrimônio; Ação 2 — Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional, que cobre o ciclo de ADI, planos de desenvolvimento, gestão da cultura organizacional e o programa de integridade; e Ação 3 — TI, Inovação e Transformação Digital, que cobre o PDTI, a gestão de ativos de TI, os sistemas de BI, a conformidade com a LGPD e a implantação de soluções tecnológicas.

As entregas mensais do Produto 04 compreendem: na Ação 01, relatório de gestão de contratos (80+ contratos monitorados), análise de medições, controle de vigências e elaboração de instrumentos contratuais; na Ação 02, relatório de gestão de pessoas com status do ciclo de ADI, ações de desenvolvimento realizadas e atualização do Programa de Integridade (PCP); e na Ação 03, relatório de gestão de TI com status dos ativos, atualização dos dashboards de BI, relatório de conformidade LGPD e registro de iniciativas de inovação em andamento. Além dos relatórios mensais, o Produto 4 prevê entregas específicas de maior prazo: PDTI em até 90 dias, plataforma web de gestão em até 60 dias e relatório de alienação de bens em conformidade com a Portaria nº 007/2026.

O valor agregado do Produto 04 é o mais amplo do contrato: estruturar na DGI um ciclo completo de gestão integrada — de pessoas, contratos, patrimônio e tecnologia — que hoje opera de forma fragmentada e com capacidade analítica insuficiente, transformando a DGI em uma unidade estratégica de governança interna da GOINFRA.

A periodicidade de entrega é mensal por Ação (três relatórios mensais), com entrega global do Relatório de Produto P04 até o 5º dia útil do mês subsequente, via SEI. A forma de medição é realizada por três fiscais técnicos — um por Ação — com pontuação independente: Ação 01 (completude da gestão de contratos, 33,3%); Ação 02 (ADI e desenvolvimento de pessoas, 33,3%); Ação 03 (TI e inovação, 33,3%). A nota final do P04 é a média simples das três notas de Ação.

Produto 05 — Diretoria de Licitações e Contratações (DLC): O Produto 05 abrange o assessoramento técnico à DLC da GOINFRA, unidade responsável pela condução de mais de 180 processos licitatórios ao ano, que movimentam R$ 3,7 bilhões em investimentos públicos de infraestrutura no Estado de Goiás. O contexto de atuação da DLC é de alta complexidade normativa — a transição da Lei nº 8.666/1993 para a Lei nº 14.133/2021 ainda está em curso, com novas modalidades, novos ritos e novos instrumentos que exigem capacitação e suporte técnico especializado — e de alta exposição ao controle externo, dado o histórico de apontamentos do TCE-GO (incluindo a anulação da CO-20/2023) e a instauração de PAD em janeiro de 2026.

As entregas mensais do Produto 05 compreendem: elaboração de Estudos Técnicos Preliminares — ETPs para as licitações do período, com pesquisa de mercado e análise de viabilidade; elaboração de Termos de Referência e minutas de editais e contratos, com checklist de conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Estadual nº 10.359/2023; análise técnica de medições dos contratos em execução, com verificação da conformidade das planilhas de medição com os projetos e com os

contratos; controle de vigências contratuais com alertas de vencimento e suporte à elaboração de aditamentos; relatório mensal de gestão licitatória com o status de todos os processos em instrução, em julgamento e em execução; e suporte à elaboração das respostas a diligências e questionamentos do TCE-GO, CGE-GO e demais órgãos de controle.

O valor agregado do Produto 05 é a redução do prazo médio de instrução processual (meta: redução de 30% em relação à linha de base), a eliminação de irregularidades técnicas identificáveis nos processos antes do julgamento e a consequente redução do número de processos anulados ou com recomendações pelo TCE-GO — que têm impacto direto no volume de investimentos realizados e na imagem institucional da GOINFRA.

A periodicidade de entrega é mensal, via SEI, até o 5º dia útil do mês subsequente. A forma de medição pontua: volume e qualidade dos ETPs e TRs elaborados (35%), taxa de conformidade normativa dos processos instruídos (35%), análise de medições e controle de vigências (20%) e cumprimento do prazo médio de instrução (10%).

11.2. Descrever os mecanismos de controle que serão implementados para garantir a qualidade do produto, bem como os procedimentos para melhoria contínua.

Fundamento metodológico do sistema de qualidade

O sistema de controle de qualidade adotado para a execução do contrato de assessoramento técnico à GOINFRA fundamenta-se no ciclo PDCA — Plan, Do, Check, Act (ISO 9001:2015, seção 10), aplicado em dois ritmos simultâneos: um ritmo mensal, sincronizado ao ciclo de entrega dos Produtos contratuais, e um ritmo semestral, sincronizado à revisão do Plano de Trabalho e à avaliação estratégica do contrato. Essa dupla cadência garante tanto a correção rápida de desvios operacionais quanto a melhoria estrutural dos processos ao longo dos doze meses de vigência.

Complementarmente, o modelo observa os requisitos do Acórdão TCU nº 1.184/2020, que recomenda a adoção de sistemas de avaliação de qualidade baseados em resultados verificáveis em contratos de assessoramento, e do Acórdão TCU nº 2.622/2015, que orienta a formalização de indicadores de desempenho com metas mensuráveis e mecanismos de melhoria contínua em contratos de serviços técnicos continuados. A adoção de um sistema de qualidade explícito, documentado e auditável pelo TCE-GO não é apenas uma boa prática de gestão: é um elemento de diferenciação técnica desta proposta que reduz diretamente o risco de apontamentos do controle externo sobre a execução contratual.

O sistema está estruturado em três camadas funcionais sobrepostas: controle preventivo (que atua antes da entrega, garantindo que os produtos atendam aos critérios antes de serem submetidos à fiscalização); controle receptivo (que opera na avaliação do produto entregue, gerando a nota técnica que fundamenta o ateste); e melhoria contínua (que transforma os resultados da avaliação em ações de aperfeiçoamento documentadas e rastreáveis). Essas três camadas formam um ciclo fechado sem lacunas: nenhum produto é entregue sem controle preventivo, nenhuma avaliação é feita sem critérios padronizados, e nenhuma avaliação negativa é encerrada sem gerar um plano de melhoria formalizado no SEI.

Camada 1 — Controle preventivo da qualidade: O controle preventivo é o conjunto de mecanismos que atuam antes da entrega do produto ao fiscal técnico, com o objetivo de eliminar ou minimizar não conformidades antes que cheguem à avaliação formal. É a camada mais eficiente do sistema: prevenir uma não conformidade custa significativamente menos do que corrigi-la após a entrega, especialmente em contratos de assessoramento onde uma entrega rejeitada pode comprometer o prazo de ateste da nota fiscal e a relação de confiança com a fiscalização.

O primeiro mecanismo preventivo é o Checklist de Qualidade Técnica — CQT, documento padronizado por tipo de entrega (Relatório de Produto, Nota Técnica, ETP, Termo de Referência, Minuta Contratual, Ata de Reunião) que o especialista responsável preenche obrigatoriamente antes de encaminhar o rascunho para revisão interna. O CQT verifica: conformidade com o escopo da Ordem de Serviço; completude dos elementos obrigatórios do documento; correção das referências normativas citadas; ausência de afirmações que possam ser interpretadas como atos decisórios ou pareceres jurídicos vinculantes; formatação conforme o padrão documental estabelecido no PCC; e atualidade das informações utilizadas. O CQT é parte integrante do dossiê do documento e é arquivado junto com todas as versões no SharePoint.

O segundo mecanismo é a Revisão por Pares — RP, realizada pelo Coordenador Setorial antes de encaminhar o documento para aprovação gerencial. A revisão por pares não é uma mera releitura: é uma avaliação estruturada com foco em quatro dimensões: relevância (o documento responde ao que foi solicitado na OS?), suficiência (o nível de detalhe é adequado ao tipo de produto e ao perfil do receptor?), precisão (os dados, citações e referências estão corretos e verificáveis?) e clareza (o texto é compreensível pelo fiscal técnico sem necessidade de explicações adicionais?). O resultado da revisão por pares é registrado no campo de comentários do arquivo no SharePoint, constituindo evidência permanente do controle de qualidade interno.

O terceiro mecanismo é a Revisão Jurídica Obrigatória, realizada pelo Apoio Jurídico Sênior em todos os documentos dos Produtos P3 e P5, e nos documentos dos demais produtos que contenham citações normativas ou recomendações com implicações legais. Essa revisão verifica especificamente: (a) se o documento invade atribuições privativas de servidores, em especial dos Procuradores do Estado (R07 do portfólio de riscos); (b) se as referências à Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto Estadual nº 10.359/2023 estão corretas e atualizadas; e (c) se o conteúdo está alinhado com os entendimentos mais recentes do TCE-GO e do TCU sobre o tema tratado.

O quarto mecanismo é a Reunião de Pré-Entrega, realizada pelo Coordenador Geral com os Coordenadores Setoriais na semana anterior ao 5º dia útil de cada mês. Nessa reunião são revisados os relatórios de produto de todos os cinco Produtos, identificadas eventuais lacunas ainda corrigíveis e tomadas decisões sobre o encaminhamento dos documentos. Toda decisão tomada nessa reunião é registrada em ata interna arquivada no SharePoint, com status de cada produto (“Pronto para entrega”, “Em ajuste”, “Em risco de atraso”) e responsável pela correção.

Camada 2 — Controle receptivo da qualidade (avaliação formal): O controle receptivo é o conjunto de mecanismos que operam após a entrega do produto ao fiscal técnico, materializando a avaliação formal que fundamenta o IDC mensal e o ateste da nota fiscal. Para garantir a objetividade, a consistência e a auditabilidade da avaliação, a contratada propõe a adoção de um Formulário de Avaliação de Produto — FAP padronizado por produto, com critérios explícitos, pesos definidos e escala de pontuação detalhada por faixa, e submete à aprovação do Gestor do Contrato no PCC.

O FAP é estruturado em três seções: Avaliação de Completude (verificação item a item das entregas previstas na OS do período, com pontuação 0 para entrega ausente, 5 para entrega parcial e 10 para entrega completa); Avaliação de Qualidade (avaliação qualitativa das entregas em até quatro dimensões específicas por produto, com escala de 0 a 10 e justificativa obrigatória para notas abaixo de 7,0); e Avaliação de Prazo (verificação do cumprimento dos prazos intermediários acordados na OS, com desconto progressivo de 0,5 ponto por dia de atraso após o 5º dia útil). A nota final do produto é a média ponderada das três seções, conforme os pesos definidos para cada produto na tabela de medição.

O FAP é preenchido pelo fiscal técnico no SEI em até dez dias úteis após o recebimento do Relatório de Produto, e sua conclusão é condição necessária para a convocação da Reunião Mensal de Acompanhamento Contratual. Em caso de nota abaixo de 7,0 em qualquer produto, o fiscal técnico é obrigado a registrar no FAP, de forma específica e objetiva: (a) quais elementos do produto não atenderam ao critério; (b) qual seria o padrão esperado; e (c) se a deficiência é corrigível no mesmo ciclo (com reabertura do produto) ou apenas no ciclo seguinte (com OS complementar). Essa exigência de fundamentação elimina avaliações subjetivas e garante que a contratada tenha sempre clareza sobre o que precisa melhorar.

Camada 3 — Melhoria contínua: A melhoria contínua é o conjunto de mecanismos que transformam os resultados das avaliações em ações de aperfeiçoamento documentadas, rastreáveis e verificáveis. É a camada que fecha o ciclo PDCA e impede que os mesmos problemas se repitam mês a mês.

O primeiro mecanismo de melhoria contínua é o Plano de Melhoria de Produto — PMP, elaborado pela contratada sempre que um produto receber nota abaixo de 8,0 do fiscal técnico. O PMP identifica: a causa raiz da não conformidade ou do desempenho abaixo do esperado (utilizando a técnica dos 5 Porquês ou diagrama de Ishikawa para problemas recorrentes); as ações corretivas específicas para o ciclo imediatamente seguinte; as ações preventivas para impedir a recorrência no restante da vigência contratual; o responsável por cada ação; e o prazo de implementação. O PMP é entregue ao fiscal técnico correspondente via SEI em até cinco dias úteis após o recebimento da nota, e seu status de implementação é verificado na avaliação do produto do mês seguinte.

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
EDITAL Nº 034/2026-GOINFRA
Contratação nº 115330, Processo nº 202500005021352

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para Assessoramento técnico no âmbito da Presidência, Diretoria de Gestão Integrada e Diretoria de Licitações e Contratações da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA.

CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRAGO

SIMEMP

PRODEC

SCB

FASE 2 - QUALITATIVA

CONSIDERAÇÕES FINAIS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta técnica apresentada pelo consórcio não é um conjunto de declarações de intenção — é um sistema operacional completo, construído especificamente para o ambiente real da GOINFRA. Cada elemento que o avaliador encontrou ao longo deste documento foi desenhado a partir de uma leitura minuciosa do ETP, do histórico licitatório da Agência, dos apontamentos do TCE-GO e das metas do PEI 2024–2027: os riscos identificados têm nomes, causas raiz e planos de resposta graduados; os indicadores de sucesso têm metas mínimas e de excelência com responsável de aferição definido; os instrumentos de gestão têm prazos de dias, não de meses. Essa precisão não é acidental — é a diferença entre uma proposta que promete assessoramento e uma proposta que demonstra, ainda antes da assinatura do contrato, que já sabe exatamente o que vai fazer no primeiro, no sexto e no décimo segundo mês de vigência.

Cinco diferenciais concretos distinguem esta proposta das demais. **Primeiro, a cobertura multidisciplinar real**: os 14 profissionais designados não são perfis genéricos preenchidos para cumprir o Quadro 2 do edital — são especialistas com funções precisas e complementares, do Analista de I.A. que automatiza a produção de minutas ao Fotojornalista que registra as obras para a comunicação institucional, do Engenheiro Pleno que analisa medições dos R$ 1,9 bilhão do Programa de Manutenção ao DPO que garante a conformidade plena com a LGPD. Não há lacuna entre os cinco produtos e a equipe designada para executá-los. **Segundo, o modelo híbrido que resolve um problema real**: a GOINFRA precisa de uma equipe que entregue Relatórios de Produto auditáveis pelo TCE-GO e que responda em horas a uma diligência emergencial. As metodologias ágeis puras não entregam o primeiro; a gestão tradicional rígida não entrega o segundo. O modelo híbrido estruturado proposto resolve os dois simultaneamente — com o rigor do PMBOK® na camada contratual e a agilidade do Kanban e dos sprints quinzenais na camada operacional, com buffer de 20% formalizado no Plano de Trabalho e Modelo de Ativação por Alerta em três níveis. **Terceiro, a gestão de riscos preventiva e não declaratória**: o portfólio de 13 riscos identificados — com Índice de Criticidade calculado por IC = P × I, estratégias de mitigação em três camadas (preventiva, detecção e contingência) e meta documentada de redução de 41% no risco agregado — não está nesta proposta para cumprir um requisito formal. Está porque os riscos da GOINFRA são específicos, documentados e conhecidos: a anulação da CO-20/2023 pelo TCE-GO, o PAD de janeiro de 2026, o crescimento de 50% ao ano no volume licitatório. O consórcio leu o histórico da Agência e construiu respostas antes que os problemas se repitam. **Quarto, a transferência de conhecimento como entrega do contrato**: os Manuais de Continuidade por produto, o Registro de Lições Aprendidas, os dashboards de BI em produção e o PDTI entregue são ativos institucionais que permanecem na GOINFRA após o encerramento da vigência. A Agência não fica dependente da contratada — fica mais forte do que estava antes do contrato. Isso é o oposto da armadilha da dependência que contratos de assessoramento frequentemente criam. **Quinto, a conformidade como diferencial competitivo**: em um ambiente onde o TCE-GO anulou licitações da GOINFRA e instaurou processos disciplinares, a contratada que opera com Matriz de Segregação de Funções validada pelos fiscais técnicos, checklist de conformidade com dupla revisão jurídica em cada ETP e TR, sistema de alertas de conformidade com a LGPD e rastreabilidade integral no SEI não é apenas um prestador de serviço — é um escudo técnico que protege a Agência do controle externo.

A GOINFRA gere R$ 3,7 bilhões em investimentos públicos, coordena 180+ licitações por ano e responde ao Governo de Goiás, ao TCE-GO, ao CGE-GO e à sociedade simultaneamente. Nesse ambiente, o assessoramento técnico que faz diferença não é o que promete estar disponível — é o que já chegou treinado, com os instrumentos prontos, o buffer reservado, os riscos mapeados e a equipe certa para cada produto. É exatamente isso que o consórcio entrega. A escolha desta proposta não é apenas tecnicamente justificável — é estrategicamente segura.

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
EDITAL Nº 034/2026-GOINFRA
Contratação nº 115330, Processo nº 202500005021352

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para Assessoramento técnico no âmbito da Presidência, Diretoria de Gestão Integrada e Diretoria de Licitações e Contratações da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA.

CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRAGO

SIMEMP

PRODEC

SCB

FASE 2 - QUALITATIVA

REFERÊNCIAS



REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CORA CORALINA DE NOTÍCIAS. **Comando de Policiamento Rodoviário da PM ganha reforço de 90 viaturas.** Goiânia, 30 jul. 2024. Disponível em: https://agenciacoradenoticias.go.gov.br/126275-comando-de-policiamento-rodoviario-da-pm-ganha-reforco-de-90-viaturas. Acesso em: 10 mar. 2026.

AGÊNCIA CORA CORALINA DE NOTÍCIAS. **Goinfra apresenta novo programa de manutenção de rodovias, aeródromos e balsas.** Goiânia, 24 jan. 2025. Disponível em: https://agenciacoradenoticias.go.gov.br/143686-goinfra-apresenta-novo-programa-de-manutencao-de-rodovias-aerodromos-e-balsas. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. **Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992.** Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1992. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. **Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. **Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. **Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. SECRETARIA DE GESTÃO E INOVAÇÃO. **Instrução Normativa SEGES/MGI n. 2, de 7 de fevereiro de 2023.** Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por técnica e preço, na forma eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica

e fundacional. *Diário Oficial da União,* Brasília, DF, 9 fev. 2023. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-seges/mgi-n-2-de-7-de-fevereiro-de-2023-463369191. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. SECRETARIA DE GESTÃO. **Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 5, de 26 de maio de 2017.** Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. *Diário Oficial da União,* Brasília, DF, 26 maio 2017. Disponível em: https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-05-de-26-de-maio-de-2017. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Acórdão n. 84/2020 — Plenário.** Brasília, DF: TCU, 2020. Estabelece orientações sobre a execução de contratos de assessoramento e gerenciamento no âmbito da Administração Pública. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Acórdão n. 1.184/2020 — Plenário.** Brasília, DF: TCU, 2020. Recomenda a adoção de modelos de contratação baseados em resultados e produtos entregues em substituição à alocação de horas de trabalho em contratos de assessoramento. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Acórdão n. 2353/2011 — Plenário.** Brasília, DF: TCU, 2011. Consolida entendimento sobre a admissibilidade de exigência de nota mínima técnica em licitações do tipo Técnica e Preço. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Licitações e Contratos: serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização (art. 74, inciso III).** Brasília, DF: TCU, [s.d.]. Disponível em: https://licitacoesecontratos.tcu.gov.br/5-10-1-3-servicos-tecnicos-especializados-de-natureza-predominantemente-intelectual-com-profissionais-ou-empresas-de-notoria-especializacao-inciso-iii/. Acesso em: 10 mar. 2026.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Roteiro prático para fiscalização de contratos de prestação de serviços.** Brasília, DF: CNMP, [s.d.]. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/CEC/Roteiro_Pr%C3%A1tico.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

DIÁRIO DE GOIÁS. **Governo reforça frota de policiamento da PMGO com 90 novas viaturas; investimento de R$ 35 mi.** Goiânia, 30 jul. 2024. Disponível em: https://diariodegoias.com.br/governo-reforca-frota-de-

policiamento-da-pmgo-com-90-novas-viaturas-investimento-de-r-35-mi/451026/. Acesso em: 10 mar. 2026.

ESTRATÉGIA CONCURSOS. **Concurso Goinfra: edital a qualquer momento; até R$ 14 mil!** [S.l.], 12 nov. 2025. Disponível em: https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/concurso-goinfra/. Acesso em: 10 mar. 2026.

FOLHA NO SUDOESTE. **Polícia Rodoviária e Goinfra recebem 200 veículos e equipamentos.** [S.l.], 20 maio 2021. Disponível em: https://www.folhanosudoeste.com.br/policia-rodoviaria-e-goinfra-recebem-200-veiculos-e-equipamentos. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS (ESTADO). **Decreto Estadual n. 9.765, de 2021.** Dispõe sobre a alienação de bens móveis e imóveis no âmbito do Estado de Goiás. Goiânia: Governadoria do Estado de Goiás, 2021. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS (ESTADO). **Decreto Estadual n. 9.900, de 2021.** Regulamenta a pesquisa de preços para aquisições e contratações no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Goiás. Goiânia: Governadoria do Estado de Goiás, 2021. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS (ESTADO). **Decreto Estadual n. 10.213, de 7 de fevereiro de 2023.** Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes — GOINFRA. Goiânia: Governadoria do Estado de Goiás, 2023. Disponível em: https://www.goinfra.go.gov.br/regulamento-da-goinfra/231. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS (ESTADO). **Decreto Estadual n. 10.359, de 11 de dezembro de 2023.** Regulamenta a licitação na modalidade Concorrência na administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Goiás. Goiânia: Governadoria do Estado de Goiás, 2023. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS (ESTADO). **Lei Estadual n. 18.276, de 16 de dezembro de 2013.** Dispõe sobre cargos de provimento efetivo da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes — GOINFRA. Goiânia: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, 2013. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS (ESTADO). **Lei Estadual n. 20.197, de 25 de junho de 2018.** Altera a estrutura de pessoal da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes — GOINFRA. Goiânia: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, 2018. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS (ESTADO). **Lei Estadual n. 20.489, de 10 de junho de 2019.** Institui a obrigatoriedade de implantação de Programa de Compliance — Integridade nas empresas que contratam com o Poder Público do Estado

de Goiás. Goiânia: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, 2019. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/96455. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS (ESTADO). **Lei Estadual n. 20.491, de 25 de junho de 2019.** Dispõe sobre a criação e organização da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes — GOINFRA. Goiânia: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, 2019. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS (ESTADO). **Lei Estadual n. 22.317, de 18 de outubro de 2023.** Institui o Plano Plurianual — PPA para o quadriênio 2024–2027. Goiânia: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, 2023. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/107865/pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS (ESTADO). **Lei Estadual n. 22.495, de 2023.** Dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes — GOINFRA. Goiânia: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, 2023. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS (ESTADO). **Lei Estadual n. 23.292, de 2025.** Dispõe sobre contratações de grande vulto no Estado de Goiás. Goiânia: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, 2025. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS (ESTADO). **Lei Estadual n. 23.389, de 2025.** Institui reserva de 20% das vagas para cotas em concursos públicos no Estado de Goiás. Goiânia: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, 2025. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES — GOINFRA. **Diretoria de Gestão Integrada apresenta balanço das atividades em 2020.** Goiânia: GOINFRA, 2020. Disponível em: https://www.goinfra.go.gov.br/noticias/diretoria-de-gestao-integrada-apresenta-balanco-das-atividades-em-2020/213563. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES — GOINFRA. **Edital da Concorrência Eletrônica n. 034, de 2026.** Processo SEI n. 202500005021352. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoramento técnico multidisciplinar à Presidência, à Diretoria de Gestão Integrada (DGI) e à Diretoria de Licitações e Contratações (DLC). Sessão pública: 10 abr. 2026. Goiânia: GOINFRA, 2026. Disponível em: https://sislog.go.gov.br. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES — GOINFRA. **Em 100 dias, Governo de Goiás e IFAG avançam na**

estruturação de obras de pavimentação de sete rodovias. Goiânia: GOINFRA, 3 out. 2025. Disponível em: https://www.goinfra.go.gov.br/noticias/em-100-dias-governo-de-goias-e-ifag-avancam-na-estruturacao-de-obras-de-pavimentacao-de-sete-rodovias/214121. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES — GOINFRA. **Estudo Técnico Preliminar — ETP.** Concorrência Eletrônica n. 034/2026. Processo SEI n. 202500005021352. Goiânia: GOINFRA, 2025. Disponível internamente via Sistema Eletrônico de Informações — SEI do Estado de Goiás.

GOIÁS. AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES — GOINFRA. **Goiás acelera obras de infraestrutura com nova modalidade de contratação.** Goiânia: GOINFRA, 2025. Disponível em: https://www.goinfra.go.gov.br/noticias/goias-acelera-obras-de-infraestrutura-com-nova-modalidade-de-contratacao/214028. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES — GOINFRA. **Goinfra abre licitação para manutenção da malha rodoviária, aeródromos e balsas de Goiás.** Goiânia: GOINFRA, fev. 2025. Disponível em: https://www.goinfra.go.gov.br/noticias/goinfra-abre-licitacao-para-manutencao-da-malha-rodoviaria-aerodromos-e-balsas-de-goias/214015. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES — GOINFRA. **Goinfra e FGV apresentam tabela de preços de obras civis e rodoviárias.** Goiânia: GOINFRA, 21 set. 2022. Disponível em: https://www.goinfra.go.gov.br/noticias/goinfra-e-fgv-apresentam-tabela-de-precos-de-obras-civis-e-rodoviarias/213822. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES — GOINFRA. **Goinfra executa mais de 100 obras de infraestrutura em 2025.** Goiânia: GOINFRA, 26 nov. 2025. Disponível em: https://www.goinfra.go.gov.br/noticias/goinfra-executa-mais-de-100-obras-de-infraestrutura-em-2025/214149. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES — GOINFRA. **Goinfra realiza audiência pública sobre contratos de manutenção rodoviária.** Goiânia: GOINFRA, 23 jan. 2025. Disponível em: https://www.goinfra.go.gov.br/noticias/goinfra-realiza-audiencia-publica-sobre-contratos-de-manutencao-rodoviaria/214007. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES — GOINFRA. **Goinfra realiza audiência pública sobre contratos de monitoramento eletrônico.** Goiânia: GOINFRA, 2025. Edital n. 036/2025. Disponível em: https://www.goinfra.go.gov.br/noticias/goinfra-

realiza-audiencia-publica-sobre-contratos-de-monitoramento-eletronico/214047. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES — GOINFRA. **Governo de Goiás entrega 200 veículos e equipamentos ao Comando de Policiamento Rodoviário e à Goinfra.** Goiânia: GOINFRA, 20 maio 2021. Disponível em: https://www.goinfra.go.gov.br/noticias/governo-de-goias-entrega-200-veiculos-e-equipamentos-ao-comando-de-policiamento-rodoviario-e-a-goinfra/213625. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES — GOINFRA. **Governo de Goiás publica edital do programa de manutenção 2023/2024.** Goiânia: GOINFRA, 4 jan. 2023. Disponível em: https://www.goinfra.go.gov.br/noticias/governo-de-goias-publica-edital-do-programa-de-manutencao-20232024/213851. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES — GOINFRA. **Manual de gestão e fiscalização de contratos.** Goiânia: GOINFRA, [s.d.]. Disponível em: https://www.goinfra.go.gov.br/arquivos/arquivos/Manutencao/Manual_de_Gestao_e_Fiscalizacao.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES — GOINFRA. **Plano de Contratações Anual — PCA 2025/2026.** Itens n. 698 (assessoria técnica) e n. 699 (consultoria técnica). Goiânia: GOINFRA, 2025. Disponível em: https://sislog.go.gov.br. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES — GOINFRA. **Planejamento Estratégico Institucional — PEI 2024–2027.** Aprovado pela Portaria n. 008/2026. Publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás, n. 24.703. Goiânia: GOINFRA, 2026. Disponível em: https://www.goinfra.go.gov.br/planejamento-estrategico-2024-2027/435. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES — GOINFRA. **Portaria n. 007, de 23 de janeiro de 2026.** Institui processo de alienação de bens inservíveis da GOINFRA. Processos SEI n. 85032221, 85160698 e 85063642. *Diário Oficial do Estado de Goiás,* Goiânia, 23 jan. 2026. Disponível em: https://www.goinfra.go.gov.br/arquivos/arquivos/portarias_2025/Portarias%202026/PORTARIA_007_DE_2026.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES — GOINFRA. **Regulamento da GOINFRA: Decreto Estadual n. 10.213/2023.** Goiânia: GOINFRA, 2023. Disponível em: https://www.goinfra.go.gov.br/regulamento-da-goinfra/231. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES — GOINFRA. **Tabela de composição de preços — edições de 2024 e 2025.** Elaborada em parceria com a Fundação Getulio Vargas (FGV IBRE). Goiânia: GOINFRA, 2024–2025. Disponível em: https://www.goinfra.go.gov.br/tabela-de-composicao/114. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES — GOINFRA. **Vice-governador valida planejamento de obras de infraestrutura para 2025.** Goiânia: GOINFRA, 16 jan. 2025. Disponível em: https://www.goinfra.go.gov.br/noticias/vice-governador-valida-planejamento-de-obras-de-infraestrutura-para-2025/214006. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA — ALEGO. **Mudança na estrutura organizacional da Goinfra é aprovada em definitivo.** Goiânia: ALEGO, [s.d.]. Disponível em: https://portal.al.go.leg.br/noticias/121170/mudanca-na-estrutura-organizacional-da-goinfra-e-aprovada-em-definitivo. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA — ALEGO. **PPA 2024–2027.** Goiânia: ALEGO, [s.d.]. Disponível em: https://portal.al.go.leg.br/noticias/137231/ppa-2024-2027. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. GOVERNO DO ESTADO. **Governo prevê concursos públicos para preenchimento de vagas.** Goiânia: Portal do Governo de Goiás, jan. 2024. Disponível em: https://goias.gov.br/governo-preve-concursos-publicos-para-preenchimento-de-21-mil-vagas/. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO — SEAD. **Sistema de Logística de Goiás — SISLOG: portal de licitações da GOINFRA.** Goiânia: SEAD, 2026. Disponível em: https://sislog.go.gov.br. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA. **Governo de Goiás lança elaboração do Plano Plurianual 2024–2027.** Goiânia: Secretaria da Economia, 6 jun. 2023. Disponível em: https://goias.gov.br/economia/governo-de-goias-lanca-elaboracao-do-plano-plurianual-2024-2027/. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA. **Plano Plurianual 2024–2027 do Estado de Goiás.** Goiânia: Secretaria da Economia, 2023. Disponível em: https://ppa.go.gov.br/ppa-2024-2027/. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA — SEINFRA. **Goinfra entrega 90 viaturas novas para o Comando de Policiamento Rodoviário da Polícia Militar.** Goiânia: SEINFRA, 30 jul. 2024. Disponível em: https://goias.gov.br/seinfra/goinfra-entrega-90-viaturas-

novas-para-ao-comando-de-policiamento-rodoviario-da-policia-militar/. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA — SSPGO. **Caiado entrega 90 viaturas novas para o Comando de Policiamento Rodoviário da Polícia Militar.** Goiânia: SSPGO, 29 jul. 2024. Disponível em: https://goias.gov.br/seguranca/caiado-entrega-90-viaturas-novas-para-ao-comando-de-policiamento-rodoviario-da-policia-militar/. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOIÁS. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS — TCE-GO. **Acórdão relativo à Concorrência n. 20/2023 da GOINFRA.** Relatora: Conselheira Carla Santillo. Goiânia: TCE-GO, 2023. Determina a anulação do Edital de Concorrência n. 20/2023 por falhas na instrução processual. Disponível em: https://portal.tce.go.gov.br/-/tribunal-de-contas-aponta-irregularidades-em-licitacao-da-goinfra. Acesso em: 10 mar. 2026.

GOYAZ (PORTAL). **Nova Goinfra amplia cargos e setores e reacende debate sobre eficiência.** Goiânia: Portal Goyaz, mar. 2026. Disponível em: https://goyaz.com.br/nova-goinfra-amplia-cargos-e-setores-e-reacende-debate-sobre-eficiencia/. Acesso em: 10 mar. 2026.

JORNAL OPÇÃO. **Polícia aponta simulação de venda de empresa e direcionamento de licitações na Goinfra.** Goiânia: Jornal Opção, 13 jan. 2026. Disponível em: https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/policia-aponta-simulacao-de-venda-de-empresa-e-direcionamento-de-licitacoes-na-goinfra-782922/. Acesso em: 10 mar. 2026.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO — TCE-SP. **Comentários ao art. 117 da Lei n. 14.133/2021.** São Paulo: TCE-SP, [s.d.]. Disponível em: https://www.tce.sp.gov.br/legislacao-comentada/lei-14133-1o-abril-2021/117. Acesso em: 10 mar. 2026.

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
EDITAL Nº 034/2026-GOINFRA
Contratação nº 115330, Processo nº 202500005021352

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para Assessoramento técnico no âmbito da Presidência, Diretoria de Gestão Integrada e Diretoria de Licitações e Contratações da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA.

CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRAGO

SIMEMP

PRODEC

SCB

TERMO DE ENCERRAMENTO



TERMO DE ENCERRAMENTO

Á

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES – GOINFRA.

EDITAL Nº 034/2026-GOINFRA (Versão 2)

Contratação nº 115330, Processo nº 202500005021352

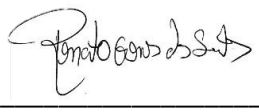
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para Assessoramento técnico no âmbito da Presidência, Diretoria de Gestão Integrada e Diretoria de Licitações e Contratações da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA.

Ref.: Termo de encerramento do Documentos integrantes da proposta técnica referente à CONCORRÊNCIA nº **034/2026.**

Prezados senhores,

O CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRA-GO formado pelas empresas **SIMEMP SERVICOS TECNICOS E OBRAS LTDA, (empresa Líder)** pessoa jurídica de direito privado, empresa brasileira, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.237.296/0001-33, **PRODEC CONSULTORIA PARA DECISÃO S/S LTDA.**, sociedade brasileira, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Av. Rio Branco, nº 25, 10º andar, Conjuntos C e D, Centro, CEP 20090-003, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº 34.037.705/0001-03, e a empresa **SCB ENGENHARIA S.A.** inscrita no CNPJ sob o nº 02.718.377/0001-06, vem pela presente, declarar o encerramento da proposta técnica referente ao edital em epígrafe, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para Assessoramento técnico no âmbito da Presidência, Diretoria de Gestão Integrada e Diretoria de Licitações e Contratações da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA, conforme as especificações deste Edital e de seus Anexos. Contendo (631) páginas, incluindo está.

Atenciosamente,



_____

CONSÓRCIO SOLUÇÃO INFRA-GO
RENATO GOMES DOS SANTOS
Representante Legal do Consórcio
CPF nº 014.690.077-46